

Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Programa de Pós-graduação em Política Social  
Doutorado em Política Social

Daniella Borges Ribeiro

As universidades brasileiras e a indução estratégica da  
pesquisa: o comprometimento da autonomia científica

V. 1

Vitória  
2016

Daniella Borges Ribeiro

As universidades brasileiras e a indução estratégica da  
pesquisa: o comprometimento da autonomia científica

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em política social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Targina Rodrigues Ferraz

Vitória  
2016

Daniella Borges Ribeiro

## As universidades brasileiras e a indução estratégica da pesquisa: o comprometimento da autonomia científica

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em política social.

### COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profª Drª Ana Targina Rodrigues Ferraz  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Profº Drº César Luiz De Mari  
Universidade Federal de Viçosa

---

Profª Drª Jussara Maria Rosa Mendes  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profª Drª Maria Lúcia Teixeira Garcia  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profº Drº Paulo Nakatani  
Universidade Federal do Espírito Santo

Às mulheres sem as quais esses escritos não seriam possíveis: à minha mãe que me guiou no trajeto da vida cotidiana e às professoras Maria Lúcia Teixeira Garcia, Edinete Maria Rosa e Ana Targina Rodrigues Ferraz que elevaram as minhas reflexões apresentando-me a pesquisa científica.

## Agradecimentos

O doutorado é um processo longo e por vezes solitário. Por isso, os meus agradecimentos precisam abranger àqueles que entenderam a minha reclusão em algumas situações e ao mesmo tempo não negaram presença quando eu precisei.

Agradeço a Deus na forma como eu o concebo e o posso sentir. A toda a minha família, em especial ao meu pai (*in memoriam*) que foi um grande incentivador nos meus primeiros anos de doutorado, à minha abelha rainha (minha mãe amiga), ao meu marido e as duas tias (Norma e Risa) que me abrigaram em algumas ocasiões em que precisei ficar no Espírito Santo.

Às minhas colegas de turma Fabíola e Rutiléia pela parceria nas aulas e as amigas Cassiane e Míriam pelas boas risadas no campus universitário.

Aos (as) professores (as) e secretárias do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo e aos mestres que aceitaram participar da minha banca de qualificação e também de defesa desta tese.

À Tereza Batalha que me socorreu em momentos de dúvidas e de tristezas profundas em meio à “enxurrada” de emoções sentidas nestes quatro anos de doutorado.

À Vânia Moreira de Freitas do CNPq que em muito me auxiliou durante a fase de coleta de dados.

À classe trabalhadora brasileira, sustentadora da universidade pública deste país e à sua parcela que se coloca como defensora dos direitos sociais públicos, gratuitos, laicos, de qualidade e que ousam sonhar e lutar por uma sociedade igualitária.

As mestres que marcaram a minha vida em todas as dimensões: Maria Lúcia Teixeira Garcia, Edinete Maria Rosa e Ana Targina Rodrigues Ferraz. Foi um prazer aprender com vocês!

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de  
amar e seu direito de pensar.  
É da empresa privada o seu passo em frente, seu  
pão e seu salário.  
E agora não contente querem privatizar o  
conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à  
humanidade pertence.

Bertolt Brecht

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral analisar de que modo a direção dada à pesquisa científica no Brasil, por meio dos editais de fomento à pesquisa do CNPq, tem afetado a produção de conhecimentos nas universidades, verificando a existência ou não de um comprometimento da autonomia científica. Trata-se de uma pesquisa documental realizada a partir de dados sobre as pesquisas que obtiveram financiamento do CNPq entre os anos de 2011 e 2014. Neste período, foram divulgados 135 editais de apoio à pesquisa por esta agência de fomento, sendo submetidas 93.367 propostas e aprovadas para fins de financiamento 24.450 (26,2%). Dos 135 editais pesquisados, 105 (77,8%) exigiam a titulação de doutor para a submissão de projetos, 128 (94,8%) eram abertos às instituições privadas (com ou sem fins lucrativos) e apenas 05 editais (3,7%) eram específicos para estabelecimentos públicos. Dos 24.450 projetos de pesquisa aceitos para financiamento, 10.724 (43,9%) foram submetidos por instituições localizadas na região sudeste e 5.670 (23,2%) no sul, sendo a USP, UFRJ, UFMG, UFRGS e UNESP as universidades com o maior número de propostas aprovadas. A grande área do conhecimento que obteve o maior quantitativo de projetos aceitos foram as ciências agrárias, com a aprovação de 3.895 (15,9%) projetos. Dos 135 editais estudados, em 126 (93,3%) havia o direcionamento do tema a ser pesquisado. Consideramos que a diferenciação institucional; a diversificação das fontes de financiamento para a produção de conhecimentos (com a disseminação da ideia de que as universidades possuem autonomia para captarem recursos no mercado); a assimetria regional e a indução realizada pelo Estado quanto às áreas e os temas a serem pesquisados comprometem a autonomia científica em nosso país. A produção de conhecimentos que poderia potencializar a satisfação das necessidades dos trabalhadores brasileiros encontra-se subordinada às necessidades da produção e do mercado em sintonia com os anseios da burguesia internacional, corroborando o nosso lugar de país periférico e dependente na economia mundial.

**Palavras chave:** autonomia científica; produção de conhecimentos; política de educação superior; política de ciência, tecnologia e inovação.

## Abstract

This study aims at analyzing the way the directions given to scientific research in Brazil through CNPq (Brazilian National Council for Scientific and Technological Development) incentives has affected the production of knowledge in universities, as well as verifying whether or not scientific autonomy is compromised. This is a documental study carried out based on data about investigations funded by CNPq between 2011 and 2014. In this period, 135 calls for investigations were spread by this body, for which 93,367 proposals were submitted and 24,450 were approved for funding (26.2%). Of the 135 calls for research investigated, 105 (77.8%) required PhD degree for research submission; 128 (94.8%) were open to private institutions (for or nonprofit), and only 05 calls (3.7%) were specific for public institutions. Of the 24,450 research projects accepted for funding, 10,724 (43.9%) were submitted by institutions located in the Brazilian Southeast and 5,670 (23.2%) in the South Region, among which USP, UFRJ, UFMG, UFRGS and UNESP were the universities with most proposals approved. The wide area of knowledge that had the largest number of projects accepted was the agrarian sciences, with de 3,895 (15.9%) projects approved. Of the 135 calls for research investigated, in 126 (93.3%) the theme to be studied was provided. We understand that institutional differentiation; diversification of funding sources for production of knowledge (promoting the idea that universities have autonomy to gather resources in the market); regional asymmetry and influence by the State concerning areas and themes to be studied compromise scientific autonomy in our country. The production of knowledge that could optimally meet the needs of Brazilian workers is subject to the needs of production and of the market attuned to the expectations of international bourgeoisie, which corroborates our position as peripheral country, dependent on global economy.

**Keywords:** scientific autonomy; production of knowledge; higher education policy; science, technology and innovation policy.



## Lista de gráficos

Gráfico 1.....	246
Gráfico 2.....	249
Gráfico 3.....	250
Gráfico 4.....	271

## Lista de Quadros

Quadro 1.....	197
Quadro 2.....	198
Quadro 3.....	199
Quadro 4.....	200
Quadro 5.....	200
Quadro 6.....	201
Quadro 7.....	201
Quadro 8.....	202
Quadro 9.....	202
Quadro 10.....	203
Quadro 11.....	204
Quadro 12.....	204
Quadro 13.....	205
Quadro 14.....	206
Quadro 15.....	206
Quadro 16.....	238
Quadro 17.....	240
Quadro 18.....	252
Quadro 19.....	253
Quadro 20.....	255
Quadro 21.....	257
Quadro 22.....	264
Quadro 23.....	267
Quadro 24.....	268
Quadro 25.....	270

## Lista de Siglas

- ABC - Academia Brasileira de Ciências
- ABESC - Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
- AEB - Agência Espacial Brasileira
- AEC - Associação da Educação Católica
- ANC - Assembleia Nacional Constituinte
- ANDE - Associação Nacional de Educação
- ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
- ANPAE - Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação
- ANPEd - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
- BC - Banco Central
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM - Banco Mundial
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- C&T - Ciência e Tecnologia
- C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
- CEDES - Centro de Estudos de Educação e Sociedade
- CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- CFE - Conselho Federal de Educação
- CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
- CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
- CNCTI - Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNP - Conselho Nacional de Pesquisas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CPB - Confederação dos Professores do Brasil

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades brasileiras

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CTA - Centro Técnico de Aeronáutica

CUT - Central única dos Trabalhadores

CV Lattes - Currículo Lattes

EAD - Educação à distância

EAPES - Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior

EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S. A.

ENC - Exame Nacional de Cursos

ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

EPES - Equipe de Planejamento do Ensino Superior

FASUBRA - Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras

FENEM - Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino

FENOE - Federação Nacional dos Orientadores Educacionais

FESP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNDEP - Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública

FNP - Fundo Nacional de Pesquisa

GATS - General Agreement on Trade in Services

GATT - General Agreement on Tarifas and Trade

GERES - Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

GTRU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

HUs - Hospitais Universitários

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPD - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NEAD - Núcleo de Estudos Sobre Álcool e Outras Drogas

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OMC - Organização Mundial do Comércio

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PACT&I - Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional

PADCT - Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PICD - Programa Institucional de Capacitação Docente

PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PL - Projeto de Lei

PLC - Projeto de lei complementar

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDNR - Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República

PNE - Plano Nacional de Educação

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGPS - Programa de Pós-Graduação em Política Social

PPP – Parceria público-privado

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

REHUF - Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RHAE - Recursos Humanos em Áreas Estratégicas

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEAF - Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação

TPE - Movimento Todos pela Educação

UB - Universidade do Brasil

UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNINOVE - Universidade Nove de Julho

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

URJ - Universidade do Rio de Janeiro

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

UVV - Universidade de Vila Velha

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 A produção do conhecimento mercadoria no movimento contraditório do capital</b> .....	<b>38</b>
1.1 O conhecimento científico funcional ao modo de produção capitalista .....	40
1.2 As revoluções tecnológicas entre a superação e o recomeço da crise do capital .....	51
1.3 Rearranjos da classe burguesa para a superação da crise internacional .....	55
<b>Capítulo 2 A formação do Brasil como um país de capitalismo dependente</b> ....	<b>62</b>
2.1 A acumulação primitiva do capital e as colônias na América .....	64
2.2 O “sentido da colonização” que permanece e as repercussões para a universidade brasileira .....	68
2.3 Capitalismo monopolista e universidade no Brasil .....	84
2.4 Reforma universitária consentida: refuncionalização da universidade segundo as necessidades do capital .....	92
2.4.1 A confluência de interesses dos atores internos e externos na “reforma” do ensino superior brasileiro .....	97
<b>Capítulo 3 A contrarreforma do Estado: aprofundamento da condição heterônoma e dependente do Brasil</b> .....	<b>104</b>
3.1 Jogos de poder para a superação do “entulho autoritário” .....	105
3.2 A política de educação superior em tempos de contrarreforma .....	115
3.2.1 O Banco Mundial e a difusão da política antiuniversitária .....	116
3.2.2 A UNESCO e os documentos que inspiram o Estado brasileiro .....	120
3.2.3 A OMC e a regulação comercial da política educacional .....	123
3.3 A condução da contrarreforma do Estado brasileiro .....	125
3.3.1 Collor e a difusão das ideias neoliberais .....	127
3.3.2 Itamar prossegue com o projeto burguês .....	130
3.3.3 FHC e a contrarreforma em processo .....	132
3.3.4 Heranças e obras do governo Lula .....	145
3.3.5 Oposição consentida: o governo de Dilma Rousseff .....	160
<b>Capítulo 4 A parceria subordinada e a institucionalização da pós-graduação stricto sensu no Brasil</b> .....	<b>170</b>
4.1 Os Planos Nacionais de Pós-Graduação .....	178
4.2 As ciências subordinadas ao capital: indução para qual desenvolvimento? ..	187



4.3 A pós-graduação em quadros: discutindo as assimetrias .....	197
4.4 A CAPES e a avaliação da pós-graduação.....	206
<b>Capítulo 5 O CNPq e o fomento à pesquisa.....</b>	<b>215</b>
5.1 Ministério da Ciência e Tecnologia e o foco na inovação .....	220
5.2 Os Livros Verde, Branco e Azul .....	224
<b>Capítulo 6 A indução à pesquisa: mecanismo para a institucionalização da heteronomia.....</b>	<b>232</b>
6.1 Atendimento das demandas por recursos para pesquisa .....	232
6.2 Exigências para a submissão de projetos.....	235
6.2.1 Quanto à titulação.....	236
6.2.2 Quanto às instituições de execução .....	239
6.3 Distribuição das propostas aprovadas por instituição .....	242
6.4 Distribuição das propostas aprovadas por região .....	245
6.5 Distribuição das propostas aprovadas por grande área.....	247
6.6 Distribuição das propostas aprovadas por tema .....	252
6.7 Distribuição das propostas aprovadas de cooperação internacional .....	264
6.7.1 Cooperação internacional em 2011 .....	264
6.7.2 Cooperação internacional em 2012 .....	265
6.7.3 Cooperação internacional em 2013 .....	267
6.7.4 Cooperação internacional em 2014 .....	269
<b>Conclusão .....</b>	<b>273</b>
<b>Referências .....</b>	<b>278</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>303</b>

## Introdução

A tese ora apresentada é parte de um longo caminhar em busca do conhecimento e do aperfeiçoamento profissional. Traduz a minha trajetória como estudante da graduação em Serviço Social, do mestrado em Política Social e, posteriormente, da minha inserção como doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em interlocução com o processo de orientação<sup>1</sup>.

Digo que esse projeto espelha a minha trajetória, emoldurada pelos professores que conheci, porque o interesse pela pesquisa e por todas as possibilidades que ela traz, ocorreu ainda na graduação, quando me inseri como aluna de Iniciação Científica e em um grupo de estudos<sup>2</sup>, que desenvolveu o meu desejo pela docência e pelo constante aperfeiçoamento profissional.

Inicialmente, os temas de estudo ao qual me vinculei versavam sobre a política de saúde e a violência de gênero<sup>3</sup>. Em seguida, para a submissão do projeto de tese à seleção do doutorado, optei por construir um trabalho cujo tema estivesse vinculado à política de educação, em particular, do ensino superior. Tal mudança deve-se ao fato de que esse assunto, não menos cativante, também me chamou a atenção dada a minha inserção como docente no ensino superior, sendo a minha primeira experiência profissional a atuação como professora substituta do curso de Serviço Social da UFES.

A partir de algumas leituras e do fortalecimento da minha aspiração elaborei um projeto de pesquisa ao qual submeti à avaliação na seleção para o doutorado. É interessante destacar que o trabalho aqui apresentado, foi sendo paulatinamente lapidado por meio da troca de conhecimento estabelecido com a orientadora. Com o aprofundamento das leituras realizamos um salto na delimitação do assunto que

---

<sup>1</sup> Este estudo insere-se na linha de pesquisa políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais do PPGPS da UFES.

<sup>2</sup> Núcleo de Estudos Sobre Álcool e Outras Drogas (NEAD).

<sup>3</sup> Durante a graduação e a pós-graduação (especialização e mestrado) desenvolvi trabalhos relacionados à violência contra a mulher.

passou a gravitar em torno das questões relacionadas à autonomia científica<sup>4</sup> tendo interfaces com a discussão sobre a política de educação, ciência, tecnologia e inovação.

Podemos introduzir o assunto, abordando uma crítica publicada em 1926 por Fernando de Azevedo, no jornal "O Estado de São Paulo", sobre o ensino superior implantado no Brasil. Uma das análises realizadas pelo jornalista indicava a inexistência de instituições dedicadas a "alta cultura" e que realizassem a pesquisa "livre e desinteressada" (CUNHA, 2007a, p. 199).

Esse assunto remonta à clássica função atribuída à universidade<sup>5</sup> que seria não somente a ministração do ensino, mas também a produção de conhecimentos por meio da pesquisa científica. É bem verdade que, nem todas as universidades<sup>6</sup> surgiram sob esse prisma, do qual destacamos a instituição de Berlim como a figura mais clássica neste sentido.

Consideramos que as concepções alemã e francesa<sup>7</sup> de universidade influenciaram todo o mundo, tendo significativo peso na estruturação do ensino superior no Brasil. Esta forma de ensino (no caso francês) apresentou uma particularidade,

---

<sup>4</sup> No caso do Brasil, a concepção de autonomia foi colocada na Constituição Federal de 1988 (CF/88) onde se lê: Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

<sup>5</sup> O termo universidade é de origem latina (*universitas*) (WANDERLEY, 2003).

<sup>6</sup> Segundo Charle e Verger (1996, p. 7, 8) "se aceitarmos atribuir à palavra universidade o sentido relativamente preciso de 'comunidades (mais ou menos) autônomas de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior', parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII". Como não há uma data precisa para informar o surgimento destas instituições, Trindade (1999a) afirma que elas nasceram no século XII. Controvérsias a parte, destacamos como instituições que mais se destacaram as universidades de Bolonha (1190), Paris (1215) e Oxford (1249) (PAULA, 2009).

<sup>7</sup> O Brasil foi inicialmente influenciado pelas concepções francesas, fato observado por meio da formação das primeiras faculdades profissionais e da negativa frente ao propósito de criação de universidades no país. Todavia, mesmo com a criação da primeira universidade no Rio de Janeiro (na década de 1920) a ascendência francesa se fez sentir. Isto "porque o modelo napoleônico de universidade, caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal, vai marcar profundamente a organização da universidade do Rio de Janeiro. Não houve, como em São Paulo, a preocupação de introduzir a pesquisa como uma das principais finalidades [...] nem com a constituição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – entendida como coração da universidade, como centro integrador e catalisador da ideia de universidade, responsável pela ciência livre e desinteressada – características do modelo universitário alemão do século XIX, que influenciou a organização da USP" (PAULA, 2009, p. 73).

principalmente após a abolição das universidades por meio da Convenção do dia 15 de setembro de 1793 conduzida por Napoleão Bonaparte. Segundo Paula (2009) as universidades não eram desejadas pelos revolucionários franceses em decorrência do espírito “corporativo quase medieval nelas existente e à ênfase na cultura clássica, que impedia a entrada das ciências experimentais e do enciclopedismo”. Resumindo, elas eram vistas “como um aparelho ideológico do Antigo Regime” (PAULA, 2009, p. 72).

Somente por volta de 1896 foram reorganizadas algumas escolas isoladas na França, que inicialmente se constituíram em faculdades autárquicas e, posteriormente com o nome de universidades formaram uma federação de unidades independentes. Desse conjunto, ficaram separadas a Escola Politécnica, a Escola Normal Superior, o Colégio de França, o Instituto e o Museu de História Natural, o Museu do Homem e o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Dessa diferenciação entre as instituições emergiu uma hierarquia entre as unidades voltadas para a pesquisa científica, as que se dedicavam à formação das elites intelectuais, e as universidades “responsáveis por um ensino mais massificado” (PAULA, 2009, p. 73) sendo a pesquisa concentrada fora delas. Desse cenário, observa-se nas instituições de ensino superior francesas da época, um divórcio entre o ensino e a pesquisa.

Na Alemanha a situação foi inversa. O fechamento de algumas universidades (como Colônia, Mayence e Trier) como consequência das guerras e da ocupação francesa na margem esquerda do Reno, fez com que a Prússia perdesse toda a sua base intelectual, sendo a criação de uma nova instituição universitária uma necessidade (TRINDADE, 1999a).

Desse interesse foi criada em 1810 a Universidade de Berlim tendo em seu fundador, Guilherme de Humboldt, os ideais necessários para se constituir enquanto uma instituição que concebia a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, além da importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão articulador, por excelência, dos diversos campos do saber. Humboldt afirmava que o trabalho científico deveria ser “livre de quaisquer tipos de injunções e pressões, tais como do Estado, da Igreja e de outras demandas externas ao campo acadêmico universitário”

(PAULA, 2003, p. 55). Segundo a concepção alemã a universidade “deveria ser autônoma, embora sua existência dependa economicamente do Estado” (PAULA, 2003, p. 55).

Nesse influxo a Universidade de Berlim emergiu como um “centro da luta pela hegemonia intelectual e moral na Alemanha” (TRINDADE, 1999a, p. 17). Para Trindade (1999a) esse movimento iniciado em Berlim produziu “a recuperação progressiva das universidades alemãs entre 1810 e 1820, dentro de uma concepção [...] que se estrutura pela indivisibilidade do saber e do ensino e pesquisa, contra a ideia das escolas profissionais napoleônicas<sup>8</sup>” (TRINDADE, 1999a, p. 18).

Foi esta concepção ideal inaugurada pela Universidade de Berlim que levou alguns estudiosos a criticarem as emergentes universidades no Brasil onde a pesquisa até por volta de 1934 era rara (MINTO, 2008).

Se nesses tempos a crítica referia-se à raridade das pesquisas<sup>9</sup> atualmente podemos afirmar que a produção de conhecimentos nas universidades brasileiras não é rara<sup>10</sup>, mas, enfrenta novos obstáculos e limitações. Em momento onde o

---

<sup>8</sup> As diferenças entre as concepções alemã e francesa de universidade podem ser sintetizadas nas palavras de Paula (2009, p. 75, 76) “Encontramos acentuadas divergências entre as concepções alemã e francesa de universidade. O modelo alemão enfatiza a importância da pesquisa [...] e mais do que isto, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação; ao passo que, no modelo francês, a pesquisa não é tarefa primordial da universidade, havendo dissociação entre universidades, que se dedicam fundamentalmente ao ensino, e “grandes escolas”, voltadas para a pesquisa e a formação profissional de alto nível. Enquanto o modelo francês volta-se para a formação especializada e profissionalizante, via escolas isoladas; o alemão enfatiza a formação geral, científica e humanista, com enfoque na totalidade e universalidade do saber e na consequente importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão central da universidade. Enquanto a universidade francesa, desde Napoleão, é mantida e dirigida pelo Estado, tornando-se uma espécie de aparelho ideológico deste, com pequena autonomia frente aos poderes políticos; a universidade alemã, embora sendo instituição do Estado, por ele mantida financeiramente, conservou uma parte notável do seu caráter corporativo e deliberativo, gozando de liberdade de ensino e de pesquisa, nas suas primeiras décadas de funcionamento, no século XIX. Enquanto a intelligentsia francesa possuía forte vínculo com o Estado e com a política napoleônica, os intelectuais alemães mantinham uma posição de maior independência frente aos poderes políticos instituídos”.

<sup>9</sup> A universidade brasileira também padecia de outras críticas como a de que não passavam de um conjunto de escolas isoladas (MINTO, 2008). Assunto que será discutido com maiores detalhes no decorrer desta tese.

<sup>10</sup> Em um texto publicado em 1999 Trindade afirma que o sistema universitário público brasileiro era responsável por 90% da pesquisa científica e tecnológica do país, média muito superior se comparado as instituições privadas (TRINDADE, 1999b). Em publicação recente (de 2014) encontramos a informação de que cerca de 90% das pesquisas científicas realizadas no país são provenientes da pós-graduação, ou seja, a universidade pública ainda é o principal locus de pesquisas do país, já que os programas de pós-graduação localizam-se majoritariamente nas instituições públicas (BUENO, 2014).

capital busca acelerada reprodução, a universidade está sendo vista como um campo fundamental para a comercialização e a produção de conhecimentos "não desinteressados" com vistas a sua aplicabilidade imediata e funcional ao capital. Segundo Paula (2009, p. 78)

No contexto neoliberal, marcado pela razão instrumental mercadológica do capital, a concepção norte-americana, com seu conteúdo pragmático e utilitário, torna-se hegemônica nas instituições de educação superior brasileiras. Há um processo crescente de 'macdonaldização' do ensino, sobretudo no âmbito das instituições privadas, com a proliferação de cursos que, no passado, não possuíam o menor status acadêmico, havendo uma banalização e um aligeiramento da formação de nível superior para atender as demandas de mercado e dos 'clientes' que procuram um título universitário<sup>11</sup>.

Consideramos que este debate articula-se a outra discussão também polêmica qual seja, o princípio da autonomia universitária, em especial, da autonomia científica. Se a produção de conhecimentos é, muitas vezes, direcionada pelos anseios capitalistas, faz sentido a nossa preocupação sobre o grau de autonomia presente na universidade para o exercício de decisões autônomas sobre o quê, para quê, por que e para quem pesquisar.

A disputa pela autonomia e os diferentes significados dados a essa palavra aparece como uma questão fundamental desde o surgimento das universidades. Charle e Verger (1996) apontam dois traços comuns ao conjunto das primeiras instituições universitárias. O primeiro é a dependência em relação ao movimento associativo que era forte no início do século XIII. De acordo com os autores em toda "parte, mestres e/ou estudantes reuniram-se para constituir uma 'universidade' juramentada". Eles também se organizaram para "regulamentar o exercício autônomo da atividade, que era a própria razão de ser de sua associação, a saber, o estudo e o ensino" (CHARLE; VERGER, 1996, p. 19).

---

<sup>11</sup> Dessa reflexão depreende-se que todo o ensino superior brasileiro (e não só a universidade) passou a ser fortemente influenciado pelas concepções norte-americanas em detrimento do ideal francês e/ou alemão. A hegemonia norte-americana se fez sentir principalmente com a reforma universitária promovida na década de 1960 pelos governos militares (tema de um capítulo deste trabalho). Ainda sobre essa assertiva Paula (2009) ressalta que "o ideal da concepção alemã de universidade, voltada para a formação humanista, integral e 'desinteressada' do homem, tendo como base uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é crescentemente substituído pela racionalização instrumental e pela fragmentação do trabalho intelectual" (PAULA, 2009, p. 78).

Como segundo traço os estudiosos citam que as “universidades saíram deliberadamente do estreito quadro diocesano que era o das escolas anteriores” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 19). Embora reconhecidas como instituições eclesiásticas elas passaram cada vez mais para o controle das cidades e dos Estados que necessitavam formar quadros de funcionários e construir uma ideologia conveniente ao nascimento e fortalecimento do Estado Moderno. Dessa união de interesses, a universidade passou a ser cada vez mais controlada pelo poder político, sendo exemplo desse controle a intervenção na nomeação de professores e na seleção de estudantes (CHARLE; VERGER, 1996). Nesse sentido, os autores apontam que

Uma das características mais importantes da evolução institucional das universidades (e estabelecimentos conexos) na época moderna é o controle cada vez mais estrito exercido sobre elas pelos poderes políticos. As universidades mais antigas e mais importantes, como Paris, conservaram um mínimo de autonomia, pelo menos no que se refere à gestão cotidiana. Porém, todos os soberanos, mesmo nos pequenos principados alemães, impuseram à atividade universitária quadros regulamentares estritos. [...] A interferência do Estado nas Universidades foi facilitada pelo fato de este tomar cada vez mais para si os salários dos regentes e a construção dos prédios, algumas vezes suntuosos. Mas, fora os grandes colégios ingleses ou algumas universidades bem dotadas de terras ou de rendas, como a de Salamanca, eram de fato raras as instituições que dispunham de recursos próprios suficientes (CHARLE; VERGER, 1996, p. 45).

Assim, na Idade Média as universidades tentaram conquistar a sua autonomia perante a Igreja, uma vez que a instituição universitária estruturava-se sob o seu controle. Já a partir do século XV com a emergência dos Estados nacionais, a submissão da universidade ao Estado levou à reivindicação por autonomia frente ao poder estatal (PAULA, 2012).

No caso brasileiro as discussões que envolvem o conceito de autonomia universitária antecedem até mesmo a criação das primeiras universidades<sup>12</sup> (RANIERI, 2013) sendo este preceito incorporado pela Constituição Federal de 1988. Ocorre que, esta concepção tem sido fonte de disputas constantes fomentando divergências em seu entendimento, o que impacta diretamente nas possibilidades de sua materialização.

---

<sup>12</sup> Em consequência da extensão deste assunto, a sua problematização será realizada em um capítulo específico desta tese.

Ao discutir o preceito de autonomia Ranieri (2013) esclarece que esta palavra tem origem grega, composta pelos radicais *auto* (que significa próprio, peculiar) e *nomia* (que significa lei, regra) o que designa a ideia de direção própria. De acordo com a autora:

Retomando os conceitos expedidos temos que, autonomia, de maneira genérica, exprime a ideia de “direção própria”, dentro de limites preestabelecidos [...] Hoje, no direito público, a autonomia pode ser conceituada como poder funcional derivado, circunscrito ao peculiar interesse da entidade que o detém e limitado pelo ordenamento que lhe deu causa, sem o qual ou fora do qual não existiria. Não é, portanto, soberania, mas poder derivado; e, quando atribuído a uma instituição pública, não implica liberdade absoluta, uma vez que a autonomia é restrita ao peculiar interesse da entidade (RANIERI, 2013, p. 37).

Desta explicação depreende-se que a universidade tem o direito de regular a si própria, mas, sem ultrapassar os limites constitucionais. Ranieri (2013) adota uma distinção interessante entre autonomia e soberania, sendo este um conceito que designa o poder político de uma nação ou de um Estado que regula interna e externamente as suas ações, como uma personalidade internacional. Segundo Cury (1991) é por isso que o artigo 207 da Constituição de 1988 não engloba no conjunto dos elementos que compõe a autonomia universitária<sup>13</sup>, a autonomia política, pois a universidade não é uma nação, nem um Estado.

De forma sucinta podemos afirmar que “a autonomia universitária, tal como dispõe o art. 207, é um modo de ser institucional e exige liberdade para a universidade se autodeterminar” (FÁVERO, 1997, p.11). Para a autora,

Entendida nessa perspectiva, a **autonomia didático-científica** da universidade implica liberdade de: a) estabelecer seus objetivos, organizando o ensino, a pesquisa e a extensão sem quaisquer restrições doutrinárias ou políticas; b) definir linhas de pesquisa; c) criar, organizar e extinguir cursos; d) elaborar o calendário escolar; e) fixar critérios e normas de seleção, admissão e promoção; f) outorgar graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos. Na mesma linha, do ponto de vista **administrativo**, as universidades têm plena liberdade de: a) organizar-se internamente, estabelecendo suas instâncias decisórias na forma que lhes aprouver; b) elaborar e reformular seus estatutos; c) estabelecer seu quadro de pessoal em articulação com o Ministério ou Secretaria a que esteja vinculada. A terceira dimensão refere-se à **autonomia de gestão financeira e patrimonial**, que, no caso das instituições públicas, significa: a) outorgar competência à universidade para propor e executar o seu orçamento; b) receber os recursos que o poder público é obrigado a repassar-lhe para pagamento de pessoal e despesas de capital e outros custeios; c) gerir seu patrimônio, receber doações, subvenções; d) realizar

<sup>13</sup> Os elementos são: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (BRASIL, 1988).



operações de crédito ou de financiamento com a aprovação do poder público competente (FÁVERO, 1997, p. 11, grifo nosso).

A partir do exposto indicamos que a autonomia universitária tal qual como pontuam Ranieri (2013) e Fávero (1997) enfrenta dificuldades para se materializar nas universidades brasileiras. Em sua reflexão, Fávero (1997) assinala que “se por um lado nunca houve no país a autonomia universitária em sentido pleno [...] por outro observa-se que existe, de forma cada vez mais consciente, uma luta pela construção efetiva dessa autonomia” (FÁVERO, 1997, p. 11).

Assim, os debates sobre o conceito de autonomia universitária estão longe de consensos. Contudo, observando as contradições e o movimento do real e ao levarmos em consideração a luta de classes e a correlação de forças nas sociedades capitalistas, podemos considerar que a autonomia é sempre relativa<sup>14</sup>, ou seja, a universidade pode ter maior ou menor grau de autonomia a depender das correlações de forças entre os diferentes interesses apresentados pelas distintas classes sociais na sociedade. Além disso, no cenário contemporâneo reivindica-se a autonomia não só em relação ao Estado e a Igreja, mas também ao mercado.

Minto (2008) ao estudar a política de educação para o ensino superior das universidades estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) ressalta que as contrarreformas<sup>15</sup> ocorridas a partir dos anos de 1990 impediram uma maior concretização do princípio da autonomia universitária nessas instituições de ensino. Para reafirmar esta posição o autor alega que no âmbito da autonomia didático-científica pode-se apontar o modo de financiamento e a avaliação das pesquisas como uma forma de ferir o preceito da autonomia uma vez que os recursos fornecidos pelas agências de fomento à pesquisa são alocados em menor medida nas ciências humanas. Além disso, destacou que a avaliação dos cursos é feita por critérios de produtividade com ênfase em dados quantitativos, o que em último grau

---

<sup>14</sup> Nas palavras de Ranieri (2013, p. 74) “A autonomia é [...] relativa. Sujeita-se aos constrangimentos materiais, sociais e políticos da sociedade em que se insere. As circunstâncias externas à universidade – mercado e autoridade estatal – tanto quanto as internas – oligarquia acadêmica – podem imprimir-lhe marcas e direções”.

<sup>15</sup> O termo reforma que foi utilizado por Minto (2008) foi substituído em nosso trabalho pelo conceito de contrarreforma adotado por Behring (2008). Para a autora, as transformações ocorridas no Brasil a partir de 1990 foram regressivas, o que, não permite afirmar a existência de uma reforma. Se antes, sob a via de processos de modernização conservadora, o Brasil deu saltos para frente, pode-se dizer que a partir de 1990 houve um aprofundamento da condição dependente e heterônoma do Brasil.

também define o financiamento. Sobre a autonomia administrativa, o autor argumenta que esta "já nasceu condenada", pois, a decisão última na escolha do reitor, por exemplo, cabe ao governador que referenda a escolha mediante lista tríplice. Por último, menciona que a autonomia de gestão financeira e patrimonial não significa autonomia financeira. Ao contrário, cabe ao Estado o repasse de recursos financeiros e a sua gestão à universidade. O autor lembra que "possuir autonomia para gerir é diferente de ter acesso a todos os recursos necessários a uma efetiva autonomia" (MINTO, 2008, p.86).

A partir desta análise observamos como o conceito de autonomia também foi apropriado pelas correntes conservadoras que disseminam a ideia de que este preceito constitucional significa a autonomia que a universidade possui para captar recursos financeiros no mercado, ou seja, trata-se de uma concepção que respalda as contrarreformas desenvolvidas no sentido da desresponsabilização do Estado no provimento do direito à educação (CHAUÍ, 2001).

Esta afirmação pode ser confirmada a partir de diversos estudos, dentre os quais a pesquisa de Sousa (2009). Em seu trabalho a autora analisou o significado da autonomia universitária na política educacional do governo de Fernando Henrique Cardoso. Sua conclusão foi a de que as instituições financeiras internacionais interferiram na política de educação para o ensino superior com a anuência e em conjunto com o governo federal e as elites brasileiras, ferindo a autonomia universitária uma vez que, o resultado dessa intervenção foi à abertura cada vez maior da área educacional para a exploração do capital.

Esta lógica nos leva a ideia da universidade operacional que segundo Marilena Chauí (2001) emergiu no contexto brasileiro a partir da década de 1990. Esse formato de universidade surgiu para adequar ou refuncionalizar essa instituição às necessidades do mercado. De instituição social a universidade passou a ser denominada organização social, a partir das contrarreformas do Estado cujo marco encontra-se no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A discussão presente na obra de Chauí (2001) sobre a universidade como instituição social (concepção presente nas universidades clássicas) ou como organização social (das quais a

Levando em consideração o conjunto das argumentações até aqui expostas e, em virtude da amplitude do assunto que versa sobre a autonomia universitária, realizamos um exaustivo levantamento sobre o que já foi produzido sobre o tema<sup>17</sup>. Inicialmente, recorreremos ao banco de teses e dissertações da Capes<sup>18</sup> e por meio do levantamento realizado em 10/11/2013 com a palavra chave "autonomia universitária" foram encontradas 1.530 teses/dissertações<sup>19</sup>. Devido a reorganização do site só foi possível proceder ao levantamento dos trabalhos que datavam de 2005 a 2012, e por meio da leitura dos resumos, encontramos ao final 21 teses/dissertações que versavam sobre o assunto (apêndice 1).

Também utilizamos a biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO) para o levantamento de trabalhos nessa direção<sup>20</sup>. Nesse site, procuramos artigos (através do índice de assuntos) e o primeiro termo utilizado foi "autonomia universitária" por meio do qual encontramos apenas 01 artigo. Através do termo "autonomia e educação" também foi encontrado 01 artigo (apêndice 2).

Outra importante fonte de informação foi a Revista "Universidade e Sociedade" na qual realizamos uma pesquisa em todos os seus números<sup>21</sup>. As revistas estão disponíveis na internet a partir do número 25, as outras foram obtidas com o auxílio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) que nos enviou um Cd contendo os demais números da revista. Dos 1.035 escritos (entre editoriais, artigos, resenhas, poemas, dentre outros)<sup>22</sup>, 34 tinham como objetivo o debate sobre a autonomia universitária<sup>23</sup> (apêndice 3).

---

universidade funcional, a universidade de resultados e universidade operacional fazem parte) será objeto de análise no decorrer do trabalho.

<sup>17</sup> Os levantamentos foram realizados no banco de teses e dissertações da CAPES, na Scientific Electronic Library Online e nas Revistas Universidade e Sociedade. A utilização do banco de dados da CAPES e do Scielo justificam-se por serem instrumentos muito utilizados por pesquisadores que desejam obter um panorama geral dos estudos que já foram realizados. A Revista Universidade e Sociedade foi escolhida por ser uma publicação de responsabilidade do Andes que vem há anos discutindo a autonomia universitária.

<sup>18</sup> Esse levantamento foi realizado entre os dias 22/10/2012 à 12/12/2012. A listagem contendo informações sobre as teses/dissertações que está em anexo foi realizada em 10/11/2013.

<sup>19</sup> Contudo, nem todos os trabalhos realmente versavam sobre a autonomia universitária. Alguns trabalhos falavam sobre autonomia do idoso, autonomia na escola, dentre outros.

<sup>20</sup> Esse levantamento foi realizado entre os dias 21 a 24/06/2013.

<sup>21</sup> Da revista de número 01 à última revista publicada quando da coleta de dados que foi a Revista 51.

<sup>22</sup> Revista número 01 a 51.

<sup>23</sup> Para esta seleção procuramos o termo autonomia nos títulos e/ou nas palavras chaves de cada artigo da Revista Universidade e Sociedade.

Após a leitura de todo o material, verificamos que vários autores como Paula (2012, 2003), Sena Júnior e Silva (2003), Fávero (1997), Minto (2008), Sousa (2009) vêm afirmando que está ocorrendo (especialmente após os anos de 1990) uma perda progressiva de graus relativos da autonomia universitária<sup>24</sup> nas universidades brasileiras, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação. Todavia, não encontramos nos estudos, um detalhamento ou uma demonstração mais aprofundada sobre esse aspecto no que tange a autonomia científica<sup>25</sup>.

Assim, elegemos como **objeto de estudo** o princípio da autonomia científica nas Universidades públicas brasileiras<sup>26</sup>. É preciso aqui justificar que a escolha por estudar as Universidades públicas deve-se a várias razões. Primeiro, por entender que as Universidades Públicas devem gozar da autonomia não só porque é um princípio constitucional, mas, também porque é uma condição basilar para a construção e o compartilhamento de conhecimentos capazes de auxiliar no rompimento da condição dependente e subalterna ocupada por nosso país no cenário mundial. Em segundo, por acreditar que a luta por um ensino público, gratuito e de qualidade se remete também à existência de uma universidade autônoma, capaz de decidir sobre sua forma de atuar envolvendo ampla participação social. E por último, não poderia deixar de mencionar que enquanto estudante de graduação, mestrado e doutorado de uma Universidade Federal (UFES) e atualmente como docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), não poderia deixar de me questionar sobre a atual condição das Universidades públicas brasileiras.

A partir das reflexões aqui colocadas, podemos ressaltar três pontos: 1. a autonomia de uma instituição situada em um contexto capitalista não é plena, uma vez que a lógica capitalista acaba perpassando, em maior ou menor grau, todas as relações sociais. Então, dada a correlação de forças entre as classes sociais podemos afirmar que a autonomia é sempre relativa; 2. no caso brasileiro, a condição subordinada e dependente do país se reflete na universidade, diminuindo o seu grau

---

<sup>24</sup> A autonomia tal qual apresentada na concepção de Ranieri (2013).

<sup>25</sup> Alguns trabalhos discutiam a autonomia universitária de uma forma mais ampla e outros se dedicavam somente à questão da autonomia financeira das universidades.

<sup>26</sup> A título de informação devemos destacar que no Brasil cerca de 90% das pesquisas científicas são realizadas nos programas de pós-graduação stricto sensu das Universidades públicas (BUENO, 2014).

de autonomia relativa frente aos interesses do capital nacional e internacional; 3. a universidade operacional tratada por Marilena Chauí (2001) que está em vigor desde os anos de 1990 encontra-se cada vez mais atrelada ao capital, sendo utilizada como campo profícuo para a expansão do lucro capitalista, trazendo impactos para a autonomia relativa desta instituição.

Levando em consideração estas pontuações elaboramos como **problema de pesquisa** a seguinte questão: qual foi o direcionamento dado às pesquisas científicas por meio dos editais<sup>27</sup> de financiamento lançados entre 2011 e 2014 pelo CNPq<sup>28</sup>? Como **questões norteadoras** apontamos: Esses editais foram dirigidos para quais áreas do conhecimento? Os editais pré-determinaram as temáticas a serem pesquisadas? Houve a priorização de alguma área do saber ou região geográfica do país? Quais as exigências estabelecidas para os docentes/pesquisadores obterem financiamento para suas investigações? Qual relação se estabelece entre a produção de conhecimentos e o setor produtivo?

Como **objetivo geral** propomos: analisar de que modo a direção dada à pesquisa científica no Brasil, por meio dos editais de fomento à pesquisa do CNPq, tem afetado a produção de conhecimentos nas universidades verificando a existência ou não de um comprometimento da autonomia científica. Elencamos como **objetivos específicos**:

- Verificar qual foi o direcionamento dado à produção científica do país por meio dos editais de apoio à pesquisa lançados pelo CNPq entre 2011 e 2014 e a sua relação com o preceito da autonomia científica das universidades brasileiras;

---

<sup>27</sup> Utilizaremos neste trabalho os termos editais e chamadas como sinônimos. Observamos que em alguns documentos do CNPq constavam a palavra edital e em outros, chamada. Questionamos à equipe do CNPq se havia diferença entre as palavras adotadas pela agência e foi nos informado que geralmente era utilizada a palavra edital, mas, para distinguir este tipo de ação dos editais de licitação, o CNPq passou a utilizar o termo chamada.

<sup>28</sup> A princípio delimitamos como tempo histórico para a nossa pesquisa os anos entre 1999 e 2014 porque desejávamos obter dados que nos proporcionassem uma maior amplitude, envolvendo debates relacionados à política de educação e também de ciência, tecnologia e inovação nos governos de Fernando Henrique Cardoso (2º mandato), Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Todavia, constatamos que o tempo para a finalização da tese seria insuficiente para nossos anseios, optando então por estudar apenas os quatro anos que envolveu o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

- Identificar quais áreas do conhecimento e regiões geográficas do país foram as mais beneficiadas;
- Identificar se os editais de financiamento à pesquisa pré-determinaram as temáticas a serem pesquisadas;
- Verificar se os editais do CNPq de apoio à pesquisa estimulam a parceria entre universidades e o setor privado para a produção de conhecimentos científicos;
- Problematizar o papel subordinado e dependente ocupado pelo Brasil em âmbito mundial e, as implicações desse processo para as diferentes compreensões acerca da autonomia científica.

A **hipótese** que dirige essa pesquisa é de que os editais de financiamento às pesquisas fomentados pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014, direcionam a produção do conhecimento científico por meio da priorização de áreas e temas do conhecimento determinados pela nossa posição subordinada na economia mundial.

Nessa ótica, pretendemos desenvolver a **tese** de que a relativa autonomia científica das universidades tem sido comprometida pelas prioridades estabelecidas pelo Estado brasileiro na medida em que os editais de financiamento às pesquisas do CNPq privilegiam determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras, estimulando os pesquisadores a direcionarem seus esforços para a produção de conhecimentos em áreas e temas privilegiados pela política governamental.

Esse assunto apresenta importante relevância científica e social em cenário de aumento do número de cursos de graduação e de programas de pós-graduação stricto sensu, expansão muitas vezes associada à ideia de democratização do ensino e da elevação da produção de conhecimentos no Brasil. Se em 1998 existiam 1.259 programas de pós-graduação, em maio de 2014 já existiam 3.796 programas (um aumento de 301,5%), o que nos faz refletir sobre as implicações desse processo para o Brasil. Ou seja, se houve um crescimento dos programas de pós-graduação stricto sensu e, conseqüentemente, da formação de pesquisadores seria interessante pensarmos quais são as tendências da produção de conhecimentos em nosso país. Em uma conjuntura com dados tão expressivos quanto à ampliação

(ainda que precarizada) de vagas, de matrículas e de cursos nas universidades é de significativa pertinência refletirmos sobre quais pesquisas estão sendo desenvolvidas, quais pesquisadores (as) têm alcançado financiamento público para o desenvolvimento da ciência, e à quais demandas estas pesquisas atendem. Nessa mesma ótica, também é preciso saber se a produção de conhecimentos (incentivada e almejada pelos países tendo em vista a competitividade dos mercados) têm sido desenvolvida levando-se em consideração o princípio constitucional da autonomia científica. Em se tratando de pesquisas desenvolvidas com recursos públicos devemos ainda ressaltar que os seus resultados precisam ser revertidos à coletividade. Nesse caso, sabe-se que a maior agência de fomento à pesquisa em âmbito nacional é o CNPq sendo por este motivo o órgão escolhido para a coleta dos dados desta pesquisa. Além disso, devemos destacar que por meio do levantamento bibliográfico realizado não encontramos nenhum trabalho que versasse especificamente sobre a autonomia científica e o papel desempenhado pelo CNPq no estímulo à produção de conhecimentos por meio dos editais de fomento à pesquisa, sendo esta uma lacuna, que não preencheremos totalmente, mas esperamos contribuir para um proveitoso debate.

O estudo ora apresentado configura-se como uma pesquisa de tipo documental. Embora muitas vezes confundida com a pesquisa bibliográfica, os estudos documentais diferenciam-se desta, principalmente em virtude da fonte dos dados: enquanto a primeira recorre a materiais de fontes primárias, que ainda não receberam tratamento analítico; a segunda utiliza-se de fontes secundárias, que já foram objeto de algum tipo de análise (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Quanto ao método de abordagem esse trabalho apresenta-se como qualitativo. A abordagem qualitativa tem como característica central trabalhar “o significado atribuído pelos sujeitos aos fatos, relações, práticas e fenômenos sociais: interpretar tanto as interpretações e práticas quanto às interpretações das práticas” (DESLANDES; ASSIS, 2002, p. 197). E o método quantitativo busca “formular hipóteses prévias e métodos específicos de verificação, submetendo o fenômeno à experimentação (ou observação sistemática), tentando controlar variáveis e eliminar fatores de confusão” na busca de explicar o fenômeno em estudo (DESLANDES; ASSIS, 2002, p. 198).

Tendo como objeto de estudo a produção de conhecimentos e a autonomia científica optamos por estudar os editais de apoio à pesquisa da maior agência de fomento à pesquisa no Brasil: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No início, havíamos pensado em estudar as ações desenvolvidas pela agência citada e também pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entretanto, após o exame de qualificação optamos por utilizar apenas dados do CNPq. Esta escolha deve-se ao fato de que desejávamos desenvolver o nosso estudo baseando-nos nas chamadas de financiamento à pesquisa, sendo este um instrumento utilizado pelo CNPq e não pela CAPES<sup>29</sup>.

O CNPq atua por meio do incentivo à capacitação de recursos humanos (assim como a CAPES) e também no fomento à pesquisa. O incentivo à capacitação é realizado mediante a concessão de bolsas de estudo no país e no exterior. Já o fomento à pesquisa acontece por meio do apoio aos projetos de pesquisa, a editoração e a realização de eventos (BRASIL, 2015c).

Sendo assim, este trabalho foi construído levando-se em consideração o fomento à pesquisa realizado pelo CNPq por meio do apoio aos projetos de pesquisa. Este apoio ocorre por meio do lançamento de chamadas que distribuem recursos financeiros para o (a) pesquisador (a) que obtiver a aprovação do projeto de pesquisa submetido à agência.

Embora pareça de fácil manejo, a coleta dos dados foi de difícil execução. Primeiramente, tentamos obtê-los apenas utilizando os materiais existentes no site do CNPq. Após navegarmos pelo site optamos por coletar os dados através do link institucional/ estatísticas e indicadores/ apresentação/ investimentos em C&T/ apoio a projeto de pesquisa/ ano/ chamada. No entanto, observamos que a metodologia empregada neste item para a apresentação de informações sobre os projetos de

---

<sup>29</sup> Como destacamos em capítulos anteriores as linhas de ação da CAPES são: avaliação da pós-graduação stricto sensu; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (BRASIL, 2015a).



pesquisas aprovados não seria apropriada para a nossa tese. Contava-se mais de uma vez o mesmo projeto com informações também sobre bolsas de curta duração (que não é o objeto deste trabalho). Com estas limitações partimos para uma nova tentativa em outro link do site: bolsas e auxílios/ chamadas/ chamadas públicas/ encerradas ou abertas. A limitação deste caminho ocorre porque só é possível obter dados dos projetos aprovados a partir de 2006<sup>30</sup>. Além disso, neste link aparece apenas o nome dos (as) pesquisadores (as) que tiveram projetos aprovados sendo necessário entrar no lattes de cada um (a) para procurar outras informações como por exemplo, a grande área do conhecimento ao qual pertencem. Como os dados obtidos desta forma seriam insuficientes, resolvemos recorrer ao 0800<sup>31</sup> do CNPq e o atendente pediu para que fosse enviado um e-mail à agência<sup>32</sup> com a solicitação dos dados necessários à pesquisa. Em decorrência da demora para a obtenção da resposta ao e-mail enviado, prosseguimos tentando outras alternativas. Mais uma tentativa para a coleta de dados foi feita através do link institucional/ estatística e indicadores/ apresentação/ mapa de investimentos (itens que constam na página inicial do CNPq). Também não foi possível coletar dados por esta via, pois este link permite apenas a consulta de projetos e bolsas em vigência e não de anos anteriores.

Ainda navegando pelo site encontramos os relatórios de gestão institucional do CNPq. Pela internet foi possível obter os relatórios de gestão de 2011 a 2014. Ocorre que, os relatórios de gestão institucional são bem resumidos e não dispõem de dados completos sobre as chamadas de apoio à pesquisa. Por outro lado, através dessas tentativas notamos que seria possível fazer o levantamento de todas as chamadas de apoio à pesquisa de 2011 a 2014 utilizando-nos dos relatórios de gestão institucional destes anos e das informações existentes no site do CNPq no link chamadas<sup>33</sup>. Com o cruzamento destas duas fontes foi possível listar todas as

---

<sup>30</sup> Nesta época tínhamos como objetivo estudar os editais de apoio a pesquisa de 1999 a 2014, englobando os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

<sup>31</sup> 0800 619697.

<sup>32</sup> E-mail: atendimento@cnpq.br

<sup>33</sup> Neste link é possível acessar informações sobre as chamadas abertas, encerradas e também os resultados. Mas nos resultados aparece apenas o nome dos (as) pesquisadores (as) que tiveram projetos aprovados, não sendo possível conseguir dados mais detalhados sobre os projetos de pesquisa que foram submetidos e aprovados.

chamadas lançadas neste período (apêndices 4, 5, 6 e 7) e os objetivos de cada uma.

De posse desta listagem excluimos do nosso estudo todas as chamadas referentes a bolsas, Programa Ciência sem Fronteiras, auxílios para editoração e eventos, sendo elegíveis para esta tese apenas as chamadas de apoio à pesquisa (para financiamento de pesquisas). É preciso destacar que enquanto tentávamos coletar dados pelos diferentes meios explicitados, estávamos também em contato com o CNPq buscando uma forma mais adequada para a coleta de informações. Em conversa com algumas professoras (o que foi confirmado quando o CNPq nos respondeu por e-mail) descobrimos que poderíamos conseguir os dados desejados protocolando a nossa solicitação no sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão (sistema e-sic)<sup>34</sup>. Ao acessar o sistema foi possível fazer o cadastro e obter um nome de usuário e senha. Desta forma, é possível fazer solicitações online onde o pedido é protocolado e a resposta é enviada para o e-mail ou para a página do próprio sistema.

Em uma primeira experiência fizemos o pedido para que fossem enviados todos os dados sobre os projetos de pesquisa aprovados a partir de 2007<sup>35</sup>. Em resposta o profissional do CNPq pediu para que elencássemos quais chamadas eram de nosso interesse. Dessa forma, a partir do levantamento que já tínhamos realizado (apêndices 4, 5, 6 e 7) separamos todas as chamadas que eram referentes ao financiamento de pesquisas e enviamos para o CNPq. Em resposta obtivemos vários documentos em PDF que constavam todos os projetos submetidos ao CNPq referentes às chamadas que havíamos solicitado. Nestes documentos constavam a data de início e término do projeto; proponente; beneficiário; título do projeto; programa; grande área do conhecimento; área do conhecimento; instituição de origem (sigla, estado, região e país); instituição de destino (sigla, estado, região e país) e o valor financeiro solicitado pelo (a) pesquisador (a). Por meio deste documento foi possível descobrir a quantidade de projetos submetidos às chamadas

---

<sup>34</sup> Este sistema consta no próprio site do CNPq. Para acessá-lo basta clicar no link acesso a informação na página inicial do CNPq e depois sistema e-sic.

<sup>35</sup> Porque nesta época já havíamos decidido por diminuir o período da pesquisa de 1999 a 2014 para 2007 a 2014 porque no site só havia como obter os nomes de pesquisadores que alcançaram a aprovação de propostas a partir de 2006.

elegíveis para o estudo, mas, não era possível saber quais projetos foram aprovados. Logo, entramos novamente em contato com o CNPq pelo sistema e-sic e pedimos que fossem enviados documentos apenas dos projetos aprovados e o valor dos recursos financeiros liberados<sup>36</sup> pelo CNPq para a execução dos mesmos. A resposta dada foi que não havia recursos para responder a esta solicitação dado o corte de gastos declarado pelo governo federal aos vários ministérios<sup>37</sup>.

Sendo assim, recorreremos novamente ao site do CNPq no link chamadas e coletamos o nome de todos (as) os (as) pesquisadores (as) cujos projetos foram aprovados. Em seguida, procuramos manualmente estes nomes nos documentos enviados em PDF pelo CNPq (que constavam todos os projetos de pesquisa submetidos ao CNPq sem informar quais foram aprovados ou não). É preciso ainda mencionar que para agruparmos as informações dos projetos aprovados (grande área, nome da instituição, região, estado, dentre outros) foi necessário converter todos os documentos enviados pelo CNPq em PDF para o excel, trabalho este exaustivo desenvolvido pela pesquisadora. Os dados sobre os projetos de pesquisa aprovados em 2011, 2012 foram procurados manualmente, nome por nome nas planilhas do excel (porque os documentos foram convertidos para o excel) e os dados de 2013 e 2014 foram encontrados com o auxílio do programa libreoffice embora muitas vezes tenha sido necessária a procura manual<sup>38</sup> porque em algumas situações o nome não era encontrado<sup>39</sup>.

Desse modo, foi construído o arcabouço de materiais aos quais recorreremos para a coleta dos dados que embasam a nossa tese. Embora desejássemos estudar as chamadas lançadas de 2007 à 2014, à medida em que o estudo avançou notamos a impossibilidade de tal tarefa, em decorrência do volume muito grande de dados. Por este motivo, delimitamos para a tese as chamadas para financiamento de pesquisas lançadas pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014, envolvendo o período do

---

<sup>36</sup> Porque nem sempre o valor pedido pelo (a) pesquisador (a) é o mesmo concedido pelo CNPq.

<sup>37</sup> Pedido feito no segundo semestre de 2015. Este fato, nos limitou quanto à nossa ideia de realizar uma análise baseada também nos recursos financeiros concedidos à cada pesquisador.

<sup>38</sup> Quando constatamos a quantidade de dados referentes aos anos de estudo começamos a procurar formas que fossem mais eficientes e menos exaustivas para o cruzamento dos dados. Mas, enquanto isso, procedemos concomitantemente à coleta de dados utilizando-nos da forma manual em virtude do tempo que tínhamos para a finalização da tese.

<sup>39</sup> Principalmente quando estavam escritos de forma diferente, faltando algum acento ortográfico por exemplo.

primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Assim, importa-nos mencionar que pretendemos dar continuidade a este estudo envolvendo os anos não estudados seja em um projeto de pós-doutoramento ou até mesmo em pesquisas desenvolvidas na universidade.

Apenas para dirimir eventuais dúvidas sobre as fontes utilizadas para a coleta de dados, esclarecemos de forma resumida o seguinte: o levantamento de todas as chamadas do CNPq (seja de apoio a pesquisa ou capacitação de recursos humanos) foi feito mediante o cruzamento das informações dos relatórios institucionais do CNPq de 2011 a 2014 e o link chamadas na página de internet desta agência de fomento. Em seguida, os dados sobre os projetos de pesquisa submetidos e aprovados apenas das chamadas de financiamento à pesquisa foram construídos mediante documentos enviados em PDF pelo CNPq através do sistema e-sic. Para descobrirmos os projetos aprovados retornamos ao link chamadas e cruzamos o nome dos (as) pesquisadores (as) que estavam neste link com os dados do documento enviado pelo CNPq (onde havia todos os projetos submetidos) que precisou ser alterado para o excel para facilitar a contagem e o tratamento dos dados.

Entre os anos de 2011 e 2014 contabilizamos o lançamento por parte do CNPq de 135 editais ou chamadas de apoio à pesquisa. Nos apêndices 8, 9, 10 e 11 constam a listagem de todos os editais do CNPq nos referidos anos (edital de bolsas, financiamento de eventos, dentre outros) dos quais separamos apenas os editais para financiamento de pesquisas, sendo estes, os elegíveis para a nossa pesquisa. Concorreram aos 135 editais 93.367 projetos de pesquisa sendo selecionadas para fins de financiamento 24.450 (26,2%) propostas<sup>40</sup>. Para a sistematização dos dados realizamos a leitura na íntegra dos 135 editais e registramos em quadros as seguintes informações de cada edital: finalidade da chamada; recursos financeiros previstos; prazo de execução dos projetos; número total de propostas enviadas e número total de propostas aceitas. Depois dessas informações, contabilizamos

---

<sup>40</sup> Nos relatórios institucionais do CNPq o quantitativo de projetos enviados e aprovados de alguns editais não se assemelharam à contagem feita para este trabalho. Acreditamos que pode ter algum equívoco nos dados apresentados pelos relatórios. Por exemplo, o relatório institucional de 2011 afirma que houve 63 projetos aprovados para a chamada nº 06/2011, mas, nós contabilizamos 200. No relatório institucional de 2012 consta a submissão de 16.244 projetos de pesquisa à chamada nº14/2012, mas, nós encontramos 9.985.

através dos dados que foram cruzados entre os projetos submetidos e os aprovados o número de projetos aprovados por grande área do conhecimento; as instituições que alcançaram a aprovação de propostas e a sua localização geográfica (apêndices 12, 13, 14, 15).

Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo que compreende

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Essa técnica foi organizada a partir de 3 etapas: 1ª etapa (momento da pré-análise): essa foi a fase de organização, sistematização das ideias iniciais, e escolha dos documentos a serem analisados (BARDIN, 1977; MINAYO, 2004). Nossa pré-análise compreendeu o momento de leitura e organização dos documentos e de reflexões iniciais acerca do tema. 2ª etapa (fase da exploração do material): foi nessa ocasião que se realizou a análise propriamente dita, que “consiste essencialmente na operação de codificação” (MINAYO, 2004, p. 210). Segundo Holsti (apud BARDIN, 1977, p. 103) “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. A codificação traz consigo o olhar utilizado pelo pesquisador, ou seja, carrega a teoria e o material de pesquisa utilizado (BAUER, 2002). Portanto, essa fase se caracterizou como o “momento da codificação” onde transformamos os dados recolhidos durante a pesquisa em categorias para a interpretação. Em nosso estudo, utilizamos a análise temática, que corresponde a uma das técnicas empregadas na análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Dessa forma, discutimos o tema da tese a partir de sete eixos principais: o atendimento das demandas por recursos para pesquisa; as exigências para a submissão de projetos; as instituições que alcançaram a aprovação de propostas; as regiões geográficas do país que foram beneficiadas; as grandes áreas do conhecimento com projetos aprovados; os temas induzidos e a cooperação internacional. 3ª etapa: momento do tratamento dos resultados, da inferência e da

interpretação (BARDIN, 1977, p. 95), ao qual em articulação com a teoria conferiu sentido à nossa argumentação.

Este estudo está organizado em seis capítulos: o primeiro, aborda a importância da produção de conhecimentos para o modo de produção capitalista a partir da incorporação de seus avanços como forma de aumentar os lucros e como ideologia adequada à lógica de funcionamento do capital. No segundo capítulo debatemos a condição do nosso país que se desenvolveu segundo as necessidades de acumulação primitiva do capital e que ao não romper com "o sentido da colonização" espalhou sobre toda a forma de viver a sua condição heterônoma, periférica e dependente. As políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação, construídas por meio dessas bases, não se desvincularam dos interesses das elites brasileiras e internacionais. Nesse quadro, percebe-se as dificuldades iniciais para a implantação da universidade e para a construção de sua autonomia. O terceiro capítulo buscou discutir os impactos da crise do capital para as universidades brasileiras, e as relações desse processo com a autonomia universitária, em especial a autonomia científica. Há de se destacar que concedemos destaque à discussão sobre a universidade porque nela encontramos a maior parte dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo esta instituição *locus* fundamental para a produção de conhecimentos. No capítulo quatro refletimos sobre os cenários da pós-graduação *stricto sensu* reconhecendo este espaço como campo profícuo para o desenvolvimento de pesquisas e também para a formação de pesquisadores que darão continuidade a esta atividade. Na parte seguinte apresentamos alguns argumentos relacionados à política de ciência, tecnologia e inovação e sua interface com a política de educação, bem como o incentivo à produção de conhecimentos mais vantajosos para o mercado. Aqui cabe ressaltar o papel exercido pelo Estado brasileiro na indução de pesquisas refletindo a nossa condição de país dependente, periférico e essencialmente agrário-exportador. Esse lugar historicamente designado ao Brasil tem sido mantido pelos governos brasileiros, que em sintonia com os anseios da burguesia internacional, induzem fortemente o desenvolvimento de pesquisas para "aperfeiçoar" a produção de commodities em conformidade com o lugar reservado ao nosso país na economia mundial. No capítulo seis apresentamos e analisamos os dados e em seguida, expomos as considerações finais.

## Capítulo 1 A produção do conhecimento mercadoria no movimento contraditório do capital

Neste capítulo buscamos compreender como a ciência e a produção de conhecimentos ao se relacionarem ao projeto societário capitalista acabou por (re) produzirem interesses contraditórios. Ou seja, a ciência enquanto produção humana pode por vezes atender às necessidades sociais mais libertárias como pode também ser apropriada para fins contrários.

Neste trabalho, daremos destaque à relação entre ciência e sociedade a partir do capitalismo para demonstrarmos como a produção de conhecimento tem sido apropriada por este modo de produção no intuito de possibilitar a reprodução alargada do capital. Veremos que a partir da década de 1970 no contexto de mundialização do capital o conhecimento assumiu papel ainda mais relevante, pois “as inovações e os processos tecnológicos passam a ser condição de desenvolvimento econômico, e este, o condicionador da própria produção do conhecimento” (SILVA et al., 2005, p. 70). Assim, entende-se que a cultura mercantil e produtivista penetrou a universidade buscando cada vez mais associar a prática científica à tecnologia e à chamada inovação, cooptando, por muitas vezes, a autonomia da universidade e conseqüentemente do pesquisador que tem sido induzido a direcionar os seus interesses de pesquisa para áreas e temas já definidos e que outrora não lhe interessaria.

Para a problematização destes assuntos elaboramos este capítulo a partir das discussões que envolvem a ciência moderna<sup>41</sup> (conseqüentemente, a produção de conhecimentos) e suas imbricações com o modo de produção capitalista,

---

<sup>41</sup> A separação entre a ciência e a filosofia deu origem à ciência moderna, tendo como um de seus precursores Galileu. De acordo com Aranha (1993, p. 147) “a ciência moderna nasce ao determinar um objeto específico de investigação e criar um método pelo qual se fará o controle desse conhecimento. A utilização de métodos rigorosos permite que a ciência atinja um tipo de conhecimento sistemático, preciso e objetivo segundo o qual são descobertas relações universais e necessárias entre os fenômenos, o que permite prever acontecimentos e também agir sobre a natureza de forma mais segura”. Ao distinguir a ciência antiga da ciência clássica ou moderna (do século XVII) Chauí (2012, p. 278) assevera: “Entre as várias diferenças, devemos mencionar uma, talvez a mais profunda: a ciência antiga era uma ciência teórica, ou seja, apenas contemplava os seres naturais, sem jamais imaginar intervir neles ou sobre eles por meios técnicos; a ciência clássica é uma ciência que visa não só ao conhecimento teórico, mas, sobretudo à aplicação prática ou técnica”.

considerando que a mesma foi sistematicamente aplicada ao processo de desenvolvimento das forças produtivas<sup>42</sup> alterando também as relações de produção<sup>43</sup>.

Segundo Harvey (2013, p. 161) “cada modo de produção desenvolve um tipo específico de ciência, um ‘sistema de conhecimento’ apropriado para suas necessidades físicas e sociais distintas”. Falamos então, de uma ciência socialmente e historicamente determinada, que não se configura de forma neutra.

Assim, o quê pesquisar, como pesquisar e para quê pesquisar são perguntas cotidianas que provocam os diversos pesquisadores, de todas as partes do mundo, embora com suas particularidades. Na situação brasileira, há de se questionar se a universidade (enquanto lócus fundamental para a produção de conhecimentos) tem gozado de condições essenciais para o desenvolvimento da ciência, uma vez que, nos posicionamos como um país heterônomo e dependente<sup>44</sup>. Nesse sentido, uma questão nos envolve: seria interessante para os países capitalistas centrais o desenvolvimento da nossa ciência em direção ao atendimento das necessidades humanas da nossa população e, com o intuito de modificar a condição heterônoma do nosso país?

Esse posicionamento não significa desconsiderar os potenciais transformadores da ciência, mas, significa entendê-los a partir de um modo de produção determinado.

Parafraseando dois importantes estudiosos

Toda essa série de transformações no processo de produção, que no capitalismo é utilizado em favor do capital, pode, em uma nova sociedade, servir aos interesses dos trabalhadores através da redução da jornada de trabalho, utilização de máquinas em substituição dos trabalhadores em atividades estafantes, em lugares perigosos ou insalubres. A tecnologia não é por si só um mal; a maneira como é utilizada no capitalismo é que deve ser combatida, já que na maioria das vezes destina-se à obtenção de lucros, e não ao benefício da humanidade (PRIEB; CARCANHOLO, 2011, p.156, 157).

---

<sup>42</sup> Os meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho em seu conjunto são chamados de forças produtivas. Pode-se também dizer que o conceito de forças produtivas abrange os meios de produção (que são os meios de trabalho e os objetos de trabalho) e a força de trabalho (BOTTOMORE, 2012).

<sup>43</sup> As forças produtivas atuam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens, inserindo-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social o que constitui as relações de produção (NETTO; BRAZ, 2006).

<sup>44</sup> Essas categorias de análise serão trabalhadas no capítulo 2.



Nessa mesma perspectiva Mészáros (2004) salienta que a ciência, ao se ligar ao dinamismo contraditório do capital não pode ser culpada pelas consequências de seus produtos “que são, na verdade, produtos do modo socialmente dominante de produção em sua totalidade”. Isso “seria tão absurdo quanto imaginar que a ação isolada dos cientistas esclarecidos pudesse reverter o processo em curso” (MÉSZÁROS, 2004, p. 267).

A aliança entre a ciência e a técnica que resultou no desenvolvimento de tecnologias<sup>45</sup> foi essencial para o aumento do controle e da transformação da natureza. O incremento da tecnologia alterou o mundo com a emergência da Revolução Industrial e atingiu, a partir do século XX, patamares inacreditáveis de transformações. Do mesmo modo, a tecnologia também provocou avanços consideráveis no conhecimento científico (ARANHA, 1993).

Buscando trazer à baila essas questões, discutiremos a seguir as contribuições proporcionadas pela ciência moderna para o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e como ela serviu (e ainda serve) como meio de controle da força de trabalho e de valorização do capital. Nesse ínterim, não podemos deixar de problematizar a transformação da ciência em mercadoria, pois, o prolongamento do modo de produção capitalista é acompanhado pelo desenvolvimento da lógica mercantil onde “as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas – tudo é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. O modo de produção capitalista universaliza a relação mercantil” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 85).

### **1.1 O conhecimento científico funcional ao modo de produção capitalista**

---

<sup>45</sup> Segundo Chauí (2012, p. 278) “é mais correto falar em ‘tecnologia’ do que em ‘técnica’. De fato, a técnica é um conhecimento empírico, que graças à observação, elabora um conjunto de receitas e práticas para agir sobre as coisas. A tecnologia, porém, é um saber teórico que se aplica praticamente. Por exemplo, [...] uma lente de aumento é um objeto técnico, mas o telescópio e o microscópio são objetos tecnológicos, pois sua construção pressupõe o conhecimento das leis científicas definidas pela óptica. Em outras palavras, um objeto é tecnológico quando sua construção pressupõe um saber científico e quando seu uso interfere nos resultados das pesquisas científicas. A ciência moderna tornou-se inseparável da tecnologia”.

Os modos de produção<sup>46</sup> não resultam de relações harmoniosas entre as forças produtivas e as relações de produção. Ao contrário, a relação entre esses elementos é bastante complexa e variável ao longo da história<sup>47</sup>.

Diante do progresso das forças produtivas as relações de produção feudais foram modificadas permitindo o aparecimento do modo de produção capitalista<sup>48</sup>. A peculiaridade dessa forma de produzir reside na emergência do trabalhador assalariado o que nos permite reproduzir a seguinte citação “os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação; sua origem está na exploração do trabalho – reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 83).

A exploração mediante o trabalho assalariado foi possível em virtude da separação entre trabalhadores e seus meios de produção. Esse momento apareceu inicialmente no processo de acumulação primitiva do capital, que pode ser ilustrado, por exemplo, com o cercamento dos campos na Inglaterra (MARX, 2011b).

Sendo assim, interessa ao capitalista a emergência do trabalhador "livre", despossuído dos seus meios de produção. Se para os comerciantes, na produção mercantil simples, o lucro sucedia da diferença entre o que eles pagavam e o que recebiam pelas mercadorias, na produção mercantil capitalista interessa não somente o lucro, mas, também a produção de mais-valia (CARCANHOLO; SABADINI, 2011).

Do mesmo modo, devemos destacar que a forma característica da reprodução capitalista é a reprodução ampliada ou alargada, onde uma parte da mais-valia

---

<sup>46</sup> Designamos modo de produção a união entre as forças produtivas e as relações de produção. “Esquemáticamente, pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a estrutura (ou base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível, conjunto geralmente designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 61).

<sup>47</sup> O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção não acontece em um mesmo compasso (BOTTOMORE, 2012).

<sup>48</sup> Segundo Marx (2011b, p.829) “embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI”.

apropriada pelo capitalista é utilizada para os seus gastos pessoais e a outra é reconvertida em capital<sup>49</sup>. Marx afirma: “de um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente” (MARX, 2011b, p. 679).

O uso capitalista da ciência, por meio da tecnologia, como forma de exploração do trabalho e, como meio de reproduzir o capital, aparece de forma explícita no livro primeiro d'O Capital, volume I, quando Marx se preocupou em discutir "A maquinaria e a indústria moderna" (MARX, 2011a). Contudo, antes de prosseguirmos nessa discussão abordaremos duas formas de organização do trabalho também tratada por Marx: a cooperação e a manufatura<sup>50</sup>.

A cooperação é entendida por Marx (2011a, p. 378) como “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”. Apesar da cooperação também existir em modos de produção anteriores, ela só foi sistematicamente explorada no capitalismo, devido à disponibilidade de trabalhadores assalariados reunidos em grande número.

Para Marx (2011a, p. 391) “a cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura”, ou seja, a manufatura é uma forma de cooperação que se fundamenta na divisão do trabalho e tem como base a produção artesanal (a maquinaria não era muito utilizada, sendo pouco desenvolvida)<sup>51</sup>.

Há que se considerar que na manufatura os trabalhadores são ainda mais separados dos meios de produção por efeito da especialização, pois, o trabalho produtivo era dividido em tarefas específicas impedindo a visão de totalidade em relação ao conjunto do processo de fabricação (BOTTOMORE, 2012). Assim, a divisão do trabalho fundamentada na fragmentação do saber “desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e

---

<sup>49</sup> Até porque o capital é valor que busca valorizar-se (CARCANHOLO; SABADINI, 2011).

<sup>50</sup> Marx (2011a) estabelece diferenças entre a cooperação, a manufatura e a indústria moderna ou sistema fabril ou sistema da maquinaria.

<sup>51</sup> Na Inglaterra a manufatura apareceu como forma principal de produção de meados do século XVI ao último terço do século XVIII (MARX, 2011a).

completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital” (MARX, 2011a, p. 416). A produção manufatureira criou as condições para que o processo de trabalho fosse efetivamente dirigido pelo capital predominando a extração da mais-valia absoluta<sup>52</sup>.

Associado as mudanças no campo da produção é preciso destacar a relevância do Iluminismo que durante os séculos XVI e XVII revolucionou as formas de pensar. De acordo com Parker (2011, p. 254) “como a Renascença havia transformado a arte e a Reforma havia abalado às estruturas do dogma religioso, [o iluminismo] produzia uma nova visão do universo”.

A burguesia em sua crítica contra o regime dos Estados absolutistas<sup>53</sup> auxiliou no processo de desenvolvimento do que veio a se denominar Iluminismo<sup>54</sup>, cujas ideias eram pautadas pela razão (em detrimento do divino que era a base da mentalidade medieval). Para Aranha (1993, p. 147)

O renascimento científico deve ser compreendido, portanto, como a expressão da nova ordem burguesa. Os inventos e descobertas são inseparáveis da ciência, já que, para o desenvolvimento da indústria, a burguesia necessitava de uma ciência que investigasse as forças da natureza para, dominando-as, usá-las em seu benefício. A ciência não é mais a serva da teologia, deixa de ser um saber contemplativo, formal e finalista, para que, indissolivelmente ligada à técnica, possa servir a nova classe.

Nessa ótica, as descobertas científicas de Nicolau Copérnico<sup>55</sup>, Galileu Galilei<sup>56</sup>, Isaac Newton<sup>57</sup>, foram um divisor de águas para o nascimento da ciência moderna (PARKER, 2011).

<sup>52</sup> A mais-valia absoluta “é uma forma que o capital utiliza para incrementar a massa de mais-valia produzida por um trabalhador. Consiste em prolongar a jornada de trabalho ou intensificá-la, mantendo-se ou não constante a parte que é destinada ao pagamento da força de trabalho sob a forma de salário” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 137). Mas, a ampliação dessa forma de mais-valia apresenta limites fisiológicos, políticos e também sociais.

<sup>53</sup> A burguesia (classe que emergiu dos grupos mercantis que acumularam grandes capitais) surgiu como classe revolucionária. Segundo Netto e Braz (2006, p. 175) “atemorizada pela explosão de 1848, a burguesia converteu-se em classe conservadora: seu objetivo passou a ser a manutenção das relações sociais assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção, suportes da acumulação capitalista. Inicia-se o ciclo da sua decadência ideológica, com o completo abandono dos ideais emancipadores que animaram a sua luta contra o Antigo Regime”.

<sup>54</sup> O iluminismo combatia o absolutismo monárquico, o mercantilismo e o poder da Igreja (COTRIM, 1999).

<sup>55</sup> Em 1543 Nicolau Copérnico publicou uma teoria de um sistema heliocêntrico – um sistema solar – composto pela Terra e mais cinco planetas ao redor do Sol (PARKER, 2011).

A ciência - materializada em tecnologia capaz de afetar a produção – se efetivou de forma mais clara e decisiva com o desenvolvimento da maquinaria, tendo como auge a Revolução Industrial responsável pela subsunção real do trabalho ao capital<sup>58</sup>. Enquanto na manufatura os instrumentos de produção eram os implementos manuais dos trabalhadores e tinham o seu uso limitado pela força e agilidade dos seres humanos, com o desenvolvimento da indústria moderna<sup>59</sup>, caracterizada pelo uso da maquinaria<sup>60</sup>, essas limitações foram eliminadas. Esse estágio foi possível quando os avanços técnicos aliados ao aperfeiçoamento dos métodos produtivos permitiram a criação das máquinas industriais (BOTTOMORE, 2012).

Marx (2011a) afirma que a produção mecanizada trouxe as seguintes repercussões para o trabalhador: a utilização do trabalho das mulheres e das crianças ampliando o grau de exploração; o prolongamento da jornada de trabalho; e a intensificação do trabalho.

O emprego do trabalho das mulheres e crianças foi possível porque a maquinaria permitiu a inserção de trabalhadores sem força muscular suficiente, já que a força não era um elemento imprescindível para o trabalho nas indústrias nascentes. Essa situação colocou “todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital” (MARX, 2011a, p. 452). Segundo o autor

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de

---

<sup>56</sup> Em 1610 o astrônomo Galileu Galilei utilizando um telescópio mais aprimorado descobriu quatro luas orbitando Júpiter e demonstrou que a Terra não era o centro do universo (PARKER, 2011).

<sup>57</sup> Em sua obra *Sua Principia Mathematica* publicada em 1687, Newton descreveu a lei da gravitação universal (PARKER, 2011).

<sup>58</sup> “A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital” (MARX, 2011b, p. 578, 579).

<sup>59</sup> A indústria moderna também modificou a agricultura com a introdução das máquinas, dos produtos químicos de origem industrial e outras técnicas. A maquinaria passou a substituir muitos trabalhadores agrícolas empobrecendo-os e separando-os da terra (BOTTOMORE, 2012).

<sup>60</sup> A produção que se utiliza da maquinaria também é conhecida como “produção mecanizada”, para diferenciá-la da produção artesanal (BOTTOMORE, 2012).

quatro forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe da família mas, em compensação, se obtêm quatro jornadas de trabalho em lugar de uma, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro têm de fornecer ao capital, não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver. Desse modo, a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia ao mesmo tempo, o grau de exploração (MARX, 2011a, p. 452).

Marx (2011a) também destacou que a maquinaria é um meio poderoso para aumentar a produtividade do trabalho, isto é, para diminuir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, no intuito de se apropriar de mais valor. Já a intensificação do trabalho funciona como forma de aumentar o tempo de trabalho não pago sem que ocorra o prolongamento da jornada de trabalho. A intensificação amplia a capacidade de produção mediante a aceleração do ritmo, o aumento do uso de máquinas, a introdução de métodos organizacionais e de controle do trabalho.

A exploração capitalista resultou em manifestações surpreendentes dos trabalhadores<sup>61</sup> que reagiam frente à forma desumana de produzir, baseada principalmente no incremento do excedente mediante a extensão da jornada de trabalho. Contudo, as respostas da burguesia aos protestos operários basearam-se na repressão e na incorporação de novas tecnologias à produção, com o objetivo de amedrontar os proletários com a ameaça do desemprego. Dessa forma, entende-se porque as inovações tecnológicas funcionam como uma arma na luta de classes, pois, ao serem controladas pelos capitalistas são utilizadas contra os trabalhadores. Segundo Marx (1985, p. 131) “desde 1825, quase todas as novas invenções resultaram das colisões entre o operário e o patrão, que, a qualquer preço, procura depreciar a especialidade do operário. Depois de cada nova greve de alguma importância, surgia uma nova máquina”. Ainda sobre a luta entre o trabalhador e a máquina Marx (2011a, p. 488, 489) afirma

A luta entre o capitalista e o trabalhador remonta à própria origem do capital. Ressoa durante todo o período manufatureiro. Mas só a partir da introdução da máquina passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção. Durante o século XVII, quase toda a Europa presenciou revoltas dos trabalhadores contra a máquina [...] A enorme destruição de máquinas nos distritos manufatureiros

---

<sup>61</sup> Como o ludismo (MARX, 2011a).

ingleses durante os primeiros 15 anos do século XIX, provocada principalmente pelo emprego do tear a vapor, conhecida pelo nome de movimento luddita, proporcionou aos governos [...] o pretexto para as mais reacionárias medidas de violência. Era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados.

O desenvolvimento tecnológico apropriado pela classe burguesa direciona-se à reprodução da lógica do capital em sua busca constante pela valorização mediante a exploração da força de trabalho, com o objetivo final de extrair a mais-valia (tempo de trabalho excedente não pago), sendo a introdução da maquinaria essencial para a extração da mais-valia relativa e extra (MARX, 2011a; CARCANHOLO, SABADINI, 2011).

Para o entendimento da questão é preciso assinalar que o desenvolvimento tecnológico proporciona duas modificações importantes para o processo produtivo capitalista: 1. diminui o tempo de trabalho necessário<sup>62</sup>; 2. aumenta a capacidade de produção.

A diminuição do tempo de trabalho necessário ocorre porque mantida a mesma jornada de trabalho e o mesmo salário, há um aumento da produção de mercadorias diminuindo o tempo de trabalho que outrora seria necessário para a sua produção. Esse aumento da produtividade reduz o valor de troca das mercadorias, bem como dos bens consumidos pelos trabalhadores, o que implica na diminuição do valor da força de trabalho<sup>63</sup>. Nesse sentido, o incremento de tecnologias possibilita a

---

<sup>62</sup> Tempo de trabalho socialmente necessário é o “tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho [...] o que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso” (MARX, 2011a, p. 61).

<sup>63</sup> As medidas necessárias “à produção da mais-valia relativa não dependem de somente um empresário capitalista, qualquer que ele seja. Dependem, na verdade, do conjunto dos empresários responsáveis pelo setor que produz direta ou indiretamente bens de consumo dos trabalhadores. Essa é uma das duas diferenças entre a mais-valia relativa e a absoluta. Esta última é resultado da ação de um empresário na sua própria empresa; a outra depende do que ocorre em um conjunto grande de outras empresas” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 140). A mais-valia relativa também ocorre pelo aumento casual da produtividade no setor agrícola, mas como isso varia de ano em ano, esse fator em longo prazo não traz grandes modificações para a magnitude da mais-valia.

extração da mais-valia relativa, ou seja, a tecnologia<sup>64</sup> viabiliza o incremento da exploração possibilitando a valorização do capital.

Outra forma de exploração do trabalho pode ser visualizada com a mais-valia extra ou mais-valia extraordinária. Embora esse conceito não tenha sido completamente analisado por Marx<sup>65</sup>, é possível abordá-lo a partir de alguns elementos presentes em sua obra (CARCANHOLO, SABADINI, 2011).

A ideia é a de que uma empresa, após inovar tecnologicamente e reduzir a quantidade de trabalho para a produção de uma mercadoria, ganharia uma quantidade de mais-valia superior das empresas concorrentes. Contudo, esse é um ganho transitório, pois devido ao processo de concorrência e concentração capitalista as outras empresas são induzidas a inovarem com o objetivo de alcançar o mesmo volume de excedente da sua concorrente. Entretanto, precisamos mencionar que a elevação da força produtiva do trabalho obtida pelo capitalista individual não aumenta a riqueza capitalista global. O aumento da produtividade, não implica em dizer que o trabalhador produziu mais valor, na verdade ele aumenta a massa de valores de uso “e a riqueza capitalista tem como elemento dominante o valor, não o valor de uso” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 144). Daí depreende-se que

[...] as inovações só têm a capacidade de aumentar a taxa de mais-valia pela via da redução do valor da força de trabalho. E para isso acontecer é necessário, como vimos, que elas ocorram nos setores produtores de bens de consumo e subsistência dos trabalhadores, fazendo assim com que o aumento na produtividade do trabalho reduza o valor unitário dessas mercadorias, o que resultará em incremento do trabalho excedente e, aí sim, contribuirá para a geração adicional de mais-valia. Mas, nesse caso, estaremos voltando à análise anterior, pois se trata de aumento do excedente pela via da mais-valia relativa. [...] Assim, a mais-valia extra é uma forma transitória na medida em que as empresas concorrentes da inovadora buscarão superar o atraso tecnológico de maneira a eliminar a vantagem desta última. Nesse caso, o resultado final será a redução do valor da mercadoria produzida pelo conjunto dessas empresas. Se essa mercadoria fizer parte da cesta de consumo dos trabalhadores, haverá, então, uma redução proporcional do valor da força de trabalho e, portanto,

<sup>64</sup> As inovações tecnológicas “fazem parte desse processo, mas não somente: as políticas de gestão e de (re) organização produtiva, adotadas para racionalizar a produção e aumentar a produtividade também podem ser incluídas no arsenal das medidas existentes” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 139).

<sup>65</sup> Carcanholo e Sabadini (2011) apontam que a mais valia-extra poderia ser analisada por Marx de forma mais completa no volume III d’O Capital, mas, como se sabe, o autor não chegou a finalizar esse volume.



mais-valia relativa. A mais-valia extra, temporária, tende a ter como consequência a mais-valia relativa (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 144-145).

Como já sinalizamos a forma de reprodução do capital consiste em uma reprodução ampliada ou alargada onde uma parte do excedente deve ser reinvestido nos componentes do capital, seja aumentando o capital constante (correspondente ao valor despendido em meios de produção) ou ampliando o capital variável (parte que investe na compra da força de trabalho) (MARX, 2011a).

O capital variável foi assim denominado por Marx (2011a) porque sua quantidade se modifica do começo ao fim do processo de produção; o que inicialmente é valor da força de trabalho ao final é valor produzido por esta força de trabalho. A mais-valia é a diferença entre esses dois valores: “é o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca” (BOTTOMORE, 2012, p. 335). Isto é possível porque a força de trabalho é a única mercadoria capaz de gerar valor. Os meios de produção (capital constante) são consumidos no processo de produção e seu valor é transferido para o valor do produto produzido. Todavia, quando a força de trabalho é consumida cria-se um novo valor e “os trabalhadores são empregados devido, apenas, a expectativa de que este novo valor seja maior do que o valor da sua força de trabalho” (BOTTOMORE, 2012, p. 335).

Desse modo, verificamos uma das contradições do capitalismo que reside no fato de que as máquinas não podem produzir mais-valia por si mesmas. A mais-valia “só pode ser produzida pela parte variável do capital, e a quantidade de mais-valia produzida depende da taxa de mais-valia e do número de trabalhadores utilizados” (BOTTOMORE, 2012, p. 344). A utilização da máquina só pode aumentar a taxa de mais-valia barateando as mercadorias e reduzindo com isso o valor da força de trabalho.

A transformação do capital variável em capital constante provoca algumas consequências importantes: 1. intensifica a exploração da força de trabalho e os trabalhadores operam como apêndices da máquina; 2. substitui o trabalho vivo pelo morto gerando um exército industrial de reserva cujas flutuações regulam os salários e asseguram, em condições normais, a apropriação da mais-valia pelos capitalistas;

3. cria o que Marx chamou de uma contradição imanente à esfera da produção, “já que apenas o trabalho vivo produz qualquer valor, e, não obstante, a quantidade de trabalho vivo deve ser reduzida para que aumente a taxa de mais-valia” (BOTTMORE, 2012, p. 345).

As empresas com mais alta composição orgânica do capital<sup>66</sup> obtêm vantagens passageiras, pois, a concorrência pressiona a empresa menos avançada a se modernizar alcançando os ganhos da outra. Dessa forma, as taxas de lucro tendem a nivelar-se. E à medida que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair (aumenta para o capitalista individual, mas, cai para todos os capitalistas) (NETTO; BRAZ, 2006).

Nessa ótica, percebemos explicitamente que o avanço das forças produtivas e a exponenciação da exploração da força de trabalho aparecem articuladas ao desenvolvimento da ciência moderna ocorrendo “uma crescente aplicação dos avanços científicos e tecnológicos à produção” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 102).

A produção do conhecimento científico foi (e ainda é) incorporada pelo capital para o desenvolvimento de condições necessárias a sua reprodução alargada. Mesmo reconhecendo o caráter progressista, potencial e libertador da ciência (na medida em que foi capaz de aumentar o poder do homem sobre a natureza) não podemos deixar de pontuar as contradições<sup>67</sup> que a envolvem.

Levando em consideração, os argumentos supracitados, recorreremos à seguinte reflexão

O que leva o capitalista a introduzir as inovações tecnológicas no processo de produção certamente não é diminuir a fadiga dos trabalhadores, mas sim aumentar a exploração em sua busca incessante pela elevação dos lucros. Dessa forma, a maquinaria diminui o chamado tempo de trabalho

<sup>66</sup> É alta a composição orgânica do capital quando é maior a proporção do capital constante e baixa quando é maior a do capital variável (NETTO; BRAZ, 2006).

<sup>67</sup> Vimos que o progresso técnico entra em conflito com a força de trabalho no intuito de gerar mais valor. De acordo com Harvey (2013, p. 163) “a busca insaciável por parte dos capitalistas para se apropriarem do mais-valor impele as eternas revoluções nas forças produtivas. Mas essas revoluções criam condições que são inconsistentes com a acumulação adicional do capital e com a reprodução das relações de classe. Isso significa que o sistema capitalista é inerentemente instável e propenso a crises. Embora cada crise possa ser resolvida por meio de uma reestruturação radical das forças produtivas e das relações sociais, a fonte básica do conflito jamais é eliminada. Surgem novas contradições que geram formas de crises mais gerais”.

socialmente necessário, ou seja, a parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz para si, e aumenta a parte da jornada de trabalho que o capitalista apropria na forma de lucro – fenômeno chamado de mais-valia relativa. As inovações tecnológicas representam não uma diminuição no tempo de trabalho dos operários, mas, normalmente, ao contrário, uma ampliação na intensidade do trabalho. As vantagens obtidas pelos capitalistas com a introdução das inovações tecnológicas no processo de trabalho são desde a possibilidade de redução de salários com a troca de uma força de trabalho qualificada por uma que exige menos qualificação até o barateamento da cesta de consumo dos trabalhadores, o que justifica uma redução salarial. Outro aspecto que favorece a diminuição dos salários é o surgimento do chamado “exército industrial de reserva”, contingente cada vez maior de trabalhadores excluídos do processo de produção e dispostos a, mesmo por salários irrisórios, ingressar no mercado de trabalho (PRIEB; CARCANHOLO, 2011, p. 154,155).

O avanço da ciência e sua aplicação ao processo produtivo também assumiu grande relevância na chamada segunda revolução industrial ou segunda fase da revolução industrial, como um importante acontecimento para a elevação da composição orgânica do capital. Essa revolução marcou inclusive, a transição da "fase concorrencial" do capitalismo para o período do capitalismo imperialista ou monopolista<sup>68</sup>. Sobre a segunda revolução industrial Netto e Braz (2006, p. 176) ressaltam

Importantes desenvolvimentos estavam se realizando no domínio das ciências naturais, estimuladas pelas demandas da indústria e fortemente marcadas pelo positivismo: novas concepções abriam caminho na biologia, a química avançava e a física registrava progressos. [...] Graças a Bessemer (1813-1898) e aos irmãos Siemens (Friedrich, 1826-1904 e Wilhelm, 1823-1883), o aço passa a ser produzido em grande escala e substitui o ferro como material básico; a aplicação da química permite obter papel a partir da polpa de madeira (1855) e alumínio a partir da bauxita (1886) e revoluciona a produção de álcalis e de tintas e colorantes e dá nascimento à indústria de fármacos; a energia mais utilizada recebe um novo impulso, com a turbinação do vapor (Parsons, 1884); os motores de combustão interna são produzidos a partir de 1876 (Otto) e, com a abertura dos campos de Bornéu (1898), o petróleo generaliza-se como combustível; enfim, a eletricidade faz sua entrada em cena: em 1881, em Godalming (Inglaterra), inaugura-se a primeira central elétrica pública da Europa (NETTO; BRAZ, 2006, p. 176).

Diante das reflexões realizadas podemos afirmar que a aplicação do conhecimento científico na produção é fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas.

---

<sup>68</sup> Alguns autores como Netto e Braz (2006) por questões didáticas dividem a história do capitalismo em três fases principais: o capitalismo comercial ou mercantil iniciado no século XVI estendendo-se até por volta de 1780; o capitalismo concorrencial, liberal ou clássico visualizado a partir de 1780 até meados de 1890 e o capitalismo Imperialista ou Monopolista que emergiu por volta de 1890 estendendo-se até os dias atuais. Ainda devemos destacar que o Capitalismo Imperialista ou Monopolista pode ser subdividido em: fase clássica (1890 a 1940); fase dos Anos Dourados (fim da 2ª Guerra Mundial até início dos anos 70) e a fase do capitalismo contemporâneo (anos 1970 aos dias atuais). Já Mandel (1985) utiliza o conceito de capitalismo tardio para designar o período posterior à Segunda Guerra Mundial.

No capitalismo a ciência assumiu uma forma instrumental auxiliando no processo de valorização do capital mediante a exploração da força de trabalho. Devemos ressaltar que, o uso capitalista da ciência se aprofundou a partir da segunda metade do século XIX e principalmente após a crise de 1873, em que as tendências do capital à concentração<sup>69</sup> e a centralização<sup>70</sup> ficaram mais visíveis auxiliando na criação dos monopólios<sup>71</sup> o que deu origem à forma imperialista ou monopolista do capitalismo.

## **1.2 As revoluções tecnológicas entre a superação e o recomeço da crise do capital**

O imperialismo ou capitalismo monopolista foi à forma típica que se seguiu ao capitalismo concorrencial tendo como forma empresarial os monopólios, mas, sem a eliminação das pequenas e médias empresas (NETTO; BRAZ, 2006).

Se no capitalismo concorrencial a exportação de mercadorias era predominante, sob o capitalismo monopolista ganhou importância a exportação de capitais sob duas formas: o capital de empréstimo (os capitalistas concediam créditos, em troca de juros determinados) e o capital produtivo (capitalistas implantavam indústrias em outros países explorando ao máximo possível as riquezas naturais desses lugares além do excedente produzido pelos trabalhadores e diversos outros tipos de exploração) (NETTO; BRAZ, 2006).

O fortalecimento da divisão social do trabalho não se limitou às unidades produtivas ou a uma região. Os espaços nacionais foram direcionados à especialização em determinados tipos de produção sob o comando do capital, resultando em uma hierarquização entre os países, onde os mais "desenvolvidos" estabeleceram relações de domínio e exploração sobre os periféricos. É por esse motivo que se costuma afirmar que o desenvolvimento capitalista apresentou-se sempre com uma dupla característica – desigual e combinado. Desenvolvimento desigual, na medida

---

<sup>69</sup> É uma tendência do capital que implica um aumento de capital em função de uma nova acumulação (BOTTMORE, 2012).

<sup>70</sup> À diferença da concentração a centralização do capital ocorre por meio da concorrência e do crédito (BOTTMORE, 2012).

<sup>71</sup> Faria (2012) aponta em sua dissertação como as patentes assumiram grande importância no período dos monopólios. Abordaremos essa questão mais adiante.

em que a dinâmica capitalista atua em ritmos diferentes no sistema planetário e, combinado<sup>72</sup> pela assimilação de técnicas mais modernas com relações sociais e econômicas arcaicas por parte dos países "menos desenvolvidos", o que os fazem permanecerem na condição de economias dependentes e exploradas<sup>73</sup> (BOTTOMORE, 2012).

Como ao monopólio interessa controlar os mercados, a "partilha econômica do mundo" faz parte desse processo, sendo as guerras mundiais um capítulo dessa história, pois, não havendo mais territórios livres a saída foi projetada mediante o confronto entre os Estados imperialistas<sup>74</sup> (NETTO; BRAZ, 2006).

Netto e Braz (2006) afirmam que como o sistema capitalista tende sempre a procurar lucros máximos, o lucro não pode advir somente da exploração da mão-de obra dos proletários, até porque existem limites, inclusive, políticos. Assim, na fase imperialista do capitalismo os lucros também são obtidos por meio: 1. Da fixação de um preço superior ao preço do mercado (pois, os grandes monopólios podem fixar um preço, ao contrário do período de capitalismo concorrencial onde a empresa tendia a aceitar os preços de mercado); 2. Da apropriação por parte dos monopólios de parte da mais-valia de setores não monopolizados (uma vez que podem impor aos setores não monopolizados preços inferiores ao valor das mercadorias); 3. Dos favores que os monopólios recebem do Estado.

Não obstante a busca constante pela valorização do capital registra-se nesse período uma grande crise<sup>75</sup> (1929-1932) indicada pela estagnação das atividades fomentadoras dessa valorização e da acumulação de capital. Assim, à rápida acumulação efetivada pela segunda revolução tecnológica sucedeu um longo período de estagnação econômica até a Segunda Guerra Mundial<sup>76</sup> (NETTO; BRAZ, 2006).

---

<sup>72</sup> Conceituação formulada por Trótski (BOTTOMORE, 2012).

<sup>73</sup> Retomaremos essa discussão no capítulo 2 ao tratarmos sobre o Brasil.

<sup>74</sup> A Primeira e Segunda Guerras Mundiais exemplificam isso.

<sup>75</sup> As crises, sejam elas cíclicas ou sistêmicas, são intrínsecas ao capitalismo e não são unicasal. As principais causas das crises no modo de produção capitalista são: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucro, e o subconsumo das massas trabalhadoras (NETTO; BRAZ, 2006).

<sup>76</sup> "É no período recessivo que surge a necessidade de uma intensificação nos investimentos de racionalização (investimentos que economizem em termos de custos salariais), mas são nos períodos de expansão que se intensificam as inovações radicais, ao ponto dessas inovações modificarem a

Entretanto, a necessidade de elevar a taxa de lucros por intermédio da revolução das forças produtivas demonstrou sua força na superação da estagnação. A retomada do crescimento foi alavancada, entre outros elementos, pela economia de guerra<sup>77</sup> e pelo avanço da tecnologia industrial<sup>78</sup>. Nessa conjuntura iniciou-se a onda longa de expansão (pós Segunda Guerra)<sup>79</sup> marcada por formas de organização do processo de trabalho resultantes das transformações criadas durante a revolução tecnológica (MANDEL, 1985).

Dessa forma, torna-se relevante retomar a discussão da apropriação que a classe burguesa fez (e ainda faz) da ciência e da tecnologia para dar continuidade ao movimento do capital e como forma de superação das crises. Mészáros (2004) alerta para a utilização da ciência e da tecnologia também como formas ideológicas utilizadas para a legitimação do capitalismo, como se a ciência fosse proporcionar um desenvolvimento contínuo do sistema e como se não houvesse outra alternativa possível, além do aperfeiçoamento desse modo de produção. Nesse ideário, a ciência e a tecnologia aparecem como fontes de superação das contradições do sistema, como formas exaltadas de resolução dos problemas que são na verdade, estruturais, das estruturas socioeconômicas do capitalismo.

Observa-se então o mito da neutralidade da ciência que uma vez incorporada pelo capital torna-se não somente de fato, “mas por necessidade – em virtude de sua constituição objetiva sob as relações sociais dadas -, ignorante e despreocupada quanto às consequências sociais de sua profunda intervenção prática no processo de reprodução social expandida” (MÉSZÁROS, 2004, p. 270).

---

técnica em geral, permitindo caracterizar o conjunto como uma revolução tecnológica. Deve-se estabelecer uma relação entre o processo de acumulação e a lógica das revoluções tecnológicas. Cada período tecnológico específico, radicalmente diferente do anterior, é baseado num tipo característico de sistema-máquina (machine system) que pressupõe formas específicas de organização do processo de trabalho” (SILVA, A. A., 2012, p.33).

<sup>77</sup> Os artefatos bélicos também se constituíram em uma das características desse período uma vez que, esses produtos concentravam-se nas mãos dos grandes monopólios e oferecia a alguns setores produtivos fabulosos lucros. Além disso, muitas inovações técnico-científicas foram testadas nos períodos de guerra e depois foram trasladados para a indústria civil que obteve enormes lucros (NETTO; BRAZ, 2006).

<sup>78</sup> Aos monopólios interessa a incorporação das inovações tecnológicas para a produção de mercadorias cujo valor seja inferior ao do concorrente (NETTO; BRAZ, 2006).

<sup>79</sup> Mandel trabalha com o conceito de capitalismo tardio que foi originalmente elaborado por Werner Sombart. Esse período é marcado pela expansão do processo de acumulação – possível porque houve uma elevação da taxa de lucro -, mas que tornou as contradições internas do modo de produção capitalista ainda mais agudas (SILVA, A. A., 2012).

Torna-se um imperativo pensarmos sobre em qual modo de produção foi erigido a atual forma de relacionamento entre sociedade, ciência e tecnologia que nos deixam tão aflitos quanto à sobrevivência da própria humanidade. Devemos refletir sobre que tipo de ciência desejamos? Quanta ciência desejamos? Quem deve realizá-la? Como ela deve ser controlada? E acima de tudo: que tipo de sociedade desejamos? (MÉSZÁROS, 2004, p. 270).

Utilizando-se da ciência a legitimação do capitalismo aconteceu com a industrialização de todos os ramos da economia e com a emergência do Estado Social<sup>80</sup> cujos pilares foram o keynesianismo<sup>81</sup> e o fordismo<sup>82</sup> (PEREIRA, 2011).

Foram essas bases que constituíram os fundamentos para o processo de acumulação acelerada de capital após 1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que saiu da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investimento e compra de matérias-primas, bem como de dominação militar (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Outra questão importante refere-se à intensificação da utilização de patentes<sup>83</sup> no contexto do capitalismo monopolista. Com o objetivo de dominar o cenário social,

---

<sup>80</sup> Pereira (2004; 2011) argumenta que prefere a utilização do termo Estado Social (ao invés de Welfare State, Estado Providência ou Estado de Bem-Estar). Segundo a autora, o termo sugerido tem a vantagem de não induzir a uma associação direta entre a ampliação das funções sociais do Estado capitalista e a real produção de bem estar. Para ela esta forma de Estado caracteriza-se pela intervenção na economia, pelo fortalecimento e expansão do setor público e pela implantação e gerenciamento de sistemas de proteção social.

<sup>81</sup> A política keynesiana apontava para a necessidade de uma série de medidas para amortecer a crise como: a planificação da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do controle de preços; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. Nesse sentido, alguns autores colocam que a doutrina Keynesiana forneceu as bases para a implantação inovadora da mais durável forma de regulação da atividade econômica que o sistema capitalista conheceu (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

<sup>82</sup> Para Antunes (2005, p. 25) o fordismo pode ser considerado “fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões”.

político e econômico, e em virtude da concorrência, os monopólios aderem às patentes como meios estratégicos para a sobrevivência capitalista no fomento à acumulação de capital (FARIA, 2012).

Todavia, o avanço da inclusão das tecnologias à produção (por meio do emprego das máquinas) gerou a redução da incorporação de trabalho vivo colocando limites ao incremento de mais-valia<sup>84</sup>, o que demonstra claramente a lógica contraditória do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a interrupção do movimento do capital gerou uma retomada das crises inerentes a esse modo de produção (MANDEL, 1985).

Nesse viés, o capitalismo experimentou uma crise sistêmica na década de 1970 cujas consequências se espraiam até os dias atuais. Netto (2012) aponta essa crise como sistêmica porque ela não foi uma crise que se manifestou somente quando a acumulação capitalista foi obstaculizada ou impedida. Foi uma crise mais ampla que se manifestou envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. E como afirma o autor, as crises “não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta.... mais capitalismo” (NETTO, 2012, p. 415). E isso é o que veremos a seguir.

### **1.3 Rearranjos da classe burguesa para a superação da crise internacional**

A classe burguesa utilizou-se de diversas estratégias com vistas à superação da crise iniciada nos anos de 1970. Além da mundialização do capital, outros acontecimentos também se articularam, entre os quais citamos: a emergência da acumulação flexível e da ideologia neoliberal.

---

<sup>83</sup> A patente nasceu em 1474 em Veneza no contexto de abertura ao comércio com outras regiões. No entanto, a sua intensificação emerge no capitalismo monopolista. Em Barbosa (2005, p. 18) encontramos a seguinte definição de patente: “é um privilégio legal concedido pelo Governo aos inventores, e a outras pessoas derivando seus direitos dos inventores, por um período determinado de anos, a fim de excluir outras pessoas de manufaturar, usar ou vender um produto patenteado. Ao término do prazo para o qual o privilégio é concedido, a invenção patenteada é disponível ao público em geral ou, como usualmente definido, cai em domínio público”.

<sup>84</sup> Como já ressaltamos somente a força de trabalho gera valor.



A mundialização do capital apresenta uma característica fundamental: o comando cada vez maior da esfera financeira que decide sobre a repartição e a destinação social da riqueza que é criada no âmbito da produção. Sobre esse assunto Chesnais (1996, p. 241) afirma: “sob o ângulo da integração dos mercados nacionais dentro de mercados mundiais, que dominam os primeiros, quando não os substituem completamente, em parte alguma o processo de mundialização é mais acentuado do que na esfera financeira<sup>85</sup>”.

A hegemonia do capital financeiro<sup>86</sup> trouxe e ainda traz problemas para a vida em sociedade, pois

[...] a esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de encoberto sob os mistérios do fetichismo. O capital que rende juros, cunhado por Marx de capital fetiche, aparece como se tivesse o poder de gerar mais dinheiro no

---

<sup>85</sup> Para Chesnais (1998, p.12) a expressão mundialização financeira designa “as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial”.

<sup>86</sup> Em seus estudos Harvey (1990) aponta que a expressão capital financeiro nunca foi usada por Marx. Segundo Klagsbrunn (2008) a categoria capital financeiro foi cunhada por Hilferding na obra *O Capital financeiro*, considerada por muitos a continuação de *O capital* de Marx. Nas palavras de Hilferding (1985, p. 219): “chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro [...] uma parte cada vez maior de capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais”. Carcanholo e Nakatani (1999, p. 298) designam capital financeiro como “aquele capital cuja remuneração é formada basicamente pelos ganhos especulativos obtidos em operações financeiras dos mais diversos tipos, além da que deriva dos juros”. Segundo Guttman (1998, p. 77) “há mais de um século Marx estabeleceu uma distinção entre dois tipos de capital financeiro (mesmo sem intitulá-los de capital financeiro): os empréstimos a médio ou longo prazo, com juros, e o que ele chamava de capital fictício. Segundo Marx, este abrangeria créditos envolvendo compromissos de caixa futuros (títulos), cujo valor é determinado unicamente pela capitalização do rendimento previsto, sem contrapartida direta em capital produtivo”. É preciso ainda destacar que a categoria capital fictício está pouco elaborada no livro III de *O Capital* de Marx, que foi organizado e editado por Engels. Entretanto, esse conceito pode ser considerado uma das chaves para a compreensão da crise atual do capital. Através da obra de Marx (fundamentalmente no livro III) podemos visualizar três formas de capital fictício: o capital bancário, a dívida pública e o capital acionário, sendo que todos esses eram possíveis de ser observados na época de Marx. “Se a eles agregarmos o atual mercado de derivativos, teremos, então, quase todo o capital fictício que impulsiona a acumulação de capital e forma o conjunto de capitais que comandam o processo de acumulação em geral e as formas particulares de gestão de unidades individuais de capital, nesta fase do capitalismo financeirizado” (MARQUES; NAKATANI, 2009, p. 31). De acordo com Harvey (1990, p. 171) “o capital fictício é definido como capital que tem um valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos. O capital fictício é convertido em capital real na medida em que são feitos investimentos que levem a um aumento apropriado em ativos úteis (por exemplo, instalações e equipamentos que possam ter emprego lucrativo) ou mercadorias úteis (bens ou serviços que possam ser vendidos como lucro)”.

circuito fechado das finanças – como se fosse capaz de criar ovos de ouro -, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção (IAMAMOTO, 2009, p. 24).

O capital financeiro pode até parecer que é capaz de criar mais dinheiro por si só, mas, isso não é verdade. Na medida em que só o trabalho é capaz de criar riquezas, não há justificativa para a afirmação de que o capital financeiro é capaz, por si só de criar mais valor. O capital só se valoriza no processo de produção e mediante a exploração da força de trabalho, pela apropriação de trabalho não pago (HILFERDING, 1985).

Nesse ponto verificamos que a financeirização se articula de forma íntima com a acumulação flexível<sup>87</sup> que se instaurou desde a década de 1970, viabilizando a valorização do capital.

Foi à base dessa flexibilidade que surgiu a reestruturação produtiva substituindo a produção rígida presente nos modelos taylorista-fordistas. Segundo Antunes (2005) a reestruturação produtiva incorporou tecnologias que implicaram a redução da demanda de trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, ou seja, as mudanças recentes da tecnologia e sua aplicação na produção funcionam como respostas às necessidades de valorização do capital.

A reestruturação da produção permitiu a redução do trabalho protegido, a perda de direitos trabalhistas, a ampliação da rotatividade da mão de obra, as terceirizações, a emergência de trabalhadores temporários, subcontratados, e, até mesmo um aumento considerável nos níveis de desemprego (ANTUNES, 2005). É pensando nessas colocações que reiteramos a afirmação de Chesnais (1996, p. 17):

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa. Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão de obra totalmente flexível.

---

<sup>87</sup> Segundo Harvey (1993, p. 140) a acumulação flexível: “[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

A partir da colocação dos autores, afirmamos que o Estado neoliberal<sup>88</sup> tem sido extremamente funcional à soberania do capital financeiro e ao aumento da exploração do trabalho para a preservação do movimento do capital.

Segundo Chauí (2003) esta forma de Estado foi pensada em meados da década de 1940 sob as influências de Popper, Lippman, Hayek e Friedman. Esse grupo reuniu-se em 1947 na Suíça, e tinham em comum o fato de oporem-se ao surgimento do Estado Social e a política norte-americana do New Deal. Assim, foi elaborado um detalhado projeto econômico e político que atacava radicalmente o Estado de estilo keynesiano afirmando que este destruía a liberdade dos cidadãos e a competitividade necessária à prosperidade.

Contudo, o Estado neoliberal só começou a ser efetivamente implementado a partir da crise vivenciada nos anos de 1970<sup>89</sup>. Nesse período, o grupo de Hayek começou a se fortalecer através de suas explicações para a crise. Para esses autores a causa da crise estava relacionada ao poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que aumentaram os encargos sociais do Estado (CHAUÍ, 2003).

A partir deste cenário, houve uma refuncionalização do Estado Social para proporcionar a ampliação dos lucros capitalistas e para dar sustentação ao processo de restauração do capital operado desde fins dos anos de 1970. O enfraquecimento do Estado de Bem Estar Social foi fundamental para o capital uma vez que esse Estado foi colocado como culpado da crise e ao se afastar de suas

---

<sup>88</sup> Harvey (2008, p. 12) conceitua o neoliberalismo como: “[...] uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício”.

<sup>89</sup> No caso do Brasil, em 1990 (BEHRING, 2008).

responsabilidades permitiu que os serviços sociais fossem considerados como novos campos de exploração do capital (PEREIRA, 2004).

Diante da conjuntura ora explicitada cabe-nos destacar que a ciência (a produção de conhecimentos) tem força vital para o capital. Aos grandes monopólios importam o desenvolvimento de tecnologias capazes de serem aplicadas à produção para a obtenção de grandes lucros, não importando a satisfação das necessidades humanas. Observa-se que “muitos dos riscos que hoje corremos vêm menos da natureza, que haveríamos de dominar, do que dos efeitos da própria relação de luta, de guerra, enfim, do combate que a ela fizemos” (GONÇALVES, 2012, p.13).

Aos países capitalistas centrais (e os monopólios assegurados por eles) interessam não só a produção do conhecimento-mercadoria, mas, a construção de barreiras impeditivas para que os países periféricos não produzam uma ciência capaz de superar a sua condição dependente.

Segundo Coggiola (1996) no quadro da crise capitalista mundial os Estados Unidos exigem que os países periféricos se subordinem à legislação de patenteamento intelectual preconizado por eles, o que lhes outorgaria um monopólio de um quarto de século sobre novos processos tecnológicos. A lei de patentes seria uma das mais importantes vias para aumentar a taxa de benefício dos principais capitais internacionais, em particular das indústrias farmacêuticas e de tecnologia de ponta, por meio do monopólio. Assim, a ciência, apesar de seu fantástico desenvolvimento, tem sido utilizada para fins de legitimação e fortalecimento do modo capitalista de produção.

Levando em consideração esse quadro Rieznik (2012) se contrapõe à ideia de que estamos caminhando rumo à “sociedade de conhecimento”. Para o autor:

Contra o que esgrime uma sorte de discurso uniforme na nossa região a respeito das políticas de C&T supostamente renovadas, o que nos permitiria avançar para uma “sociedade de conhecimento”, que foi dito até aqui, evidencia a vulgaridade do questionamento. Não iremos em direção a uma “sociedade de conhecimento”, mas ao contrário, a uma incapacitação intelectual crescente da humanidade, a uma miséria social mais extensa e inclusive à possibilidade de um retrocesso civilizatório; tudo isto em função da explosiva combinação de capitalismo, educação e ciência (RIEZNİK, 2012, p. 28).

Em nosso entender faz parte dessa "miséria social" a situação atual da política educacional brasileira. A contrarreforma operada no âmbito do Estado permitiu a entrada e a permanência massiva dos interesses mercadológicos no interior da universidade subsidiados pela inegável interferência dos organismos internacionais<sup>90</sup>.

A produção de conhecimentos nas universidades tem sido regulada pelo financiamento e pelo controle do setor produtivo que incorpora às instituições privadas os produtos das pesquisas realizadas. Dessa forma, os conhecimentos produzidos são direcionados para um fim específico sendo alvo de interesse tanto do capital nacional quanto internacional<sup>91</sup> que têm se aproveitado do campo educacional (SILVA JÚNIOR, 2010).

As "reformas" do ensino superior estão vinculadas às necessidades do capital de subordinar a produção intelectual ao seu processo constante de acumulação. Desse modo, não só o conhecimento se transforma em mercadoria, mas a própria formação é realizada para atender as demandas do mercado, cujo caso emblemático é a Declaração de Bolonha<sup>92</sup>(LIMA, AZEVEDO, CATANI, 2008).

---

<sup>90</sup> Esse debate será explicitado no capítulo 3 deste trabalho.

<sup>91</sup> Lembramos que a divisão internacional do trabalho impõe papéis diferenciados para os países centrais e periféricos. Ou seja, mesmo usufruindo do conhecimento produzido no Brasil, não interessa aos países centrais o desenvolvimento da ciência e de tecnologias mais avançadas em nosso país.

<sup>92</sup> Em 1998 os ministros da Educação da Alemanha, Itália, França e Reino Unido assinaram em Paris a Declaração de Sorbonne para a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior. A internacionalização e a comercialização da educação superior ganharam a partir desse momento novos contornos nos países europeus rumo ao processo de reformulação da política de ensino desses países. As propostas dessa declaração foram retomadas em junho de 1999 quando 29 ministros europeus da educação formularam a Declaração de Bolonha, cujo objetivo central era uniformizar o sistema de ensino superior europeu, visando: "[...] à mobilidade e empregabilidade no espaço europeu, por meio das seguintes estratégias: adoção de um sistema de graus comparável e facilmente inteligível; adoção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos, pré e pós-graduado; promoção da mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores e garantia de uma dimensão europeia ao ensino superior. Este protocolo é um marco importante da reforma da educação superior europeia e está pautado na mesma fundamentação presente nos documentos do BM e da Unesco: a consideração de que a globalização econômica e a sociedade da informação – ou a 'Europa do conhecimento', como é identificada na Declaração de Bolonha – indicam um conjunto de reordenamentos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na formação e qualificação dos trabalhadores, exigindo a diversificação das instituições e dos cursos de nível superior. A educação superior é vista nos marcos da empregabilidade dos trabalhadores; uma formação voltada para o mercado de trabalho" (LIMA, 2007, p. 69).

No ensejo da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acentuou a sua posição como agência reguladora da pós-graduação no Brasil. O modelo de avaliação da CAPES implementado a partir de 1996/1997 modificou as relações estabelecidas para a produção de conhecimentos nas instituições em âmbito nacional, no qual se ressaltam dois pontos:

[...] o primeiro consiste no formalismo abstrato da carreira do professor universitário contratado para o exercício da docência, pesquisa e extensão, mas que, em face da realidade atual das políticas públicas derivadas da reforma do Estado e da educação superior, vê-se compelido à complementação salarial e à ideologia do produtivismo acadêmico, produzida pela burocracia estatal e, hoje, um dos pilares centrais da cultura da instituição universitária. O segundo ponto consiste em produzir a materialidade institucional para o que se chama produtivismo acadêmico em suas múltiplas formas de concretização: da produção de muitos artigos, seções de livros e livros, mas de forma mais acentuada na relação direta com o mercado. Esta ideologia do produtivismo acadêmico origina-se do Estado, com mediação da Capes e do CNPq, acrescidos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros. O produtivismo acadêmico assume sua forma mais acabada, objetivada e cultural no Currículo Lattes (CV-Lattes). O Currículo Lattes consiste no portfólio de muitos doutores, formados depois de implantado o novo Modelo Capes de Avaliação, em 1996-1997, a correrem atrás de pós-doutoramentos, de publicações, de bolsas de produtividade, de participação em congressos bem classificados academicamente, isto no objetivo de fazer caminhar a “nova universidade”, sem saberem bem para onde ela caminha (SILVA JÚNIOR, 2010, p. 173).

Observa-se que a universidade está cada vez mais voltada para o atendimento das necessidades do capital. Assim, parece ser de suma importância compreender quais são os rebatimentos desses processos na universidade sendo este o reconhecido lócus onde o conhecimento é produzido com maior consistência. Cabe-nos também refletir como a autonomia científica, preconizada pela Constituição Federal de 1988, pode fazer parte de um ambiente onde as pesquisas são direcionadas às áreas que mais interessam ao setor produtivo.

Observamos desse modo, que sendo a ciência um instrumento fundamental para dar continuidade ao processo de valorização do capital, a autonomia científica nas universidades está sem dúvida alguma sendo limitada em virtude do que se considera importante ou não para a sustentação desse modo de produção. Nesse sentido, argumentamos que a autonomia científica é exercida de forma limitada diante das imposições e necessidades apresentadas pela classe burguesa com vistas à defesa da manutenção do capitalismo. Esse comprometimento ou limitação

está presente, em maior ou menor grau, em todas as universidades de países capitalistas em decorrência da subordinação da produção de conhecimentos às necessidades do capital.

Assim, a ciência como parte de um contexto contraditório atende a algumas necessidades dos seres humanos, mas, também acabou sendo incorporada para atender ao modo de produção capitalista. Embora exista uma redução das possibilidades do exercício da autonomia científica em âmbito mundial, não podemos deixar de ressaltar que essa condição é ainda mais vigorosa nas universidades situadas na periferia do capitalismo, como no caso do Brasil.

Partindo dessas ideias iniciais prosseguiremos no próximo capítulo com a discussão sobre as condições em que o Brasil se desenvolveu (segundo as necessidades de acumulação primitiva do capital) e que, ao não romper com "o sentido da colonização", espalhou sobre toda a forma de viver a sua condição heterônoma, periférica e dependente. A política de educação, construída nessas bases, não se desvinculou dos interesses das elites brasileiras e internacionais. Nesse quadro, a contrarreforma da educação serviu para enfraquecer a universidade pública, laica e gratuita onde a produção de conhecimentos passou a ser objeto de compra e venda com o surgimento de legislações nesse sentido. A pós-graduação *stricto sensu* também foi reordenada colocando em xeque a acalorada discussão sobre a autonomia científica.

## **Capítulo 2 A formação do Brasil como um país de capitalismo dependente**

No capítulo anterior abordamos a importância da ciência (da produção de conhecimentos) para o modo de produção capitalista mediante a sua incorporação como forma de expansão dos lucros, além de se configurar como um importante mecanismo ideológico para a produção e reprodução da vida social.

As reflexões que ora iniciamos se referem ao debate sobre o surgimento do ensino superior no Brasil na expectativa de através de uma digressão histórica, demonstrarmos não só qual foi o sentido da conquista da América, e como, esse acontecimento moldou a formação dos países americanos e os direcionou a formações sociais e econômicas específicas, mas, também compreendermos os impactos desse processo para as universidades brasileiras (loci central de nossa pesquisa devido ao seu caráter fundamental de produtora de conhecimentos).

Veremos que o interesse pela produção de conhecimentos direcionados às necessidades humanas de nosso povo, não se configurou como uma prioridade nas agendas governamentais, em que pese a importância da luta de diversos atores sociais em defesa desse princípio. Sendo assim, compactuamos com a ideia de que a situação dependente do Brasil contribuiu para a emergência de universidades subordinadas e submetidas à "reformas" que se dão "pelo alto" e que satisfazem aos interesses dos países imperialistas, aos quais interessa manter o Brasil na posição de produtor primário de mercadorias com um potencial mercado consumidor.

Nesse sentido, interessa-nos entender as relações entre esses elementos e o princípio da autonomia científica assegurada pela Constituição de 1988, ou seja, refletirmos sobre as limitações colocadas para a materialização da autonomia científica em universidades que se configuram como subalternas aos ditames internacionais. Vimos no primeiro capítulo que a ciência, ao não se configurar como neutra, nem sempre estará a serviço da satisfação das necessidades humanas libertárias e isso pode ocorrer em qualquer país. Mas, acreditamos que a situação torna-se ainda mais preocupante no caso brasileiro devido a sua condição periférica e subordinada ao capital internacional.



O monopólio da Igreja Católica em relação ao ensino<sup>93</sup>; a pressão em favor do surgimento das instituições privadas; a educação voltada para a formação de mão-de-obra barata; a luta estudantil pela "reforma" universitária e a incorporação desvirtuada dessa "bandeira" pelos governos a partir da década de 1940, culminando com a "reforma" ocorrida durante os governos civis-militares e o surgimento da pós-graduação *stricto sensu* são os pontos fundamentais de nossa exposição para entendermos os fundamentos da reforma consentida<sup>94</sup> e da atual contrarreforma<sup>95</sup> do ensino superior.

Assim, sustentamos a argumentação de que o "achamento" do Brasil, como parte de um projeto mais amplo de acumulação primitiva ou originária do capital, foi conduzido de forma a manter a dominação da colônia e o desinteresse pela construção de um ensino superior autônomo, capaz de superar ou ao menos contribuir para a superação de nossa condição histórica de dependência.

Como nos diz Caio Prado Júnior (1992) o sentido da colonização explica em boa medida porque o Brasil se formou como um país dependente e subordinado aos interesses dos países capitalistas centrais, o que traz sérias repercussões para a implantação e efetivação dos direitos sociais. A política de educação aparece hoje não só direcionada pela forma de "ser" capitalista, mas, o que ainda é mais grave: ela é direcionada a partir de uma forma capitalista específica, de um capitalismo marcado pela inserção dependente do Brasil na economia mundial.

Antes de prosseguirmos à reflexão que se inicia com a formação do Brasil colônia, torna-se necessário tecermos breves considerações sobre o período que antecede esse contexto e que em muito explica a formação do nosso país trazendo implicações relevantes para a introdução do ensino em terras brasileiras.

## **2.1 A acumulação primitiva do capital e as colônias na América**

Quase cem anos antes de Colombo chegar às terras da América, Portugal já havia iniciado a sua expansão através das navegações, ainda no início do século XV. Tal

---

<sup>93</sup> Que durou mais de cem anos (CUNHA, 2007a).

<sup>94</sup> Termo utilizado por Florestan Fernandes (1975) que será abordado ao final deste capítulo.

<sup>95</sup> Termo usado na obra de Behring (2008) que será trabalhado mais especificamente a partir do capítulo 3.

situação pode ser explicada por diversos motivos: Portugal já apresentava uma tendência a voltar-se para fora, adquirindo, ao longo dos séculos XIII e XIV experiências no comércio de longa distância. Havia também outras vantagens: Portugal tinha uma excelente posição geográfica (próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África) e durante o século XV se constituía como um reino unificado, com menos agitações e disputas internas, diferentemente de França, Inglaterra, Espanha e Itália (FAUSTO, 2012; PRADO JÚNIOR, 1992).

Segundo Fausto (2012) a expansão marítima ocorrida no início do século XV correspondia aos interesses dos grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes, a expansão marítima era vista como uma oportunidade para os negócios; para o rei, seria uma forma de criar novas fontes de receita; para os nobres e a Igreja, era uma oportunidade de cristianizar os povos e, para o povo, uma tentativa de melhorar de vida em outras terras. Dessa conjunção de interesses ficariam de fora apenas os investidores agrícolas que sofreriam com a saída de mão-de-obra do país europeu.

Fausto (2012) e Prado Júnior (1992) apontam que embora diversos motivos tenham impulsionado a aventura marítima (como o sonho de descobrir reinos fantásticos, ou paraísos terrestres) o interesse comercial foi o que prevaleceu.

Encontramos em Caio Prado Júnior (1992) dois elementos para a fundamentação de nossa exposição. Em primeiro lugar, é preciso demarcar que a descoberta da América estava articulada com os interesses de empresas comerciais que buscavam o lucro:

a expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o século XIV é quase unicamente terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 13).

Em segundo lugar, deve-se mencionar que a colonização das zonas temperadas, tropicais e subtropicais foram diferentes. De início, não havia o interesse em povoar nenhuma região da América. Mas, quando esse interesse apareceu, ele se efetivou com elementos distintos para as diferentes regiões. A área temperada foi povoada

depois do século XVII em virtude de motivos bem especiais<sup>96</sup>. As regiões tropicais e subtropicais, ao contrário, foram povoadas com o objetivo único de exploração e enriquecimento dos que aqui se estabeleciam e da metrópole. Dessa forma,

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 22).

Tanto Prado Júnior (1992) quanto Fernandes (1981) assinalam em suas obras essa condição do Brasil colônia. Nas palavras de Fernandes (1981, p. 24) “[...] o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora”.

As zonas temperadas abrigaram um povo que fugia das perturbações vividas na Europa e por isso, procuravam uma terra para abrigar-se, para viverem. Essas terras foram quase que um prolongamento da Europa, nos termos de Prado Júnior (1992). Por outro lado, outras regiões, como o Brasil, não foram povoadas com esse sentido. O sentido de nossa colonização foi outro. Foi voltado para fora, para atender aos interesses da metrópole, sem nenhum objetivo de construir aqui uma nação.

De acordo com Prado Júnior (1992) vieram para os trópicos um "tipo de colono branco" diferente, que se estabeleceu aqui por ter encontrado outros estímulos, como a possibilidade de obter e enviar para a Europa gêneros que lá não existiam. Segundo o autor:

A América por-lhe-ia à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a

---

<sup>96</sup> Vários fatores contribuíram para o povoamento das zonas temperadas da América. As lutas político-religiosas da Inglaterra (que se espalhavam por toda a Europa) trouxe para o continente americano uma população interessada em se fixar procurando abrigo e paz para as suas convicções. Além disso, as transformações econômicas vivenciadas pelo país britânico com o deslocamento da população dos campos (que se transformaram em pastagens para carneiros com o objetivo de abastecer a indústria têxtil) aumentou a emigração de pessoas para a América. É importante salientar que essas pessoas escolhiam as regiões temperadas cujas condições naturais se pareciam mais com as da Europa. Sobre esse assunto Prado Júnior (1992, p. 18) afirma: “São assim circunstâncias especiais que não têm relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros, que promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona temperada da América”.

ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto, como trabalhador. Outros trabalhariam para ele (PRADO JÚNIOR, 1992, p. 20).

A mentalidade dos colonizadores era voltada fundamentalmente para a extração de riquezas, onde o papel do Brasil era proporcionar a valorização do capital mercantil. Como consequência, foi constituído um país que servia aos interesses das empresas comerciais<sup>97</sup>, com grandes propriedades agrárias<sup>98</sup>; que utilizava-se do trabalho escravo<sup>99</sup> e que via com descaso a educação (PRADO JÚNIOR, 1992).

Acreditamos, portanto, que os objetivos da colonização não podem ser desconsiderados quando abordamos a história da educação no Brasil. Educar a população não era de início, uma prioridade. O ensino só foi impulsionado quando a côrte real veio para o Brasil, frente às necessidades da burocracia estatal e do desejo da população mais enriquecida de se tornar funcionária do Estado.

Também precisamos trabalhar com a perspectiva da totalidade, considerando o conjunto de transformações pelas quais passava a Europa no período. A "descoberta" da América ocorreu concomitantemente à crise do feudalismo na Europa em meio a ânsia pela acumulação do dinheiro, num momento em que ocorria a acumulação primitiva ou originária do capital, através de uma produção mercantil simples. Sobre isso Netto e Braz (2006, p. 70) ressaltam: “a forma privilegiada da riqueza que era imobiliária – expressa pela propriedade de terra – vai cedendo lugar a uma nova forma de riqueza – a mobiliária expressa pela acumulação do dinheiro”.

Os comerciantes presentes ao final do período feudal serão os responsáveis pelo financiamento do Estado absolutista nascente e nessa articulação conseguiram das monarquias os monopólios comerciais. Assim, o "achamento" do Brasil e sua colonização foram parte do processo de acumulação primitiva que permitiu que se

---

<sup>97</sup> Expressão utilizada por Prado Júnior (1992).

<sup>98</sup> Em decorrência da monocultura, uma vez que interessava a produção em larga escala de gêneros que não havia na Europa e que pudessem ser enviados para a metrópole (PRADO JÚNIOR, 1992).

<sup>99</sup> Frente à escassez de mão-de-obra em Portugal e devido às doenças e mortes que assolaram o país, optou-se pelo trabalho escravo já que ao colonizador não interessava o trabalho pesado, e sim a atuação como dirigente dos negócios (PRADO JÚNIOR, 1992).

constituísse uma classe de homens que acumulava riqueza para comprar a força de trabalho e os meios de produção e uma classe desprovida de tudo, só tendo como alternativa a venda da força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Foi nesse ímpeto de formação capitalista que se originou o Brasil, sem que houvesse qualquer preocupação com os povos que aqui já viviam, ou até mesmo com a população que aqui se organizava. O modo de produção capitalista que posteriormente e gradativamente se formou influenciou as poucas iniciativas construídas na educação. Desde muito cedo, podemos observar a pressão da população mais abastada pela obtenção de títulos e pela privatização do ensino. A educação foi dentro de pouco tempo tratada como mercadoria.

Sem querer nos alongar nessas questões, e a partir das discussões realizadas, buscaremos debater as implicações desse processo para a construção do ensino superior no Brasil e para a emergência das universidades. Nos capítulos subsequentes direcionaremos nossa discussão especificamente para a pós-graduação *stricto sensu*.

## **2.2 O “sentido da colonização” que permanece e as repercussões para a universidade brasileira**

O surgimento tardio do ensino superior no Brasil é apontado como uma consequência dos interesses de exploração<sup>100</sup> estabelecido com a chegada dos colonizadores portugueses que buscavam o enriquecimento fácil e a acumulação de capital.

De acordo com Anísio Teixeira (1969) a primeira universidade no continente americano surgiu em 1538 em São Domingos (ilha onde Colombo teria chegado). Essa instituição durou pouco tempo e, em 1553 foi inaugurada no México a segunda

---

<sup>100</sup> Segundo Caio Prado (1992) a colonização tinha um sentido que estava entrelaçado aos objetivos da metrópole portuguesa de fazer do Brasil uma colônia de exploração. Isso se dava na medida em que a economia colonial era organizada para fora, para a exportação, gerando ganhos e acumulação de capitais na metrópole.

universidade da América, sendo que, na época da Independência do Brasil já havia 26 ou 27 universidades na América espanhola.

Na tentativa de explicar a implementação tardia do ensino no Brasil, Laerte Ramos de Carvalho (1968) aponta a intransigência de Portugal que desejava formar uma colônia incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes. Ao invés de implantar um ensino de qualidade na colônia, a Coroa concedia bolsas para que alguns brasileiros estudassem em Coimbra.

Cunha (2007a) discorda da posição assumida por Carvalho (1968) afirmando que existem outros elementos capazes de explicar a implantação tardia do ensino no Brasil. Esse autor concorda com algumas posições de Faria (1952) que tenta explicar a diferença entre as colônias portuguesas e espanholas no que tange ao ensino, partindo de informações referentes à cultura dos povos colonizados e o avanço da Espanha em relação às suas universidades.

Para Faria (1952) a Espanha, diferente de Portugal, encontrou em suas colônias povos que conheciam a escrita e tinham uma organização social mais complexa, o que dificultou a disseminação da cultura dos colonizadores. Assim, as universidades receberam a função de preparar missionários que conhecessem os costumes dos nativos e que fossem capazes de pregar em seus idiomas. Além disso, a Espanha tinha, já no século XVI, oito universidades<sup>101</sup> famosas em toda a Europa, sendo a universidade de Salamanca composta por 6 mil alunos e 60 cátedras. Portugal, ao contrário, tinha apenas uma universidade, a de Coimbra, e mais tarde a de Évora. A população espanhola chegava a 9 milhões e a portuguesa 1,5 milhão de habitantes. Por ter uma população maior e mais letrada, a Espanha podia transferir para as suas colônias recursos docentes sem prejudicar o ensino nas suas universidades, ao contrário de Portugal.

Mesmo levando em consideração as ponderações realizadas por Júlio Cezar de Faria (1952), acreditamos que não é possível refletir sobre a história da educação no

---

<sup>101</sup> Universidades de Salamanca, Valença, Lérida, Barcelona, Santiago de Compostela, Valadolid, Ovideo e Alcalá (FARIA, 1952).

Brasil sem levarmos em conta o "sentido da colonização" <sup>102</sup> aqui estabelecido. Ao ser "redescoberto" o Brasil foi integrado à divisão internacional do trabalho enquanto um país periférico, e produtor de bens primários segundo as necessidades da acumulação primitiva de capital nas metrópoles (FAUSTO, 2012). Dessa forma, a educação dos povos que aqui viviam foi algo secundário, e atrelado aos interesses da burguesia nacional e internacional.

O sistema econômico implantado no Brasil colônia, a partir das primeiras instalações dos engenhos de açúcar e núcleos de povoamento, foi o mercantilista <sup>103</sup>, que se fundamentava no monopólio comercial ou exclusivo metropolitano fazendo da colônia um mercado exclusivo para a burguesia da metrópole, seja para a venda ou para a compra de mercadorias (COTRIM, 1999).

De acordo com Fausto (2012) a colonização deve ser pensada de forma articulada a três elementos fundamentais: a empresa comercial, o regime de grande propriedade e o trabalho compulsório escravista. Esses elementos foram as bases para a formação do Brasil, sendo o Estado e a Igreja Católica <sup>104</sup> as duas instituições organizadoras da colonização. O ensino que foi implantado pelos jesuítas <sup>105</sup> teve como objetivo a catequização dos indígenas <sup>106</sup> e a preparação dos filhos dos colonos brancos que completariam os estudos na Europa (FAUSTO, 2012; CUNHA, 2007a).

A chegada da família real em 1808, fugindo das invasões napoleônicas, quebrou o vínculo colonial. Nesse mesmo ano, Dom João decretou a liberação da atividade

---

<sup>102</sup> Expressão usada por Caio Prado Júnior (1992).

<sup>103</sup> O mercantilismo foi uma doutrina econômica que vigorou entre os séculos XV e meados do século XVIII, a partir da Europa. Esse período demarca o surgimento e a consolidação do Estado moderno (séculos XVI ao XVIII), e essa prática tinha como objetivo fortalecer o Estado e a burguesia em momento de transição do feudalismo para o capitalismo. De acordo com Cotrim (1999, p. 166) "o sistema colonial desenvolveu-se como um desdobramento da política econômica do mercantilismo, que postulava o enriquecimento do Estado por meio das atividades comerciais".

<sup>104</sup> Essas instituições eram ligadas e o catolicismo era reconhecido como religião do Estado (FAUSTO, 2012).

<sup>105</sup> Os jesuítas chegaram em 1549 na mesma expedição de Tomé de Souza fundador de Salvador como capital (COTRIM, 1999).

<sup>106</sup> A catequização visava aumentar o número de fiéis perdidos pela Igreja Católica principalmente, a partir da Reforma Protestante na Europa. Outro fato a se destacar é que a Igreja não trabalhava na evangelização dos negros africanos porque não tinha uma posição muito bem definida se o negro tinha ou não alma (COTRIM, 1999).

industrial no Brasil, autorizando a instalação de fábricas. Entretanto a abertura dos portos<sup>107</sup> e a assinatura do Tratado de 1810 com a Inglaterra tornou inexecutável o desenvolvimento da industrialização no país, pois era impossível concorrer com a Inglaterra que não queria perder o seu mercado (COTRIM, 1999).

A necessidade da implementação de um sistema de ensino naquela época, era justificada em virtude da instalação da Família Real e, para satisfazer os anseios da elite branca que devido às guerras napoleônicas não podia enviar os seus filhos para estudarem no exterior (CUNHA, 2007a).

Assim, o sistema de ensino passou a articular-se explicitamente às necessidades do Estado nacional, sendo criados cursos para a formação de burocratas do Estado e especialistas na produção de bens simbólicos<sup>108</sup>. Esse ensino estruturado a partir de 1808<sup>109</sup> foi estabelecido em locais isolados, mesmo com sucessivas tentativas de reuni-los em universidade (CUNHA, 2007a).

Se não interessava à metrópole a construção de universidades na colônia, e muito menos a produção de conhecimento capaz de romper com a sua condição

---

<sup>107</sup> A abertura dos portos foi fundamental para o rompimento do pacto colonial que representava o exclusivismo do comércio das colônias com as metrópoles. Essa ruptura tornou-se necessária frente à emergência do capitalismo industrial em substituição ao capitalismo comercial, onde a existência de um comércio livre era essencial (PRADO JÚNIOR, 1992). Também é preciso destacar que Fernandes (1981) divide o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em três "fases". A primeira, chamada de neocolonial, ocorreu a partir da abertura dos portos até meados de 1860, sendo essa "fase" um momento de eclosão de um mercado capitalista e de estabelecimento de uma articulação entre a economia interna e a economia mundial, baseada, principalmente, no escravismo. A segunda, conhecida como "fase" de capitalismo competitivo, emergiu por volta de 1860 até 1950. Nesse período, o capitalismo competitivo foi formado e expandido com a emergência de um sistema econômico diferenciado que permitiu o processo de industrialização no país. O terceiro momento intitulado como de capitalismo monopolista, teve como marco o ano de 1950 em diante, com grande aprofundamento após o golpe de 1964. Essa "fase" tem como característica o despontamento do capitalismo monopolista marcado pelas operações comerciais, financeiras e industriais das grandes corporações no país. Essa divisão é utilizada apenas para fins didáticos, uma vez que esses processos não ocorrem de forma tão estanque.

<sup>108</sup> Os cursos dos estabelecimentos militares (Academia Militar e Academia de Marinha) e os de medicina, cirurgia, matemática, agronomia, química, desenho técnico, economia política, arquitetura e direito eram os que preparavam os burocratas para o Estado. Mas, também foram criados cursos para a produção de bens simbólicos, para a satisfação do consumo das classes dominantes. Assim, além dos cursos novos (já citados) e dos antigos (como de filosofia e teologia) foram criados cursos superiores de desenho, história, música. Nesse ínterim o curso de arquitetura situado na Academia de Belas Artes, "também desempenhava a função de formar especialistas na produção de bens simbólicos" (CUNHA, 2007a, p. 63). Surgem dessa forma, a partir de 1808, vários cursos para a formação de profissionais liberais.

<sup>109</sup> O ensino estabelecido a partir de 1808 apareceu sob a forma de aulas e cadeiras (CUNHA, 2007a).



heterônoma, o processo de Independência não alterou essa condição. Como a Independência se deu "pelo alto" (COUTINHO, 2006) ela não modificou as bases de sustentação do regime, tampouco interrompeu os interesses elitistas, o que leva Fausto (2012) a afirmar que esse processo não aconteceu "pela via de um corte revolucionário com a metrópole, mas por um processo de que resultaram algumas mudanças e muitas continuidades em relação ao período colonial" (FAUSTO, 2012, p. 66).

A partir da Independência política e com a emergência do Império Britânico, a Inglaterra criou um sistema de dominação com base em operações financeiras e comerciais com os países da América Latina reforçando o papel dos países periféricos, na divisão internacional do trabalho, como fonte de exportação de riqueza para a acumulação de capital necessário para fomentar a Revolução Industrial<sup>110</sup>. Segundo Cotrim (1999) o Brasil saiu dos laços coloniais de Portugal para envolver-se na dominação capitalista da Inglaterra, inaugurando o que Fernandes (1973) chama de a era do capitalismo dependente na América Latina.

A Inglaterra mediou o reconhecimento internacional da Independência do Brasil, se colocando como interessada na consolidação de um novo mercado. Foi ao país britânico que o Brasil recorreu pela primeira vez para contrair um empréstimo com vistas a indenizar a Coroa Portuguesa pela perda da colônia brasileira. A mediação realizada pela Inglaterra foi complexa, uma vez que ao país interessava também a extinção do tráfico de escravos, atividade que ainda existia no Brasil (COTRIM, 1999; FAUSTO, 2012).

Nesse período o eixo econômico deslocou-se do Nordeste para o Sudeste com as plantações de café. O café tornou-se o principal produto agrícola de exportação, superando o açúcar<sup>111</sup>. O Brasil continuou sendo um país rural onde grande parte da população não tinha acesso ao ensino. Dados de 1872 mostram que entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre

---

<sup>110</sup> Fernandes (1973) deixa explícito a relação existente entre a transferência do excedente produzido pelas economias periféricas para os países capitalistas centrais e o consequente subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

<sup>111</sup> O avanço da produção cafeeira e sua importância para o comércio exterior do Brasil pode ser visualizado pelos seguintes dados: no decênio 1821-1830, o café correspondia a 18% do valor das exportações brasileiras; no decênio 1881-1890, passou a corresponder 61% (FAUSTO, 2012).

aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% no caso das mulheres. Mesmo levando em consideração que os dados se referem a população total (ou seja, não excluía as crianças nos primeiros anos de vida), já é possível constatar o elevado índice de pessoas que não tinham instrução. Esse mesmo levantamento mostra que somente 17% da população entre 6 e 15 anos frequentava escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários e cerca de 8 mil pessoas possuíam educação superior no país (FAUSTO, 2012).

Foi no período monárquico que despontou o grupo em favor da "liberdade de ensino" cuja pauta de reivindicações tinha como centro a expansão do ensino particular. A última reforma educacional do Império, realizada por Carlos Leôncio de Carvalho em 1879 (através do decreto nº 7.247/1879) refletiu esses acontecimentos. No primeiro artigo desse decreto, afirma-se que era completamente livre o ensino primário e secundário no município da côrte e o superior em todo o Império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene, ou seja, logo no início, percebe-se a autorização para a fundação de escolas particulares (BRASIL, 1879).

Mesmo com o decreto e os diversos posicionamentos favoráveis a "liberdade de ensino", o Estado tentou manter parte da responsabilidade com o ensino superior. Para Cunha (2007a) a razão disto era o interesse em manter o domínio sobre os diplomas conferindo a poucas pessoas o privilégio da profissionalização<sup>112</sup>.

Também foi polêmico no Império os posicionamentos relacionados à implantação ou não de universidades<sup>113</sup>. Os liberais eram a favor tanto da liberdade de ensino quanto da criação da universidade. Mas, os positivistas eram favoráveis apenas à liberdade de ensino e desfavoráveis à criação da universidade (CUNHA, 2007a).

---

<sup>112</sup> O aumento do número de pessoas diplomadas poderia gerar a perda do valor do diploma (em termos de poder, prestígio e remuneração) para os grupos corporativos das classes dominantes ligados aos níveis mais altos da burocracia do Estado (CUNHA, 2007a).

<sup>113</sup> A primeira Constituição brasileira, que data de 1824, fez previsões para que fossem criados colégios e universidades no país (BRASIL, 1824).

Segundo os liberais a universidade teria um papel fundamental para a formação da burguesia e os positivistas<sup>114</sup> acreditavam que essa instituição serviria apenas para conceder privilégios aumentando o parasitismo burguês. Além disso, sob a ingerência do Imperador seria previsível o predomínio das doutrinas católicas. Então, apontavam que o enorme recurso que a universidade iria consumir deveria ser usado para a instrução popular (CUNHA, 2007a).

Cunha (2007a) ressalta que durante o Império a Assembleia Legislativa não aprovou 42 projetos de criação de universidade. Dessa forma, “defendida por uns, e criticada por outros, a universidade não surgiu no Império, embora não faltassem projetos e recomendações para tal” (CUNHA, 2007a, p. 90).

Certamente o aumento da procura pela instrução influenciou o surgimento e crescimento das Escolas Superiores Livres (independentes do Estado)<sup>115</sup> impulsionadas pela facilitação do ingresso no ensino superior. A ampliação e constituição da burocracia pública na República<sup>116</sup> instigou o desejo pela diplomação uma vez que interessava à burguesia inserir-se no âmbito estatal (CUNHA, 2007a).

A pressão para a entrada no ensino superior mesmo sem a finalização do ensino de segundo grau se constituiu em grave problema na medida em que resultava na inserção de candidatos possivelmente não habilitados neste grau de ensino (CUNHA, 2007a).

Assim, além do movimento chamado por Cunha (2007a) de desoficialização do ensino houve também diversas tentativas de contenção da entrada no ensino superior. As medidas foram tomadas principalmente por meio de cinco decretos, aos quais relataremos a seguir.

---

<sup>114</sup> Os principais representantes dessa corrente no Brasil eram Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes (CUNHA, 2007a).

<sup>115</sup> O movimento de desoficialização do ensino (entendido por Cunha como a retração do setor estatal no campo da educação) estava ocorrendo desde o Império podendo ser visto de forma cabal no decreto de Leôncio de Carvalho, mesmo que parcialmente rejeitado pelo Congresso. A República Velha herdou não só esse processo, mas, contraditoriamente, proporcionou condições para o surgimento das primeiras instituições de ensino superior do Brasil com o nome de universidade, sendo a do Rio de Janeiro (1920) e a de Minas Gerais (1927) as que vingaram (CUNHA, 2007a).

<sup>116</sup> Durante a República Velha, com a emergência do regime federativo, os governos estaduais passaram a ter encargos maiores e muitas repartições foram criadas oferecendo várias oportunidades de emprego, principalmente para advogados e engenheiros (CUNHA, 2007a).

O primeiro decreto foi o de número 981 de 1890 onde Benjamim Constant tentou implementar um ensino seriado, com obrigatoriedade e gratuidade. Ele reafirmava que era completamente livre aos particulares o ensino primário e secundário desde que respeitassem as condições de moralidade e higiene definidas na lei. Outro ponto importante do decreto, é que ficou estabelecido que ao final da última série os estudantes seriam submetidos a um exame de madureza e, se aprovados, poderiam se matricular, sem outros exames, em qualquer escola superior do país (CUNHA, 2007a; BRASIL, 1890).

Em 1901 foi lançado o decreto nº 3.890 que instituiu o que muitos conhecem como a Reforma Epitácio Pessoa. Esta reforma priorizava a formação secundária e estabelecia seis anos para a sua conclusão (FRANCISCO FILHO, 2004).

Compondo esse cenário houve em 1911 uma reforma geral do ensino secundário e superior. O Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca promulgou o decreto nº 8.659 que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, redigida por Rivadávia da Cunha Corrêa. Para conter a entrada de alunos não preparados no ensino superior este previa que os estabelecimentos de ensino do Governo Federal não gozariam de qualquer espécie de privilégio para matricular seus estudantes no ensino superior, o que valia também para o Colégio Pedro II, e instituiu os exames de admissão<sup>117</sup> que deveriam constar de uma prova escrita sobre conhecimentos e uma prova oral sobre línguas e ciências. Contudo, essas ações não produziram os resultados almejados, pois, de um lado houve a redução do número de estudantes que entraram nas instituições oficiais por causa do exame de ingresso, por outro, as escolas livres continuaram facilitando a entrada (CUNHA, 2007a; FÁVERO, 1997).

A Reforma Rivadávia Corrêa foi a primeira legislação no Brasil que englobou o termo autonomia no que tange ao ensino superior, compreendendo três dimensões: didática, administrativa e financeira. Observa-se desse modo, que a autonomia

---

<sup>117</sup> Os exames não foram suficientes para a contenção da entrada no ensino superior. Para que as faculdades não ficassem sem alunos as exigências dos exames diminuíram, livres de fiscalizações; os professores que participavam das bancas examinadoras ministravam aulas particulares aos futuros candidatos; e os programas de ensino eram encurtados conforme as conveniências de alunos e professores (CUNHA, 2007a).

surgiu na legislação brasileira antes mesmo da criação da primeira universidade. O artigo 6º deste decreto referia-se a autonomia didática explicitando que cabia aos institutos a organização dos programas de seus cursos. Todavia, esta competência era relativa, pois a própria lei determinava que a cada ano o diretor da instituição deveria encaminhar ao Conselho Superior do Ensino um relatório, cabendo a este Conselho realizar as reformas que achasse necessárias (FÁVERO, 1997).

A autonomia administrativa também era restrita relacionando-se a gestão dos patrimônios e à eleição interna do diretor. De acordo com Fávero (1997) a lei não mencionava a quem cabia a elaboração e a aprovação de estatutos ou regimentos das instituições, embora estes últimos fossem mencionados diversas vezes na lei. O artigo 139 aventava a possibilidade de liberdade total às Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro; às Faculdades de Direito de São Paulo e de Pernambuco; à Escola Politécnica do Rio de Janeiro e ao Colégio Dom Pedro II, caso elas possuíssem recursos próprios e suficientes, ou seja, essas instituições ficariam isentas de toda e qualquer dependência ou fiscalização oficial se contassem com recursos próprios.

A tentativa fracassada de controlar a inserção no ensino superior fez com que surgisse o decreto nº 11.530 de 1915, conhecido como a Reforma de Carlos Maximiliano, que extinguiu a autonomia prevista na Lei Orgânica Rivadávia Corrêa e criou o exame de vestibular para os cursos superiores, além da obrigação da conclusão do curso secundário para o ingresso nas faculdades (FÁVERO, 1997).

A última reforma antes do governo Vargas ocorreu com a promulgação do decreto nº 16.782A de 1925 (conhecido como Lei Rocha Vaz). Esta lei emergiu após a instalação da primeira instituição de ensino superior no Brasil que vingou com o nome de universidade que foi a Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920 (CUNHA, 2007a). Segundo Francisco Filho (2004) esta legislação conservadora completou o ciclo de educação elitista; cerceou e manteve o policiamento dos afazeres de professores e alunos, criando, inclusive, moral e cívica como disciplina obrigatória nas escolas primárias e secundárias (FRANCISCO FILHO, 2004).

Antes da reforma Rocha Vaz de 1925 todos os estudantes aprovados tinham o direito de se matricular no ensino superior. Após a reforma, ficou estabelecido que as faculdades deveriam fixar um número de vagas todo ano. Os estudantes aprovados deveriam ser matriculados por ordem de classificação até completarem as vagas. Essa medida tinha por objetivo diminuir o número de estudantes em alguns cursos e direcionar a escolha para cursos menos procurados, na perspectiva do movimento de contenção do ensino (CUNHA, 2007a).

O surgimento da Universidade do Rio de Janeiro em 1920<sup>118</sup> não alterou substantivamente a situação do ensino no país, pois, foi uma instituição criada a partir da agregação de três faculdades, o que não agradou a alguns educadores e estudiosos críticos da época. Uma pesquisa realizada pelo jornalista Fernando de Azevedo e publicada em 1926 no jornal "O Estado de São Paulo" afirmava que em relação ao ensino superior no Brasil ainda não existiam instituições dedicadas a "alta cultura" e que realizassem pesquisa "livre e desinteressada" (CUNHA, 2007a, p. 199).

Essa situação parece-nos ser de fácil compreensão em uma conjuntura onde o moderno se une ao arcaico. A revolução burguesa ocorrida no Brasil<sup>119</sup> foi incapaz

---

<sup>118</sup> A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) criada em 1920, foi designada Universidade do Brasil (UB) pela lei nº 452/37 e em 1965 recebeu o nome de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com Fávero (s/d) a pesquisa era uma atividade quase inexistente. Até os anos 50 as condições para fazer pesquisas na universidade eram precárias. Essa situação sofreu significativa alteração quando a reivindicação por tempo integral e pela dedicação exclusiva foi atendida pela universidade, além da ampliação dos recursos financeiros com a criação do CNPq. Todavia, há de se considerar que nem todas as áreas dispunham das mesmas condições para a realização de pesquisas.

<sup>119</sup> Interessado em compreender a formação brasileira, Fernandes (1981) entende que houve uma Revolução Burguesa no Brasil cujo germe encontra-se na passagem do Império para a República. O autor explica que, apontar a existência de uma Revolução Burguesa no Brasil, não significa explicar o Brasil a partir do passado europeu, e sim pensar a Revolução Burguesa brasileira como um conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas operadas capazes de desagregar o regime escravocrata e dar início a uma sociedade de classes no Brasil. A chamada Revolução burguesa clássica, ocorrida em alguns países da Europa como França e Inglaterra, destruiu as bases feudais fazendo emergir o "moderno" em lugar do arcaico. No Brasil, ao contrário, a burguesia aliou-se à elite agrária mantendo características combinadas do arcaico com o moderno. Segundo o autor: "Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa dominação. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é

de romper com o "velho" e de desligar o país de sua condição de exportador de produtos primários, onde a formação era direcionada para as exigências do mercado de trabalho da época e para a oferta de mão-de-obra barata. Ou seja, a produção da "alta cultura" e da pesquisa desinteressada não aconteceu em uma região que não rompeu com os laços coloniais e dependentes.

A implementação do capitalismo no Brasil, ocorreu de forma diferenciada, obedecendo à lógica reinante a partir dos ditames dos países de economia central. Tanto a burguesia em formação quanto o próprio Estado Nacional agiram de forma a consolidar os interesses da burguesia internacional. Por isso, Fernandes (1981) destaca que a Revolução Burguesa em um país periférico como o Brasil, não teve a capacidade de eliminar o arcaico tal qual como aconteceu em países como a França onde a Revolução Burguesa clássica, por meio da radicalidade dirigida pela burguesia, tratou de eliminar as limitações colocadas pelo sistema feudal e construir as bases necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, fazendo emergir o moderno em detrimento do arcaico. Segundo o autor:

Até onde se pode avançar, numa interpretação sociológica segura, é legítimo concluir-se que a falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial, diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Dessa acomodação resultou uma economia "nacional" híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente "arcaicas" e "modernas", graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do "moderno" com o "arcaico", uma descolonização mínima, com uma modernização máxima). Sob esse aspecto, a mencionada acomodação tanto pode ser encarada como "historicamente necessária" quanto como "economicamente útil" (FERNANDES, 1981, p. 176).

Nesse sentido, Fernandes (1981) destaca e analisa o padrão dependente do desenvolvimento do Brasil. O país foi integrado à economia internacional com a confluência dos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas. Contudo,

---

propriamente um "colapso", mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar – a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 20), a "era senhorial" (ou o antigo regime) da "era burguesa" (ou a sociedade de classes)" (FERNANDES, 1981, p. 203, 204).

essa incorporação não foi algo imposto de fora para dentro, mas pactuado entre as diversas frações burguesas (tanto nacional quanto internacional) onde a burguesia brasileira interessava os ganhos advindos dessa relação, mesmo que como "sócia menor", como nos diz Coutinho (2006).

Foi assim que esse desenvolvimento subordinado inicialmente à Europa e posteriormente aos Estados Unidos se deu combinando formas arcaicas e modernas nos dizeres de Fernandes (1981). De acordo com Lima (s.d., p. 2) a articulação "dos elementos políticos analisados por Florestan Fernandes (a exploração das massas trabalhadoras e a associação da burguesia com a oligarquia agrária interna e com o capital internacional) foi, justamente, a consolidação do capitalismo dependente<sup>120</sup> no Brasil".

Por algum tempo a industrialização foi vista como um elemento que conduziria o país ao desenvolvimento. Contudo, esse processo<sup>121</sup>, já consistente na Europa e utilizando-se da ciência para o seu progresso, apareceu no Brasil de forma tardia dando início à fase de industrialização restringida<sup>122</sup>, iniciada em torno de 1933 até 1955 (DRAIBE, 1985).

---

<sup>120</sup> A noção de capitalismo dependente foi formulada por Fernandes (1981) a partir da compreensão de que houve uma Revolução Burguesa no Brasil, que se diferenciou da experiência clássica, a partir da qual o Brasil permaneceu atrelado às economias centrais. De acordo com Fernandes (1981, p. 90) "[...] os processos econômicos que podiam ser desencadeados, orientados e organizados através dos modelos econômicos transplantados visavam a acelerar o desenvolvimento econômico interno segundo objetivos que o articulavam, heteronimicamente, aos dinamismos das economias centrais. Daí podia resultar um desenvolvimento paralelo do capitalismo no Brasil. Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heterônoma; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de 'capitalismo dependente'".

<sup>121</sup> Para Coutinho (2006) foi a partir de 1930 que se consolidou a transição do Brasil para o capitalismo. Segundo esse estudioso "Depois da Abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o 'modo de produção especificamente capitalista', ou seja, a indústria. E 1930 é, seguramente, a forma mais emblemática de manifestação de via prussiana, de revolução passiva, de modernização conservadora em nossa história" (COUTINHO, 2006, p. 176).

<sup>122</sup> Draibe (1985) aponta que o capitalismo no Brasil foi constituído essencialmente por 3 fases a partir da introdução do trabalho assalariado: a economia exportadora capitalista; a industrialização restringida e, por último, a industrialização pesada. Mas, de acordo com Santos (2012) é importante assinalar que mesmo com o ingresso na fase da industrialização pesada isso não alterou significativamente a estrutura fundiária. A agricultura continuou sendo responsável pela maior parte das exportações nacionais e a estrutura dos latifúndios ainda permanece no Brasil.



Com a crise de 1929 e o aumento do preço dos produtos importados, as necessidades antes satisfeitas por meio da importação foram direcionadas para a oferta interna. Essa ação possibilitou o deslocamento da economia organizada de acordo com o modelo primário exportador para a substituição de importações (CUNHA, 2007b). Entretanto, o modelo desenvolvido foi de uma industrialização restringida na medida em que os setores produtores de bens de produção eram pouco desenvolvidos no Brasil, tanto por dificuldades de ordens técnicas quanto financeiras.

Desse modo, a política de industrialização de Vargas, que visava trocar as importações de artigos estrangeiros por artigos nacionais<sup>123</sup>, contou com um aumento expressivo do número de fábricas e a instalação de filiais de empresas estrangeiras voltadas para a produção química, farmacêutica e de motores de veículos, mesmo que de forma restringida. Também foi criada a indústria de base e algumas empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (COTRIM, 1999).

Para Coutinho (2006) a industrialização não resultou de uma ação consciente do empresariado, mas foi resultado de uma ação do Estado por meio da efetivação de políticas cambiais e de crédito que beneficiaram a indústria e também através de uma ação direta mediante a criação das empresas estatais. O autor argumenta que essas empresas não foram criadas com o objetivo de gerar lucros para si próprias ou para o Estado e sim para criar condições de existência e de expansão do capital privado, tanto que geralmente essas empresas eram de setores que não interessavam ao capital privado, mesmo que em um primeiro momento, “não só porque o investimento inicial nesses setores é muito alto, mas também porque a rotatividade do capital – ou seja, o tempo necessário para que o investimento dê lucro – é bastante longa” (COUTINHO, 2006, p. 184).

Mathias e Salama (1983) ao estudarem a intervenção estatal consideram que esta não é exterior ao processo de acumulação, ao contrário liga-se organicamente a ele.

---

<sup>123</sup> A adoção da política cambial de desvalorização da moeda brasileira foi um dos elementos responsáveis pelo impulso da indústria de bens de capital e a política de substituição de importações (SANTOS, 2012).

Os autores esclarecem que nos países capitalistas desenvolvidos o Estado direciona a sua intervenção mais precisamente para a gestão da força de trabalho, enquanto nos países capitalistas subdesenvolvidos essa intervenção é dirigida para o setor produtivo:

A intervenção pública no setor produtivo - no sentido amplo da expressão – é proporcionalmente maior nos países subdesenvolvidos do que nos países desenvolvidos. Essa característica resulta da inserção particular desses países na economia mundial. [...] Uma diferença importante distingue a intervenção do Estado nos países centrais e na periferia: a gestão estatal da força de trabalho é débil nesses últimos. Ao contrário dos países capitalistas desenvolvidos, ela está longe de caracterizar e fundamentar a intervenção do Estado nos países subdesenvolvidos (MATHIAS, SALAMA, 1983, p. 58-59).

O que ocorreu no caso brasileiro foi uma modernização conservadora<sup>124</sup> pautada no pacto entre a burguesia nascente e os proprietários de terra, onde a burguesia não conseguiu desenvolver um poder autônomo para a modernização do país<sup>125</sup>, conduzindo o Brasil ao aprofundamento de uma economia e de uma burguesia dependente dos países centrais (PIRES; RAMOS, 2009).

O processo de modernização do Brasil<sup>126</sup> foi determinado pelos interesses da burguesia internacional, nacional e os proprietários de terra que conduziram o Brasil

---

<sup>124</sup> Modernização conservadora foi um conceito formulado por Moore Júnior para o estudo das revoluções burguesas que emergiram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Para o estudioso nesses países aconteceram revoluções burguesas “vindas de cima”, diferindo-se de casos como da Inglaterra, França e Estados Unidos, pois, nesses países houve uma ruptura violenta com o antigo regime “constituindo, assim, uma base econômica e social independente que desembocou em sociedades capitalistas e democráticas” (PIRES; RAMOS, 2009, p.412). Por outro lado, o processo de modernização ocorrido no Japão e na Alemanha solaparam o poder político das classes dos camponeses e dos trabalhadores institucionalizando um pacto político entre os proprietários de terra e a burguesia industrial. Tal processo levou esses países à formação de uma sociedade moderna industrial, todavia, com uma estrutura política conservadora que as levou ao nazi-fascismo (PIRES; RAMOS, 2009).

<sup>125</sup> A modernização conservadora tem como um de seus pilares a formação de uma burguesia que emerge da Revolução capitalista, mas que não tem forças suficientes para romper com os proprietários rurais o que traz como consequência a formação de um pacto político entre a classe dos proprietários de terra e a burguesia (PIRES; RAMOS, 2009).

<sup>126</sup> Coutinho (2006) salienta que apesar do caso brasileiro gerar uma "via brasileira" devido às particularidades do país, todos os três conceitos (via prussiana, revolução passiva, modernização conservadora) contribuem para captar algumas determinações da formação do Estado brasileiro. Segundo Coutinho (2006, p. 174) “Lênin chamou de ‘via prussiana’ um tipo de transição ao capitalismo que conserva elementos da velha ordem e, nessa medida, tem como pressuposto e como resultado um grande fortalecimento do poder do Estado”. Um conceito análogo ao utilizado por Lênin é o de revolução passiva formulada por Gramsci. Para Coutinho (2006, p. 174) “o pensador italiano chama de ‘revolução passiva’ os processos de transformação em que ocorre uma conciliação entre as frações modernas e atrasadas das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos. Gramsci diz que as

a um padrão de desenvolvimento capitalista dependente que manteve o latifúndio de monocultura extensiva com vistas à exportação, conservando o Brasil no lugar para ele determinado na divisão internacional do trabalho capitalista (PIRES; RAMOS, 2009).

Para Fausto (2012) o interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país refletiu-se no campo educacional. Embora “o ministro Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar o ensino industrial, com o objetivo de preparar mão-de-obra fabril qualificada” (FAUSTO, 2012, p. 202).

O Estatuto das Universidades Brasileiras (decreto nº 19.851/1931) e o surgimento da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 ilustram bem a concepção do ensino superior para a burguesia<sup>127</sup>. A primeira previa o pagamento de taxas tanto nas universidades quanto nos institutos isolados<sup>128</sup>, o que já era uma forma de conter a entrada dos mais empobrecidos. A USP por sua vez, nasceu no intuito de formação de uma universidade de excelência, voltada para a elite e para o fortalecimento das oligarquias paulistas. Entretanto, há de se considerar que desta instituição surgiram importantes críticos da ordem<sup>129</sup> (CUNHA, 2007a).

Sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras destacaremos dois aspectos: a inclusão da autonomia universitária em seu conteúdo e a afirmação de que a universidade deveria ser lócus da produção de conhecimentos. Em relação à autonomia, foi colocado no artigo 9º do Estatuto que as universidades gozariam de

---

revoluções passivas provocam mudanças na organização social, mas mudanças que também conservam elementos da velha ordem. Trata-se, essencialmente, de transformações – ou de revoluções, se quisermos – que se dão ‘pelo alto’”.

<sup>127</sup> O posicionamento dual da política de educação é corroborado pela Constituição de 1937 outorgada pelo Estado Novo. Entre as suas diretrizes observa-se a indicação para a criação do ensino profissional para as classes trabalhadoras, ratificando a histórica dualidade da educação: o ensino profissional para os pobres e trabalhadores e o ensino superior destinado à elite.

<sup>128</sup> O estatuto previa duas formas de organização do ensino superior: a universidade, forma própria desse ensino, e o Instituto isolado. A universidade poderia ser oficial ou livre. A oficial seria aquela mantida pelo governo federal ou estadual. A universidade livre seria mantida por fundações ou associações particulares. Ainda segundo o estatuto o ensino deveria ser pago mesmo nas universidades oficiais. Na Universidade do Rio de Janeiro, em 1931, os estudantes pagavam taxas de inscrição em exame vestibular, matrícula em cada ano, taxa por cadeira e por período, inscrição em exame final, certificado de exame, guia de transferência, certidão de frequência, diploma de conclusão de curso (CUNHA, 2007a).

<sup>129</sup> Como Florestan Fernandes.

autonomia administrativa, didática e disciplinar. Todavia, os estatutos, instrumentos da organização didática e administrativa de qualquer universidade, deviam ser aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, só podendo ser modificados pelo mesmo processo, ouvindo-se, ainda, o Conselho Nacional de Educação, o que demonstra o controle do governo sobre as instituições. Nas universidades federais e estaduais a escolha dos reitores era realizada pelo governo a partir de uma lista tríplice de nomes oferecidos pelas entidades o que demonstra também os limites da autonomia administrativa<sup>130</sup> (RANIERE, 2013).

O segundo aspecto a ser destacado é que embora o marco para a pós-graduação no Brasil seja o parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 977/65, Cury (2005) sinaliza a importância do Estatuto das Universidades brasileiras para esse grau de ensino<sup>131</sup>, pois, colocava

a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos como finalidade do ensino universitário. Esse decreto institucionaliza também cursos de aperfeiçoamento e de especialização como forma de aprofundamento de conhecimentos profissionais e científicos. No art. 32 diz-se que nos institutos universitários será atendido a um tempo o duplo objetivo de ministrar o ensino eficiente dos conhecimentos humanos adquiridos e de estimular o espírito de investigação original, indispensável ao progresso das ciências (CURY, 2005, p. 7-8).

As polêmicas relacionadas à forma como se estabelecia o ensino superior no país englobavam aspectos de diversas ordens e de diferentes concepções. Nesse sentido,

As críticas ao arcaísmo do ensino superior no Brasil não nasceram na República Populista, mas com esse próprio grau de ensino. No Império, clamava-se por uma universidade; na Primeira República, acusava-se a universidade, criada em 1920, de ser mero condomínio de escolas autárquicas; na era de Vargas, essas invectivas continuaram, e desenvolveram-se duas tentativas, logo frustradas, de criação de “verdadeiras” universidades, a de São Paulo, em 1934, e a do Distrito Federal, em 1935. Mas foi durante o período de 1946/64 que essas críticas

<sup>130</sup> Durante o Estado Novo (1937-1945) a educação passou a ser regulada por um caráter autoritário e centralizador perdendo as poucas possibilidades do exercício da autonomia. Tanto o reitor como os diretores de unidades passaram a ser escolhidos pelo Presidente, o que foi um retrocesso frente ao Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 onde a escolha era feita por meio de uma lista tríplice (FÁVERO, 1997).

<sup>131</sup> Mesmo sendo reconhecida a importância da pós-graduação na composição do ensino, esta não foi implementada imediatamente nas instituições de ensino superior. No caso da Universidade do Brasil o decreto nº 21.321/1946 que aprovava o estatuto desta universidade colocou no artigo 71 o reconhecimento da existência de cursos de pós-graduação, cuja finalidade se destina à especialização profissional, ficando os cursos de doutorado a critério do regimento da universidade (CURY, 2005, p. 8).

atingiram praticamente todo o ensino superior, tendo o próprio Estado como uma de suas principais fontes (CUNHA, 2007b, p. 127).

A gênese da defesa da reforma universitária é atribuída ao movimento de estudantes, não obstante essa “bandeira” tenha sido incorporada e, por vezes, desvirtuada pelos representantes do Estado. Embora o início efetivo desse processo tenha ocorrido na década de 1940, há de se mencionar que recebeu um forte impulso na ditadura civil-militar (CUNHA, 2007b).

A luta em favor da reforma universitária esteve diretamente articulada às insatisfações dos estudantes no decurso do processo de centralização e concentração de capital<sup>132</sup>, onde a expansão monopolista não tardou em submeter o Brasil aos imperativos dos grandes monopólios internacionais<sup>133</sup>, com forte influência norte-americana, configurando o período de imperialismo total<sup>134</sup>. Florestan Fernandes (1981) argumenta que nessa forma de desenvolvimento os países centrais incorporam os países periféricos de forma brutal ao seu projeto de sociabilidade, fazendo uso de suas matérias primas e disputando o mercado existente.

Essas circunstâncias contribuíram para a elevação da demanda por instrução escolar, resultando em um interesse crescente pelos cargos de trabalho nas instituições públicas e nas empresas privadas, além da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e a chegada da população rural às cidades (que passaram a reivindicar maior escolarização) (CUNHA, 2007b).

### **2.3 Capitalismo monopolista e universidade no Brasil**

---

<sup>132</sup> A emergência dos monopólios exigiu maior escolaridade para a inserção no mercado de trabalho, fazendo com que a população reivindicasse o aumento do número de vagas em todos os graus de ensino. Todavia, a elevação da escolaridade da população não foi acompanhada pelo número de empregos, deixando explícito o problema do desemprego, da desvalorização dos diplomas e uma crise de realização pessoal (CUNHA, 2007b).

<sup>133</sup> Essa situação teve seu auge no período posterior ao golpe de 1964 (CUNHA, 2007b).

<sup>134</sup> Em sua obra “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” Florestan Fernandes (1973) descreve quatro fases da dominação externa em nosso continente: o colonialismo (que se inicia no século XVI estendendo-se até o início do século XIX), o neocolonialismo (do início do século XIX – cujo marco é a independência política e o fortalecimento da influência britânica – até mais ou menos 1860), o imperialismo (que envolve as quatro últimas décadas do século XIX até a 2ª Guerra Mundial) e o imperialismo total (que emerge após a 2ª Guerra Mundial).

Os monopólios que disputavam terreno no Brasil, ao se fixarem no país dificultaram a permanência e o desenvolvimento do pequeno negócio, ocorrendo o que Cunha (2007b) classifica como deslocamento dos canais de ascensão das camadas médias. Para o autor (2007b, p. 42)

Antes que o processo de monopolização atingisse os níveis da década de 1950, os indivíduos que pretendiam ascender socialmente, isto é, pretendiam ingressar nas classes dominantes, tentavam-no pela reprodução do pequeno capital. Usavam seu pequeno capital, conseguido por um meio qualquer, para abrir um pequeno negócio, tal como uma pequena fábrica, uma pequena loja, um pequeno escritório de representação comercial. Esse negócio propiciava a reprodução daquele capital inicial que ficava cada vez maior, quando os lucros eram reinvestidos na sua ampliação. A esperança era a multiplicação rápida de modo que, um dia, o proprietário daquele capital tivesse ingresso nas classes dominantes por força do capital acumulado.

À medida que o processo de concentração e centralização levava à monopolização na indústria, repercutindo também no comércio e nos serviços, ficava mais difícil a abertura de pequenos negócios. Nesse sentido, os cargos mais almejados passaram a ser nas burocracias públicas e privadas, e como essas instituições são organizadas de forma hierárquica, utilizando os graus escolares como requisitos para a obtenção de melhores remunerações e prestígio, houve um aumento na demanda por escolarização em todos os graus. E “o ensino superior, por ser mais raro, teve a sua demanda aumentada numa proporção superior à dos outros graus” (CUNHA, 2007b, p. 43).

O aumento do número de diplomados numa situação em que o mercado de trabalho não teve o dinamismo correspondente conduziu à elevação dos requisitos educacionais, a desvalorização econômica e simbólica do diploma, ao desemprego e a uma crise de realização social induzindo o movimento estudantil a reivindicar a reforma da universidade (CUNHA, 2007b).

A expressão Reforma Universitária foi consagrada no Congresso que aconteceu em 1918 na cidade de Córdoba na Argentina<sup>135</sup>. Esse evento deu origem a Carta de

---

<sup>135</sup> A luta pela reforma universitária não foi circunscrita ao Brasil. Segundo Cunha (2007b, p. 171) “é dos fins do século XIX o início da movimentação pela reforma universitária nas universidades dos países hispano-americanos: desde 1899, professores peruanos reivindicavam a renovação do ensino. Os estudantes não ficaram atrás. Em 1908, realizou-se em Montevideu o I Congresso de Estudantes Latino-Americanos, não se tendo conhecimento da presença de delegados brasileiros. Reivindicou-se, aí, a substituição das aulas – conferências por seminários; a abolição dos exames; a participação dos estudantes na direção das universidades”.

Córdoba que foi evocada durante décadas pelo movimento estudantil latino-americano. Nessa carta os principais pontos da reforma universitária pretendida era: a) participação dos estudantes e dos formados na direção da universidade; autonomia universitária; assistência livre; seleção dos mais capazes e não dos mais favorecidos economicamente; periodicidade das cátedras<sup>136</sup>; extensão universitária, dentre outros (CUNHA, 2007b).

A Carta de Córdoba era conhecida por estudantes brasileiros, pelo menos desde 1929, pois um grupo de cinco estudantes a citaram em um manifesto lançado em Porto Alegre. Este documento influenciou o Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira, e as cartas da Bahia e do Paraná (CUNHA, 2007b).

O Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira<sup>137</sup> foi construído no II Congresso Nacional de Estudantes, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1938. Nesse Congresso, ao discutir a reforma universitária, os estudantes colocaram como uma das propostas a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>138</sup> (CUNHA, 2007b).

Em nível nacional houve no início da década de 1960 dois seminários cujos temas versavam sobre a reforma universitária. O I Seminário Nacional de Reforma

---

<sup>136</sup> A cátedra surgiu em 1808 como um cargo público cujo ocupante era escolhido pelo governo. Em decorrência das complexidades que adquiriram as instituições de ensino, o Estatuto das Universidades Brasileiras pretendeu estabelecer normas para o preenchimento deste cargo. O professor catedrático poderia ser escolhido por concurso público ou ainda por indicação, caso possuísse algum invento ou descoberta de alta relevância e fosse aprovado pelo colegiado. O cargo era vitalício, e em virtude de alguns descontentamentos (como a indicação de professores e a sua nomeação sem concurso público) esse regime foi extinto na reforma universitária de 1968 (CUNHA, 2007b).

<sup>137</sup> Esse plano apresentava cinco grandes sugestões: 1. para a solução do problema educacional; 2. para a solução do problema econômico do estudante; 3. para a reforma dos objetivos gerais do sistema educacional tendo em vista a unidade e a continuidade; 4. para a reforma universitária e 5. para organizações extra escolares (onde foi sugerida a criação da UNE). No item sobre a reforma universitária criticava-se os métodos educacionais dizendo que eram arcaicos e rotineiros. O plano sugeria a adoção nas universidades de múltiplos planos curriculares; a seleção de professores por meio de concurso, dando-se maior peso as provas; a obrigatoriedade das provas de livre-docência para o provimento das cátedras; os cursos de pós-graduação, dentre outros (CUNHA, 2007b).

<sup>138</sup> A UNE foi criada em 1938 em virtude do projeto que reivindicava a reforma universitária (CUNHA, 2007b).

Universitária foi realizado em Salvador, de 20 a 27 de maio de 1961, e o documento final ficou conhecido como a Carta da Bahia<sup>139</sup>(CUNHA, 2007b).

A Carta do Paraná surgiu a partir do Seminário de Curitiba em 1962. Apesar da diversidade doutrinária presente nesta carta é possível dizer que havia posições hegemônicas quanto a alguns assuntos, a saber: a prioridade atribuída à escola pública sobre a particular; a necessidade do planejamento educacional, a ser empreendido pelo Estado, com a participação dos estudantes; reivindicação pela supressão dos exames vestibulares; reivindicação de um terço dos participantes com direito a voto nos órgãos de direção da universidade; a desistência de reivindicar autonomia para a universidade, pois ela poderia ser mal usada na contratação de professores e funcionários, no uso das verbas, na aplicação de penalidades aos estudantes e, até mesmo, para discriminá-los (CUNHA, 2007b).

Cunha (2007b) chama a atenção para as divergências de opiniões quanto à reforma universitária. Nesse quadro, o autor destaca a importância do movimento estudantil, mas, também aponta o posicionamento de outros atores como os reitores que seis meses após o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pelos estudantes, realizaram o Seminário para reitores, provavelmente induzidos pela ampla divulgação da Carta da Bahia.

Em outro Simpósio Nacional de Reitores, ocorrido em 1962, foi aprovado uma série de sugestões a respeito da política de ensino superior. Para as medidas de longo alcance, os reitores buscavam a reforma universitária. A leitura de Cunha (2007b) sobre as sugestões demonstra a existência de três objetivos principais: 1. a integração das universidades e das escolas superiores isoladas em sistema; 2. a manutenção, senão ampliação, da autonomia dessas instituições diante do Ministério da Educação e Cultura (MEC); 3. cooptação dos estudantes na implementação da reforma do ensino superior, sob a direção da burocracia educacional. Para a consecução desses objetivos, os reitores propuseram a

---

<sup>139</sup> Na Carta da Bahia encontram-se sugestões como: quebra das barreiras entre as faculdades; criação de institutos; organização do regime departamental e do trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia; estruturação da carreira do magistério com base em cursos de pós-graduação, em tempo de serviço e em realizações profissionais (CUNHA, 2007b).



montagem de órgãos integradores constituídos de comissões seccionais de reforma universitária, no âmbito de cada universidade; de uma Comissão Nacional de Reforma Universitária, no âmbito do MEC e do Fórum Universitário. Desses órgãos, só vingou o Fórum Universitário criado em fevereiro de 1962, três meses após a realização do Simpósio e uma ou outra comissão de reforma no âmbito das universidades.

Segundo Cunha (2007b) o início da modernização das instituições de ensino superior encontra-se no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) que foi criado por influência do governo norte-americano<sup>140</sup>.

O ITA começou a funcionar em 1947 no Rio de Janeiro<sup>141</sup>. Essa instituição trazia uma série de novidades: 1. os professores não ocupavam cátedras vitalícias, eram escolhidos através do exame de seus currículos e contratados pela legislação trabalhista que possibilitava o seu desligamento; 2. a carreira do magistério tinha o auxiliar de ensino como primeiro degrau e os outros cargos de professores assistentes, associados e plenos eram galgados mediante o mérito comprovado; 3. a organização era departamental (substituindo a cátedra como unidade básica do ensino superior); 4. os professores e estudantes residiam no campus e dedicavam-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa; 5. os professores ficavam à disposição dos alunos fora do tempo de aula para sanar dúvidas; 6. o currículo era flexível podendo ser alterado conforme as necessidades de pessoal docente; 7. as cinco séries do curso estavam divididas em uma parte fundamental de dois anos (para "corrigir" os defeitos trazidos do ensino secundário) e uma parte profissional de três anos com as disciplinas que levavam as especializações; 8. havia a promoção do autogoverno e da autodisciplina; 9. estímulo à pesquisa (CUNHA, 2007b).

---

<sup>140</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial foi criado o Ministério da Aeronáutica e em 1942 foi criada a Fábrica Nacional de Motores, uma estatal para a produção de motores de avião, criada através da barganha política entre os governos brasileiro e norte-americano. Contudo, faltava a formação de pessoal de alta qualificação em engenharia aeronáutica e o aparato de pesquisa. Então, foi elaborado o plano de criação do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) pelo brigadeiro Casimiro Montenegro Filho, da FAB e pelo professor Richard H. Smith do Massachusetts Institute of Technology dos EUA. O relatório ficou conhecido como Relatório Smith e aprovado em fins de 1945 "previa a existência de um Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), escola de engenharia que deveria oferecer cursos de mecânica, eletrônica e aeronáutica, e de um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), destinado a apoiar a aviação comercial e a indústria, mediante encomendas" (CUNHA, 2007b, p. 129).

<sup>141</sup> Posteriormente a sua sede foi para São José dos Campos.

Entre as tentativas de instalação de centros de excelência, o Estado também respondeu ao aumento da demanda pelo ensino superior por meio das federalizações. Em 1950 ocorreu o principal surto de “federalizações de escolas isoladas, e em 1960/61, o de criação de universidades Federais, e 'federalização' de universidades estaduais e particulares” (CUNHA, 2007b, p. 86). A federalização fez com que nesse período o número de matrículas no setor público fosse de 81%. Mas, mesmo com o aumento do número de instituições a demanda ainda era maior que o número de vagas (CUNHA, 2007b).

Outra questão importante é a Lei 1.310 de 15 de janeiro de 1951 que criou o Conselho Nacional de Pesquisas<sup>142</sup> (CNP) por meio do projeto encaminhado pelo almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva:

Os objetivos do CNPq<sup>143</sup> resultaram de uma combinação complexa de promoção da segurança e do desenvolvimento, entendidos ora numa perspectiva autonomista, de rompimento dos laços de dependência, ora numa perspectiva de reforço desses laços, reeditados sob forma modernizada. Essa ambiguidade foi particularmente expressiva no campo da energia nuclear, ao qual o CNPq dedicou maior parte dos seus esforços iniciais. De acordo com o pensamento do almirante Álvaro Alberto, a construção de reatores nucleares para a produção de energia elétrica era um imperativo do processo de desenvolvimento brasileiro (CUNHA, 2007b, p. 131).

O intento de promover a pesquisa científica e tecnológica nuclear no Brasil por meio do CNP foi frustrado. Então, este órgão desenvolveu atividades voltadas para o fornecimento de bolsas e auxílios (CUNHA, 2007b). Já a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi criada em 1951 para a distribuição de bolsas de estudo no Brasil e no exterior<sup>144</sup> (CUNHA, 2007b).

De acordo com Cury (2009) essas agências realizam atividades convergentes a respeito da formação de pesquisadores e docentes de alto nível, sendo que a CAPES influi de modo forte junto aos programas de pós-graduação, enquanto o CNPq apoia o pesquisador e as linhas de pesquisa das instituições. Nos termos de Oliveira e Fonseca (2010, p. 26)

---

<sup>142</sup> O Conselho Nacional de Pesquisas (CNP) foi transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974 (BRASIL, 2015b).

<sup>143</sup> Atualmente é conhecido como CNPq.

<sup>144</sup> Essas instituições seriam importantes para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica quase inexistente nos estabelecimentos de ensino superior brasileiros.

Capes e CNPq foram agências criadas em 1951 durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), no contexto de um Estado populista, cujo objetivo era a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento, pautado no planejamento econômico, no aumento dos gastos públicos, na industrialização intensiva (bens de consumo duráveis e bens de produção), na diversificação do processo de substituição de importações, na aceleração do processo de urbanização e na modernização do país em diferentes setores. Tais proposições trouxeram à tona a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade, como por exemplo: cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais.

Não obstante a importância destes órgãos para a produção de conhecimentos científico no país há de se considerar que antes da solidificação das universidades públicas, nos anos de 1950 e 1960, eram poucas as universidades que ofereciam estudos de pós-graduação, e, na época, esse nível de ensino seguia o modelo francês antigo visando apenas ao título de doutor<sup>145</sup> que era alcançado por um número muito reduzido de pessoas (BEIGUELMAN,1997).

Nesse ímpeto em direção à modernização do ensino superior nasceu também a Universidade de Brasília (Unb)<sup>146</sup>. A criação da Unb deveu-se principalmente a dois propósitos: 1. a necessidade de se manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação; 2. criar um paradigma moderno de ensino superior, mais amplo do que o ITA, englobando todos os campos do saber, e sendo capaz de influenciar as outras universidades e escolas rumo à modernização (CUNHA, 2007b, p. 141).

Um dos momentos mais significativos da criação da pós-graduação no Brasil ocorreu na UnB pela lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Nessa universidade, a pós-graduação tornou-se uma atividade institucional. Segundo o artigo 9º dessa lei:

A universidade será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I – Aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

- a) ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes;
- b) formar pesquisadores e especialistas; e
- c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

<sup>145</sup> Não existiam cursos de mestrado no Brasil.

<sup>146</sup> A lei de autorização para a instituição da Unb é de 1961. Darcy Ribeiro foi o líder da Comissão que elaborou o plano geral da Universidade de Brasília e foi o primeiro reitor dessa universidade. Anísio Teixeira também participou e foi o segundo reitor (em junho de 1963). É preciso mencionar que a LDB foi promulgada no mesmo ano em que foi criada a Universidade de Brasília, mas, com uma concepção oposta de ensino desta universidade (CUNHA, 2007b).

II – As Faculdades, na sua esfera de competência:

- a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica;
- b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação;
- c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural (CURY, 2005, p. 9).

Assim, o processo de modernização do ensino começou com a criação do ITA em 1947 e culminou com a criação da Universidade de Brasília em 1961. Esta foi a primeira universidade que dispensou a integração de escolas isoladas, pois nasceu de um plano definido de institutos, centros, faculdades e outras unidades. Tanto o ITA como a Unb não tinham catedráticos e sim professores contratados<sup>147</sup> (CUNHA, 2007b).

Contudo, ao mesmo tempo em que se criava a moderna Universidade de Brasília foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>148</sup>, mantendo o regime de cátedras, de acordo com a Constituição de 1946, além da defesa explícita dos interesses privatistas (CUNHA, 2007b).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 o princípio da autonomia universitária foi retomado, sendo colocado explicitamente no artigo 80 onde se lê: “as universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos” (BRASIL, 1961, p. 42). Entretanto, os dispositivos que havia no projeto original definindo a autonomia, foram vetados. Segundo Fávero (1997) a própria lei restringiu a autonomia quando definiu as atribuições do Conselho Federal de Educação, que deveria aprovar os estatutos das universidades. A este Conselho também era permitido, após inquérito administrativo, suspender a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de desobediência à lei ou aos estatutos. Ao Conselho “coube, também, determinar o currículo mínimo, a duração

---

<sup>147</sup> Lembrando que uma das polêmicas à época era a questão da cátedra (CUNHA, 2007b).

<sup>148</sup> Em 1947 foi instalada uma comissão para a elaboração do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O projeto foi apresentado ao Congresso em 1948 sendo arquivado em 1949. Em 1958 a Comissão de Educação e Cultura recebeu um substitutivo que alterava significativamente o projeto original. O conhecido “substitutivo Lacerda” de autoria do deputado Carlos Lacerda (UDN) dava sustentação à iniciativa privada e ao subsídio estatal ao privado em termos de recursos. Deste documento surgiu a Lei de Diretrizes e Bases que foi sancionada pelo Presidente João Goulart em 1961 (Lei 4.024/61). Estudiosos como Florestan Fernandes consideraram a aprovação do projeto uma derrota para as forças populares e uma traição por parte de João Goulart, presidente à época. A Lei 4.024/61 (nossa primeira LDB) garantiu que o Poder Público deveria tratar de forma igual os estabelecimentos oficiais e particulares, sendo que as verbas públicas poderiam ser carregadas para o ensino particular em todos os graus (CUNHA, 2007b; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009).

dos cursos superiores, reconhecer os cursos de graduação e credenciar os de pós-graduação, entre outras atribuições” (FÁVERO, 1997, p. 1).

Percebe-se que as tentativas de modernização do ensino não foram ao encontro das necessidades do povo brasileiro<sup>149</sup>. O momento que antecedeu ao golpe de 1964 demonstrou que as insatisfações eram de todas as ordens. Contudo, há de se reconhecer que a emergência da classe trabalhadora reivindicativa no cenário político durante o governo de João Goulart não colocava imediatamente em xeque a ordem capitalista, ou seja, esse movimento não caracterizava um quadro pré-revolucionário. Sobre esse assunto Netto (2002) afirma que se o golpe não tivesse ocorrido, aquele movimento poderia induzir uma mudança política e social capaz, inclusive, de engendrar uma situação pré-revolucionária “no entanto, o contexto de precipitação social ocorrente entre 1961 e 1964 não a tipificava”<sup>150</sup> (NETTO, 2002, p. 22).

#### **2.4 Reforma universitária consentida<sup>151</sup>: refuncionalização da universidade segundo as necessidades do capital**

Para Fernandes (1981) a Revolução Burguesa atingiu seu ponto auge no golpe de 1964, quando o capitalismo monopolista articulou-se a não liderança da burguesia brasileira no que tange à construção de um projeto político de emancipação nacional. Nesse decurso, a associação entre a classe burguesa brasileira e internacional aprofundou-se nitidamente, limitando a possibilidade de autonomia do país.

Visando a consolidação da era dos monopólios sob a hegemonia norte-americana, houve nos dizeres de Netto (2002, p. 16) “uma contra-revolução preventiva

<sup>149</sup> Sobre a modernização da universidade Chauí (2001) aponta que o objetivo era criar a universidade de serviços, baseada na docência e pesquisa de resultados.

<sup>150</sup> Para Netto (2002) havia nesses movimentos conteúdos revolucionários que poderiam redimensionar o Estado rumo a implementação de políticas democráticas e populares. Mas, o que estava realmente em jogo não era o capitalismo versus socialismo e sim a reprodução do desenvolvimento associado, dependente e excludente ou um processo profundo de reformas democráticas e nacionais, antiimperialistas e antilatifundistas.

<sup>151</sup> Fernandes (1975) utiliza o termo reforma universitária consentida para designar o processo em que as reformulações para o ensino superior estavam sendo encaminhadas pela classe dominante o que implicaria no aprofundamento do padrão dependente de educação e, conseqüentemente, no aprofundamento da dependência do país, uma vez que a educação era vista por este estudioso como um importante instrumento para o rompimento da situação de heteronomia do Brasil.

planetária”. Essa contra-revolução tinha três principais finalidades: realizar uma adequação onde o desenvolvimento de alguns países estivesse entrelaçado ao momento de aprofundamento da internacionalização do capital; limitar a ação daqueles que pudessem resistir a essa forma de inserção ainda mais subalterna no sistema capitalista; e, por fim, dinamizar as tendências que poderiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Nos países onde a contra-revolução preventiva triunfou foi possível verificar a partir da segunda metade da década de 1960 “a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista” (NETTO, 2002, p. 17); a exclusão de grupos comprometidos com os projetos nacional-populares e democráticos e um discurso anticomunista.

Além dos componentes externos que trouxeram um grande impacto para o Brasil e aprofundou ainda mais o nosso quadro de dependência e subordinação, Netto (2002) sinaliza que não devemos nos esquecer da dinâmica interna brasileira que contribuiu para o êxito das estratégias promovidas pelos centros imperialistas, ou seja, “a significação do golpe de abril, sem menosprezo da contextualidade internacional da contra-revolução preventiva, deve ser buscada na particularidade histórica brasileira” (NETTO, 2002, p. 17).

Netto (2002) apoiado nos escritos de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes relembra cinco elementos importantes para pensar a história do país: o fato das atividades econômicas básicas internas serem direcionadas ao mercado externo; a ausência de ruptura com o estatuto colonial; a constituição de uma estrutura de classes em que a burguesia não conseguia realizar suas tarefas nacionais clássicas, tendo em vista a sua formação dependente e associada com os centros externos; o caráter do desenvolvimento capitalista no país, onde o monopólio apareceu precocemente se comparado a evolução do capitalismo na Europa Ocidental e a existência de uma industrialização tardia.

Para Netto (2002) as características apresentadas trouxeram como consequência a existência de três fenômenos conectados no que diz respeito ao processo de

formação do Brasil moderno: primeiro, o desenvolvimento capitalista não foi contra o atraso, não operou mudanças estruturais, como por exemplo, a liquidação do latifúndio. Ao contrário, a aliança com o capital estrangeiro para a defesa do capitalismo monopolista intensificou a coexistência do atrasado com o moderno e manteve-se a posição subalterna da economia brasileira.

Segundo, as camadas populares foram frequentemente excluídas dos processos de decisões políticas. Para o autor “a socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso – e quando, nos seus momentos mais quentes, colocava a possibilidade de um grau mínimo de socialização do poder político, os setores de ponta das classes dominantes lograram neutralizá-lo” (NETTO, 2002, p. 19). E terceiro, refere-se as características desenvolvidas pelo Estado, principalmente a partir de 1930, onde ele não se sobrepõe à sociedade civil,

[...] antes, consiste em que ele, sua expressão potenciada e condensada [...] tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão, das agências da sociedade que expressam os interesses das classes subalternas (NETTO, 2002, p. 19).

O Estado erguido no pós-64 resgatou as piores tradições da sociedade brasileira, como a heteronomia, a exclusão e as soluções pelo alto (NETTO, 2002). De acordo com Fernandes (1981, p. 285):

O que aconteceu, ainda em 1964, é que não apareceram forças antagônicas suficientemente rijas e independentes para pressionar o poder burguês e a dominação burguesa ao ponto de agravar aquelas cissuras, conduzindo-as a um estado explosivo. As classes dominantes e suas elites sempre encontraram um terreno propício para resolver suas questões conflitantes intramuros, articulando de modo mecânico os interesses divergentes que pudessem ser compostos dentro da ordem ou através de revoluções ‘de cima para baixo’.

Netto (2002) e Coutinho (2006) afirmam que o período ditatorial instaurado no Brasil também pode ser caracterizado como um momento de modernização conservadora, tendo em vista que o processo modernizador buscava aprofundar e amadurecer as relações capitalistas de produção no país. Se para Fernandes (1981) o golpe de 1964 demonstrou o auge da Revolução Burguesa, Coutinho (2006) complementa sinalizando que esse período colocou novamente em cena a revolução passiva no Brasil, onde as reformas de base (como a universitária) reivindicadas pelos

movimentos sociais foram realizadas pelo alto, com um sentido nitidamente conservador.

Esse Estado foi formado para estar a serviço do capital monopolista<sup>152</sup>, assegurando assim a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, resguardando os interesses das classes burguesas brasileiras e internacionais, relação essa que não se passava sem contradições. Assim, o Estado ditatorial deveria encarregar-se de criar ótimas condições no espaço brasileiro, para a consolidação do processo de concentração e centralização de capital que já vinha acontecendo (NETTO, 2002). Formou-se um capitalismo monopolista dependente que para Fernandes (1981) agravou o "subdesenvolvimento" e tornou a situação da periferia muito mais perversa.

Há de se destacar a importância da doutrina de segurança nacional durante o período ditatorial. "Num primeiro instante do processo, foi ela que orientou estrategicamente a conquista do Estado; em seguida conformou um novo Estado e dirigiu-o" (NETTO, 2002, p. 43). Um segundo componente que deve ser destacado é que o poder nunca escapou das mãos das correntes burguesas durante o ciclo autocrático burguês, fato que se inicia com a posse de Ranieri Mazzilli<sup>153</sup>.

Concordamos com a ideia de que a ditadura foi possível porque houve uma associação entre a burguesia brasileira e internacional visando à manutenção dos interesses econômicos e políticos dessa classe. Para a efetivação desse projeto recorreu-se também à limitação da participação dos trabalhadores impedindo-os de desenvolver seja uma revolução contra a ordem, ou dentro da ordem que não fosse dirigida pela classe burguesa (FERNANDES, 2009).

Ao capital monopolista interessava manter o Brasil com seu estatuto colonial na divisão internacional do trabalho, mantendo as atividades econômicas internas voltadas ao mercado externo (NETTO, 2002).

---

<sup>152</sup> O Estado autocrático burguês foi um instrumento essencial para induzir a concentração e centralização capitalistas, promovendo a emergência da oligarquia financeira (NETTO, 2002).

<sup>153</sup> Ranieri Mazzilli ocupou o cargo de presidente do Brasil em duas ocasiões: a primeira entre 25 de agosto a 8 de setembro de 1961, quando Jânio Quadros renunciou e o vice-presidente, João Goulart, estava viajando para a República Popular da China. A segunda oportunidade foi de 2 de abril de 1964 à 15 de abril de 1964 (COTRIM, 1999).



Diante dessa conjuntura econômica e política com traços marcantes da dependência e da subordinação, a política educacional brasileira, em especial a que se refere ao ensino superior, foi direcionada fortemente pelos interesses capitalistas mais infaustos cuja base estava na associação e na compactuação entre as classes burguesas<sup>154</sup>.

Nessa ótica, não podemos entender a reforma universitária, que já estava em curso no Brasil<sup>155</sup>, como um projeto apenas da burguesia internacional imposta ao país, desconsiderando a influência dos interesses internos. Ou seja, é preciso abordar esse processo a partir da justaposição de interesses<sup>156</sup> (CUNHA, 2007b).

O movimento estudantil, particularmente, abrigou uma corrente de pensamento e ação que se opunha as medidas de modernização que vinham se processando:

O projeto de uma reforma do ensino superior brasileiro, tendo em vista a democratização, nasceu e se desenvolveu nos meios estudantis. Foi só nos fins da República Populista, quando a reforma universitária constava do rol das “reformas de base”, que alguns professores engrossaram o movimento. À medida que o movimento pela reforma universitária se intensificava, o Estado passou a incorporar essa bandeira, acabando, depois de 1964, por arrebata-la completamente, redefinindo o seu sentido para torná-lo mero apoio à modernização do ensino superior (CUNHA, 2007b, p. 169).

Enquanto aos estudantes interessava uma reforma universitária democrática e de superação dos entraves vivenciados desde os primórdios da implementação da política educacional no Brasil, à classe burguesa importava responder as necessidades impostas pelo processo de valorização do capital. Lima (s/d, p. 5, 6) menciona que com a propagação do capitalismo monopolista o aumento do “acesso à educação passa a ser uma exigência do capital, seja de qualificação da força de

<sup>154</sup> Segundo Ianni (2004) a partir de 1964 houve o predomínio dos interesses da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira. Embora já existisse essa associação entre as burguesias brasileira e internacional Fernandes (1981) assinala que essa relação ficou mais aprofundada e nítida durante o período civil-militar.

<sup>155</sup> A modernização do ensino superior brasileiro já estava se processando desde os anos de 1940 “quando os serviços de um consultor norte-americano foram solicitados pelo Ministério da Aeronáutica (do Brasil) para ajudar a traçar os planos de criação de um instituto tecnológico” (CUNHA, 2007c, p. 23). Ocorre que, de fato, foi no período dos governos civis-militares que essa modernização e a reforma universitária atingiram o auge culminando com a Lei 5.540/68.

<sup>156</sup> Não queremos aqui afirmar que não existem conflitos e divergências entre a classe burguesa brasileira e a internacional. Apenas apontamos que essas classes se associam para assegurar a manutenção do modo de produção capitalista.

trabalho para o atendimento das alterações produtivas; seja para difusão da concepção de mundo burguesa, sob a imagem de uma política inclusiva”.

Todavia, sendo a classe burguesa brasileira conservadora e incapaz de “garantir sequer as reformas educacionais exigidas pelo próprio capitalismo, para uma sociedade que não viveu a revolução burguesa clássica, a concepção burguesa de revolução educacional significava um conjunto de avanços relativos” (LIMA, s/d, p. 4).

Entende-se, portanto, a referência dada ao golpe de 1964 para a compreensão das mudanças que atingiram a educação. Buscando entender um pouco mais esse tema abordaremos as modificações ocorridas na universidade e a publicação da Lei 5.540/68 que instituiu a reforma universitária.

#### **2.4.1 A confluência de interesses dos atores internos e externos na “reforma” do ensino superior brasileiro**

A conhecida reforma do ensino superior foi de início uma bandeira do movimento estudantil posteriormente incorporada pelo governo e seus representantes, contando com o auxílio de atores externos para a sua formulação (CUNHA, 2007c).

Embora o processo de modernização nessa área já estivesse em curso é necessário destacar o seu aprofundamento no período autocrático burguês e a participação ativa dos consultores externos e dos convênios MEC-Usaid (United States Agency for International Development) (NETTO, 2002).

No período anterior ao golpe de 1964 a influência das universidades norte-americanas era mais reduzida aparecendo por meio do retorno dos bolsistas, dos contratos de assistência técnica e financeira e da USAID. O ensino primário era o que recebia maiores atenções sendo poucos os recursos destinados ao ensino superior<sup>157</sup> (CUNHA, 2007c).

---

<sup>157</sup> “No período 1945-66, dos 65,2 milhões de dólares destinados pela USAID ao setor educacional no Brasil, 57,4 foram aplicados no ensino primário e apenas 5,5 no ensino superior. Essas quantias não incluem os gastos com bolsas de estudo, mas abrangem os salários de funcionários norte-americanos que trabalhavam no Brasil, nos projetos através dos quais os recursos foram transferidos às instituições brasileiras” (BRASIL, 1969, apud CUNHA, 2007c, p. 155, 156).

Contudo, após 1964 as agências estrangeiras desenvolveram programas maiores e articulados com o ensino superior, sendo o MEC responsável pela contratação de consultores norte-americanos para assistir o governo brasileiro na "reforma" do ensino superior (CUNHA, 2007c).

A influência da USAID a partir de 1964<sup>158</sup> aconteceu principalmente em decorrência da atuação do Higher Education Team, um grupo de 4 norte americanos que chegou ao Brasil em março de 1964<sup>159</sup> para opinar sobre a conveniência ou não da USAID organizar um programa voltado especificamente para o ensino superior. Esse grupo produziu um relatório (o Gardner Report) defendendo que a agência (USAID) apoiasse o planejamento da "reforma" do ensino superior no Brasil (CUNHA, 2007c).

Segundo Cunha (2007c) as razões político-ideológicas para o maior envolvimento da USAID com o ensino superior estavam relacionadas com o fato de que “a chave para que o Brasil permanecesse uma 'sociedade livre' e um 'amigo próximo' dos Estados Unidos estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres” (CUNHA, 2007c, p. 158). Contudo, antes que as sugestões fossem incorporadas pelo governo o regime ditatorial se empenhou na repressão às universidades<sup>160</sup> por meio de censuras, da implantação de agências de segurança dentro das instituições e até mesmo da violência física contra professores e estudantes.

De todos os acordos feitos entre a USAID e o MEC sobre o ensino superior, Cunha (2007c) destaca dois importantes projetos: um datado de 1965 que visava organizar uma equipe de assessoria ao planejamento do ensino superior, reunindo técnicos brasileiros e norte-americanos (conhecido como o Convênio MEC-USAID)<sup>161</sup>; e o

---

<sup>158</sup> Várias foram às manifestações contrárias à participação da USAID na reformulação do ensino superior. Essas reações se intensificaram em 1967 em virtude do aguçamento das emoções frente aos protestos mundiais, a exemplo do protesto contra a presença das Forças Armadas dos Estados Unidos no Vietnã (CUNHA, 2007c).

<sup>159</sup> Esse grupo chegou ao Brasil antes mesmo do golpe civil-militar de 1964.

<sup>160</sup> Cunha (2007c) relata que em 1965 houve uma grande repressão na Unb resultando no protesto de 210 professores que entregaram seus pedidos de demissão.

<sup>161</sup> Em junho de 1965 foi firmado um convênio entre o MEC (através da Diretoria do Ensino Superior) e a USAID para a constituição da Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES) formada por

que pretendia modernizar a administração das universidades pelo envio de consultores norte americanos, pela concessão de bolsas de estudo nos EUA e outras atividades.

Rudolph Atcon<sup>162</sup> também teve um papel central entre os atores externos que atuaram no sentido da "reforma" universitária. Em seu relatório (conhecido como Relatório Atcon) o consultor sugeria que as universidades brasileiras deveriam fazer sua reforma administrativa baseada nos princípios da eficiência da empresa privada adotando princípios tayloristas. Para ele a universidade deveria ser legalmente independente e privada. Nesse mesmo relatório foi proposta a criação de um Conselho de Reitores das Universidades brasileiras (CRUB)<sup>163</sup> (CUNHA, 2007c).

Em seu relatório, Atcon evocava a autonomia universitária em uma perspectiva de entrelaçamento da universidade ao mercado. Vejamos alguns fragmentos de seus escritos:

[...] antes que essa autonomia institucional possa ser implantada com realismo e eficácia, a própria universidade tem que sofrer modificações administrativas para desenvolver mecanismos de controle internos, que lhe permitam exercer, com juízo e segurança, uma independência acadêmica e

---

membros brasileiros e norte-americanos, cujo trabalho teria duração de 2 anos. À EPES competia ações muito amplas. Essa equipe deveria confrontar a realidade diagnosticada do ensino no Brasil com o ideal de ensino superior para o país, definindo a direção da transformação segundo as necessidades brasileiras, além de fazer sugestões sobre os currículos, métodos didáticos e programas de pesquisa, estrutura da instituição, dentre outras. De acordo com Cunha (2007c) a equipe do EPES não teve tempo de fazer quase nada, principalmente em decorrência da demora na escolha dos nomes que deveriam integrar a equipe, sendo que esta atividade foi "atropelada" por um novo convênio em maio de 1967 instituindo a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES). Enquanto a EPES era composta por brasileiros e americanos a EAPES era composta apenas de quatro educadores brasileiros, os mesmos que integrariam o grupo permanente de Planejamento da Diretoria do Ensino Superior do MEC. Contudo, a EAPES não atuava sozinha, ela poderia contar com assessores norte-americanos contratados pela USAID. Embora a EAPES devesse funcionar até junho de 1969, seu fim aconteceu um ano antes em decorrência das reações contrárias à interferência da USAID. Contudo, a partir das atividades realizadas foi elaborado um relatório datado de 1968 onde constava uma parte escrita pelo grupo brasileiro e uma parte pelos assessores norte-americanos. Com relação à parte escrita pelos brasileiros, Cunha (2007c) ressalta que eles demonstraram a necessidade do aumento de vagas nas instituições de ensino superior e, afirmaram que o estudante que tivesse recursos, deveria pagar pelo ensino público nas escolas oficiais, além de outras questões. Já os participantes norte-americanos destacaram: a questão dos excedentes, a falta de flexibilidade das universidades e o controle centralizado ao nível federal, dentre outros.

<sup>162</sup> Rudolph Atcon foi um consultor norte-americano contratado em junho de 1965 pela Diretoria do Ensino Superior do MEC para propor as alterações que julgasse necessárias para as universidades (FÁVERO, 2006). Cunha (2007c) afirma que havia uma articulação entre Atcon e os consultores da USAID.

<sup>163</sup> A criação do Conselho de Reitores foi aprovada no VII Fórum de Reitores ocorrido no Rio de Janeiro em 1966. Este deveria ser formado pelos reitores como indivíduos e não pelas universidades como entidades jurídicas. Seria mantido pela contribuição das universidades e por doações e atuaria na realização de estudos na área. O primeiro presidente foi Miguel Calmon da Universidade Federal da Bahia e tinha Atcon como secretário executivo (CUNHA, 2007c).

financeira que no momento não existe, por estar tudo controlado, em última instância pelo Poder Executivo do Estado (ATCON, 1966, p.13). [...] que se conceda um maior grau de autonomia à instituição. Uma reforma administrativa, que se dirigisse exclusivamente à relativa melhoria dos procedimentos vigentes [...] um planejamento dirigido à reforma administrativa da universidade brasileira, no meu entender, tem que se dirigir ao propósito de implantar um sistema administrativo tipo empresa privada e não do serviço público. [...] porque é um fato inescapável de que uma universidade autônoma é uma grande empresa e não uma repartição pública (ATCON, 1966, p. 82).

Nesta mesma direção em 1968 o general Meira Mattos, a convite do Presidente da República, criou uma comissão incumbida de “estudar e propor soluções para o bloqueio das atividades do movimento estudantil” (MACHADO, 2006, p. 02). Ao fim de três meses (de janeiro a abril de 1968) surgiu o Relatório Meira Mattos. Esse relatório, além de trazer medidas repressivas ao movimento estudantil, também apontou medidas propiciadoras da expansão e modernização do ensino superior (CUNHA, 2006c).

O Relatório Meira Mattos apontava para a supressão da gratuidade do ensino superior público; a transformação das universidades em fundações; criticava a autonomia administrativa e disciplinar das universidades instituída pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional de 1961; argumentava em favor da limitação do poder do Conselho Federal de Educação (CFE); propunha a reforma da estrutura do Ministério da Educação; problematizava até os valores altos cobrados pelos cursinhos.

Os documentos produzidos pelos atores externos de fato contribuíram para a formulação da lei 5.540/68. Essa lei é um marco, tanto que, para Netto (2002) a política de educação teve dois momentos no período ditatorial: um entre 1964 e 1968 (em que a ditadura operou um esforço para erradicar as experiências democratizantes) e outro a partir de 1968/69 no qual houve uma intervenção com vistas a modelar o sistema de ensino conforme as exigências do projeto "modernizador".

Para a formulação da lei 5.540/68 foi instituído no MEC, por meio do decreto nº 62.937/68 do presidente Costa e Silva, “um grupo de trabalho composto de onze membros, a serem designados pelo Presidente da República” (CUNHA, 2007c, p.

220). Esse grupo de trabalho (GT) deveria estudar a "reforma" universitária em um prazo de 30 dias.

O GT da Reforma Universitária (ou GTRU) contou com Seminários e fóruns realizados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) no qual foram estudados o Relatório Atcon e o Relatório Meira Mattos que influenciaram o projeto de Lei da Reforma Universitária (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009).

O GT da Reforma Universitária organizou um relatório<sup>164</sup> completamente imbuído pela ideia da racionalização que segundo Cunha (2007c, p. 236) “é o princípio básico da reforma universitária proposta, dela derivando as demais diretrizes: eficiência, eficácia, produtividade”. Nesse relatório havia também a preocupação em eliminar a existência dos excedentes, mas também conter a expansão das vagas, uma vez que se o aumento da formação de profissionais não encontrasse correspondência no mercado de trabalho, esses insatisfeitos poderiam se transformar em importantes agitadores da ordem.

Dentre as várias críticas realizadas por Fernandes (1975) ao GTRU há de se destacar: a proposta de organização da universidade em fundações sugerindo a integração de docentes e pesquisadores como consultores das empresas privadas; a cobrança de mensalidades nas instituições superiores de ensino públicas e a instituição do regime de bolsas para alunos carentes em instituições privadas; e, apesar da extinção das cátedras o GTRU não avançou no que diz respeito às condições de trabalho dos docentes mantendo o tempo parcial de trabalho, recomendando também o fim da estabilidade no serviço público.

Em seguida, “o anteprojeto de lei foi retocado pelo governo e enviado ao Congresso, onde sofreu toda a sorte de emendas em razão dos grandes e contraditórios interesses” (CUNHA, 2007c, p. 219) o que deu origem a lei 5.540 promulgada em 28 de novembro, apenas 15 dias antes do AI 5, que sufocou as fortes resistências que poderiam surgir.

---

<sup>164</sup> O GT instituído em junho de 1968 apresentou no prazo de um mês um relatório e anteprojeto de lei culminando na lei de reforma universitária (CUNHA, 2007c).

A lei nº 5.540/1968 reconhecia a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades, mas, ao mesmo tempo limitava esses princípios por meio de alguns de seus dispositivos ou através dos atos de exceção e da prática política ditatorial, a exemplo do AI-5. A autonomia universitária prevista no artigo 3º era semelhante ao artigo 80º da lei nº 4.024/1961 (LDB), porém, se diferenciava ao expor que a autonomia seria exercida na forma da lei e de seus estatutos, ao contrário da LDB onde a autonomia seria exercida somente na forma dos estatutos, não contendo a palavra lei. O parecer nº 514/1969 do Conselho Federal de Educação reconheceu a omissão da lei nº 5.540/1968 no que tange à regulamentação da autonomia universitária e indicou que a fixação deste princípio seria feito pelos estatutos até que novas normas sobre esse assunto fossem baixadas. No entanto, as normas que se sucederam a este episódio foram instituídas na perspectiva de controle e contenção da autonomia universitária. Dois exemplos desse controle podem ser observados no Decreto nº 68.065 de 1971 que tornou obrigatório o ensino da disciplina “estudo de problemas brasileiros” nas universidades sem levar em consideração a autonomia didático-científica e a lei nº 6.420 de 1977 que alterou o 16º artigo da lei nº 5.540/1968 determinando a apresentação de listas sêxtuplas para a escolha dos dirigentes das escolas oficiais (FÁVERO, 1997; RANIERE, 2013). Em adição, Ghiraldelli Júnior (2009, p. 118, 119) aponta que:

A Lei 5.540/68 criou a departamentalização e a matrícula por disciplina, instituindo o curso parcelado através do regime de créditos. Adotou-se o vestibular unificado e classificatório, o que eliminou com um passe de mágica os excedentes, aqueles que, apesar de aprovados no vestibular, conforme a média exigida, não podiam efetivar a matrícula por falta de vagas. O chamado ‘problema dos excedentes’ – este era o jargão da época, na mobilização estudantil -, na verdade, ficou longe de ser resolvido, uma vez que a nova lei apenas usurpou o direito de matrícula dos estudantes já aprovados no vestibular. De fato, o problema do acesso ao ensino superior foi equacionado pela Ditadura Militar com o incentivo à privatização do ensino – na década de 1970 o governo colaborou com a abertura de cursos de terceiro grau de duvidosa idoneidade moral. [...] Os princípios de taylorização, presentes nas teorias de administração de empresas aninhadas nas mentes dos teóricos das AID e de brasileiros responsáveis pela reforma universitária, sustentaram a introdução da sistemática do parcelamento do trabalho na universidade. A ‘racionalidade, a eficiência e a produtividade’, desejadas em qualquer empresa – em função do que se introduziu o parcelamento do trabalho em consonância com o taylorismo ou variantes -, foram exigidas da universidade, desconsiderando-se as especificidades da educação e das atividades de ensino e pesquisa em geral.

A política educacional da ditadura no que tange ao ensino superior vivenciou o que Cunha (2007c) chamou de perspectiva de contenção: as medidas racionalizadoras impostas com a "reforma" universitária (departamentalização, regime de créditos, vestibular unificado, etc) propiciou não só uma economia de recursos, mas diminuiu o risco de criar um aumento do contingente de profissionais demandando emprego<sup>165</sup>.

É nesse sentido que Fernandes (1975) aponta que a burguesia brasileira ao direcionar esse processo de "reforma", aliado à burguesia estrangeira, acabou dando feição a uma "reforma universitária consentida". Para o autor a burguesia "ao tomar uma bandeira que não era e não poderia ser sua, corrompeu a imagem da reforma universitária e moldou-a a sua feição" (FERNANDES, 1975, p.167). Assim, a reforma universitária consentida indicaria "o conjunto de reformulações conduzidas pelas classes dominantes brasileiras que não alteram, contudo, o padrão dependente de educação superior vigente em nosso país" (LIMA, s/d, p. 1).

A autocracia burguesa no que se refere à reforma universitária de 1968 concentrou-se em três importantes ações:

A primeira foi preparar uma reforma universitária que era uma anti-reforma, na qual um dos elementos atacados foram os estudantes, os jovens, os professores críticos e militantes. (...) Além disso, a ditadura usou um outro truque: o de inundar a universidade. Simulando democratizar as oportunidades educacionais no nível do ensino de terceiro grau, ela ampliou as vagas no ensino superior, para sufocar a rebeldia dos jovens, e expandir a rede do ensino particular (...). Por fim, um terceiro elemento negativo foi introduzido na universidade: a concepção de que o ensino é uma mercadoria. O estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso. Essa ideia germinou com os acordos MEC-USAID, com os quais se pretendia estrangular a escola pública e permitir a expansão do ensino comercializado (FERNANDES, 1989, p. 106).

---

<sup>165</sup> No ensino médio ocorreu o que Cunha (1985 apud Netto, 2002, p. 63) denominou como perspectiva de liberação com a ampliação das matrículas e um direcionamento profissionalizante. Segundo Netto (2002, p. 63) "o saldo mais significativo, aqui, da política educacional da ditadura foi à acentuada degradação da rede pública, paralela a uma inédita escalada privatizante". Netto (2002) aponta que a perspectiva de contenção e liberação eram ações que se imbricavam e que serviam ao processo de afirmação do regime autocrático burguês, pois, providenciava mão-de-obra qualificada e semiquificada além de assegurar a existência do exército de reserva.



### **Capítulo 3 A contrarreforma do Estado: aprofundamento da condição heterônoma e dependente do Brasil**

Embora o nosso foco de pesquisa seja a autonomia científica e o apoio dado à produção de conhecimentos por parte do CNPq, avaliamos que seria necessário resgatarmos as discussões que envolvem não só o surgimento das universidades (principais loci da produção científica), mas também os conflitos de interpretação e de interesses que se fizeram sentir em torno do conceito autonomia universitária.

Por este motivo, resgatamos no capítulo anterior o debate sobre o surgimento das instituições de ensino superior (voltadas ao ensino, com pouca dedicação à pesquisa); a criação das universidades (que inicialmente se relacionaram timidamente com a pesquisa<sup>166</sup>) e a incorporação conflituosa da autonomia universitária em legislação que antecedeu a criação das próprias universidades no Brasil. Posto isto, partimos de uma compreensão que se fundamenta na ideia de que a autonomia é sempre relativa, sendo maior ou menor a depender dos resultados advindos das lutas que envolvem as diferentes concepções de educação existentes entre os diversos projetos de sociedade.

Uma vez esclarecido que a ciência não é neutra e que pode beneficiar tanto aos trabalhadores quanto aos burgueses<sup>167</sup> e, ao relembrarmos a disputa em torno da categoria autonomia universitária prosseguiremos à análise tendo como ponto de partida os anos de 1970. Veremos que a universidade mais madura, com a pós-graduação instituída, sendo campo profícuo de pesquisas, foi (e ainda é) campo de desejo constante do capital que corporificado na burguesia nacional e internacional lançou uma série de medidas com o intuito de fortalecer a ideia da universidade de serviços, dificultando cada vez mais a materialização da sua autonomia.

Assim, consideramos que em cenário onde o capital busca retomar o seu processo de valorização, após a crise dos anos de 1970, o Brasil foi palco de profundas transformações que o conduziram a uma situação ainda mais dependente e heterônoma.

---

<sup>166</sup> A universidade se transformou em locus principal de pesquisas com o surgimento da pós-graduação (TRINDADE, 1999a; TRINDADE, 1999b).

<sup>167</sup> Parece-nos que a ciência tem sido utilizada muito mais para beneficiar ao capital.

O país que já estava imerso no que Florestan Fernandes (1975; 1981) chamou de imperialismo total<sup>168</sup>, passou a atender de forma mais intensa as prescrições dos organismos internacionais que enquanto representantes do capital, almejavam (e ainda almejam) encontrar formas de superação da crise.

O caso brasileiro apresenta particularidades, por ser um país que saiu das amarras da ditadura militar apenas em meados dos anos de 1980, além de possuir os diversos traços já sinalizados ao longo deste trabalho (como a existência de uma burguesia diretamente e conscientemente atrelada à burguesia internacional). Antes de aprofundarmos estas questões importa-nos retomar o período que representou o findar do regime autocrático burguês e a transição para a democracia.

### **3.1 Jogos de poder para a superação do “entulho autoritário”**

Segundo Fausto (2012) o processo de transição democrática no Brasil foi realizado de forma lenta, gradual e segura devido aos anseios da própria elite no poder. Tal fato produziu consequências graves para o país, pois, não rompeu com os interesses da classe burguesa, dificultando a emergência de um país realmente voltado para as necessidades de seu povo.

A abertura política foi iniciada com a posse de Geisel como presidente. Este subiu ao poder após uma emenda à Constituição de 1967 que previa a criação de um Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das Assembleias Legislativas dos Estados, sendo o primeiro governante escolhido por este colegiado<sup>169</sup> (FAUSTO, 2012).

---

<sup>168</sup> Lima (s/d, p. 3) ao desenvolver seus estudos baseados nas obras de Florestan Fernandes, aponta que a categoria teórica imperialismo total “organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, da comunicação e o consumo de massa, até a importação maciça de tecnologia e de uma concepção de educação voltada para a formação da força de trabalho e para a conformação aos valores burgueses; (b) aprofunda as dificuldades para que os países latino-americanos garantam seu crescimento econômico em bases autônomas e, (c) estimula o fato de que nas economias periféricas, como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estejam empenhados na exploração do subdesenvolvimento como estratégia para garantir sua lucratividade”.

<sup>169</sup> Geisel tomou posse em 15 de março de 1974 (FAUSTO, 2012).

O final dos anos de 1970 já anunciava o fim do chamado milagre econômico e as dificuldades econômicas expressas principalmente por meio das perdas salariais, atingiram diretamente o trabalhador. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), por exemplo, “iniciou uma campanha para a correção dos salários que abriu caminho para as grandes greves de 1978 e 1979, reunindo milhões de trabalhadores<sup>170</sup>” (FAUSTO, 2012, p. 277).

Geisel foi sucedido pelo também general João Batista Figueiredo que “derrotou o candidato do MDB<sup>171</sup> na reunião do Colégio Eleitoral em 14 de outubro de 1978” (FAUSTO, 2012, p. 277). Figueiredo tomou posse em março de 1979 e o seu governo “combinou dois traços que muitos consideravam de convivência impossível: a ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica<sup>172</sup>” (FAUSTO, 2012, p. 278).

A reforma eleitoral em 1979 marcou esta época, pois, permitiu a criação de diversos partidos e extinguiu a Arena e o MDB. O primeiro passou a denominar-se Partido Democrático Social (PDS) e o MDB transformou-se em PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Esta reforma manteve os partidos comunistas na clandestinidade, mas, fez emergir outros, como o Partido dos Trabalhadores (PT) (que surgiu de uma base popular) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (que emergiu com a saída de Brizola do PMDB) (FAUSTO, 2012).

O calendário eleitoral previa eleições diretas para governador, senador, deputados, prefeitos e vereadores em 1982. A demora quanto à convocação das eleições presidenciais, somadas às divergências políticas<sup>173</sup> e econômicas<sup>174</sup> provocaram

---

<sup>170</sup> Luís Inácio Lula da Silva destacou-se por sua liderança como presidente deste sindicato (FAUSTO, 2012).

<sup>171</sup> General Euler Bentes Monteiro (FAUSTO, 2012).

<sup>172</sup> A crise econômica esteve relacionada às altas taxas dos juros internacionais, ao choque do petróleo em 1979, ao aumento da inflação e ao crescimento da dívida externa brasileira, o que fez o Brasil recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1983 (FAUSTO, 2012).

<sup>173</sup> À medida que a abertura política foi se consolidando, as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir de forma mais intensa, o que contribuiu para a criação de diversos partidos políticos (FAUSTO, 2012).

<sup>174</sup> Devido à crise econômica de 1983 o ministro Delfim Netto anunciou que estavam sendo feitas negociações com o FMI, no qual o Brasil receberia empréstimos e em troca se comprometeria a atingir algumas metas como: a diminuição do déficit público e a execução do arrocho salarial. Segundo Nery (2010) as divergências quanto aos direcionamentos dados à economia provocou desentendimentos entre a elite e, o autor lança a tese de que foi o acirramento das disputas entre os

protestos populares e desentendimentos entre a fração burguesa viabilizando o movimento das Diretas Já. Embora reconheçamos a presença massiva da população nesta campanha e, inclusive dos partidos de origem popular como o PT, é possível também observar a participação da elite que se transformou em oposição ao regime vigente. Tal situação demarca que para parte da burguesia interessava conduzir o projeto político de transição da ditadura para a democracia sem que houvesse alteração nas estruturas sociais (NERY, 2010).

Sendo assim o ano de 1984 foi palco dos grandes comícios (como o da Praça da Sé em favor das eleições diretas) e das Caravanas das Diretas, organizada por Ulysses Guimarães, Lula e Doutel de Andrade<sup>175</sup> (BERTONCELO, 2009). O objetivo principal da Campanha Diretas Já era a aprovação da Emenda Constitucional proposta pelo Deputado Federal Dante de Oliveira do PMDB, a qual previa eleições diretas para Presidente da República (NERY, 2010). Ocorre que, a emenda Dante de Oliveira (que reestabelecia as eleições diretas para Presidente da República) não foi aprovada, sendo eleito em 1985, de forma indireta, Tancredo Neves.

Em decorrência de problemas de saúde, Tancredo não assumiu a presidência, tomando posse Sarney. Com a morte de Tancredo, Sarney foi o primeiro presidente civil após o período ditatorial e governou de 1985 a 1990 (FAUSTO, 2012).

Os graves problemas vivenciados nesta conjuntura<sup>176</sup> somados à experiência de mobilização social em favor das Diretas Já contribuíram para a eclosão de movimentos que se empenharam para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Segundo Michiles et al (1989) a campanha das Diretas Já deu mais consistência à reivindicação em favor da democracia e contra a tradição autoritária da formação política do Brasil. Da vontade coletiva, em defesa de

---

setores burgueses que tornou factível o movimento das Diretas Já, pois, parte da elite descontente conduziu o movimento para subir ao poder em detrimento dos militares que ainda o ocupavam.

<sup>175</sup> Presidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) respectivamente (BERTONCELO, 2009).

<sup>176</sup> No plano econômico o problema da dívida externa e interna ainda era grave, bem como o da inflação, que atingiu os níveis de 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985. A situação da economia levou o governo a anunciar em 1986 a substituição do cruzeiro pelo cruzado, houve o fim da correção monetária; o congelamento dos preços das mercadorias e o reajuste automático dos salários, sempre que a inflação atingisse 20%. O congelamento dos preços ocasionou o aumento do consumo contribuindo para o fracasso do Plano Cruzado. A crise das contas externas levou o Brasil a declarar uma moratória em 1987 (FAUSTO, 2012).

mudanças no país, surgiu “a necessidade de se romper com o entulho autoritário<sup>177</sup> do Ancien Régime, expressa na palavra de ordem: Constituinte Já” (MICHILES et al, 1989, p. 19).

Um fator importante para a mobilização em favor da convocação de uma constituinte mencionado por Michiles et al (1989) foi a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em apoiar a construção de uma nova constituição. Na década de 1980 esse assunto ganhou relevo nacional ocupando “as pautas de sindicatos, associações, movimentos de base” (MICHILES et al, 1989, p. 22). E com a reformulação partidária de 1979, a constituinte também passou a fazer parte das discussões dos novos partidos políticos (MICHILES et al, 1989).

A convocação da ANC foi proposta mediante emenda à Constituição enviada ao Congresso Nacional por José Sarney em 5 de julho de 1985. Nesta mesma época, o Presidente constituiu uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos (MICHILES et al, 1989).

Após vários debates, em 27 de novembro de 1985 foi promulgada a emenda constitucional nº 26 que convocava a Assembleia Nacional Constituinte e dava outras providências. Nesse cenário a “composição do Congresso eleito era claramente desfavorável aos interesses populares. Tornava-se então extremamente importante lançar-se na batalha do regimento interno, para assegurar uma real participação popular nos trabalhos da constituinte” (MICHILES et al, 1989, p. 50).

As articulações em favor da participação popular na constituinte foram realizadas por meio dos plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na constituinte. Ressaltam Michiles et al (1989) que essas iniciativas apareceram em todo o Brasil tendo “provavelmente duas matrizes principais: uma, no Rio de Janeiro, ao se criar o Movimento Nacional pela Constituinte; outra, quase ao mesmo tempo, em São Paulo, com o primeiro Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte” (MICHILES et al, 1989, p. 40).

---

<sup>177</sup> Leis que vinham do regime militar e que limitavam as liberdades democráticas (FAUSTO, 2012).

Foi no âmbito dessas ações que se vinculou a ideia da incorporação da iniciativa popular ao regimento interno. Os movimentos em favor da participação popular passaram a lutar tanto pela participação social como um mecanismo integrante da futura Constituição, quanto para que ela acontecesse durante o processo de elaboração da Carta Magna. Essa ideia foi difundida por meio de cartazes, panfletos, entrevistas concedidas à imprensa, dentre outros. Assim, em uma das sessões da ANC foi apresentado o projeto de regimento interno, que recebeu várias propostas de alterações<sup>178</sup> e ao final incorporou a participação popular<sup>179</sup>. O regimento interno exigia o mínimo de três entidades como responsáveis pelo encaminhamento de uma emenda popular. Também ficou estabelecido que a cada eleitor era permitido assinar no máximo três destas emendas. Afirmam Michiles et al (1989) que pela primeira vez no Brasil utilizou-se da iniciativa popular através de emendas<sup>180</sup> ao projeto de Constituição.

Os trabalhos para a elaboração da Constituinte segundo o regimento interno deveriam ser organizados por meio de oito comissões temáticas (que seriam aglutinadas em 24 subcomissões<sup>181</sup>); uma comissão de sistematização (CS);

<sup>178</sup> “O projeto inicial [do regimento interno] recebeu 949 emendas. Desse total, o relator acatou em torno de 600 emendas e rejeitou não mais de 300, as restantes foram absorvidas no corpo do substitutivo” (LIMA, 2009, p. 134).

<sup>179</sup> “Os plenários, movimentos e comitês pró-participação popular lançaram [...] uma campanha de pressão sobre o relator do Regimento Interno, senador Fernando Henrique Cardoso. Este chegou a receber, em pouco mais de uma semana, mais de mil telegramas de todo o país [...] A “iniciativa popular” foi, assim, incluída no Regimento Interno da Constituinte em seu artigo 24 [...] centenas de entidades deram início então ao processo de elaboração de emendas e de coleta de assinaturas [...] a “iniciativa popular”, rebatizada nesse processo, de “emenda popular”, passou assim a constituir um novo instrumento de mobilização social e de educação política” (MICHILES et al, 1989, p. 58, 59).

<sup>180</sup> Michiles et al (1989) alertam que “embora as emendas populares tenham sido muito mais amplamente utilizadas pelos setores progressistas – e isto é natural uma vez que a batalha por sua introdução no Regimento Interno partiu dos plenários pró-participação popular na constituinte – elas, enquanto mecanismos formais de encaminhamento de ideias, foram igualmente apropriadas por entidades empresariais e patronais para vocalizar interesses conservadores” (MICHILES et al, 1989, p. 114).

<sup>181</sup> As comissões e subcomissões foram as seguintes: 1. Comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher (subcomissões: a. da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; b. dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e das Garantias; c. dos Direitos e Garantias Individuais). 2. Comissão da Organização do Estado (subcomissões: a. da União, Distrito Federal e Territórios; b. dos Estados; c. dos Municípios e Regiões). 3. Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo (subcomissões: a. do Poder Legislativo; b. do Poder Executivo; c. do Poder Judiciário e do Ministério Público). 4. Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições (subcomissões: a. do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; b. de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; c. de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas). 5. Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças (subcomissões: a. de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; b. de Orçamento e Fiscalização Financeira; c. do Sistema Financeiro). 6. Comissão da Ordem Econômica (subcomissões: a. de Princípios Gerais, Intervenção do Estado,

sessões plenárias em dois turnos de votação nominais e uma comissão de redação. As oito comissões temáticas foram instaladas em 1º de abril de 1987 e as 24 subcomissões (três por cada comissão) foram formadas em 7 de abril do mesmo ano. As subcomissões recebiam sugestões de constituintes e também da sociedade civil por meio de reuniões e audiências públicas. Em 25 de maio de 1987 foram entregues os relatórios das 24 subcomissões aos relatores das oito comissões temáticas e em 26 de junho de 1987 foram encaminhados sete relatórios parciais<sup>182</sup> das comissões temáticas à comissão de sistematização que era

[...] responsável por organizar os relatórios, sem a introdução de novos conteúdos e propor um Anteprojeto de Constituição, que seria [...] encaminhado ao plenário da ANC para uma primeira rodada de recebimento de emendas e voltaria novamente à CS para receber parecer do relator ao projeto de Constituição (ou a um Substitutivo), o que ocorreu em 23 de agosto de 1987 [...] A proposição aprovada na CS seria, então, encaminhada à Mesa Diretora da ANC para discussão e votação em 1º turno, em plenário (FREITAS; MOURA; MEDEIROS, 2009, p. 13).

As forças políticas mais à direita ficaram insatisfeitas não somente com o projeto de Constituição emergente<sup>183</sup>, mas, restavam ainda descontentamentos em relação ao regimento interno. Desse modo, este grupo travou “incessante luta quanto à interpretação deste nas comissões e subcomissões e, enfim, conseguiram alterá-lo a seu favor com a formação do grupo denominado ‘Centrão’<sup>184</sup>” (LIMA, 2009, p. 144).

Insatisfeitos com alguns itens do projeto de Constituição a mudança do regimento interno foi uma das alternativas encontradas para aumentar a possibilidade de reverter itens polêmicos como o tempo de duração do mandato de Sarney e o

---

Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; b. da Questão Urbana e Transporte; c. da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária). 7. Comissão da Ordem Social (subcomissões: a. dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; b. de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; c. dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias). 8. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação (subcomissões: a. da Educação, Cultura e Esportes; b. da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, c. da Família, do Menor e do Idoso) (BRASIL, s/d).

<sup>182</sup> Foram encaminhados sete relatórios ao invés de oito porque a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação não conseguiu terminar o documento (FREITAS; MOURA; MEDEIROS, 2009).

<sup>183</sup> Ao tomar ciência do projeto aprovado na Comissão de Sistematização Sarney afirmou que caso a Constituição fosse aprovada tal qual como o projeto previa o país seria ingovernável (LIMA, 2009).

<sup>184</sup> O “surgimento do Centrão foi a reação dos congressistas conservadores [...] para tentar conter, diminuir ou extirpar do futuro texto constitucional as poucas conquistas aprovadas nas fases anteriores, em especial algumas que foram mantidas ou ampliadas pela comissão de sistematização” (LIMA, 2009, p. 275).

presidencialismo<sup>185</sup>. Há de se mencionar que segundo o primeiro regimento interno um item que tivesse sido aprovado “em uma subcomissão, ou mesmo na comissão de sistematização, por um pequeno número de constituintes, necessitaria de 280 votos para modificações em plenário” (GOMES, 2006, p. 205). Assim, em “uma das principais propostas de alteração do “Centrão” estava uma importante inversão: para que um texto destacado fosse mantido, seria necessária a formação de uma maioria absoluta” (MUNHOZ, 2011, p. 364).

A mudança do regimento interno (conforme a vontade do "Centrão") foi aprovada em 3 de dezembro de 1987 e implementada por meio da Resolução nº 3, de 5 de janeiro de 1988. Foi a partir destes confrontos que se deu a inclusão dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988. Este movimento, que não se deu sem ambiguidades, levou autores como Boris Fausto (2012) a declarar que a chamada Constituição Cidadã incorporou as pressões das distintas classes sociais, embora consideremos o seu caráter progressista.

Para discutirmos a inclusão da educação na Carta Magna importa-nos voltar um pouco o tempo histórico a fim de compreendermos alguns acontecimentos que influenciaram o momento da constituinte e a inclusão da autonomia universitária no artigo constitucional.

Uma das primeiras ações desenvolvidas no desenrolar da abertura política sobre a educação superior foi a criação, por iniciativa do Conselho Federal de Educação, em 1983, do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que tinha como objetivo estudar a situação das Universidades públicas e apreender como a reforma universitária de 1968 havia sido implantada nestas instituições (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

O PARU desenvolveu pesquisas no âmbito das Universidades e para a avaliação das instituições de ensino recorreu à avaliação institucional considerando a avaliação interna um procedimento privilegiado, o que concedeu ao programa o título de “precursor das experiências de avaliação posteriores no país” (BARREYRO;

---

<sup>185</sup> A Comissão de Sistematização foi contra os 5 anos de governo para Sarney e o presidencialismo, mas o "Centrão" buscou reverter esse quadro (GOMES, 2006).



ROTHEN, 2008, p. 135). Entretanto, disputas internas no Ministério da Educação sobre a quem cabia fazer a avaliação da "reforma" universitária, levou ao encerramento do PARU um ano depois de ter começado (CUNHA, 1997).

Visando alterações na política de educação o Governo Sarney instituiu por Decreto<sup>186</sup> a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. O trabalho desta comissão resultou no documento chamado Uma nova política para a educação superior brasileira cujo relator foi Simon Schwartzman<sup>187</sup>. Em linhas amplas o documento enfatizou que para ultrapassar a "crise da universidade brasileira, se deveria aumentar, significativamente, a autonomia universitária que seria acompanhada por um processo externo de avaliação baseado na valorização de mérito acadêmico" (BARREYRO; ROTHEN, 2008, p. 137). A autonomia seria efetivada mediante a permissão para que as instituições fizessem a sua própria gestão financeira. Os recursos "seriam repassados globalmente, e as instituições fariam a distribuição interna desses conforme as prioridades institucionais" (BARREYRO; ROTHEN, 2008, p. 140). Seguindo o viés meritocrático, as instituições receberiam recursos de acordo com os resultados das avaliações que sugestivamente seria atribuição do Conselho Federal de Educação (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

O relatório desta Comissão<sup>188</sup> foi o ponto de partida para o início das propostas do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES). Este grupo foi criado em 1986 para elaborar uma proposta de Reforma Universitária (BARREYRO; ROTHEN, 2008) e originou um relatório com um texto introdutório, dois anexos e dois anteprojetos de lei. O primeiro anteprojeto previa a reformulação das Universidades públicas Federais tendo como foco o binômio autonomia/avaliação e a diversificação das instituições<sup>189</sup> e o segundo a reformulação das funções do Conselho Federal de Educação. Contrariando a Comissão Nacional de

---

<sup>186</sup> Decreto nº 91.177 de 29 de março de 1985 (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

<sup>187</sup> Em 1988 foi criado o Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES) da USP. Este grupo foi composto por pesquisadores como José Goldemberg (seu mentor e ex-reitor da USP); Eunice Durham e Simon Schwartzman. Esses estudiosos foram incorporados a diversos cargos governamentais e auxiliaram na difusão da contrarreforma educacional brasileira (LEHER, 2004). Discutiremos esse assunto posteriormente.

<sup>188</sup> Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior.

<sup>189</sup> A diversificação das IES já era preconizada tanto pelos organismos internacionais (a exemplo do documento Financing education in developing countries – an exploration of policy options do Banco Mundial datado de 1986, ao qual retornaremos em breve) quanto por documentos brasileiros.

Reformulação da Educação Superior, o GERES afirmava que o Conselho não poderia tornar-se uma agência de avaliação. Essa função deveria ser atribuída à Secretaria da Educação Superior no âmbito do Ministério da Educação. Embora o trabalho realizado pelo GERES tenha sido engavetado sem ser votado no Congresso Nacional, Barreyro e Rothen (2008) apontam como eles influenciaram documentos e ações posteriores como a condução do processo de diversificação e avaliação institucional.

Como advertimos, a busca pela supressão do "entulho autoritário" no Brasil possibilitou, não sem divergências, a emergência da Assembleia Nacional Constituinte onde as diferenças ideológicas (provenientes desta conjuntura global de crise do capital) propiciaram a construção de um texto constitucional híbrido, ora atendendo às demandas populares, ora atendendo a elite, em que pese o caráter progressista da Carta Magna.

A inserção do tema educação na Constituição de 1988 ocorreu concomitantemente às grandes mobilizações que envolviam concepções diferenciadas e até mesmo antagônicas sobre o projeto de educação mais adequado à realidade do país. Destacou-se nesse cenário o Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito lançado na semana de instalação da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte da Constituinte<sup>190</sup> e que, posteriormente passou a ser denominado Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública (FNDEP) (GOHN, 2012). Segundo Gohn (2012) este fórum se diferenciou dos movimentos surgidos nas décadas de 1930<sup>191</sup> e 1950<sup>192</sup> por sua ligação à reivindicação de “um projeto para a educação, como um todo e não apenas para a escola (embora esta, na modalidade

---

<sup>190</sup> Na primeira fase da Assembleia Nacional Constituinte. Entretanto, esse Fórum foi lançado oficialmente no dia 9 de abril de 1987 em Brasília por meio da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita. De início, o Fórum era composto por 15 entidades: Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Educação (ANDE), ASSOCIAÇÃO Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Confederação dos Professores do Brasil (CPB), Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central única dos Trabalhadores (CUT), Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE) (GOHN, 2012).

<sup>191</sup> Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (GOHN, 2012).

<sup>192</sup> Campanha em Defesa da Escola Pública (GOHN, 2012).

pública, seja o centro principal de suas atenções)” (GOHN, 2012, p. 84). As principais forças opositoras ao FNDEP durante o processo constituinte foram as escolas particulares (representadas principalmente através da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – FENEM) e o setor privado confessional por meio da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC) e da Associação da Educação Católica (AEC). Como afirma Gohn (2012, p. 90) essas escolas “defenderam na constituinte a ideia da não exclusividade das verbas públicas para as entidades públicas. E foram as grandes vitoriosas [...]”.

Durante a fase constituinte o tensionamento do FNDEP frente aos anseios de grupos conservadores foi realizado principalmente através de manifestos, cartas, telegramas aos parlamentares e contatos com líderes dos partidos políticos. As bandeiras de luta fundamentais do FNDEP para a Carta Magna que seria promulgada eram: a defesa da educação como um direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer o ensino gratuito e laico; a garantia de percentuais das verbas públicas para a educação e a gestão democrática dos equipamentos escolares. Apesar da influência do Fórum nas etapas iniciais da Constituinte Gohn (2012) assevera que

À medida que o processo avançou (relatórios e anteprojeto preliminar da Sub-Comissão e da Comissão de Sistematização no 1º e no 2º turno), as pressões dos lobbies foram modificando o teor das colocações. Os interesses privados e não públicos passaram a ganhar espaço. No primeiro turno, a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas saiu perdedora no processo de negociação ocorrido, em troca da manutenção da gratuidade do ensino público (GOHN, 2012, p. 93, 94).

Embora o Fórum não tivesse conquistado o impedimento da destinação de verbas públicas para as instituições privadas, outros pleitos foram alcançados como a garantia dos princípios da autonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Há de se ressaltar que os princípios citados fizeram parte de uma emenda apresentada pelo FNDEP<sup>193</sup> aparecendo hoje na forma do artigo 207 que dispõe: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e

---

<sup>193</sup> Mazzilli (2011) destaca a ampla participação do ANDES na elaboração desta emenda, já que essa associação (hoje sindicato) fazia parte do Fórum. O ANDES foi fundado em 1981 e em 1982 publicou a primeira versão da Proposta da ANDES e das Associações Docentes para a Universidade Brasileira. Essa proposta concebia a “universidade como instituição científica” e estabelecia a “democratização e a autonomia como condições para que a Universidade cumprisse seu papel social”, tomando como princípios “a defesa do ensino público e gratuito, autonomia e democratização como critérios do padrão de qualidade da universidade” (MAZZILLI, 2011, p. 117). Observa-se que os órgãos que faziam parte do Fórum já possuíam um debate amadurecido sobre a Universidade e o princípio da autonomia universitária.

de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão<sup>194</sup> (BRASIL, 1988, p. 137).

Dessa forma, no contexto de abertura política e de efervescência dos movimentos sociais foi promulgada a Constituição Federal de 1988. Os assuntos referentes à política de educação ficaram explicitamente colocados nos artigos 205 a 214. Os assuntos ciência e tecnologia foram incorporados em apenas dois artigos<sup>195</sup>.

Alguns artigos constitucionais de cunho conservador e privatista encontraram nos governos que se instalaram a partir de 1990 "terreno fértil" para a sua implementação. Outros, de caráter mais progressista, sofreram (e ainda sofrem) duros ataques no sentido de impedir totalmente ou parcialmente a sua execução. Esse é o caso do preceito da autonomia universitária cujos governos neoliberais já elaboraram uma série de medidas visando esvaziar o seu conteúdo político<sup>196</sup>.

### **3.2 A política de educação superior em tempos de contrarreforma**

Com a crise de 1970 a classe burguesa dirigiu o processo de desmonte do Estado de Bem-Estar Social (no caso dos países europeus que vivenciaram esta experiência) e de manutenção da situação periférica e subordinada no caso dos países latinos americanos. Em algumas situações, a interferência internacional ocorreu de forma direta por meio de financiamentos e exigência de contrapartidas,

---

<sup>194</sup> Em 1996 foram acrescentados a este artigo dois parágrafos, por meio de emenda: § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1988, p. 139).

<sup>195</sup> Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. § 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. § 2º - A pesquisa tecnológica voltará-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. § 3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho. § 4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho. § 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, p. 141).

<sup>196</sup> Trataremos desse assunto mais adiante.

ou, por via indireta através da difusão de ideologias compatíveis com o modo de produção capitalista, como as que estão descritas nos documentos dos organismos internacionais.

Frente à crise do capital a política de educação tem sido alvo constante de especulações que visualizam esse campo como uma área vantajosa para a recuperação do processo de valorização do capital e como um campo necessário à política internacional de segurança para o modo de produção capitalista. Na medida em que a pobreza e as desigualdades se aprofundam, a política de segurança pretende difundir uma concepção acrítica propagando a ideia da educação como um "passaporte para a empregabilidade", e associando a educação como uma forma de "aliviar a pobreza" dos países periféricos (LIMA, 2007).

A educação vista dessa forma, foi incorporada às ações dos Organismos Internacionais<sup>197</sup>. O Banco Mundial (BM ou BIRD); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) começaram a desenvolver um papel relevante na difusão e monitoramento da reformulação da educação superior nos países periféricos (LIMA, 2007).

A influência dos organismos internacionais no respaldo ao processo de internacionalização das decisões quanto aos rumos do ensino superior, estão expressas em diversos documentos e encontros promovidos com o objetivo de espalhar pelo mundo as decisões mais afinadas com o propósito do capital. Reconhecendo que foram muitas as decisões, citaremos nos tópicos abaixo, apenas a título de ilustração, algumas medidas que consideramos importantes para a análise da influência internacional sobre as decisões do governo brasileiro.

---

<sup>197</sup> Os organismos internacionais vêm orientando um conjunto de reformas neoliberais para os países periféricos. "Neste conjunto de reformas neoliberais, que articula a reestruturação da esfera produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a formação de uma nova sociabilidade burguesa, estão inseridas as reformas educacionais realizadas nos países periféricos e que atravessaram o final do século XX e se estendem pelo início do século XXI" (LIMA, 2007, p. 51).

### 3.2.1 O Banco Mundial e a difusão da política antiuniversitária<sup>198</sup>

Ao analisar a interferência do Banco Mundial<sup>199</sup> na política de educação Leher (1999) nota que essa ação se realizou a partir da década de 1970<sup>200</sup> quando, em momento de crise do capital e de conflitos que envolviam os Estados Unidos<sup>201</sup>, as ações diretas promovidas por instituições norte-americanas passaram a ser desenvolvidas por organismos multilaterais, para que não houvesse uma associação direta dessas ações com o país imperialista americano, na medida em que ele sofria em âmbito mundial uma significativa rejeição.

Na década de 1970 os dirigentes do banco abandonaram o desenvolvimentismo e a política de substituição de importações colocando no centro de sua atuação o binômio pobreza-segurança. Segundo Leher (1999) o banco voltou-se mais para programas que atendiam diretamente populações de países periféricos, por meio de escolas técnicas, programas de saúde e controle de natalidade, ao mesmo tempo em que promoveu alterações estruturais na economia desses países.

Observa-se que a doutrina de segurança nacional<sup>202</sup> aliada ao intuito de alívio da pobreza<sup>203</sup> se constituiu em tema chave para as intervenções do banco. Com este direcionamento o banco interfere nas decisões dos Estados nacionais, os mantém na condição de países periféricos e dependentes, fortalece o poderio norte-americano, abre um novo campo para a exploração do capital (por meio da privatização das políticas sociais), alcança altos lucros com os juros dos recursos

<sup>198</sup> Embasados na concepção de que o ciclo da pobreza só pode ser amenizado por meio da educação – leia-se ensino básico – os governos brasileiros estão promovendo uma política antiuniversitária, enfraquecendo a Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade (LEHER, 2001b).

<sup>199</sup> O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) conhecido como Banco Mundial foi criado em Bretton Woods (EUA) para a reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial. Leher (1999) em sua crítica ao BIRD o nomeia como "Ministério Mundial da Educação dos países periféricos" e afirma que esta instituição atua colocando em prática uma política antiuniversitária.

<sup>200</sup> Leher (1999) demonstra bem esse redirecionamento do BIRD ao mencionar que na década de 1960 Robert Gardner (vice-presidente do BIRD) disse que a instituição não poderia emprestar dinheiro para a educação e a saúde porque era um banco. Esse posicionamento começou a se alterar na gestão de Woods (1963-1968) e de McNamara (1968-1981) quando a pobreza passou a ser o foco das "preocupações".

<sup>201</sup> Conflitos ligados principalmente ao período de guerra fria, como a Guerra do Vietnã e os desentendimentos com Cuba.

<sup>202</sup> A doutrina de segurança pautava-se no combate ao marxismo e às revoluções contra a ordem, no sentido dado por Fernandes (2009).

<sup>203</sup> O intuito é o alívio da pobreza e não a sua erradicação. Nesta concepção a pobreza é mantida em níveis aceitáveis para que não afete a legitimidade e a reprodução ampliada do capital.

financeiros emprestados e fixa condicionalidades aos países devedores. Além disso, como forma de aliviar a pobreza, a educação aparece como um mecanismo de diminuição do desemprego. Nessa interpretação a falta de empregos e a precarização do trabalho são explicados pela falta de qualificação do trabalhador, o que está em sintonia com a tendência de culpabilização dos sujeitos frente à ausência de compromisso do Estado com a satisfação das necessidades humanas (SGUISSARDI, 2009).

Na década de 1970 as interferências do BIRD na política educacional privilegiavam o financiamento do ensino técnico e profissional (considerados mais adequados aos países em desenvolvimento) em lugar do ensino básico. Mas, a partir de 1980 o interesse voltou-se a esse grau de ensino, pois a orientação anterior foi classificada como dispendiosa. Ao mencionar que os países deveriam direcionar os recursos públicos para o ensino básico, o banco não deixou de apontar alternativas para o financiamento do ensino superior, que se daria principalmente pela via privada<sup>204</sup> (SGUISSARDI, 2009).

Na década de 1990 um dos documentos apresentados ao governo brasileiro pelo Banco Mundial foi o intitulado Higher Education Reform in Brazil de fevereiro de 1991. Este documento afirmava que em termos educacionais o Brasil precisava priorizar o ensino básico. Quanto ao ensino superior, também de reconhecida importância para a formação de mão-de-obra mais especializada, foram dadas as seguintes recomendações: maior autonomia para as instituições de ensino superior federais administrarem seus orçamentos, contratar e demitir pessoal; fazer com que o Conselho Federal de Educação atuasse como uma agência de controle do crescimento do ensino superior, “assumindo novas tarefas, inclusive a de alocação de recursos para as IES federais e a elaboração de normas visando aumentar o custo-efetividade e a responsabilidade dessas instituições” (CUNHA, 1997, p.27); simplificar e tornar mais transparente a supervisão do Conselho Federal de Educação em relação as IES privadas; redução das despesas com as IES e a cobrança de taxas pelas IES federais como forma de aumentar a eficiência e a equidade (CUNHA, 1997).

---

<sup>204</sup> Esta afirmação está explícita no documento Financing education in developing countries – An exploration of policy options de 1986 (SGUISSARDI, 2009).

Alguns desses princípios foram reafirmados em vários documentos dos quais destacamos O ensino superior: as lições derivadas da experiência de 1995 onde o banco apresenta algumas estratégias para a reformulação da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe.

Esse documento tem como eixos norteadores a) a diversificação institucional, b) o incentivo a formas alternativas de financiamento, c) a redefinição do papel do governo na condução da política e financiamento, d) a ênfase no controle de objetivos da qualidade e da equidade (BANCO MUNDIAL, 1995). Devemos ressaltar que todas essas sugestões foram incorporadas pelo Brasil.

A diversificação das IES e dos cursos apareceu sob o pressuposto do desenvolvimento das Universidades públicas, privadas e de instituições não-universitárias, incluindo os cursos politécnicos e os cursos de curta duração como estratégia para o melhor atendimento das demandas do mundo do capital. A dualidade do ensino se faz presente por meio dos cursos direcionados para as elites e os direcionados aos mais pobres, como a educação à distância (EAD)<sup>205</sup> (LIMA, 2007).

A segunda estratégia apresentada pelo documento refere-se à diversificação das fontes de financiamento das Universidades públicas. O Banco Mundial argumenta em favor da cobrança de matrículas e mensalidades, o corte de verbas públicas para atividades as quais o documento considera que não estão relacionadas com a educação (alojamento, segurança e alimentação) e a utilização de verbas privadas. Os alunos que não puderem pagar por seus estudos poderiam recorrer aos programas de assistência estudantil por meio de empréstimo financeiro e de bolsas, e a realização de cursos em instituições privadas que receberiam isenção fiscal e incentivos financeiros (LIMA, 2007).

---

<sup>205</sup> Partimos da concepção de que a educação à distância, apesar de aparecer como forma de "democratizar o ensino", tem a intenção de ser um ensino direcionado às pessoas mais empobrecidas, transformando o que deveria ser um direito social em serviço de baixa qualidade (LIMA, 2007).



Outro destaque refere-se a redefinição da função do Estado, onde a educação não aparece como sua responsabilidade de forma exclusiva. Inclusive, o conceito de autonomia universitária foi incorporado em um sentido completamente neoliberal incentivando as universidades a buscarem recursos no mercado:

Uma mayor autonomia institucional es la clave del éxito de la reforma de la enseñanza estatal de nivel superior, especialmente a fin de diversificar y usar los recursos más eficientemente. La experiencia reciente indica que las instituciones autónomas responden mejor a los incentivos para mejorar la calidad y aumentar la eficiencia. Em Francia, el Japón y los Países Bajos, el gobierno ha concedido mayor autonomía financiera a las facultades y departamentos de las universidades nacionales a fin de estimular la innovación en la investigación y la enseñanza. Em Chile, Tailandia y Viet Nam, con el fin de redistribuir los costos de la educación superior, el gobierno ha transferido a las instituciones muchas atribuciones y funciones relativas a los costos, estableciendo a la vez políticas que sirven de orientación al desarrollo de un sistema descentralizado (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 69, 70).

E por fim, o estímulo à avaliação da qualidade e a adaptação às necessidades do mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 1995).

A mudança de ênfase do ensino básico para o superior, empreendida pelo BIRD, está mais explícita no documento Higher Education in Developing Countries: Peril and Promise<sup>206</sup> publicado em 2000 que defende a expansão do ensino superior nos países em desenvolvimento. Para Leher (2001a) este escrito pode parecer contraditório com o documento O ensino superior: as lições derivadas da experiência de 1995, mas não é. “O banco vem determinando aos países periféricos reformas que 'diferenciam' as instituições e 'diversificam' as suas fontes de financiamento. É este ensino superior reconfigurado que o banco atualmente diz apoiar” (LEHER, 2001a, p. 54).

### **3.2.2 A UNESCO e os documentos que inspiram o Estado brasileiro**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi criada em 1945 na Conferência de Londres<sup>207</sup>, tendo a sua sede localizada em Paris e não em Washington, como é o caso do BIRD. O seu surgimento resultou de um movimento liderado pelos países europeus atingidos pela 2ª Guerra Mundial que

<sup>206</sup> Este documento foi uma produção do banco realizada em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (SGUISSARDI, 2009).

<sup>207</sup> A UNESCO é uma espécie de agência da Organização das Nações Unidas (ONU).

estavam interessados em reconstruírem os seus sistemas educacionais. Embora cada nação tivesse direito a um voto, os Estados Unidos acabaram obtendo supremacia política na medida em que era responsável por mais de 40% das verbas desta organização (LEHER, 2001a).

Com reconhecido prestígio nas atividades que desenvolve no campo cultural e dos direitos humanos, a UNESCO vivencia desde os anos de 1990, explicitamente, grandes contradições, pois, a rigor esta organização tem funcionado “como órgão auxiliar do Banco Mundial. Não surpreende, pois, que as suas linhas mestras sejam, no fundamental, iguais às do banco” (LEHER, 2001a, p. 53).

Um dos eventos que demonstram a justaposição das ideias da UNESCO e do Banco Mundial foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jomtien na Tailândia em 1990. Esse evento organizado pela UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Banco Mundial (BM) resultou nos documentos chamados Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (LIMA, 2007; UNESCO, 1990).

Embora estes documentos tenham como foco a educação básica interessa-nos ressaltar que suas proposições estão ligadas ao que se planeja para a educação de uma forma geral, ou seja, dissemina-se o discurso de que é necessário amenizar a pobreza via educação básica. Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem a educação básica aparece como um instrumento para o combate a pobreza e enfatiza-se a responsabilidade da comunidade, da família e do Estado (que deve ser viabilizada por meio de parcerias entre governo e iniciativas privadas). Segundo Lima (2007, p. 56)

Esta articulação pode ser identificada a partir dos seguintes eixos analíticos: a) os organismos internacionais do capital necessitam desenvolver políticas de alívio das tensões sociais causadas pela crise do endividamento dos países periféricos e pela execução dos ajustes estruturais impostos ao longo da década (perdida) de 1980; b) as políticas focalizadas no alívio da pobreza estarão articuladas com a necessidade de governabilidade, ou seja, da conjugação de segurança e estabilidade econômica para pagamento das dívidas; c) a necessidade de ampliação de áreas de lucratividade para os investidores internacionais.

Outro acontecimento bastante comentado foi a Conferência Mundial sobre Educação Superior, organizada pela UNESCO em outubro de 1998 em Paris, que originou as seguintes publicações: Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação - 1998 e Quadro de ação prioritária para a mudança e desenvolvimento da educação superior. Estas declarações resgataram as mesmas discussões do documento do Banco Mundial O ensino superior: as lições derivadas da experiência de 1995 que apregoa a diversificação das fontes de financiamento e a diversificação das instituições de ensino (LIMA, 2007; NOGUEIRA, 2008).

Em 1999 a UNESCO divulgou outro documento nomeado Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior cuja ideia central girava em torno da necessidade das parcerias público-privadas para o desenvolvimento das políticas de incentivo a pesquisa e para a melhoria da infraestrutura das IES. Neste material foi fundamentada a ideia da educação como um bem público<sup>208</sup>, sendo o seu financiamento reconhecido como dever de todos (LIMA, 2007).

As concepções subjacentes dos documentos do Banco Mundial e da UNESCO se expandiram de forma a penetrar as diretrizes da política educacional em âmbito mundial. No caso europeu podemos destacar o entrelaçamento da Declaração de Sorbone<sup>209</sup> e da Declaração de Bolonha com as indicações desses organismos (LIMA, 2007; LIMA, AZEVEDO, CATANI, 2008).

---

<sup>208</sup> O termo bem público tem sido utilizado na perspectiva de que se algumas ações são para atender a todos, logo, ela deve ser de responsabilidade coletiva, tanto no financiamento quanto na prestação do serviço. O vocábulo serviço público apresenta na concepção neoliberal, esta mesma lógica. São serviços que devem ser regulados pelo Estado, mas, não precisam ser custeados com receita pública (CASSINI, ARAÚJO, 2013).

<sup>209</sup> Em 1998 os ministros da Educação da Alemanha, Itália, França e Reino Unido assinaram em Paris a Declaração de Sorbonne para a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior. A internacionalização e a comercialização da educação superior ganharam a partir desse momento novos contornos nos países europeus rumo ao processo de reformulação da política de ensino desses países. As propostas dessa declaração foram retomadas em junho de 1999 quando 29 ministros europeus da educação formularam a Declaração de Bolonha, cujo objetivo central era uniformizar o sistema de ensino superior europeu, visando: "[...] à mobilidade e empregabilidade no espaço europeu, por meio das seguintes estratégias: adoção de um sistema de graus comparável e facilmente inteligível; adoção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos, pré e pós-graduado; promoção da mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores e garantia de uma dimensão europeia ao ensino superior. Este protocolo é um marco importante da reforma da educação superior europeia e está pautado na mesma fundamentação presente nos documentos do BM e da Unesco: a consideração de que a globalização econômica e a sociedade da informação – ou a 'Europa do conhecimento', como é identificada na Declaração de Bolonha – indicam um conjunto de reordenamentos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na formação e qualificação dos trabalhadores, exigindo a diversificação das instituições e dos cursos de nível superior. A educação

Ainda nesta direção destacamos a Segunda Reunião dos Parceiros da Educação Superior conhecida também como "Paris +5"<sup>210</sup>, que aconteceu em junho de 2003 na sede da UNESCO em Paris com o objetivo de avaliar o processo de implementação das decisões tomadas na Conferência Mundial sobre Educação Superior de 1998. Neste encontro a UNESCO reafirmou as linhas de ação da declaração de 1998 que previa o acesso e diversificação das instituições de ensino superior, vínculos da formação profissional com o mercado de trabalho, diversificação das fontes de financiamento da educação superior e cooperação internacional (LIMA, 2007; NOGUEIRA, 2008).

Essas são apenas algumas ações desenvolvidas pela UNESCO que demonstram o quanto esta organização também vem incorporando ao longo dos anos os discursos da política antiuniversitária disseminados em âmbito global.

### **3.2.3 A OMC e a regulação comercial da política educacional**

Em 1947 foi criado o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) voltado para ações cuja proposta se relacionava à liberalização gradual do comércio global. O ciclo de negociações do Uruguai (ou Rodada Uruguai ocorrida entre 1986 e 1994) assumiu especial relevância, pois teve como resultado a incorporação do GATT pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que passou a estabelecer acordos em áreas que ainda não eram reguladas pela via comercial (BORGES, 2009).

Nessa perspectiva a OMC (criada em 1995) também tem se colocado como um organismo internacional interessado em interferir nas políticas educacionais. Enquanto um fórum de negociações sobre assuntos ligados ao comércio, esta organização entende que a educação está inserida no setor de serviços (LIMA, 2007).

---

superior é vista nos marcos da empregabilidade dos trabalhadores; uma formação voltada para o mercado de trabalho" (LIMA, 2007, p. 69).

<sup>210</sup> Depreende-se que os chamados "parceiros da educação" são as mais de 400 pessoas de 120 países que participaram do evento. Há de se salientar que o Ministro da Educação do Brasil à época, Cristovam Buarque, também participou deste encontro (LIMA, 2007; NOGUEIRA, 2008).

Em 1995 foi realizado um acordo no âmbito da OMC intitulado como General Agreement on Trade in Services (GATS)<sup>211</sup> com o propósito de liberalizar progressivamente os serviços abarcando novos setores como a educação. Neste documento “é discutida a importância crescente do comércio de serviços no contexto de uma economia cada vez mais globalizada, e, [...] estabelece um quadro de princípios e regras, responsável pela regulação do setor de serviços ao nível mundial” (BORGES, 2009, p. 85).

De acordo com Borges (2009) a concepção de educação difundida pela OMC pode ser visualizada em alguns documentos principais: o General Agreement on Trade in Services (GATS) de 1995; Servicios de Enseñanza – Nota Documental de la Secretaria de 1998; Comunicação dos Estados Unidos de 2000; Comunicação da Austrália de 2001; e Comunicação do Japão de 2002. Em geral esses documentos se baseiam nas regras da OMC onde a educação foi alvo de “reformulação conceitual, se constituindo em objeto de disputa por parte dos países-membros. Nessa perspectiva, a educação é concebida como um serviço como outro qualquer, passível de ser regulado pela lógica do lucro e da competição” (BORGES, 2009, p. 86).

Para a OMC a educação superior e o desenvolvimento econômico se entrelaçam na medida em que a esse grau de ensino cabe a formação de indivíduos qualificados para a inserção no mercado de trabalho. Aqui também a diversificação dos níveis de ensino aparece como uma recomendação da organização que observa nas instituições universitárias e não-universitárias possibilidades de um maior atendimento das necessidades empresariais e dos indivíduos, vistos como consumidores. Assim, “a educação deixa de ser considerada como um direito humano fundamental e é tida como um serviço que pode ser comprado no mercado educacional; de outra parte, os indivíduos deixam de ser tratados como cidadãos e são posicionados como consumidores” (BORGES, 2009, p. 87). Ainda utilizando-nos do estudo de Borges (2009) cabe aqui uma última consideração, que diz respeito à concepção de autonomia universitária divulgada por esta organização:

---

<sup>211</sup> Lê-se em português acordo geral de comércio em serviços (AGCS).

A autonomia é entendida como a possibilidade das instituições buscarem novas fontes de recursos, através da realização de parcerias com o setor produtivo, diversificando, assim, suas formas de financiamento. A autonomia, portanto, é reduzida ao seu aspecto de gestão financeira e administrativa, ficando a autonomia didático-científica prejudicada diante das pressões e dos interesses por uma maior vinculação da educação superior à indústria e a outras empresas (BORGES, 2009, p.87).

### **3.3 A condução da contrarreforma do Estado brasileiro**

Ao analisar os acontecimentos históricos do Brasil a partir de 1990 Behring (2008) aponta a existência de uma contrarreforma do Estado, dirigida pela classe burguesa brasileira em cooperação com a burguesia internacional, interessada nos ajustes com fins à recuperação da acumulação ampliada do capital<sup>212</sup>. Segundo a autora o que aconteceu neste período não pode ser denominado de reforma, pois, esta palavra é uma herança dos partidos de esquerda que acreditavam nessa estratégia como via de superação do capitalismo. Nessa proposição, acreditava-se que era possível combinar a acumulação de capital com a diminuição dos níveis de desigualdade social<sup>213</sup>, tendo como objetivo em longo prazo ultrapassar o modo de produção capitalista.

Assim, o que ocorreu após 1990 é conceituado pela autora como uma contrarreforma do Estado, pois, foram mudanças que não tiveram como horizonte a superação do capitalismo e que, ao contrário, aprofundou a condição periférica do país. Para fazer tal afirmação, a autora argumenta que a partir de 1990 o Brasil se adaptou às requisições do capitalismo mundial de forma diferenciada do que ocorreu, por exemplo, após o golpe civil-militar de 1964. Apesar do conservadorismo político desta época “houve uma transformação no parque industrial brasileiro, induzida por uma singular articulação entre Estado, capital estrangeiro e capital nacional mesmo este último com papel subordinado” (BEHRING, 2008, p. 113) além da expansão do mercado de consumo interno e das políticas sociais. Já a década de 1990 não apresentou essas características. Em suas palavras:

---

<sup>212</sup> Devemos destacar que em âmbito mundial após a crise dos anos de 1970, ocorreu a emergência do neoliberalismo e a crise do socialismo (explicitamente visível com a queda do muro de Berlim em 1989) (BEHRING, 2008).

<sup>213</sup> Na acepção da autora, a experiência do Welfare State é um exemplo de reforma (BEHRING, 2008).

Estas considerações e desdobramentos da ideia de que estamos diante de uma contrarreforma [...] são importantes porque, após os anos 1990, nossa segunda década perdida, foram derruídas muitas possibilidades de ruptura com a heteronomia [...]. Nesses anos tivemos, como se procurou demonstrar: a destruição ou desnacionalização de parcela do parque industrial, especialmente o setor produtor de meios de produção; abriu-se mão da produção de tecnologia e patentes autóctones, ao passo que foi descaracterizada a Universidade brasileira; o Brasil foi transformado, conscientemente, em plataforma de montagem de produtos das transnacionais, que passaram a importar componentes; desarticulou-se a possibilidade de um Estado estruturante, seja com investimentos produtivos, agora ao sabor dos interesses do capital estrangeiro, seja com investimentos sociais; obstaculizou-se a possibilidade de um padrão universalizado de proteção social com o focalismo e as privatizações; desempregou-se em massa, com imensos impactos para a sociabilidade (BEHRING, 2008, p. 285, 286).

A chamada contrarreforma do Estado brasileiro foi inaugurada a partir das eleições presidenciais de 1989 (primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde 1960). Essa eleição foi um marco para a transição democrática, tendo como novidades a volta de políticos cassados ou expulsos do país pela ditadura; a realização apenas da eleição presidencial<sup>214</sup>; a permissão para que analfabetos e maiores de 16 anos pudessem votar (dada pela Constituição de 1988); e, pela primeira vez, os candidatos puderam utilizar o espaço da televisão para dirigirem-se ao eleitor por meio do horário gratuito de propaganda política. Nesse quadro há de se destacar que em 1989 a Rede Globo detinha uma audiência cuja média nacional oscilava entre 60% e 84% (RUBIM et al., s/d).

A presidência foi decidida em segundo turno entre Lula e Collor (ex governador de Alagoas). O primeiro candidato obteve apoio de Leonel Brizola, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Roberto Freire, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes, dentre outros. Ao lado de Collor figurava o ministro das comunicações da época, Antônio Carlos Magalhães, além de Jorge Bornhausen, parte do patronato paulista e da Rede Globo (RUBIM et al., s/d).

Lula destacou o tema da desigualdade social e recorreu aos setores populares organizados<sup>215</sup>. Collor apontou a necessidade de combater a corrupção, modernizar o país e diminuir os gastos públicos, criticando os salários elevados de alguns funcionários públicos, chamados de "marajás". Embora a candidatura de Lula tivesse

---

<sup>214</sup> Como as eleições municipais haviam sido realizadas em 1988 e as estaduais aconteceriam em 1990, em 1989 houve apenas a eleição para presidente (RUBIM et al., s/d).

<sup>215</sup> Na campanha de 1989 Lula também defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa (FORTES; FRENCH, 2012).

crescido em sondagens de opinião, ao final sofreu um grande abalo, principalmente em decorrência da influência da Rede Globo de Televisão. Em uma entrevista no Programa Dossiê<sup>216</sup> o ex-diretor da emissora, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, conhecido como Boni, confirmou pela primeira vez que houve uma manipulação dos debates<sup>217</sup> realizados em favor de Collor (MAIOR, 2011). Nas palavras de Boni:

Nós conseguimos tirar a gravata do Collor, colocar um pouco de suor com glicerinazinha, e colocar as pastas todas que estavam ali, com supostas denúncias contra o Lula, essas pastas estavam inteiramente vazias, com papéis em branco. Foi uma maneira de melhorar a postura do Collor junto ao espectador, pra ficar em pé de igualdade com a popularidade do Lula (MAIOR, 2011, p.1).

Ao final Collor venceu a eleição com 49,94% dos votos e Lula foi derrotado com 44,23% dos votos<sup>218</sup> (RUBIM et al., s/d). Observa-se por meio dos referidos acontecimentos uma desarticulação da direita e posteriormente, uma aglutinação em torno do candidato Collor uma vez que a classe burguesa temia os avanços que poderiam advir com a subida de um candidato com propostas relacionadas, por exemplo, à regulamentação dos direitos sociais (já previstos na Constituição Federal de 1988) que atendessem às necessidades do povo brasileiro numa perspectiva de igualdade social.

### **3.3.1 Collor e a difusão das ideias neoliberais**

Em seus estudos Lima (2007) argumenta que os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) identificam o momento de adesão do país ao projeto neoliberal. A burguesia brasileira, em sintonia com o avanço do neoliberalismo em todo o mundo, tratou de fomentar as bases para a difusão e implementação desse ideário no país. Seria uma forma de substituir o modelo desenvolvimentista por novos padrões de acumulação, pautado no fim da intervenção do Estado e na desregulamentação dos direitos sociais, já inseridos na Carta Magna.

---

<sup>216</sup> Divulgada pela Globo News no dia 26/11/2011.

<sup>217</sup> A partir dos fatos divulgados podemos afirmar que a Rede Globo de Televisão manipulou todo o processo e não apenas o debate.

<sup>218</sup> Sobre esse assunto sugerimos o filme Muito além do cidadão Kane e a leitura do livro A história secreta da Rede Globo de Daniel Herz.



De acordo com Lima (2007) o projeto Brasil Novo, Reconstrução Nacional e os Planos Collor I e II estavam fundamentados nos acordos do Consenso de Washington<sup>219</sup>. Quando Collor tomou posse, em março de 1990, a inflação chegou a 80% ao mês e ameaçava aumentar. Como forma de enfrentamento o presidente anunciou um plano econômico radical que bloqueava todos os depósitos bancários existentes, por dezoito meses, permitindo apenas saques cujo limite era de 50 mil cruzeiros. O plano estabelecia também o congelamento de preços, o corte de despesas públicas e a elevação de alguns impostos. Collor também extinguiu a moeda vigente (o cruzado) e restabeleceu o antigo cruzeiro. Ao mesmo tempo, iniciou a privatização de empresas estatais<sup>220</sup>, concedeu maior abertura ao comércio exterior<sup>221</sup> e incentivou a redução do número de funcionários públicos (FAUSTO, 2012).

Entretanto, denúncias de corrupção feitas pelo irmão do presidente Collor, levaram a Câmara dos Deputados a votar pelo seu afastamento em setembro de 1992, até que o Senado julgasse o pedido de impeachment. O prosseguimento das investigações e a mobilização dos jovens de classe média já anunciavam que Collor não voltaria à presidência. Collor renunciou ao cargo em dezembro de 1992, mas, mesmo assim foi julgado culpado pelo Senado e teve os direitos políticos suspensos por oito anos (FAUSTO, 2012).

A política de educação não ficou alheia a esse processo de contrarreforma do Estado. A partir do governo Collor de Mello (1990-1992) houve um conjunto de alterações na política de educação superior em direção à formação de recursos humanos requeridos por um mercado competitivo e de inserção do Brasil na dinâmica da globalização econômica e da chamada "sociedade da informação" (LIMA, 2007).

---

<sup>219</sup> O consenso de Washington foi estabelecido a partir de um seminário realizado nesta cidade, entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1993. Nesse encontro, que reuniu executivos de governo, dos bancos multilaterais, empresários e acadêmicos de onze países, foi discutido um texto do economista John Williamson e decididos os passos políticos para a implementação de programas de estabilização, cujo receituário indicava medidas de ajuste para as economias dos países da América com vistas à sua associação à dinâmica neoliberal mundial sob a ingerência norte-americana (FIORI, 1994 apud BEHRING, 2008, p. 149).

<sup>220</sup> Privatizou todo o setor siderúrgico como a Usiminas, Siderúrgica de Tubarão, Aços Piratini, Mafersa e preparou a futura privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (LIMA, 2007).

<sup>221</sup> De acordo com Behring (2008) essa abertura representou uma versão atual da abertura dos portos às nações amigas. A política econômica dos dois anos de governo Collor fez com que o Brasil se adequasse destrutivamente ao reordenamento mundial.

Após a posse de Collor em 1990, o que eram apenas relatórios no Governo Sarney passou a se efetivar. Várias medidas foram tomadas com vistas à redução de gastos e que culminou com a extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligados ao Ministério da Educação. Entretanto, a reação da comunidade acadêmica levou a recriação destes órgãos (CUNHA, 1997).

No primeiro ano do governo Collor foi criado o Plano Setorial de Educação 1991-1995 que retomava diretrizes já discutidas pela desativada Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior e pelo GERES. Em seu prefácio continha a afirmação de que a “autonomia universitária dependeria do desempenho das instituições” (CUNHA, 1997, p. 27) como também preconizava o documento do Banco Mundial intitulado Higher Education Reform in Brazil de 1991 (CUNHA, 1997).

Outro documento marcante foi o Brasil, um projeto de reconstrução nacional conhecido popularmente como "Projetão" lançado em fevereiro de 1991. Em relação ao ensino superior o material deu destaque para o debate da implantação da autonomia universitária; a alocação de recursos pautada na avaliação de desempenho; o estímulo para que as universidades buscassem recursos no mercado principalmente via empresas (TAVARES, 1997).

Diante das discussões que envolviam o ensino superior, o ministro Goldenberg<sup>222</sup> apresentou um projeto de emenda constitucional<sup>223</sup> para regulamentar a autonomia universitária. Este projeto foi recebido pelo governo federal que o reuniu junto “a outras questões que tratavam da regulação pelo mercado da distribuição de derivados de petróleo, da exploração dos serviços de telecomunicações, da mineração, da desregulamentação do comércio exterior e outras” (CUNHA, 1997, p. 28). Este projeto de emenda constitucional

---

<sup>222</sup> Em agosto de 1991 o presidente substituiu o Ministro da Educação Carlos Chiarelli por José Goldenberg, “ex-reitor da Universidade de São Paulo que ao atuar como secretário estadual da educação negociou com a Assembleia Legislativa paulista o dispositivo da autonomia financeira das universidades paulistas” (CUNHA, 1997, p. 28).

<sup>223</sup> PEC nº 56/1991 (LIMA, 2007; MARTINS, NEVES, 2004).

já com os adendos de parecer favorável recebidos na Câmara dos Deputados, estipulava que as universidades públicas constituiriam uma categoria específica de entidade, distinta dos órgãos da administração direta e indireta (fundações e autarquias) de modo que seu pessoal perdesse o status de funcionário público, inclusive o benefício da estabilidade (garantindo-se os direitos adquiridos pela Constituição). O governo federal passaria a destinar às suas universidades um percentual fixo dos recursos resultantes de impostos, com o que elas cobririam as despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista, com a única restrição de que esses gastos não ultrapassassem 80% do total do orçamento de cada instituição. Para complementar os recursos transferidos pelo Poder Público, as universidades deveriam buscar fontes alternativas de financiamento obtido através da necessária interação com a comunidade (CUNHA, 1997, p. 28, 29).

Entretanto, a resistência política de entidades como o Andes-SN, a Fasubra e a UNE aliada à crise que envolvia o governo contribuíram para o não prosseguimento deste projeto (MARTINS; NEVES, 2004).

Lima (2007) também apresenta como uma das ações empreendidas pelo governo Collor a desnacionalização de setores estratégicos a exemplo da política de ciência e tecnologia, especialmente por meio da Lei de Informática, nº 8.248/91. Para a autora a desnacionalização surgiu como uma forma de ampliar a integração do país ao mercado mundial de forma privatista.

Além disso, o governo Collor gastou um valor menor que o mínimo estipulado pela Constituição Federal de 1988 de 18% da receita anual para o financiamento público da educação superior (LIMA, 2007).

### **3.3.2 Itamar prossegue com o projeto burguês**

Com a saída de Collor, assumiu a presidência o vice Itamar Franco, ex-senador pelo Estado de Minas Gerais. Um dos problemas a serem enfrentados era o retorno da inflação, diante do mau resultado das medidas tomadas por Collor. No primeiro mês do novo governo, em janeiro de 1993, a inflação chegava a 29%, aumentando para mais de 36% em dezembro daquele ano (FAUSTO, 2012).

Nos primeiros meses de 1994 o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) começou os preparativos para a implementação de um plano de estabilização econômica. Disto resultou o lançamento do Plano Real em julho de 1994, com a

criação de uma nova moeda - o real - sobrevalorizada com relação ao dólar. Ocorreu uma verdadeira troca da moeda de cruzeiros reais para reais, e em alguns meses, toda a moeda do país foi trocada pelo real (FAUSTO, 2012).

No que diz respeito à política para o ensino superior, podemos afirmar que Itamar prosseguiu na direção do governo anterior, e continuou seguindo o discurso de que era preciso adequar o país à globalização econômica (LIMA, 2007).

Um destaque desse período foi a Semana Nacional de Educação para Todos que aconteceu em maio de 1993 com o objetivo de discutir a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (período 1993-2003). Segundo Lima (2007) os debates dessa semana estiveram "em consonância com as políticas dos organismos internacionais do início da década de 1990, especialmente aquelas deliberadas pela Conferência Mundial de Educação para Todos" (LIMA, 2007, p. 133).

Retomando antigas discussões sobre a avaliação das IES o governo estabeleceu uma Comissão Nacional de Avaliação responsável por estudar e elaborar propostas para a avaliação institucional. As recomendações advindas dessa comissão foram utilizadas no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) criado em 1993 (CUNHA, 1997). O Programa "caracterizava-se como uma proposta de auto-regulação e concebia a avaliação como institucional (o foco era a própria instituição), a adesão era de caráter voluntário e propiciava a participação dos próprios integrantes" (BARREYRO, ROTHEN, 2006, p. 958).

Ainda em 1993 foi regulamentada a Lei nº 8.248 de 1991 que "dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências" impactando diretamente a política de ciência e tecnologia (C&T), pois, eliminou as "restrições ao capital estrangeiro; definiu uma nova política centrada em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em subsídios públicos para o setor privado, estimulando a transferência e adaptação de tecnologia produzida nos países centrais" (LIMA, 2007, p. 134).

Neste mesmo ano<sup>224</sup> também foi realizado um acordo entre o MEC e o Ministério das Comunicações com o objetivo de criar e desenvolver um sistema nacional de educação à distância (EAD) no Brasil. Essa combinação estava pautada na proposta formulada pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), denominada Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância Brasilead, formado por 54 instituições de ensino superior públicas que pretendia ampliar e articular as iniciativas isoladas de EAD "iniciando o processo de elaboração de um arcabouço político e jurídico que configuraria a política de educação superior à distância, sob a aparência de democratização do acesso a educação" (LIMA, 2007, p. 134).

O governo Itamar também foi responsável pela aprovação da lei nº 8.958/94, que dispõe sobre as relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio. De acordo com essa lei as IFES poderiam contratar Fundações de direito privado para apoiarem projetos de pesquisa, ensino e extensão e o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico das contratantes. É uma lei que permite a captação de verbas privadas para o financiamento das atividades das IFES, desresponsabilizando o Estado do financiamento (LIMA, 2007).

Por último, mencionaremos a dissolução do Conselho Federal de Educação e o projeto de criação do Conselho Nacional de Educação<sup>225</sup>. O Conselho Federal foi dissolvido após denúncias de corrupção envolvendo membros do órgão e o beneficiamento de instituições privadas para fins de credenciamento (CUNHA, 1997).

### **3.3.3 FHC e a contrarreforma em processo**

Em 1994 Fernando Henrique (cuja popularidade estava em alta devido ao plano real) foi eleito presidente em primeiro turno. FHC assumiu a presidência do país nos

---

<sup>224</sup> Em 1993.

<sup>225</sup> Apesar de ter seu esboço no governo de Itamar Franco, o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi instalado no mandato de FHC (LIMA, 2007).

anos de 1995 a 1998 e foi reeleito também em único turno, governando novamente nos anos de 1999 a 2002 (LIMA, 2007).

FHC deu prosseguimento ao processo de desindustrialização e desnacionalização, inerente ao projeto neoliberal. O governo seguiu a linha mundial na tentativa de dar maior legitimidade ao neoliberalismo, assumindo a perspectiva de que essa seria a única saída possível para garantir a estabilidade econômica com "justiça social". Em seu governo foram privatizadas várias empresas públicas em nível nacional, havendo também o apoio para as privatizações de órgãos estaduais. Apenas a título de ilustração foram privatizadas a Escelsa em 1995, o Banerj em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce em 1997, a Telebrás em 1998, a Eletropaulo em 1998. Deve-se destacar que esse processo de desindustrialização e a privatização aprofundou a dependência do Brasil em relação aos países imperialistas centrais (LIMA, 2007; BIONDI, 2003).

As privatizações estiveram no centro da discussão sobre a "reforma" da gestão pública presente no projeto de governo para o período de 1995 a 1998, intitulado *Mãos à obra, Brasil*. Este documento afirma não somente a importância da reforma do Estado, ao qual Behring (2008) chama de contrarreforma, mas também a necessidade do Brasil se inserir no mercado mundial de forma mais contundente devido à "globalização", como se todos os países fossem beneficiados de igual forma por esse processo.

A conhecida contrarreforma do Estado teve como principal diretriz o documento Plano diretor da reforma do aparelho do Estado elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) na gestão de Luiz Carlos Bresser Pereira e aprovado em setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado<sup>226</sup> (LIMA, 2007).

---

<sup>226</sup> A Câmara da Reforma do Estado era composta, entre outros, por Bresser Pereira, por Paulo Paiva (Ministro do Trabalho), por José Serra (Ministro do Planejamento e Orçamento), por Pedro Malan (Ministro da Fazenda, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID-, ex-diretor-executivo do Banco Mundial e principal negociador da dívida brasileira durante o governo Collor de Mello) (LIMA, 2007).

Em suas declarações o presidente afirmava que a crise brasileira é uma crise do Estado, ou seja, apresenta-se o Estado como causador da crise em virtude do "excesso de gastos", na tentativa de esconder o real sentido da contrarreforma que seria a reconfiguração do Estado para viabilizar a recuperação das taxas de lucro para o capital (BEHRING, 2008).

Uma novidade desse período foi a defesa do estabelecimento de um "Estado social-liberal", pois, segundo Bresser a contrarreforma do Estado deveria ser viabilizada por

[...] um Estado social-liberal porque está comprometido com a defesa e a implementação dos direitos sociais definidos no século XIX, mas é também liberal porque acredita no mercado, porque se integra no processo de globalização em curso, com o qual a competição internacional ganhou uma amplitude e uma intensidade historicamente novas, porque é resultado de reformas orientadas para o mercado (PEREIRA, 1996, p. 21 apud BEHRING, 2008).

A concepção do "Estado social-liberal" vincula-se ao redirecionamento ocorrido no pós Consenso de Washington. De acordo com Lima (2007) se na primeira metade da década de 1990 as políticas elaboradas pelos organismos internacionais estavam fundamentadas no Consenso de Washington, após essa data foi elaborada uma nova estratégia de legitimação do projeto burguês com críticas ao "neoliberalismo radical". Assim, surgiu a chamada "terceira via" apresentada como uma alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo<sup>227</sup>, tendo como um de seus representantes Anthony Giddens. A proposta tem como aspecto central a afirmação de que é possível humanizar o capitalismo, sendo esse projeto político identificado por diversos nomes: terceira via, nova social-democracia, nova esquerda, centro-esquerda, social democracia modernizadora, governança progressista (LIMA, 2007).

---

<sup>227</sup> A terceira via critica o "neoliberalismo radical", o socialismo e também o Estado de Bem Estar Social. Para os defensores dessa proposta, o Estado de Bem-Estar ocasiona a dependência e a passividade dos indivíduos, além de atuar com excesso de gastos. Na terceira via "a pobreza e o desemprego aparecem como infortúnios ou consequências da incapacidade individual. Cada indivíduo conseguirá acesso a bens e serviços conforme suas habilidades, competências e capacidades. A lógica, portanto, é meritocrática. Estimular as capacidades é fundamental no alívio da pobreza" (LIMA, 2007, p. 62). Assim, "não se trata do Estado mínimo defendido pelo neoliberalismo, nem de um Estado grande, medido pelo número de funcionários e pelo tamanho de seu orçamento, mas de um Estado forte e ativo para fomentar o empreendedorismo e a responsabilidade social dos indivíduos, grupos e empresários sociais" (LIMA, 2007, p.62). A sociedade é desse modo apresentada como um espaço de ajuda mútua, de solidariedade entre as classes e de diluição entre o público e o privado.

Em relação à "reforma" administrativa-gerencial do aparelho de Estado o Plano Diretor sinalizava que a Constituição Federal de 1988 tirou a capacidade operacional do governo aumentando os gastos e os direitos dos servidores públicos (a estabilidade, a aposentadoria integral, dentre outros), que eram vistos como privilégios. O documento apresenta a proposta de contratação de celetistas; de estímulo ao "espírito empreendedor" na política de recursos humanos, por meio do condicionamento da remuneração do servidor ao seu desempenho profissional; de transformação das autarquias em organizações públicas não-estatais, chamadas organizações sociais; da reforma da previdência e do fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único como estratégias fundamentais para o enfrentamento tanto da crise fiscal como da inoperância e desqualificação do serviço público (LIMA, 2007). Alguns trechos do próprio documento respaldam essa análise

A **rigidez da estabilidade assegurada aos servidores públicos civis** impede a adequação dos quadros de funcionários às reais necessidades do serviço, e **dificulta a cobrança de trabalho** [...] **A legislação** que regula as relações de trabalho no setor público **é inadequada**, notadamente pelo seu **caráter protecionista e inibidor do espírito empreendedor**. São exemplos imediatos deste quadro a aplicação indiscriminada do instituto da estabilidade para o conjunto dos servidores públicos civis submetidos a regime de cargo público e de **critérios rígidos de seleção e contratação de pessoal que impedem o recrutamento direto no mercado, em detrimento do estímulo à competência** (PEREIRA, 1995a, p. 26, 27, grifo nosso).

Nessa ótica, a dita "reforma" tinha como diretrizes:

[...] (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (PEREIRA, 1995a, p. 10, 11).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado também apontava a necessidade de reconfiguração da relação entre Estado e sociedade civil. A "reforma", nesse âmbito se daria a partir da definição de quatro setores estratégicos do Estado

No Aparelho do Estado é possível distinguir quatro setores: **NÚCLEO ESTRATÉGICO**. Corresponde ao governo, em sentido lato. É o setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento. É portanto o setor onde as decisões estratégicas são tomadas. Corresponde aos



Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e, no poder executivo, ao Presidente da República, aos ministros e aos seus auxiliares e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas. **ATIVIDADES EXCLUSIVAS.** É o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado - o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar. Como exemplos temos: a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc. **SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS.** Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem "economias externas" relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. **PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O MERCADO.** Corresponde à área de atuação das empresas. É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infra-estrutura. Estão no Estado seja porque faltou capital ao setor privado para realizar o investimento, seja porque são atividades naturalmente monopolistas, nas quais o controle via mercado não é possível, tornando-se necessário no caso de privatização, a regulamentação rígida [...] Cada um destes quatro setores referidos apresenta características peculiares, tanto no que se refere às suas prioridades, quanto aos princípios administrativos adotados. No núcleo estratégico, o fundamental é que as decisões sejam as melhores, e, em seguida, que sejam efetivamente cumpridas [...] Já no campo das atividades exclusivas de Estado, dos serviços não-exclusivos e da produção de bens e serviços o critério **eficiência** torna-se fundamental. **O que importa é atender milhões de cidadãos com boa qualidade a um custo baixo** (PEREIRA, 1995a, p. 41, 42, grifo nosso).

Verifica-se que a transferência da responsabilidade pelos serviços sociais para o "setor público não-estatal" fez parte de uma ampla estratégia para a condução da "reforma" do Estado brasileiro. Um documento escrito por Bresser Pereira (1995b) sinaliza inclusive que o Estado "concederia" autonomia para as instituições que se transformassem em organizações sociais. Vejamos

Dois outros projetos, além da reforma da Constituição, que acabei de delinear, são ainda essenciais para a reforma do aparelho do Estado brasileiro [...] O primeiro projeto é o da descentralização dos serviços sociais do Estado, de um lado para os Estados e Municípios, de outro, do aparelho do Estado propriamente dito para o setor público não-estatal. Esta última reforma se dará através da **dramática concessão de autonomia financeira e administrativa às entidades de serviço do Estado, particularmente de serviço social, como as universidades**, as escolas técnicas, os hospitais, os museus, os centros de pesquisa, e o próprio sistema da previdência. Para isto, a ideia é de criar a possibilidade dessas entidades serem transformadas em "organizações sociais". Organizações sociais serão organizações públicas não-estatais - mais especificamente

fundações de direito privado - que tem autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com o poder executivo, e, assim, poder, através do órgão do executivo correspondente, fazer parte do orçamento público federal, estadual ou municipal (PEREIRA, 1995b, p. 12).

Do exposto até o momento podemos afirmar que a contrarreforma do Estado brasileiro aconteceu em direção à privatização, ao dismantelamento dos direitos incluídos na Constituição, e a aceitação de recomendações internacionais com vistas à manutenção do país em uma condição periférica e dependente. Por último merece destaque a transcrição do que seria a "reforma" para FHC, o que vai ao encontro de nossas críticas a esse governo:

[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que no entretanto não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos **serviços de educação**, saúde, cultura e **pesquisa científica**. Chamaremos a esse processo de "publicização" (PEREIRA, 1995a, p. 12, 13, grifo nosso) [...] Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano (PEREIRA, 1995a, p. 13).

A partir de 1998 o discurso e as ações governamentais da administração FHC vincularam-se de forma mais evidenciada às perspectivas do pós-consenso de Washington, e a questão do alívio à pobreza tornou-se o ponto central das políticas. O programa de governo Avança Brasil: mais quatro anos de desenvolvimento para todos elaborado no processo de campanha eleitoral para a reeleição de FHC, apresentava como um novo eixo norteador deste governo para o período seguinte (1999-2002) a inclusão dos excluídos. O documento colocava como alternativa para a estabilidade econômica com justiça social, o desenvolvimento de ações focalizadas nos mais pobres, seguidas ainda da participação e responsabilidade social. As ações seriam focadas na classe mais empobrecida, o Estado continuaria estimulando as privatizações e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada (principalmente os serviços considerados não-exclusivos do Estado) como já estava preconizado no plano diretor da "reforma" do aparelho de Estado (LIMA, 2007).

Para Behring (2008) essa contrarreforma do Estado da forma como foi conduzida foi uma escolha político-econômica das classes dominantes brasileiras se configurando em uma estratégia de inserção subalterna e a qualquer custo na dinâmica internacional.

Assim, a educação como um campo em potencial para a exploração do capital atingiu seu ápice no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) representado pelo Ministro da Educação Paulo Renato Souza<sup>228</sup>. Essa fase, marcada por Lima (2007) como o momento de uma nova racionalidade no projeto neoliberal de educação, alcançou nesse Ministro a garantia de que a política de educação continuaria sendo adequada às requisições do capital e dos organismos internacionais. A privatização da educação superior aconteceu por meio de duas estratégias principais: a diversificação das IES e dos cursos e a diversificação das fontes de financiamento, por meio da identificação da educação como um setor público não-estatal, como o recomendado pelo projeto de "reforma" do Estado<sup>229</sup> conduzido por FHC e Bresser Pereira e pelos documentos dos organismos internacionais<sup>230</sup>.

Sobre esse assunto cabe-nos uma reflexão a partir dos escritos de Marilena Chauí (2001) quando esta autora analisa a redefinição da universidade como uma organização social.

Para Chauí (2001) desde o seu surgimento a universidade era reconhecida como uma instituição social que gozava de legitimidade com "autonomia perante outras instituições sociais, estruturada por ordenamento, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela" (CHAUÍ, 2001, p. 185). Mas a crise de 1970 incitou a remodelação de várias instituições para o atendimento das novas demandas do mercado. Nesse rumo, a universidade foi refuncionalizada de três formas: transformando-se em universidade funcional (nos anos de 1970); passando

---

<sup>228</sup> Paulo Renato Souza ocupou diversos cargos públicos e executivos, dentre os quais destacamos: foi reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e gerente de operações e vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi Ministro da Educação nos dois mandatos de FHC (LIMA, 2007).

<sup>229</sup> Ao qual Behring (2008) designa o termo contrarreforma do Estado.

<sup>230</sup> Vários documentos internacionais inspiraram este governo, citaremos alguns: O ensino superior: as lições derivadas da experiência do BM publicado em 1995; Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior da UNESCO publicado em 1999, dentre outros já mencionados nos tópicos anteriores.

a universidade de resultados (nos anos de 1980) atingindo a forma operacional nos anos de 1990 (CHAUÍ, 2001).

A universidade funcional, de 1970, teve como base de sustentação a ditadura civil-militar que prometeu à classe média ascensão social por meio do diploma universitário. A massificação, a abertura indiscriminada de cursos superiores e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento estiveram presentes. À Universidade coube a função de formar rapidamente os “profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho” (CHAUÍ, 2001, p. 189). Ela se adaptou às exigências do mercado, alterando “seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho” (CHAUÍ, 2001, p. 189).

A universidade de resultados, de 1980, foi originada dos processos que já estavam em curso nos anos anteriores. Trouxe como novidade a expansão crescente das escolas privadas, “encarregadas de continuar alimentando o sonho social da classe média” (CHAUÍ, 2001, p. 189, 190) e a ideia de parceria entre universidade e empresa. Este aspecto foi decisivo, pois as empresas deveriam não só proporcionar futuro emprego e estágios remunerados para os universitários “como ainda financiar pesquisas diretamente ligadas a seus interesses. Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados” (CHAUÍ, 2001, p. 189, 190).

Chauí (2001) chama a universidade dos anos de 1990 de operacional. Para a autora o que antes era uma instituição transformou-se em uma organização social que se subordinou radicalmente às demandas do mercado, reduzindo-se a uma prestadora de serviços, guiada por contratos de gestão e avaliada por critérios de produtividade. Ao discutir a universidade operacional Neves (2004) declara que esse modelo de organização procurou reforçar a separação entre ensino e pesquisa; subordinar a produção científica ao desenvolvimento da tecnologia (trazendo prejuízos para o conhecimento crítico); “reforçar o viés pragmático do ensino; disseminar o espírito empreendedorista do mundo dos negócios; enfim, formar especialistas com visão de mundo cada vez mais restritas” (NEVES, 2004, p. 1).

Esta alteração fez parte do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 que instituiu as universidades, escolas técnicas, museus e os centros de pesquisa como organizações sociais que operam no setor de serviços não-exclusivos do Estado. “A universidade é, assim, uma organização social que presta um serviço ao Estado e celebra com ele um contrato de gestão” (CHAUÍ, 2001, p. 176). Nas explicações de Chauí (2001, p. 187, 188)

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para a obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por quê, para que e onde existe. A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Das diversas ações empreendidas pelo governo FHC que contribuíram para a figuração da universidade operacional, destacamos<sup>231</sup>: a PEC 233/95; a PEC 370/96; o Exame Nacional de Cursos de Graduação (ENC Provão); a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); o Decreto nº 3.860/2001<sup>232</sup> (dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências); a criação do Programa Crédito Educativo e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); a formulação do Plano

---

<sup>231</sup> Foram várias as medidas elaboradas e executadas durante o mandato de FHC no campo educacional. Visando uma delimitação maior do assunto, listamos apenas as medidas que consideramos centrais para as discussões que travamos na tese. Para o leitor que deseja se aprofundar nos detalhes deste período, sugerimos a leitura dos textos que utilizamos e que estão listados ao final no item referências.

<sup>232</sup> Revogado pelo Decreto nº 5.773, de 2006.

Nacional de Educação (PNE 2001-2010/ Lei 10.172/2001) e o Projeto de Lei (PL) nº 7.282/2002 que tratava da inovação tecnológica.

Em 1995 o governo encaminhou ao Congresso o projeto de emenda constitucional (PEC 233/95) onde a autonomia prevista constitucionalmente seria regulamentada "na forma da lei". Esta ação produziu reações de entidades (como ANDES e ANDIFES) que entendem que o artigo 207 da Constituição dispensa regulamentações (ANDIFES, 2002; MARTINS, NEVES, 2004).

Apesar da PEC 233/95 não ter seguido adiante, em 1996 o governo encaminhou outro projeto de emenda (PEC 370/96) que em sua segunda versão apoiava o financiamento público das instituições privadas. Este projeto ficou parado. Em maio de 1999 o MEC divulgou o documento Diretrizes para a autonomia e em julho do mesmo ano apresentou aos dirigentes das instituições federais um projeto de lei que englobava a autonomia universitária, prevendo a liberação de recursos para as universidades por meio de um contrato de gestão. Dadas às reações contrárias, a proposta saiu momentaneamente da pauta (ANDIFES, 2002; MARTINS, NEVES, 2004).

Os poucos recursos para as IES públicas contribuíram para a atuação do Estado primordialmente como avaliador. O discurso era (e ainda é) de que o Estado gasta demais com as políticas sociais e para diminuir os encargos a melhor opção seria incentivar a oferta de serviços sociais privados. Nessa lógica, o Estado passaria a atuar não como o principal provedor dos direitos sociais, mas, como avaliador dos serviços sociais transfigurados em mercadorias (PAULA, 2003).

Assim, as ações avaliativas se adensaram no governo FHC. A avaliação da graduação foi baseada no Exame Nacional de Cursos (ENC) conhecido como Provão. Com esta medida a partir de 1995 o PAIUB<sup>233</sup> foi desprezado dando lugar a outros instrumentos de avaliação. A sistemática de avaliação dos cursos de graduação foi definida pela Lei nº 9.131/1995 (mesma lei que criou o Conselho Nacional de Educação). A avaliação da graduação era baseada no ENC, nas

---

<sup>233</sup> Criado em 1993.

avaliações das condições de oferta, nas avaliações das comissões de especialistas nomeadas pela Secretaria de Ensino Superior, no sistema integrado de informações educacionais do INEP (GOUVEIA et al, 2005; ARAGÃO, BERTAGNA, 2012; DIAS SOBRINHO, 2003).

A mercantilização do ensino foi legitimada mediante a aprovação da Lei nº 9.394/1996 (LDB) resultante do PL nº 101/93 do senador Darcy Ribeiro, que desconsiderou o PL elaborado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) (PL nº 1.258/88). A LDB aprovada contém diretrizes afinadas com os anseios do capital, possibilitando a inclusão de novas modalidades de ensino como os cursos sequenciais e o ensino de graduação à distância (EAD), também permitiu a diferenciação das instituições de educação superior, ficando restrita às universidades a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (SAVIANI, 1997; LIMA, 2007). Na LDB encontramos informações sobre o ensino superior nos artigos 43 a 57, sendo que em dois deles encontramos o princípio da autonomia universitária:

Art. 53º. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; VI - conferir graus, diplomas e outros títulos; VII - firmar contratos, acordos e convênios; VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas. Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos; II - ampliação e diminuição de vagas; III - elaboração da programação dos cursos; IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão; V - contratação e dispensa de professores; VI - planos de carreira docente.

Art. 54º. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. § 1º. No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo

anterior, as universidades públicas poderão: I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis; II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes; III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor; IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais; V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento; VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos; VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho. § 2º. Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público (BRASIL, 1996, p. 56).

A diversificação das instituições foi tratada em várias legislações como o decreto nº 3.860/2001<sup>234</sup> que apresentou esta alternativa como uma forma de democratização do ensino, omitindo "tanto a privatização interna das universidades públicas como o empresariamento da educação superior" (LIMA, 2007, p. 140).

A comercialização de serviços educacionais ficou mais robusta com o respaldo estatal. O Estado não só permitiu e regulamentou a venda deste direito social como incentivou a sua compra por meio do financiamento estudantil. Nesta direção, o governo FHC lançou o Programa Crédito Educativo por meio das leis 9.288/96 e 10.207/2001<sup>235</sup> e criou à medida provisória nº 1.827/99 instituindo o FIES, o que estimulou ainda mais a alocação indireta de verbas públicas para as instituições privadas (LIMA, 2007).

Dada à conjuntura internacional neoliberal e a sua influência no Brasil, o FNDEP - atuante desde a constituinte - em conjunto com outros grupos organizados, iniciou o processo de elaboração do PNE<sup>236</sup>. Observa-se que o plano não foi elaborado a partir da iniciativa dos governos, ao contrário, o Estado não tomou providência nenhuma até que o FNDEP "se responsabilizou por esse preceito constitucional, a partir do I CONED, em 1996, sendo sintomática a ausência de compromisso político

---

<sup>234</sup> Revogado pelo decreto nº 5.773 de 2006 que tem como fundamento as mesmas bases da privatização.

<sup>235</sup> Estas leis regulamentavam o financiamento público ao estudante do ensino superior privado (LIMA, 2007).

<sup>236</sup> Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB de 1996 determinavam que o Estado deveria se responsabilizar pela confecção do Plano Nacional de Educação (BOLLMANN, 2011, p. 45).



com o planejamento da educação como política de Estado” (BOLLMANN, 2011, p. 45).

O Plano intitulado PNE-Proposta da Sociedade Brasileira foi elaborado envolvendo o conjunto da sociedade organizada. Este plano que trazia as propostas da sociedade levou mais de um ano (entre agosto de 1996 e novembro de 1997) para ser discutido e aprovado pela Comissão Organizadora do II Congresso Nacional de Educação. Foi como resultado desta iniciativa que o FNDEP apresentou antes do governo federal, ao Congresso Nacional o seu PNE<sup>237</sup>. Depois disso, o governo apresentou outro plano (repetindo o que fez no caso da LDB) que foi o aprovado. Assim, o PNE aprovado no governo FHC (lei nº 10.172/2001) contrariava demasiadamente a proposta elaborada a partir do engajamento do FNDEP (BOLLMANN, 2011). Há de se salientar que o PNE 2001-2010 foi aprovado com vários vetos presidenciais, anulando itens que previam modificações ou ampliações de recursos financeiros para a educação (LIMA, 2012).

Por último, abordaremos o PL nº 7.282/2002 que propunha a lei de inovação tecnológica. Este projeto estimulava a participação de professores pesquisadores das universidades públicas em projetos desenvolvidos pelo setor privado e a permissão de participação deste setor em atividades realizadas nas universidades públicas, ampliando a sua privatização interna (LIMA, 2007).

Nessa ótica, as diretrizes encaminhadas pelos governos brasileiros estavam e ainda estão em fina sintonia com as recomendações internacionais. A título de ilustração podemos citar a recomendação dada pelo Banco Mundial para a diversificação institucional, o incentivo a formas alternativas de financiamento, o entendimento de que a educação básica é um instrumento para combater a pobreza e o reconhecimento explícito da educação como um "serviço como outro qualquer, passível de ser regulado pela lógica do lucro e da competição” (BORGES, 2009, p. 86), difundido prioritariamente pela Organização Mundial do Comércio. Tais fatos demonstram a íntima relação entre as proposições do governo FHC e as

---

<sup>237</sup> Transformado em PL 4155/1998 (BOLLMANN, 2011).

recomendações dos organismos internacionais, que espalharam pelo mundo a lógica mercantil perversa para a política educacional.

### **3.3.4 Heranças e obras do governo Lula**

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 esteve relacionada à queda da avaliação positiva em relação ao governo FHC ao final de seu segundo mandato<sup>238</sup> e ao redirecionamento levado a efeito pelo Partido dos Trabalhadores (CARREIRÃO, 2004; MARQUES; MENDES, 2006). Luís Inácio Lula da Silva venceu as eleições em segundo turno, derrotando José Serra, candidato da oposição (CARREIRÃO, 2004).

O PT que foi criado a partir de uma base popular em fevereiro de 1980 redefiniu o seu programa ainda no final da década de sua criação, reduzindo os seus objetivos a ocupação do poder em detrimento da organização dos trabalhadores. A partir de então, iniciou uma série de reordenamentos internos que atravessou a década de 1990 “pautado em três eixos políticos fundamentais: alterações no programa partidário, mudanças na organização e estrutura interna do partido e estabelecimento de alianças com diversas frações da burguesia brasileira” (LIMA, 2007, p. 108).

Lima (2007) argumenta que até a metade dos anos de 1990 era possível verificar o deslocamento do PT para uma posição "social-democrata", mas, em seguida o partido se direcionou mais "à direita" retirando da pauta de ações a luta pelo socialismo e adensando a conciliação de classes.

A aliança de Lula com os pequenos partidos de esquerda (PCdoB), com partidos inclinados a social-democracia (como o Partido Socialista de Miguel Arraes) e o partido liderado por Leonel Brizola (o Partido Democrático Trabalhista) foi ampliada

---

<sup>238</sup> A avaliação negativa crescente quanto ao segundo mandato de FHC sobreveio principalmente após a desvalorização do real (em janeiro de 1999), ao aumento das taxas de desemprego e a percepção de que permanecia um elevado grau de desigualdade social no país (CARREIRÃO, 2004). Assim “o percentual de eleitores que ainda avaliavam positivamente o governo fornecia combustível para que um candidato situacionista pudesse chegar ao 2º turno, embora dificilmente pudesse ganhar as eleições”, o que de fato se concretizou (CARREIRÃO, 2004, p. 181).

e redesenhada incluindo a elite brasileira. Parte da burguesia internacional que parecia preferir o candidato do PSDB, José Serra, se aliou a Lula sem hesitar após a Carta aos Brasileiros divulgada em 2002. Dessa forma, “representantes de grandes grupos econômicos – dos setores financeiro, industrial, agrobusiness, comunicações – migraram para a candidatura Lula, fato que mais tarde se refletiu no ministério e na agenda do governo” (LEHER, 2003, p. 82).

O partido abandonou o seu projeto original e o radicalismo mostrando uma clara moderação, que ao final direcionou este governo ao cumprimento das expectativas neoliberais. Na Carta aos Brasileiros publicada em 22 de junho de 2002, Lula assumiu “o compromisso do futuro governo com os contratos e acordos firmados com os organismos internacionais, implicando: a) adotar o regime de metas de inflação; b) manter o câmbio flutuante; c) praticar superávits elevados, e d) manter altos juros” (LEHER, 2003, p. 83). Tal atitude acalmou as camadas mais conservadoras da população que ainda foi agraciada com o anúncio de que um empresário (José Alencar) ocuparia o cargo de vice-presidente (CARREIRÃO, 2004).

A aliança com a classe burguesa, já expressa no programa de governo<sup>239</sup>, ficou evidente quando da escolha da equipe do presidente. Apenas a título de ilustração, citaremos: Henrique Meirelles escolhido como presidente do Banco Central (BC) e Antônio Palocci como Ministro da Fazenda. O primeiro foi “deputado eleito pelo PSDB e ex-presidente mundial do Bank of Boston, [...] o 7º maior banco dos EUA e, após o Citigroup, a segunda maior instituição credora do Brasil” (LEHER, 2003, p. 85). O segundo foi prefeito “de uma cidade paulista de médio porte, que promovera intensa privatização, incluindo a distribuição de água, e que tornou-se o braço das novas alianças do governo com o capital financeiro” (LEHER, 2003, p. 85).

No primeiro mandato de Lula a economia obteve crescimento sustentado através do ajuste das contas públicas e medidas destinadas à geração de superávits primários (TEIXEIRA; PINTO, 2012). A preferência em manter os compromissos tanto com a

---

<sup>239</sup> No Programa de Governo 2002 - Coligação Lula Presidente, há a seguinte afirmação: "o nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais" (SILVA; ALENCAR, 2002, p. 5).

elite nacional quanto internacional impactou as políticas sociais. No âmbito da seguridade social, podemos destacar o surgimento em 2003 da focalizada política de transferência de renda - bolsa família - e a reforma da previdência social<sup>240</sup> (MARQUES; MENDES, 2007).

Tendo como pilar os programas de transferência de renda (em detrimento da universalização das políticas sociais) o governo Lula não rompeu com as perspectivas neoliberais que estavam se desenrolando no Brasil<sup>241</sup>. O que também teve repercussões para política de educação, assunto que discutiremos mais adiante.

Assim, há duas questões a serem ressaltadas. A primeira refere-se à continuidade das ações focalizadas nos mais pobres, previstas em documentos do governo Lula a exemplo do documento Gasto social do governo central: 2001 e 2002. O segundo diz respeito às parcerias entre o setor público e o setor privado (PPP), formando o setor público não-estatal, que se apresenta como forma de democratizar o acesso aos serviços públicos, mas que na verdade é uma forma de diluir as fronteiras entre o público e o privado, permitindo “o financiamento público para o setor privado e o financiamento privado dos serviços públicos” (LIMA, 2007, p. 113). Essa situação está clara na lei das PPP

A análise da Lei nº 11.079/2004 [...] demonstra que o governo federal destinará verbas públicas para o financiamento de políticas sociais focalizadas nos segmentos populacionais mais pobres; as demais políticas serão privatizadas, sob a necessária aparência de uma nova divisão de responsabilidades sociais nos marcos do pacto social proposto pelo

---

<sup>240</sup> Sobre a reforma da previdência social Marques e Mendes (2007) destacam a contrarreforma da previdência social dos funcionários públicos. Este projeto foi encaminhado para apreciação do Congresso Nacional em 2003 e foi aprovado no final do mesmo ano. Tal contrarreforma deixa claras as vantagens dadas ao capital financeiro em decorrência do incentivo à previdência privada (MARQUES; MENDES, 2007). Citando Lesbaupin (2003, p. 15) “a proposta de reforma previdenciária de Lula cria extraordinárias oportunidades de negócios para os bancos via fundos de pensão complementar”.

<sup>241</sup> Sobre esse assunto Coutinho (2006, p. 198) salienta: “Tenho dúvida sobre a possibilidade de aplicar à atual conjuntura, iniciada com o governo Collor, a categoria gramsciana de ‘revolução passiva’. Uma ‘revolução passiva’ implica algumas concessões às classes subalternas, como foi precisamente o caso do governo Vargas, do populismo em geral e até mesmo da ditadura militar (a qual, por exemplo, estendeu direitos previdenciários aos trabalhadores rurais e aos autônomos urbanos). Ao contrário, os últimos governos têm tido como meta apenas desconstruir direitos sociais já conquistados, o que talvez permita dizer que estamos numa época de ‘contrarreforma’ – argumenta em favor desta posição Behring [...] Mas, ainda que se trate de contrarreforma e não de revolução passiva, a justeza da aplicação da noção de ‘transformismo’ ao período que se inicia com o governo Cardoso e prossegue no governo Lula me parece inegável”.

governo Lula da Silva. Trata-se de uma nova estratégia de privatização dos serviços públicos, ampliando a ação dos setores privados e destruindo a concepção destes serviços como direitos sociais (LIMA, 2007, p. 121).

De acordo com Marques e Mendes (2006) para se manter no poder o governo Lula optou por cumprir a agenda política que ficou pendente ao final do governo FHC e construiu uma base de sustentação política a partir da população mais pobre e com menos experiência organizativa. Essa aproximação com a população pobre explica em boa medida a reeleição de Lula após disputar o segundo turno com Geraldo Alckmin em 2006<sup>242</sup>. De acordo com Carreirão (2007, p. 110, 111)

A manutenção da estabilidade econômica (com inflação ainda menor do que no governo anterior); o crescimento do poder de compra do salário mínimo; a ampliação da abrangência e do volume de recursos destinados aos programas sociais do governo, que implicam em transferência de renda (especialmente o Bolsa Família) parecem ter neutralizado e superado, para grande parte do eleitorado, sobretudo o mais pobre, os efeitos negativos das denúncias de corrupção, fazendo com que a avaliação do governo fosse predominantemente positiva e influenciando na boa votação do presidente.

O governo Lula continuou seguindo os pressupostos do social-liberalismo ou do neoliberalismo da terceira via, pautado na impossível "humanização do capitalismo" em detrimento do "neoliberalismo clássico". A política do governo foi concentrada no ajuste fiscal, na estabilidade econômica, e nas parcerias com o setor privado (LIMA, 2007) tal como anunciava o seu programa de governo<sup>243</sup>.

Durante o seu segundo mandato, percebe-se no plano econômico os seguintes elementos: a) adoção de ações voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário; b) aumento real no salário mínimo, c) expansão dos programas de transferência de renda direta, d) criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ampliação da atuação do BNDES, e) medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009 (TEIXEIRA, PINTO, 2012).

---

<sup>242</sup> Em 2006 candidataram-se à presidência: Luís Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Heloísa Helena (PSOL), Cristovam Buarque (PDT), José Maria Eymael (PSDC), Luciano Bivar (PSL), Ana Maria Rangel (PRP). Rui Pimenta (PCO) teve sua candidatura impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por não ter prestado contas de sua campanha presidencial em 2002 (CARREIRÃO, 2007).

<sup>243</sup> Nos referimos ao documento Lula Presidente - Programa de governo 2007/2010 (SILVA; ALENCAR, 2007).

Em termos mundiais o papel ocupado pelo Brasil na exportação de produtos primários permaneceu e se aprofundou. Apesar do crescimento de 10% do setor industrial entre 1930 e 1980<sup>244</sup>, houve uma mudança nessa relação a partir do golpe civil militar de 1964<sup>245</sup>, mas, principalmente após as eleições diretas na década de 1980. As privatizações foram acompanhadas “pela desnacionalização dos altos comandos da economia e a desregulação dos mercados de capital” (PETRAS, 2013, p. 12). Esse processo foi agravado no governo de FHC na medida em que

[...] estabeleceu o período de fluxo massivo de capital estrangeiro nos setores agrominerador, financeiro, de seguros e imobiliário. O aumento das taxas de juros, conforme demandado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o mercado especulativo imobiliário, elevou os custos de produção industrial. As baixas tarifas de Cardoso acabaram com os subsídios industriais e abriram as portas para a importação industrial. Essas políticas neoliberais contribuíram para o declínio absoluto e relativo da produção industrial (PETRAS, 2013, p. 12).

O governo petista não só tomou posse desta "herança" como a reafirmou. De acordo com Petras (2013, p. 13) o Brasil “voltou a ser um exportador de mercadorias, como soja, gado, ferro e metais, que tiveram suas exportações multiplicadas; enquanto tecidos, transporte e manufaturados tiveram suas exportações reduzidas”. Para este autor o Brasil transformou-se em um dos principais exportadores de produtos extrativistas no mundo. A dependência do Brasil em exportação de commodities foi contrabalanceada pela “massiva entrada de corporações multinacionais imperiais e fluxos financeiros de bancos estrangeiros. Mercados internacionais e bancos estrangeiros se tornaram a força propulsora do crescimento extrativo e falência industrial” (PETRAS, 2013, p. 13). A análise do autor leva em consideração os seguintes dados

Em 2005, o Brasil exportou US\$ 55,3 bilhões em matéria-prima e US\$ 44,2 bilhões em produtos manufaturados; em 2011, o Brasil triplicou sua exportação de matéria-prima para US\$ 162,2 bilhões, enquanto sua exportação de produtos manufaturados cresceu para menos US\$ 60,3 bilhões. Em outras palavras, a diferença entre o valor das exportações de matéria-prima e produtos manufaturados aumentou de US\$ 13 bilhões para mais de US\$ 100 bilhões nos últimos cinco anos do governo Lula. A relativa desindustrialização da economia, o desequilíbrio crescente entre o extrativismo dominante e o setor manufatureiro ilustra a reversão do Brasil para seu “estilo colonial de desenvolvimento” (PETRAS, 2013, p. 17).

<sup>244</sup> Crescimento sustentado por políticas estatais intervencionistas direcionadoras do fortalecimento de empresas nacionais públicas e privadas (PETRAS, 2013).

<sup>245</sup> De acordo com Petras (2013) a política econômica do período de ditadura civil-militar respaldou-se em uma aliança entre o capital estatal, o capital estrangeiro e o capital privado nacional, orientada principalmente para a exportação industrial e, em segundo lugar para as commodities agrícolas (como o café).

A especialização do Brasil na produção e exportação de commodities agrícolas (soja e café) e industriais (siderurgia, papel e celulose, derivados do petróleo, etc) deve-se a dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, a valorização do real dificultou as exportações e facilitou as importações. Desse modo, os ramos que dependem de competitividade tiveram suas vendas externas inviabilizadas e no âmbito do mercado interno sofreu com a concorrência dos produtos estrangeiros que se tornaram artificialmente mais baratos em decorrência da valorização do real. Em segundo lugar, países caracterizados por escassez de recursos naturais, como China e Índia, ao ampliar as importações de commodities, elevaram seus preços estimulando o crescimento deste setor, no qual o Brasil se insere (MAGALHÃES, 2010).

A ascensão do que Petras (2013) denomina de capitalismo extrativo se fez mediante o incentivo ao agronegócio e de grandes proprietários rurais. Observa-se inclusive, que os maiores investimentos em infraestrutura dos governos Lula e de sua sucessora Dilma (que abordaremos mais adiante) dirigiram-se a abertura de áreas florestais que antes não eram acessíveis para as empresas de gado. Sob os mandatos dos presidentes petistas “a agricultura comercial, especialmente a de grãos de soja, se tornou a segunda maior causa do desmatamento da Amazônia” (PETRAS, 2013, p. 20). Neste aspecto, embora não tenha ocorrido um deslocamento na hegemonia da fração burguesa bancário-financeira, observa-se durante o governo Lula o aumento relativo do poder da burguesia produtora e exportadora de commodities<sup>246</sup> (TEIXEIRA, PINTO, 2012).

Do que foi apresentado verificamos que as poucas melhorias para as condições de vida da classe trabalhadora, vivenciadas no segundo mandato de Lula<sup>247</sup>, não significaram um afastamento do Estado no que tange ao cumprimento de medidas

---

<sup>246</sup> Este assunto nos remete a seguinte afirmação de Leher (2004, p. 21) "Um novo bloco de poder vem sendo forjado, agregando, sob a direção do capital financeiro, a burocracia sindical, as oligarquias e setores econômicos como o agrobusiness e, mais genericamente, o setor de exportação de commodities, setores que não necessitam de uma universidade pública capaz de produzir conhecimento novo. Ao contrário, aprofundam a condição capitalista dependente e, por conseguinte, a heteronomia cultural; por isso, estarão empenhados na contrarreforma, almejando, como indicado anteriormente, objetivos políticos".

<sup>247</sup> Maiores taxas de crescimento da economia, redução das taxas de desemprego, ampliação do crédito, e uma pequena melhora (na margem) da distribuição da renda (FILGUEIRAS et al., 2010).

requeridas pela elite nacional e internacional. Ao contrário, "a cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, redirecionando suas energias para apoiar as políticas do governo" (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 39) fomentou o consentimento dos setores dominados que "permitiram a Lula acomodar e compatibilizar interesses potencialmente conflitantes" (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 39). Ao final, houve uma incorporação de demandas da classe trabalhadora que não feriram vigorosamente os interesses do capital.

Essas ponderações nos permitem afirmar que o "acordo feito pelo alto" entre participantes do PT e a classe burguesa não permitiram a realização de mudanças estruturais. Segundo Frigotto (2011, p. 241)

[...] ao não disputar um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente e, [...] ao estabelecer políticas e programas para a grande massa de desvalidos, harmonizando-as com os interesses da classe dominante (a minoria prepotente), o governo também não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma.

As ações do governo Lula para o ensino superior tiveram início oficialmente em 20 de outubro de 2003, quando instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) responsável por analisar a situação deste nível de ensino e apresentar um plano de ação visando a reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)<sup>248</sup>. Fizeram parte deste grupo 12 membros, sendo 2 representantes de cada órgão citado a seguir: Ministério da Educação, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Fazenda (OTRANTO, 2006).

O documento elaborado pelo GTI denominado Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira possui quatro partes. A primeira apresenta as ações emergenciais para o enfrentamento da crise das universidades federais<sup>249</sup>. A segunda trata da autonomia

---

<sup>248</sup> Este documento foi divulgado extra oficialmente em dezembro de 2003 (OTRANTO, 2006).

<sup>249</sup> Nesta parte o documento reconhece a crise da universidade como um reflexo da crise fiscal do Estado sem problematizar de forma mais aprofundada essa suposta relação. Também aponta para uma preocupação com as instituições de ensino privadas em decorrência do "risco de uma inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação a seus diplomas" (BRASIL, 2003a, s/p). Esse é um ponto importante que nos permite afirmar o quanto as ações levadas a efeito durante o governo Lula e que se estendeu no governo Dilma também privilegiou o setor privado haja vista o PROUNI, o FIES, dentre outros. Ao final deste primeiro item o



universitária. A terceira apresenta linhas de ação imediata para complementação de recursos e o redesenho do quadro atual das universidades<sup>250</sup> e a quarta indica as etapas necessárias para a formulação e implantação da reforma universitária brasileira<sup>251</sup> (BRASIL, 2003a; LIMA 2004).

Sendo a autonomia universitária objeto do presente estudo, lançaremos foco sobre este tema. A concepção de autonomia presente no documento elaborado pelo GTI é totalmente desconexa dos anseios dos movimentos em favor do ensino público, gratuito e de qualidade. Dado a clareza como tal concepção aparece no relatório vale aqui a sua citação direta

Se, por um lado, a gravidade da crise emergencial das universidades está na falta de recursos financeiros do setor público, não se pode negar que, por outro lado, a crise decorre também das **amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos**, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Por isso, a imediata garantia de

---

grupo de trabalho coloca como ações emergenciais: “a. Formular e implementar as diretrizes de um plano emergencial para equacionar e superar o endividamento progressivo junto aos fornecedores, combinado com a elevação dos recursos para os custos operacionais. b. Abrir concursos para preencher as vagas de professores e servidores, originadas por demissões, aposentadorias e exonerações, não preenchidas ao longo dos últimos dez anos, e para substituir os professores contratados em caráter temporário por professores efetivos. Assegurar ainda recursos para cobrir os déficits em manutenção e investimento. c. **Outorgar autonomia para garantir às universidades federais o uso mais racional de recursos, maior eficiência no seu gerenciamento e liberdade para captar e aplicar recursos extra-orçamentários**, além da autonomia didático-pedagógica [observe que a autonomia didático-pedagógica é pouco valorizada]. d. Garantir novas vagas: (i) concedendo bolsas de aproveitamento e regionalização para a contratação de doutores que desejem se dedicar ao magistério, especialmente nas licenciaturas em física, matemática, biologia, química, nos locais carentes de pessoal com formação superior, (ii) adotando critérios de regionalização e interiorização na política de abertura de vagas para esse concurso, juntamente com um auxílio para implantação de novas linhas de pesquisa para esses novos contratados, e (iii) reintegrando aposentados às atividades das universidades federais, mediante a implementação de um programa especial de bolsas de excelência” (BRASIL, 2003a, grifo nosso, s/p).

<sup>250</sup> Como medidas centrais o documento indica o pacto de educação para o desenvolvimento inclusivo e a educação à distância (BRASIL, 2003a).

<sup>251</sup> Fazem parte das etapas: a aprovação do referido documento pela Presidência da República; lançamento, em março, do Movimento Nacional Universidade XXI, para conduzir a reforma universitária; a criação de um grupo de trabalho que, em diálogo com a sociedade, elabore o documento base para a proposta de reforma; a divulgação em abril, pelo MEC e por esse grupo de trabalho, do acervo de propostas relacionadas com a reforma universitária, e de uma proposta do novo desenho do sistema universitário brasileiro para debate; ao longo de maio, a escolha de um dia por semana que será dedicado ao debate da proposta com a comunidade universitária e todos os setores da sociedade brasileira; em junho, a formulação (com base nas contribuições recebidas) do documento da reforma universitária, a ser apresentado no primeiro semestre de 2004 ao Congresso Nacional, visando sua transformação em Lei; no segundo semestre, debate no Congresso Nacional, objetivando aprovar, ainda em 2004, os novos instrumentos de promoção e construção da Universidade XXI no Brasil, que seria implementado a partir de 2005 (BRASIL, 2003a).

autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência. A autonomia deve conferir à universidade, de forma participativa e transparente, competência para dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria educacional, **sem interferência de outros órgãos do Governo, nos limites constitucionais. A relação com o Governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação**, quanto aos aspectos da boa gerência, feita pelo TCU, e pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior do MEC.

#### 2.1 Autonomia didático-científica

A autonomia didático-científica confere à universidade, sob a égide do pluralismo de ideias, o direito à liberdade do ensino e de comunicação do pensamento. No âmbito da autonomia didática estariam: o direito de organizar ensino, pesquisa e extensão, de criar e extinguir cursos, de elaborar e estabelecer currículos para a graduação e pós-graduação, de estabelecer critérios de acesso de alunos em todos os níveis e de conferir certificados e diplomas. A autonomia científica se refletiria na organização da universidade, assegurando autonomia organizacional referente ao desenvolvimento das disciplinas científicas. **A autonomia científica possibilitaria à universidade, por exemplo, desenvolver pesquisas que não possuíssem imediata relevância política ou econômica. Entretanto, pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso, o MEC daria o reconhecimento social às universidades comprometidas em realizar pesquisas voltadas para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. [...]**

#### 2.2 Autonomia administrativa

A autonomia administrativa asseguraria à universidade capacidade decisória para, de um lado, administrar os seus serviços, agindo e resolvendo *interna corporis* os assuntos de sua própria competência e, de outro, disciplinar suas relações com os corpos docente, discente e administrativo que a integram. As prerrogativas inerentes à autonomia administrativa seriam:

- a. estabelecer a política geral da universidade para a consecução de seus objetivos;
- b. elaborar, aprovar e reformar seus estatutos;
- c. elaborar, aprovar e reformar os regimentos de suas unidades e demais órgãos;
- d. constituir colegiados superiores, com a presença obrigatória de membros da comunidade externa
- e. escolher seus dirigentes segundo as normas previstas nos seus estatutos e na sua legislação interna;
- f. contratar, nomear, demitir, exonerar e transferir, servidores docentes e não docentes, obedecidas as normas legais pertinentes estabelecidas em seus regimentos e respeitados os direitos dos trabalhadores;
- g. decidir seu plano de carreira;
- h. fixar acordos, contratos, convênios e convenções;
- i. elaborar, aprovar e alterar regulamento próprio para licitação observando as normas gerais e os princípios básicos estabelecidos em lei.

No âmbito da autonomia administrativa, a universidade estaria dotada da capacidade de se organizar e regulamentar suas próprias atividades-fim.

#### 2.3 Autonomia de gestão financeira e patrimonial

A autonomia financeira outorgaria à universidade o direito de gerir e aplicar seus próprios bens e recursos, em função de objetivos didáticos, científicos e culturais já programados. Obviamente, esse aspecto da autonomia universitária não deve dispensar a universidade dos sistemas de controle interno e externo. Com respeito à autonomia financeira e patrimonial, as universidades federais teriam seus recursos previstos no orçamento de 2004, acrescidos de recursos do Programa Emergencial, e os recursos provenientes do Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo, descrito adiante. **Além disso, elas poderiam captar recursos livremente,**

**tanto no setor público quanto no setor privado**, podendo administrar esses recursos de acordo com suas normas próprias e estatutos. [...]

#### 2.4 Autonomia participativa e transparente

A autonomia das universidades federais no uso de seus recursos não pode ser exercida sem a participação efetiva de sua comunidade nas decisões relativas a fontes e uso de recursos. A comunidade universitária, nos seus três segmentos, deve conhecer a priori e participar da decisão que aceite e legitime a fonte e defina o destino de seus recursos.

#### 2.5 Regulamentação das relações entre as universidades e as fundações de apoio

Como forma de contornar a falta de autonomia legal, a partir dos anos 80, as universidades passaram a utilizar fundações de apoio, contratadas pelos órgãos de controle e pela comunidade. Na realidade de hoje não é possível prescindir das fundações, que têm um grande papel a cumprir no funcionamento autônomo das universidades federais [...] Nesse sentido, o MEC e o MCT elaboraram uma proposta de regulamentação das relações entre universidades e fundações de apoio, já em tramitação no Governo, na forma de proposta de Decreto (BRASIL, 2003a).

Para Otranto (2006) o documento final elaborado pelo GTI respaldou os demais que orientaram a contrarreforma da educação superior brasileira "e direcionou medidas legais, já implantadas oficialmente" (OTRANTO, 2006, p. 19).

A discussão sobre o preceito da autonomia universitária foi retomada tanto pelo documento do GTI como pelo projeto de lei complementar (PLC) com o objetivo de instituir a Lei Orgânica da Autonomia Universitária<sup>252</sup>. Essa ação novamente desconsiderou o posicionamento do movimento docente quanto à auto-aplicabilidade deste princípio, mas, também em virtude de fortes pressões o PLC de 2003 não seguiu adiante (LIMA, 2007; OTRANTO, 2006).

As pressões dos organismos internacionais para a abertura do campo educacional visando à comercialização deste setor continuaram, sendo incentivada pelo MEC. A nomeação de Tarso Genro em janeiro de 2004 para ministro da Educação e a indicação de Fernando Haddad para secretário-executivo do MEC "indicava o eixo norteador da reformulação: o aprofundamento da diluição das fronteiras entre público e privado, por meio da retomada do conceito público não estatal apresentado por Bresser Pereira no Governo Cardoso" (LIMA, 2007, p. 166).

Um grupo executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES) foi instalado por Tarso Genro em fevereiro de 2004 para elaborar o projeto de reformulação da

---

<sup>252</sup> PL apresentado em 11 de dezembro de 2003 pelo deputado Eduardo Valverde (PT/RO).

universidade. Em agosto, o documento<sup>253</sup> foi divulgado pelo GERES reafirmando princípios já em andamento na contrarreforma da educação superior e que inclusive, constavam no relatório final do GTI formado em 2003. O GERES apresentou “como principal estratégia de ação do Ministério, a elaboração da Lei Orgânica da Educação Superior, pautada pela diversificação do sistema como estratégia para garantir o acesso à educação superior e pela diversificação das fontes de financiamento da educação” (LIMA, 2007, p. 167) o que estava em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais, como o Banco Mundial.

Esse processo concorreu para a divulgação em dezembro de 2004 da primeira versão do Anteprojeto de lei da "reforma" da educação superior. Como pontos nodais do projeto Lima (2007) destaca o financiamento da educação e a concepção de autonomia universitária que foi concebida como geração de recursos financeiros pela própria instituição. Este anteprojeto teve a sua quarta versão apresentada pelo Executivo ao Congresso Nacional por meio do PL nº. 7.200/2006, arquivado em 2011 (OLIVEIRA, CASTIONI, 2014).

Ao não conseguir aprovar uma lei regulamentando a autonomia universitária, os governos estão implantando medidas fragmentadas com este intuito. Exemplo disto é o decreto nº 7.233/2010 que estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais (BRASIL, 2010c).

Verifica-se que mesmo antes da possível aprovação de uma lei para a "reforma" universitária, o governo Lula conduziu, assim como os presidentes anteriores, a "contrarreforma a conta gotas". Não foi aprovada uma lei única para a alteração de toda a estrutura desse nível de ensino. As modificações foram implantadas "passo a passo" por meio de leis, emendas constitucionais, decretos e medidas provisórias.

---

<sup>253</sup> Documento de 2004 intitulado Reafirmando princípios e consolidando diretrizes.

Algumas ações que já estavam presentes no governo de FHC foram mantidas nos mandatos presidenciais petistas. Muito embora algumas medidas tenham sido ampliadas e/ou modificadas em algum aspecto, o fato é que possuem as mesmas intenções. Nesse sentido, podemos afirmar que os instrumentos para a avaliação dos cursos superiores foram aperfeiçoados saindo de cena o Exame Nacional de Cursos e entrando o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)<sup>254</sup>; a LDB de 1996 continuou vigorando mesmo com seus fundamentos privatistas<sup>255</sup>; a diversificação das instituições e dos cursos se alastraram mediante incentivo do Estado<sup>256</sup>; o FIES não só foi ampliado como estimulou o surgimento do Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>257</sup>; e a questão da inovação tecnológica, que no governo FHC apareceu sob a forma do PL nº 7.282/2002, conseguiu se impor mediante a lei nº 10.973/2004<sup>258</sup> além da continuidade da lei nº 10.176 de 2001 que resolve sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação (BRASIL, 2001; BRASIL, 2004a; LIMA, 2007; LEHER, 2010). O ENEM criado em 1998, assumiu um lugar de peso no governo Lula, pois, se antes este procedimento era utilizado para a avaliação dos estudantes do ensino médio, a partir de 2009 ele se constituiu em porta de entrada para o ensino superior, o que foi cada vez mais aprimorado com a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) (INEP, 2011).

Além das medidas apontadas, advindas de governos anteriores, outras propostas foram elaboradas e implantadas nos dois primeiros mandatos presidenciais petistas, que foram: o PL nº 3.627/2004<sup>259</sup>; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)<sup>260</sup>; a Portaria normativa nº 39/2007 do MEC<sup>261</sup>; o PL nº 1992 de

---

<sup>254</sup> O SINAES foi instituído pela lei n. 10.861/2004. Em relação à avaliação o governo também sancionou o decreto nº 5.773/2006 (que revogou o decreto nº 5.225/2004) (GOUVEIA, et al., 2005).

<sup>255</sup> O governo Lula lançou o decreto presidencial nº 5.622/2005 que regulamentou o artigo 80 da LDB sobre o ensino à distância (BRASIL, 2005a; LIMA, 2007).

<sup>256</sup> O Estado incentivou essa prática por meio de duas legislações centrais: o decreto nº 5.786/2006 sobre os centros universitários (BRASIL, 2006b) e a lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008a).

<sup>257</sup> Criado pela lei 11.096/2005 tendo como objetivo a compra com recursos públicos de vagas em instituições particulares (BRASIL, 2005b; LEHER, 2010).

<sup>258</sup> Trata dos incentivos à inovação e à pesquisa no ambiente produtivo (LEHER, 2010).

<sup>259</sup> Previa o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes de escolas públicas nas instituições públicas federais de educação superior (LIMA, 2007).

<sup>260</sup> Criado em 2007 em conjunto com a CAPES inserindo nas escolas de ensino básico, os alunos das licenciaturas (NEITZEL, FERREIRA, COSTA, 2013).

2007<sup>262</sup>; a lei nº 11.788/2008<sup>263</sup>; a lei de inovação tecnológica (Lei 10.973/2004); a lei nº 11.196/2005 (conhecida como a lei do bem); o decreto nº 7.423/2010<sup>264</sup>; a lei 11.079/2004<sup>265</sup>; o decreto nº 6.096/2007<sup>266</sup>; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); o decreto nº 6.094/2007<sup>267</sup>; a Conferência Nacional de Educação (CONAE); o Fórum Nacional de Educação e o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF).

Apesar da importância de todas as ações executadas para a compreensão da política de educação na atualidade, iremos discutir de forma mais pormenorizada apenas algumas. Destacaremos a seguir, ações que em conjunto com o que já foi indicado anteriormente, constitui um todo no processo em andamento da contrarreforma: a lei de inovação tecnológica; a lei do bem; o decreto nº 7.423/2010; a lei 11.079/2004; o decreto nº 6.096/2007; o PDE; o decreto nº 6.094/2007; a CONAE; e o REHUF.

A lei de inovação tecnológica (lei nº 10.973/2004) apareceu como um novo marco regulatório organizado em três eixos: o estabelecimento de parcerias entre as IES e as empresas; o estímulo à participação das universidades e centros de pesquisa no processo de inovação; e o incentivo à inovação tecnológica nas empresas. Esta lei permite e incentiva a utilização das universidades públicas para a realização de pesquisas que serão apropriadas por empresas (LIMA, 2007), dando um sentido extremamente utilitário a produção do conhecimento. A lei de inovação tecnológica se articula com a lei do bem<sup>268</sup> que permite a subvenção econômica e isenção fiscal às empresas que através da autodeclaração afirmarem o compromisso em realizar pesquisas voltadas à inovação tecnológica (BRASIL, 2005c).

---

<sup>261</sup> Criou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) transformado em Programa Nacional de Assistência Estudantil através do decreto lei nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010e; SANTOS, FREITAS, 2014).

<sup>262</sup> Propunha alterações na carreira e a fragilização da proteção social dos funcionários públicos federais (ANDES, 2013).

<sup>263</sup> Regulamenta o estágio de estudantes (BRASIL, 2008b; JUNQUEIRA, REIDEL, CUNHA, 2014).

<sup>264</sup> Trata das relações entre as instituições federais de ensino e pesquisa e as fundações de apoio (BRASIL, 2010a; LEHER, 2010).

<sup>265</sup> Instituiu normas para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública (LEHER, 2010).

<sup>266</sup> Instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007a; LEHER, 2010).

<sup>267</sup> Prevê a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (LEHER, 2010).

<sup>268</sup> Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005c).

A diluição das fronteiras entre o público e o privado também foi incorporada pelo decreto nº 7.423/2010<sup>269</sup> que viabiliza a captação de recursos privados para financiar atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela lei nº 11.079/2004 que autoriza as parcerias público-privado (BRASIL, 2004c; LEHER, 2010).

O discurso de ampliação do número de vagas nas IES concorreu para a expedição do decreto nº 6.096/2007 que criou o REUNI, responsável pela ampliação de vagas nas instituições de ensino públicas sem oferecer a infraestrutura adequada<sup>270</sup> (LEHER, 2010).

Cabe aqui destacar a elaboração do PDE que foi apresentado em 15 de março de 2007 e lançado oficialmente pelo MEC em 24 de abril do mesmo ano. Este documento foi divulgado como um plano que pretendia indicar as diretrizes para a melhoria da qualidade da educação, com destaque para a educação básica. Uma importante crítica ao PDE refere-se à forma como foi conduzida a sua elaboração e a sua desarticulação com o PNE. O governo dispensou o diálogo e a participação dos profissionais que militam na área afastando-os da confecção deste plano e inclinou-se ao protagonismo do Movimento Todos pela Educação (TPE)<sup>271</sup> (LEHER, 2010).

O PDE propõe um conjunto de diretrizes para a educação e as intitula de plano de metas compromisso todos pela educação. Este plano de metas foi regulamentado por meio do decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007<sup>272</sup> (BRASIL, 2007b), o que não deixa dúvidas quanto à influência do Movimento Todos pela Educação na elaboração do PDE. Várias são as opiniões desfavoráveis em relação a este plano

---

<sup>269</sup> Revogou o decreto nº 5.205/2004.

<sup>270</sup> Articulada à proposta do REUNI apareceu a "Universidade Nova" que não abordaremos aqui em virtude do espaço. Aos leitores interessados sugerimos a obra de Leher (2010).

<sup>271</sup> Em sintonia com os organismos internacionais os grupos empresariais decidiram intervir de forma mais incisiva nos rumos da educação brasileira. Afirmando que é preciso melhorar a qualificação da mão-de-obra no país um grupo de empresários criou em 2005 o Movimento Todos pela Educação (TPE) se escondendo por trás do discurso da universalização do ensino fundamental e da expansão progressiva do ensino médio, pregando que o sucesso da educação depende de todos. Esse grupo se transformou no "principal interlocutor do governo em matéria educacional" (LEHER, 2010, p. 378).

<sup>272</sup> Dia em que o PDE foi lançado oficialmente.

como a confirmação da parceria público-privada (com ênfase no PROUNI e no FIES) (EVANGELISTA, LEHER, 2012; LEHER, 2010; SAVIANI, 2009).

Se por um lado setores importantes do campo educacional ficaram à revelia na elaboração do PDE por outro, a pressão da sociedade civil impulsionou a inclusão da Conferência Nacional de Educação (CONAE) na agenda governamental. Há de se ressaltar que a convocação feita pelo MEC para a realização da CONAE ampliou o campo de disputas porque a conferência contou com uma pluralidade de representantes tanto de interesses públicos quanto privados (GOUVEIA, 2010).

Sobre o documento final da CONAE cabem aqui dois destaques: 1. o reconhecimento da necessidade de aprovação de um PNE<sup>273</sup> que fosse resultado de ampla participação da sociedade; 2. a retomada da ideia de criação de um Fórum Nacional de Educação<sup>274</sup> permanente para planejar e acompanhar o desenvolvimento da política educacional (com destaque para o acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional do PNE 2011-2021)<sup>275</sup> (GOUVEIA, 2010).

O interesse estatal em diminuir os gastos com as políticas sociais e a transformação do país em paraíso para a valorização financeira internacional também afetou sobremaneira os Hospitais Universitários (HUs). Na ótica do governo o resgate dos HUs seria realizado mediante o decreto nº 7.082/2010 que instituiu o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) (BRASIL, 2010d). Ainda com o intuito de reconfigurar os HUs foi preparada a medida provisória nº 520/2010, autorizando o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S. A. (EBSERH). Esta medida provisória foi rejeitada no Senado, o que não impediu a criação da EBSERH. A sucessora de Lula completou a missão autorizando-a por meio da lei nº 12.550/2011 (BRASIL, 2011b; SODRÉ, et al, 2013; MARCH, 2012), como veremos a seguir.

---

<sup>273</sup> Já que o PNE (lei nº 10.172/2001) expirava em janeiro de 2011.

<sup>274</sup> Fórum Nacional de Educação instituído pela Portaria MEC nº 1.407 de 14 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010b).

<sup>275</sup> O envio do plano ao Congresso Nacional foi uma das últimas atividades realizadas pelo governo Lula na área. A demora na tramitação do projeto fez com que ele fosse aprovado somente em 2014, e ao invés de um PNE (2011-2020) surgiu o PNE (2014-2024) (BRASIL, 2014a).



### 3.3.5 Oposição consentida: o governo de Dilma Rousseff

Para uma compreensão ainda que sucinta sobre o governo de Dilma Rousseff destacamos duas questões de relevo: primeiro, a elevada aprovação de Lula como presidente contribuiu para a vitória eleitoral do PT na figura de Dilma e do vice Michel Temer (PMDB). Segundo, ainda que o governo presidencial petista tenha sido inaugurado com a subida ao poder de um candidato de origem operária isso não significa que o governo agiu de acordo com os interesses do trabalho solapando os anseios do capital (MACIEL, s/d). Vejamos uma afirmação do ex-presidente Luís Inácio

Eu não tenho raiva deles [da oposição] e não guardo mágoas. O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam em meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando eu assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam (SILVA, 2013, p. 16).

É claro que a tentativa de conciliar dois pólos inconciliáveis (trabalho e capital) resulta em ganhos maiores para um dos dois lados. Diante dos dados e dos argumentos já apresentados não podemos desconsiderar que o capital foi mais uma vez o maior beneficiado, sob os auspícios do PT. Em seu programa de governo<sup>276</sup> para o período de 2011 e 2014 Dilma utilizou-se da mesma retórica expressa por meio da seguinte frase: O governo Dilma será de todos os brasileiros e brasileiras e dará atenção especial aos trabalhadores (ROUSSEFF, TEMER, 2010).

Entretanto, análises mais profundas desmontam essa assertiva com facilidade. Maciel (s/d) aponta que a disputa presidencial de 2010 ocorreu fundamentada nos marcos neoliberais, já que os candidatos que obtiveram o maior número de votos são classificados pelo autor como variantes do projeto neoliberal<sup>277</sup>.

A vitória de Dilma Rousseff significou que havia por parte do eleitorado uma perspectiva de continuidade em relação à orientação moderada do neoliberalismo

<sup>276</sup> Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira (ROUSSEFF, TEMER, 2010).

<sup>277</sup> As eleições de 2010 foram disputadas em 1º turno pelos (as) candidatos (as): Dilma (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), Plínio (PSOL), Eymael (PSDC), Zé Maria (PSTU), Levy Fidelix (PRTB), Ivan Pinheiro (PCB), Rui Costa Pimenta (PCO). Em segundo turno Dilma e José Serra, saindo vitoriosa a Dilma Rousseff com 56,05% dos votos válidos (RIBEIRO, CARREIRÃO, BORBA, 2011).

conduzido por Lula<sup>278</sup>. Maciel (s/d) conceitua a perspectiva moderada da seguinte forma

Sem romper com os fundamentos econômicos do programa neoliberal na periferia do capitalismo – superávit primário, regime de metas de inflação, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado, abertura financeira e comercial – a versão moderada do neoliberalismo atenua ou mesmo reverte parcialmente diversas das características da versão extremada, ampliando as políticas sociais compensatórias; retomando a capacidade de financiamento do setor produtivo pelo Estado ou chegando mesmo a ampliar os serviços sociais públicos e o próprio quadro de pessoal do serviço público (MACIEL, s/d, p. 2).

De fato, sob a direção da presidenta os grandes beneficiários da política econômica foram: o capital financeiro (por meio dos bancos e investidores financeiros), as grandes empreiteiras e o agronegócio (LESBAUPIN, 2014). Dados sistematizados por Fattorelli e Ávila (s/d) corroboram as afirmações de Lesbaupin (2014). De todo o orçamento geral da União em 2014, 45,11% foram destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública (interna e externa) o que representou um gasto de R\$ 978 bilhões. Esse valor “corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social” (FATTORELLI, ÁVILA, s/d, p. 1). Em resumo, quase a metade do orçamento é destinada a pequena camada mais rica do país (receptores dos juros da dívida) e aos credores externos. Enquanto isso em 2014, apenas 3,73% dos recursos foram para a educação (FATTORELLI, ÁVILA, s/d).

Outro setor privilegiado pelo governo foram as grandes empreiteiras como a Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez que estão envolvidas em quase todas as grandes obras de infraestrutura do país dentre as quais a usina hidrelétrica de Monte Belo (LESBAUPIN, 2014).

O agronegócio também tem se beneficiado da política econômica executada pelo governo na medida em que “para garantir a exportação de alguns produtos primários - elemento central de sua política econômica -, o governo mantém uma aliança com o agronegócio, razão pela qual não houve reforma agrária no país” (LESBAUPIN,

---

<sup>278</sup> De acordo com Maciel (s/d) todos os candidatos da eleição presidencial de 2010 compactuavam com a orientação neoliberal. Entretanto, havia variantes desse projeto sendo a vertente mais moderada representada por Dilma Rousseff, uma vez que, esperava-se desta candidata uma continuidade do governo Lula, e por outro lado a vertente mais extremada dirigida por José Serra.

2014, p. 4). A centralidade na exportação de produtos primários contribuiu para manter o país em condição subordinada e dependente no âmbito mundial.

Segundo Leher (2014) uma série de fatores ocorridos a partir de 2010, como a diminuição da taxa de expansão da economia chinesa, o enfraquecimento da economia europeia, e a frágil melhoria dos indicadores econômicos norte-americanos "interrompeu a tendência de valorização do preço das commodities, alterando os fundamentos econômicos que sustentou a coesão do bloco no poder" (LEHER, 2014, p. 3). Ou seja, a considerável coesão do bloco no poder entre 2004 e 2010 foi alterada quando o novo quadro econômico conduziu o capital a reclamar, "no plano macroeconômico, ajustes capazes de favorecer a retomada da taxa de lucro do capital e, na esfera da economia cotidiana, a intensificar a exploração do trabalho objetivando a retomada da taxa de lucros" (LEHER, 2014, p. 3).

Dessa forma, o acirramento da crise econômica mundial e seus rebatimentos na economia brasileira foram determinantes para a guinada ao neoliberalismo extremado, que é a marca do terceiro mandato presidencial do PT, conforme afirma David Maciel (s/d). Assim, a suposta transição do neoliberalismo moderado para o extremado ocorreu porque

[...] frente às dificuldades econômicas manifestas na piora das contas nacionais, no aumento da inflação, na redução do ritmo de crescimento do PIB e na queda da produção industrial, o governo reagiu cortando gastos, subindo juros, privatizando e aprofundando a simbiose entre acumulação privada e recursos públicos, acirrando o caráter neoliberal da política econômica e operacionalizando politicamente o encaminhamento de medidas antipopulares que o governo anterior não foi capaz de realizar. Exemplos disto são a nova reforma da previdência dos servidores públicos, o novo código florestal [...] (MACIEL, s/d, p. 4).

Nessa lógica, o projeto societário pautado na participação social, na distribuição de renda e na construção de condições dignas de vida para toda a população não foi encaminhado pelos mandatos petistas. Tendo como palco a crise econômica mundial e nacional o governo de Dilma retrocedeu "a aplicação nua e crua do receituário neoliberal" (MACIEL, s/d, p. 6).

Não obstante a manutenção e a implantação de programas sociais importantes o fato é que eles não são suficientes para a condução de mudanças radicais e

necessárias à sociedade brasileira. Além disso, estes programas sequer são prioridade quando ocorre a distribuição dos recursos públicos (LESBAUPIN, 2014).

Além de não priorizar as políticas sociais, já que o pagamento da dívida pública consome há tempos grande parte dos recursos do Estado, o governo retomou as privatizações (historicamente criticada pelo partido), seguiu com a contrarreforma, e reprimiu violentamente os movimentos sociais, atendendo ao apelo da elite preocupada com a acumulação de capital (COGGIOLA, s/d).

Às vésperas da Copa de 2014 e esperando pelas Olimpíadas de 2016 o governo recorreu à privatização dos aeroportos, com subsídios estatais e transferiu “à iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, sem contar com a incorporação de aeroportos e portos” (COGGIOLA, s/d, p. 15,16). Além disso, há de se mencionar que “o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 80% dos projetos” (COGGIOLA, s/d, p. 15,16).

Uma medida que também agradou a elite brasileira foi a contrarreforma da previdência social que impôs a parcelas dos servidores públicos o mesmo teto de benefícios válidos para os trabalhadores da iniciativa privada induzindo a adesão aos fundos de pensão (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012c). Essa seria nos dizeres de Maciel “a vitória final do rentismo e da especulação financeira sobre o sistema previdenciário” (MACIEL, s/d, p. 6).

Ao final do primeiro mandato da presidenta não houve dúvidas quanto ao direcionamento do Estado brasileiro que revelou o fio condutor de sua política: um misto de repressão e assistência. A crença de que é possível compatibilizar as necessidades do capital e do trabalho esvaneceu, ao menos para grupos mais atentos da população. Nas palavras de Sampaio Júnior (s/d, p. 5, 6)

A adesão incondicional ao imaginário da ordem global levou o governo petista a reforçar o colonialismo cultural, cuja expressão máxima é a exaltação da modernização dos padrões de consumo – a cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais – como medida do sucesso da política econômica e do bem-estar da sociedade brasileira. A contrapartida necessária do reforço do colonialismo cultural foi a política deliberada, que atravessou todos os governos, de naturalização das

desigualdades sociais, cuja essência consiste na propaganda ostensiva de que as medidas assistencialistas de combate à pobreza teriam transformado o Brasil em um país de classe média, quando todos os condicionantes estruturais de pobreza permaneceram absolutamente incólumes: o latifúndio; a favela; a presença de um contingente, equivalente a mais de 1/3 da população economicamente ativa vivendo no subemprego ou simplesmente desempregado. Não por acaso, ignorando toda a tradição do pensamento crítico brasileiro, os governos petistas ressuscitaram o mito do crescimento econômico como solução para os problemas nacionais. Finalmente, em junho de 2013, quando a revolta popular eclode em São Paulo e se alastra pelo Brasil, fazendo emergir as terríveis condições de uma modernização fútil e de uma política econômica que ignora os interesses fundamentais da população, o governo do PT não hesitou em fechar fileira com a preservação da paz social e a defesa do status quo. O pânico com a presença do povo nas ruas selou a fusão definitiva do PT como um partido da ordem. [...] Posto contra a parede pela população enfurecida que repudiava o fato de ter sido relegada à última prioridade das políticas de Estado, a liderança petista esmerou-se em engambelar o povo, tranquilizar o grande capital e convencer o grande irmão do norte de que aqui nas terras do Brasil tudo continuará como dantes.

Nesse cenário, as ações que já estavam se desdobrando na área educacional, desde governos anteriores, prosseguiram. No que diz respeito ao ensino superior, devemos destacar que o PL nº 7.200/2006 foi arquivado em 2011 (OLIVEIRA, CASTIONI, 2014). Mas, ao final de 2014 ainda permanece o decreto nº 7.233/2010 que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências (BRASIL, 2010c). A promulgação do decreto nº 7.233/2010 sinaliza a tática que já vinha sendo adotada pelos governos de conduzir a contrarreforma da educação de forma fragmentada. Como abordamos em tópicos anteriores, as crescentes insatisfações quanto ao PL nº 7.200/2006 contribuíram para o seu arquivamento, mas, não desestimularam setores conservadores que buscam enfraquecer cada vez mais as instituições públicas revertendo os seus recursos para o mercado.

A avaliação da graduação ainda tem como base o SINAES; a LDB vigora em sua mais vasta expressão da mercadorização; a diversificação das instituições de ensino e dos cursos continuam; o FIES<sup>279</sup>, o PROUNI e o REUNI permanecem como políticas basilares da educação superior. O ENEM (embora mais democrático que o vestibular) atua cada vez mais como o selecionador por excelência consubstanciado

---

<sup>279</sup> A lei nº 12.513/2011 ampliou o FIES incluindo que o financiamento pode ser feito para estudantes da educação profissional e tecnológica, em caráter individual ou coletivo por meio das empresas. Além disso, a portaria normativa nº 15 de 1 de julho de 2014 expandiu o FIES para os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado recomendado pela CAPES (BRASIL, 2011a; LIMA, 2015).

pelo SiSU. Também permaneceram como parte da política de educação: o Pibid; o PNAES; a lei de estágio; a lei de inovação tecnológica; o decreto nº 7.423/2010 e as parcerias entre o público e o privado.

Atualmente as políticas de educação estão fortemente inclinadas às parcerias público-privado. Além das leis que já existiam, uma medida "nova" foi sancionada: trata-se da lei nº 12.881/2013 que além de criar as universidades comunitárias instituiu as parcerias entre o governo federal e estas instituições, dando continuidade ao financiamento público de instituições particulares (BRASIL, 2013a).

Outra medida originária do governo Dilma, mas que já vinha sendo encaminhada antes foi à aprovação da lei nº 12.711/2012 que instituiu cotas nas universidades públicas federais e nos institutos técnicos federais (BRASIL, 2012a; GENTILI, OLIVEIRA, 2013). Entretanto, o aumento quantitativo dos estudantes nas IES não foi acompanhado por ampla adesão dos discentes aos cursos escolhidos, pois, mesmo diante dos avanços proporcionados pela assistência estudantil, ainda existe um número considerável de alunos que não conseguem terminar a graduação (SANTOS, FREITAS, 2014).

Como podemos observar o governo de Dilma Rousseff se serviu de algumas normatizações que já existiam mas, também implementou e criou condições favoráveis ao surgimento de outras estratégias que fazem parte de um mesmo projeto de sociabilidade burguesa. Em virtude da amplitude das ações passaremos a discutir as medidas que neste governo alcançaram ampla visibilidade: a emergência retardatária do PNE; a reserva dos recursos do pré-sal para a educação; a II CONAE; o surgimento da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e o Programa Ciência sem Fronteiras.

No mesmo ano em que foi realizada a I CONAE o governo federal apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL nº 8.035/2010) que aprovava o PNE 2011-2020, mas, este projeto teve demorada tramitação, sendo sancionado apenas em 2014 se transformando na lei 13.005/2014 que estabeleceu o PNE 2014-2024, já capturado pela concepção privatista de educação (LIMA, 2015).

A vertente privatista está expressa no PNE por meio de diversas ações, que no caso do ensino superior podem ser retratadas pela: indicação de ampliação da oferta de vagas por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil; elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%; recomendação de expansão do financiamento estudantil através do FIES; ampliação do PROUNI; financiamento estudantil através do FIES para alunos no ensino à distância e cursos de pós-graduação stricto sensu; aperfeiçoamento do SINAES; expansão dos cursos de pós-graduação stricto sensu com utilização das tecnologias de educação à distância. Uma das polêmicas que mais atrasaram a aprovação do PNE foi o financiamento da política de educação. Embora grupos progressistas tenham se manifestado a favor do financiamento público para a educação pública, ao final o investimento público não foi exclusivamente destinado à educação pública (LIMA, 2015).

Nesse cenário, em que o foco das discussões centra-se na busca por recursos financeiros (tanto por parte das instituições públicas quanto privadas) emergiu a lei 12.351/2010 que aprova a destinação de uma parte dos recursos dos royalties do pré-sal para a educação (BRASIL, 2010f). Esta lei, ainda alvo de debates entre os especialistas, oculta interesses privatistas incapazes de solucionar o problema do financiamento na área educacional. Tal afirmação se sustenta a partir de vários fatores: a) porque os recursos advindos dos royalties não serão suficientes para alcançarem "10% do PIB para a educação já"; b) mesmo se os 10% fossem alcançados não seriam destinados exclusivamente à educação pública, pois, a destinação de recursos públicos para as instituições privadas é uma constante, sendo permitida de forma explícita no PNE (2014-2024); c) esses recursos não existirão para sempre, de forma que não podemos ficar reféns de uma commodity (FRANCA, 2013, AUDITORIA, s/d).

Esse palco de disputas foi cenário para a convocação da II CONAE realizada em novembro de 2014. Apesar da importância de mecanismos participativos como as conferências, ressaltamos que as deliberações desse espaço não conseguiram reverter à controvérsia quanto à destinação dos recursos públicos para o privado (SILVEIRA, TAVARES, 2014).

O entendimento de que os recursos públicos podem ser empregados em instituições privadas e os recursos privados podem ser investidos nos estabelecimentos públicos foi o pilar para a manutenção do REHUF e a promulgação da lei de criação da EBSEH<sup>280</sup>, empresa pública de direito privado (SODRÉ, et al, 2013). Embora se configurando como ente estatal a EBSEH é uma forma escamoteada de privatização porque “embora a EBSEH não possa ser considerada um mecanismo de privatização propriamente dito, implica em ampliar o espectro de penetração da lógica do mercado na gestão dos serviços do Sistema Único de Saúde” (SODRÉ, et al, 2013, p.374).

Por último, citamos o Programa Ciência sem Fronteiras<sup>281</sup> que materializa a retórica difundida sobre a internacionalização do ensino (BRASIL, 2011c; RIBEIRO, 2015). Neste programa a internacionalização aparece diretamente relacionada à inovação e a competitividade, o que se relaciona ao uso instrumental do conhecimento que para dar fôlego à reprodução ampliada do capital precisa das inovações, ou seja, da ciência diretamente aplicada para esses fins, menosprezando a “pesquisa livre e desinteressada”. Também devemos mencionar a vinculação desse programa com as empresas, o que mais uma vez comprova a íntima afinidade da política de educação atual com as perspectivas empresariais. As empresas estão cada vez mais se apropriando do fundo público para o desenvolvimento de pesquisas que não são revertidas para a coletividade, mas, são apropriadas como mercadorias privadas. Não só as pesquisas estão se convertendo em mercadoria, mas também os seus resultados. Trata-se do uso privado de recursos públicos e de instituições públicas para benefícios individuais (RIBEIRO, 2015). Estas premissas também aparecem nos objetivos do programa, entre os quais citamos: “investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; [...] ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas” (BRASIL, s/d, s.n).

A ideia que aqui apresentamos quanto ao desprezo das áreas que não interessam imediatamente ao capital, em detrimento do interesse pelas áreas capazes de produzir um conhecimento totalmente interessado e necessário à reprodução

---

<sup>280</sup> Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH (BRASIL, 2011b; SODRÉ, et al, 2013).

<sup>281</sup> Criado pelo decreto nº 7. 642 de 13 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011c).



alargada do capital, pode ser confirmada quando verificamos que o decreto instituidor do Ciência sem Fronteiras estabelece que o programa visa atender as áreas consideradas prioritárias. Em 2013 uma Portaria Interministerial<sup>282</sup> divulgou as áreas prioritárias para o programa:

Art. 1º Ficam instituídas as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras, indicados a seguir: I - engenharias e demais áreas tecnológicas; II - ciências exatas e da terra; III - biologia, ciências biomédicas e da saúde; IV - computação e tecnologias da informação; V - tecnologia aeroespacial; VI - fármacos; VII - produção agrícola sustentável; VIII - petróleo, gás e carvão mineral; IX - energias renováveis; X - tecnologia mineral; XI - biotecnologia; XII - nanotecnologia e novos materiais; XIII - tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; XIV - biodiversidade e bioprospecção; XV - ciências do mar; XVI - indústria criativa; XVII – novas tecnologias de engenharia construtiva; e XVIII - formação de tecnólogos. Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, vinculada ao Ministério da Educação, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, definirem a pertinência das candidaturas às diversas áreas e temas, conforme o curso de origem dos candidatos (BRASIL, 2013b, p. 24).

Ora, seria ingenuidade acreditar que a escolha das chamadas áreas prioritárias se deve a um interesse pelo bem coletivo. Partir deste posicionamento significa não compreender a divisão e a divergência de interesses entre as classes sociais bem como, desconsiderar os diferentes papéis exercidos pelos países na divisão internacional do trabalho. As áreas selecionadas estão sendo convocadas à socorrerem o capital, que desde a crise de 1970 ainda não conseguiu se recuperar a passos largos. Diante da conjuntura ora explicitada a ciência tem força vital para o capital. Aos grandes monopólios importa o desenvolvimento de tecnologias capazes de serem aplicadas à produção para a obtenção de grandes lucros, não importando a satisfação das necessidades humanas (GONÇALVES, 2012; RIBEIRO, 2015). Ou seja, a possibilidade de que o conhecimento produzido por estas áreas do saber se revertam para a satisfação das necessidades do povo brasileiro, é pequena.

Estas colocações nos permitem afirmar que o governo de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato seguiu a lógica que já estava em curso no país. Embora tenha expandido o número de vagas nas instituições públicas, isso não implicou em

---

<sup>282</sup> Portaria nº 1 de 9 de janeiro de 2013 (BRASIL, 2013b). Outra normatização importante é a Portaria nº 973 de 14 de novembro de 2014 que instituiu o Programa Idioma sem Fronteiras (BRASIL, 2014b).

redução das ofertas de vagas no privado. Apresentamos como características desse período a continuidade da privatização interna das universidades principalmente por meio das parcerias entre o público e o privado; a certificação em larga escala nos dizeres de Lima (2015)<sup>283</sup>; a utilização de verbas públicas para o mercado privado em educação; a aprovação do PNE sob bases privatistas; enfim, a imposição de uma condição preocupante para a política de educação brasileira.

---

<sup>283</sup> Aumento sem precedentes do número de pessoas diplomadas.

#### **Capítulo 4 A parceria subordinada e a institucionalização da pós-graduação stricto sensu no Brasil**

O surgimento da pós-graduação<sup>284</sup> não deve ser confundido com o início da realização de pesquisas científicas no país, pois antes mesmo da emergência deste nível de ensino alguns institutos já se dedicavam à ciência sem que esta atividade estivesse vinculada a algum programa de pós-graduação.

Algumas pesquisas eram realizadas com o intuito de desenvolver tecnologias para a produção econômica como aconteceu no Brasil colônia quando Maurício de Nassau veio para o nordeste brasileiro e estimulou a produção de técnicas ligadas à manufatura de embalagens e melhorias nos equipamentos de transporte, para aumentar a produção açucareira e a sua exportação (CÓRDOVA; GUSSO; LUNA, 1986; SCHWARTZMAN, 2001).

A realização de pesquisas antes da criação de um sistema de pós-graduação também esteve vinculada ao discurso da soberania nacional associando-se várias vezes à área militar. Corroborando esta afirmação Machado e Alves (2005) realizaram uma investigação sobre os institutos de pesquisa criados no Brasil do século XIX até 1970. Para as autoras, a partir da década de 1970 não foram criados novos institutos de pesquisa no país em decorrência da progressiva incorporação da pesquisa pelas universidades, principalmente em virtude do fortalecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu a partir desta época. Entre o início do século XIX até a década de 1970 foram criados 37 institutos de pesquisa no Brasil sendo que as “áreas pioneiras são associadas à biologia e saúde, agronomia, física e astronomia, sendo bem mais tardios os institutos especificamente dedicados a questões sociais ou educacionais (anos 1930)<sup>285</sup>” (MACHADO, ALVES, 2005, p. 7).

---

<sup>284</sup> O termo pós-graduação apareceu formalmente pela primeira vez no Estatuto das Universidades Brasileiras. Este documento distinguia os cursos entre as seguintes modalidades: cursos de formação; cursos de aperfeiçoamento; cursos de especialização; cursos de pós-graduação e cursos de doutorado. Todavia, Santos (2003) argumenta que o termo de pós-graduação se referia aos cursos graduados para diferenciá-los dos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

<sup>285</sup> Houve apenas uma exceção que é a Sociedade Preparadora de Instrução Popular criada em 1873 e que em 1882 foi transformada no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (MACHADO, ALVES, 2005). Nesta mesma perspectiva Schwartzman (2001) afirma que as iniciativas de pesquisa até o sexagésimo ano do século XX estavam majoritariamente direcionadas para as áreas da física,

Tomando como base o estudo de Machado e Alves (2005) e também os escritos de Schwartzman (2001) podemos citar o nome de alguns institutos de pesquisa brasileiros criados no período delimitado pelos autores: Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1808; Observatório Nacional em 1827; Sociedade Preparadora de Instrução Popular em 1873; Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo (atual Instituto Adolfo Lutz) em 1893; Instituto Manguinhos (atual Fundação Oswaldo Cruz e Fiocruz) em 1900; Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) em 1949; dentre outros.

Embora as pesquisas fossem desenvolvidas em institutos próprios houve a partir de 1930 algumas iniciativas com vistas ao surgimento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, mas, estes programas só se fortaleceram após a década de 1960 durante a ditadura militar<sup>286</sup>(CURY, 2005).

Como já apresentamos em capítulos anteriores, o trigésimo ano do século XX estava inscrito em um cenário de modernização conservadora em curso no país. Getúlio Vargas conduziu a implantação do projeto de desenvolvimento nacional baseado fundamentalmente na industrialização, substituição de importações e modernização. E este projeto de nação dirigido pela classe burguesa necessitava da formação de mão-de-obra especializada além de pesquisadores que desenvolvessem pesquisas afins às necessidades daquele momento (OLIVEIRA; FONSECA, 2010).

O decreto nº 19.851 de 1931 (conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras) instituído sob os auspícios do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, foi a primeira iniciativa oficial que previa a existência de cursos de aperfeiçoamento e de especialização bem como a necessidade da investigação científica nas universidades brasileiras. Neste decreto o artigo 1º dispunha: “O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a

---

química, tecnologia, mineralogia, engenharia, biologia, medicina, saúde, entre outras, sendo quase inexistente investimentos nas ciências humanas.

<sup>286</sup> Vimos no capítulo 2 que muitas foram as dificuldades para a emergência das instituições de educação superior em terras brasileiras e quando este grau de ensino surgiu sua vinculação a prática do ensino e muito menos a pesquisa foi à tônica central.

investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos [sic]" (BRASIL, 1931, p. 1).

Afirma-nos Barros (1998) que ao nível da pós-graduação *stricto sensu* o curso de mestrado em ciências sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) foi pioneiro funcionando desde 1941. Cury (2005) aponta como outro marco da época a aprovação do decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946 que instituiu o Estatuto da Universidade do Brasil reconhecendo a existência de cursos de pós-graduação cuja finalidade se destinava à especialização profissional, ficando os cursos de doutorado como responsabilidade do regimento daquela universidade.

A pós-graduação brasileira, que ainda era incipiente nas décadas de 1930 e 1940, contou com o apoio de algumas instituições criadas nos anos de 1950 como parte do processo de modernização conservadora onde a elite transformou a luta pela reforma universitária conduzida inicialmente pelos estudantes em um projeto especialmente burguês (CURY, 2005).

Da modernização do ensino superior (iniciada com a criação do ITA em 1947<sup>287</sup>) fez parte a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNP)<sup>288</sup> e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>289</sup> em 1951<sup>290</sup>. A criação destas instituições esteve ligada aos interesses pela dita modernização da universidade que agora a incluía como um importante espaço para a realização de pesquisas que possibilitassem o desenvolvimento tecnológico entendido como prerrogativa para o desenvolvimento do país. Há também que se destacar que o desenvolvimento tecnológico aparecia como um elemento importante em períodos de guerra e da chamada guerra fria<sup>291</sup> (CURY, 2005).

---

<sup>287</sup> A modernização do ensino superior culminou com a criação da Unb (CUNHA, 2007b) como apresentamos no capítulo 2.

<sup>288</sup> Atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>289</sup> Atualmente Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>290</sup> Estas duas últimas instituições foram fundamentais para a consolidação da pós-graduação no Brasil e serão tratadas em tópicos posteriores.

<sup>291</sup> A discussão sobre produção de conhecimentos, tecnologia e guerras foi desenvolvida no capítulo 1.

Apesar do interesse estatal na formação de mão-de-obra especializada e na realização de pesquisas científicas, pode-se afirmar que antes da consolidação das universidades federais e estaduais, entre os anos de 1950 e 1960 “eram poucas as universidades brasileiras onde era possível a realização de estudos de pós-graduação” (BEIGUELMAN, 1997, p. 34). Além disso, o referido autor afirma que a pós-graduação brasileira, “por seguir o modelo francês antigo, visava apenas o título de doutor. Não havia o mestrado entre nós, e o título de doutor, alcançado de modo exageradamente artesanal, era ostentado por um número muito reduzido de pessoas” (BEIGUELMAN, 1997, p. 34).

De acordo com Cury (2005) a institucionalização da pós-graduação alcançou grau bastante significativo com a fundação da Universidade de Brasília (UnB) já que nela este nível de ensino tornou-se atividade institucional prevista na lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Contudo, o maior relevo dos programas de mestrado e doutorado aconteceu sem dúvida nenhuma em fins da década de 1960, articulado aos governos ditatoriais. Sobre esta relação Leher e Lopes (2008, p. 81) salientam

O apoio ativo dos EUA ao golpe empresarial-militar de 1964 indicava que o regime contava com o apoio de Washington para alavancar o processo de ‘modernização conservadora’ com forte presença estatal e com um braço robusto de frações burguesas locais conformadas com um lugar subordinado nas relações econômicas. Isso demandaria inevitavelmente uma universidade que pudesse produzir conhecimento C&T e formar quadros técnicos de alto nível, tanto para setores estatais estratégicos (energia, inclusive nuclear, telecomunicações, engenharia, agricultura, minérios etc), como para a florescente industrialização por meio de filiais de multinacionais e, também, por grandes empresas nacionais. O problema concreto que a ditadura tinha em suas mãos era desenvolver uma universidade com certa capacidade de desenvolver pesquisa (o que requeria constituir um sistema de pós-graduação) e, ao mesmo tempo, impedir que a pesquisa se voltasse contra a ditadura, uma possibilidade real, considerando o alcance e a profundidade dos estudos críticos à teoria da modernização e ao desenvolvimentismo.

A consolidação da pós-graduação e sua expansão teve início de fato na década de 1960 em um contexto de integração subordinada entre os países centrais e periféricos. Esta integração colocou para os países periféricos o lugar de mercados consumidores enquanto aos países centrais foi direcionado o papel de produtores de ciência e tecnologia mais arrojadas, desestimulando a concorrência científica ou tecnológica entre eles. Entretanto, não podemos afirmar que esta relação impediu de todas as formas o desenvolvimento da ciência em nosso país. Houve algumas

iniciativas importantes como, por exemplo, o surgimento de alguns programas de pós-graduação. Entretanto, podemos inferir que as produções científicas caminharam a passos curtos e muitas vezes desvinculados das necessidades nacionais (SANTOS, 2003).

Mesmo que de forma subordinada ao que estava sendo produzido em âmbito mundial, os militares elaboraram planos que incluíam o desenvolvimento de grandes projetos tecnológicos como a “construção das usinas nucleares, de [...] usinas hidroelétricas, de rodovias e ferrovias, de expansão das fronteiras na região amazônica, de investimento na indústria bélica e aeronáutica, na pesquisa espacial, nas telecomunicações” (KUENZER, MORAES, 2009, p. 181). A carência de recursos humanos foi um fator relevante para que os governos militares apoiassem a criação e expansão da pós-graduação principalmente na fase do "milagre econômico" (KUENZER, MORAES, 2009).

O parecer CFE nº 977/65<sup>292</sup> surgiu neste contexto, quando o Ministro da Educação e Cultura (Flávio Suplicy de Lacerda) solicitou ao Conselho Federal de Educação (CFE) que se pronunciasse sobre a pós-graduação no Brasil, tendo em vista a “necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação em nosso ensino superior”, cuja institucionalização e regulamentação deveriam superar “a imprecisão, que reina entre nós, sobre a natureza desses cursos” (CURY, 2005, p. 10).

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LDB) abordar a pós-graduação, entendia-se que as diretrizes colocadas por este documento não eram suficientes para a normatização do ensino nesse grau. Nessa ótica, o parecer CFE nº 977/65, que foi homologado pelo ministro da educação em 1966, passou a conceituar e normatizar os cursos de pós-graduação no Brasil, levando em consideração as normatizações da LDB<sup>293</sup> (CURY, 2005). O parecer continha sete tópicos escritos: 1.

---

<sup>292</sup> O parecer 977/65 ou "parecer Sucupira" (pois teve como relator Newton Sucupira) foi o regulamento que instituiu oficialmente a pós-graduação no Brasil. Apesar da importância do Estatuto das Universidades Brasileiras, do surgimento da CAPES, do CNPq e da LDB (de 1961) Cury (2005) destaca esse parecer como documento fundamental. Em 1965 foram classificados: 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado, totalizando 38 no país (BRASIL, 2015a).

<sup>293</sup> Artigo 69 da LDB: Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou

a origem da pós-graduação, 2. sua necessidade, 3. seu conceito, 4. o exemplo da pós-graduação nos Estados Unidos, 5. a pós-graduação na LDB de 1961, 6. a pós-graduação e o Estatuto do Magistério, 7. a definição e caracterização da pós-graduação (CURY, 2005).

Esse parecer dispunha que a pós-graduação teria como objetivos a formação de docentes e pesquisadores de alto nível e a qualificação profissional de outros quadros técnico-administrativos necessários ao desenvolvimento nacional. Somente em casos excepcionais “mediante parecer autorizatório do CFE, poderia haver pós-graduação em institutos isolados” (CURY, 2005, p. 11).

O relator do parecer enfatizou a necessidade da pós-graduação devido ao extraordinário progresso do saber e pelo fato de que a graduação não poderia acompanhar o ritmo das pesquisas, além do que nem todos os graduandos precisariam ou se interessariam em avançar da formação profissional básica para a formação como pesquisador ou cientista (CURY, 2005).

Por meio do parecer nº 977/65 a pós-graduação deveria seguir o modelo norte-americano. Santos (2003, p. 630) ressalta que

A pós-graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda à confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano, que compreendia o maior (área de concentração) e o menor (matérias conexas).

Este parecer resguarda algumas características norte-americanas, que seria a determinação de dois níveis (mestrado e doutorado), a diferença entre mestrado profissional e mestrado de pesquisa e entre o doutorado profissional e o doutorado de pesquisa, além dos créditos, da duração variável, dos exames de qualificação, do domínio de língua estrangeira e da confecção de dissertações ou teses (CURY,

---

equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos (CURY, 2005).



2005). O mesmo parecer também indica que os cursos de pós-graduação deveriam ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação para que os diplomas fossem registrados no Ministério da Educação (CURY, 2005).

Uma normatização também importante foi a lei nº 5.540/68 que determinou a "reforma" universitária. Esta lei ancorada no interesse militar em relação à formação de cientistas brasileiros e a formação de técnicos e professores enfatizou a importância da pesquisa ao caracterizar como tripé da universidade o ensino, a pesquisa e a extensão. Além disso, esta lei atribuiu ao CFE a competência para conceituar a pós-graduação o que "na verdade, tratava-se de formalizar em lei própria da educação o que já estava estabelecido em norma pelo parecer CFE nº 977/65" (CURY, 2005, p. 16).

Em 1974 foi criado o Conselho Nacional de Pós-Graduação com o decreto nº 73.411/1974 que atribuiu a este Conselho a responsabilidade por elaborar o I Plano Nacional de Pós-Graduação<sup>294</sup> e propor as melhorias necessárias à execução e constante atualização da política nacional de pós-graduação. Esta normatização também definiu que o conselho seria composto pelo: Ministro da Educação e Cultura (que seria o presidente); o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral (como Vice-Presidente); o Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura; o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas; o Presidente do Conselho Federal de Educação; o Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Universitários; o Secretário-Executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); o Diretor-Executivo da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior; dois Reitores de universidades oficiais e um Reitor de universidade particular designados pelo Ministro da Educação e Cultura (BRASIL, 1974; SGUISSARDI, 2009). Com a extinção deste conselho em 1981 coube a CAPES a preparação dos planos seguintes (SGUISSARDI, 2009).

Não podemos deixar de salientar que os militares subiram ao poder em contexto de crescimento dos monopólios que estenderam a sua influência em nosso país por

---

<sup>294</sup> Os planos serão abordados posteriormente.

meio das empresas internacionais que aqui se instalaram. A preocupação militar girava em torno não só da segurança nacional, mas na condução de medidas de industrialização pesada sob o argumento de que a tecnologia seria um elemento essencial para o alcance do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, havia uma grande necessidade na produção de conhecimentos aplicáveis transformados em tecnologia. Para tanto, era necessário a formação de profissionais e cientistas qualificados o que confluuiu para o fortalecimento da pós-graduação no Brasil ainda que submetida ao capital internacional. Essa relação associada aos países centrais fica clara quando verificamos que uma das primeiras iniciativas (na década de 1960) no que tange a pós-graduação ocorreu a partir de um convênio firmado com a Fundação Ford que possibilitou este nível de ensino na área de ciências físicas, biológicas e na engenharia da então Universidade do Brasil (SANTOS, 2003).

Santos (2003) cita algumas iniciativas de estudos pós-graduados na década de 1960: a implantação do doutorado no Instituto de Matemática Pura e Aplicada, do mestrado e doutorado da Universidade Federal Rural do Brasil<sup>295</sup> e de cursos de pós-graduação no Instituto Técnico da Aeronáutica (ITA). Córdova, Gusso e Luna (1986) destacam a criação de cursos de pós-graduação na Escola de Agronomia da Universidade Federal de Viçosa em 1961, e na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz em 1964.

A partir desta análise o papel protagonista do Estado na emergência e condução da pós-graduação no Brasil é considerado

[...] uma decorrência de seu papel na origem e trajetória das instituições de educação superior no Brasil, principalmente quando de seu nascimento como universidades. As marcas do Estado no Brasil, diversamente do que ocorre em países latino-americanos como Argentina, Uruguai, México, fazem-se presentes na vida da universidade, seja até a década de 1920 para impedi-la de nascer e para manter a educação superior limitada aos estreitos moldes das faculdades profissionais do modelo napoleônico, e ainda barrar algumas experiências de efêmeras universidades autônomas (São Paulo, Manaus, Curitiba), seja para lhe imprimir, quando se lhe permite a existência, suas marcas autoritárias ou de diminuta autonomia. No caso da pós-graduação, embora sua origem no país possa remontar ao Estatuto das Universidades, de Francisco Campos, nos anos de 1930, o atual 'sistema' nasce formalmente, entre 1965 e 1970, em plena vigência dos chamados governos militar-autoritários (SGUISSARDI, 2009, p. 143).

---

<sup>295</sup> Em 1965 o nome passou a ser Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (SANTOS, 2003).

Entretanto devemos alertar que o fato da pós-graduação ter sido fortalecida pelo e para os governos civil-militares não significa que este nível de ensino não comporte resultados inesperados e por vezes contraditórios. Ou seja, embora formatada para atender as necessidades burguesas, a pós-graduação se constituiu ao mesmo tempo em lócus privilegiado para a formação de intelectuais críticos e, portanto, para a produção de conhecimentos progressistas e denunciadores da ideologia burguesa (CURY, 2005).

#### **4.1 Os Planos Nacionais de Pós-Graduação**

Em sintonia com o capital internacional, a partir da articulação subordinada aos Estados Unidos, o governo militar preparou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) para o período de 1968 e 1970. O PED foi um documento marcante na medida em que nele “o governo propôs, pela primeira vez, de maneira explícita e sistematizada, a adoção de uma Política de Ciência e Tecnologia para o país” (BRASIL, 2015b, p. 1).

O plano quinquenal para a pós-graduação (originado do PED) previa o desenvolvimento de áreas estratégicas que seriam “os setores de Agricultura, Astronomia, Biologia, Ciências Sociais, Física, Geologia, Matemática, Química e Tecnologia, além de um item específico para o estudo da Região Amazônica” (BRASIL, 2015b, p. 1).

Também importante foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico<sup>296</sup> responsável “pela institucionalização da pesquisa nos anos 1970 e o espetacular crescimento do número de cursos de pós-graduação” (SILVA, S.M., 2012).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974) influenciou de forma direta as decisões no âmbito da produção de conhecimentos. Este plano definiu inclusive “as áreas de pesquisa a serem atingidas, assim como no direcionamento dos recursos” (SILVA, S.M., 2012). Neste primeiro plano de desenvolvimento observa-se a

---

<sup>296</sup> O fundo foi criado em 1969, mas ficou ativo a partir de 1971 (SILVA, S.M., 2012).

inclusão da temática da ciência e tecnologia, pois, os governos civil-militares apoiavam-se na retórica da ciência a serviço do desenvolvimento do país. Foi a partir deste plano que surgiu o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) destinado ao período de 1973 a 1974. O I PBDCT

[...] foi o primeiro plano com a tarefa explícita de assessorar, sob aspectos econômicos e financeiros, o entrosamento do desenvolvimento científico com a estratégia de desenvolvimento nacional. Acreditava-se que o progresso tecnológico era o elemento determinante para o crescimento econômico [...]. A linha de atuação do I PBDCT estava fundada no desenvolvimento de novas tecnologias, basicamente de energia nuclear e pesquisa espacial, de novas indústrias na área de eletrônica, química, aeronáutica e no fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologia pela empresa pública ou privada. Uma de suas preocupações centrais era o engajamento do setor produtivo no processo (SILVA, S.M., 2012, p. 101).

O II PBDCT foi aprovado em 1976 prevendo ações para 1976 a 1979. Neste plano verifica-se novamente, como já previa o primeiro PBDCT, o interesse em alinhar as universidades e as empresas (SILVA, S.M., 2012).

Além destes planos foram formulados a partir de 1975 os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). O I PNPG englobava o período de 1975 a 1979<sup>297</sup> e estava “integrado do ponto de vista estratégico e operacional” (BRASIL, 1974b, p. 119) ao II PND (através do Plano Setorial de Educação e Cultura - PSEC) e ao II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PBDCT) (BRASIL, 1974b, CURY, 2005).

De acordo com o I PNPG em 1973 havia cerca de 50 instituições de ensino superior com pós-graduação, destas 25 eram federais, 10 estaduais e municipais e 15 particulares. Até 1973 formaram-se cerca de 3.500 mestres e 500 doutores (BRASIL, 1974b). Apesar destes números o plano demonstra preocupação com o fato de que “a maioria dos candidatos admitidos não chega sequer a completar os créditos e, particularmente no mestrado, somente cerca de 15% atingem a titulação” (BRASIL, 1974b, p. 124). Esta situação de acordo com o documento teria como fatores principais a baixa proporção de alunos bolsistas em regime de tempo integral (cerca de 40%), o que sustenta a ideia presente no plano de expansão das bolsas

---

<sup>297</sup> Este plano serviu como referência para as medidas a serem tomadas na pós-graduação por cinco anos, contados a partir de 1975 (BRASIL, 1974b).

de estudo para discentes dos programas de pós-graduação (BRASIL, 1974b). Este plano elencou as seguintes diretrizes: institucionalizar o sistema, fortalecendo-o como atividade regular no âmbito das Universidades com garantia de financiamento estável; elevar os padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; planejar a sua expansão tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões (evitando as disparidades regionais). Para o cumprimento destas metas, foram propostos três programas: concessão de bolsas para alunos de tempo integral; extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD); admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias devido à ampliação da pós-graduação (ORLETTI, 2009).

Podemos citar como principais destaques do I PNPG a preocupação com a capacitação de docentes, a integração da pós-graduação ao sistema universitário, a necessidade de se evitar as disparidades regionais, o financiamento deste nível de ensino e a estruturação de um sistema de avaliação integrado aos planos de pós-graduação subsequentes<sup>298</sup> (OLIVEIRA, FONSECA, 2010; BRASIL, 2004 d).

Quanto ao financiamento o I PNPG deixa explícita a necessidade de recursos financeiros estáveis para a aplicação das diretrizes propostas para a política de pós-graduação. Aqui há de se destacar a participação das instituições privadas e de agências internacionais no financiamento aos programas o que aponta para o fato de que as parcerias empresas e universidades não é algo dos anos de 1990, apesar de ter alcançado graus mais intensos a partir de então. Verificamos o trecho extraído do I PNPG:

As contas mais recentes, relativas ao ano de 1974, indicam a utilização anual de cerca de Cr\$ 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), dos quais cerca de 70% são recursos de origem federal. [...] [o restante dos recursos ficará ao encargo] das instituições federais de ensino superior, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq -, do FUNTEC/BNDE, da FINEP e demais agências governamentais, inclusive de outros Ministérios. Envolverá recursos provenientes dos governos estaduais e municipais, **entidades particulares e agências estrangeiras** (BRASIL, 1974b, p. 167, grifo nosso).

---

<sup>298</sup> O sistema de avaliação da pós-graduação foi introduzido em 1976, sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A avaliação dos cursos de graduação iniciou-se na década de 1980 por meio de programas experimentais de curta duração. Já a avaliação da educação básica (que envolve a educação infantil, o ensino fundamental e médio) começou na década de 1990 (OLIVEIRA, FONSECA, 2010).

O II PNPG (1982-1985) levou em consideração as diretrizes do II PND e do III PBDCT (1980-1985) (CURY, 2005; BRASIL, 1981b). No II PNPG a pós-graduação continuou a ter como objetivo central a formação de profissionais qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas visando ao atendimento dos setores público e privado. Entretanto, em suas diretrizes o foco se direcionava para a qualidade do ensino superior e, especialmente da pós-graduação, “sendo necessário, segundo o MEC [...] a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação que já existia embrionariamente desde 1976 com a participação da comunidade científica” (ORLETTI, 2009, p. 135). Desse modo,

[...] no II PNPG estabelece-se como principal diretriz a questão da avaliação, com a utilização de consultores para cada área de conhecimento; propõe-se o estabelecimento de mecanismos mais flexíveis de financiamento, tanto para auxiliar grupos novos, como também centros de tradição e excelência; bem como o revigoramento e a reestruturação da pós-graduação lato sensu para atender a qualificação profissional e demandas em termos de mercado de trabalho (ORLETTI, 2009, p. 135).

Segundo Silva e Leher (2011) embora a predeterminação de temáticas a serem pesquisadas já se fizesse presente em planos anteriores, foi no III PBDCT (1980 a 1985) que houve a “consolidação deste processo heteronômico” (SILVA, LEHER; 2011, p. 128). Para os autores este terceiro plano seguia em linhas gerais os planos anteriores, mas, “apresentava de forma mais objetiva a intenção de selecionar programas e atividades prioritárias a serem implementadas nos diversos setores” (SILVA, LEHER; 2011, p. 128). Há de se destacar que a reconfiguração do CNPq ocorrida em 1974 institucionalizando este órgão como o direcionador da pesquisa científica no Brasil consolidou-se no III PBDCT, que apresentou a pesquisa científica como uma atividade institucionalmente subordinada ao CNPq (SILVA, LEHER; 2011).

Com a crise ocorrida no Brasil na década de 1980, tendo como auge a crise da dívida em 1982, houve uma diminuição de recursos para a ciência e tecnologia. Para contornar a situação, foram criadas as Ações Programadas em Ciência e Tecnologia que eram uma espécie de capítulos do plano nacional que indicavam quais eram os programas e projetos que deveriam ser implementados, que eram de interesse para a ciência e a tecnologia (SILVA, LEHER; 2011).

Neste período de insuficiência de recursos para a condução de pesquisas emergiu o I Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) em 1984. Este plano surgiu como uma medida transitória complementar às agências de financiamento. Nele havia a definição de áreas a serem pesquisadas além do financiamento de pesquisas por meio de empréstimos contraídos com o Banco Mundial. Podemos afirmar que o PADCT incentivou a realização de pesquisas utilizando-se do financiamento feito por agências internacionais e “a distribuição de recursos para a pesquisa por meio de editais<sup>299</sup>, ampliando a participação do mundo empresarial nas decisões relativas à produção científica” (SILVA, LEHER; 2011, p. 129).

Observa-se que o PADCT estabeleceu uma política sistemática de indução das temáticas a serem pesquisadas por meio de editais. Assim, os editais de pesquisa se consolidaram como a principal forma de financiamento à pesquisa na pós-graduação reduzindo os relativos graus de autonomia científica na medida em que os editais induzem as prioridades de pesquisa (SILVA, S.M., 2012).

De acordo com Silva e Leher (2011) a incorporação do PADCT como uma medida para a produção de conhecimento no Brasil reduziu as possibilidades de recuperação do FNDCT e “consolidou definitivamente a interferência direta das agências internacionais nas políticas de educação e de C&T” (SILVA, LEHER; 2011, p. 129).

Desse modo, Silva e Leher (2011) sustentam a tese de que o declínio de recursos financeiros nacionais para o financiamento da pesquisa no Brasil foi apoiado pelo interesse das agências internacionais em financiar as pesquisas brasileiras, seja para obter seus resultados ou para nos dizer o quê devemos pesquisar. O PADCT introduziu a sistemática dos editais trazendo sérias repercussões para a escolha dos temas a serem estudados, uma vez que, certas áreas do saber seriam mais beneficiadas do que outras, o que se tornou uma armadilha para a produção de um conhecimento que seja condizente com as reais necessidades do povo brasileiro. Sobre esse assunto Leher e Lopes (2008) afirmam

---

<sup>299</sup> De acordo com Silva e Leher (2011) os editais de pesquisa entraram em cena em 1984.

As verbas de pesquisa, desde a ditadura empresarial-militar, vêm sendo disponibilizadas por editais que definem cada vez mais as prioridades de investigação em detrimento de editais não dirigidos e, principalmente por recursos da própria universidade. A rigor, hoje nenhum professor imagina apresentar seu projeto de pesquisa à universidade que, nesse caso, torna-se quase que irrelevante como espaço em que as pesquisas são aprovadas por seu mérito (LEHER, LOPES, 2008, p. 85).

O III PNPG (1986-1989) foi construído e executado na conjuntura de redemocratização do Brasil e de emergência da Constituição Federal de 1988. Os propósitos desse plano foram: “a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação; a integração da pós-graduação no sistema de ciência e tecnologia, inclusive com o setor produtivo” (BRASIL, 1985, p.195). Há de se mencionar que este plano assim como os anteriores apontava para a necessidade de se equalizar a questão das disparidades regionais uma vez que a maior parte dos programas de pós localizava-se no sudeste do país. Segundo Orletti (2009)

O III PNPG, além das diretrizes e recomendações gerais para a pós-graduação e pesquisa, traz medidas específicas para a institucionalização da pesquisa, tais como: destacar nos orçamentos das Universidades, verbas específicas para a pesquisa e a pós-graduação; reestruturar a carreira docente para valorizar a produção científica tanto para o ingresso como para a promoção; planejar e ampliar os quadros universitários e institucionalizar a atividade sabática e o fortalecimento do pós-doutorado, além de efetuar a atualização das bibliotecas e das informações científicas e de laboratórios. As relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo são também abordadas, indicando uma tendência em considerar essas dimensões de uma forma integrada (ORLETTI, 2009, p. 136).

O terceiro PNPG não só enfatizava o papel da pós-graduação no desenvolvimento nacional como reconhecia a necessidade da formação de recursos humanos de alto nível, visando a “independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil no próximo século” (BRASIL, 1985, p.193). Ou seja, o próprio plano reconhecia a existência da dependência brasileira.

Analisando o percurso dos PNPG afirma-se que após a consolidação dos programas de pós-graduação a avaliação de desempenho tornou-se o centro das preocupações. O argumento girava em torno da expansão do sistema com qualidade e com vistas à competição internacional. Sendo a pós-graduação um



locus já reconhecido para a produção de conhecimentos<sup>300</sup>, a ênfase recaiu sobre o desenvolvimento da pesquisa e a avaliação de seus "produtos" (HOSTINS, 2006; BRASIL, 1985). Em lugar do conhecimento livre e desinteressado, a pesquisa é induzida cada vez mais a dar resultados imediatos (os produtos) aplicáveis às necessidades do setor produtivo, algo central nos planos seguintes<sup>301</sup>.

Para Kuenzer e Moraes (2009) a ênfase na pesquisa e, portanto, na formação de pesquisadores dada pelo III PNPG influenciou a construção do novo modelo de avaliação da pós-graduação introduzida no biênio 1996-1997, pois “o novo modelo de avaliação, na medida em que valoriza prioritariamente a produção científica e, portanto, a pesquisa, provocará a inversão proposta anos antes pelo III PNPG: o deslocamento da centralidade na docência para a centralidade na pesquisa” (KUENZER, MORAES, 2009, p. 185).

Um novo PNPG deveria ser elaborado para subsidiar as ações direcionadas para a pós-graduação nos anos de 1990. Entretanto, alguns anos se passaram sem que houvesse um plano para a pós-graduação, uma vez que o plano anterior vigorou até 1989. O reconhecimento de que era preciso construir um novo plano nacional de pós-graduação fez com que a diretoria executiva da CAPES constituísse em 1996 uma comissão executiva responsável por organizar um seminário nacional que serviria de base para a construção do IV PNPG. Esse seminário ocorreu no final de 1996 e nele foi distribuído pela Capes um documento intitulado Discussão da pós-graduação brasileira<sup>302</sup> contendo onze estudos que haviam sido encomendados com temas que segundo a agência seriam importantes para a formulação do IV PNPG. Após este seminário foram elaboradas várias redações preliminares do IV PNPG, mas todos estes documentos tiveram “circulação restrita aos membros da diretoria da Capes” (BRASIL, 2010g, p. 28). De acordo com Martins (2005, p. 10)

[...] uma série de circunstâncias, tais como sucessivas crises econômicas ocorridas no final da década de 90 que comprometeram aspectos

---

<sup>300</sup> Esse reconhecimento fica explícito com a seguinte afirmação “o PNPG estabelece a universidade como o ambiente privilegiado para a produção e criação do conhecimento, através da pesquisa e da pós-graduação” (BRASIL, 1985, p.194).

<sup>301</sup> A partir do III PNPG há um estreitamento cada vez maior das relações entre ciência, tecnologia e o setor produtivo.

<sup>302</sup> Título que também deu nome ao Seminário.

orçamentários da execução do IV PNPG, bem como o gradativo afastamento das demais agências de fomento nacional na discussão e elaboração do IV Plano, lamentavelmente acabaram por impedir que um documento final viesse a público e se concretizasse num efetivo IV Plano Nacional de Pós-Graduação (MARTINS, 2005, p. 10).

O fato é que este documento não se tornou público fazendo com que muitos estudiosos não o considerem como um plano nacional de pós-graduação. Carvalho e Silva (2005) afirmam que o PNPG (2005-2010) surgiu após quinze anos sem um plano nacional de pós-graduação. Orletti (2010) considera como IV PNPG o plano para o período de 2005 a 2010. Ou seja, essas autoras não consideram que houve um plano anterior a estas datas. Ao contrário, o documento oficial que trata do PNPG para os anos de 2011 a 2020 considera que houve um IV PNPG apesar deste documento não ter sido apresentado ao público. Neste material encontramos a afirmação de que apesar do IV plano não ter sido implantado de forma efetiva, as suas diretrizes “pautaram as ações da Capes de 1996 a 2004” (BRASIL, 2010g, p. 13). Desse modo, para a agência

O 4º plano, aquele que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela Capes, se caracterizou pelas ênfases na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação e na inserção internacional do SNPG (BRASIL, 2010g, p. 15).

O V PNPG (2005-2010) assim como os planos anteriores aponta o sistema educacional como “fator estratégico no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural da sociedade brasileira” (BRASIL, 2004d, p. 8). Este plano começou a ser discutido e escrito quando o campo educacional já estava aberto à exploração do capital com várias medidas em andamento para a execução deste fim<sup>303</sup>. Como já destacamos em capítulo anterior, estas medidas foram elaboradas a partir de dentro (pela burguesia nacional) e de fora haja vista a influência dos organismos internacionais como o BM, a UNESCO e a OMC. Na universidade transformada em organização social (CHAUÍ, 2001) passou a imperar a privatização, as parcerias público-privado, a flexibilização, a diversificação das fontes de financiamento e dos cursos, as avaliações voltadas para as necessidades do mercado e a produtividade exacerbada elementos ligados a um Estado avaliador,

---

<sup>303</sup> Como o ensino a distância, o aumento do número de IES particulares, a lei da informática, as parcerias público-privado, dentre outros. Para maiores detalhes consultar o capítulo 3 deste trabalho.

regulador e pouco presente em sua responsabilidade de executor das políticas sociais.

A universidade foi assim impelida a se inserir em processos de concorrência internacional como se fosse uma empresa e por isso, os programas de pós-graduação (assim como os cursos de graduação) estão sendo induzidos à competitividade, à inovação e ao empreendedorismo, lógicas estas antes prevalecentes no setor empresarial. Esta realidade da universidade (que antes parecia acontecer apenas ao nível da graduação) já se inseriu na pós-graduação, aspecto claro no V PNPG. Este plano incentivou o ensino a distância na pós-graduação, argumentou em favor da flexibilização neste nível de ensino ressaltando que o mestrado não é condição indispensável para a inserção no doutorado, e ainda colocou em relevo a figura do mestrado profissional em várias áreas com destaque para as engenharias<sup>304</sup>(BRASIL, 2004d).

Nesse cenário, valoriza-se a produção de conhecimentos com vistas ao desenvolvimento de tecnologias que possam ser vendidas no mercado. O conhecimento aplicável não só produz mercadorias como também é transformado em mercadoria. Tal assertiva está clara no V PNPG (2005-2010):

As atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação são hoje componentes fundamentais de uma presença atuante e autônoma, como nação, e da agregação de valor a produtos e processos, com reflexos diretos nas possibilidades de inserção competitiva no mercado mundial. [...] Não por acaso, muitas nações se referem à Ciência e Tecnologia como uma questão de poder, capaz de dividir o mundo entre os países produtores de conhecimentos e tecnologias e aqueles que, no máximo, conseguem copiá-las. Ciência e Tecnologia compõem hoje dimensão estruturante do desenvolvimento nacional – alavanca crucial para o Brasil superar as desigualdades que marcam a sua inserção no sistema internacional (BRASIL, 2004d, p. 49).

Fica evidente que a meta é o desenvolvimento da "ciência a serviço do capital". Tanto é que o V PNPG não incentiva o desenvolvimento de todas as áreas do saber de forma igualitária. Ele dá destaque a algumas áreas consideradas estratégicas:

A política industrial voltada para setores estratégicos - a indústria de software, fármacos, semicondutores e microeletrônica, e bens de capital -

---

<sup>304</sup> Segundo o PNPG (2005-2010) "Com relação ao setor empresarial será importante estimular o mestrado profissional em engenharia, especialmente em consórcios com empresas, de forma a estimular a inovação tecnológica" (BRASIL, 2004d, p. 49).

como também nas áreas consideradas “portadoras de futuro” (biotecnologia e nanotecnologia) são campos nevrálgicos na correlação de forças internacionais em que o Brasil apresenta enorme potencialidade e nas quais a pós-graduação deveria dar maior atenção. Nessa perspectiva, torna-se necessário o fortalecimento dos programas espacial e de energia, a criação de programas de exploração do mar e da biodiversidade, assim como o efetivo desenvolvimento da região amazônica como instrumento de integração nacional (BRASIL, 2004d, p. 50).

Lendo mais atentamente o V PNPG observa-se a nomeação das ciências exatas e da terra, as engenharias, as agrárias e as biológicas como áreas a serem expandidas e fortalecidas para atender as novas necessidades da produção industrial e,

Ao que tudo indica, seja porque o social não produz negócios, seja porque há uma equivocada ideia de desenvolvimento econômico apartado das necessidades que dão origem à pesquisa social, parece que a meta de expansão da pesquisa e pós-graduação nas áreas mencionadas, tem como condição, o apagamento científico das ciências humanas e sociais que não produzem (em geral) ciência e tecnologia para o grande capital. Numa conjuntura histórica marcada pela valorização do mercado em detrimento do público e estatal, a opção inscrita no Plano Nacional de Pós-graduação se apresenta como uma extensão da lei de Inovação Tecnológica que, em igual medida, coloca a produção do conhecimento em conexão estreita com as demandas da economia (MOTA, 2005, p. 14).

Assim, fica claro no V PNPG (2005-2010) ações que já vinham sendo delineadas desde o I PNPG no sentido de privilegiar algumas áreas do saber em detrimento de outras. Embora as chamadas “áreas estratégicas” tenham sido citadas em vários documentos anteriores, encontramos no V PNPG a explícita introdução da indução estratégica, algo que ficará ainda mais nítido a partir do VI PNPG (2011-2020) como discutiremos a seguir.

#### **4.2 As ciências subordinadas ao capital: indução para qual desenvolvimento?**

O VI PNPG (2011-2020) apresenta um horizonte temporal mais amplo que os anteriores, com determinações a serem seguidas pela pós-graduação por um prazo de 10 anos. O Plano se apoia nos seguintes eixos: “1. a expansão do SNPG<sup>305</sup>; 2. a criação de uma agenda nacional de pesquisa; 3. o aperfeiçoamento da avaliação; 4. a multi/interdisciplinaridade; 5. o apoio a outros níveis de ensino” (BRASIL, 2010g, p. 293).

---

<sup>305</sup> Sistema Nacional de Pós-Graduação (BRASIL, 2010g).

Este documento em seu preâmbulo declara que “pela primeira vez, um plano nacional de educação contemplará as propostas de diretrizes e políticas do ensino de pós-graduação, isso porque o PNPG é parte integrante do PNE” (BRASIL, 2010g, p. 13). A confirmação de que o VI Plano possui uma íntima relação com o PNE (que não foi promulgado em 2011, mas, somente em 2014) advém do fato de que ambos têm uma mesma direção e finalidade que é, além da mercadorização do ensino e do conhecimento, o financiamento público de instituições e ações privadas.

Sustentamos a ideia de que a contrarreforma da política de educação em vigor perpassa todos os níveis de ensino, do básico à pós-graduação, tendo como objetivo fundamental a abertura deste campo para a exploração e a transformação de um direito social em serviço. Sendo assim, as legislações desta área não obstante apareçam de forma fragmentada (mediante decretos, portarias, leis e outros) fazem parte de um todo privatizante que tem se concretizado através de medidas a "conta gotas".

O VI PNPG retomou a ideia da indução estratégica (que já vinha se delineando há longo tempo, ficando mais forte a partir do V PNPG) e colocou como um de seus eixos “a organização de uma agenda nacional de pesquisa, também ela organizada em torno de temas, de acordo com sua relevância para o país” (BRASIL, 2010g, p. 18). Ou seja, além da indução para o desenvolvimento de determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras, agora se propõe de forma explícita a indução de temas direcionando a realização de algumas pesquisas.

Como já foi descrito anteriormente, sabe-se que não há por parte do Estado (assegurador privilegiado dos interesses capitalistas o que é ainda mais perverso no caso de um país periférico como o Brasil) o interesse pelo desenvolvimento de todas as áreas da ciência de forma igualitária e isso pode ser observado a partir de um forte arcabouço que tem sido montado para este fim<sup>306</sup>. Um exemplo bastante atual

---

<sup>306</sup> Sabemos que o Estado atua no sentido de assegurar a reprodução da ordem social capitalista, mesmo que isso signifique contrariar interesses de frações burguesas. Queremos enfatizar, que as classes sociais (burguesia e proletariado) não são homogêneas. Há disputas de interesses e o Estado pode em determinado momento atender as demandas de algumas frações de classes

(além do que nos propomos a estudar) é o Programa Ciência Sem Fronteiras criado em 2011 e que também elencou as áreas consideradas prioritárias para o programa o que indica o “uso instrumental do conhecimento, que, para dar fôlego à reprodução ampliada do capital, precisa das 'inovações' menosprezando [...] até mesmo a produção de conhecimento para outros fins que não sejam ‘da vontade do capital’” (RIBEIRO, 2015).

Partimos da compreensão de que essa indução de pesquisas por temas e também por áreas associa-se diretamente ao interesse pela produção de conhecimentos cujos resultados podem ser aplicados de forma imediata. Essa análise parte da leitura do próprio PNPG (2011-2020) em que afirma

Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social. Neste quadro a parceria entre a universidade, o Estado e as empresas dará lugar ao chamado modelo da tríplice hélice. Este modelo levará a colocar no centro do plano, ou melhor, na sua base, aquilo que poderá ser chamado de Agenda Nacional de Pesquisa, com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais, com repercussão direta no SNPG e como matéria de políticas públicas, conduzindo a ações induzidas e a parcerias entre as universidades e os setores público e privado (BRASIL, 2010g, p. 18).

No VI PNPG os temas escolhidos como prioritários aparecem articulados com as propostas da IV CNCTI<sup>307</sup> que “escolheu como áreas prioritárias biotecnologia, fármacos, medicamentos e vacinas, materiais avançados, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear”<sup>308</sup> (BRASIL, 2010g, p. 20).

Com a justificativa de que é preciso formar mais doutores “em idade muito mais favorável à atividade de criação de conhecimento” (BRASIL, 2010g, p. 127) e de que a formação deveria ocorrer em um tempo menor tendo um “custo mais adequado”

---

excluindo outras. Tal esclarecimento se torna importante para que não ocorram simplificações na análise deste complexo processo (MATHIAS; SALAMA, 1983).

<sup>307</sup> IV Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2010g).

<sup>308</sup> O VI PNPG coloca como agenda para a pesquisa as seguintes temáticas: “agricultura; Amazônia e o mar; programa espacial; política nuclear; saúde pública; o desafio urbano; educação básica; problemas ligados ao clima, à energia ao pré-sal e as questões sociais pertinentes” (BRASIL, 2010g, p. 19). Também explicita quais seriam os desafios brasileiros: água, energia, transporte, controle de fronteiras, agronegócio, Amazônia, mar, saúde, defesa, justiça, segurança pública e criminologia, programa espacial, desequilíbrio regional (BRASIL, 2010g).

(BRASIL, 2010g, p. 127) o VI Plano prevê o aligeiramento dos estudos propondo a “implantação de doutorados diretos em áreas básicas e tecnológicas” (BRASIL, 2010g, p. 127) o que, realmente condiz com as mesmas diretrizes do atual PNE que, apesar de ter sido aprovado após o VI PNPG, já vinha sendo formulado nesses mesmos patamares de redução dos anos de estudo e do barateamento de seu custo mesmo que com qualidade inferior numa perspectiva de formação condizente com as necessidades do mercado de trabalho.

Além disso, o VI PNPG salienta que as universidades de estilo humboltianas “conhecidas por patrocinarem a união indissolúvel do ensino e da pesquisa” (BRASIL, 2010g, p. 128) não devem prevalecer. Ao contrário, incentiva a existência de instituições diferentes e complementares<sup>309</sup> assim como o faz o PNE (2014-2024). Segundo o VI PNPG

Este conjunto de natureza diferente e complementar deverá responder por demandas e necessidades diferentes: num extremo, a necessidade de formar professores e pesquisadores voltados para o sistema de ensino e de pesquisa; noutro extremo, a necessidade de formar quadros e técnicos altamente especializados para os setores público e privado (BRASIL, 2010g, p. 128).

A afirmação acima nos coloca diante de um cenário bastante preocupante para a política de educação. Em primeiro lugar, observa-se o incentivo à diversificação das instituições para que o mercado possa escolher dentre as várias alternativas, a que lhe for mais rentável. Ou seja, pode-se oferecer um ensino de péssima qualidade, com baixíssimo custo, sem o tripé ensino, pesquisa e extensão se isso estiver em sintonia com os anseios dos empresários da educação<sup>310</sup>.

Avançando na leitura do documento encontramos uma declaração sobre a necessidade de políticas que induzam a alocação de cientistas nos setores empresariais e industriais evitando que a maior parte destes profissionais fique concentrada no ensino superior como ocorre atualmente. Para o plano “a presença

<sup>309</sup> Observa-se que a diversificação das instituições de ensino (já discutida em capítulo anterior) que assumiu grande relevo no Brasil principalmente após as recomendações dos organismos internacionais como o Banco Mundial, também é indicada para o caso da pós-graduação, o que confirma o pensamento de que a contrarreforma do ensino superior atingiu tanto a graduação como a pós-graduação embora existam particularidades.

<sup>310</sup> Há de se destacar que a lei nº 12.513/2011 ampliou o FIES para a educação profissional e tecnológica e a portaria normativa nº 15 de 01 de julho de 2014 expandiu o FIES para os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado o que demonstra a lógica da privatização também para o ensino de pós-graduação. Esta discussão foi apresentada no capítulo 3 da tese.

de mestres e doutores no setor empresarial é diferencial competitivo para as indústrias que optam pela inovação” (BRASIL, 2010g, p. 188, 189). De acordo com o plano

Um exemplo de política estratégica para superar essa situação é o Programa RHAE – Pesquisador na Empresa, que é uma ação do CNPq para o aumento de pesquisadores – mestres e doutores – em empresas de setores específicos. O objetivo dos editais tem sido apoiar a inserção de mestres e doutores em empresas de micro, pequeno e médio porte, por meio da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa tecnológica e de inovação (BRASIL, 2010g, p. 190).

Embora a produção de tecnologias e da chamada inovação<sup>311</sup> apareça como elementos importantes para a produção de mercadorias e de serviços, o Plano reconhece que são poucas as empresas que empregam mestres e doutores pesquisadores. Partindo desta confissão, o VI PNPG propõe alguns objetivos que devem ser tomados para incentivar as empresas a se articularem com a academia:

Elaborar estratégias para melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, **promovendo ao mesmo tempo a ampliação e a diversificação do ensino médio e da educação superior**, inclusive com a **oferta de cursos de curta duração e a adoção do sistema de ciclos**, e não apenas em universidades, facilitando e induzindo a possibilidade de aproveitamento de créditos entre cursos de diferentes modalidades e **permitindo “pontes” que não prolonguem desnecessariamente a permanência nos cursos superiores;**

Criar novas formas de inserção no mercado de trabalho, de jovens de nível técnico, bem como de quadros formados por instituições de educação superior não-universitárias ou por ciclos iniciais de instituições universitárias;

**Estimular e promover a absorção de mestres e doutores por empresas;**

Fortalecer o papel das instituições públicas de educação superior na formação de professores para a educação básica;

**Ampliar substancialmente a pós-graduação brasileira com ênfase nas áreas tecnológicas e engenharias**, as quais podem contribuir de maneira estratégica para o desenvolvimento de setores como, por exemplo, energia, telecomunicações, automotivo, petroquímico e químico, farmacêutico, odontológico e médico-hospitalar, siderúrgico, aeronáutico, eletrodomésticos, agronegócio, alimentos e têxtil, dentre outros;

Estimular, na pós-graduação uma agenda de **formação de talentos para apoiar os processos de inovação no parque industrial do país,**

<sup>311</sup> A inovação é entendida pelo VI PNPG da seguinte forma: “o conceito de inovação, em geral, é correlacionado com pesquisa e desenvolvimento (P&D), porém é distinto e mais amplo. Inovação implica não somente tecnologia, máquinas e equipamentos, mas vai além, contemplando também mudanças incrementais, novas funcionalidades, bem como melhorias na gestão ou novos modelos de negócios, associados à conquista ou criação de novos mercados. As conexões entre ciência e tecnologia (C&T) com inovação tecnológica têm uma face mais evidente no que diz respeito ao mundo das indústrias de manufatura. No entanto, deve-se considerar que, atualmente, entre metade e três quartos da riqueza produzida no planeta é criada não pela produção de coisas físicas, produtos, mas sim pela prestação de serviços” (BRASIL, 2010g, p. 180, 181).



observando-se as tendências futuras, de maneira a fortalecer as habilidades e competências dinamizadoras da competitividade global; Apoiar iniciativas nos programas de pós-graduação que contemplem uma **melhor integração entre universidades, governo e empresas, por meio da construção de redes de produção de conhecimento**, baseadas na interdisciplinaridade, na aplicabilidade e na responsabilidade social do conhecimento, **com políticas indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação com a sustentabilidade** (BRASIL, 2010g, p. 192, 193, grifo nosso).

Se por um lado, o documento ressalta a necessidade de contratação de mestres e doutores pelas empresas, por outro, o plano entende que o empresariado possui dificuldades para realizar este tipo de contratação. Nesse sentido, apresenta uma solução: o estímulo e a autorização para que o professor universitário exerça este papel se transformando em um docente empreendedor. Vejamos

O pesquisador pode e deve, além de promover a inovação, participar da inserção do resultado de sua pesquisa no mercado produtivo. Esse fato já foi registrado na proposta MEC/MPOG, que cuida da flexibilização da dedicação exclusiva, e em outros estudos. Essa iniciativa oficializa a prestação de serviços que não tenham qualquer caráter acadêmico; resolve os problemas apresentados pelo TCU, relativos à participação do pesquisador em empresa, incluindo-se a possibilidade de dirigentes das IFES ocuparem simultaneamente cargos de direção nas administrações das fundações de apoio. Um primeiro passo nesse sentido seria estimular a criação de uma carreira específica para esses cientistas, vinculada a um órgão federal, como por exemplo o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Isso possibilitaria um maior aproveitamento do conhecimento desses pesquisadores, que poderiam ser envolvidos em estudos compartilhados entre universidades, indústrias ou outros órgãos públicos (BRASIL, 2010g, p. 279).

A conversão do professor em um empreendedor, um prestador de serviço ao mercado e captador de recursos, faz parte de uma lógica bastante atual que busca um consenso entre docentes, discentes e empresários favorecedores do capital. A universidade torna-se "refém" dos interesses particularistas do ambiente privado; ao professor oferece-se uma complementação de salários que fragmenta a luta nacional por melhores condições de trabalho e pela universidade pública, gratuita e de qualidade; aos alunos são oferecidas bolsas para servir ao empresariado e, às empresas são apresentadas medidas que as exime de contratar profissionais que produzam tecnologia e inovação uma vez que tanto os pesquisadores quanto o espaço para a produção deste tipo de conhecimento são oferecidos pela universidade com a aprovação do Estado brasileiro.

Essa parceria entre o público e o privado inaugura uma forma de privatização de difícil percepção para o conjunto da população que não identifica nos meandros

deste processo uma forma de escoamento do fundo público para ações privadas que só se revertem em benefício para o cidadão que puder comprar o resultado do conhecimento produzido no mercado seja em forma de objetos ou de serviços. Tal situação mais uma vez demonstra como a contrarreforma da política de educação perpassa todos os níveis de ensino seja na graduação ou na pós-graduação por meio de medidas fragmentadas, mas, complementares<sup>312</sup>.

A universidade também tem sido subjugada ao crivo da avaliação utilizada como instrumento justificador da desigualdade no que tange aos recursos distribuídos pelas agências de fomento<sup>313</sup>. Os programas de pós-graduação, por exemplo, são submetidos a avaliações onde predominam a quantidade, similar ao que ocorre em empresas, levando a uma concorrência desenfreada entre programas e docentes que deveriam trabalhar em uma linha de cooperação com vistas ao cumprimento da função social da universidade. Dentre as várias sugestões dadas pelo VI PNPG para a avaliação dos programas de pós-graduação destacaremos uma recomendação que deixa claro a adoção de um perfil empresarial para a universidade<sup>314</sup>

A avaliação dos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, visando à geração de tecnologia e à formação, de fato, de profissionais voltados para o setor empresarial: esta diretriz leva à ponderação de outros itens para além de artigos e livros, bem como ao reconhecimento de teses e dissertações ajustadas às suas demandas e necessidades (BRASIL, 2010g, p. 131).

---

<sup>312</sup> Exemplos de leis que se complementam e que fortalecem a parceria público-privado: a lei de inovação tecnológica (lei nº 10.973/2004), a lei nº 11.079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública e a lei nº 11.196/2005, conhecida como a lei do bem que concede benefícios fiscais para empresas que realizam atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2004c; BRASIL, 2005c).

<sup>313</sup> Retomaremos a problemática que envolve a avaliação dos programas de pós-graduação em itens seguintes.

<sup>314</sup> Notamos a partir da leitura do VI PNPG o incentivo a duas vertentes de ligação da universidade com as empresas: a primeira seria o estímulo cada vez maior para que a universidade tenha uma dinâmica de funcionamento que siga a mesma lógica de uma empresa (contratações flexíveis e sem estabilidade trabalhista, dentre outros) e a outra, se refere ao fato da universidade se colocar a serviço dos interesses empresariais (por exemplo, desenvolvendo pesquisas encomendadas por empresas).

As assimetrias continuam sendo uma preocupação do atual Plano<sup>315</sup> que discute as assimetrias entre as regiões, e traz uma preocupação com as assimetrias entre as instituições de ensino e as áreas do saber

[...] pode-se falar em assimetrias entre regiões, entre instituições na própria região, nas mesorregiões ou nos estados e entre áreas de conhecimento. Homólogas às desigualdades sócio-econômicas e culturais entranhadas na nação brasileira, as assimetrias regionais constatadas no sistema nacional de pós-graduação vêm sendo combatidas por meio de políticas de incentivos e indução [...] Do mesmo modo, ações indutoras vêm sendo postas em prática, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre áreas do conhecimento (BRASIL, 2010g, p. 145).

O VI PNPG parece inovar ao abordar as assimetrias entre os diversos ramos do saber, situação pouco discutida nos planos anteriores. Todavia, uma análise menos fortuita deste documento demonstra que as diretrizes colocadas certamente contribuirão muito mais para aprofundar as assimetrias entre as ciências do que o contrário. Há uma preocupação maior com as ciências tecnológicas e as engenharias e uma constante associação das pesquisas destas áreas com o setor produtivo.

Em outras palavras, o VI Plano pressupõe que a parceria público-privado é o elemento de sucesso para a produção de conhecimento e para a superação do atraso tecnológico brasileiro; que a pesquisa precisa resultar em produtos inovadores e competitivos e por isso, nem todas as ciências terão o mesmo tratamento; e que os produtos produzidos pelas pesquisas devem ser apropriados pelas empresas, pois estas possuem competências para lidar com os negócios<sup>316</sup>.

Vários trechos do documento que estamos analisando permite-nos chegar a estas conclusões. Segundo o Plano “a competitividade no mercado mundial globalizado começa a favorecer a inserção de cientistas e engenheiros com alta titulação no corpo de funcionários das indústrias” (BRASIL, 2010g, p. 183). O próprio Plano reconhece que o Brasil tem formado números importantes de cientistas e

---

<sup>315</sup> O discurso de que é preciso superar as assimetrias entre as regiões está presente em todos os PNPGs.

<sup>316</sup> Este raciocínio é claramente influenciado pelos organismos internacionais, principalmente a OMC que trata a educação como um negócio como discorremos no capítulo 3.

engenheiros, contudo, alerta que ainda existe um déficit de formação destes profissionais tendo em vista as nossas necessidades<sup>317</sup>.

Como já salientamos, o nosso país privilegiou a formação em instituições que inicialmente eram isoladas e que não possuíam forte vínculo com a pesquisa. Tal situação ocorreu tardiamente trazendo implicações para todas as profissões. Daí depreende-se que todas as áreas do saber carecem de investimentos que incentivem o tripé ensino, pesquisa e extensão. Se para a realidade do Brasil (que se configura como um país periférico e dependente) é preciso formar mais cientistas e engenheiros do que o Canadá<sup>318</sup> a nossa realidade e as problemáticas que assolam o nosso país também nos coloca diante de um compromisso com as outras ciências, até mesmo porque a universidade precisa responder de forma qualificada à sua função social. Precisa ser capaz de desenvolver conhecimentos que retornem à sociedade (que é quem a financia) não em forma de produtos que serão vendidos, mas na forma de um saber que permita a melhoria das condições de vida da população.

Todavia, parece não serem estes os objetivos que têm direcionado a pós-graduação brasileira. O que se observa no VI Plano é o incentivo ao aprofundamento das assimetrias entre as áreas mesmo que escamoteado pela retórica de que almeja-se o desenvolvimento de toda a pós-graduação. Ao incentivar a articulação entre a academia e o mundo empresarial, que é a tônica atual da política de educação em todos os níveis, o VI Plano deixa claro a necessidade de

---

<sup>317</sup> O VI Plano faz esta afirmação, mas, também não diz quantos cientistas e engenheiros seriam necessários para suprir o suposto déficit destes profissionais em nosso país.

<sup>318</sup> Quando o VI Plano afirma que existe um quantitativo de cientistas e engenheiros formados que nos faz chegar próximo a países como o Canadá, e ao mesmo tempo salienta que é preciso formar ainda mais profissionais nesta área, entendemos que mesmo números semelhantes ao país do norte não tem sido suficiente para nos tornar mais competitivos no cenário internacional. Ora, isso nos leva a considerar alguns aspectos: primeiro, qual a qualidade da formação que tem sido oferecida para os estudantes brasileiros; segundo, ter mais profissionais nas áreas tecnológicas e nas engenharias não significa necessariamente que seremos mais competitivos, terceiro, precisamos sim produzir produtos mais tecnológicos para alterarmos o perfil que temos de um país eminentemente exportador de produtos primários, mas, esse fomento não pode ser feito sem se levar em consideração a necessidade de incentivar todas as áreas do conhecimento.

ampliar substancialmente a pós-graduação brasileira com ênfase nas áreas tecnológicas e engenharias, as quais podem contribuir de maneira estratégica para o desenvolvimento de setores como, por exemplo, energia, telecomunicações, automotivo, petroquímico e químico, farmacêutico, odontológico e médico-hospitalar, siderúrgico, aeronáutico, eletrodomésticos, agronegócio, alimentos e têxtil, dentre outros (BRASIL, 2010g, p. 193).

Ao destacar a formação de recursos humanos para as empresas (porque a pós-graduação tem sido impelida a formar profissionais especialmente para as empresas, com o perfil que o mercado almeja e não profissionais com uma formação geral) o Plano sugere

**A ampliação substancial da pós-graduação brasileira com ênfase nas áreas tecnológicas e engenharias: o déficit é grande nessas áreas** e, devidamente estimuladas, elas poderão contribuir de maneira estratégica para o desenvolvimento de setores energético, de telecomunicações, automotivo, petroquímico e químico, farmacêutico, odontológico e médico-hospitalar, siderúrgico, aeronáutico, de eletrodomésticos, agronegócios, alimentos e têxteis, entre outros (BRASIL, 2010g, p. 300, grifo nosso).

Ao se referir ao déficit nas áreas tecnológicas e engenharias o VI Plano apresenta o interesse não só em aumentar o quantitativo de profissionais formados nestas áreas, mas, salienta a necessidade de que estes profissionais sejam inseridos nas indústrias. O documento sinaliza constantemente a baixa porcentagem de doutores na indústria no Brasil. Destaca que a Itália, que possui um número um pouco menor de “cientistas e engenheiros, tem a maioria deles (52%) na indústria, no Brasil esse percentual é de apenas 7,1%” (BRASIL, 2010g, p. 186). Aqui encontramos mais um ponto de discussão: nem todos os conhecimentos produzidos nas ciências tecnológicas e nas engenharias são incentivados pelo Plano. O que há, é um interesse em assuntos específicos destas áreas que possam contribuir para o desenvolvimento das empresas e das indústrias. Talvez seja por isso que o VI PNPG destaca além das áreas consideradas estratégicas, os temas que são considerados mais relevantes<sup>319</sup>. Esta é mais uma consideração que nos permite afirmar que o destaque dado para as tecnologias e as engenharias não são em decorrência de um discutível déficit porque se assim o fosse, haveria estímulo para esta área do conhecimento independente do tema pesquisado. Mas, o que tem sido

---

<sup>319</sup> Partimos do princípio de que as ciências não são neutras. Do mesmo modo, não existem as ciências do mal e as ciências do bem. Os conhecimentos produzidos, das diferentes áreas do saber, podem servir muito mais aos interesses do conjunto dos trabalhadores ou podem inclinar-se mais aos interesses do capital. Não podemos afirmar que as ciências humanas, por exemplo, serve mais ao trabalhador e que as exatas mais ao capital. Esta é uma concepção simplista e uma leitura equivocada das múltiplas determinações da realidade.

incitado é a produção de um conhecimento em uma área determinada e com um tema específico, o que a nosso ver coloca em risco a liberdade da produção intelectual e fortalece a nossa tese de que a autonomia científica, como a conceitua Fávero (1997)<sup>320</sup>, está cada vez mais limitada favorecendo a produção de um conhecimento ligado e subjugado aos anseios da cadeia produtiva.

Dando continuidade às questões levantadas e com o intuito de apresentar dados que fundamentem os nossos posicionamentos, elaboramos a seguir um panorama da pós-graduação no Brasil.

### 4.3 A pós-graduação em quadros: discutindo as assimetrias

A pós-graduação brasileira observada entre os anos de 1998 a 2014 apresenta uma considerável expansão. Se em 1998 havia 1.259 programas de pós-graduação, em 2014 esse número se elevou para 3.678 programas, um aumento de 292%. Verifica-se que o nível de maior crescimento foi do mestrado profissional o que condiz com a política em vigor que prega o aligeiramento dos estudos e da diplomação<sup>321</sup> (Quadro 1).

Ano	Mestrado/ doutorado	Mestrado	Doutorado	Mest/ Dout/ M. Prof.	Mest/ M. Prof.	Mest. Prof	Total de programas
1998	749	464	24	19	03	-	1.259
1999	756	554	25	19	05	04	1.363
2000	766	612	28	19	05	09	1.439
2001	883	560	29	44	05	29	1.550
2002	891	660	32	44	05	51	1.683
2003	907	764	35	44	06	62	1.818
2004	1.022	759	32	01	-	116	1.930
2005	1.063	829	33	-	-	132	2.057
2006	1.146	923	39	-	-	157	2.265
2007	1.207	980	37	-	-	184	2.408
2008	1.284	1.029	36	-	-	218	2.567
2009	1.381	1.054	40	-	-	243	2.718
2010	1.453	1.091	49	-	-	247	2.840
2011	1.563	1.175	52	-	-	338	3.128
2012	1.664	1.230	53	-	-	395	3.342
2013	1.897	1.095	56	-	-	480	3.528
2014	1.896	1.199	58	-	-	525	3.678

Quadro 1. Distribuição de programas por nível  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

<sup>320</sup> Fávero (1997) conceitua a autonomia didático-científica da universidade como a “liberdade de: a) estabelecer seus objetivos, organizando o ensino, a pesquisa e a extensão sem quaisquer restrições doutrinárias ou políticas; b) definir linhas de pesquisa; c) criar, organizar e extinguir cursos; d) elaborar o calendário escolar; e) fixar critérios e normas de seleção, admissão e promoção; f) outorgar graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos” (FÁVERO, 1997, p.11). Trabalhamos este conceito na introdução da tese.

<sup>321</sup> Este assunto foi discutido em tópicos anteriores.

Quanto ao status jurídico das instituições observa-se que a maior parte dos programas de pós-graduação pertence ao setor federal e estadual, respectivamente, considerando todos os anos pesquisados. Todavia, um exame mais cuidadoso dos dados nos permite demonstrar que tem ocorrido um crescimento bastante significativo do setor privado que no ano de 2014 apresentou um número próximo ao das instituições estaduais (Quadro 2).

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total de programas
1998	747	397	-	115	1.259
1999	793	424	03	143	1.363
2000	822	442	03	172	1.439
2001	863	470	04	213	1.550
2002	915	491	07	270	1.683
2003	990	516	08	304	1.818
2004	1.052	526	12	340	1.930
2005	1.104	553	13	387	2.057
2006	1.206	597	15	447	2.265
2007	1.280	620	16	492	2.408
2008	1.380	647	18	522	2.567
2009	1.479	677	20	542	2.718
2010	1.579	703	23	535	2.840
2011	1.781	741	26	580	3.128
2012	1.913	784	26	619	3.342
2013	2.023	843	25	637	3.528
2014	2.106	875	26	671	3.678

Quadro 2. Distribuição de Programas por status jurídico  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Como já fizemos notar o VI PNPG aponta algumas áreas<sup>322</sup> e temas considerados estratégicos para o país donde o estímulo à produção de conhecimentos nesses

<sup>322</sup> O CNPq reconhece oito grandes áreas do conhecimento (exatas e da terra; biológicas; engenharias; saúde; agrárias; sociais aplicadas; humanas; linguística, letras e artes) e um item denominado outros. As ciências exatas e da terra envolvem: matemática; probabilidade e estatística; ciência da computação; astronomia; física; química; geociências; oceanografia. As ciências biológicas englobam: biologia geral; genética; botânica; zoologia; ecologia; morfologia; fisiologia; bioquímica; biofísica; farmacologia; imunologia; microbiologia; parasitologia. As engenharias são compostas por: engenharia civil; engenharia de minas; engenharia de materiais e metalúrgica; engenharia elétrica; engenharia mecânica; engenharia sanitária; engenharia de produção; engenharia nuclear; engenharia de transportes; engenharia naval e oceânica; engenharia aeroespacial; engenharia biomédica. As ciências da saúde envolvem: medicina; odontologia; farmácia; enfermagem; nutrição; saúde coletiva; fonoaudiologia; fisioterapia e terapia ocupacional; educação física. Fazem parte das ciências agrárias: agronomia; recursos florestais e engenharia florestal; engenharia agrícola; zootecnia; medicina veterinária; recursos pesqueiros e engenharia de pesca; ciência e tecnologia de alimentos. As ciências sociais aplicadas são compostas pelo (a): direito; administração; economia; arquitetura e urbanismo; planejamento urbano e regional; demografia; ciência da informação; museologia; comunicação; serviço social; economia doméstica; desenho industrial; turismo. São consideradas ciências humanas: filosofia; sociologia; antropologia; arqueologia; história; geografia; psicologia; educação; ciência política; teologia. Na área de linguística, letras e artes estão: linguística, letras e artes. São considerados outros (administração hospitalar, administração rural, carreira militar, carreira religiosa, ciências, biomedicina, ciências atuariais, ciências sociais, decoração, desenho de moda, desenho de projetos, diplomacia, engenharia de agrimensura, engenharia cartográfica, engenharia de armamentos, engenharia mecatrônica, engenharia têxtil, estudos sociais, história natural, química industrial, relações internacionais, relações públicas, secretariado executivo) (BRASIL, 2015f).

campos aparece como fundamental. As engenharias, por exemplo, são alvo de constante dedicação do VI Plano que ao comparar o Brasil com outros países (a exemplo dos Estados Unidos) afirma que deve ocorrer um incremento do número de engenheiros em nosso país. Essa afirmação nos parece bastante simplista na medida em que tal comparação com o país norte-americano é carente de maiores detalhes e de análises mais profundas. Não queremos aqui afirmar que esta área do conhecimento não é importante, ao contrário, o que enfatizamos é que toda a produção de conhecimentos precisa ser valorizada. Em um país cuja desigualdade social é tão alarmante não podemos tratar as áreas sociais, por exemplo, como sendo menos importantes.

Ao analisarmos os dados sobre os programas de pós-graduação, percebemos que entre 1998 a 2001 as áreas das ciências da saúde, ciências exatas e da terra, e as ciências humanas apresentaram o maior número de programas de mestrado e doutorado. De 2002 a 2014 houve um deslocamento para as ciências biológicas que junto com as ciências da saúde, exatas e da terra alcançaram o maior número de programas neste nível. As áreas com o menor número de programas de mestrado e doutorado entre 1998 e 2012 foram as ciências sociais aplicadas, linguística, letras e artes e multidisciplinar (Quadro 3).

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
1998	182	103	102	97	81	79	49	51	05
1999	183	105	101	97	85	79	49	51	06
2000	189	105	101	97	86	79	49	51	09
2001	193	116	129	113	107	90	63	58	14
2002	198	114	130	115	108	90	63	58	15
2003	207	114	132	118	109	91	63	58	15
2004	214	124	141	135	127	111	84	60	26
2005	228	128	143	141	133	114	86	61	29
2006	244	131	159	148	144	124	94	68	34
2007	245	138	168	142	153	125	103	70	63
2008	259	146	182	149	163	130	109	73	73
2009	276	153	197	159	178	137	119	78	84
2010	279	160	211	168	186	145	128	82	94
2011	296	162	231	180	200	150	140	91	113
2012	310	165	247	187	213	160	157	96	129
2013	355	177	281	199	239	170	192	109	175
2014	352	177	278	202	242	172	194	107	172

Quadro 3. Programas de mestrado/ doutorado - Distribuição por grande área  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Em 1998 e 1999 os programas de mestrado localizavam-se majoritariamente nas áreas das ciências da saúde, ciências humanas e ciências agrárias. Entre 2000 e



2008 as ciências agrárias perderam esse "status" que foi deslocado para as ciências sociais aplicadas. Em 2009 os programas de mestrado pertenciam em sua maior parte as ciências humanas, engenharias, ciências sociais aplicadas e multidisciplinar. Entre 2010 e 2014 as áreas que se sobressaíram em número de programas foram as ciências humanas, as ciências sociais aplicadas e multidisciplinar. Em todos os anos estudados as ciências biológicas, linguística, letras e artes foram as áreas com o menor número de programas de mestrado (Quadro 4). Em relação ao doutorado depreende-se que as ciências da saúde prevalecem em números de programas, e a linguística, letras e artes possuem o menor número (Quadro 5).

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
1998	82	52	65	33	73	61	55	17	26
1999	93	61	85	37	78	71	70	23	36
2000	99	67	94	40	84	74	85	28	41
2001	83	59	97	35	67	73	83	27	36
2002	99	69	112	41	73	83	98	34	51
2003	120	77	127	44	87	91	114	42	62
2004	114	77	129	39	79	97	112	47	65
2005	122	83	141	39	79	107	130	50	78
2006	119	95	152	46	97	111	153	59	91
2007	118	98	166	45	101	112	167	64	109
2008	123	99	174	51	109	115	175	66	117
2009	120	97	185	47	108	123	182	69	123
2010	123	97	181	58	114	130	178	78	132
2011	134	103	193	67	118	141	183	82	154
2012	135	109	204	71	133	142	185	79	172
2013	100	101	176	61	117	139	167	65	169
2014	119	102	193	62	122	150	182	70	199

Quadro 4. Programas de mestrado - Distribuição por grande área  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
1998	14	-	03	01	01	-	01	-	04
1999	13	-	03	01	01	02	01	-	04
2000	13	01	03	01	02	02	02	-	04
2001	13	01	02	01	03	02	01	-	06
2002	13	01	02	02	03	03	01	-	07
2003	14	02	03	03	03	03	01	-	06
2004	13	01	03	02	03	03	-	-	07
2005	14	01	03	02	03	03	-	-	07
2006	13	03	04	04	03	03	-	-	09
2007	12	04	04	02	02	04	-	-	09
2008	12	04	04	01	02	03	-	-	10
2009	13	04	04	02	02	03	-	-	12
2010	15	08	04	02	02	03	01	-	14
2011	16	08	03	02	02	03	02	01	15
2012	16	08	03	03	02	03	02	01	15
2013	16	08	02	02	02	03	02	01	20
2014	18	07	02	02	02	03	02	01	21

Quadro 5. Programas de doutorado- Distribuição por grande área  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Os programas de mestrado/doutorado e mestrado profissional e os programas de mestrado e mestrado profissional durante o período em que vigoraram foram prevalentes nas áreas das ciências da saúde, engenharias e ciências sociais aplicadas<sup>323</sup> (Quadro 6 e 7).

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
1998	05	03	-	01	-	04	05	-	01
1999	05	03	-	01	-	04	05	-	01
2000	05	03	-	01	-	04	05	-	01
2001	07	05	01	04	01	10	12	01	03
2002	07	05	01	04	01	10	12	01	03
2003	07	05	01	04	01	10	12	01	03
2004	-	-	-	-	-	-	-	-	01
2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 6. Programas de mestrado/ doutorado/Mestrado profissional - Distribuição por grande área  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
1998	01	-	-	-	-	01	01	-	-
1999	01	01	-	-	-	01	01	-	01
2000	01	01	-	-	-	01	01	-	01
2001	01	01	-	-	-	-	-	-	03
2002	01	01	-	-	-	-	-	-	03
2003	01	01	-	-	-	-	-	-	04
2004	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 7. Programas de mestrado/ Mestrado profissional - Distribuição por grande área  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Merece consideração a expansão que vem acontecendo dos programas apenas de mestrado profissional. Como podemos ver no quadro 8 esse nível de ensino cresceu bastante na última década sendo prevalente nos campos das ciências da saúde, engenharias, ciências sociais aplicadas e multidisciplinar.

<sup>323</sup> Além da área multidisciplinar para o caso dos programas de mestrado e mestrado profissional.

Como decorreu o VI PNPG existe desde o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação uma preocupação com as assimetrias entre as regiões. Os dados do quadro 9 demonstram que de 1998 a 2014 a região sudeste foi a que concentrou o maior número de programas de pós-graduação (com destaque para São Paulo) seguida da região sul.

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
1998	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	04	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	05	-	01	-	-	02	01	-	-
2001	07	01	02	01	-	07	06	-	05
2002	11	01	03	01	-	11	13	-	11
2003	13	01	04	02	-	11	17	-	14
2004	23	06	05	05	01	20	30	-	26
2005	25	06	05	07	01	23	33	-	32
2006	27	08	06	07	03	29	35	-	42
2007	33	08	06	06	06	32	40	-	53
2008	39	10	06	07	08	35	41	-	72
2009	40	10	05	09	12	45	43	-	79
2010	38	10	06	08	13	44	50	-	78
2011	62	10	15	12	18	54	61	01	105
2012	74	14	19	15	20	57	70	02	124
2013	91	16	36	16	21	61	84	05	150
2014	97	17	50	16	23	61	95	09	157

Quadro 8. Programas de mestrado profissional - Distribuição por grande área  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Estado	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
AC	-	-	-	-	01	01	01	01	04	04	05	05	05	06	06	05	08
AM	07	08	10	13	19	22	26	29	33	39	41	45	46	48	51	48	50
RO	-	-	-	01	02	02	02	02	04	05	05	06	08	09	11	12	10
RR	-	-	-	-	-	-	01	01	03	04	04	04	05	07	10	10	09
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	03	03	03	03	04	04	04	04	04
PA	17	18	21	24	28	31	36	40	43	44	45	51	57	67	76	82	87
TO	-	-	-	-	-	01	01	01	03	05	07	07	08	10	14	17	17
<b>Total NO</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>31</b>	<b>38</b>	<b>50</b>	<b>57</b>	<b>67</b>	<b>74</b>	<b>93</b>	<b>104</b>	<b>110</b>	<b>121</b>	<b>133</b>	<b>151</b>	<b>172</b>	<b>178</b>	<b>185</b>
MA	04	04	04	06	07	09	09	13	14	16	18	18	21	26	32	34	37
PI	-	02	02	03	05	06	09	09	09	11	14	19	20	28	33	30	32
CE	30	33	36	41	48	52	56	64	71	72	79	78	81	84	88	91	97
RN	18	25	25	28	30	32	33	37	42	42	48	52	55	64	70	82	85
PB	36	36	36	32	34	39	43	44	48	54	57	63	70	77	85	89	94
PE	56	55	58	62	65	70	79	87	91	94	99	109	117	129	133	140	140
AL	04	06	06	07	08	10	14	16	18	17	18	20	22	26	31	31	31
SE	02	02	02	04	05	07	08	09	11	12	19	21	26	35	41	43	46
BA	29	31	36	43	49	52	55	63	82	94	105	112	123	138	144	158	158
<b>Total NE</b>	<b>179</b>	<b>194</b>	<b>205</b>	<b>226</b>	<b>251</b>	<b>277</b>	<b>306</b>	<b>342</b>	<b>386</b>	<b>412</b>	<b>457</b>	<b>492</b>	<b>535</b>	<b>607</b>	<b>657</b>	<b>698</b>	<b>720</b>
MT	03	04	04	04	05	09	09	12	16	18	21	23	32	37	44	46	48
MS	07	08	09	12	18	20	17	17	23	24	27	33	36	48	53	58	60
GO	14	16	18	22	23	26	31	33	44	51	53	57	58	65	74	82	88
DF	42	44	48	48	52	55	64	64	73	77	82	82	81	90	97	102	104
<b>Total CO</b>	<b>66</b>	<b>72</b>	<b>79</b>	<b>86</b>	<b>98</b>	<b>110</b>	<b>121</b>	<b>126</b>	<b>156</b>	<b>170</b>	<b>183</b>	<b>195</b>	<b>207</b>	<b>240</b>	<b>268</b>	<b>288</b>	<b>300</b>
MG	118	129	135	144	153	168	173	187	210	236	253	273	290	322	335	353	369
ES	10	12	12	13	15	19	21	21	27	35	40	44	49	57	60	62	62
RJ	195	210	220	229	237	253	261	272	295	303	318	344	349	379	405	418	426
SP	450	478	497	528	553	580	601	626	649	660	686	702	693	729	762	799	832
<b>Total SE</b>	<b>773</b>	<b>829</b>	<b>864</b>	<b>914</b>	<b>958</b>	<b>1.020</b>	<b>1.056</b>	<b>1.106</b>	<b>1.181</b>	<b>1.234</b>	<b>1.297</b>	<b>1.363</b>	<b>1.381</b>	<b>1.487</b>	<b>1.562</b>	<b>1.632</b>	<b>1.689</b>
PR	54	66	76	90	102	116	124	133	148	159	172	183	209	226	241	265	287
SC	41	46	47	47	57	63	72	80	86	97	103	112	114	126	130	135	141
RG	122	130	137	149	167	175	184	196	215	232	245	252	261	291	312	332	356
<b>Total SU</b>	<b>217</b>	<b>242</b>	<b>260</b>	<b>286</b>	<b>326</b>	<b>354</b>	<b>380</b>	<b>409</b>	<b>449</b>	<b>488</b>	<b>520</b>	<b>547</b>	<b>584</b>	<b>643</b>	<b>683</b>	<b>732</b>	<b>784</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.259</b>	<b>1.363</b>	<b>1.439</b>	<b>1.550</b>	<b>1.683</b>	<b>1.818</b>	<b>1.930</b>	<b>2.057</b>	<b>2.265</b>	<b>2.408</b>	<b>2.567</b>	<b>2.718</b>	<b>2.840</b>	<b>3.128</b>	<b>3.342</b>	<b>3.528</b>	<b>3.678</b>

Quadro 9. Distribuição de Programas de pós-graduação no Brasil por Estado e região  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Em relação ao quantitativo de alunos matriculados nos cursos de mestrado o quadro 10 confirma que entre 1998 e 2014 as áreas com o maior número de matrículas foram as engenharias, ciências humanas, ciências sociais aplicadas e ciências da saúde. As áreas que mais titularam mestres se considerados todos os anos foram as engenharias, ciências humanas, ciências sociais aplicadas e ciências da saúde (Quadro 11).

Mestrado										
Discentes matriculados										
	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de discentes matriculados
1998	8584	8281	8123	7003	4798	4516	3541	3418	1123	49.387
1999	9259	9053	9286	7606	5377	4869	3767	3748	1827	54.792
2000	11873	9626	10258	7752	5818	5114	3830	3866	2288	60.425
2001	9744	10864	11541	8048	6128	5429	4150	4170	2279	62.353
2002	10516	11256	11023	8194	6136	5550	4235	4441	2639	63.990
2003	10960	12198	10689	8507	6286	5802	4401	4778	3330	66.951
2004	11305	12737	10532	9149	6311	6056	4660	4921	3519	69.190
2005	11631	13678	10940	10020	6740	6332	5012	5311	4141	73.805
2006	12433	14618	11423	10579	7110	6876	5488	5758	4765	79.050
2007	12530	15160	12372	11144	7693	7683	5492	6129	6153	84.356
2008	12914	15829	12359	12242	8223	8300	5692	6201	6535	88.295
2009	13545	16357	12726	13134	8701	9055	6076	6328	7094	93.016
2010	14338	17072	13066	14008	9244	9924	6754	6665	7540	98.611
2011	14506	18092	13897	14694	9841	10927	7444	7174	8665	105.240
2012	14674	19022	14347	14919	10309	11454	7589	7485	9716	109.515
2013	14396	19336	14902	15544	10410	11144	7138	7525	10761	111.156
2014	15535	20312	15488	15793	10900	11168	6938	7537	11887	115.558

Quadro 10. Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil por grande área e por nível  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Nos programas de doutorado entre 1998 e 2002 a maior parte do alunado foi matriculada nas engenharias, ciências humanas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra. Entre 2003 e 2006 o maior número de matrículas concentrava-se nas engenharias, ciências humanas, ciências da saúde e ciências biológicas. Entre 2007 e 2009 nas engenharias, ciências humanas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra. De 2010 a 2014 nas engenharias, ciências humanas, ciências da saúde e ciências agrárias (Quadro 12). Observe que se no caso do mestrado há um peso significativo das ciências sociais aplicadas, no doutorado isso não ocorre. As áreas que mais titularam doutores levando em consideração todos os anos estudados foram as ciências da saúde, ciências humanas, ciências agrárias e engenharias, respectivamente (Quadro 13).

<b>Mestrado</b>										
<b>Discentes titulados</b>										
	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de discentes titulados
1998	2046	2067	1399	1821	1499	1466	1113	697	243	12.351
1999	2443	2365	1945	2322	1595	1729	1276	840	423	14.938
2000	2669	2872	2589	2694	1773	1955	1469	1071	519	17.611
2001	2685	3472	3230	2748	1941	2126	1581	1291	577	19.651
2002	3055	4306	4093	3328	2252	2335	1778	1483	827	23.457
2003	3523	4504	4532	3943	2358	2586	1919	1606	1026	25.997
2004	3603	4395	3895	3573	2211	2469	1772	1708	1129	24.755
2005	4195	5073	4255	4176	2522	2829	2056	1904	1595	28.605
2006	4016	5408	4477	4422	2561	3036	2222	2000	1600	29.742
2007	4126	5498	4384	4555	2684	2995	2198	2211	1908	30.559
2008	4225	6123	4843	4607	2781	3501	2507	2386	2387	33.360
2009	4359	6538	4994	5224	3116	3765	2573	2531	2586	35.686
2010	4314	6589	4895	5488	3251	4015	2637	2350	2708	36.247
2011	4689	7026	5294	6081	3464	4427	2942	2667	2954	39.544
2012	4819	7332	5704	6685	3752	4998	3307	2924	3357	42.878
2013	4907	7891	6051	6764	4009	5216	3579	2993	3946	45.356
2014	4960	7661	6019	6626	3820	5152	3217	3039	4008	44.502

Quadro 11. Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil por grande área e por nível  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

<b>Doutorado</b>										
<b>Discentes matriculados</b>										
	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de discentes matriculados
1998	4189	4693	2276	4145	3900	2452	3287	1488	267	26.697
1999	4830	5220	2605	4635	4134	2833	3590	1671	377	29.895
2000	5506	5871	2868	4819	4338	3319	3848	1889	442	32.900
2001	5379	6225	3324	5147	4505	3683	4241	2039	591	35.134
2002	5704	6704	3495	5225	4852	4040	4755	2272	681	37.728
2003	6078	7211	3492	5654	4995	4252	5101	2583	847	40.213
2004	6033	7573	3498	5963	4888	4440	5137	2671	1058	41.261
2005	6466	7878	3664	6487	5121	4788	5292	3018	1228	43.942
2006	6733	8551	3589	7131	5360	5005	5629	3200	1374	46.572
2007	6862	8949	3940	7644	5748	5379	5405	3292	2448	49.667
2008	7255	9391	4243	8339	5901	5674	5624	3481	2842	52.750
2009	7979	10079	4734	9092	6522	6441	6039	3683	3348	57.917
2010	8722	11134	5344	10247	7103	7327	6699	3903	4109	64.588
2011	9432	12106	5995	11527	7893	8410	7383	4370	4774	71.890
2012	9946	13612	6801	12605	8633	9213	8036	4927	5705	79.478
2013	10548	14945	7792	14449	9662	10201	8580	5458	6940	88.575
2014	11154	16103	8625	15374	10161	10867	8795	5685	8086	94.850

Quadro 12. Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil por grande área e por nível  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Doutorado										
Discentes titulados										
	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de discentes titulados
1998	525	653	281	767	542	456	512	167	12	3.915
1999	671	756	336	1044	648	490	600	240	46	4.831
2000	705	892	441	1028	727	550	667	257	51	5.318
2001	765	1025	478	1111	788	721	769	324	59	6.040
2002	819	1140	613	1425	747	785	894	393	78	6.894
2003	1023	1286	736	1549	913	1026	1028	415	118	8.094
2004	1055	1329	755	1462	904	974	1035	452	127	8.093
2005	1114	1497	813	1682	964	1119	1141	496	163	8.989
2006	1123	1503	890	1731	951	1160	1158	617	233	9.366
2007	1169	1689	810	1798	988	1217	1154	710	380	9.915
2008	1222	1862	868	1959	1132	1319	1238	696	415	10.711
2009	1284	1954	952	2125	1119	1424	1269	732	509	11.368
2010	1196	2007	944	2132	1176	1475	1200	643	541	11.314
2011	1346	2168	980	2384	1224	1513	1289	752	665	12.321
2012	1517	2301	1273	2596	1355	1853	1420	756	841	13.912
2013	1566	2662	1331	2954	1472	2074	1558	910	1017	15.544
2014	1613	2794	1489	3064	1618	2196	1771	1099	1101	16.745

Quadro 13. Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil por grande área e por nível  
 Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

O mestrado profissional foi sem dúvida o grau de ensino da pós-graduação que mais cresceu a partir dos anos 2000. Como já discutimos anteriormente este nível tem sido bastante estimulado e ocupa nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (principalmente a partir do V Plano) lugar de destaque. O direcionamento da formação pós-graduada para o mercado de trabalho e a associação universidade-empresa-indústria explica em grande parte o crescimento do mestrado profissional. O quadro 14 mostra que as engenharias, ciências sociais aplicadas e a área multidisciplinar obtiveram o maior número de matrículas entre 1998 e 2014. Os alunos do mestrado profissional foram titulados majoritariamente nas áreas das engenharias, ciências sociais aplicadas, ciências da saúde e multidisciplinar (Quadro 15).

Mestrado Profissional										
Discentes matriculados										
	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de discentes matriculados
1998	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	270	201	40	-	-	-	63	574
2000	195	-	517	209	80	-	48	-	82	1.131
2001	827	47	943	345	186	20	14	-	574	2.956
2002	1064	117	1421	330	246	22	64	-	1086	4.350
2003	1424	114	1740	381	252	20	74	08	1052	5.065
2004	1489	171	1922	720	173	28	162	-	1144	5.809
2005	1465	190	2210	671	149	24	148	-	1444	6.301
2006	1457	154	2255	689	159	37	185	-	1862	6.798
2007	1804	203	2260	751	259	146	146	-	2069	7.638
2008	2087	292	2371	1079	336	193	119	-	2596	9.073
2009	2297	302	2453	1107	385	339	152	-	3100	10.135
2010	2288	408	2616	1093	360	397	215	-	2836	10.213
2011	2544	694	2788	1759	398	512	273	15	3522	12.505
2012	2696	945	3163	2225	484	576	314	71	4250	14.724
2013	2854	1496	3837	2689	754	611	334	968	4874	18.417
2014	3484	2256	4412	3150	1036	634	435	1122	5444	21.973

Quadro 14. Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil por grande área e por nível  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

Mestrado Profissional										
Discentes titulados										
	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de discentes titulados
1998	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	40	02	-	-	-	-	01	43
2000	-	-	103	90	-	-	-	-	17	210
2001	55	-	137	106	03	-	-	-	61	362
2002	175	11	372	247	19	06	-	-	157	987
2003	284	80	622	260	50	10	08	09	329	1.652
2004	529	51	653	260	48	10	52	-	300	1.903
2005	480	69	649	391	42	-	49	-	349	2.029
2006	640	128	865	305	48	14	40	-	479	2.519
2007	314	103	923	349	14	24	39	-	565	2.331
2008	472	75	861	360	45	37	62	-	742	2.654
2009	615	127	883	503	83	66	47	-	778	3.102
2010	516	137	923	505	110	93	33	-	1026	3.343
2011	597	125	1039	537	106	103	89	-	1093	3.689
2012	692	191	1163	743	75	146	74	-	1176	4.260
2013	713	375	1196	976	111	185	101	15	1462	5.134
2014	707	399	1488	1134	93	220	73	68	1545	5.727

Quadro 15. Distribuição de discentes de pós-graduação no Brasil por grande área e por nível  
Fonte: BRASIL (2015e). Dados adaptados pela autora.

#### 4.4 A CAPES e a avaliação da pós-graduação

A avaliação da pós-graduação brasileira tem ocupado lugar de destaque nas discussões que envolvem esse nível de ensino. Se por um lado, reconhece-se a importância da avaliação dos programas para apontar possíveis direções na busca e manutenção da qualidade, por outro, evidenciam-se críticas quanto à lógica

produtivista e de rankeamento<sup>324</sup> que perpassam os processos de avaliação no campo educacional (KUENZER, MORAES, 2009).

Embora a avaliação dos programas de pós-graduação não seja diretamente o tema dessa tese, acreditamos que seria interessante abordar sumariamente o assunto, pois, a produção de conhecimentos e a sua publicação é um dos itens de maior peso na avaliação dos programas. Sendo assim, apresentaremos uma breve contextualização sobre o surgimento da CAPES e mostraremos como esta agência de fomento se tornou responsável pela avaliação da pós-graduação, para em seguida tecer alguns comentários sobre este ponto.

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) surgiu em 11 de julho de 1951 através do decreto nº 29.741. Foi dirigida em seus primeiros anos por Anísio Teixeira<sup>325</sup> e tinha o intuito de dar suporte aos programas de pós-graduação levando em consideração a palavra de ordem naquele momento: a modernização das universidades brasileiras. O termo "campanha" demonstra os objetivos iniciais desta instituição que era a realização de uma campanha para a formação de professores e o desenvolvimento de pesquisas<sup>326</sup> (BIANCHETTI, 2009; BRASIL, 2015a).

Em 1953 foi criado o programa universitário que era o principal vínculo da CAPES com as instituições de ensino superior. Este programa incentivava as atividades de intercâmbio e cooperação entre diversas instituições, a concessão de bolsas de estudos e o apoio a eventos de natureza científica. Nesse ano "foram concedidas 79 bolsas: 2 para formação no país, 23 de aperfeiçoamento no país e 54 no exterior. No ano seguinte, foram 155: 32 para formação, 51 de aperfeiçoamento e 72 no exterior" (BRASIL, 2015a, s/p).

---

<sup>324</sup> Sguissardi (2009) alerta que a avaliação da pós-graduação tem acontecido a partir do viés da regulação e do controle não se tratando de uma "avaliação educativa" (SGUISSARDI, 2009, p. 137). A avaliação em vigência tem contribuído para produzir hierarquias entre as instituições que, rankeadas ficam mais visíveis, podendo atrair maior número de alunos e de recursos financeiros através de estabelecimentos privados interessados em investir neste campo (o que pode ser feito, por exemplo, mediante o incentivo a pesquisas que proporcionarão aumento dos lucros de uma determinada instituição privada).

<sup>325</sup> A ideia da "campanha" foi do economista Rômulo de Almeida (BIANCHETTI, 2009).

<sup>326</sup> Em 1964 a "campanha" foi substituída pela "coordenação" e em 1992 passou a ser fundação pública (BIANCHETTI, 2009).



Em período de deflagração da ditadura militar a CAPES foi transformada (pelo decreto nº 54.356/64) em Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior mantendo a mesma sigla. Esta instituição continuou tendo o objetivo de auxiliar na formação de quadros para as universidades<sup>327</sup> tendo como um de seus propósitos a concessão de bolsas para graduados que quisessem continuar os estudos no Brasil ou no exterior (CURY, 2005).

O início do sistema de acompanhamento e avaliação da pós-graduação pela CAPES se deu em 1976 quando este órgão “procurou pôr em prática as orientações do I Plano Nacional de Pós-graduação (1975-79)” (KUENZER, MORAES, 2009, p. 181). Foi neste ano que a CAPES iniciou o processo de avaliação periódica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no sentido de avaliar o credenciamento e credenciamento dos programas (SGUISSARDI, 2009).

Em 1981 o decreto nº 86.791 extinguiu o Conselho Nacional de Pós-Graduação e determinou que “a competência do órgão ora extinto passa a ser exercida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)” (BRASIL, 1981), passando a CAPES a ser a responsável, por exemplo, pela elaboração do Plano Nacional de Pós-graduação. O decreto nº 86.816 de 1982 “alterou as funções da CAPES, cuja estrutura básica ficou mantida até os dias atuais<sup>328</sup>” (CURY, 2005, p. 10). As finalidades desta instituição foram expressas no artigo 1º, sendo:

---

<sup>327</sup> Em 1964 Anísio Teixeira deixou o cargo e a CAPES voltou a se subordinar ao Ministério da Educação e Cultura. Há de se destacar que de 1961 até o golpe civil-militar a CAPES estava subordinada diretamente à Presidência da República (BRASIL, 2015a).

<sup>328</sup> O Estatuto da CAPES (decreto nº 7.692/2012) coloca como funções desta instituição: Art. 2º A CAPES tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a Educação Básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. § 1º No âmbito da educação superior, a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos desse nível, e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado e especialmente: I - subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação e elaborar, a cada cinco anos, a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, em articulação com as unidades da Federação, instituições universitárias e entidades envolvidas; II - coordenar e acompanhar a execução do Plano Nacional de Pós-Graduação; III - elaborar programas de atuação setoriais ou regionais; IV - definir padrões mínimos de qualidade para regular o funcionamento dos cursos de mestrado e de doutorado no país; V - regulamentar a seleção de consultores científicos e os procedimentos da avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*; VI - promover estudos e avaliações necessários ao desenvolvimento e melhoria do ensino de pós-graduação e ao desempenho de suas atividades; VII - promover a disseminação da informação científica; VIII - estimular a fixação de recém-doutores e fomentar os programas de pós-doutorado no

subsidiar a Secretaria da Educação Superior – SESu, do Ministério da Educação e Cultura, na formulação da política referente à pós-graduação, pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos;  
elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação bem como acompanhar e coordenar a sua execução;  
fomentar, inclusive mediante concessão de auxílios financeiros e assessoria técnica, atividades que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento e consolidação da Educação Superior;  
promover a realização de projetos especiais e experimentos, com o objetivo de testar inovações de interesse científico-educacional;  
acompanhar e avaliar os cursos de pós-graduação e a interação entre ensino e pesquisa;  
promover atividades visando à capacitação de pessoal de nível superior;  
promover estudos necessários à geração de subsídios para a formulação da política de pós-graduação e aperfeiçoamento de recursos humanos;  
manter intercâmbio e contato com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas, inclusive internacionais ou estrangeiras, visando à celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes relativos à pós-graduação e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Geral do MEC, relativas aos assuntos internacionais;  
gerir a aplicação de recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes, nacionais e estrangeiras, destinados ao desenvolvimento da pós-graduação;  
promover e apoiar o intercâmbio e a articulação entre as instituições de ensino superior, o governo e as empresas públicas e privadas no seu âmbito de atuação;  
estimular a atividade editorial, mediante incentivo a docentes, pesquisadores e alunos, e apoiar a editoração científica nacional;  
conceder bolsas de estudos para aperfeiçoamento de recursos humanos;

---

país; IX - fomentar estudos e atividades que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento e consolidação das instituições de ensino superior; X - apoiar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional; e XI - manter intercâmbio com outros órgãos da administração pública do País, com organismos internacionais e com entidades privadas nacionais ou estrangeiras, visando promover a cooperação para o desenvolvimento do ensino de pós-graduação, mediante a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes que forem necessários à consecução de seus objetivos. § 2o No âmbito da educação básica, a CAPES terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, e, especialmente: I - fomentar programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica com vistas à construção de um sistema nacional de formação de professores; II - articular políticas de formação de profissionais do magistério da educação básica em todos os níveis de governo, com base no regime de colaboração; III - planejar ações de longo prazo para a formação inicial e continuada dos profissionais em serviço do magistério da educação básica; IV - elaborar programas de atuação setorial ou regional, de forma a atender à demanda social por profissionais do magistério da educação básica; V - acompanhar o desempenho dos cursos de licenciatura nas avaliações conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; VI - promover e apoiar estudos, pesquisas e avaliações necessários ao desenvolvimento e melhoria de conteúdo e orientação curriculares dos cursos de formação inicial e continuada de profissionais de magistério; e VII - manter intercâmbio com outros órgãos da administração pública do País, com organismos internacionais e com entidades privadas nacionais ou estrangeiras, visando promover a cooperação para o desenvolvimento da formação inicial e continuada de profissionais de magistério, mediante a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes necessários à consecução de seus objetivos (BRASIL, 2012d, p. 27).

promover, acompanhar e apoiar o envolvimento das instituições de ensino superior em projetos de transferência de tecnologias apropriadas às condições específicas de âmbito local e regional (BRASIL, 1982, p. 1).

Pela medida provisória nº 150 de 15 de março de 1990 a CAPES foi extinta. A reação dos programas e pesquisadores conseguiu reverter essa medida e um mês depois a CAPES foi recriada por meio da lei nº 8.028 de 1990. Em 1992 a CAPES foi instituída como fundação pública (BIANCHETTI, 2009; BRASIL, 2015a).

Atualmente as atividades da CAPES compreendem as seguintes linhas de ação, cada uma interligada a um conjunto de programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância<sup>329</sup> (BRASIL, 2015a).

Como já esclarecemos anteriormente, teceremos alguns comentários sobre a avaliação dos programas de pós-graduação. Esta escolha deve-se a compreensão de que discutir a produção de conhecimentos nos remete ao debate sobre a avaliação, na medida em que a publicação das pesquisas científicas é um dos itens levados em consideração.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* são avaliados pela CAPES e atingem nas avaliações notas de 1 a 7<sup>330</sup>, sendo que somente os cursos com nota mínima de 3 são reconhecidos pela CAPES. Para a avaliação a CAPES utiliza os seguintes

---

<sup>329</sup> A partir de 2007 a CAPES passou a atuar na formação de professores da educação básica por meio da lei nº 11.502/2007 e da aprovação do decreto nº 6.755/2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Programas como o PIBID (citado no capítulo 3) é um exemplo deste tipo de atividade (BRASIL, 2015a).

<sup>330</sup> Notas 1 e 2: significa desempenho fraco, abaixo do padrão mínimo de qualidade requerido. Os programas com esse nível de desempenho não obtêm a renovação do reconhecimento de seus cursos de mestrado e doutorado; Nota 3: desempenho regular atende o padrão mínimo de qualidade exigido; Nota 4: bom desempenho; Nota 5: alto nível de desempenho, sendo esse o maior conceito admitido para programas que ofereçam apenas mestrado; Notas 6 e 7: exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, com desempenho equivalente aos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa, alto nível de inserção internacional, grande capacidade de nucleação de novos grupos de pesquisa e ensino e cujo corpo docente desempenhe papel de liderança e representatividade na respectiva comunidade (IAMAMOTO, 2008).

critérios: proposta do programa<sup>331</sup>, corpo docente<sup>332</sup>, corpo discente<sup>333</sup>, produção intelectual<sup>334</sup> e inserção social<sup>335</sup> (BRASIL, 2009a).

Uma questão interessante é que a produção intelectual em geral possui grande peso na avaliação. No caso do Serviço Social, por exemplo, este item é responsável por 40% da nota obtida. Nesse tipo de produção o foco está nas produções bibliográficas em periódicos, livros, coletâneas temáticas, dicionários, dentre outros (BRASIL, 2009a).

Contudo, o processo não se resume simplesmente à publicação das produções científicas. As produções recebem pontuação diferenciada de acordo com a classificação que os materiais bibliográficos possuem. Os periódicos, por exemplo, são tipificados em uma escala decrescente de estratos que variam de A (A1 e A2 – os melhores veículos), B (B1 a B5) e C, sendo que os materiais publicados nos periódicos A1 recebem a maior pontuação<sup>336</sup> (BRASIL, 2010i).

---

<sup>331</sup> Nesse item deve ficar claro o pertencimento do curso a área de avaliação. A comissão leva em consideração se as propostas estão coerentes com o objeto de conhecimento da área; a coerência entre os objetivos do programa e a(s) área (s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular e infraestrutura. Esse quesito é uma condição para a existência dos programas. Ele não é pontuado, é feita uma análise qualitativa e os percentuais são apenas orientadores para possíveis recomendações (BRASIL, 2009a).

<sup>332</sup> São levados em consideração a formação do corpo docente, inclusive pós- doutorados; política de credenciamento e descredenciamento de docentes, dentre outros. O corpo docente deverá ter titulação de doutor e experiência em investigação científica na (s) área (s) de concentração e linhas de pesquisa, além de ser numericamente compatível com a dimensão e diversidade do Programa. A maior parte dos docentes deverá pertencer a categoria de docente permanente e ter vínculo de trabalho em tempo integral na instituição (BRASIL, 2009a).

<sup>333</sup> O programa deverá ter capacidade de selecionar discentes de mestrado e/ou doutorado, proporcionar-lhes a formação necessária e possibilitar a sua titulação no tempo previsto, atendo-se ao pressuposto básico da qualidade acadêmica (BRASIL, 2009a).

<sup>334</sup> Os quesitos corpo discente e produção intelectual constituem o núcleo da avaliação. O programa deverá demonstrar capacidade de produzir conhecimento novo na(s) sua(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa, observando os princípios de qualidade/relevância científica, regularidade e distribuição entre os pesquisadores (BRASIL, 2009a).

<sup>335</sup> Serão considerados a inserção e o impacto do Programa no desenvolvimento local, regional, nacional e internacional em termos de formação de pesquisadores e de professores da educação superior, a sua visibilidade, bem como, a integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionado à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação (BRASIL, 2009a).

<sup>336</sup> “Periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado um periódico científico, o mesmo deve conter os seguintes itens: editor responsável; conselho editorial; ISSN; linha editorial; normas de submissão; periodicidade mínima semestral; publicar, por volume ano, pelo menos 18 artigos; avaliação por pares; afiliação institucional dos autores; afiliação institucional dos membros dos conselhos, podendo haver membros sem vínculo institucional; resumo e abstract; descritores em português e inglês; pelo menos um número do ano anterior publicado; disponibilidade em formato digital, com acesso online; data de recebimento e aceitação de cada artigo; ser publicado por instituição de ensino superior, ou

Como já discutimos, a política de educação está cada vez mais afinada com a lógica do mercado. De acordo com Guerra (2011, p. 142)

Quanto aos poucos recursos disponibilizados, não é qualquer pesquisa que recebe apoio financeiro: há uma clara depreciação das instituições dedicadas à pesquisa, pressionadas, a partir dos critérios de avaliação, sob critério de rentabilidade e lucro, a oferecerem soluções ao setor produtivo-mercantil submetendo seus objetivos acadêmicos aos resultados imediatos. Como realização da já citada Lei de Inovação Tecnológica, as ciências sociais e humanas, especialmente as aplicadas, que não respondem diretamente ao mercado, são desvalorizadas.

Essa afirmação de Guerra (2011) nos remete aos vários documentos analisados nesta tese<sup>337</sup> onde foi possível verificar que há uma maior valorização das áreas do saber que se dedicam a encontrar soluções para o setor produtivo-mercantil. Sendo assim, as pesquisas que recebem os maiores incentivos<sup>338</sup> (tantos de instituições públicas ou privadas) são realizadas com melhores condições, sendo inclusive publicadas em periódicos de peso para a avaliação da CAPES. Essas pesquisas passam a ser cada vez mais valorizadas e os seus programas cada vez mais bem pontuados recebendo maiores recursos públicos e também privados, já que as parcerias entre o público e o privado são a tônica atual da política de educação. É nesse sentido que autores como Sguissardi (2009) criticam o processo de avaliação

---

associação profissional, ou instituição ou grupo de pesquisa, ou sociedade científica, ou editora que atenda aos critérios estabelecidos pela área; para revistas brasileiras, recomenda-se, que haja uma garantia, por agente certificador auditável, de preservação e acesso ao acervo em casos de catástrofes e obsolescência tecnológica” (GARCIA et al, s/d, p.1). A vinculação entre as publicações e o estrato ao qual pertencem (A, B ou C) estão disponíveis no sistema Qualis no site da CAPES. No caso do Serviço Social, por exemplo, os estratos são assim definidos: “estrato C: periódicos que não atendam a todos os critérios explicitados acima. Estrato 1 B5: periódicos que atendam aos critérios explicitados acima. Estrato 2 B4: publicar, por volume/ano, pelo menos, 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a, no mínimo, 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico; disponibilidade em, pelo menos, uma base de dados ou indexador internacional. Estrato 3 B3: publicar, por volume/ano, pelo menos, 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a, no mínimo, 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico; disponibilidade em mais de uma base de dados ou indexador internacional. Estrato 4 B2: publicar, por volume/ano, pelo menos, 45% de artigos cujos autores sejam vinculados a, no mínimo, 04 instituições de pelo menos 03 estados diferentes daquele que edita o periódico; presença em mais de uma base de dados ou indexador internacional. Estrato 5 B1: publicar, por volume/ano, pelo menos, 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a, no mínimo, 05 instituições de pelo menos 05 estados diferentes daquele que edita o periódico; disponibilidade em indexadores ou bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar. Estrato 6 A2: publicar, por volume/ano, pelo menos, 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a, no mínimo, 05 instituições de pelo menos 05 estados diferentes daquele que edita o periódico; publicar, por volume/ano, pelo menos 10% de artigos com autores ou co-autores filiados a instituições estrangeiras; disponibilidade em indexadores e bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar” (GARCIA et al, s/d, p. 1-2).

<sup>337</sup> Destaque para o VI PNPG.

<sup>338</sup> Incentivos financeiros, de recursos humanos, dentre outros.

quando este se constitui em uma forma de controle, castigo ou premiação<sup>339</sup>. Nestes termos, “a pós-graduação vem gradualmente perdendo sua função política e formativa, seu papel na construção de um pensamento contestatório e autônomo” (GUERRA, 2011, p. 144). Nestes aspectos Guerra (2011, p. 144) sinaliza

O modelo Capes impõe uma avaliação que se faz abstraída da análise crítica do contexto educacional, bem como das condições em que certas exigências são cumpridas: a busca pela suposta excelência se dá num contexto de brutal precarização das relações e condições de trabalho, causando o adoecimento profissional; a suposta produtividade se reduz ao produtivismo e este se configura como um fordismo intelectual [...]. Ora, é absolutamente paradoxal, incompatível ou mesmo hipócrita querer buscar a excelência ao tempo em que se impõe uma brutal precarização das condições e relações de trabalho.

No caso da produção de um trabalho científico acreditamos que este deveria ser a expressão da criatividade, da reflexão sistemática e do compromisso político de socialização da informação; no entanto, este tem sido avaliado a partir da capacidade que o pesquisador possui (ou não) de escrever em série. Tal situação repercute não só nos programas de pós-graduação, mas também na vida dos docentes que são rotulados como produtivos e não produtivos (GARCIA, 2011).

Esta assertiva coaduna-se com o pensamento de Tavares (2011, p.248,249) que nos parece fundamental no momento contemporâneo

Certamente, é cada vez maior a carga de trabalho do professor, e sua avaliação envolve um conjunto de variáveis pertinentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e até à administração. Em termos quantitativos, pode-se aumentar o número de alunos por turma, a quantidade de disciplinas por professor, intensificar e aligeirar os cursos, estabelecer publicações, preferencialmente em revistas estrangeiras com Qualis A, definir o número de participações em eventos internacionais por ano etc. Mas, no que se refere à qualidade, se considerarmos que o produto da educação é a própria educação, ou o conhecimento que dela advém, pode-se dizer que o produtivismo tem como objetivo esse resultado? [...] O produtivismo se expressa em uma melhor formação dos alunos, ou é cada vez menor o nosso tempo para essa finalidade? Ao nos massacramos com tantas exigências, não estariam os Estados partilhando dos objetivos do grande capital, no sentido de valorizar os novos modelos e abordagens? Não esqueçamos que a privatização de outros serviços foi antecedida por campanhas difamatórias contra os servidores públicos. Não nos parece exagerado supor que o mesmo pode acontecer com os professores da

---

<sup>339</sup> De acordo com Squissardi (2009) as avaliações realizadas pela CAPES antes de 1997 se baseavam na visita de comissões de consultores aos programas para avaliarem o seu funcionamento e assessorá-los para o aperfeiçoamento. A partir de 1997 as avaliações se vincularam muito mais aos processos de regulação e controle, estando inclusive, atrelada a distribuição de recursos das agências de fomento.

universidade pública. [...] Contudo, esse estado de coisas tem tensionado as relações acadêmicas e nos colocado uns contra os outros, enquanto o verdadeiro oponente mantém-se ileso.

A partir do exposto, percebe-se que dentre as ações desenvolvidas pela CAPES a avaliação da pós-graduação tem se constituído em uma problemática de peso na medida em que se por um lado, entende-se a necessidade da avaliação dos cursos, por outro, critica-se a forma como essa medida tem sido executada.

O aprofundamento da privatização das instituições de ensino superior e a tendência crescente à mercadorização do conhecimento fomenta a ideia das instituições de educação superior como campo profícuo para a valorização do capital ameaçando princípios como o da autonomia universitária, do ensino laico, público, de qualidade e gratuito.

Observa-se que as políticas do MEC e do MCTI em vigor tem exercido uma pressão cada vez maior sobre as universidades para que funcionem como os setores empresariais. Os programas de pós-graduação ao se inserirem nesta lógica tornam-se competitivos em busca de recursos. Assim, podemos afirmar que o governo brasileiro com o apoio dos organismos internacionais está direcionando a produção de conhecimentos para uma forma essencialmente utilitária buscando não apenas o retorno econômico, mas também, a sustentação da universidade mediante recursos privados. Nesta ótica, o pressuposto de que a pesquisa precisa ter o potencial para a comercialização e de que comercialização significa ciência atrelada à tecnologia e inovação, nos dá respaldo para o entendimento do próximo capítulo que resgata a história do CNPq e do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.

## Capítulo 5 O CNPq e o fomento à pesquisa

Embora criado somente em 1951, a emergência do CNPq associa-se a períodos anteriores onde havia o anseio pela criação de uma entidade governamental que pudesse contribuir para o desenvolvimento científico no Brasil.

Em retrospectiva histórica a ideia se fortaleceu a partir de um pedido formal encaminhado ao governo pela Academia Brasileira de Ciências (ABC)<sup>340</sup> em 1931 para que houvesse a criação de um Conselho de Pesquisas, sendo que, essa solicitação foi encaminhada pelo presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional em 1936. A ideia era de que fosse criado o Conselho de Pesquisas Experimentais, que seria voltado primordialmente para o aumento da produção agrícola, o que não foi aceito pelos parlamentares (BRASIL, 2015b).

A segunda guerra mundial e a guerra fria foram acontecimentos marcantes para o fortalecimento do interesse quanto aos avanços da tecnologia. O domínio do conhecimento e da produção de energia atômica era vital e demonstrava o grau do potencial militar de um país. O desenvolvimento científico e tecnológico era importante para a defesa, crescimento econômico<sup>341</sup>, prestígio nacional e intimidação, haja vista os conflitos que envolviam países capitalistas versus socialistas. Logo, o domínio científico e tecnológico tornou-se primordial para a soberania, o estímulo à competitividade e a segurança nacional dos países (BARROS, 1998).

Foi diante desta conjuntura que o Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva propôs ao governo, através da ABC a criação do Conselho Nacional de Pesquisa, e, em 1949 o presidente Dutra nomeou uma comissão especial para apresentar o projeto de criação deste conselho (BRASIL, 2015b).

---

<sup>340</sup> Visando o desenvolvimento da ciência no Brasil professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na época capital do país, fundaram em 3 de maio de 1916 a Sociedade Brasileira de Ciências. Esta organização era privada e teve como primeiro presidente o professor Henrique Morize. Em 1921 a Sociedade passou a ser chamada de Academia Brasileira de Ciências (ABC) (BRASIL, 2015b).

<sup>341</sup> Há de se mencionar a importância da venda de produtos e a extração cada vez maior de lucros.



Foi antes da posse de Getúlio Vargas, em 15 de janeiro de 1951, que o presidente Dutra sancionou a lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951 que criou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNP) como uma autarquia ligada a Presidência da República (BRASIL, 2015b)<sup>342</sup>. Dessa forma,

O Conselho Nacional de Pesquisas foi criado [...] para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, mas com especial interesse no campo da física nuclear. Assim, coube ao CNPq [sic] incentivar a pesquisa e a prospecção das reservas existentes, no Brasil, de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica (BRASIL, 2015b, p. 1).

A lei que instituiu o CNP regulava em seu terceiro artigo as competências deste órgão:

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho:  
 Promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;  
 Estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato de remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;  
 Auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;  
 Cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;  
 Entrar em entendimento com as instituições, que desenvolvem pesquisas, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;  
 Manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interesse comum;  
 Emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgão oficial;  
 Sugerir aos poderes competentes quaisquer providências, que considere necessárias à realização de seus objetivos (BRASIL, 1951, p. 1).

A intenção de acelerar a expansão das forças produtivas mediante a criação de tecnologias, transformando os países em potências mundiais, somada às preocupações que envolviam a segurança nacional, foram incorporadas pelo pensamento nacional-populista getulista mediante o plano de associar o Estado e a iniciativa privada com vistas ao progresso científico e tecnológico. O suposto

---

<sup>342</sup> Este foi o primeiro órgão sistemático de coordenação da política de ciência e tecnologia (BARROS, 1998).

sucesso da ciência e da tecnologia era visto como fontes de superação da dependência científica e tecnológica<sup>343</sup> concretizando os ideais do projeto nacionalista (BARROS, 1998). Nesta ótica, a demanda do setor produtivo (quanto à produção de ciência e tecnologia) ligada aos objetivos militares foram aspectos fundamentais para a unificação dos interesses dos militares e dos cientistas brasileiros<sup>344</sup> (BARROS, 1998).

O empenho para a obtenção do domínio da energia atômica incomodou os Estados Unidos que se opuseram à disseminação desse conhecimento e atuaram no sentido de controlar as pesquisas na área da física nuclear, pois à este país interessava a sustentação de seu poderio militar e econômico em nível mundial (SCHWARTZMAN, 2001).

Dada as divergências e a oposição dos Estados Unidos quanto a atividade nuclear, em 1956 esta foi transferida para a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)<sup>345</sup> retirando do CNP esta atribuição. O financiamento do CNP provinha dos recursos da União por meio do Fundo Nacional de Pesquisa (FNP) e outras receitas eventuais. Ainda na década de 1950 as atividades de fomento traduziam-se em concessão de bolsas de estudo para formação e aperfeiçoamento de pesquisadores; apoio à realização de reuniões científicas nacionais e internacionais e apoio ao intercâmbio científico no país e no exterior (BRASIL, 2015b).

Com a instauração do regime civil-militar o CNP teve a sua área de competência ampliada por meio da lei nº 4.533, de 8 de dezembro de 1964 que desvinculou o conselho das atividades referentes à execução de pesquisas na área da energia atômica e o instituiu como o órgão formulador da política científico-tecnológica nacional (BRASIL, 2015b). O regime ditatorial também concebia a ciência e a

---

<sup>343</sup> Cabe lembrar que a crise de 1929 impactou a exportação do café trazendo uma crise para o setor primário da economia brasileira o que incentivou o deslocamento da economia capitalista de base agroexportadora para uma base urbano-industrial que resultou na política de substituição de importações de produtos manufaturados. Assim, era preciso não só produzir novos produtos como qualificar a mão-de-obra. Este assunto foi abordado no capítulo 2 da tese.

<sup>344</sup> Destacamos o papel assumido pela ABC e pela SBPC (criada em 1948) que influenciaram a elaboração da política de ciência e tecnologia (BARROS, 1998).

<sup>345</sup> O CNEN surgiu em 1956 a partir da Comissão Nacional de Energia Atômica criada em 1954 (BRASIL, 2015b).

tecnologia como essencial para o desenvolvimento. Guerra (2011, p. 128) afirma que

Naquela conjuntura, fazia-se necessário assegurar determinado tipo de pesquisa e de produção tecnológica e científica que viessem a dar suporte ao projeto de transformação capitalista instaurado pela ditadura, caracterizado pela aceleração econômica, dependência do capital externo e por uma dinâmica que garantia, mas também restringia o acesso aos bens e serviços apenas aos segmentos da classe burguesa, dando prosseguimento à histórica herança de exclusão da massa da população brasileira.

Notamos que a expansão do capitalismo mundial estabeleceu uma “relação excludente e subordinada em relação aos países da América Latina” (GUERRA, 2011, p. 128) sendo a integração entre os países centrais e periféricos uma relação entre desiguais. Para Guerra (2011, p. 128)

Essa integração implicava a expansão de mercados consumidores nos países periféricos e o fomento aos países centrais enquanto produtores de Ciência e Tecnologia. É importante lembrar que o objetivo das nações mais desenvolvidas era o aumento de mercados consumidores e o desestímulo à concorrência científica ou tecnológica.

O que se pretende demonstrar é que embora houvesse incentivos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, este não foi capaz de superar o atraso tecnológico brasileiro até mesmo porque à burguesia nacional não interessava o acirramento de conflitos com outros países em decorrência deste assunto. Não mais se envolvendo diretamente nas pesquisas nucleares para a fabricação da energia atômica<sup>346</sup> o CNP passou a fomentar pesquisas nas áreas da física, biologia, tecnologia e ciências da terra. Somente em 1965<sup>347</sup> as ciências humanas e sociais foram incluídas nas ações de fomento do CNP passando este órgão a estimular todas as áreas do conhecimento (OLIVEIRA, 2003).

Como já demonstramos, a ciência e a tecnologia tornou-se um assunto de relevo no período civil-militar, tanto que vários foram os planos e demais documentos elaborados na área<sup>348</sup>.

<sup>346</sup> Havia uma forte oposição dos Estados Unidos como já explicitamos.

<sup>347</sup> Decreto nº 56.122, de 27 de abril de 1965.

<sup>348</sup> Podemos citar: PED, I PND, II PND, I PBDCT, II PBDCT, III PBDCT, I PNPG, II PNPG, PADCT, todos discutidos no capítulo anterior. Acharmos necessário apenas enfatizar que de acordo com Barros (1998, p. 76) a “política para o segmento de ciência e tecnologia só passa a existir no final da década de 60, a partir do Programa Estratégico de Desenvolvimento PED (1968-70). Não que inexistissem ações voltadas para o setor, anteriormente. Tratava-se de medidas descontínuas e

Observa-se que a institucionalização da pós-graduação, a lei nº 5.540/68 e o surgimento do CNPq<sup>349</sup> desencadearam um redirecionamento onde as ações desta agência voltaram-se, sobretudo para os programas de pós-graduação vistos sob as novas normatizações como loci da produção de conhecimentos (BARROS, 1998). A lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974 não só transformou o CNP em CNPq como o vinculou a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Esta lei também instituiu o CNPq como fundação e colocou sob sua responsabilidade a elaboração dos PBDCT's<sup>350</sup>. Em 1985 quando foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia (pelo decreto nº 91.146/1985) o conselho passou a fazer parte deste Ministério (BRASIL, 2015b).

De acordo com Oliveira (2003) o conceito de inovação foi atrelado formalmente ao CNPq na gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1980-1985) quando foi criada a Superintendência de Inovação Tecnológica com o objetivo de estimular ações neste campo. Tal entendimento mostrou-se bastante fortalecido a partir da década de 1990<sup>351</sup>.

Atualmente está em vigor o decreto nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013 da qual retiramos as informações referentes às competências do CNPq:

Art. 3º Compete ao CNPq, como órgão de fomento à pesquisa, participar com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e, especialmente: I - promover e fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento; II - promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional; III - promover e fomentar a inovação tecnológica; IV - promover, implantar e manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação; V - propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo a atividades de

---

pontuais sem um caráter mais sistemático e abrangente que pudesse caracterizar uma intervenção do Estado no segmento de C e T”.

<sup>349</sup> A lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974 transformou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNP) em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (BARROS, 1998; BRASIL, 2015b).

<sup>350</sup> Os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) foram descritos em capítulos anteriores.

<sup>351</sup> Trataremos deste assunto no próximo tópico ao discutirmos o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

pesquisa e desenvolvimento, de difusão e absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos; VI - promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; VII - apoiar e promover reuniões de natureza científica e tecnológica ou delas participar; VIII - promover e realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - prestar serviços e assistência técnica em sua área de competência; X - prestar assistência na compra e importação de equipamentos e insumos para uso em atividades de pesquisa científica e tecnológica, em consonância com a legislação em vigor; e XI - credenciar instituições para, nos termos da legislação pertinente, importar bens com benefícios fiscais destinados a atividades diretamente relacionadas com pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 2013c).

Como podemos observar, o CNPq tem como prioridade a capacitação de recursos humanos e o fomento à pesquisa. O incentivo a capacitação ocorre mediante a concessão de bolsas de estudo no país e no exterior. Já o fomento a pesquisa ocorre por meio do apoio aos projetos de pesquisa, a editoração e a realização de eventos (CNPq, 2015c)<sup>352</sup>.

### **5.1 Ministério da Ciência e Tecnologia e o foco na inovação**

A década de 1980 no âmbito da ciência e tecnologia foi marcada por três acontecimentos relevantes: 1. a inclusão deste tema no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PNDNR) durante o governo Sarney que definiu como áreas estratégicas a biotecnologia, informática, mecânica de precisão e química fina; 2. a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e 3. a inclusão da ciência e tecnologia na Constituição Federal de 1988 (OLIVEIRA, 2003).

Importa-nos neste momento a condução de um breve debate sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia. Para tanto, retomaremos a análise a partir de 1975 quando foi instituído mediante decreto<sup>353</sup> o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) que era coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República com o auxílio do CNPq (BRASIL, 1975). Com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em 1985<sup>354</sup> o SNDCT passou a ser

<sup>352</sup> Voltaremos a este assunto na discussão dos dados coletados.

<sup>353</sup> Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975 (BRASIL, 1975).

<sup>354</sup> O MCT foi criado pelo decreto 91.146, em 15 de março de 1985 (BRASIL, 2015d). As competências do MCTI estão ligadas aos seguintes assuntos: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de

coordenado por este ministério que incorporou duas importantes agências de fomento do país: a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o CNPq<sup>355</sup> (BRASIL, 2015d).

O movimento para a criação de um ministério que concentrasse e conduzisse as ações do SNDCT teve início na década de 1970 sendo que, uma das primeiras tentativas de integrar as ações de ciência e tecnologia ocorreu por meio do surgimento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT)<sup>356</sup> que era um programa nacional com a participação das quatro principais agências de fomento: CNPq, FINEP, CAPES e a Secretaria de Tecnologia Industrial (BRASIL, 2015d). Segundo o site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi deste grupo que nasceu a ideia de criar um ministério que se ocupasse dos assuntos referentes à ciência e tecnologia. Alguns políticos<sup>357</sup> e membros da comunidade científica elaboraram e encaminharam um projeto para este fim, sendo este aceito. Com a morte de Tancredo Neves coube ao presidente José Sarney a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e a nomeação de Renato Archer como ministro em 1985. Uma das medidas levadas a efeito por Archer foi a implantação do PADCT (BRASIL, 2015d).

No ano de surgimento do MCT aconteceu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCTI). Antes desta conferência, ocorreram reuniões regionais para o debate de seis temas escolhidos pela comissão coordenadora<sup>358</sup>: 1. ciência e tecnologia, necessidades sociais e o desenvolvimento econômico; 2. ciência e tecnologia e o desenvolvimento regional; 4. requisitos humanos e materiais para o desenvolvimento científico; 5. pesquisa, tecnologia, setor público e a empresa nacional; 6. organização institucional da ciência e tecnologia no Brasil e a

---

biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis, itens estabelecidos no decreto nº 5.886 de 6 de setembro de 2006 (BRASIL, 2015d).

<sup>355</sup> Vários outros órgãos pertencem ao MCTI: o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); a Agência Espacial Brasileira (AEB); dentre outros (BRASIL, 2015d).

<sup>356</sup> O PADCT já foi abordado em tópicos anteriores.

<sup>357</sup> Do qual se destaca Renato Archer (BRASIL, 2015d).

<sup>358</sup> A comissão coordenadora do evento era composta por representantes da Academia Brasileira de Ciência (ABC), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), comissão de representantes das sociedades científicas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia, além dos observadores das comissões de ciência e tecnologia da câmara e do senado (BRASIL, 1986).

participação da sociedade. As discussões dos temas foram registradas em seis documentos chamados Termos de Referência aos quais foram levados para o debate nacional. As deliberações da Conferência Nacional de 1985 foram publicadas no relatório síntese do debate do qual ressaltamos quatro recomendações:

- é indispensável promover o desenvolvimento científico e tecnológico em todo o país, reduzindo as atuais diferenças entre regiões;
- o desenvolvimento científico e tecnológico deve estar orientado para os interesses maiores da nação, com destaque para os problemas sociais;
- o investimento nacional em C&T deve ser rapidamente elevado a um mínimo de 2% do produto interno bruto; e
- é essencial que a nova Constituição assegure o apoio a C&T e ao seu uso em favor do desenvolvimento econômico e social do país (BRASIL, 1986, p. 363).

Pouco tempo após a inclusão do tema ciência e tecnologia na Constituição de 1988, houve a fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em janeiro de 1989. Em março deste mesmo ano as duas pastas foram separadas e o MCT foi transformado em Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia. Ainda neste ano, a Secretaria foi extinta e o MCT recriado. Pouco tempo depois, em 1990, o presidente Fernando Collor extinguiu o ministério e implantou a Secretaria da Ciência e Tecnologia subordinada a Presidência da República. O MCT foi criado novamente em 1992 no governo de Itamar Franco permanecendo até os dias atuais<sup>359</sup> (BRASIL, 2015d).

A atenção dada à tecnologia a partir dos anos de 1990 no Brasil articulava-se a conjuntura mais ampla de abertura dos mercados e da concorrência entre os países frente à crise advinda da década de 1970. Segundo Balbachevsky (2010, p. 8)

As questões relacionadas à estrutura de nosso parque industrial sempre foram relevantes na agenda nacional. Entretanto, as questões em pauta mudaram claramente de direção entre os anos setenta e noventa. Nos anos setenta, o debate em torno da estrutura de nossa indústria tinha por referência duas questões: a autonomia nacional em setores considerados estratégicos, a preocupação com a diversificação de nosso parque industrial e com a sua capacidade de prover o mercado interno. Nos anos noventa, o debate se direcionou para a questão do mix de indústrias presentes na economia, sua capacidade para incorporar novas tecnologias, a fragilidade de alguns setores de alta tecnologia frente a competição internacional. Ao mesmo tempo, as preocupações ligadas à composição da pauta de exportações do país cresceram. Foi então que a questão da baixa participação de nossa economia nos mercados mundiais de alta tecnologia passou a atrair a atenção de uma parcela importante da elite.

---

<sup>359</sup> Pelo menos até 2014.

Dada a preocupação com a competição internacional as empresas nacionais foram cada vez mais incentivadas a investirem em ciência e tecnologia para inserirem os seus produtos no mercado interno e externo com maior competitividade (OLIVEIRA, 2003). A abertura da economia brasileira (aprofundada a partir de 1990) resultou no aumento da importação de tecnologias confirmando a associação dependente do Brasil aos países centrais. Neste aspecto, “o Brasil e demais países do terceiro mundo acabam tendo um papel coadjuvante, inserindo-se na economia global na condição de consumidores de tecnologia” (OLIVEIRA, 2003, p. 48).

O posicionamento subalterno do Brasil quanto à produção de ciência e tecnologia está em consonância com documentos dos organismos internacionais, dos quais destacamos Transformación Productiva com Equidad da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) publicado em 1990 (OLIVEIRA, 2003; CEPAL, 1990). As principais orientações de política tecnológica para a América Latina e o Caribe são:

[...] completar e adequar a infra-estrutura tecnológica nas atividades prioritárias mais atrasadas e que carecem de investigação nos países industrializados; promover uma maior incorporação do progresso técnico e de inovação nas empresas, por meio de incentivos governamentais à inovação e à criação de empresas de alto nível tecnológico, mediante arranjos institucionais, fomentar a criação de redes de ligação em âmbito interno e externo do sistema de investigação e de estrutura tecnológica com o setor produtivo – principalmente nos setores de recursos naturais e nas indústrias ligadas a eles – e incentivar estreito contato entre usuários e produtores de bens e serviços (OLIVEIRA, 2003, p. 92).

O documento da CEPAL orienta os países da América Latina e Caribe a produzirem conhecimentos em assuntos referentes a agricultura, recursos naturais e técnicas de uso intensivo de mão-de-obra, não sendo “discutido o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas essenciais para a competitividade e soberania de um país como as NTICS, tecnologias de base energética e de materiais” (OLIVEIRA, 2003, p. 93). Além disso, preconiza-se a associação entre universidades e empresas; a adequação dos objetivos das universidades às necessidades do setor produtivo e a administração conjunta entre o público e o privado dos recursos financeiros para pesquisas (CEPAL, 1990). De acordo com Oliveira (2003, p. 94) “desde 1990 [...] muitas empresas brasileiras reestruturaram seus processos de produção, porém essa inserção deu-se com base na importação de tecnologia, aumentando o déficit da balança comercial brasileira”.



## 5.2 Os Livros Verde, Branco e Azul

Antes da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação<sup>360</sup> realizada em 2001, foi publicado (neste mesmo ano) o chamado Livro Verde onde se discutia a inovação tecnológica como um instrumento para a competitividade. Este livro foi utilizado como suporte para as discussões nas Conferências Regionais e na Conferência Nacional. Parafraseando o ministro da época Ronaldo Mota Sardenberg “o Livro Verde da Ciência, Tecnologia e Inovação [...] resulta de amplo debate, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, acerca do papel do conhecimento e da inovação, na aceleração do desenvolvimento social e econômico do país” (SILVA; MELO, 2001, p. VIII).

O Livro Verde aponta a importância das ciências humanas e sociais tendo em vista a complexidade das problemáticas contemporâneas e da necessidade de avaliação das políticas públicas. Mas ao definir os "campos estratégicos" para a pesquisa o documento define algumas áreas. Para o levantamento, gestão e desenvolvimento sustentável dos recursos naturais do país foram eleitos os seguintes campos: mapeamento do território; meteorologia e climatologia; gestão do meio ambiente; biodiversidade; recursos do mar; recursos hídricos; recursos minerais. Para o maior desenvolvimento do país listou-se como áreas prioritárias: fármacos; energia; biotecnologia; telecomunicações; informática; atividades espaciais; tecnologia aeronáutica; tecnologia nuclear<sup>361</sup> (SILVA; MELO, 2001).

No Livro Verde o Estado aparece como um articulador entre o público e o privado para a condução da ciência, tecnologia e inovação com vistas a angariar maior

---

<sup>360</sup> O termo inovação passou a fazer parte do nome do Ministério (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI) em agosto de 2011. Mas, antes mesmo desta data a questão da inovação já estava em pauta (FUCK, VILHA, 2012).

<sup>361</sup> De acordo com Oliveira (2003) as áreas consideradas estratégicas pelo Livro Verde estão em conformidade com os 14 fundos setoriais criados a partir de 1997, o que demonstra a sintonia dos governos com o documento. O primeiro fundo setorial a ser criado em 1997 (Lei nº 9.478), foi o Fundo do Petróleo e Gás Natural (CT PETRO). Outros seis fundos foram criados em 2000: Fundo Setorial para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) através da Lei nº 10.052; o Fundo de Energia elétrica – (CT ENERG) pela Lei nº 9.991; o Fundo CT Mineral (Lei nº 9.993); Fundo Setorial de Transportes Terrestres – CT Transportes (Lei nº 9.992); o CT Espacial, pela Lei nº 9.994; e o Fundo Verde e Amarelo (Lei nº 10.168). Em 2001 surgiram mais seis: o Fundo Setorial de Agronegócio (CT Agronegócio) pela Lei nº 10.332; o Fundo Setorial de Saúde (CT Saúde) pela Lei nº 10.332; o Fundo de Infraestrutura (CT Infra) Lei nº 10.197; o Fundo Setorial de Biotecnologia (CT Biotecnologia) pela Lei nº 10.332; CT Aeronáutico, pela Lei nº 10.332; e o CT Info, por meio da Lei nº 10.176. Em 2002, foi criado o Fundo de Recursos Hídricos (CT Hidro) pela Lei nº 9.993.

competitividade. Todo esse arcabouço de "ações com vistas ao desenvolvimento" são acompanhadas pela retórica da necessidade de se construir arranjos jurídicos mais flexíveis. Há também neste documento<sup>362</sup> um incentivo à autonomia das instituições de pesquisa para captação de recursos no mercado e a sua associação ao setor produtivo. Com os termos usados no Livro Verde:

Nos últimos quinze anos, as organizações públicas de pesquisa, tanto em nível nacional quanto internacional, vêm enfrentando diversos desafios: redução de recursos financeiros, surgimento de novos campos do conhecimento, alterações nas políticas que definem o papel do Estado, riscos e oportunidades decorrentes de maior abertura para o ambiente externo, entre outros. [...] A maioria das organizações de CT&I no Brasil não dispõe de mecanismos institucionais que permita sua rápida adaptação às demandas a elas impostas. Falta-lhes autonomia e flexibilidade para executar, com a necessária agilidade, atividades tão básicas quanto comprar e vender produtos e serviços, adequar o quadro funcional, captar recursos no mercado, elaborar e implementar contratos, entre outras coisas. Isto significa que essas organizações apresentam, de partida, desvantagens competitivas em relação a outras que gozam de maior autonomia e flexibilidade (SILVA; MELO, 2001, p. 245).

As propostas apresentadas no Livro Verde para a ciência, tecnologia e inovação compactuam com a tônica atual de parceria entre o público e o privado e consequentemente da apropriação de recursos públicos<sup>363</sup> pelo privado e das "doações" do privado para o público. Segundo o material

A missão da empresa é produzir e gerar riqueza, ao passo que cabe primordialmente à universidade formar pessoal qualificado, particularmente por meio de uma intensa prática em atividades de pesquisa. Contudo, isto não quer dizer que se deva negligenciar o potencial das instituições de pesquisa e ensino como fonte de conhecimento para a inovação tecnológica. Tampouco, que a empresa não deva exercer qualquer papel no financiamento dessas instituições [...] O papel fundamental da universidade de formação de pessoal qualificado deve, cada vez mais, ser desempenhado no contexto dos sistemas de inovação. Este é o ponto fundamental das relações universidade-empresa (SILVA; MELO, 2001, p. 250).

Após a realização da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em 2001, foi publicado o Livro Branco que expressou os resultados daquela conferência contendo as diretrizes para a área por um período de dez anos<sup>364</sup>. O Livro Branco sedimenta as propostas que já estavam presentes no Livro Verde (que serviram de

<sup>362</sup> No decorrer desta tese apresentamos diversos documentos governamentais que transmitem a ideia de que a autonomia universitária deve estar ligada a captação de recursos no mercado.

<sup>363</sup> Nos referimos não somente aos recursos financeiros, mas, também materiais e humanos. Quando uma pesquisa é realizada em uma instituição pública com parceria com o privado, há também a utilização dos recursos humanos e materiais da instituição pública.

<sup>364</sup> 2002-2012 (BRASIL, 2002b).

base para a Conferência) e, portanto, não há entre os dois documentos mudança considerável de foco (BRASIL, 2002b).

No Livro Branco constam seis objetivos maiores, que deveriam ser alcançados até 2012 pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O primeiro objetivo seria “criar um ambiente favorável à inovação [...] para a competitividade das empresas [...] de forma a acelerar os processos de transformação do conhecimento em serviços e produtos para a sociedade” (BRASIL, 2002b, p. 33). Ampliar a capacidade de inovação e expandir a base científica e tecnológica aparece como o segundo objetivo da política nacional neste campo. O terceiro objetivo é aperfeiçoar, consolidar e modernizar o aparato institucional de CT&I. Neste quesito o documento ressalta a necessidade de relações mais articuladas entre as instituições públicas e privadas bem como o fortalecimento da cooperação internacional. Também há uma preocupação com as assimetrias regionais por isso, promover a integração de todas as regiões brasileiras fortalecendo as oportunidades regionais é o quarto objetivo. Em quinto lugar aparece o item conquistar uma base ampla de apoio para a política de ciência, tecnologia e inovação. O sexto objetivo seria transformar CT&I em elemento estratégico da política de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2002b).

Observa-se por meio do Livro Branco o apelo para que os conhecimentos produzidos sejam transformados em inovação e o incentivo à intensificação das relações entre o setor produtivo, as universidades e os institutos de pesquisa. Aborda-se que esse suposto distanciamento entre o público e o privado é reforçado por marcos legais e institucionais inadequados e que precisam ser modificados. O documento também enfatiza a necessidade do aumento quantitativo de pesquisadores no país e a inserção destes profissionais nas empresas e demonstra preocupação com o reduzido número de engenheiros no país (BRASIL, 2002b). Para atingir os objetivos elencados são propostas nove diretrizes estratégicas: 1. implantar um efetivo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 2. promover a inovação para aumentar a competitividade e a inserção internacional das empresas brasileiras; 3. ampliar de forma sustentada os investimentos em ciência, tecnologia e inovação; 4. expandir e modernizar o sistema de formação de pessoal para ciência, tecnologia e inovação; 5. ampliar, diversificar e consolidar a capacidade de pesquisa básica no país; 6. modernizar e consolidar instituições e

procedimentos de gestão da política de ciência, tecnologia e inovação e os mecanismos de articulação com as demais políticas públicas; 7. educar para a sociedade do conhecimento; 8. intensificar e explorar novas oportunidades da cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação; 9. ampliar a dimensão estratégica das atividades de ciência, tecnologia e inovação (BRASIL, 2002b).

O Livro Branco enfatiza a ideia da pesquisa em áreas estratégicas e cita a importância de respaldo a algumas áreas como saúde, agricultura e gestão de recursos naturais, tecnologia de informação e comunicação, nanotecnologia e biotecnologia (BRASIL, 2002b). Por meio das diretrizes expostas ficam evidentes as propostas de estreitar as relações entre o público e o privado, e a indução das pesquisas em áreas consideradas estratégicas.

A 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorreu em 2005 tendo como “objetivo principal demonstrar como a ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) produzidas no Brasil podem ser a base de uma estratégia para promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país” (BRASIL, 2015d, s/p). Esta conferência foi organizada a partir de cinco temas: geração de riqueza; inclusão social; áreas de interesse nacional; presença internacional; gestão e regulamentação (BRASIL, 2015d).

O acúmulo de discussões na área incentivou a realização da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação realizada em maio de 2010. Este evento tinha como objetivo “consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como política de Estado” (BRASIL, 2015d, s/p) e também apresentar encaminhamentos para a elaboração do “Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACT&I 2011-2014)<sup>365</sup>, que resultou em

---

<sup>365</sup> Este plano definiu as prioridades da política de C,T&I a partir de quatro eixos estratégicos: 1. Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional; 2. Atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); 3. Fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do País, em especial energia, aeroespacial, segurança pública, defesa nacional e Amazônia; e 4. Promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência, e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população.

importantes subsídios para a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015)” (BRASIL, 2015d, s/p).

A 4ª CNCTI tinha como temas centrais: consolidação do Sistema Nacional de CT&I; inovação tecnológica nas empresas; áreas estratégicas e inovação para o desenvolvimento social (BRASIL, 2015d, s/p). As recomendações desta conferência foram publicadas no Livro Azul onde a ciência, a tecnologia e a inovação aparecem como “importantes motores da transformação econômica e social dos países” (BRASIL, 2010h). Há uma ênfase na necessidade de transformação do conhecimento em inovação e na parceria entre as instituições de ensino, de pesquisa e as empresas, além da cooperação internacional. Este tipo de parceria se conforma como uma tônica do documento que elogia alguns “avanços” nesta área como, por exemplo, com a elaboração da Lei de Inovação e a Lei do Bem<sup>366</sup> (BRASIL, 2010h). Segundo consta no Livro Azul

O país desenvolveu, nas últimas décadas, um competente sistema universitário de produção de conhecimento e formação de recursos humanos. O desafio, agora, é criar condições para que atividades inovadoras atendam as demandas dos diferentes setores da sociedade e fortaleçam a competitividade internacional das empresas (BRASIL, 2010h, p. 30).

Ao que o documento indica o fortalecimento da competitividade internacional das empresas se dará via inovação com o apoio do governo que deve inclusive incentivar com recursos públicos. Assim como os demais documentos já discutidos neste trabalho o Livro Azul elenca as “tecnologias estratégicas para o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2010h, p. 43) que são os campos relacionados a agricultura<sup>367</sup>, bioenergia, tecnologias da informação e comunicação, saúde, exploração das reservas de petróleo e gás do pré-sal, tecnologia nuclear, espaço e defesa, tecnologias portadoras de futuro e outras energias<sup>368</sup>.

---

<sup>366</sup> No Livro Azul estas legislações aparecem como avanços. Mas, como já destacamos, trata-se de um fragmento do projeto privatista que incide sobre as instituições de ensino e de pesquisa.

<sup>367</sup> De acordo com o Livro Azul publicado em 2010 “o Brasil é o terceiro maior exportador de produtos agrícolas e um dos mais importantes produtores mundiais de alimentos” (BRASIL, 2010h, p. 43).

<sup>368</sup> Nas **tecnologias portadoras de futuro** “estão incluídas a nanotecnologia, a biotecnologia e algumas formas de energia que, embora já presentes em algumas aplicações, terão papel relevante na indústria do futuro. No caso da nanotecnologia, o número potencial de aplicações para materiais nanoestruturados é difícil de ser dimensionado, pelo amplo leque de propriedades distintas que cada um deles apresenta, permitindo antecipar uma nova geração de materiais mais eficientes e com aplicações customizadas. O mesmo pode ser esperado da biotecnologia, que já tem uma participação

Levando em consideração as argumentações que estamos apresentando desde o início deste trabalho observa-se que a crise estrutural do capital tem demandado a busca de alternativas no sentido de reverter a curva descendente da taxa de lucros. Sendo assim, a aceleração das inovações tecnológicas tem sido um dos elementos utilizados em resposta a este processo (LEHER, 2004).

A partir deste raciocínio entende-se porque a educação aliada à revolução científico-tecnológica está sendo apresentada pela burguesia como condição para que os países tenham "sucesso em um mundo globalizado"<sup>369</sup>. Na verdade, o discurso da produção de conhecimentos como a nova riqueza das nações esconde na essência um forte processo de mercantilização e de ideologização da educação (LEHER, 2004).

Há de se mencionar que as chamadas inovações tecnológicas não beneficiam e/ou não são produzidas pelos diferentes países da mesma forma. Segundo Leher (2004)

Com Florestan Fernandes, é possível compreender o motivo pelo qual as empresas instaladas no país capitalista dependente não são, nem poderiam ser, intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A condição capitalista dependente tem como consequência uma pequena demanda de cientistas e engenheiros, por isso as universidades não ocupam um lugar estratégico na agenda das coalizões dominantes. A adequação tecnológica, por ser episódica e de baixo perfil, acaba sendo indevidamente desviada para as universidades que, desse modo, têm suas funções ressignificadas, entrando no circuito do capital de forma imediata e pontual, impedindo tanto a autonomia em P&D como a expansão e melhoria das universidades públicas (LEHER, 2004, p. 882).

Do exposto podemos apresentar algumas considerações: 1) o papel subordinado ocupado pelo Brasil no cenário internacional tem nos limitado quando se trata de optarmos por um desenvolvimento auto-sustentado, que leve adiante por exemplo, o incremento do nosso parque industrial. Assim, permanecemos como um país

---

expressiva na produção de fármacos e produtos biológicos com alto valor agregado. Por conta da preocupação ambiental, **outras formas de geração de energia**, com baixa emissão de CO<sub>2</sub>, passarão a ser gradualmente implementadas. Entre as que terão participação crescente na matriz energética brasileira podem ser consideradas a energia fotovoltaica, a eólica, a utilização do hidrogênio nas células combustíveis e a energia nuclear" (BRASIL, 2010h, p. 51, grifo nosso).

<sup>369</sup> Desenvolvemos em capítulos anteriores uma discussão sobre a expressão globalização colocando-nos favorável ao uso do termo mundialização do capital, conforme nos indica Chesnais (1996,1998).

majoritariamente agrário-exportador<sup>370</sup>; 2) sendo o desenvolvimento de tecnologias algo ainda incipiente em nosso país tenta-se convencer a sociedade de que as nossas universidades estão arcaicas precisando investir no conhecimento operacional e pragmático, pois, só assim, poderemos nos desenvolver como nação e ter prosperidade. Lembrando que, a pouca tecnologia produzida não beneficia toda sociedade, atendendo basicamente a burguesia nacional e internacional<sup>371</sup>.

Sobre a problemática que envolve o discurso do desenvolvimento de tecnologias e inovações no âmbito da universidade Leher (2004) afirma “é um equívoco supor que a inovação é realizável na universidade. É a lógica do capital que transforma conhecimento plasmado no trabalho em mais-valia. E as empresas são os loci desse processo” (LEHER, 2004, p. 882). Essa imagem da universidade como parte do campo empresarial permitiu que

novas noções, imagens, temas e referências com pretensão conceitual [compusessem] o léxico da educação superior: produtividade, qualidade, competitividade, flexibilidade, gestão e eficiência. O metro para aferir a qualidade [deixou] de ser um determinado “ethos” acadêmico, tomando emprestado um outro sistema de medida: o mercado. Assim, a aferição é feita a partir de noções como produtividade, eficiência, excelência, flexibilidade e empreendedorismo. Esse novo léxico [denotou] transformações de grande alcance na universidade. Os currículos devem ser flexíveis e assegurar a aquisição de competências imediatamente comercializáveis no mercado. A pesquisa científica [passou] a ser equiparada à inovação e, por isso, o sistema de C&T [ganhou] mais uma letra: CT&I. Esse acréscimo [teve] implicações profundas. As universidades devem captar recursos no mercado, oferecendo em contrapartida, serviços de inovação tecnológica (LEHER, 2004, p. 881).

Desse modo, o que temos observado é a subordinação das universidades aos setores empresariais, onde as empresas em conjunto com o Estado definem o que será produzido enquanto conhecimento transformado em tecnologia e inovação com vistas à venda no mercado, tanto é que alguns editais de apoio à pesquisa do CNPq<sup>372</sup> estão direcionados a temas e áreas específicas do conhecimento o que respalda o nosso entendimento de que a autonomia científica na universidade está cada vez mais ameaçada. O que temos é o incentivo para que as universidades

<sup>370</sup> Como vimos, o próprio Livro Azul afirma que o Brasil é um grande produtor de produtos agrícolas (BRASIL, 2010h).

<sup>371</sup> É preciso considerar que as filiais de multinacionais, por exemplo, estão espalhadas por diferentes países para obter vantagens em termos de custo de mão-de-obra, tributos, energia e matérias-primas. Em geral, a tecnologia utilizada é exógena “as filiais apenas acoplam componentes e, quando muito, fazem ajustes tecnológicos para que a produção ocorra nas condições de infra-estrutura existentes” (LEHER, 2004, p. 880) o que demonstra o poderio dos países centrais no que diz respeito a revolução científico-tecnológica.

<sup>372</sup> Dados sobre esta afirmação serão apresentados no capítulo 6.

servam ao setor privado, comprometendo a liberdade da produção de conhecimentos. Nesses termos,

As universidades serão inseridas no moinho satânico da reprodução do capital, colocando à disposição laboratórios, equipamentos e, principalmente, pessoal para iniciativas empresariais, como se as empresas locais estivessem demandando a produção de tecnologias e, ainda mais inverossímil, como se as inovações tecnológicas nascessem nas universidades. Em troca, as instituições receberiam alguma compensação econômica por parte das empresas, desde que abram mão de seu caráter público e não-mercantil (LEHER, 2004, p. 876).

Como se pode notar o caminho percorrido tem sido de uma associação entre o público e o privado (o que inclusive pode ser verificado nas diversas legislações já apresentadas no decorrer deste trabalho) com o desvio de recursos públicos e a transmutação dos direitos sociais em serviços, em uma tentativa evidente de salvaguardar o capital. Como as análises realizadas por Leher (2004) em muito nos auxiliam cabe aqui à transcrição de mais um trecho da sua obra

Cumpramos ressaltar que todo conhecimento, tecnologia, processo ou produto derivado de investimento público – sob a forma de pessoal, instalações, equipamentos ou recursos – constitui patrimônio público, que deve ser acessível a todos e reverter em benefícios para toda a sociedade. A apropriação privada do conhecimento e seu uso para fins lucrativos não se inscrevem no campo ético, constituindo mais um elemento para a sua desconstrução. Essa orientação colide não só com o preceito constitucional da autonomia didático-científica das universidades, como agride os princípios constitucionais de liberdade de produção, expressão e circulação de conhecimentos e saberes (LEHER, 2004, p. 886).

Assim, partindo das compreensões adquiridas discutiremos a seguir os resultados da nossa pesquisa que apontam para um considerável cerceamento da liberdade de produção de conhecimentos mediatizado pelos editais de apoio ao pesquisador lançados pelos CNPq pertencente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.



## **Capítulo 6 A indução à pesquisa: mecanismo para a institucionalização da heteronomia**

Neste capítulo apresentamos a análise dos dados coletados com o objetivo de responder o nosso problema de pesquisa. O apoio às pesquisas de que trata esta tese é concedido por meio do lançamento de editais ou chamadas<sup>373</sup> que norteiam a construção de projetos de pesquisa enviados ao CNPq.

Nesta pesquisa trabalhamos com os dados referentes aos editais e chamadas lançados entre 2011 e 2014. Neste período contabilizamos o lançamento pelo CNPq de 135 chamadas de apoio à pesquisa, ocorrendo neste intervalo o envio de 93.367 projetos a esta agência de fomento e a aprovação de 24.450 (26,2%) do total propostas de pesquisa.

Para fins didáticos, apresentamos a discussão a partir de sete eixos principais: o atendimento das demandas por recursos para pesquisa; as exigências para a submissão de projetos; as instituições que alcançaram a aprovação de propostas; as regiões geográficas beneficiadas; as grandes áreas do conhecimento com projetos aprovados; os temas induzidos e a cooperação internacional.

### **6.1 Atendimento das demandas por recursos para pesquisa**

Como destacamos no primeiro capítulo desta tese a produção de conhecimentos científicos apresenta importância vital para o capitalismo. A incorporação da ciência, e de sua potencialidade para o desenvolvimento de tecnologias e inovações, é indispensável à reprodução alargada do capital, dada a sua utilização para a produção de mercadorias dispostas à venda e, para o incremento da exploração da força de trabalho mediante o desenvolvimento de formas cada vez mais aprimoradas de controle.

---

<sup>373</sup> Utilizaremos neste trabalho o termo edital e chamada como sinônimos. Observamos que em alguns documentos do CNPq constavam a palavra edital e em outros, chamada. Questionamos à equipe desta agência de fomento se havia diferença entre as palavras adotadas e foi nos informado que geralmente era utilizada a palavra edital, mas, para distinguir este tipo de ação dos editais de licitação, o CNPq passou a utilizar o termo chamada.

No caso brasileiro, as pesquisas científicas se fortaleceram como atividade no interior das universidades a partir da consolidação dos programas de pós-graduação, fato que se deu na década de 1960<sup>374</sup>, em um contexto de integração subordinada dos países periféricos aos centrais, lembrando que aos segundos interessa o desenvolvimento de conhecimentos mais arrojados, caros e estratégicos (SANTOS, 2003).

A década de 1960 no Brasil foi marcada pela imposição de uma ditadura com medidas vigorosas quanto à privatização da educação, sendo as ações de cunho privatistas, que já existiam na história da política de educação, intensificadas pela aliança entre a burguesia nacional e internacional<sup>375</sup> (CUNHA, 2007c).

Neste sentido, a universidade, uma vez instituída como lócus central para a produção de conhecimentos, passou a ser vista como campo ainda mais potente para a reprodução ampliada do capital, se tornando campo de desejo constante da classe burguesa que tem direcionado as atividades da comunidade acadêmica para o atendimento das necessidades da produção e do mercado. A privatização do ensino e a imposição de uma lógica de funcionamento empresarial para as universidades foram aprofundadas no Brasil a partir da década de 1990, momento em que com o apoio dos organismos internacionais os governos brasileiros adotaram ações formuladas em nível mundial para o enfrentamento da crise de 1970, sendo a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e a emergência do Estado neoliberal resultantes dessa conjuntura (LIMA, 2007; BEHRING, 2008).

Diante da crise disseminada a partir dos anos de 1970 as ciências e especialmente as tecnologias apareceram como primordiais para dar continuidade ao movimento do capital. Elas foram (e ainda são) usadas para a criação de produtos e de serviços a serem vendidos no mercado, para a ampliação da exploração da força de trabalho e também como forma ideológica utilizada para a legitimação do capitalismo, como se a ciência fosse capaz de proporcionar um desenvolvimento contínuo do sistema

---

<sup>374</sup> A criação do CNPq (à época CNP) e da CAPES em 1951 foram importantes para impulsionar a produção de conhecimentos científicos no Brasil. Todavia, o marco para a incorporação das pesquisas na universidade deu-se quando além destas agências de fomento ocorreu também a regulamentação da pós-graduação através do parecer 977/1965 (CURY, 2005).

<sup>375</sup> Este assunto foi discutido no capítulo 2.

sem que houvesse outra alternativa possível, além do aperfeiçoamento desse modo de produção. Assim, a ciência e a tecnologia aparecem como fontes de superação das contradições do sistema, como formas exaltadas de resolução dos problemas que são na verdade, estruturais, das estruturas socioeconômicas do capitalismo (MÉSZÁROS, 2004).

Deste modo, a produção de conhecimentos assumiu um papel cada vez mais relevante, sendo alvo de interesse dos países que a reconhecem como fator diferenciador para a competitividade internacional. A burguesia brasileira, por sua vez, ao dar sustentação ao Estado neoliberal, aprofundou a privatização e a focalização das políticas sociais e manteve o país subordinado à exploração internacional, cuja produção de conhecimentos contribui para a perpetuação da nossa dependência, uma vez que a maior parte das pesquisas produzidas vinculam-se às necessidades da produção e exportação de produtos primários (LEHER, 2003; LEHER, 2010; PETRAS, 2013).

A universidade foi assim sendo moldada para produzir conhecimentos e gerar resultados (como a formação de mão de obra) capazes de aumentar a rentabilidade do capital. Essa lógica permitiu e incentivou o enfraquecimento do caráter público da universidade em que o atendimento das necessidades privadas prevaleceu em detrimento dos interesses coletivos e de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. A universidade foi concebida como campo aberto para a aplicação de recursos privados e por outro lado, os recursos públicos que deveriam sustentar as universidades federais estão sendo destinados aos negócios particulares.

Os dados coletados sobre o número de projetos científicos submetidos e aprovados pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014 demonstram que as chamadas para o financiamento de pesquisas funcionam não apenas para a indução de pesquisas por áreas e/ou temas considerados estratégicos, como veremos a seguir, mas também para a otimização dos recursos disponíveis. Diante da insuficiência de recursos públicos para o apoio às pesquisas, as chamadas ou editais cumprem uma função de caráter selecionador. Tal situação fica clara em vários relatórios de gestão institucional do CNPq dos quais destacaremos o relatório de 2012 quando ao apresentar a chamada MCTI/CNPq/FAPs Nº 34/2012 o documento afirma: “a soma

de projetos meritórios foi de 49, a partir de uma submissão de 107 projetos. No entanto, só foram aprovados 26 projetos tendo em vista a insuficiência de recursos” (BRASIL, 2013 d, p. 60).

No ano de 2011 foram divulgadas 17 chamadas de apoio à pesquisa pelo CNPq. Concorreram às chamadas 18.782 projetos de pesquisa dos quais 4.859 foram aprovados, ou seja, um atendimento de 25,9% da demanda. No ano de 2012 foram lançados pelo CNPq 31 editais para o apoio à pesquisa. Foram submetidos 17.437 projetos sendo aceitos para fins de financiamento 5.275 projetos, com um atendimento de 30,3% dos pedidos. Em 2013 foram lançadas 59 chamadas através das quais foram enviados 33.703 projetos e aprovados para fins de financiamento 7.220, sendo atendidos 21,4% da demanda. Quanto ao ano de 2014, houve a divulgação de 28 chamadas, para as quais foram submetidos 23.445 projetos, sendo aprovadas 7.096 propostas, com o atendimento de 30,2% da demanda. Podemos perceber que independente do número de projetos enviados por ano o percentual de atendimento teve pouca alteração sendo atendida em média 31% da demanda.

Assim, os poucos recursos estatais para o financiamento de pesquisas são distribuídos por meio dos editais, pois, como não há recursos para todos os pesquisadores o edital aparece como uma forma de selecionar as propostas que serão financiadas. Como as universidades também não possuem recursos próprios para a pesquisa, a realização desta atividade fica seriamente comprometida. Diante da insuficiência de recursos públicos para o financiamento de pesquisas em instituições públicas<sup>376</sup> a saída apontada pelos documentos já discutidos neste trabalho dos quais compactua o VI PNPG é a concessão de autonomia financeira<sup>377</sup> para que as universidades possam captar recursos no mercado.

## **6.2 Exigências para a submissão de projetos**

Para a submissão de projetos de pesquisa ao CNPq existem alguns critérios previamente definidos nos editais. Nos tópicos seguintes discutiremos quais os

---

<sup>376</sup> Já que uma parte dos recursos públicos é direcionada para o pagamento de juros e amortizações da dívida e a parte dos próprios recursos para a produção de pesquisas são muitas vezes, alocados em estabelecimentos privados.

<sup>377</sup> Em detrimento da autonomia de gestão financeira como consta na Constituição de 1988.

critérios estabelecidos quanto à titulação dos pesquisadores e as instituições elegíveis para a submissão de propostas à esta agência de fomento.

### 6.2.1 Quanto à titulação

Dos 17 editais lançados pelo CNPq em 2011, 14 eram direcionados para pesquisadores com o título de doutor e 03 não especificavam a titulação exigida para o envio de projetos<sup>378</sup>. Dessa forma, afirmamos que dos 4.859 projetos aprovados pelo menos 4.807 (99%) tiveram como proponentes doutores.

Em relação a 2012 das 31 chamadas divulgadas apenas a de nº 17/2012 (RHAE<sup>379</sup> Pesquisador na Empresa) não especificava a titulação necessária ao proponente do projeto de pesquisa<sup>380</sup>. Outras cinco chamadas<sup>381</sup> colocaram como exigência a titulação mínima de mestrado para o envio de propostas. Assim, estimamos que cerca de 135 propostas foram apresentadas por pesquisadores com o título de mestre<sup>382</sup>. As demais chamadas exigiram o título de doutor o que nos permite inferir que houve a aprovação de, no mínimo, 4.875 propostas cujos proponentes eram doutores.

Das 59 chamadas lançadas em 2013, 04 não especificavam a titulação exigida para o proponente<sup>383</sup>. Oito (08) permitiam a submissão de projetos por pesquisadores com titulação mínima de mestre<sup>384</sup> e as outras 47 chamadas autorizavam a submissão de projetos de pesquisa apenas para doutores.

Das 28 chamadas lançadas em 2014, 02 não especificavam a titulação exigida para o proponente<sup>385</sup>, 07 permitiam a submissão de projetos por pesquisadores com titulação mínima de mestre<sup>386</sup> e as outras 19 chamadas autorizavam a submissão de projetos de pesquisa apenas para doutores.

---

<sup>378</sup> Editais nº 08/2011, 09/2011, 12/2011.

<sup>379</sup> Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE). Programa criado em 1987.

<sup>380</sup> Nesta chamada houve a aprovação de 265 propostas.

<sup>381</sup> Editais nº 10/2012, 23/2012, 26/2012, 27/2012, 46/2012.

<sup>382</sup> Levando-se em consideração o número total de propostas aprovadas nestas cinco chamadas.

<sup>383</sup> Editais nº 05/2013, 11/2013, 54/2013, 94/2013.

<sup>384</sup> Editais nº 19/2013, 24/2013, 59/2013, 80/2013, 81/2013, 82/2013, 86/2013, 89/2013.

<sup>385</sup> Editais nº 12/2014, 17/2014.

<sup>386</sup> Editais nº 04/2014, 05/2014, 11/2014, 16/2014, 38/2014, 39/2014, 40/2014.

De modo geral, dos 135 editais de apoio a pesquisa estudados, 105 (77,8%) exigiam a titulação de doutor ao proponente responsável pelo projeto. Vinte editais (14,8%) exigiam o nível do mestrado e 10 (7,4%) não exigiam titulações. Embora possamos considerar que as chamadas aprovadas beneficiaram majoritariamente pesquisadores doutores, há outro dado interessante: todos os editais voltados apenas ao apoio de pesquisas em empresas privadas com fins lucrativos não exigiram do proponente a titulação de doutor. Os editais n.º 17/2012<sup>387</sup>; 11/2013; 54/2013<sup>388</sup>; 12/2014 não pediram nenhuma titulação e o de n.º 59//2013 exigia apenas o mestrado. Este é um dado relevante, pois o VI PNPG (2011-2020) ao afirmar que poucas empresas empregam mestres e doutores também reconhece que “a presença de mestres e doutores no setor empresarial é diferencial competitivo para as indústrias que optam pela inovação” (BRASIL, 2010g, p. 188, 189). No entanto, os editais pesquisados entre os anos de 2011 e 2014 não colocavam como condição para a participação de empresas privadas com fins lucrativos a existência de profissionais mestres e doutores, tanto é que, nenhum edital aberto especificamente para as empresas com fins lucrativos exigiu que o proponente fosse doutor.

Ao que parece, as empresas não contratam mestres e doutores porque não desejam manter em seus quadros, profissionais cuja remuneração é supostamente alta. As empresas consideram mestres e doutores profissionais “caros”, mas, por outro lado, querem usufruir da produção de conhecimentos proporcionada pelas pesquisas científicas bem como dos subsídios do Estado para o desenvolvimento de pesquisas. Ou seja, por um lado, a empresa utiliza-se do dinheiro público para alcançar maior competitividade (mesmo sem contratar mestres e doutores) e por outro, caso seja imprescindível contar com os profissionais de alta titulação, elas recorrem à universidade inserindo o professor universitário em suas atividades<sup>389</sup>.

---

<sup>387</sup> RHAE pesquisador na empresa.

<sup>388</sup> RHAE pesquisador na empresa.

<sup>389</sup> Por isso alguns autores como Lima (2007) e Neves (2004) chamam a atenção para a conversão do professor universitário de instituição pública em empreendedor. Uma das leis que respaldam esta atividade é a lei de inovação tecnológica (lei n.º 10.973/2004) que diz “art. 14-A. O pesquisador público em regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em plano de carreiras e cargos de magistério, poderá exercer atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ICT ou em empresa e participar da execução de projeto aprovado ou custeado com recursos previstos nesta Lei, desde que observada a conveniência do órgão de origem e assegurada

A análise acima é reforçada quando percebemos que os cinco editais aos quais nos referimos<sup>390</sup> (específicos para empresas privadas com fins lucrativos) possibilitaram a aprovação de projetos que em sua maioria pertenciam às ciências exatas e da terra (241); engenharias (195) e agrárias (111) (Quadro 16), áreas essas que alcançaram um quantitativo significativo no que diz respeito à titulação de discentes no mestrado e no doutorado levando em consideração os anos anteriores à publicação dos editais aqui discutidos. Tendo como base os anos de 2000 a 2011, dos 345.214 alunos que obtiveram a titulação de mestre, 61.804 (17,9%) eram de programas de pós-graduação da grande área das humanas; 50.839 (14,7%) da saúde; 45.459 (13,2%) das engenharias; 36.039 (10,4%) das agrárias e 30.914 (8,9%) das exatas e da terra. Quanto à titulação dos 108.423 discentes no doutorado neste mesmo período, 20.386 (18,8%) eram de programas de pós-graduação da grande área da saúde; 18.352 (16,9%) das humanas; 13.283 (12,2%) das agrárias; 12.821 (11,8%) das engenharias e 11.633 (10,7%) das exatas e da terra, ou seja, estas não foram as áreas que menos formaram pesquisadores<sup>391</sup> (BRASIL, 2015e), havendo certamente profissionais com estas titulações disponíveis para serem contratados pelas empresas.

Grande área	Aprovações por grande área-Edital 17/2012	Aprovações por grande área-Edital 11/2013	Aprovações por grande área-Edital 54/2013	Aprovações por grande área-Edital 59/2013	Aprovações por grande área-Edital 12/2014	Total
Exatas e da terra	76	49	63	04	49	<b>241</b>
Engenharias	86	04	86	01	18	<b>195</b>
Agrárias	49	0	60	0	02	<b>111</b>
Biológicas	28	0	37	0	01	<b>66</b>
Saúde	18	01	22	0	05	<b>46</b>
Sociais aplicadas	02	07	11	0	08	<b>28</b>
Humanas	03	02	04	0	02	<b>11</b>
Outros	02	02	04	0	02	<b>10</b>
Ling., letras e artes	01	0	0	0	01	<b>02</b>
Total	265	65	287	05	88	<b>710</b>

Quadro 16. Editais específicos para empresas privadas com fins lucrativos

Observa-se não apenas o escoamento de recursos públicos para empresas privadas com fins lucrativos (que sequer precisam contratar doutores para a produção de pesquisas), mas, também a interação entre universidade e empresa, fazendo da

a continuidade de suas atividades de ensino ou pesquisa nesse órgão, a depender de sua respectiva natureza" (BRASIL, 2004b).

<sup>390</sup> Editais nº 17/2012; 11/2013; 54/2013; 59/2013; 12/2014.

<sup>391</sup> Estas informações constam no capítulo 4 da tese.

segunda campo de recrutamento de docentes pesquisadores que, assalariados pelo poder público podem a partir das legislações<sup>392</sup> atuarem também no setor privado.

Percebe-se que enquanto as universidades públicas são estimuladas a obterem recursos no mercado, as empresas gozam de diversas facilidades para receberem dinheiro público, seja obtendo financiamento por meio de editais para a realização de pesquisas (sem a exigência de contratação de mestres e doutores); inserindo professores de instituições públicas para o desenvolvimento de pesquisas de interesse empresarial; ou contando com recursos estatais para o pagamento de bolsas a mestres e doutores que quiserem executar atividades de pesquisa tecnológica e de inovação para as empresas. Todas essas formas de escoamento do dinheiro público para o setor privado são incitadas pelo VI PNPG. Sobre as bolsas o plano afirma

Um exemplo de política estratégica para superar essa situação é o Programa RHAE – Pesquisador na Empresa, que é uma ação do CNPq para o aumento de pesquisadores – mestres e doutores – em empresas de setores específicos. **O objetivo dos editais tem sido apoiar a inserção de mestres e doutores em empresas de micro, pequeno e médio porte, por meio da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa tecnológica e de inovação** (BRASIL, 2010g, p. 190, grifo nosso).

Embora o VI PNPG aponte que o setor privado precisa de incentivos para a produção de pesquisas, verificamos que esse discurso segue a lógica do interesse empresarial sobre os recursos do fundo público e de defesa do financiamento estatal de mão de obra altamente qualificada para efetuar trabalhos no setor privado, sem custos para as empresas, além do interesse pela rentabilidade que as pesquisas podem proporcionar ao serem convertidas em aplicações industriais e empresariais.

### 6.2.2 Quanto às instituições de execução<sup>393</sup>

O quadro abaixo nos oferece um panorama sobre as instituições que poderiam ser descritas como executoras dos projetos de pesquisa a serem financiados com o

---

<sup>392</sup> Como a Lei de inovação (lei nº 10.973/2004) (BRASIL, 2004b).

<sup>393</sup> A instituição de execução do projeto será aquela onde será desenvolvido o projeto de pesquisa e com o qual o proponente deve apresentar vínculo e será doravante denominada Instituição de Execução do Projeto (BRASIL, 2013d).



auxílio do CNPq. Podemos afirmar que das 135 chamadas estudadas, 122 (90,4%) eram abertas as IES públicas ou privadas sem fins lucrativos; 05 (3,7%) eram destinadas a estabelecimentos públicos; 05 (3,7%) eram abertas às instituições privadas com fins lucrativos<sup>394</sup>; 02 (1,5%) não deixaram claro quais as instituições seriam as executoras dos projetos e 01 (0,7%) eram para IES públicas ou privadas com fins e sem fins lucrativos. Esse dado soma-se à análise anterior sobre os incentivos com recursos públicos para a realização de pesquisas em instituições privadas seja com ou sem fins lucrativos.

Edital (is)	Instituições de execução dos projetos de pesquisa
01/2011, 05/2011, 07/2011, 13/2011, 14/2011, 17/2011, 19/2011, 20/2011, 21/2011, 22/2011, 23/2011, 26/2011, 04/2012, 10/2012, 11/2012, 13/2012, 14/2012, 15/2012, 16/2012, 18/2012, 19/2012, 20/2012, 21/2012, 23/2012, 25/2012, 27/2012, 29/2012, 30/2012, 31/2012, 32/2012, 34/2012, 35/2012, 36/2012, 39/2012, 40/2012, 41/2012, 42/2012, 43/2012, 45/2012, 52/2012, 05/2013, 06/2013, 07/2013, 08/2013, 09/2013, 12/2013, 13/2013, 14/2013, 15/2013, 16/2013, 17/2013, 19/2013, 24/2013, 26/2013, 27/2013, 28/2013, 29/2013, 30/2013, 31/2013, 35/2013, 36/2013, 37/2013, 38/2013, 39/2013, 40/2013, 41/2013, 43/2013, 47/2013, 48/2013, 51/2013, 57/2013, 62/2013, 63/2013, 64/2013, 67/2013, 68/2013, 73/2013, 77/2013, 79/2013, 80/2013, 84/2013, 86/2013, 88/2013, 89/2013, 04/2014, 05/2014, 07/2014, 14/2014, 16/2014, 18/2014, 21/2014, 22/2014, 26/2014, 27/2014, 28/2014, 29/2014, 30/2014, 31/2014, 32/2014, 33/2014, 34/2014, 35/2014, 36/2014, 37/2014, 46/2014, 47/2014.	Instituição de ensino superior, pública ou <b>privada sem fins lucrativos</b> ; instituto e centro de pesquisa e desenvolvimento, público ou <b>privado sem fins lucrativos</b> ; ou empresa pública que execute atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação.
06/2011.	Instituição nacional de ensino superior ou de pesquisa, constituída pelas leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País.
22/2013, 23/2013, 91/2013, 33/2013, 49/2013, 56/2013, 75/2013, 76/2013.	Instituição de ensino superior, pública ou <b>privada sem fins lucrativos</b> e instituto e centro de pesquisa e desenvolvimento, público ou <b>privado sem fins lucrativos</b> .
08/2011.	Instituição pública mantenedora ou gestora de empreendimentos de parques tecnológicos no Brasil, ou uma instituição <b>privada sem fins lucrativos</b> mantenedora ou gestora de empreendimentos de parques tecnológicos no Brasil.
09/2011.	Instituição pública mantenedora ou gestora de incubadora(s) de empresa(s), ou instituição <b>privada sem fins lucrativos</b> mantenedora ou gestora de incubadora(s) de empresa(s).
40/2014.	Unidade de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; universidades Federais que possuam pelo menos um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) em Agroecologia e Produção Orgânica em atividade.
17/2012, 11/2013, 54/2013, 12/2014.	Empresas <b>privadas com fins lucrativos</b> .
59/2013.	<b>Empresa</b> cuja atividade principal seja o desenvolvimento de

<sup>394</sup> Editais nº 17/2012; 11/2013; 54/2013; 59/2013; 12/2014.

	projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I); ou empresa industrial, de comércio ou de serviço, que possua uma divisão/unidade de negócio dedicada às atividades de P,D&I e que esteja claramente destacada em sua estrutura organizacional; instituição científica e tecnológica privada, definidas conforme a lei de inovação, cuja atividade principal seja o desenvolvimento de projetos de P,D&I, mesmo que prestando serviço para outras empresas; consórcio de empresas que atendam aos itens (a), (b) e/ou (c), que deverão encaminhar junto ao projeto documento que formaliza a concordância das empresas envolvidas, e indicando qual a empresa líder do consórcio.
26/2012	Instituições de ensino de nível médio e/ou superior, pública ou <b>privada sem fins lucrativos</b> .
82/2013	Instituição de ensino superior, pública ou <b>privada sem fins lucrativos</b> ; instituto e, ou, centro de pesquisa e desenvolvimento, público ou <b>privado sem fins lucrativos</b> ; empresa pública, que execute atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação; rede federal e, ou, estadual de educação profissional e tecnológica.
81/2013	Universidade Pública Federal, Estadual ou Municipal ou Universidade <b>não pública sem fins lucrativos</b> ; ou Instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
11/2014	Instituição de ensino superior pública, federal ou estadual, ou Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
46/2012, 94/2013	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e os CEFET's pertencentes à Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
65/2013	Instituição de ensino superior, pública ou <b>privada sem fins lucrativos</b> ; instituto e centro de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Meteorologia, Climatologia, Hidrologia e Geologia de Desastres Naturais, público ou <b>privado sem fins lucrativos</b> , incluindo Centros Estaduais de Meteorologia, Climatologia, Hidrologia; empresa pública que execute atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação.
38/2014	Instituições Públicas de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA e OEPAS); universidades públicas ou <b>privadas sem fins lucrativos</b> com sede administrativa na Região Norte do país.
39/2014	Universidades públicas ou <b>privadas sem fins lucrativos</b> .
17/2014	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
12/2011, 18/2011.	Não deixaram claro quais as instituições que poderiam concorrer para a realização dos projetos.

Quadro 17. Instituições de execução dos projetos

Documentos como o VI PNPG e o Livro Azul<sup>395</sup> ressaltam a importância da realização de pesquisas por parte das empresas visando à competitividade internacional. Estes mesmos documentos salientam que as empresas brasileiras

<sup>395</sup> As recomendações da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorrida em 2010 foram publicadas em um documento chamado de Livro Azul onde a ciência, a tecnologia e a inovação aparecem como “importantes motores da transformação econômica e social dos países” (BRASIL, 2010h). Neste livro ressalta-se a necessidade de transformação do conhecimento em inovação e na parceria entre as instituições de ensino, de pesquisa e as empresas, além da cooperação internacional. Esta parceria é enfatizada constantemente com elogios a Lei de Inovação e a Lei do Bem (BRASIL, 2010h). O Livro Azul elenca as “tecnologias estratégicas para o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2010h, p. 43) que são os campos relacionados à agricultura, bioenergia, tecnologias da informação e comunicação, saúde, exploração das reservas de petróleo e gás do pré-sal, tecnologia nuclear, espaço e defesa, tecnologias portadoras de futuro e outras energias. Este documento foi discutido com maior detalhe no tópico 5.2 desta tese.

não são robustas na produção científica, necessitando de subvenções estatais para o desenvolvimento neste campo. Ora, entendemos que a questão não diz respeito ao desinteresse empresarial pela pesquisa e sim ao desinteresse por custear os gastos nesta área. Parafraseando Leher (2004, p. 882)

[...] é possível compreender o motivo pelo qual as empresas instaladas no país capitalista dependente não são, nem poderiam ser, intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A condição capitalista dependente tem como consequência uma pequena demanda de cientistas e engenheiros, por isso as universidades não ocupam um lugar estratégico na agenda das coalizões dominantes. A adequação tecnológica, por ser episódica e de baixo perfil, acaba sendo indevidamente desviada para as universidades que, desse modo, têm suas funções ressignificadas, entrando no circuito do capital de forma imediata e pontual, impedindo tanto a autonomia em P&D como a expansão e melhoria das universidades públicas.

### **6.3 Distribuição das propostas aprovadas por instituição**

O fortalecimento da lógica privatista e empresarial para a política de educação superior brasileira ocorreu nos anos de 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso guiado pela contrarreforma do Estado. O “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” de 1995 apontava a necessidade de encaminhar medidas para cortar os gastos estatais e, assim, as universidades e os centros de pesquisa passaram a ser reconhecidos como serviços não exclusivos do Estado, ou seja, o Estado foi desresponsabilizado do seu papel de executor e financiador destas instituições<sup>396</sup> (PEREIRA, 1995b).

A universidade moldada por esta concepção foi designada por Marilena Chauí (2001) como uma universidade operacional, subordinada radicalmente às demandas do mercado; reduzida a prestadora de serviços; guiada por contratos de gestão e avaliada por critérios de produtividade. Ao discutir esse formato de universidade Neves (2004) destacou como características: o reforço da separação entre o ensino e a pesquisa; a subordinação da produção científica ao desenvolvimento da tecnologia; o fortalecimento do viés pragmático do ensino e a disseminação do empreendedorismo (NEVES, 2004).

---

<sup>396</sup> Os hospitais e os museus também foram considerados como serviços não exclusivos do Estado (PEREIRA, 1995b).

Dentre as várias medidas tomadas para o empresariamento da educação superior<sup>397</sup> a partir dos anos de 1990, daremos destaque neste tópico, à diversificação das instituições de ensino e à diversificação das fontes de financiamento. A diversificação das IES era uma bandeira privatista preconizada tanto pelos organismos internacionais<sup>398</sup> quanto por documentos brasileiros, como o relatório do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES) criado em 1986<sup>399</sup> (BARREYRO; ROTHEN, 2008). Difundi-se nessa época o discurso de que as “universidades de ensino e pesquisa”<sup>400</sup> eram rígidas e caras para o Estado, por isso, a pesquisa deveria ser realizada somente em algumas instituições (SGUISSARDI, 2009).

O projeto era fomentar a diferenciação institucional para que o Estado não precisasse financiar pesquisas em todas as universidades e ao mesmo incentivar o surgimento de instituições privadas. O que ocorreu foi uma facilitação para que a educação fosse vendida como uma mercadoria com diferentes graus de qualidade. O Estado não só permitiu e regulamentou a venda dos “serviços educacionais” (como colocava a OMC<sup>401</sup>) como incentivou a sua compra por meio do FIES<sup>402</sup> e do PROUNI<sup>403</sup>. A diferenciação das instituições de educação superior permitida pela lei nº 9.394/1996 (LDB), deixou restrita apenas às universidades a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão<sup>404</sup> assim, os estabelecimentos que quisessem realizar atividades calcadas neste tripé passariam a ser consideradas universidades

---

<sup>397</sup> Como o ensino à distância; o financiamento de mensalidades nas instituições de ensino superior particulares; a avaliação do ensino com viés produtivista; dentre outros. Este assunto foi detalhado no capítulo 3 da tese.

<sup>398</sup> Por exemplo, o documento *Financing education in developing countries: an exploration of policy options* do Banco Mundial datado de 1986 (SGUISSARDI, 2009) e *O ensino superior: as lições derivadas da experiência também do Banco Mundial* publicado em 1995 (LIMA, 2007).

<sup>399</sup> Este grupo foi criado a partir de experiências anteriores advindas da criação em 1985 da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

<sup>400</sup> Chamadas em alguns escritos de universidades de estilo humboltianas (SGUISSARDI, 2009).

<sup>401</sup> A educação como um serviço.

<sup>402</sup> O Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi criado pela medida provisória nº 1.827/1999. Trata-se de um financiamento a estudantes que se inserem em cursos superiores privados (LEHER, 2010). Este programa foi abordado no capítulo 3.

<sup>403</sup> O PROUNI foi instituído pela Lei 11.096/2005. É um programa que oferece bolsas de estudo parciais ou integrais em instituição de ensino superior privada (LEHER, 2010; BRASIL, 2005b). Para maiores esclarecimentos consultar o capítulo 3.

<sup>404</sup> O decreto nº 5.773/2006 também dispõe sobre a diversificação das instituições (LEHER, 2010) e os demais documentos da política de educação seguem a mesma diretriz. O PNE (2014-2024) e o VI PNPG (2011-2020) incentivam a existência de instituições diferentes e complementares. O VI PNPG destaca que as universidades de estilo humboltianas “conhecidas por patrocinarem a união indissolúvel do ensino e da pesquisa” (BRASIL, 2010g, p. 128) não devem prevalecer.

(podendo ser públicas ou privadas). Lembrando que a diversificação das instituições (incluindo a diferenciação entre os estabelecimentos de pesquisa e os de ensino) também faz parte de um projeto de hierarquização de cargos e funções ampliando as distinções salariais (LIMA, 2007; LEHER, 2010; SGUISSARDI, 2009).

Esta reflexão é crucial para entendermos porque nem todas as universidades públicas (embora se pautem pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão) obtêm recursos públicos similares para o desenvolvimento de pesquisas. Muitas atraem para si poucos recursos estatais e outras maiores financiamentos, dando lugar às “universidades de ensino e pouca pesquisa” e aos “centros de excelência” (SGUISSARDI, 2009; CHAÚÍ, 2001). Dessa forma, as universidades não apenas concorrem entre si na busca de recursos públicos<sup>405</sup> para a produção de conhecimentos científicos, como competem também com as instituições de ensino privadas que, quando desenvolvem pesquisas, podem concorrer a alguns editais de financiamento com dinheiro público.

Levando em consideração todos os projetos aprovados em 2011 (4.859) constatamos que as instituições da região sudeste e sul foram as que mais obtiveram propostas aprovadas, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP) com 363 (7,5%) aprovações; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 217 (4,5%), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 205 (4,2%) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 203 (4,1%) propostas aprovadas (apêndice 16).

Em 2012 as instituições com o maior número de projetos aprovados foram às mesmas do ano anterior, havendo uma pequena alteração na ordem quanto ao quantitativo de aprovações: Universidade de São Paulo (USP) com 348 (6,6%) aprovações; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 337 (6,4%) aprovações; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 286 (5,4%) aprovações e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 271 (5,1%) aprovações (apêndice 17).

---

<sup>405</sup> Ao não obterem financiamento estatal para a produção de pesquisas, as universidades públicas são estimuladas a captarem recursos financeiros no mercado, sujeitando-se ainda mais aos ditames empresariais.

As instituições já citadas permaneceram como as que majoritariamente alcançaram a aprovação de propostas no ano de 2013: Universidade de São Paulo (USP) 429 (5,9%) projetos aprovados; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) 306 (4,2%) projetos aprovados; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 254 (3,5%) projetos aprovados e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 243 (3,4%) projetos aprovados (apêndice 18).

Em 2014 as instituições que mais obtiveram projetos de pesquisa selecionados foram: Universidade de São Paulo (USP) 484 (6,8%) projetos; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) 274 (3,8%) projetos; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) 258 (3,6%) projetos; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 245 (3,4%) projetos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 239 (3,3%) projetos.

Observa-se que as instituições que alcançaram o maior número de projetos aprovados pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014 foram a Universidade de São Paulo (USP) com 1.624 (6,6%) projetos aprovados, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 1.040 (4,25%) projetos aprovados; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 1.036 (4,22%) projetos aprovados, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 988 (4%) projetos aprovados, todas consideradas “centros de excelência”. Também houve a aprovação de projetos de pesquisa em instituições de ensino particulares<sup>406</sup> e em empresas privadas com ou sem fins lucrativos (apêndices 16, 17, 18, 19), deixando explícita a concretização da parceria entre o público e o privado (exaltado por documentos internacionais e nacionais<sup>407</sup> e reforçadas por leis como a lei de inovação tecnológica - lei nº 10.973/2004, a lei das PPP - lei nº 11.079/2004 e a lei do bem - lei nº 11.196/2005).

#### **6.4 Distribuição das propostas aprovadas por região**

---

<sup>406</sup> Como a Universidade Nove de Julho (UNINOVE), a Universidade Feevale, a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), a Universidade de Vila Velha (UVV) e várias outras descritas nos apêndices 16, 17, 18 e 19.

<sup>407</sup> Vários documentos com este aspecto foram discutidos em capítulos anteriores.

Dos 4.859 projetos de pesquisa aprovados para fins de financiamento em 2011, 2.157 (44,4%) foram submetidos por pesquisadores pertencentes a instituições localizadas na região sudeste do país, 1.072 (22%) no sul; 942 (19,4%) no nordeste; 412 (8,5%) no centro oeste e 276 (5,7%) no norte. Em 2012, dos 5.275 projetos aprovados, 2.426 (46%) foram submetidos por pesquisadores da região sudeste; 1.291 (24,5%) do sul; 940 (17,8%) do nordeste; 421 (8%) do centro oeste e 197 (3,7%) do norte. Em 2013, das 7.220 aprovações, 3.080 (42,6%) foram do sudeste; 1.665 (23,1%) do sul; 1.407 (19,5%) do nordeste; 735 (10,2%) do centro oeste e 333 (4,6%) do norte. Em 2014, das 7.096 propostas aceitas, 3.061 (43,2%) eram do sudeste; 1.642 (23,1%) do sul; 1.392 (19,6%) do nordeste; 679 (9,6%) do centro oeste e 322 (4,5%) do norte (gráfico 1).

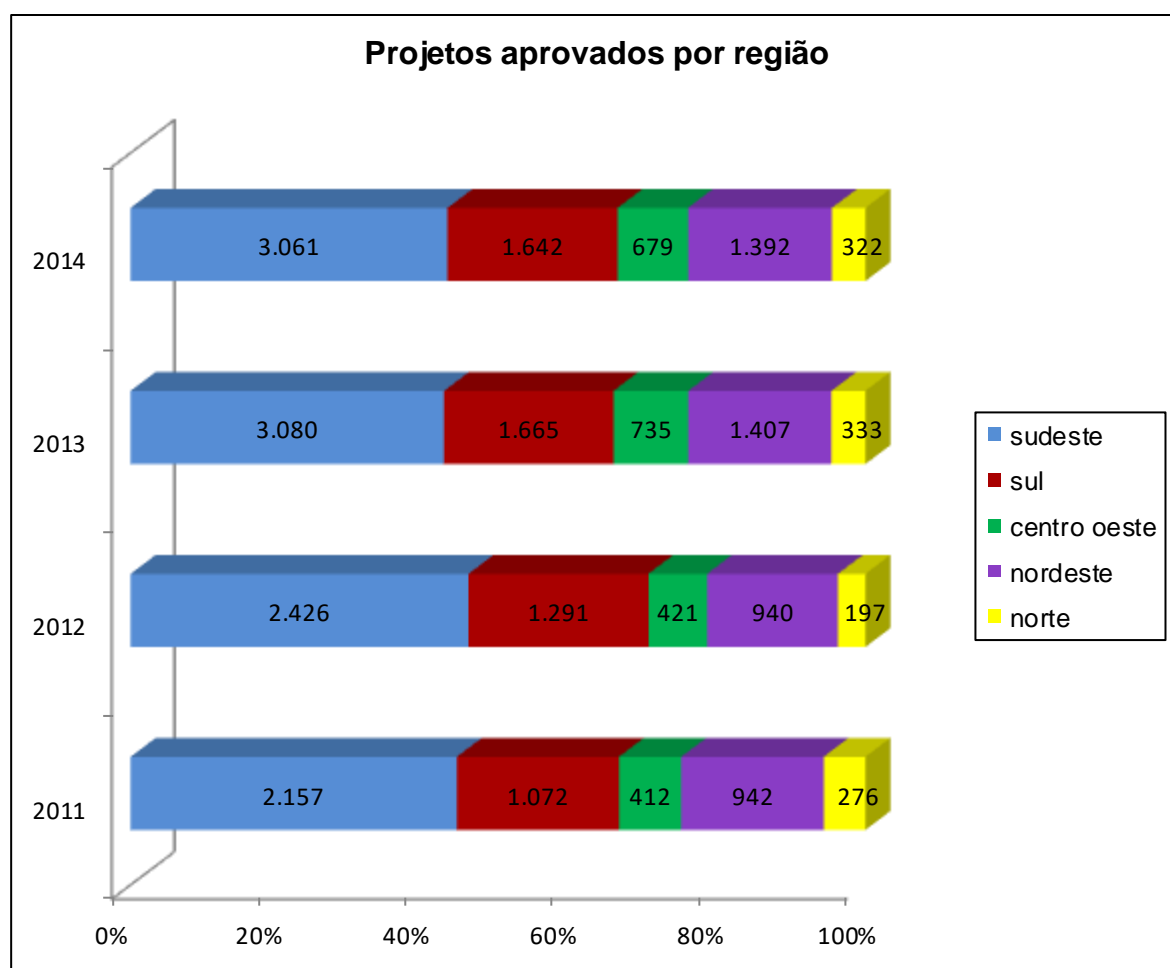


Gráfico 1. Projetos aprovados por região

Tendo como referência os anos de 2011 a 2014, dos 24.450 projetos aprovados para financiamento, 10.724 (43,9%) eram da região sudeste, 5.670 (23,2%) do sul, 4.681 (19,1%) do nordeste, 2.247 (9,2%) do centro oeste e 1.128 (4,6%) do norte<sup>408</sup>. Verifica-se que as regiões sudeste e sul obtiveram em todos os anos pesquisados o maior número de projetos aprovados. Sabe-se que estas regiões possuem um quantitativo maior de universidades e programas de pós-graduação stricto sensu, onde são desenvolvidas a maioria das pesquisas científicas. A título de exemplo, no ano de 2014 havia na região norte 185 programas de pós-graduação stricto sensu; 300 no centro oeste; 720 no nordeste; 784 no sul e 1.689 no sudeste<sup>409</sup> (BRASIL, 2015e).

Depreende-se que, embora todos os Planos Nacionais de Pós-Graduação tenham demonstrado interesse em equacionar o problema das assimetrias regionais, os pesquisadores de instituições localizadas na região sudeste e sul continuam alcançando o maior número de projetos aprovados e, conseqüentemente, maiores financiamentos, colocando as universidades com acúmulo em pesquisa destas regiões como “centros de excelência” o que reforça o projeto de diferenciação institucional e diversificação das fontes de financiamento para a produção de conhecimentos no ensino superior. Dados os critérios utilizados para a aprovação de propostas de pesquisa, que exigem alta titulação e considerável produção científica em áreas e temas de interesse do Estado, os editais do CNPq tendem a conservar a dicotomia entre os pesquisadores considerados “mais produtivos” (que continuarão sendo beneficiados com recursos) e os “improdutivos” com menores chances de obterem financiamento para o desenvolvimento de pesquisas.

## **6.5 Distribuição das propostas aprovadas por grande área**

---

<sup>408</sup> Dos 17 editais lançados em 2011, 02 (nº 06 e 14) previam que no mínimo 30% dos recursos seriam destinados as regiões norte, nordeste ou centro-oeste. Dos 31 editais divulgados em 2012, 07 (nº 13, 14, 17, 21, 32, 39, 42) previam que no mínimo 30% dos recursos seriam destinados as regiões norte, nordeste ou centro-oeste. Em 2013, dos 59 editais 39 (nº 11, 12, 14, 16, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 49, 51, 54, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 65, 75, 76, 81, 82, 84, 94) previam que no mínimo 30% dos recursos seriam destinados as regiões norte, nordeste ou centro-oeste. Em 2014, dos 28 editais, 02 (nº 12 e 14) previam que no mínimo 30% dos recursos seriam destinados as regiões norte, nordeste ou centro-oeste (dados detalhados nos apêndices).

<sup>409</sup> Estes dados foram apresentados no capítulo 4.



Uma caracterização mais detalhada dos 17 editais de apoio à pesquisa de 2011 demonstra que dos 4.859 projetos aprovados, 726 pertenciam à grande área das ciências humanas; 720 das ciências da saúde; 722 das ciências biológicas; 707 das ciências agrárias; 686 das ciências exatas e da terra; 567 das engenharias; 456 das ciências sociais aplicadas; 158 “outros”<sup>410</sup>; 116 da linguística, letras e artes e 01 indefinido. Em 2012 dos 5.275 projetos aprovados, 960 pertenciam às ciências agrárias, 853 às ciências biológicas; 708 às ciências humanas; 690 às ciências da saúde; 685 às ciências exatas e da terra; 601 às engenharias; 482 às ciências sociais aplicadas; 187 “outros”; 99 à linguística, letras e artes e 10 indefinidos. Em 2013 dos 7.220 projetos de pesquisa aceitos para fins de financiamento, 1.143 pertenciam às ciências exatas e da terra; 1.104 às ciências agrárias; 1.046 às ciências da saúde; 992 às engenharias; 937 às ciências biológicas; 854 às ciências humanas; 752 às ciências sociais aplicadas; 265 “outros”; 127 à linguística, letras e artes. Em 2014 das 7.096 propostas aprovadas, 1.124 eram das ciências agrárias; 1.044 das ciências exatas e da terra; 1.026 das ciências da saúde; 963 das ciências biológicas; 945 das ciências humanas; 822 das engenharias; 731 das ciências sociais aplicadas; 286 “outros”; 155 da linguística, letras e artes (gráfico 2).

---

<sup>410</sup> O CNPq reconhece oito grandes áreas do conhecimento (exatas e da terra; biológicas; engenharias; saúde; agrárias; sociais aplicadas; humanas; linguística, letras e artes) e um item denominado outros. As ciências exatas e da terra envolvem: matemática; probabilidade e estatística; ciência da computação; astronomia; física; química; geociências; oceanografia. As ciências biológicas englobam: biologia geral; genética; botânica; zoologia; ecologia; morfologia; fisiologia; bioquímica; biofísica; farmacologia; imunologia; microbiologia; parasitologia. As engenharias são compostas por: engenharia civil; engenharia de minas; engenharia de materiais e metalúrgica; engenharia elétrica; engenharia mecânica; engenharia sanitária; engenharia de produção; engenharia nuclear; engenharia de transportes; engenharia naval e oceânica; engenharia aeroespacial; engenharia biomédica. As ciências da saúde envolvem: medicina; odontologia; farmácia; enfermagem; nutrição; saúde coletiva; fonoaudiologia; fisioterapia e terapia ocupacional; educação física. Fazem parte das ciências agrárias: agronomia; recursos florestais e engenharia florestal; engenharia agrícola; zootecnia; medicina veterinária; recursos pesqueiros e engenharia de pesca; ciência e tecnologia de alimentos. As ciências sociais aplicadas são compostas pelo (a): direito; administração; economia; arquitetura e urbanismo; planejamento urbano e regional; demografia; ciência da informação; museologia; comunicação; serviço social; economia doméstica; desenho industrial; turismo. São consideradas ciências humanas: filosofia; sociologia; antropologia; arqueologia; história; geografia; psicologia; educação; ciência política; teologia. Na área de linguística, letras e artes estão: linguística, letras e artes. São considerados outros (administração hospitalar, administração rural, carreira militar, carreira religiosa, ciências, biomedicina, ciências atuariais, ciências sociais, decoração, desenho de moda, desenho de projetos, diplomacia, engenharia de agrimensura, engenharia cartográfica, engenharia de armamentos, engenharia mecatrônica, engenharia têxtil, estudos sociais, história natural, química industrial, relações internacionais, relações públicas, secretariado executivo) (BRASIL, 2015f).

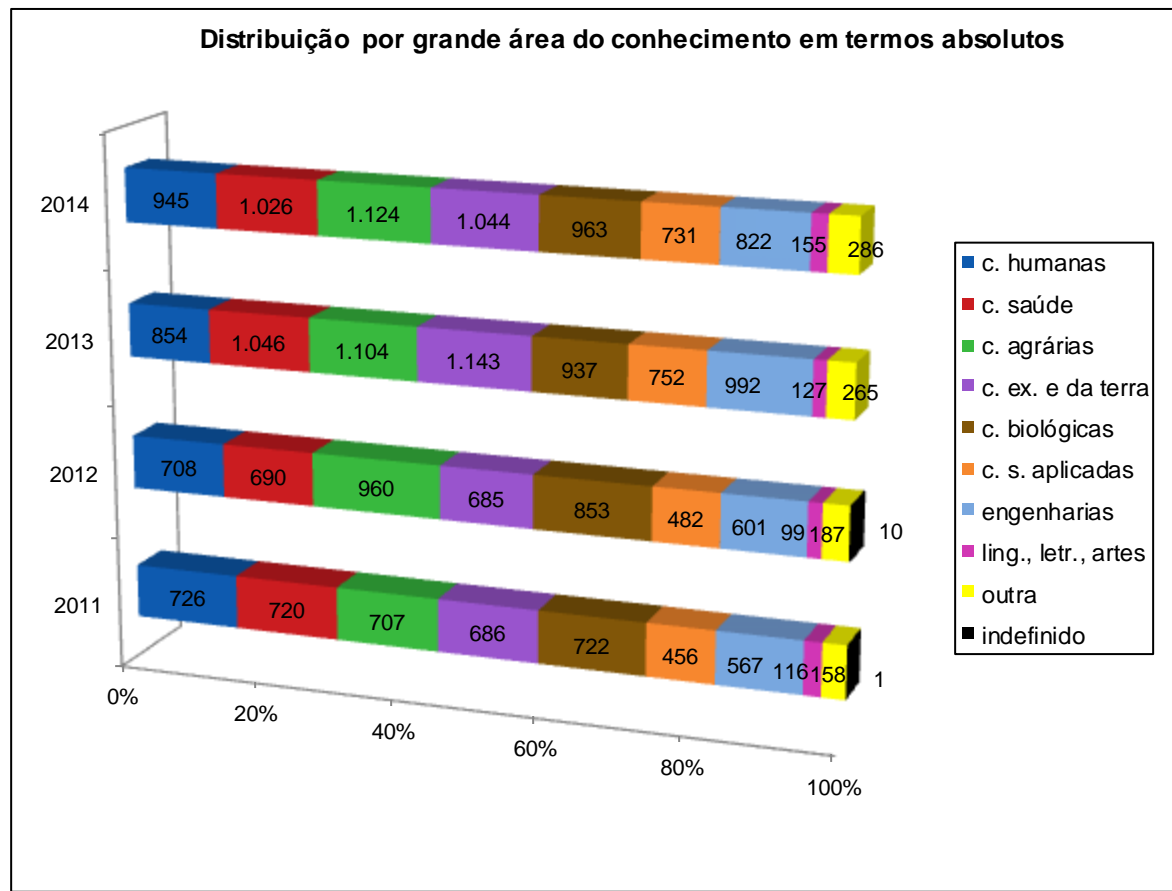


Gráfico 2. Distribuição por grande área do conhecimento em termos absolutos

Tomando como referência os quatro anos estudados, podemos verificar que a distribuição dos projetos de pesquisa financiados pelo CNPq quanto a grande área do conhecimento foi a seguinte: 3.895 projetos aprovados das ciências agrárias; 3.558 das ciências exatas e da terra; 3.482 das ciências da saúde; 3.475 das ciências biológicas; 3.233 das ciências humanas; 2.982 das engenharias; 2.421 das ciências sociais aplicadas; 896 da área “outros”; 497 da linguística, letras e artes e 11 indefinidos (gráfico 3).

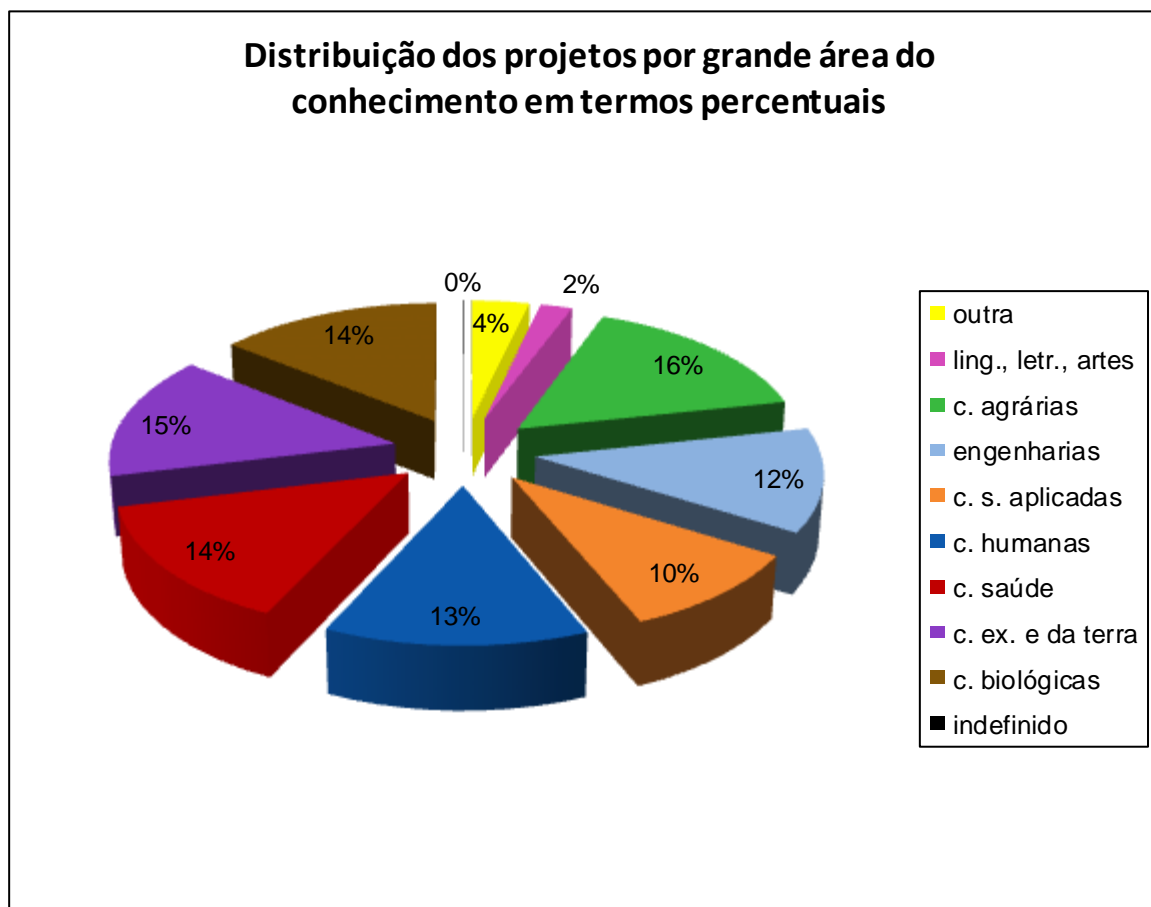


Gráfico 3. Distribuição dos projetos por grande área do conhecimento em termos percentuais

Embora o PNPG (2011-2020) aponte a necessidade de maiores investimentos nas engenharias (como se esta ação fosse determinante para a nossa inserção competitiva no mercado e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico) observa-se que a maior parte dos projetos aprovados pelo CNPq pertencia às ciências agrárias seguido das ciências exatas e da terra e das ciências da saúde. Vários trechos dos relatórios institucionais do CNPq dos anos estudados demonstram preocupação com as engenharias. O relatório de 2012 aponta inclusive que,

O objetivo voltado para as engenharias foi desenhado para ajudar a mudar a realidade em relação à defasagem tecnológica do país, promovendo a formação para um engajamento de pesquisadores e de profissionais em desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas [...] Nesse contexto, em 2012, a atuação institucional de priorizar a formação e capacitação de recursos humanos nas engenharias e demais áreas tecnológicas ficou aquém do planejado e proposto, mesmo com o CNPq se ocupando dessa problemática no conjunto de suas ações tradicionais; ou seja, as metas estabelecidas no âmbito desse objetivo não foram atingidas, apesar de avanço (BRASIL, 2013 d, p. 36).

Apesar do VI PNPG (2011-2020) expressar grande preocupação com as engenharias ele também alerta sobre as assimetrias entre os diversos ramos do saber, situação pouco debatida nos planos anteriores. Todavia, o que percebemos entre os anos de 2011 a 2014 no que diz respeito ao financiamento de pesquisas por parte do CNPq foi uma ênfase em áreas produtoras de conhecimentos compatíveis com a nossa inserção na economia mundial como produtor de produtos primários. Neste trabalho não foi possível calcular os recursos financeiros concedidos a cada área e a cada projeto de pesquisa, mas, podemos afirmar que em termos de números de projetos aprovados (e suspeitamos que em termos de volume de recursos) as ciências agrárias; exatas e da terra e da saúde obtiveram o maior número de propostas aceitas.

É importante considerar que entre os anos de 1998 e 2014 os discentes matriculados no mestrado estavam majoritariamente vinculados a programas de pós-graduação das ciências humanas (17,6%); engenharias (15,1%) e ciências sociais aplicadas (14,7%), áreas essas que não foram as maiores beneficiadas com a aprovação de projetos de pesquisa pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014 (BRASIL, 2015e). Quanto aos alunos matriculados no doutorado entre 1998 e 2014, 17,5% pertenciam a programas das ciências humanas, 15,5% ciências da saúde e 13,7% as engenharias, sendo as ciências da saúde a única área que se destacou entre as três áreas com o maior quantitativo de projetos aceitos entre 2011 e 2014<sup>411</sup> (BRASIL, 2015e).

Há ainda mais um elemento a ser salientado: os poucos recursos para as instituições de ensino superior públicas contribuíram para a atuação do Estado primordialmente como legislador e avaliador da política de educação transfigurada em mercadoria. A avaliação em todos os níveis de ensino se adensou a partir dos anos de 1990. Isto considerado, os programas de pós-graduação melhor avaliados pela CAPES podem contar com maiores recursos para a pesquisa gozando de maiores condições para pesquisar e publicar os seus resultados. Daí depreende-se que maior produção e publicação em veículos qualificados, maior pontuação na avaliação. Ou seja, trata-se de um circuito de difícil rompimento, pois, os programas

---

<sup>411</sup> Dados demonstrados no capítulo 4.

com notas máximas tendem a obter maior volume de recursos e, por sua vez, estes programas são em sua maioria de áreas cujas pesquisas auxiliam na criação de produtos, serviços e métodos para aumentar a produtividade do trabalho e melhorar os processos de produção, e por isso, possuem maiores financiamentos.

Veremos a seguir que a indução de pesquisas não tem ocorrido apenas em relação às grandes áreas do conhecimento. A tônica dos editais lançados para o financiamento da ciência em nosso país tem sido o direcionamento dos temas a serem pesquisados com ênfase naqueles que são mais vantajosos para o setor mercantil.

## 6.6 Distribuição das propostas aprovadas por tema

Dos 17 editais de apoio a pesquisa lançados em 2011 pelo CNPq apenas 03 não definiram previamente os temas a serem estudados (chamadas nº 06, 07 e 14). É preciso mencionar que embora a chamada nº 07/2011 não tenha elencado um tema de estudo, ela foi direcionada para áreas específicas do conhecimento. Os temas indicados para a pesquisa em 2011 estão listados no quadro abaixo:

Nº Chamada	Cooperação internacional com qual país/região?	Temáticas	Nº de projetos enviados	Nº de projetos aceitos
01	Suíça	Energia e Meio ambiente, com foco em energias renováveis; Saúde e Meio ambiente, com foco em doenças negligenciadas e alimentação e nutrição funcional.	52	12
05	França	Matemática, Física e Biodiversidade.	36	05
06	-	<b>Sem tema e sem área previamente definidos</b> <sup>412</sup>	565	200
07	-	<b>Área de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.</b>	1.559	643
08	-	Consolidação e melhoria da infraestrutura de parques tecnológicos.	57	08
09	-	Melhoria da infraestrutura de incubadoras para prestação de serviços a empresas de base tecnológica.	142	39
12	França	Matemática; nanomagnetismo, estruturas e informação quântica; web Science; computação de alto desempenho e gerenciamento de dados para aplicações de alta performance; células-tronco e câncer; mudanças climáticas e desastres naturais; doenças emergentes e mudanças ambientais.	12	05
13	-	Bioma Caatinga.	108	17
14	-	<b>Sem tema e sem área previamente definidos</b> <sup>413</sup> .	15.806	3.761
17	-	Nanociência e Nanotecnologia	20	08

<sup>412</sup> Edital Casadinho/Procad.

<sup>413</sup> Edital Universal.

18	Estados Unidos	Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.	23	21
19	Argentina, Bélgica, Costa Rica, Eslovênia, Espanha, Itália e Uruguai.	Agricultura (carne, frutas e soja); Agronegócios; Agropecuária; Biodiversidade; Biologia; Biomedicina; Biotecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos; Ciência e Tecnologia de Materiais; Ciência e Tecnologias Físicas; Ciências Agrárias; Ciências Aplicadas; Ciências Biomédicas; Ciências da Terra, Oceano e Atmosfera; Ciências Espaciais; Ciências Físicas e Matemáticas; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Marinhas; Ciências Químicas; Competitividade Agroindustrial e Pesca; Energia Nuclear e Espacial; Ensino de Ciências; Materiais Avançados; Meio Ambiente; Microeletrônica, Mineração; Nanotecnologia; Produção e Sanidade Vegetal e Animal; Recursos Naturais; Recursos Renováveis e não-Renováveis; Represas para Hidroelétricas; Risco e Vulnerabilidade Social para Eventos Naturais e Ambientais; Saúde; Tecnologias da Informação e Comunicação; Tecnologias Limpas; Todas as áreas do conhecimento; Turismo.	269	58
20	Cuba	Nanobiotecnologia (liberação controlada de fármacos e/ou nanoencapsulamento; nanomateriais para bioengenharia; nanopartículas para monitoramento e/ou diagnóstico em saúde; e, nanotoxicologia e/ou nanorregulação).	18	08
21	México	Nanotecnologia (Agronegócio, Eletrônica, Energia, Materiais, Meio ambiente, Nanobiotecnologia, Saúde, Sensores e/ou reguladores e seus impactos).	28	09
22	-	Cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo para quatro bacias sedimentares marítimas: Bacia da Foz do Amazonas, Bacia do Pará-Maranhão/Barreirinhas, Bacia de Campos e Bacia de Pelotas.	05	04
23	-	Paleontologia nacional.	66	58
26	Reino Unido	Segurança Alimentar, Bioenergia e/ou Biotecnologia Industrial.	16	03

Quadro 18. Temáticas induzidas em 2011.

Observamos que das 31 chamadas de 2012 apenas 02 não direcionavam o tema (chamadas nº 14 e 18), sendo que a chamada nº 18/2012 não definiu o tema, mas restringiu a grande área do conhecimento. Sistematizamos no quadro abaixo os temas estimulados para a pesquisa no ano de 2012:

Nº Chamada	Cooperação internacional com qual país/região?	Temáticas	Nº de projetos enviados	Nº de projetos aceitos
04	Holanda	Nanotecnologia, materiais poliméricos	05	03
10	-	Saúde bucal	194	29
11	-	Urbanização	1.011	38
13	União	Tecnologias da informação e comunicação	61	04

	Europeia			
14	-	<b>Sem tema e sem área previamente definidos<sup>414</sup>.</b>	9.985	3.836
15	França/África	Agricultura e alimentação, gestão de recursos naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e humano, governança, tecnologia e inovação	10	06
16	-	Nanociência e nanotecnologia	338	24
17	-	Competitividade das empresas	1.558	265
18	-	<b>Área Ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.</b>	1.594	452
19	Canadá	Tecnologia da informação e comunicação, ciência e tecnologia para os oceanos, ciências da vida, tecnologias limpas e energias renováveis	36	17
20	-	Bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana	109	03
21	Argentina	Biotecnologia	35	05
23	-	Vigilância sanitária	92	17
26	-	Assentamento rural	113	35
25	-	Métodos alternativos ao uso de animais e modelo de pele humana reconstituída	48	10
27	-	Inovação em educação alimentar e nutricional	144	32
29	Estados Unidos	Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos	19	13
30	Finlândia	Bioenergia e biomassa, energia solar, sistemas de distribuição de energia, tecnologia	16	08
31	-	Financiamento em saúde	16	01
32	-	Gênero	365	145
34	-	Ecologia	107	26
35	-	Biodiversidade e ecossistemas	122	43
36	-	Terapia celular	116	29
39	-	Arquipélago e ilhas oceânicas	72	30
40	-	Doenças negligenciadas	506	76
41	Reino Unido	Doenças e biofarmácia	34	08
42	-	Pesca e aquicultura	410	66
43	Reino Unido	Segurança alimentar, bioenergia, biotecnologia industrial	12	04
45	-	Biodiversidade brasileira	210	20
46	-	Agroecologia e sistemas orgânicos de produção	58	22
52	Bélgica	Biotecnologia; Microeletrônica; Nanotecnologia; Pesquisa Aeroespacial; Energia Nuclear; Ciências Ambientais; Ecologia; Ciências Agrárias; e Ciências da Saúde	48	08

Quadro 19. Temáticas induzidas em 2012.

Em 2013 dos 59 editais de financiamento lançados apenas 02 (chamadas nº 14 e 43) não determinavam o tema a ser pesquisado. A chamada nº 43/2013 não determinou o tema, mas escolheu as áreas do conhecimento a serem beneficiadas. No quadro a seguir apresentamos os temas determinados para as pesquisas financiadas pelo CNPq no ano de 2013:

<sup>414</sup> Edital Universal.

Nº Chamada	Cooperação internacional com qual país/região?	Temáticas	Nº de projetos enviados	Nº de projetos aceitos
05	-	Saúde	187	12
06	Cuba	Saúde	164	24
07	-	Saúde	138	27
08	-	Saúde	91	31
09	Japão	Alimentação funcional; Conversão de biomassa, microalgas e desagregação microbiana; Biorremediação, biolixiviação, reabilitação ambiental e sensores nanobiotecnológicos; Biofármacos; Biomateriais; e Biologia sintética.	14	03
11	-	Projetos de P,D&I de empresas emergentes de software, de serviços de tecnologias da inovação	1.178	65
12	Índia	Biocombustíveis e saúde, especialmente produtos biotecnológicos; Agricultura, incluindo bioenergia.	678	05
13	Índia	Tecnologias da Informação e Computação; Geociências, incluindo Oceanografia e Mudanças Climáticas; Engenharia, Ciência dos Materiais e Nanotecnologia; Ciências da saúde e biomédicas; Matemática; e Energias renováveis, eficiência energética, e tecnologias de baixo carbono.	66	14
14	-	<b>Sem tema e sem área previamente definidos</b> <sup>415</sup>	16.504	4.629
15	-	Avaliação de medicamentos, produtos ou insumos nacionais prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS)	118	29
16	-	HIV/AIDS; Malária; Tuberculose; Biotecnologia; Sistemas de Conhecimento Tradicional; Energia alternativa e renovável; Tecnologia da Informação e Comunicação.	33	06
17	Alemanha, Argentina, Bélgica, Colômbia, Costa Rica, Cuba, França, Itália, México, Portugal, Uruguai, Peru,	Agricultura e Agronegócios; Alimentação e Nutrição; Aquicultura e Pesca; Arqueologia; Biociências Moleculares; Biocombustíveis; Biodiversidade; Biotecnologia; Ciência e Tecnologia dos Materiais; Ciências Aplicadas; Ciências Biomédicas; Ciências da Saúde; Ciências da Terra, Oceano e Atmosfera; Ciências do Mar; Ciências Espaciais; Ciências Físicas; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Químicas; Computação e Telecomunicações; Controle de Qualidade; Desenvolvimento Sustentável; Ecologia; Energia Nuclear; Energias Alternativas; Engenharias; Farmacologia de Produtos Naturais; Geofísica do Petróleo; Geologia e Hidrologia; Gestão Tecnológica; Meio Ambiente, Energia e Telecomunicações; Melhoramento Genético; Metalurgia e Mineração; Metrologia; Mudanças Climáticas; Nanotecnologia e Novos Materiais; Oceanografia; Química; Recursos Hídricos; Recursos Renováveis e não-Renováveis; Saúde; Tecnologia da Informação e Comunicação; Tecnologias Limpas; Turismo e Artesanato. Obs. A Itália permitia a submissão de projetos para todas as áreas do conhecimento.	454	50
19	-	Desenvolvimento de circuitos integrados	13	11
22	-	Aerodinâmica; Materiais de Aplicação Aeroespacial; Sistemas de Propulsão; Robótica e Armar Inteligentes; Sensores de Uso Aeroespacial; Simuladores; Hipervelocidade; Estruturas; Guiamento e Controle; Sistemas de Comando e Controles.	288	31
23	-	Transporte aquaviário e da construção naval.	104	28
24	-	Desenvolvimento social	292	37
26	Holanda	Melhoramento de cultivares e de produtos da agropecuária, horticultura e aquicultura;	37	06

<sup>415</sup> Edital Universal.



		Biorremediação; Biorrefinarias e subsequente conversão de biomassa em energia e commodities químicas; Desenvolvimento de enzimas com aplicação na indústria de alimentos; e Produtos e ferramentas biotecnológicas com aplicação em saúde animal.		
27	-	Desenvolvimento e inovação de bioprodutos e/ou bioprocessos aplicados à produção de vacinas recombinantes para prevenção de zoonoses em animais.	37	07
28	-	Engenharia de Sistemas Biológicos.	191	18
29	-	Desenvolvimento de novos produtos de alimentação, cosméticos, fármacos ou outras aplicações industriais, relacionadas às seguintes espécies: Caju; Guaraná; Açaí e juçara; Umbu e Jabuticaba.	155	12
30	-	Desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos (biolixiviação e biorremediação) para minimizar ou solucionar problemas ambientais causados pela atividade humana, tais como resíduos industriais, domésticos, agropecuários, provenientes de mineradoras, da produção de petróleo e derivados, da produção de combustíveis, tratamento de esgoto e águas superficiais, subterrâneas e residuais, da indústria pesqueira, poluentes, entre outros.	185	13
31	-	Doenças Endócrinas e Metabólicas	297	16
33	-	Tecnologia em Redes Elétricas Inteligentes	78	13
35	-	Gerenciamento de Recursos Hídricos	113	13
36	-	Conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade	141	09
37	-	Mudanças Climáticas	287	38
38	-	Agronegócio (inovação tecnológica para insumos agrícolas)	322	24
39	-	Agronegócio (agregação de Valor às Cadeias Produtivas de Frutas e Lácteos).	310	22
40	-	Desenvolvimento e inovação voltados para a cadeia produtiva do biodiesel.	397	48
41	-	Política de saúde	57	14
43	-	<b>Área Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas</b>	1.492	575
47	-	Novas Terapias Portadoras de Futuro	127	23
48	-	Agronegócio (produção agropecuária sustentável e agroecologia).	131	26
49	-	Tecnologias para geração de energia solar fotovoltaica, LEDs e fontes luminosas inovadoras e para sistemas de iluminação de alta eficiência	129	24
51	-	Inovação no setor mineral	3.983	15
54	-	RHAE Pesquisador na Empresa	1.744	287
56	-	Desenvolvimento e Inovação para a Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas	98	17
57	-	Avaliação de Tecnologias em Saúde	72	23
59	-	Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia de Informação (TI)	36	05
62	-	Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas	56	07
63	-	Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha	58	13
64	-	Programa Antártico Brasileiro	63	20
65	-	Pesquisa e Desenvolvimento em Meteorologia e Climatologia	46	10
67	-	Coleções biológicas	256	37
68	-	Atmosfera na Amazônia	51	14
73	-	Medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira	276	10
75	-	Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias de Conversão de Combustíveis com Foco em Combustíveis Sólidos	63	22
76	-	Desenvolvimento tecnológico em terras raras	95	13
77	-	Pesquisa, desenvolvimento e inovação em	51	12

		Biotecnologia na Amazônia Ocidental, com foco nas áreas de fármacos, fitoterápicos e cosméticos.		
79	-	Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia, para o desenvolvimento sustentável das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com vistas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas abrangidos por essas regiões.	247	91
80	-	Economia Criativa	168	66
81	-	Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção	171	93
82	África	Segurança Alimentar e Nutricional	67	25
84	-	Tecnologia Assistiva	134	62
86	-	Censo dos trabalhadores de vigilância sanitária	01	0
88	Estados Unidos	Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos.	16	06
89	-	Projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários	108	86
91	-	Desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões	490	65
94	-	Aeroespacial e Defesa; Agropecuária; Alimentos; Automobilística; Biotecnologia; Calçados; Construção Civil; Economia Criativa; Energia; Energia Nuclear; Energia Renovável; Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Indústria Naval; Metal-mecânica; Mineração; Nanotecnologia; Petróleo e gás; Pesca e Aquicultura; Tecnologia Assistiva; Tecnologias Educacionais; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Tecnologias para Sustentabilidade; Têxtil/Vestuário.	545	318

Quadro 20. Temáticas induzidas em 2013.

Em 2014 das 28 chamadas pesquisadas apenas 02 (chamadas nº 14 e 22) não definiram o tema a ser pesquisado, mas a chamada nº 22/2014 foi direcionada para áreas específicas do conhecimento. O quadro com os temas constam a seguir:

Nº Chamada	Cooperação internacional com qual país/região?	Temáticas	Nº de projetos enviados	Nº de projetos aceitos
04		Censo dos trabalhadores de vigilância sanitária	03	0
05		Pesquisas em Vigilância Sanitária	112	17
07	Argentina e Uruguai	Biotecnologia	29	08
11		Desenvolvimento territorial	202	89
12		Ferramentas de software, hardware e/ou serviços de TI	1.078	88
14		<b>Sem tema e sem área previamente definidos</b> <sup>416</sup>	16.907	5.536
16		Tecnologias ambientais e mitigação de mudanças climáticas; Biotecnologia e uso sustentável da biodiversidade; Agricultura; Saúde e fármacos; Espaço,	345	0

<sup>416</sup> Edital Universal.

		defesa e segurança nacional; Desenvolvimento urbano; Segurança pública; Fontes alternativas de energias renováveis, biocombustíveis e bioenergia; Nanotecnologia; Pesquisa Nuclear; Tecnologia da informação e comunicação; Controle e Gerenciamento de Tráfego Aéreo		
17		Áreas temáticas estratégicas do Plano Brasil Maior e demais áreas: Aeroespacial e Defesa; Agropecuária; Alimentos; Automobilística; Biotecnologia; Calçados; Construção Civil; Economia Criativa; Energia; Energia Nuclear; Energias Renováveis; Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Gastronomia; Indústria Naval; Logística; Metalmeccânica; Mineração; Nanotecnologia; Petróleo e gás; Pesca e Aquicultura; Tecnologias Ambientais e para a sustentabilidade; Tecnologias Assistivas; Tecnologias Educacionais; Tecnológicas de etnodesenvolvimento em terras indígenas; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); Têxtil/Vestuário; Tecnologias Sociais.	1.536	472
18		Perdas pós-colheita de grãos	15	03
21		Saúde da População Negra no Brasil	89	08
22		<b>Área Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas</b>	1.260	597
26		Distúrbios Neuropsiquiátricos	157	16
27		Doenças Neurodegenerativas	218	17
28		Medicina Regenerativa	68	16
29		Segurança Internacional e Defesa Nacional	36	10
30		DST-Aids	63	19
31		Doença de Chagas	110	13
32		Leishmanioses	132	14
33		Doenças Cardiovasculares	151	12
34		Doenças Respiratórias Crônicas	113	14
35		Doenças Raras	39	15
36		Doenças Renais	131	13
37		Helminthíases	82	14
38		Sistemas Orgânicos de Produção de Base Agroecológica	53	25
39		Agroecologia	66	19
40		Sementes e Extrativismo	85	23
46	África	Segurança alimentar; Saúde pública; Desenvolvimento agrícola e pecuário; Inclusão social, e Mudanças climáticas e eventos extremos.	226	15
47		Saúde	139	23

Quadro 21. Temáticas induzidas em 2014.

Constatamos que sendo a ciência um instrumento fundamental para dar continuidade ao processo de valorização do capital, a autonomia científica nas universidades está sem dúvida alguma sendo cada vez mais comprometida em virtude do que se considera importante ou não pesquisar. Nesta tese argumentamos que a autonomia científica é exercida de forma limitada diante das imposições da classe burguesa com vistas à defesa e manutenção do capitalismo. Esse comprometimento ou limitação está presente, em maior ou menor grau, em todas as universidades de países capitalistas em decorrência da subordinação da produção de conhecimentos às necessidades do capital.

A produção de conhecimentos no capitalismo é direcionada não apenas para o atendimento das necessidades da produção e do mercado, mas também assume características peculiares a depender do lugar ocupado pelos países na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, os países centrais e os seus monopólios<sup>417</sup> constroem obstáculos impeditivos para que os países periféricos produzam uma ciência mais voltada às necessidades de sua população e que busque romper com o quadro de dependência.

O Brasil, que é marcado pela inserção dependente na economia mundial, tem seguido as orientações dos organismos internacionais que prezam pela manutenção do capitalismo e pelo imperialismo dos países centrais. Como explicitamos no capítulo 5 deste trabalho, o documento de 1990 intitulado “Transformación Productiva com Equidad” da CEPAL, orienta os países da América Latina e Caribe a produzirem conhecimentos em assuntos referentes à agricultura, recursos naturais e técnicas de uso intensivo de mão de obra, não sendo “discutido o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas essenciais para a competitividade e soberania de um país como as NTICS, tecnologias de base energética e de materiais” (OLIVEIRA, 2003, p. 93). Como procuramos discutir ao longo deste trabalho, foi sob a condição dependente que

as classes dominantes no Brasil promoveram uma inserção subordinada à internacionalização do modo de produção capitalista, numa conjunção de interesses em que, se a nossa burguesia é, por um lado, muito frágil para levar a cabo uma modelar revolução liberal, é, por outro, suficientemente forte para promover uma dinâmica de exploração da força de trabalho capaz de garantir lucros exponenciais para si e seus parceiros internacionais (OLIVEIRA, 2004, p. 75).

Documentos como o VI PNPG e o Livro Azul sempre se referem à necessidade do Brasil se inserir competitivamente na economia mundial “globalizada” sendo o conhecimento elemento diferenciador nesta concorrência. No entanto, ao que parece, o Brasil continua ligado à produção de produtos primários, competindo essencialmente neste setor. Segundo Petras (2013) nos governos de FHC, Lula e Dilma houve uma ascensão do extrativismo e um declínio da produção industrial. O

---

<sup>417</sup> Como nos diz Leher (2004) as filiais de multinacionais estão espalhadas por diferentes países para obter vantagens em termos de custo de mão-de-obra, tributos, energia e matérias-primas. Em geral, a tecnologia utilizada é exógena “as filiais apenas acoplam componentes e, quando muito, fazem ajustes tecnológicos para que a produção ocorra nas condições de infra-estrutura existentes” (LEHER, 2004, p. 880) o que demonstra o poderio dos países centrais no que diz respeito a revolução científico-tecnológica.

Brasil ainda é um grande exportador de produtos primários (com destaque para os produtos agrícolas, principalmente a soja; os minerais com destaque para o ferro; e a pecuária) e beneficiador de empresas multinacionais deste setor. Para o autor, o setor agrominerador é o maior responsável pela degradação do meio ambiente (via poluição da água, solo, ar e desmatamento de florestas); desapropriação, assassinato e escravização dos povos indígenas e pequenos produtores, realizadas tanto por empresas nacionais como multinacionais. O setor minerador além de trazer prejuízos ao meio ambiente gera poucos empregos, acrescenta pouco valor às exportações e prejudica a população local expropriando-a de sua terra.

De acordo com Petras (2013) os benefícios concedidos à produção de produtos primários nos mandatos presidenciais petistas foram muito superiores aos investimentos para a melhoria de vida da população brasileira. Citando o autor

No segundo mandato de Lula, durante a colheita de 2008-2009, o apoio do Ministério da Agricultura para o agronegócio foi seis vezes maior do que os fundos alocados para seu programa de redução da pobreza, o altamente divulgado programa “Bolsa Família”. [...] O boom das commodities, que durou quase uma década, encobriu as contradições de classe e a extrema vulnerabilidade de uma economia extrativista dependente da exportação de bens primários para mercados limitados. As políticas neoliberais, adaptadas para dar continuidade à exportação de commodities, levaram ao influxo de bens manufaturados e enfraqueceram a posição do setor industrial. Como resultado, os esforços de Dilma Rousseff para reviver a economia produtiva de modo a compensar o declínio dos lucros com commodities não funcionaram: estagflação, excedentes orçamentários decadentes e enfraquecimento da balança comercial atormentaram sua administração, exatamente quando a massa de trabalhadores e a classe média exigem uma realocação de recursos em larga escala, com a transferência de recursos dos subsídios dados ao setor privado para investimentos em serviços públicos (PETRAS, 2013, p. 24, 25).

Assim, a burguesia (sob a retórica da competitivamente no mercado mundial e do desenvolvimento econômico atrelado às descobertas tecnológicas e inovadoras) está se apropriando de parcela dos recursos do fundo público, de vantagens concedidas pelo Estado<sup>418</sup> e dos resultados das descobertas científicas realizadas com recursos estatais, além de contarem com a indução estatal a pesquisas

---

<sup>418</sup> A Lei do Bem (lei 11.196/05) concede incentivos fiscais às empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica e a Lei de inovação tecnológica (lei nº 10.973/2004) que incentiva a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, por meio, por exemplo, da parceria entre o público e o privado (LEHER, 2010).

majoritariamente ligadas às ciências agrárias, importantes para a economia extrativista.

Como os custos das pesquisas são altos<sup>419</sup>, esta é uma atividade que ao capital sempre interessou que fosse desempenhada majoritariamente pelo Estado, desde que os seus resultados fossem revertidos em benefícios para a classe burguesa. Embora o Estado incentive e disponibilize recursos para que as empresas desenvolvam pesquisas voltadas para a tecnologia e a inovação, o projeto burguês não é realizar muitas pesquisas nas empresas, mas ampliar as normatizações que permitam a utilização da universidade como um campo para a encomenda de pesquisas e o uso de seus resultados no mercado. As empresas podem assim optar por: produzir conhecimentos com vários benefícios cedidos pelo Estado, desenvolver pesquisas em parceria com as instituições públicas, apropriar o que é produzido pela universidade ou ainda fazer uma combinação entre essas alternativas.

Reafirmamos que à universidade transformada em organização social (CHAUÍ, 2001) tem-se solicitado um comportamento análogo ao funcionamento de empresas, inclusive com a encomenda de pesquisas para satisfazer as necessidades de determinados setores da economia. Dos 135 editais pesquisados entre 2011 e 2014, 126 (93,3%) indicavam previamente o tema a ser pesquisado; 04 (3%) não especificavam o tema, mas, eram voltados para algumas áreas do conhecimento e apenas 05 (3,7%) eram abertos a todas as áreas e temas. Essa forte indução, limita as possibilidades de escolha do pesquisador e do conjunto da comunidade científica quanto ao que e para quê pesquisar, o que nos permite afirmar que a autonomia científica da universidade e, conseqüentemente, dos pesquisadores nela inseridos, está fortemente comprometida.

A direção heterônoma dada à produção de conhecimentos no país vincula-se ao que está proposto em dois documentos fundamentais que revisitamos em capítulos

---

<sup>419</sup> Como discutimos no tópico 6.3 dado o alto custo para o desenvolvimento de pesquisas as empresas que submetem propostas ao CNPq não apenas usufruem de recursos públicos como não são obrigadas a contratarem mestres e doutores para terem projetos aprovados, desfrutando dos resultados das pesquisas com amplas subvenções estatais.

anteriores: um no campo da pós-graduação<sup>420</sup> e o outro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O primeiro (VI PNPG) retomou a ideia da indução estratégica e colocou como um de seus eixos “a organização de uma agenda nacional de pesquisa, também ela organizada em torno de temas, de acordo com sua relevância para o país” (BRASIL, 2010g, p. 18). Ou seja, além da indução para o desenvolvimento de determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras, agora se propõe de forma explícita a indução por temas direcionando a realização de algumas pesquisas. Como áreas prioritárias foram escolhidas: “biotecnologia, fármacos, medicamentos e vacinas, materiais avançados, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear” (BRASIL, 2010g, p. 20) e como temas: agricultura; Amazônia e o mar; programa espacial; política nuclear; saúde pública; o desafio urbano; educação básica; problemas ligados ao clima, à energia, ao pré-sal e as questões sociais<sup>421</sup> pertinentes (BRASIL, 2010g), tal qual como aparece nos editais analisados em nosso estudo.

Essa indução de pesquisas por áreas e também por temas associa-se diretamente ao interesse pela produção de conhecimentos cujos resultados possam ser aplicados de forma imediata. De acordo com o VI PNPG (2011-2020)

Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social. Neste quadro a parceria entre a universidade, o Estado e as empresas dará lugar ao chamado modelo da tríplice hélice. Este modelo levará a colocar no centro do plano, ou melhor, na sua base, aquilo que poderá ser chamado de Agenda Nacional de Pesquisa, com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais, com repercussão direta no SNPG e como matéria de políticas públicas, **conduzindo a ações induzidas e a parcerias entre as universidades e os setores público e privado** (BRASIL, 2010g, p.18, grifo nosso).

Além do VI PNPG (2011-2020) o Livro Azul também determinou o incentivo aos temas relacionados à agricultura, bioenergia, tecnologias da informação e comunicação, saúde, exploração das reservas de petróleo e gás do pré-sal,

<sup>420</sup> Também existem outros documentos que compactuam com a perspectiva de favorecimento de algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras, como o Programa Ciência Sem Fronteiras (criado pelo decreto nº 7.642/2011) e apresentado no capítulo 3.

<sup>421</sup> Não encontramos neste documento e nos artigos estudados nenhuma menção sobre o que seriam essas “questões sociais”.

tecnologia nuclear, espaço e defesa, tecnologias portadoras de futuro e outras energias<sup>422</sup>.

Diante dos resultados que apresentamos neste trabalho revalidamos a afirmação de Sguissardi (2009) de que a universidade, que gozava de relativos graus de autonomia está, na cena contemporânea, sendo guiada de forma decisiva por setores externos (Estado e mercado) que definem o que deve ser ou não produzido. A universidade esvaeceu-se em seu poder de decidir os seus objetivos e por outro lado, percebe-se o aumento da capacidade do Estado e do mercado de impor o atendimento das necessidades da produção e da produtividade do trabalho.

Sguissardi (2009) afirma que o sistema universitário no Brasil é composto por universidades neoprofissionais (essencialmente de ensino), heterônomas (dependentes cada vez mais da agenda externa) e competitivas (concorrentes entre si tendo em vista o alcance de posições elevadas no mercado mundial). As universidades concorrem entre si, inclusive, buscando parcerias com o mercado. Tal tendência está invadindo as universidades em todo o mundo, nas palavras de Sguissardi (2009, p. 229)

É forte a tendência de que mesmo as universidades que desenvolvem traços nítidos do modelo humboltiano ou de pesquisa, tendo em vista a penúria de verbas e os baixos salários, estejam se tornando universidades heterônomas, isto é, cuja agenda de pesquisa e de criação de novas carreiras obedeça cada vez mais a interesses externos vinculados a prioridades do mercado ou de agências que valorizam certo tipo de pesquisa operacional muito mais do que a pesquisa básica ou de áreas não valoradas do ponto de vista mercantil.

Como já discutimos a ciência capturada pela lógica do mercado assume um viés ainda mais preocupante no caso brasileiro, dada à inserção subalterna do país na

---

<sup>422</sup> Nas **tecnologias portadoras de futuro** “estão incluídas a nanotecnologia, a biotecnologia e algumas formas de energia que, embora já presentes em algumas aplicações, terão papel relevante na indústria do futuro. No caso da nanotecnologia, o número potencial de aplicações para materiais nanoestruturados é difícil de ser dimensionado, pelo amplo leque de propriedades distintas que cada um deles apresenta, permitindo antecipar uma nova geração de materiais mais eficientes e com aplicações customizadas. O mesmo pode ser esperado da biotecnologia, que já tem uma participação expressiva na produção de fármacos e produtos biológicos com alto valor agregado. Por conta da preocupação ambiental, **outras formas de geração de energia**, com baixa emissão de CO<sub>2</sub>, passarão a ser gradualmente implementadas. Entre as que terão participação crescente na matriz energética brasileira podem ser consideradas a energia fotovoltaica, a eólica, a utilização do hidrogênio nas células combustíveis e a energia nuclear” (BRASIL, 2010h, p. 51, grifo nosso).



economia internacional como um país produtor e exportador de produtos primários que agregam em geral pouca ciência, tecnologia, e inovação.

## 6.7 Distribuição das propostas aprovadas de cooperação internacional

### 6.7.1 Cooperação internacional em 2011

Dos 17 editais lançados em 2011, 08 envolviam a cooperação internacional. Os países incluídos nesta relação foram: Suíça, França, Estados Unidos, Argentina, Bélgica, Costa Rica, Eslovênia, Espanha, Itália, Uruguai, Cuba, México, Reino Unido. Os projetos aprovados foram majoritariamente de parcerias com os Estados Unidos (21 projetos) e Bélgica (15 projetos). Dos 08 editais de cooperação internacional, apenas 01 (edital nº 12/2011) não exigia a titulação de doutor. Dos 4.859 projetos de pesquisa aprovados, 121 eram de cooperação.

Reunindo todos os 08 editais de cooperação internacional podemos afirmar que 40 pertenciam às ciências exatas e da terra; 33 as ciências biológicas; 18 as engenharias; 10 as ciências da saúde; 10 as ciências agrárias; 04 as ciências sociais aplicadas; 03 as ciências humanas; 02 “outros”; 01 indefinido. Houve 69 aprovações na região sudeste; 27 no sul; 13 no nordeste; 10 no centro oeste e 02 no norte. A instituição que mais aprovou projetos foi a Universidade de São Paulo (USP) informação esta exposta no quadro abaixo:

Instituição/ Sigla	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo (USP)	18
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	11
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	11
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	6
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	6
Universidade Federal do Ceará (UFC)	6
Universidade de Brasília (UnB)	5
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	5
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF)	3
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande (PUCRS)	3
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	3
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	3
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/SP)	2

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2
Associação Instituto Nacional de Matemática (IMPA)	1
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/PE)	1
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)	1
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/RJ)	1
Fundação CERTI (CERTI/SC)	1
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros (FEI/SP)	1
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	1
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ)	1
Instituto Biológico (IB/SP)	1
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF/RJ)	1
Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA/RJ)	1
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	1
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)	1
Instituto Nacional de Tecnologia (INT/RJ)	1
Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)	1
Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)	1
Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas)	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	1
Universidade Católica de Brasília (UCB/DF)	1
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	1
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	1
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	1
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1
Universidade Feevale (FEEVALE)	1
<b>Total</b>	<b>121</b>

Quadro 22. Cooperação internacional em 2011.

### 6.7.2 Cooperação internacional em 2012

Das 31 chamadas de apoio a pesquisa lançadas em 2012, 10 estavam relacionadas à cooperação internacional. Tratava-se de cooperação entre o Brasil e os seguintes países: Holanda (chamada 04); União Européia (chamada 13); França e África (chamada 15); Canadá (chamada 19); Argentina (chamada 21); Estados Unidos (chamada 29); Finlândia (chamada 30); Reino Unido (chamada 41 e 43); Bélgica

(chamada 52). Como podemos verificar o país de maior parceria relacionado ao número de projetos aprovados foram: Canadá (17 projetos) e Estados Unidos (13 projetos).

Todas as chamadas de cooperação internacional exigiram o título de doutor para o pesquisador envolvido no projeto. Do total das 5.275 propostas aceitas para fins de financiamento de pesquisas 76 eram projetos de cooperação internacional. Outro dado interessante é que as chamadas que envolviam a cooperação internacional estavam ligadas essencialmente aos temas de tecnologias da informação e comunicação, nanotecnologia e biotecnologia, enquanto as outras 5.199 propostas aceitas que não estavam ligadas à cooperação internacional direcionavam-se majoritariamente a temas no campo da saúde (bucal, vigilância sanitária, alimentos, financiamento do Sistema Único de Saúde, doenças); urbanização e assentamento rural; gênero; ecologia e agroecologia; arquipélago e ilhas; empresas, pesca e aquicultura.

Dos 76 projetos de pesquisa de cooperação internacional, 24 eram das ciências exatas e da terra; 21 das ciências biológicas; 12 das engenharias; 10 das ciências da saúde; 07 das ciências agrárias e 02 das ciências humanas. Ocorreram 38 aprovações no sudeste; 20 no sul; 09 no nordeste e 09 no centro oeste. Quanto às instituições cujos projetos foram aprovados, podemos afirmar que a Universidade de São Paulo (USP) alcançou o maior número de aprovações de projetos ao nível da cooperação internacional, como ilustrado no quadro abaixo:

Instituição	nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo (USP)	10
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	9
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	5
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF)	4
Universidade de Brasília (UnB)	4
Universidade Estadual de Campinas	4
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	3
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	2
Universidade Federal do Ceará (UFC)	2
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTM/SP)	1

Faculdade (SATC/SC)	1
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	1
Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/SP)	1
Instituto do Coração (InCor/HCFMUSP)	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	1
Universidade Católica de Brasília (UCB)	1
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	1
Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)	1
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG)	1
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	1
Universidade Federal de Pelotas	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1
Universidade Federal do ABC/SP (UFABC)	1
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1
Fundação Cearense de meteorologia e recursos (FUNCEME)	1
<b>Total</b>	<b>76</b>

Quadro 23. Cooperação internacional em 2012.

### 6.7.3 Cooperação internacional em 2013

Dos 59 editais lançados em 2013, 08 envolviam a cooperação internacional. Os países incluídos na cooperação em projetos de pesquisa foram: Cuba (chamada nº 06), Japão (chamada nº 09), Índia (chamadas nº 12 e 13), Alemanha, Argentina, Bélgica, Colômbia, Cuba, França, Itália, México, Portugal, Uruguai, Peru (chamada nº 17), Holanda (chamada nº 26), África (chamada nº 82), Estados Unidos (chamada nº 88). Os projetos aprovados foram majoritariamente de parcerias com Cuba (26 projetos<sup>423</sup>) e África (25 projetos). Dos 08 editais de cooperação internacional, apenas 01 (edital nº 82/2013) não exigia a titulação de doutor. Dos 7.220 projetos de pesquisa aprovados por meio de chamadas lançadas em 2013, 133 eram de cooperação.

<sup>423</sup> Chamadas n.º 06/2013 e 17/2013.

As grandes áreas do conhecimento com projetos aprovados nos 08 editais de cooperação internacional foram: ciências da saúde (33 projetos); ciências biológicas (27 projetos); ciências exatas e da terra (22 projetos); ciências agrárias (21 projetos); engenharias (15 projetos); ciências humanas (11 projetos); ciências sociais aplicadas (02 projetos); “outros” (02 projetos). Foram 69 aprovações na região sudeste; 24 no sul; 18 no nordeste; 15 no centro oeste e 07 no norte. A instituição que mais alcançou aprovações foi a Universidade de São Paulo (USP) conforme quadro a seguir:

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Universidade de São Paulo	USP	15
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	8
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	8
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	7
Universidade de Brasília	UNB	6
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	5
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	5
Universidade Federal do Paraná	UFPR	4
Universidade Federal da Bahia	UFBA	3
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSCAR	3
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	3
Universidade Federal do Ceará	UFC	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	2
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	2
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	2
Universidade Federal de Goiás	UFG	2
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	2
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	2
Universidade Federal Fluminense	UFF	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	2
Associação do Sanatório Sírio	ASS/SP	1
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA	1
Centro de Pesquisas do Pantanal	CPP	1
Centro Universitário Univates	UNIVATES	1
Comissão Executiva do Plano da Lavoura	CEPLAC	1
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	1
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	1
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	FUNCEME	1

Hospital do Coração	HCOR/SP	1
Instituto Agrônômico de Campinas	IAC	1
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	1
Instituto Nacional de Câncer	INCA	1
Instituto Nacional de Cardiologia	INC	1
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC-PR	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	1
Universidade Católica de Brasília	UCB	1
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	1
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	1
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	1
Universidade Estadual de Londrina	UEL	1
Universidade Estadual de Maringá	UEM	1
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	1
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	1
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	1
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	1
Universidade Federal do ABC	UFABC	1
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	1
Universidade Federal do Pará	UFPA	1
Universidade Federal do Piauí	UFPI	1
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	1
Universidade Vale do Rio Doce	UNIVALE	1
<b>Total</b>		<b>133</b>

Quadro 24. Cooperação internacional em 2013.

#### 6.7.4 Cooperação internacional em 2014

Das 28 chamadas estudadas referentes ao ano de 2014, 02 eram de cooperação internacional. A chamada nº 07/2014 envolvia a cooperação com a Argentina e o Uruguai e a chamada nº 46/2014 estava relacionada à África. Ambos os editais exigiam a titulação de doutor. Dos 7.096 projetos aprovados, 23 eram de cooperação internacional.

Desses 23 projetos, 05 pertenciam as ciências humanas; 04 as ciências agrárias; 04 as engenharias; 04 as ciências exatas e da terra; 03 as ciências biológicas; 02 as ciências da saúde e 01 “outros”. Foram 15 projetos aprovados na região sudeste; 04 no sul; 03 no centro oeste e 01 no nordeste. Como em todos os anos estudados (2011, 2012, 2013 e 2014) a Universidade de São Paulo foi à instituição que obteve o maior número de projetos aprovados.

Instituição	Sigla	nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	4
Universidade de Brasília	UNB	2
fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ/RJ	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC /RIO	1
Universidade Estadual de Maringá	UEM	1
Universidade Federal da Bahia	UFBA	1
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	1
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	1
Associação Brasileira de Radiofarmácia	ASBRA	1
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	1
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	1
<b>Total</b>		<b>23</b>

Quadro 25. Cooperação internacional em 2014.

Dos 135 editais divulgados pelo CNPq entre 2011 e 2014, 28 (20,7%) eram de cooperação internacional, sendo aprovadas para fins de financiamento 353 propostas (1,4%) do total geral de 24.450 propostas aceitas. Os projetos que envolviam a cooperação internacional quanto à grande área do conhecimento se dividiram em: 90 (25,6%) das ciências exatas e da terra, 84 (23,8%) das ciências biológicas, 55 (15,6%) das ciências da saúde, 49 (13,9%) das engenharias, 42 (11,9%) das ciências agrárias, 21 (5,9%) das ciências humanas, 06 (1,7%) das ciências sociais aplicadas, 05 (1,4%) “outros” e 01 (0,2%) indefinido (gráfico 4). Constata-se que a maioria dos projetos de cooperação internacional pertencia às ciências exatas e da terra (90 projetos), biológicas (84 projetos), saúde (55 projetos) e engenharias (49 projetos), ao contrário dos outros editais cujas áreas mais

beneficiadas foram as agrárias, exatas e da terra, saúde e biológicas respectivamente<sup>424</sup>.

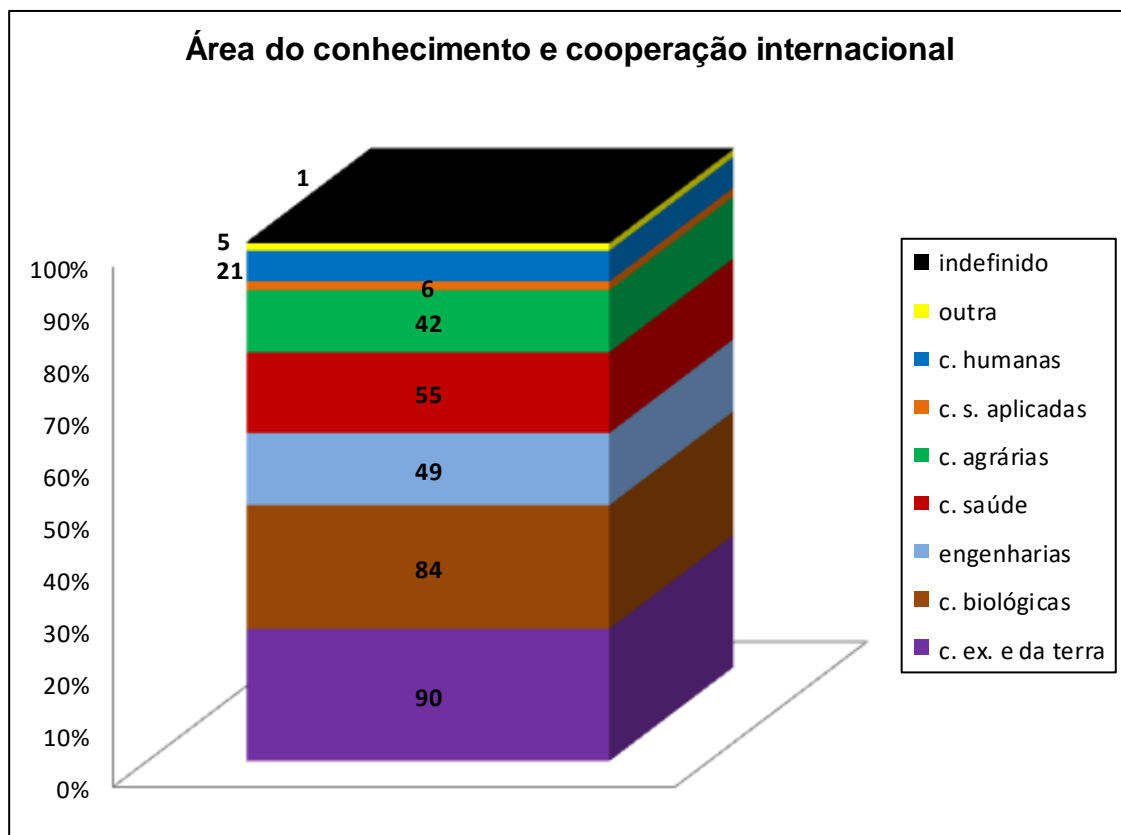


Gráfico 4. Área do conhecimento e cooperação internacional

Dos 353 projetos de cooperação, 191 (54,1%) foram aprovados em instituições do sudeste, 75 (21,3%) do sul, 41 (11,6%) do nordeste, 37 (10,5%) do centro oeste e 09 (2,5%) do norte. A Universidade de São Paulo foi à instituição que obteve o maior número de projetos aprovados, 47 (13,3%) projetos.

Observa-se que o caráter heterônimo das universidades (e da produção de conhecimentos) dificulta a materialização da autonomia universitária, e, conseqüentemente da autonomia científica<sup>425</sup>. Nos dizeres de Martins e Neves (2004, p. 108)

[...] a autonomia universitária nos moldes governamentais propostos realiza, de uma vez por todas, a adaptação das universidades brasileiras ao modelo de desenvolvimento que se baseia na importação de ciência e de tecnologia de ponta e na exportação de commodities, de baixa incorporação científica e tecnológica na produção e no trabalho. As universidades preparam-se

<sup>424</sup> Apresentação feita no tópico 6.5.

<sup>425</sup> Como conceituada por Fávero (1997).



para, de um ponto de vista econômico, formar quadros para efetivar a adaptação da ciência e da tecnologia transferidas pelo capital internacional em campos cada vez mais diversos. Do ponto de vista ético-político, as universidades brasileiras preparam-se para formar intelectuais de novo tipo, com competências técnicas limitadas e específicas e com uma visão localista e fragmentária de mundo, elemento impeditivo de uma elaboração de crítica mais abrangente à realidade social vigente.

Cabe destacar que não queremos aqui sustentar a retórica de que o Estado não deve interferir nas questões atinentes à pesquisa científica, pois, compreendemos que esse é um papel intrínseco a ele. O que nos compete discutir é qual a direção, ou qual o tipo de indução que este Estado capitalista e periférico tem realizado. Em se tratando dos anos estudados (2011-2014), podemos afirmar que houve uma indução de pesquisas para determinadas áreas e temas interessantes para a burguesia nacional e internacional, com destaque para o fomento à produção de conhecimentos das ciências agrárias que potencializam a produção de produtos primários. Além disso, verificamos o fortalecimento do empresariamento da educação e da ciência por meio do escoamento dos recursos públicos para os estabelecimentos privados e o incentivo à diferenciação institucional e a diversificação das fontes de financiamento, dando ênfase à autonomia financeira como a possibilidade da universidade captar recursos financeiros do mercado.

Desse modo, os dados coletados nos permitem afirmar que a relativa autonomia científica das universidades tem sido comprometida pelas prioridades estabelecidas pelo Estado brasileiro na medida em que os editais de financiamento às pesquisas do CNPq privilegiam determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras, estimulando os pesquisadores a direcionarem seus esforços para a produção de conhecimentos em áreas e temas privilegiados pela política governamental.

## Conclusão

A produção de conhecimentos e a sua aplicação imediata e lucrativa passou a ser desejo constante da burguesia em todo o mundo. Buscando garantir a reprodução ampliada do capital, a concepção de direito social (e a sua materialização por meio das políticas sociais públicas) foi deslocada para a noção de serviço a ser vendido e/ou comprado no mercado. O processo de contrarreforma do Estado brasileiro difundiu a ideia de que o Estado não poderia custear as políticas sociais em virtude do alto financiamento que elas demandam. A partir de então, a privatização destas políticas foi estimulada muito mais em decorrência dos grandes lucros que ela proporciona para a burguesia do que pelo seu custo para o Estado.

Nesta ótica, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado propagou a ideia de que as universidades e os centros de pesquisa deveriam ser serviços não exclusivos do Estado, ou seja, deveriam ser de responsabilidade compartilhada entre Estado, organizações públicas não estatais e instituições privadas (PEREIRA, 1995a). Há de se ressaltar que todas as ações neste sentido, contaram com a adesão subordinada do Brasil às recomendações dos organismos internacionais (LEHER, 2001). Dessa forma, foi consolidado o projeto burguês de direcionar as políticas sociais (destacamos, a política de educação e de ciência, tecnologia e inovação) para a satisfação das necessidades do capital e de direcionamento dos recursos públicos (que deveriam financiar estas políticas) para o setor privado.

Estas assertivas estão explícitas nos dados coletados para esta tese sobre o financiamento às pesquisas por uma agência de fomento estatal (CNPq) entre os anos de 2011 e 2014. Dos 135 editais pesquisados, 105 (77,8%) exigiram a titulação de doutor para a submissão de projetos de pesquisas, por outro lado, nenhum edital aberto especificamente para as empresas exigiu que o proponente tivesse esta titulação. Além disso, 94,8% dos editais estudados aceitavam propostas de instituições privadas (com e/ou sem fins lucrativos) e apenas 3,7% dos editais eram específicos para o financiamento de pesquisas em instituições públicas.

Verificamos assim, que a relação do CNPq (agência estatal de fomento à pesquisa) não acontece apenas com as instituições públicas de ensino e pesquisa, mas relaciona-se intimamente com as empresas privadas, sendo possível observar o estreitamento das relações entre o público e o privado na política de educação e também na política de ciência, tecnologia e inovação.

As parcerias<sup>426</sup> entre as instituições públicas e o setor privado são vistas como forma de incentivar as empresas frente à competitividade internacional. Como a realização de pesquisas demanda um alto financiamento, interessa à burguesia que este investimento seja realizado com recursos do fundo público, mas que os seus resultados sejam apropriados pelo setor privado. Ou seja, embora as universidades ainda se constituam como os principais loci da produção de conhecimentos científicos, o Estado (através das agências de fomento) tem incentivado e financiado com dinheiro público pesquisas realizadas por empresas ou pesquisas realizadas por instituições públicas em parceria com as empresas. Alguns editais<sup>427</sup>, por exemplo, previam que propostas submetidas em parceria com o setor privado teriam maiores chances de aprovação.

Outro elemento a ser destacado é que dada a insuficiência de recursos para o fomento às pesquisas, estes são disputados entre as próprias instituições públicas e ainda, entre estas e os estabelecimentos privados. Nesta direção, estimula-se a distinção entre as instituições de ensino e os centros de excelência, que gozam de maiores recursos e de reconhecimento no que tange à ciência. Isto foi identificado nos dados que coletamos onde USP, UFRJ, UFMG, UFRGS e UNESP apareceram em todos os anos estudados como as instituições que obtiveram o maior quantitativo

---

<sup>426</sup> As parcerias entre o público e o privado estão hoje mais explícitas na Constituição Federal de 1988. A Emenda Constitucional nº 85 de 2015 incluiu duas redações onde esta relação está explícita: "Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei. Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto público quanto privado, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação" (BRASIL, 1988, p. 79). Também devemos mencionar que as parcerias entre o público e o privado foram permitidas por várias normatizações e incentivadas por vários documentos tanto no que diz respeito à política de educação, quanto na área da ciência, tecnologia e inovação. Este assunto foi abordado nos capítulos da tese.

<sup>427</sup> Como o Edital nº 01/2011.

de projetos aprovados. Faz-se também notar a permanência da assimetria regional uma vez que, as regiões sudeste e sul foram as que mais receberam financiamento do CNPq.

Como já relatamos não foram apenas às universidades públicas que receberam financiamento para o fomento à pesquisa, empresas privadas (como o Instituto tecnológico Vale, Arcelor Mittal Brasil, Buscapé, Natura, Sadia, dentre outras) e estabelecimentos de ensino privados (como a Universidade Feevale, Universidade Vila Velha, Universidade Estácio de Sá, Universidade Vale do Rio Doce, dentre outras) também obtiveram projetos aprovados. Assim, a lógica da diversificação institucional permite que o mercado escolha dentre as várias alternativas, a que lhe for mais rentável. Ou seja, pode-se oferecer um ensino de baixa qualidade, sem o tripé ensino, pesquisa e extensão se isso estiver em sintonia com os anseios dos empresários da educação. Mas, o fortalecimento da ideia da produção de conhecimentos com o objetivo de assegurar as condições para a reprodução ampliada do capital<sup>428</sup>, fez com que algumas instituições de ensino privadas passassem a se interessar pelo desenvolvimento de pesquisas, contando com financiamento público para isto.

Devemos salientar que dos 24.450 projetos aceitos pelo CNPq, 3.895 (15,9%) estavam vinculados às ciências agrárias. Dos 135 editais, 126 (93,3%) indicavam previamente o tema a ser estudado e 04 (3%) não indicavam o tema, mas delimitavam a área de conhecimento. A produção de ciência, tecnologia e inovação ligadas à produção de produtos primários, e o empresariamento do ensino superior contribuem para a subordinação do Brasil aos interesses empresariais e do capital internacional. Temos por exemplo, universidades consideradas como "de excelência", mas, que são impelidas a pesquisarem temas voltados à nossa suposta "vocação agrária"<sup>429</sup>, se configurando em universidades muitas vezes, subordinadas internacionalmente. Como nos indica Sguissardi (2009, p. 189) "jamais como hoje o conhecimento, a ciência e a tecnologia foram tão valorizados como mercadoria

---

<sup>428</sup> Seja utilizando o conhecimento para a criação de produtos e serviços para a venda, ou aplicando-o com vistas a aumentar a exploração da força de trabalho.

<sup>429</sup> "O Brasil é o terceiro maior exportador de produtos agrícolas e um dos mais importantes produtores mundiais de alimentos" (BRASIL, 2010h, p. 43).

capital a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas e no interesse dos países centrais”.

Embora não tenha sido aprovada uma única lei para regulamentar o princípio da autonomia científica, devemos considerar que a autonomia com o viés privatista já é uma atividade existente e normatizada por leis aparentemente fragmentadas, mas que ao final atendem aos interesses burgueses. Avaliamos assim, que o Estado e o mercado atuam no sentido de aumentarem os limites da liberdade científica e restringirem cada vez mais os relativos graus de autonomia científica. Há de se considerar ainda que "a imposição dos princípios de produtividade industrial ao campo da ciência poderá acarretar o engavetamento de inúmeros estudos de relevância social" (OLIVEIRA, 2002, p. 78).

Identificamos através deste trabalho que o Estado brasileiro (incentivador e articulador do empresariamento da educação e da ciência) lançou como mais uma estratégia beneficiadora do capital, a indução das pesquisas segundo as áreas e os temas considerados estratégicos, comprometendo ainda mais a autonomia científica.

Retomando debates anteriores é preciso deixar claro que não estamos afirmando que a dependência econômica do nosso país deve ser explicada apenas porque investimos mais em pesquisas ligadas ao aperfeiçoamento de produtos primários voltados principalmente para a exportação. Entendemos que essa identificação imediata e direta entre a autonomia científica e a autonomia nacional obscurece "por um lado, a divisão em classes da sociedade brasileira, e, por outro, o capitalismo como fenômeno mundial que determina suas formas particulares de realização pela mediação do Estado nacional" (CHAUÍ, 2001). Mas certamente, o estabelecimento de uma ciência atrelada aos interesses mercadológicos e com a produção de conhecimentos aplicáveis para determinados setores da economia (como o agrário) traz implicações consideráveis para o nosso país e para a construção coletiva de uma ciência voltada à satisfação das necessidades dos trabalhadores brasileiros, que são os maiores financiadores do fundo público.

Assim, reafirmamos a **tese** de que a relativa autonomia científica das universidades tem sido comprometida pelas prioridades estabelecidas pelo Estado brasileiro na medida em que os editais de financiamento às pesquisas do CNPq privilegiam determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras, estimulando os pesquisadores a direcionarem seus esforços para a produção de conhecimentos em áreas e temas privilegiados pela política governamental.

Não é possível deixar de considerar que esta pesquisa pretendeu ser apenas uma contribuição inicial sobre o tema. Se por um lado, permitiu-nos responder a algumas questões, por outro, avolumaram-se as nossas inquietações. Depois do trabalho concluído, muitas perguntas ainda nos rodeiam e dar continuidade a esta pesquisa é um projeto que almejo<sup>430</sup>.

Isto posto esperamos ter deixado claro que precisamos, sem delongas, elaborar ações consistentes e robustas para que a educação e a ciência sejam redirecionadas "para além do capital" (MÉSZAROS, 2008).

---

<sup>430</sup> Existem vários elementos que podem ser pesquisados e/ou aprofundados como os recursos financeiros concedidos pelo CNPq aos projetos aprovados bem como, uma análise dos projetos enviados e aprovados nos anos que não foram aqui incorporados, dentre outros.

## Referências

ANDES-SN. **Cartilha Regime de previdência complementar FUNPRESP**. Brasília, 2013.

ANDIFES. Retrospectiva da discussão sobre a autonomia universitária. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.5, p.137, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARAGÃO, José Euzébio de Oliveira Souza; BERTAGNA, Regiane Helena. Políticas públicas de avaliação do Ensino Superior: tateando um conceito de qualidade da educação, **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v.4, n.7, p.237-248, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

ATCON, Rudolph. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**: relatório. Rio de Janeiro: MEC/DESU, 1966.

AUDITORIA Cidadã da dívida. **O petróleo não garantirá os 10% do PIB para a educação**. s/d. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/o-petroleo-nao-garantira-os-10-do-pib-para-a-educacao/>>. Acesso em: 10 abr 2015.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Processos decisórios em política científica, tecnológica e de inovação no Brasil: Análise crítica. **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, São Paulo, p. 01-37, 2010.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiência. Washington, D.C.: The World Bank Group, 1995.

BARBOSA, Antônio Luiz Figueira. Patentes: crítica à racionalidade, em busca da racionalidade. **Cadernos de Estudos Avançados**, Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, v.2, n. 1, p. 17-34, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa Ed. 70, 1977.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 955-977, 2006.

\_\_\_\_\_. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Revista Avaliação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 131-152, 2008.

BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. **Política de Pós-Graduação no Brasil (1975/1990)**: um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 189- 217.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING; Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEIGUELMAN, Bernardo. Reflexões sobre a pós-graduação brasileira. In: PALATNIK, Marcos (org.) **Pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 33-47.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**, São Paulo, p. 169-196, 2009.

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador de Programa de Pós-Graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Dilemas da Pós-Graduação**: gestão e avaliação. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 15-100.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. Os movimentos de resistência no Brasil: o papel do fórum nacional em defesa da escola pública. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XXI, n. 48, p. 35-46, 2011.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v.25, n.1, p. 83-91, 2009.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de Março de 1824. **Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil** a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. Rio de Janeiro, 22 abr. 1824.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879. **Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a\\_34.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2012.



\_\_\_\_\_. Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. **Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931. **Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 28 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. **Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1310-15-janeiro-1951-361842-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 de nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 73.411, de 4 de Janeiro de 1974. Institui o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 7 jan. 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 ag. 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1975-1979.** Brasília, 1974b. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/l\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/l_PNPG.pdf)>. Acesso em: 17 ag. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975. Dispõe sobre o sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 16 jan. 1975. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75225-15-janeiro-1975-423795-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 86.791, de 28 de dezembro de 1981. **Extingue o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86791-28-dezembro-1981-436402-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 29 de maio 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1982-1985.** Brasília, 1981b. Disponível em:

<[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf)>. Acesso em: 29 de maio 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 86.816, de 5 de janeiro de 1982. **Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86816-5-janeiro-1982-436737-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1986-1989.** Brasília, 1985. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf)>. Acesso em: 29 de maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Ciência e tecnologia em uma sociedade democrática:** relatório geral. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Financiadora de Estudos e Projetos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0221/221792.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0221/221792.pdf)>. Acesso em 01 de out. de 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** 22 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 28 out 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispendo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** 12 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10176.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10176.htm)>. Acesso em: 16 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco:** ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002b. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0004/4744.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4744.pdf). Acesso em: 05 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Grupo de Trabalho Interministerial. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira.** Brasília, 2003a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861. de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** 15 abril. 2004a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 3 dez. 2004 b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 31 dez. 2004c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, 2004 d. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG\\_2005\\_2010.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf)>. Acesso em: 17 ag. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 20 dez. 2005 a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 14 jan. 2005 b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001;

revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 23 nov. 2005 c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 10 mai. 2006a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006. Dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 25 mai. 2006b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.htm)>. Acesso em: 11 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 25 abr. 2007a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 11 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 25 abril. 2007b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 30 dez. 2008a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

**Brasil**, 26 Setembro. 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Documento de área 2009**. 2009a. Brasília: DF. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4683-servico-social>>. Acesso em: jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 31 dez. 2010a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 dez. 2010b. Seção 1, p. 33-34. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/legislacoes/visualizar/id/200>>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 20 julh. 2010c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm)>. Acesso em: 09 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010. Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais- REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 28 jan. 2010d. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7082.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7082.htm)>. Acesso em: 16 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 20 julh. 2010e. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 16 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 23 dez. 2010f. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Vol.1. Brasília, 2010g. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 29 de maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010h. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0221/221783.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0221/221783.pdf). Acesso em: 08 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Relatório de avaliação 2007-2009**. Trienal 2010. 2010i. Brasília: DF. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4683-servico-social>>. Acesso em: jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 27 out. 2011a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 16 dez. 2011b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12550.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12550.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 14 jan. 2011c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm)>. Acesso em: 16 fev 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 30 agos. 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 16 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 29 dez. 2012b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)>. Acesso em: 16 junh. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1 mai. 2012c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm)>. Acesso em 23 jan.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012. Aprova o Estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em Comissão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e remaneja cargos em comissão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 6 de março de 2012d. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Decreto-7692-de2mar12-NovoEstatutoCapes.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 13 nov. 2013a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria interministerial nº 1, de 9 de janeiro de 2013. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 11 jan. 2013b. Disponível em: <[http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC\\_MCTI\\_temas+prioritarios\\_Csf.pdf](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC_MCTI_temas+prioritarios_Csf.pdf)>. Acesso em: 17 mar 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 04 fev. 2013c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7899.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7899.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Institucional do Exercício de 2012**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2013d. Disponível em: <[http://www.cnpq.br/documents/10157/1184955/Relatorio\\_de\\_Gestao\\_2012.pdf](http://www.cnpq.br/documents/10157/1184955/Relatorio_de_Gestao_2012.pdf)>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 26 jun. 2014a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 17 nov 2014b. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/fce17e07-48b5-4b96-88e3-d9ca6dbb8186>>. Acesso em: 17 mar 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Constituição Federal 25 anos**. [s.d.] Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes)>. Acesso em: 10 de jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ciências sem fronteiras**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação s/d, Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/baixar-documentos>>. Acesso em: 17 mar 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior - CAPES. **História e Missão**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 26 maio 2015a.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. CNPq. **História do CNPq**. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>>. Acesso em: 17 junh. 2015b.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. **Investimentos do CNPq em CT&I**. Brasília, 2015c. Disponível em:



<<http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmthome.jsp?>>. Acesso em: 01 de out. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília. 2015d. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78973/Historico.html>> Acesso em: 02 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior. GEOCAPES. **Dados estatísticos**. 2015e. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=0&dbcb-selectedIndex=0>>. Acesso em: 10 jan 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. **Tabela de Áreas do Conhecimento**. Brasília, 2015f. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>> Acesso em: 28 de set. de 2015.

BUENO, Ana Paula. A Universidade e os projetos para o país. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, ano XVIII, n. 70, p. 23-24, 2014.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. Sobre o capital e a mais-valia. In: CARCANHOLO, Reinaldo (Org.) **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 123-146.

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. **Revista Política e Sociedade**, Santa Catarina, n.10, p. 91-116, 2007.

\_\_\_\_\_. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 179-194, 2004.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva. Introdução. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 17-24.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação e seus métodos. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. (Orgs.). **A época Colonial**. São Paulo: Difusão Européia do livro. 1968. 2 v.

CASSINI, Simone Alves; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. As concepções de educação como serviço, direito e bem público: contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação. In: 36ª Reunião Nacional da ANPEd, 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2013.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Transformación productiva con equidad**. Santiago do Chile, 1990.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2012.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. São Paulo: Vozes, 2003. p. 27-51.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. Introdução Geral. In: \_\_\_\_\_. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 11- 34.

COGGIOLA, Osvaldo. **10 anos de governo do PT – Frente Popular**. [s.d]. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/O-Coggiola.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Marxismo, Ciência, Educação. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, v.11, n. 11, p. 39-53, 1996.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade; GUSSO, Divonzir Arthur; LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro**. Brasília: UNESCO/CRESALC/MEC/SESu/CAPES, Brasília: 1986.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ EPSJV, 2006, p. 173-200.

CUNHA, Luís Antônio. Nova Reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 20-49, 1997.

\_\_\_\_\_. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

\_\_\_\_\_. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

\_\_\_\_\_. **A universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão da autonomia universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, nº 2, p. 25-29, 1991.

\_\_\_\_\_. Prefácio: da crítica à avaliação à avaliação crítica. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados. 2009. p. IX-XIV.

\_\_\_\_\_. Quadragésimo Ano do Parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 07-20, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira; ASSIS, Simone Gonçalves de. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 195-221.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (Orgs.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003, p. 35-52.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 10, nº 15, p. 01-29, 2012.

FARIA, Janaína Elisa Patti de. **Imperialismo e sistema internacional de propriedade intelectual: implicações pós-trips, para o Brasil, para a indústria farmacêutica local e os novos rumos anticontrafração**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2012.

FARIA, Júlio Cezar de. **Da fundação das Universidades ao Ensino na Colônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965)**. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/artigo\\_mariadelourdes.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/artigo_mariadelourdes.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2014.

\_\_\_\_\_. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

\_\_\_\_\_. Autonomia universitária: desafios históricos-políticos. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 12, p. 9-12, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **O desafio educacional**. SP: Cortez: Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. **O que é Revolução**. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2009.

\_\_\_\_\_. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** SP: Alfa-Ômega, 1975.

FILGUEIRAS, Luiz et al. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al.(Orgs.). **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-70.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 201-228, 2012.

FRANCA, Maíra Penna. **Perspectiva do investimento público em educação: é possível alcançar 10% do PIB?** CEDE- Centro de Estudos sobre desigualdade e desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD74.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2015.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**. 2.ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo. **Procurando o Centrão**: Direita e Esquerda na Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988. Concurso ANPOCS - Fundação Ford: Melhores Trabalhos sobre a Constituição de 1988. 2009. Disponível em: <[http://neci.fflch.usp.br/sites/neci.fflch.usp.br/files/freitas-moura-medeiros\\_2009.pdf](http://neci.fflch.usp.br/sites/neci.fflch.usp.br/files/freitas-moura-medeiros_2009.pdf)>. Acesso em: 18 de jan. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.16, n. 46, p. 235-254, 2011.

FUCK, Marcos Paulo; VILHA, Anapátricia Morales. Inovação Tecnológica: da definição à ação. **Contemporâneos**, São Paulo, n. 9, p. 1-21, 2012.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Produção de conhecimento “a quem e para que serve?”. **Revista Argumentum**, Vitória, ano 3, n.3, v. 1, p.4-10, jan./jun. 2011.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira et al. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de avaliação. **Área Serviço Social**. Brasília, s/d.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 253-263.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Sandra. O Impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: Um Estudo de Caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 1, p. 193 a 224, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Para além da crise de paradigmas: a ciência e seu contexto. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XXI, n. 49, p. 10-23, 2012.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. A conferência nacional de educação 2010: participação e deliberação em novas arenas de disputa. **Revista Educere et Educare**, Cascavel, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2010.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. et al. Trajetória da avaliação da educação superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 101-132, 2005.

GUERRA, Yolanda Demétrio. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, 2011.

GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, FRANÇOIS. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 61-96.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-Graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª ed. SP: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.) **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 13-43.

IANNI, Octavio. A Revolução Burguesa. In: \_\_\_\_\_. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 211-243.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sobre o ENEM**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

JUNQUEIRA, Maiz Ramos; REIDEL, Tatiana; CUNHA, Fernanda Lanzarini da. Experiência de estágio obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n.2, p. 302-314, 2014.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 27, p. 27-46, 2008.

KUENZER, Acácia; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 177-206.

LEHER, Roberto. Educação do governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al.(Orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

\_\_\_\_\_. **Eleições de 2014 no Brasil: classes e projetos em disputa**. 2014. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/11/Eleicoes-classes-e-projetos-em-disputa-R-Leher1.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefácio A (contra) reforma universitária do governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 13-22.

\_\_\_\_\_. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001b, p. 151-187.

\_\_\_\_\_. Región Sur. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. **Observatorio Social de América Latina**, [S.l.], ano IV, n. 10, p. 81-129, 2003. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22020.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 3, p. 19-30, 1999.

\_\_\_\_\_. Unesco, Banco Mundial e educação dos países periféricos. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XI, n. 25, p. 46-54, 2001a.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira (Orgs.). **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 73-96.

LESBAUPIN, Ivo. Governo Lula: um balanço do primeiro ano. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 10-33, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma análise crítica do governo Dilma: a quem este governo atende em primeiro lugar?** 2014. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5704&secao=455](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5704&secao=455)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza. A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 625-656, 2012.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e “reforma universitária consentida”**: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/28/programacao%20do%20gt%2011.htm>>. Acesso em: 17 nov.2013.

\_\_\_\_\_. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 23-46.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 55, p. 32- 42, 2015.

LIMA, Licínio; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações

sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, 2008.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. **A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

MACHADO, Ana Maria Netto; ALVES, Vânia. Caminhos ou (des) caminhos da pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2005.

MACHADO, Otávio Luiz. O Relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil. **Cadernos de História**, Ouro Preto, ano 1, n. 2, p. 01-21, 2006.

MACIEL, David. **De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política**. [s.d]. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355\\_Maciel\\_David.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355_Maciel_David.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al.(Orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-34.

**MAIOR** diretor da Rede Globo confirma que houve manipulação nas eleições de 89. 2011. Disponível em: <http://entretenimento.r7.com/famosos-e-tv/noticias/maior-diretor-da-rede-globo-confirma-que-houve-manipulacao-nas-eleicoes-de-89-20111204.html>. Acesso em: 22 out. 2014.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCH, Cláudia. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, universidades públicas e autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XXI, n. 49, p. 62-70, 2012.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, p. 58-74, 2006.

\_\_\_\_\_. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1 p. 15-23, 2007.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 92-110.



MARTINS, Carlos Benedito. **Memória e objetivos do IV PNPG**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Brasília, 2005. Textos de apoio ao PNPG, encomendados pela Comissão Nacional.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro 1. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. 1 v.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro 1. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. 2 v.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **O Estado super-desenvolvido**. Das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAZZILLI, Sueli. A ideia de universidade no Brasil: participação do ANDES-SN na aprovação do art. 207 da Constituição Federal de 1988. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XX, nº 47, p. 110-120, 2011.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MICHILES, Carlos et al. **Cidadão Constituinte**: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fase de análise ou tratamento do material. In: \_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde São Paulo: Hucitec. 2004. p. 197-247.

MINTO, Lalo Watanabe. Governo Serra, universidades paulistas e “autonomia” universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, nº 41, p. 79-93, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 11-16.

MUNHOZ, Sara Regina. A atuação do “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 20, n. 1, p. 343-394, 2011.

NEITZEL, Adair de Aguiar; FERREIRA, Valéria Silva; COSTA, Denise. Os impactos do Pibid nas licenciaturas e na educação básica. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 18, n. especial, p. 98-121, 2013.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. In: Simpósio Lutas Sociais na América Latina, IV., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, 2010. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt8/12\\_vanderleinery.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/12_vanderleinery.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2015.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós-64. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A reforma universitária do Governo Lula transforma a Universidade em um negócio. **Revista da Associação dos docentes da UFF**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.aduff.org.br/arquivo/20040824\\_entrevistalucianeves.htm](http://www.aduff.org.br/arquivo/20040824_entrevistalucianeves.htm)>. Acesso em: 17 de jan. 2015.

NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes. **Reforma da educação superior no governo Lula**: debate sobre ampliação e democratização do acesso. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Adriano de. **Política Científica no Brasil**: análise das políticas de fomento à pesquisa do CNPq. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo Rolim de; CASTIONI, Remi. **Autonomia plena para Universidades e Institutos Federais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=667>>. Acesso em: 23 de jan. 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Pós-graduação e avaliação**: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional. Campinas: Mercado de Letras. 2010. p. 15-52.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. Ciência e tecnologia no governo Lula: a inovação do mesmo. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) et al. **Reforma Universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p. 73-89.

OTRANTO, Celia Regina. Desvendando a política da educação superior do governo Lula. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XVI, n. 38, p. 19-29, 2006.

ORLETTI, Elisabeth. **Capitalismo dependente e a desconstrução da Universidade pública no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. A política de pós-graduação no Brasil: seus reflexos na universidade e os desafios para o Serviço Social. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 2, p. 94-115, 2010.

PARKER, Philip. **Guia ilustrado Zahar: história mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XXI, nº 49, p. 51-61, 2012.

\_\_\_\_\_. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v.14, n. 1, p. 71-84, 2009.

\_\_\_\_\_. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 8, n. 4, p. 53-67, 2003.

PEREIRA, Bresser. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira**. Conferência realizada nos seminários patrocinados pela Presidência da República nos quais os ministros explicaram aos parlamentares dos partidos aliados as emendas constitucionais que pretendiam enviar ao Congresso. ESAF: Brasília, 1995b. Disponível em: <[http://bresserpereira.org.br/papers/1995/98.ReformaAparelhoEstado\\_Constituicao.pdf](http://bresserpereira.org.br/papers/1995/98.ReformaAparelhoEstado_Constituicao.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília. 1995a. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.) **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, Programa de Pós Graduação em Política Social. 2004. p. 135-159.

\_\_\_\_\_. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PETRAS, James. Brasil: Capitalismo Extrativo e o grande retrocesso. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 11-31, 2013.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.40, nº03, p. 411-424, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 39 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

PRIEB, Sérgio; CARCANHOLO, Reinaldo. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo (Org.) **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 147-167.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988**. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Daniella Borges. Fronteiras que oprimem: a internacionalização do ensino superior. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XXIV, nº 56, p. 32-43, 2015.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

RIEZNİK, Pablo. Progressismo, ciência e periferia na produção do conhecimento. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XXI, n. 49, p. 24-31, 2012.

ROUSSEFF, Dilma; TEMER, Michel. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. Comissão de Programa de Governo da Coligação "Para o Brasil Seguir Mudando" Brasília: Coligação Para o Brasil Seguir Mudando, 2010. Disponível em: <[http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos\\_Programaticos\\_Dilma\\_13%20Pontos\\_.pdf](http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2015.

RUBIM, Antônio Albino Canelas et al. **Os estudos sobre mídia e eleições no Brasil**. s/d. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4189&Itemid=316](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4189&Itemid=316). Acesso em: 22 out 2014.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **A opção do PT**. [s.d]. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/PASJr.-2.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SANTOS, Gabrielle dos; FREITAS, Leana Oliveira. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 6, n.2, p. 182-200, 2014.

SANTOS, Josiane dos Santos. **"Questão social": particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, ano 1, nº 1, p. 1-15, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **PDE Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>. Acesso em: 12 de ago. de 2015.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; SILVA, Ferdinand Martins da. Autonomia, carreira e outras histórias: 20 anos de lutas dos docentes das Universidades estaduais da Bahia. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XII, nº 29, p. 169-174, 2003.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de Avaliação”: é possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 133-176.

\_\_\_\_\_. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Produção do conhecimento imediato, mercantilização institucional e fundo público sequestrado. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano IX, nº 106, p. 167-177, 2010.

SILVA, Aristóteles de Almeida. **O capitalismo tardio e sua crise: estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jurgen Habermas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2012.

SILVA, Luís Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível. In: Emir Sader (ORG.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso, 2013, p. 09-30.

SILVA, Luís Inácio Lula da; Alencar, José. **Lula Presidente - Programa de Governo 2007/2010**. [S.l.:s.n.], 2007. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_governo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_governo.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SILVA, Luís Inácio Lula da; Alencar, José. **Programa de Governo 2002 - Coligação Lula Presidente**. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 69-132.

SILVA, Simone Maria da. **Pesquisa científica, editais de financiamento e heteronomia acadêmica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Simone; LEHER, Roberto. Financiamento e heteronomia na pesquisa acadêmica (1950-1990). **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 121-134, 2011.

SILVA, Cylon Gonçalves da; MELO, Lúcia Carvalho Pinto de (Coords.). **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira - livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Academia Brasileira de Ciências, 2001. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18811.html>>. Acesso em: 02 out. de 2015.

SILVEIRA, Adriana Dragone; TAVARES, Taís Moura. Gestão democrática, participação popular e controle social: análise das emendas paranaenses ao documento referência da CONAE 2014. **Jornal de políticas educacionais**, Curitiba, nº 16, p. 36-46, 2014.

SODRÉ, Francis et al. Empresa brasileira de serviços hospitalares: um novo modelo de gestão? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 365-380, 2013.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. **Autonomia Universitária ou liberalização do mercado de ensino superior brasileiro?** A política educacional superior no governo Fernando Henrique Cardoso. São Carlos: Pedro & João Editores; Porto Velho: EDUFRO, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho docente na universidade pública: uma reflexão sobre o produtivismo acadêmico na contemporaneidade. **Revista Argumentum**, Vitória, ano 3, v.1,n.3, p.238-250, jan./jun. 2011.

TAVARES, Maria Das Graças Medeiros. Reformas da educação superior no Brasil pós-85: desafios à extensão e à autonomia universitárias. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 20., 1997, Caxambu. **Anais...**Caxambu: ANPED, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1969.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento

econômico. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 909-941, 2012.

Trindade, Héglio. As universidades frente à estratégia do governo. In: \_\_\_\_\_. **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999b. p. 27-37.

\_\_\_\_\_. Universidade, ciência e Estado. In: \_\_\_\_\_. **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999a. p. 9-23.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

WANDERLEY, Luís Eduardo. **O que é universidade**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.





Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Programa de Pós-graduação em Política Social  
Doutorado em Política Social

Daniella Borges Ribeiro

As universidades brasileiras e a indução estratégica da  
pesquisa: o comprometimento da autonomia científica

V. 2

Vitória  
2016

Daniella Borges Ribeiro

As universidades brasileiras e a indução estratégica da pesquisa: o comprometimento da autonomia científica

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em política social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Targina Rodrigues Ferraz

Vitória  
2016

## **Apêndices**

### Apêndice 1 – Listagem das teses/dissertações localizadas no site da CAPES

<b>Título do Trabalho</b>	<b>Grau</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Orientador (a)</b>	<b>Instituição de ensino</b>	<b>Data</b>
Autonomia universitária ou liberalização do mercado de ensino superior brasileiro? A política educacional superior do governo FHC	Doutorado em Educação	Andreia da Silva Quintanilha Sousa	Oswaldo Hajime Yamamoto	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01/02/2004
Autonomia universitária e o círculo hermenêutico: educação, direito e cidadania	Mestrado acadêmico em Direito político e econômico	Mônica Tereza Mansur Linhares	Ari Marcelo Solon	Universidade Presbiteriana Mackenzie	01/02/2005
Universidade brasileira: políticas públicas e o princípio da autonomia (1909-1950)	Mestrado acadêmico em Educação	Maristela Dall'asta Fracao	Anita Helena Schlesener	Universidade Tuiuti do Paraná	01/05/2006
Autonomia, participação popular e educação em um contexto de reforma do Estado	Doutorado em Educação	Maria Rosimary Soares dos Santos	Cândido Galdez Vieitez	Universidade de São Paulo	01/07/2007
Autonomia universitária na UFPB: só anos 1990	Mestrado acadêmico em Educação	Romero Antônio de Moura Leite	Roberto Jarry Richardson	Universidade Federal de Rondônia	01/12/2007
Construindo a autonomia da Escola Pública: um desafio para o gestor escolar	Mestrado acadêmico em Educação	Magda Cristina de Oliveira	Jair Militão da Silva	Universidade Cidade de São Paulo	01/12/2007
Educação à distância e autonomia universitária: políticas públicas e aspectos legais	Mestrado Acadêmico em Educação	Marcos Pires de Almeida	Mário Luiz Neves de Azevedo	Universidade Estadual de Maringá	01/03/2008
Autonomia universitária controlada: o político e o jurídico-institucional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Doutorado em Educação	Iracema Oliveira Lima	João dos Reis da Silva Júnior	Universidade Federal de São Carlos	01/04/2008
Responsabilidade social nas universidades brasileiras: autonomia ou adequação?	Mestrado acadêmico em Educação	Carmen Luiza da Silva	Sidney Reinaldo da Silva	Universidade Tuiuti do Paraná	01/08/2008
Autonomia e trabalho docente: discurso de professores do ensino superior	Mestrado Acadêmico em Educação	Rafael Annunciato Neto	Terezinha Azerêdo Rios	Universidade Nove de Julho	01/11/2008
Autonomia universitária: o que revelam os representantes de instituições públicas e privadas de ensino superior	Mestrado acadêmico em Educação	Areta Held Previatti	Vera Lúcia de Carvalho Machado	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	01/02/2009
Autonomia universitária na Constituição Federal de 1988: para um saber democrático e reflexivo	Mestrado Acadêmico em Educação	Ione Castro Rodrigues	Luiz Gilberto Kronbauer	UNILASALL E/ Canoas/RS	01/09/2009
A negação da autonomia	Mestrado	Adriano	Roseana	Universidade	01/10/2009

universitária na política educacional do governo federal (2003-2008) e do governo do Estado de São Paulo (2007)	acadêmico em Educação	Moreira	Costa Leite	Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Araraquara	
Constituição e educação: autonomia universitária e a presença do Estado nas instituições de ensino superior particulares	Doutorado em Direito	Ilton Garcia da Costa	Maria Garcia	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/06/2010
Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADE e autonomia universitária: o trabalho docente nos (des) encontros entre o proclamado e a práxis	Doutorado em Educação	Maurício José Siewerdt	Lucídio Bianchetti	Universidade Federal de Santa Catarina	01/07/2010
A autonomia universitária nos anos 90 e contexto de debates acerca do ensino superior brasileiro	Mestrado acadêmico em Educação	Flávia de Freitas Alves	Eduardo Magrone	Universidade Federal de Juiz de Fora	01/08/2010
Autonomia universitária e a regularização de atos escolares	Mestrado Acadêmico em Educação	Laurício Antônio Ciocari	João Gualberto de C. Meneses	Universidade Cidade de São Paulo	01/09/2010
Universidade, autonomia e atuação estatal: a avaliação como garantia do direito à educação	Mestrado acadêmico em Direito político e econômico	Michelle Asato Junqueira	Clarice Seixas Duarte	Universidade Presbiteriana Mackenzie	01/02/2011
Movimento Estudantil, gestão democrática e autonomia da Universidade	Mestrado acadêmico em Educação	Karina Perin Ferraro	Neusa Maria Dal Ri	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Botucatu	01/09/2011
Universidade e constituição: uma análise dos discursos do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre o princípio da autonomia universitária	Mestrado Acadêmico em Direito	Mariana Barbosa Cirne	Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto	Universidade de Brasília	01/03/2012
Autonomia universitária: da história à conquista um estudo de caso na Universidade do Oeste Paulista Unoeste	Mestrado acadêmico em Educação	Ricardo Sant'anna de Andrade	Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri	Universidade do Oeste Paulista Unoeste	01/08/2012

## Apêndice 2 – Listagem dos artigos localizados no site SciELO

Assunto: Autonomia universitária

Nº	Artigo
1	Groppo, Luís Antonio. <b>Da universidade autônoma ao ensino superior operacional: considerações sobre a crise da universidade e a crise do Estado nacional.</b> <i>Avaliação (Campinas)</i> , Mar 2011, vol.16, no.1, p.37-55. ISSN 1414-4077

Assunto: Autonomia e educação

Nº	Artigo
1	Rodrigues, Neidson. <b>Educação: da formação humana à construção do sujeito ético.</b> <i>Educ. Soc.</i> , Out 2001, vol.22, no.76, p.232-257. ISSN 0101-7330

### Apêndice 3 - Listagem dos artigos localizados na Revista Universidade e Sociedade

Título do Artigo	Autor (es)	Número da Revista
Autonomia coletiva	Newton Lima Neto	Revista nº 1
A Questão da Autonomia Universitária	Carlos Roberto Jamil Cury	Revista nº 2
A Autonomia das Universidades Públicas Paulistas	Helena C. L. de Freitas	Revista nº 2
Sobre a Autonomia Universitária	Cândido Geraldez Lúcia Helena Lodi	Revista nº 2
Editorial: Em Defesa da Autonomia Universitária e da Democracia	Lúcia Helena Lodi	Revista nº 3
Autonomia Universitária Cooptação ou Emancipação Institucional?	Sílvio Paulo Botomé	Revista nº 3
Autonomia Universitária: Uma Questão De Referencial	Carlos Maldonado	Revista nº 11
Autonomia Universitária: Por Quê, Como e Para Quê	Arthur Roquete de Macedo	Revista nº 11
Autonomia Universitária: Desafios Histórico-Políticos	Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero	Revista nº 12
"Provão"- Formalismo Autoritário e Antiautonomia Universitária	Maria Ciavatta Franco e Gaudêncio Frigotto	Revista nº 12
Alma Mater - A Autonomia Na Origem Da Universidade	Cláudia Beltrão	Revista nº 12
Autonomia Universitária: Reformas Propostas e Resistência Cultural	Deise Mancebo	Revista nº 17
Autonomia - a experiência das universidades estaduais paulistas	Hermano Tavares	Revista nº 17
Globalização e Autonomia universitária	José Luiz Quadros de Magalhães	Revista nº 17
A Autonomia das IFES: desafios e polêmicas	Nelson Cardoso Amaral	Revista nº 17
Autonomia Universitária Condições e Desafios	Renato do Oliveira Benício Viero Schmidt	Revista nº 19
A Autonomia Universitária no contexto da Reforma do Aparelho do Estado	Rabah Benakouche	Revista nº 19
Notas sobre Reforma do Estado, Autonomia e Estratégias Sindicais no Contexto da Universidade Brasileira	João Pinto Furtado	Revista nº 19
Autonomia Como Um Modelo Explicativo da Ontologia da Universidade	Luiz Andrade; Waldimir Pirró e Longo; Eduardo Passos	Revista nº 21
Autonomia, carreira e outras histórias: 20 anos de lutas dos docentes das universidades estaduais da Bahia.	Carlos Zacarias F. de Sena Júnior e Ferdinand Martins da Silva	Revista nº 29
Autonomia universitária, luta docente e a questão dos repasses mínimos para as universidades.	Antônio de Pádua Bosi Luis Fernando Reis.	Revista nº 30
Autonomia e democracia diante da concepção de universidade empreendedora	Carmen Sílvia da Silva Sá e Sandra Simone Morais Pacheco	Revista nº 37
Governo Serra, universidades paulistas e "autonomia" universitária.	Lalo Watanabe Minto	Revista nº 41
Superação da unicidade sindical com vistas à afirmação da autonomia e da negociação coletiva. Andes autônoma e democrática.	Claudio Santos da Silva	Revista nº 43
Andes autônoma e democrática.	Sydney Sérgio Fernandes Solis	Revista nº 47
A ideia de universidade no Brasil: participação do ANDES-SN na aprovação do art. 207 da Constituição Federal de 1988	Sueli Mazzilli	Revista nº 47
RESENHA: Universidade Federativa, Autônoma e Comunitária.	Adolfo Ignacio Calderón; Heloísa Poltronieri	Revista nº 48
Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão	Maria de Fátima Costa de Paula	Revista nº 49
A empresa brasileira de serviços hospitalares, universidades públicas e autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital.	Cláudia March	Revista nº 49

#### Apêndice 4 – Relação de todas as chamadas lançadas pelo CNPq em 2011

<b>Chamadas</b>	<b>Objetivo</b>
Edital CNPq N° 01/2011	Seleção pública de propostas para a execução de projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito da cooperação científica e tecnológica com a Suíça.
Edital MCT/CNPq/FINEP N° 04/2011 - ARC	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, apoiando a realização, no Brasil, de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares, de abrangência nacional ou internacional, relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação.
Edital CNPq N° 05/2011	Seleção pública de propostas para a execução de projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em Matemática, Física e Biodiversidade, no âmbito do Convênio CNPq/Agência Nacional de Pesquisa (ANR) da França.
Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal n° 06/2011 - Casadinho/Procad	Apoiar projetos conjuntos de pesquisa que visem promover o fortalecimento e a consolidação de Programas de Pós-Graduação stricto sensu e estimulem a formação pós-graduada e a mobilidade docente e discente por meio da cooperação inter- e/ou intra-regional entre grupos de pesquisa de qualquer região do país vinculados a Programas de Pós-Graduação não consolidados e Programas consolidados de instituições nacionais de ensino superior e/ou de pesquisa.
Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPE N° 07/2011 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.
CHAMADA MCT/SETEC/CNPq N ° 08/2011 - APOIO A PARQUES TECNOLÓGICOS	Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, direcionados ao desenvolvimento, consolidação e melhoria da infraestrutura de parques tecnológicos.
CHAMADA MCT/SETEC/CNPq N ° 09/2011 - APOIO A INCUBADORAS DE EMPRESAS	Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, direcionados ao desenvolvimento, consolidação e melhoria da infraestrutura de incubadoras para prestação de serviços a empresas de base tecnológica.
Chamada CNPq N ° 11/2011 - Seleção Pública de Propostas de Cursos para Formação de Recursos Humanos em Biotecnologia - CBAB	A presente chamada tem por objeto o apoio a projetos de cursos na área de biotecnologia, em nível de pós-graduação.
CHAMADA DE PROJETOS N° 12/2011 - Programa de Cooperação e Apoio a Redes de Pesquisa Brasileiras e Francesas	Apoiar projetos conjuntos de pesquisa, com metas claramente definidas, envolvendo grupos brasileiros e franceses.
Chamada CNPq/ICMBio N ° 13/2011 - Pesquisa em Unidades de Conservação do Bioma Caatinga	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, relacionados ao manejo, uso e conservação da biodiversidade, e a proteção do patrimônio cultural e dos recursos naturais em Unidades de Conservação federais e seu entorno no Bioma Caatinga.
UNIVERSAL- CNPq N ° 14/2011	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em qualquer área do conhecimento.
Chamada MCTI/ CNPq/MEC/CAPE N ° 15/2011	Apoiar e incentivar a editoração e a publicação de periódicos científicos brasileiros em todas as áreas de conhecimento, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas por meio eletrônico, na



	Internet, em modo de acesso aberto, ou de forma impressa/eletrônica simultaneamente.
Chamada MCTI/CNPq N <sup>o</sup> 17/2011 - Apoio à criação de redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento em Nanotoxicologia e Nanoinstrumentação	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, dando continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em Nanociência e Nanotecnologia, apoiando a formação de Redes Cooperativas Integradas de Pesquisa Básica e/ou Aplicada, nas seguintes temáticas: Nanotoxicologia e Nanoinstrumentação.
Chamada de Projetos n <sup>o</sup> 18/2011 - Programa de Cooperação CNPq/MIT	Chamada pública de propostas de projetos conjuntos de pesquisa no âmbito do Programa de Cooperação CNPq/Massachusetts Institute of Technology (MIT).
Chamada CNPq n <sup>o</sup> 19/2011 - Cooperação Internacional - Convênios Bilaterais	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, apoiando atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, no âmbito dos Convênios Bilaterais de cooperação científica e tecnológica internacional.
Chamada MCTI/CNPq n <sup>o</sup> 20/2011	Apoio à execução de projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) em Nanotecnologia no âmbito da cooperação internacional Brasil-Cuba.
Chamada MCTI/CNPq n <sup>o</sup> 21/2011	Apoio à execução de projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) em Nanotecnologia no âmbito da cooperação internacional Brasil-México.
Chamada CNPq/MMA n <sup>o</sup> 22/2011 - Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo - Cartas SAO	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, voltados para o mapeamento e elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo (cartas SAO) para quatro bacias sedimentares marítimas: Bacia da Foz do Amazonas, Bacia do Pará-Maranhão/Barreirinhas, Bacia de Campos e Bacia de Pelotas, conforme chamadas descritas no Regulamento.
Chamada MCTI/CNPq N <sup>o</sup> 23/2011 - Apoio Técnico para Fortalecimento da Paleontologia Nacional	Apoio técnico a projetos de pesquisa em andamento para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica da Paleontologia nacional.
Chamada MCTI/CNPq /MEC/CAPES/FNDE n <sup>o</sup> 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas	Apoiar a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas.
Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES/S EB n <sup>o</sup> 25/2011 Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas	Apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito nacional, estadual e municipal/distrital, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como para despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas.
Chamada MCTI-CNPq / BBSRC-Reino Unido N <sup>o</sup> 26/2011	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação nas áreas de Segurança Alimentar, Bioenergia e/ou Biotecnologia Industrial.
Chamada de Projetos CNPq/Structural Genomics Consortium-SGC N <sup>o</sup> 29/2011 - Programa Ciência sem Fronteiras	Selecionar candidatos que queiram desenvolver parte de suas teses ou projeto de pós-doutorado, dentro das áreas prioritárias do Programa Ciências sem Fronteiras e nas áreas de pesquisa dos laboratórios do Structural Genomics Consortium.
Chamada de Projetos MEC/MCTI/Capes/CNPq/Faps N <sup>o</sup> 60/2011	Apoio financeiro a projetos de pesquisa com enfoque nas áreas prioritárias do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada de Projetos MEC/MCTI/Capes/CNPq/Faps N <sup>o</sup> 61/2011	Apoio financeiro a projetos de pesquisa com enfoque nas áreas prioritárias do Programa Ciência sem Fronteiras.
Bolsas Especiais 2011 - País	

e Exterior	
Programa Conjunto de Bolsas de Doutorado na República Federal da Alemanha 2011/2012 - DAAD/ CAPES/CNPq	Formação de docentes e pesquisadores de alto nível e a consolidação da cooperação científica entre os dois países. As bolsas são concedidas a candidatos com excelente qualificação científica e acadêmica, para a realização do doutorado integral, do duplo doutorado ou do doutorado sanduíche na Alemanha.
Chamada para o processo de inscrição 2011/2012 do programa institucional de bolsas de iniciação científica para o ensino médio - PIBIC-EM	Fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio.
Bolsas Individuais no País 2011	Bolsas Individuais de Fomento Tecnológico
Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT 2011	Produtividade em Pesquisa - PQ - 2011
PROGRAMA DE BOLSAS CNPq-CLAF - CHAMADA 2011	Formação de recursos humanos na área de Física, com vistas a possibilitar que cidadãos oriundos de países da América Latina (exceto do Brasil) realizem estudos, em nível de Doutorado e Pós-Doutorado, em Instituição de Ensino Superior IES ou Instituto de Pesquisa brasileiro, com programa de pós-graduação em Física avaliado com nota igual ou superior a 5 (cinco), segundo classificação estabelecida pela CAPES.
Chamada para o processo de inscrição 2011 do programa de estudantes-Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG	Possibilitar a vinda de cidadãos oriundos de países em desenvolvimento ao Brasil para realização de estudos de pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado, em Instituição de Ensino Superior (doravante denominada IES) brasileira, de modo a fornecer a capacitação necessária para que o estudante-convênio possa contribuir para o desenvolvimento de seu país de origem.
CNPQ-TWAS FELLOWSHIPS PROGRAMME	The fellowships offered by the CNPq-TWAS Fellowships programmes allow scientists from developing countries (other than Brazil) to study or to do research in natural sciences in Brazil and then to return home to continue their careers.
Chamada para o processo de inscrição 2011/2012 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI	Estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.
Chamada para o processo de inscrição 2011/2012 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC	
Processo de Habilitação de ORPC	
Chamada para o processo de inscrição 2011/2012 do programa institucional de bolsas de iniciação científica nas ações afirmativas - PIBIC-AF	

## Apêndice 5 - Relação de todas as chamadas lançadas pelo CNPq em 2012

<b>Chamadas</b>	<b>Objetivo</b>
Chamada de Projetos CNPq/GSK Nº 01/2012	Selecionar candidatos que queiram desenvolver parte de suas teses ou projeto de pós-doutorado, dentro das áreas prioritárias do Programa Ciência Sem Fronteiras.
Chamada de projetos CNPQ/NIH Nº 02/2012 do Programa Ciência sem Fronteiras	A chamada tem por objetivo a concessão de bolsas na modalidade PDE para desenvolvimento de projetos de pesquisa nas áreas de biociências e ciências da saúde, no âmbito dos institutos de pesquisa vinculados ao National Institutes of Health (NIH).
Chamada de Projetos CNPq/Fraunhofer Nº 03/2012 - Programa Ciência sem Fronteiras.	Selecionar candidatos que queiram desenvolver integral ou parcialmente suas teses de doutorado ou projetos de pós-doutorado dentro das áreas prioritárias do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada CNPq Nº 04/2012 Cooperação CNPq / Instituto Holandês de Polímeros - Universidade Técnica de Eindhoven	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas áreas de Nanotecnologia e Materiais Poliméricos, preferencialmente nas áreas de Biopolímeros e Poliolefinas.
Chamada CNPQ/VALE S.A. Nº 05/2012 - FORMA-ENGENHARIA	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de engenheiros no Brasil.
Chamada MCTI/CNPq/FINEP Nº 06/2012 - ARC	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a realização, no Brasil, de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares, de abrangência nacional ou internacional, relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação.
Chamada de Projetos CNPq/CISB/SAAB Nº 07/2012 - Programa Ciência sem Fronteiras	Selecionar candidatos às bolsas de doutorado sanduíche no exterior - SWE e de pós-doutorado no exterior - PDE para desenvolverem seus projetos de pesquisa nos centros de P&D da SAAB AB e/ou nas instituições de pesquisa parceiras, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras – CsF.
Chamada CNPq/Inmetro Nº 08/2012	Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em consonância com o Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para a Metrologia do Inmetro PROMETRO, através da formação e capacitação de recursos humanos.
Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 09/2012	Apoiar e incentivar a editoração e a publicação de periódicos científicos brasileiros em todas as áreas de conhecimento, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas por meio eletrônico, na Internet, em modo de acesso aberto, ou de forma impressa/eletrônica simultaneamente.
Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE- Decit Nº 10/2012 - Pesquisa em Saúde Bucal	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para a política de saúde bucal e para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País.
Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, em qualquer área do conhecimento, estimulando e fortalecendo a produção de pesquisas e estudos para o monitoramento, a avaliação e o aprimoramento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e do eixo de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Urbanização de Assentamentos Precários), vinculados à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.
Chamada MCTI/CNPq Nº	Apoiar projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e de

13/2012	inovação que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio do fortalecimento da capacidade científica e tecnológica e da capacitação de recursos humanos no âmbito da cooperação Brasil-União Europeia.
Chamada Universal - MCTI/CNPQ N° 14/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, em qualquer área do conhecimento.
Chamada tripartite CNPq/IRD/APGMV n° 15 / 2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.
Chamada MCTI/CNPq N° 16/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem dar continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em nanotecnologia, a partir de tecnologias inovadoras para produção, prototipagem e/ou aumento de escala em nanomateriais, nanocompósitos e/ou nanodispositivos.
Chamada Pública MCTI/SETEC/CNPq N° 17/2012 RHA E Pesquisador na Empresa	A presente chamada Pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no País, por meio da inserção de mestres ou doutores, em empresas privadas, de micro, pequeno, médio e grande porte.
Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 18/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.
Chamada de Projetos MCTI/CNPq-ISTPCanadá N° 19/2012	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos de pesquisa no âmbito da Cooperação CNPq/International Science and Technology Partnerships Canada (ISTPCanada) visando intensificar e promover novas parcerias entre os setores industrial, acadêmico e de pesquisa entre o Brasil e o Canadá.
Chamada MCTI/CNPq - N° 20/2012 - Seleção pública de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana.	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País.
Chamada MCTI/CNPq/CBAB N° 21/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País.
Chamada em Vigilância Sanitária - N° 23/2012 - ANVISA	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação do País na área de Vigilância Sanitária, que possam subsidiar intervenções sobre os riscos sanitários.
Chamada MCTI/CNPq/CBAB N° 24/2012	Seleção pública de propostas de cursos para formação de recursos humanos em biotecnologia.
Chamada MCTI/CNPq - N° 25/2012 - Apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA).	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País.
Chamada CNPq/MDA-INCRA N° 26/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País.
Chamada CNPq/MDS-SESAN N° 027/2012	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Os projetos deverão promover o desenvolvimento científico e

	tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional, para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal, contemplando os sistemas públicos agroalimentares locais e de alimentação e nutrição de coletividades humanas.
Chamada N° 28/2012 - PEC - PG 2012	Constituir atividade de cooperação educacional com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia; Contribuir para a formação de recursos humanos, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para realização de estudos em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que emitam diplomas de validade nacional, em programas de Pós-Graduação com nota igual ou superior a 03 (três), segundo classificação estabelecida pela CAPES.
Chamada de Projetos CNPq-MIT N° 29/2012	A chamada CNPq-MIT 29-2012 tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos de pesquisa no âmbito do Programa de Cooperação CNPq e as Iniciativas Internacionais em Ciência e Tecnologia do Massachusetts Institute of Technology (MIT).
Chamada N° 30/2012 - CNPq/AKA (FINLÂNDIA)	A presente chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em energia.
Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit N° 31/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, com a realização de pesquisas que contribuam para a redução das lacunas de conhecimento existentes sobre as fontes de financiamento em saúde no setor público e sobre o custo operacional global das Entidades Filantrópicas que prestam assistência em saúde ao Sistema Único de Saúde - SUS.
Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, estimulando e fortalecendo a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade.
Chamada CNPq/SPM-PR/SUDECO N° 33/2012	A presente chamada tem por objetivo apoiar projetos de extensão inovadora, voltados à qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, para suporte a Arranjos Produtivos Locais da região Centro-Oeste.
Chamada MCTI/CNPq/FAPs N° 34/2012 - Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração - PELD	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, através da manutenção e aperfeiçoamento da rede de sítios de pesquisa definida no âmbito do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração.
Chamada MCTI/CNPq/N° 35/2012 - PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas.	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, articulando as competências regionais para que o conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada por meio de redes de pesquisa voltadas à identificação, caracterização, valorização e ao uso sustentável da biodiversidade (Programa Pesquisa em Biodiversidade - PPBio) e de modo a intensificar as ações relacionadas à modelagem ambiental da Amazônia, incluindo fatores bióticos, abióticos e socioeconômicos da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia -GEOMA.
Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit N° 36/2012 Pesquisa Translacional em Terapia Celular	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e incremento da inovação do País na área de Terapia Celular.
Chamada CNPq N° 39/2012 - Programa Arquipélago e	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o

Ilhas Oceânicas	desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, no âmbito do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas.
Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit Nº 40/2012 - Pesquisa em Doenças Negligenciadas	A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e a inovação em doenças negligenciadas, mediante a seleção pública de propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.
Chamada de projetos CNPq/GSK nº 41/2012 - Programa de Cooperação CNPq e a GlaxoSmithkline	A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisas.
Chamada CNPq/MPA - N º 42/2012	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, nas áreas de Pesca e Aquicultura.
Chamada CNPq/BBSRC Nº 43/2012	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito do Convênio CNPq/BBSRC - Conselho de Pesquisa em Biotecnologia e Ciências Biológicas do Reino Unido nas áreas de Segurança Alimentar, Bioenergia e Biotecnologia Industrial.
Chamada MCTI/CNPq Nº 45/2012 - Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SiB-Br) - Coleções Biológicas	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, por meio da disponibilização pública dos dados referentes a coleções biológicas brasileiras através do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SiB-Br.
Chamada MCTI/MEC/MAPA/CNPq Nº 46/2012 (Atualizada em 23/10/2012)	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de extensão tecnológica, pesquisa científica e educação profissional para construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção, com a implantação ou manutenção de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) em Agroecologia e Produção Orgânica ou de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA).
Chamada CNPq/MCT - MZ nº 047/2012	Esse programa tem por objetivo contribuir no desenvolvimento do Programa de Recursos Humanos de Moçambique, possibilitando que cidadãos moçambicanos realizem seus estudos em instituições de ensino superior brasileiras.
Chamada MCTI/CNPq /SECIS/MEC/CAPES/FNDE Nº 49/2012	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito Nacional como instrumento de melhoria dos ensinamentos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas.
Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SE B/CAPES Nº 50/2012	Apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Mostras Científicas Itinerantes (em especial planetários móveis) de âmbito nacional, estadual e municipal/distrital.
Chamada CNPq/FWO Nº 52/2012 Programa de Cooperação entre o CNPq e a Fundação de Pesquisa Flandres (FWO) da Bélgica	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito do Programa de Cooperação CNPq e a Fundação de Pesquisa Flandres (FWO) da Bélgica, em uma ou mais áreas abaixo: Biotecnologia; Microeletrônica; Nanotecnologia; Pesquisa Aeroespacial; Energia Nuclear; Ciências Ambientais; Ecologia; Ciências Agrárias; e Ciências da Saúde.
Chamada de bolsas individuais CNPq/GSK Nº 53/2012	Selecionar até quinze candidatos para bolsas de doutorado sanduíche no exterior (SWE) e/ou Pós-Doutorado no Exterior (PDE), com o propósito de desenvolver parte de suas teses ou projeto de pós-doutorado nos Laboratórios da GlaxoSmithKline - GSK, localizados no Reino Unido, Estados Unidos e Espanha.
Chamada CNPQ/CISB/SAAB Nº 55/2012 - 2ª Chamada	A presente chamada objetiva selecionar candidatos que queiram desenvolver parte de suas teses ou projeto de pós-doutorado, dentro

	das áreas prioritárias do Programa Ciências sem Fronteiras e nas áreas de pesquisa de interesse da SAAB AB.
Chamada para o processo de inscrição 2012/2013 do Programa institucional de bolsas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação - PIBITI	O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.
Bolsas Especiais 2012 - País e Exterior	
Ciência Importa Fácil - Solicitação de credenciamento	Ciência Importa Fácil - Solicitação de credenciamento
CNPQ-TWAS FELLOWSHIPS PROGRAMME	The fellowships offered by the CNPq-TWAS Fellowships programmes allow scientists from developing countries (other than Brazil) to study or to do research in natural sciences in Brazil and then to return home to continue their careers.
Chamada para o processo de inscrição 2012/2013 do programa institucional de bolsas de iniciação científica - PIBIC	Processo de inscrição de instituições interessadas em participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, para concessão de cota de bolsas de Iniciação Científica.
Chamada para o processo de inscrição 2012/2013 do programa institucional de bolsas de iniciação científica nas ações afirmativas - PIBIC - Af	Processo de inscrição de instituições interessadas em participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas - PIBIC-Af para concessão de cota de bolsas de Iniciação Científica.
Chamada graduação sanduíche - SWG	
Produtividade em Pesquisa - PQ 2012 e Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT 2012	

## Apêndice 6 – Relação de todas as chamadas lançadas pelo CNPq em 2013

<b>Chamadas</b>	<b>Objetivo</b>
Chamada CNPq/CDC N° 01/2013 - Programa Ciência sem Fronteiras	A presente chamada objetiva selecionar candidatos às modalidades de bolsa pós-doutorado no exterior (PDE) ou doutorado sanduíche no exterior (SWE) que queiram participar de atividades de pesquisa no âmbito das unidades do CDC.
Chamada MCTI/CNPq/FINEP N° 02/2013	Apoiar a realização, no Brasil, de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares, de abrangência nacional ou internacional, relacionados necessariamente à Ciência, Tecnologia e Inovação.
Chamada nº 03/2013 - CNPq-TWAS 2013	A presente Chamada tem por objetivo selecionar jovens pesquisadores provenientes de países em desenvolvimento (à exceção do Brasil), para realizar parte de sua formação no Brasil, em nível de Doutorado Pleno, Doutorado Sanduíche ou Pós-Doutorado, nas áreas de interesse mencionadas no texto da Chamada.
Chamada N° 04/2013 - CAPES/CNPq/DAAD	O Programa tem por objetivo apoiar candidatos com excelente qualificação científica e acadêmica, para realização de doutorado pleno, de duplo doutorado e de doutorado sanduíche na Alemanha.
Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/ Decit/Fundação Bill e Melinda Gates N° 05/2013	Os objetivos desse programa são: 1) adquirir uma melhor compreensão das causas biológicas e comportamentais do nascimento prematuro; 2) desenvolver novas estratégias para prevenir o nascimento prematuro; 3) desenvolver novas intervenções para melhorar a sobrevivência, a saúde e o desenvolvimento de bebês prematuros; e 4) aperfeiçoar as estratégias já conhecidas e eficazes de prevenção e tratamento do nascimento prematuro.
Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit N° 06/2013 - Apoio a Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde pela Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS)	A presente Chamada tem por objetivo geral apoiar projetos de avaliação de tecnologias em saúde direcionados à atenção primária, envelhecimento e doenças crônicas, monitoramento de tecnologias em saúde; no âmbito da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS).
Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit N° 07/2013 - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Sistema Único de Saúde.	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando: Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura; Homeopatia e Plantas Medicinais e Fitoterapia; Termalismo Social e Medicina Antroposófica, em conformidade com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS.
Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit N° 08/2013 - Pesquisa em educação permanente para o SUS e dimensionamento da força de trabalho em saúde.	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação que contribuam para o fortalecimento da capacidade nacional de pesquisa em educação permanente para o Sistema Único de Saúde - SUS, assim como apoiar a aquisição de novas tecnologias para dimensionamento da força de trabalho em saúde no âmbito do SUS.
Chamada N°09/2013 - CNPq/JST - Programa de Cooperação entre o CNPq e a Agência Japonesa de Ciências e	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em nanobiotecnologia, no âmbito do Programa de Cooperação CNPq e a Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia (JST), em um ou mais dos tópicos abaixo: Alimentação funcional; Conversão de biomassa, microalgas e desagregação microbiana; Biorremediação, biolixiviação,



Tecnologia (JST)	reabilitação ambiental e sensores nanobiotecnológicos; Biofármacos; Biomateriais; e Biologia sintética.
Chamada MCTI/CNPq/UNESCO/H IDROEX Nº 10/2013	Esta chamada objetiva selecionar candidatos para a realização de estudos em nível de pós-graduação.
Chamada MCTI/SEPIN/CNPq Nº 11/2013	A presente chamada tem por objetivo apoiar projetos de P, D&I de empresas emergentes de software, de serviços de tecnologias da inovação ou ainda outras empresas sempre que se proponham a utilizar software ou serviços de TI como elementos do seu esforço de inovação, com até 3 (três anos de constituição).
Chamada CNPq Nº 12/2013 Cooperação MCTI-CNPq/DBT (Índia)	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito da Cooperação MCTI-CNPq/DBT, em um dos temas abaixo: Biotecnologia e saúde, especialmente produtos biotecnológicos; e Agricultura, incluindo bioenergia.
Chamada Nº13/2013 Cooperação MCTI-CNPq/DST (Índia)	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito da Cooperação MCTI-CNPq/DST, em um dos temas abaixo: a) Tecnologias da Informação e Computação; b) Geociências, incluindo Oceanografia e Mudanças Climáticas; c) Engenharia, Ciência dos Materiais e Nanotecnologia; d) Ciências da saúde e biomédicas; e) Matemática; e f) Energias renováveis, eficiência energética, e tecnologias de baixo carbono.
Chamada Universal - MCTI/CNPq Nº 14/2013	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, em qualquer área do conhecimento.
Chamada MCTI/CNPq/MS- SCTIE - Decit Nº 15/2013 - Pesquisa Clínica	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para desenvolvimento de estudos científicos que culminem com a realização de pesquisa clínica para avaliação de medicamentos, produtos ou insumos nacionais prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País.
Chamada MCTI/CNPq Nº 16/2013 - IBAS	O apoio destina-se ao financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, por sua relevância estratégica, os quais, preferencialmente, apresentem contrapartida financeira de fontes nacionais ou internacionais. O apoio se dará nas seguintes áreas/temas: a) HIV/AIDS; b) Malária; c) Tuberculose; d) Biotecnologia; e) Sistemas de Conhecimento Tradicional; f) Energia alternativa e renovável; g) Tecnologia da Informação e Comunicação.
Chamada CNPq Nº 17/2013 - Cooperação Internacional - Acordos Bilaterais	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito dos convênios bilaterais de cooperação científica e tecnológica internacional.
Chamada Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras - Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil.
Chamada MCTI/SEPIN/CNPq Nº 19/2013 - Programa CI-Brasil 2013	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País por meio de atividades voltadas para o desenvolvimento de circuitos integrados em centros e empresas de projetos de semicondutores no âmbito do Programa CI-Brasil.
Chamada CNPq Nº 20/2013	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, promover a consolidação dos programas de pós-graduação, por intermédio da concessão de bolsa de Mestrado e Doutorado, para linhas de pesquisa ligadas à área de Microeletrônica.

Chamada MCTI/CNPq/CT-Aeronáutico/CT-Espacial Nº 22/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Setor Aeroespacial.	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no setor Aeroespacial.
Chamada MCTI/CNPq/CT-Aquaviário Nº 23/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Transporte Aquaviário e Construção Naval	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no campo do transporte aquaviário e da construção naval.
Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI Nº 24/2013 - Desenvolvimento Social	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre temas ligados à proteção e ao desenvolvimento social no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e de programas, ações e serviços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Chamada CNPq Nº 025/2013 - Programa de Estudantes - Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG	Contribuir para a formação de recursos humanos, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para realização de estudos em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras que emitam diplomas de validade nacional, em programas de pós-graduação com nota igual ou superior a 03 (três), segundo classificação estabelecida pela CAPES.
Chamada MCTI/CNPq/CT-BIOTEC Nº 26/2013 - Convênio CNPq/NWO (Holanda)	Apoiar projetos conjuntos de pesquisa e inovação em Bioeconomia, no âmbito do Programa de Cooperação CNPq e a Organização Holandesa para Pesquisa Científica (NWO), em um ou mais dos temas abaixo: Melhoramento de cultivares e de produtos da agropecuária, horticultura e aquicultura; Biorremediação; Biorrefinarias e subsequente conversão de biomassa em energia e commodities químicas; Desenvolvimento de enzimas com aplicação na indústria de alimentos; e Produtos e ferramentas biotecnológicas com aplicação em saúde animal.
Chamada MCTI/CNPq/CT-BIOTEC Nº 27/2013	Apoiar propostas de pesquisa, desenvolvimento e inovação de bioprodutos e/ou bioprocessos aplicados à produção de vacinas recombinantes para prevenção de zoonoses em animais.
Chamada MCTI/CTBIOTEC/CNPq Nº 28/2013	Esta chamada tem por objetivo apoiar por meio de financiamento projetos de P,D &I na área de Engenharia de Sistemas Biológicos.
Chamada MCTI/CNPq/CT-Biotec Nº 29/2013	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de biotecnologias para a melhoria da qualidade, uniformidade e durabilidade do produto in natura e desenvolvimento de novos produtos de alimentação, cosmético, fármacos ou outras aplicações industriais, relacionadas às seguintes espécies: Caju ( <i>Anacardium occidentale</i> ); Guaraná ( <i>Paullinia cupana</i> ); Açaí e juçara ( <i>Euterpe oleracea</i> e <i>E. edulis</i> ); Umbu ( <i>Spondias tuberosa</i> ) e Jabuticaba ( <i>Plinia cauliflora</i> ).
Chamada MCTI/CNPq/CT-Biotec Nº 30/2013	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem ao desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos (biolixiviação e biorremediação) para minimizar ou solucionar problemas ambientais causados pela atividade humana, tais como resíduos industriais, domésticos, agropecuários, provenientes de mineradoras, da produção de petróleo e derivados, da produção de combustíveis, tratamento de esgoto e águas superficiais, subterrâneas e residuais, da indústria pesqueira, poluentes, entre outros.
Chamada MCTI/CNPq/CT-SAÚDE/MS/SCTIE/DEC	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação nos temas relacionados às doenças endócrinas e metabólicas, com ênfase

IT Nº 31/2013 - Doenças Endócrinas e Metabólicas	em síndrome metabólica, diabetes, obesidade, distúrbios da glândula tireóide e dislipidemias.
Chamada MCTI/CNPq/CT-ENERG Nº 33/2013 - Tecnologia em Smart Grids	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em Smart Grids (Redes Elétricas Inteligentes - REI), estimulando a cooperação entre Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa, Empresas do Setor Elétrico e Empresas do Setor Produtivo de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.
Chamada de Projetos CNPq Nº 34/2013 Programa Ciência sem Fronteiras - Ação Induzida em Engenharia Nuclear	A presente chamada objetiva selecionar candidatos que queiram desenvolver seus projetos de pesquisa na área de Engenharia Nuclear por meio do Programa Ciências sem Fronteiras.
Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 35/2013 - Gerenciamento de Recursos Hídricos	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, gerando novos conhecimentos, mediante o fomento à pesquisa básica, à pesquisa aplicada, ao desenvolvimento tecnológico, à capacitação profissional e ao fortalecimento institucional voltado à melhoria dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e do gerenciamento integrado das águas superficiais e subterrâneas.
Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 36/2013 - Conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, gerando novos conhecimentos dos processos de interação solo/água/biodiversidade, com ênfase na racionalização do uso da água, nos impactos sobre a disponibilidade hídrica oriundos do manejo, uso e ocupação inadequados dos solos e dos aportes de cargas aos corpos hídricos receptores.
Chamada MCTI/CNPq/CT-AGRO/CT-SAÚDE/CT-HIDRO Nº 37/2013 - Mudanças Climáticas	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e para o desenvolvimento de estratégias de adaptação às mudanças climáticas nas seguintes áreas: (1) Agropecuária, (2) Saúde Humana e (3) Recursos Hídricos.
Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq Nº 38/2013	Os principais objetivos desta ação são: a) apoiar a pesquisa, o desenvolvimento, a avaliação e a validação de fontes de nutrientes para a agricultura e de processos de produção de fertilizantes a partir de fontes alternativas; b) apoiar a pesquisa, o desenvolvimento, a avaliação e a validação de produtos e de processos biológicos para nutrição vegetal; c) ampliar as opções para o controle e o manejo fitossanitário a partir de produtos de baixo impacto ao meio ambiente e de baixo risco a saúde humana, por meio do apoio à pesquisa e desenvolvimento de novos insumos e processos.
Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq Nº 39/2013	Apoiar projetos de pesquisa, de desenvolvimento e/ou de inovação tecnológica voltados para Agregação de Valor às Cadeias Produtivas de Frutas e Lácteos.
Chamada MCTI/CNPq Nº 40/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação voltados para a Cadeia Produtiva do Biodiesel	A presente Chamada tem por objetivo incentivar o desenvolvimento e/ou a melhoria de metodologias, processos e produtos que permitam garantir a confiabilidade dos procedimentos de caracterização e controle da qualidade nas etapas de produção e pós-produção de óleos de matérias-primas graxas, biodiesel e suas misturas com óleo diesel; bem como apoiar o desenvolvimento de novos sistemas reacionais que viabilizem o aproveitamento energético de materiais graxos de baixa qualidade para a produção de biodiesel apoiando estudos voltados para o melhoramento de culturas e micro-organismos utilizados na obtenção de matérias-primas para a produção de biodiesel e diesel renovável.
Chamada MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit Nº 41/2013 - Rede	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio da realização de pesquisas sobre políticas de saúde, visando à produção de conhecimento para a efetivação do direito universal à saúde.

Nacional de Pesquisas sobre Política de Saúde: Conhecimento para Efetivação do Direito Universal à Saúde	
Chamada MCT-MZ Nº 42/2013	Esse programa tem por objetivo contribuir no desenvolvimento do Programa de Recursos Humanos de Moçambique, possibilitando que cidadãos moçambicanos realizem seus estudos em instituições de ensino superior brasileiras para aprimorar o seu conhecimento e experiência, na expectativa de contribuírem para o desenvolvimento sócio-econômico do país, bem como para a maior interação com o Brasil.
Chamada Nº 43/2013 - MCTI/CNPq/MEC/CAPE S	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, mediante o financiamento de projetos de pesquisa com mérito científico.
Chamada Nº 44/2013 MCTI/CNPq/MEC/CAPE S	Apoiar e incentivar a editoração e a publicação de periódicos científicos brasileiros em todas as áreas de conhecimento, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas por meio eletrônico, na Internet, em modo de acesso aberto, ou de forma impressa/eletrônica simultaneamente.
Chamada Nº 45/2013 - MCTI/CNPq/SECIS/ME C/CAPES	Apoiar a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinamentos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas.
Chamada Nº 46/2013 - MCTI/CNPq/SECIS/ME C/CAPES	Apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Mostras Científicas Itinerantes (em especial planetários móveis) de âmbito nacional, estadual e municipal/distrital, como um instrumento para a melhoria dos ensinamentos fundamental, médio e técnico.
Chamada MCTI/CNPq/CT-SAÚDE/CTBIOTECNOLOGIA/MS/SCTIE/DECIT /DECIS - Nº 47/2013 - Novas Terapias Portadoras de Futuro	Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação nos temas relacionados ao desenvolvimento de novas terapias e tecnologias com foco na saúde e que se enquadrem nas seguintes linhas de pesquisa: Anticorpos monoclonais; Medicina regenerativa com ênfase na bioengenharia de órgãos para transplante; Tecnologias de RNAs de interferência, micro RNAs e antagomirs e edição de genomas.
Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CT-AMAZÔNIA/ CNPq Nº 48/2013	O objeto desta Chamada é fomentar projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados para a produção agropecuária sustentável e agroecologia.
Chamada MCTI/CNPq/CT-Energ Nº 49/2013 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energia Solar Fotovoltaica e LEDs para Aplicações em Iluminação e Eficiência Energética	A presente chamada tem por objetivo a promoção da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação nas tecnologias para geração de energia solar fotovoltaica, LEDs e fontes luminosas inovadoras e para sistemas de iluminação de alta eficiência.
Chamada CNPq 50/2013 - Programa Ciência sem Fronteiras: Formação de Recursos Humanos Estratégicos e Especializados Para o Setor Aeroespacial	Promover a formação de recursos humanos qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras e atrair pesquisadores do exterior, com destacada produtividade, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor Aeroespacial brasileiro dentro do Programa Ciências sem Fronteiras.
Chamada Nº 51/2013 MCTI/CNPq/CT-Mineral - Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Setor	Apoiar projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e de inovação por meio da formação de recursos humanos, capacitação e modernização de infraestrutura laboratorial nas áreas de Agrominerais, Lítio e Carvão Mineral.

Mineral	
Chamada MCTI/CNPq Nº 53/2013 - Programa de Bolsas CNPq/CLAF	A formação de recursos humanos na área de Física, com vistas a possibilitar que cidadãos oriundos de países da América Latina (exceto do Brasil) realizem estudos, em nível de Doutorado e Pós-Doutorado, em Instituição de Ensino Superior - IES ou Instituto de Pesquisa Brasileiro, com programa de pós-graduação em Física avaliado com nota igual ou superior a 5 (cinco), segundo classificação estabelecida pela CAPES.
Chamada Pública MCTI/SETEC/CNPq Nº 54/2013 - RHAE Pesquisador na Empresa	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio da inserção de mestres ou doutores em empresas privadas, atendendo aos objetivos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 e às prioridades da política industrial - Plano Brasil Maior.
Chamada MCTI/CNPq Nº 55/2013 - Formação de Recursos Humanos e PD&I em Hidrogênio e Células a Combustível	A presente chamada tem por objetivo a capacitação de recursos humanos e a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas ligadas ao hidrogênio e às células a combustível, dando continuidade às ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a economia do hidrogênio - ProH2.
Chamada MCTI/CNPq Nº 56/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas.	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento e inovação voltados para a produção de biocombustíveis e bioprodutos a partir de microalgas.
Chamada MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit Nº 57/2013 - Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde: Pesquisa de Efetividade Comparativa (PEC-REBRATS).	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e que contribuam para o fortalecimento da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde.
Chamada MCTI/CNPq/CBAB Nº 58/2013 Seleção Pública de Proposta de Cursos para Formação de Recursos Humanos em Biotecnologia - CBAB	A presente chamada tem por objeto o apoio a cursos na área de biotecnologia, em nível de pós-graduação.
Chamada MCTI/CT-Info/CNPq Nº 59/2013	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito do Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia de Informação (TI), por meio da atração de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em software e serviços de TIC, entendidos como organização independente, ou divisão claramente destacada na estrutura organizacional de uma empresa, ou consórcio de empresas, com infraestrutura física e operacional dedicada à gestão e ao desenvolvimento de projetos de P&D aplicados à criação de produtos, processo e serviços em TI.
Chamada MCTI/CNPq Nº 61/2013 - Apoio a Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas.	Apoiar com recursos não reembolsáveis projetos de apoio à inovação, caracterizados como habitats de inovação, os quais compreendem as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica e os Parques Tecnológicos existentes no País.

Chamada Nº. 62/2013 MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal/CT- Aquaviário - Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, multi e interdisciplinares e multi-institucionais, com incentivo à cooperação nacional, no âmbito do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas - PROARQUIPELAGO, que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, para a geração de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados às ilhas oceânicas brasileiras, bem como aos ambientes oceânicos isolados, de especial interesse ecológico e estratégico do país.
Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 63/2013 - Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, visando estruturar uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha com a finalidade de investigar potenciais usos de bioativos obtidos de organismos marinhos presentes na Zona Costeira e no Oceano Atlântico Sul e Tropical, bem como em águas internacionais de interesse nacional, contribuindo para a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação que promovam o desenvolvimento social e econômico sustentável.
Chamada Nº 64/2013 - MCTI/CNPq/FNDCT- Ação Transversal - Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, multi e interdisciplinares e multi-institucionais, com incentivo à cooperação internacional, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, para a geração de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados à Antártica.
Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 65/2013 - Pesquisa e Desenvolvimento em Meteorologia e Climatologia	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País nas áreas de meteorologia e climatologia.
Chamada Nº 66/2013 - MCTI/AÇÃO TRANSVERSAL/CNPq	O objetivo desta ação é estruturar a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu de forma a atender às demandas tecnológicas relativas à implementação da Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e Plantio do Bambu - PNMCB (Lei 12.484/2011).
Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 67/2013 - COLEÇÕES BIOLÓGICAS	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que contribuam para promover a melhoria da infra-estrutura e a modernização das coleções biológicas (zoológicas, botânicas e de microrganismos) de instituições brasileiras envolvidas com inventários, caracterização e gestão da diversidade biológica.
Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 68/2013 Programa de Grande Escala da Biosfera - Atmosfera na Amazônia - LBA	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem: promover o avanço do conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas da Amazônia e de áreas de transição com o Cerrado; priorizar estudos sobre os impactos de mudanças ambientais nas interações entre biosfera e atmosfera, com ênfase no ciclo do carbono, incluindo a resposta da floresta tropical à elevação da concentração de CO <sub>2</sub> atmosférico e associar abordagens observacionais e experimentais com a formação de recursos humanos, além de fortalecer a infraestrutura de pesquisa de forma a contribuir para integração de diferentes componentes de estudos ecossistêmicos.
Chamada de Projetos CNPq/CISB/SAAB Nº 69/2013	Processo de seleção de candidatos à bolsas de doutorado sanduíche no exterior - SWE e de pós-doutorado no exterior - PDE para desenvolverem seus projetos de pesquisa nos centros de P&D da SAAB AB e/ou nas instituições de pesquisa parceiras, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras – CsF.
Chamada de Projetos MEC/MCTI/CAPES/CN Pq/FAPs Nº 70/2013	Atrair e estimular a fixação, no Brasil, de jovens doutores pesquisadores residentes no exterior, preferencialmente brasileiros, que tenham destacada produção científica e tecnológica nas áreas contempladas do Programa

	Ciência sem Fronteiras.
Chamada de Projetos MEC/MCTI/CAPES/CNPq/FAPs Nº 71/2013	Fomentar o intercâmbio e a cooperação científica e tecnológica entre grupos de pesquisa nacionais e do exterior, por meio da atração de lideranças internacionais que tenham destacada produção científica e tecnológica nas áreas contempladas do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada MCTI/CNPq Nº 73/2013 - P,D&I em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira.	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem desenvolver estudos etnofarmacológicos, agrônômicos, fitoquímicos/analíticos, testes pré-clínicos e toxicológicos que promoverão a produção, padronização e avaliação de segurança e eficácia de drogas vegetais, derivados vegetais ou moléculas oriundas de espécies nativas da flora brasileira.
Chamada MCTI/CNPq Nº 74/2013	O presente edital tem por objetivo promover a capacitação de recursos humanos e de laboratórios para atender às necessidades de expansão da pesquisa em energia eólica e para a introdução de novas formas de energia na matriz energética brasileira como a energia heliotérmica.
Chamada MCTI/CNPq Nº 75/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias de Conversão de Combustíveis com Foco em Combustíveis Sólidos	Chamada pública de projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação nas áreas de produção de matérias primas, processos de conversão e aplicações de combustíveis sólidos e de seus coprodutos, de modo a dar continuidade ao desenvolvimento das estruturas de redes de pesquisa fomentadas pelo MCTI, como a Rede Nacional de Combustão (RNC) e a Rede Carvão, bem como apoiar grupos independentes, através do fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em tecnologias de conversão de combustíveis, como foco em combustíveis sólidos.
Chamada Nº 76/2013 MCTI/CNPq/CT-Mineral - APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM TERRAS RARAS	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País em Terras Raras. Formação de recursos humanos e capacitação de infraestrutura laboratorial e piloto para caracterização tecnológica, processamento, produção e uso de terras raras, visando agregar valor, adensar o conhecimento e promover a sustentabilidade e competitividade da cadeia produtiva desses elementos no Brasil.
Chamada Nº 77/2013 - MCTI/CNPq/MCTI/CNPq/CT-Amazônia - Fomento de Projetos de P,D&I em Biotecnologia, na Amazônia Ocidental, com foco nas áreas de Fármacos, Fitoterápicos e Cosméticos	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia na Amazônia Ocidental, com foco nas áreas de fármacos, fitoterápicos e cosméticos.
Chamada Nº 79/2013 - MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia	Esta ação tem por objetivo apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, de maneira a promover a expansão e consolidação das Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia, contribuindo para a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação que promovam o desenvolvimento social e econômico sustentável das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com vistas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas abrangidos por essas regiões.
Chamada Nº 80/2013 - CNPq/SEC/MinC	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, na área de Economia Criativa, nos eixos temáticos prioritários definidos pela Secretaria da Economia Criativa, do Ministério da Cultura, mediante o financiamento de projetos de pesquisa com mérito científico.
Chamada Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção, compreendendo a implantação ou manutenção de um Núcleo de Estudo em

	Agroecologia ou de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, ou implantação de um Centro Vocacional Tecnológico ou, ainda, a criação de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia.
Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq Nº 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica, extensão e/ou ensino que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional SAN.
Chamada Nº 84/2013 - MCTI-SECIS/CNPq - Tecnologia Assistiva	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, com temas ligados à tecnologia assistiva no âmbito das ações do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência Plano Viver sem Limite - implementadas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS/MCTI.
Chamada MCTI/CNPq/SECIS Nº 85/2013 - Apoio à criação e ao desenvolvimento de Centros e Museus de Ciência e Tecnologia	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a espaços científico-culturais, como centros e museus de Ciência e Tecnologia, planetários, jardins zoobotânicos e instituições similares voltadas à promoção de atividades de divulgação científica que valorizem a interatividade, segundo as prioridades, condições e linhas temáticas definidas nesta chamada.
Chamada CNPq/ANVISA Nº 86/2013 - Censo Nacional dos Trabalhadores de Vigilância Sanitária - 2014	A presente chamada tem por objetivo o desenvolvimento de pesquisa censitária para realizar levantamento e análise de dados sobre o perfil profissional e os processos de trabalho dos profissionais de vigilância sanitária, inclusive de laboratórios de saúde pública, afetos às atividades de vigilância sanitária.
Chamada de Projetos CNPq / MIT nº 88/2013 - Programa de Cooperação CNPq / Massachusetts Institute of Technology - MIT.	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito do Programa de Cooperação CNPq/Massachusetts Institute of Technology - MIT, em um ou mais dos temas abaixo: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos.
MCTI/SECIS/MTE/SEN AES/ CNPq Nº 89/2013	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários e que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil.
MCTI/CNPq/SECIS Nº 90/2013 - Difusão e Popularização da Ciência	Apoiar a realização de projetos e eventos de difusão, popularização e educação científica junto à sociedade brasileira, em universidades, instituições de pesquisa e ensino, museus, centros de ciência, planetários e outros espaços científico-culturais, fundações, entidades científicas e instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação.
Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas	Essa Chamada tem como objetivos específicos: a) Estimular a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação relacionados à área do Esporte em todas as suas dimensões; b) Incentivar a constituição e desenvolvimento de grupos de pesquisa; c) Estimular o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras voltadas ao esporte como instrumento de desenvolvimento social; d) Apoiar projetos de pesquisa voltados ao acompanhamento e à avaliação das políticas públicas de Esporte; e) Estudar o impacto da



diferentes dimensões.	realização dos megaeventos esportivos na perspectiva da compreensão do legado social, educacional e econômico; f) Contribuir para o avanço científico, tecnológico e de inovação do Esporte nacional.
Chamada Pública MCTI/SETEC/CNPq N° 92/2013 Apoio à Implantação e Capacitação de Núcleos de Inovação Tecnológica	Apoiar a implantação e capacitação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) em instituições científicas e tecnológicas públicas e privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de promover a gestão de políticas de inovação, o fortalecimento de atividades de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.
Chamada MEC/SETEC/CNPq N ° 94/2013 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica.	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País de pesquisadores vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e às Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (doravante designadas instituições proponentes) para apoio financeiro a projetos cooperados com o setor produtivo (aqui designadas como instituições parceiras), alinhados as características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Chamada para o processo de inscrição 2013/2014 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM	
Bolsas Especiais 2013 - País e Exterior	
Produtividade em Pesquisa - PQ 2013 e Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT 2013	
Chamada 2013/2014 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC	
Chamada 2013/2014 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI	
Chamada 2013/2014 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas - PIBIC - Af	

## Apêndice 7 - Relação de todas as chamadas lançadas pelo CNPq em 2014

<b>Chamadas</b>	<b>Objetivo</b>
Chamada Nº 01/2014 - CAPES/CNPq/DAAD	O Programa tem por objetivo apoiar candidatos com excelente qualificação científica e acadêmica, para realização de doutorado pleno, de duplo doutorado e de doutorado sanduíche na Alemanha.
Chamada de Projetos MEC/MCTI/CAPES/CNPq/ FAPs Nº 02/2014	Fomentar o intercâmbio e a cooperação científica e tecnológica entre grupos de pesquisa nacionais e do exterior, por meio da atração de lideranças internacionais que tenham destacada produção científica e tecnológica nas áreas contempladas do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada de Projetos MEC/MCTI/CAPES/CNPq/ FAPs Nº 03/2014	Fomentar o intercâmbio e a cooperação científica e tecnológica entre grupos de pesquisa nacionais e do exterior, por meio da atração de lideranças internacionais que tenham destacada produção científica e tecnológica nas áreas contempladas do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada CNPq/ANVISA Nº 04/2014 - Censo Nacional dos Trabalhadores de Vigilância Sanitária	A presente chamada tem por objetivo o desenvolvimento de pesquisa censitária para realizar levantamento e análise de dados sobre o perfil profissional e os processos de trabalho dos profissionais de vigilância sanitária, inclusive de laboratórios de saúde pública, afetos às atividades de vigilância sanitária.
Chamada CNPq/ANVISA Nº 05/2014 - Pesquisas em Vigilância Sanitária	Desenvolver pesquisas em Vigilância Sanitária que venham a suprir lacunas do conhecimento sobre temática específica: Políticas, organização e gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
Chamada MCTI/CNPq/FINEP Nº 06/2014 - ARC	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a realização, no Brasil, de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares, de abrangência nacional ou internacional, relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação.
MCTI/CNPQ/CBAB - Projetos de Cooperação Internacional em Biotecnologia Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia - CBAB Nº 07/2014	Apoiar projetos de pesquisa em Biotecnologia.
Processo de inscrição 2014 do Programa de pós-graduação CNPq/ Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique - 08/2014	O Programa de Pós-Graduação CNPq/MCT-Mz constitui uma atividade de Cooperação Educacional visando incentivar a participação de servidores públicos moçambicanos em cursos de pós-graduação no Brasil, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado.
Chamada Nº 09/2014 - CNPq-TWAS 2014	A presente Chamada tem por objetivo selecionar jovens pesquisadores provenientes de países em desenvolvimento (à exceção do Brasil), nas áreas abaixo descritas, para realizar parte de sua formação no Brasil, em nível de Doutorado Pleno, Doutorado Sanduíche ou Pós-Doutorado.
Chamada Nº 10/2014 - PEC - PG 2014	A presente Chamada tem por objetivo a concessão de bolsa para cidadãos oriundos de países com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia, para realização de estudos de pós-graduação, em nível de mestrado, em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras (públicas e privadas).
CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial	A presente chamada pública tem por objetivo apoiar financeiramente projetos que visem à implementação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial por meio de ações de extensão e pesquisa envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito do programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e do Plano

	Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial, na sua interface com as mulheres do campo e da floresta.
CHAMADA CNPQ/MCTI/SEPIN 12/2014 - PROGRAMA START-UP BRASIL	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País. São objetivos desta chamada: apoiar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de empresas emergentes, com até 4 (quatro) anos de constituição, doravante determinadas de startups, que desenvolvam software e serviços de tecnologias da inovação ou ainda que se proponham a utilizar software, hardware ou serviços de TI como elementos do seu esforço de inovação. Este apoio será efetuado por meio da concessão de bolsas de fomento ao desenvolvimento tecnológico de acordo com as necessidades relativas às atividades apontadas por cada projeto.
Chamada Universal MCTI/CNPQ Nº 14/2014	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, em qualquer área do conhecimento.
Chamada SETEC- MEC/CNPQ Bolsistas para a Finlândia - 15/2014	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, através da seleção de professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica RFEPCT, para programa de capacitação a ser realizado na Finlândia, consolidado a partir das experiências de educação profissional do modelo finlandês de pesquisa aplicada, que tem como base a interação com o setor produtivo.
Chamada INCT - MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014	A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa de alto impacto científico em áreas estratégicas e/ou na fronteira do conhecimento, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos voltados à consolidação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), que ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e à formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter nacional e internacional.
Chamada CNPq- SETEC/MEC N º 17/2014 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada, de extensão tecnológica, que contribuam significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País nas seguintes Linhas de Apoio: Linha 1: PD&I projetos cooperados, entre Institutos Federais e Instituições Parceiras Demandantes, com foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação (PD&I), visando à solução de problemas reais do setor produtivo. Linha 2: Extensão Tecnológica projetos cooperados entre Institutos Federais e Instituições Parceiras Demandantes, visando à promoção da melhoria contínua e o aumento da competitividade das Empresas, Associações ou Cooperativas, desenvolvendo ações de diagnóstico, transferência de tecnologia, serviços tecnológicos, propriedade intelectual e prospecção de oportunidades tecnológicas para Inovação nos Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais. Linha 3: Torneio de Educação Profissional projetos que visem à preparação de alunos dos Institutos Federais para participação em competições de conhecimentos e competências técnicas de abrangências regional, nacional e internacional, tais como Olimpíadas do Conhecimento, OBAP, Worldskills, por meio de ações de difusão tecnológica, nucleação de grupos de estudantes e respectivos supervisores. Linha 4: Soluções Tecnológicas projetos cooperados elaborados e executados por professores com o envolvimento obrigatório de alunos de cursos técnicos com foco na solução de problemas reais, com natureza institucional, empresarial ou comunitária, por meio do desenvolvimento e aplicação de novos dispositivos, instrumentos, ferramentas, produtos ou processos de impacto econômico ou social, podendo haver cooperação com Instituições Parceiras Demandantes.
Chamada	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para

MCTI/CONAB/CNPQ Nº 18/2014 - Perdas pós-colheita de grãos	apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPQ Nº 19/2014 - Fortalecimento da juventude rural	Apoiar projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora de jovens de 15 a 29 anos estudantes de nível médio que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais com foco na inovação tecnológica que desenvolva ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária.
CHAMADA MCTI/CNPQ/CBAB Nº 20/2014 - Seleção pública de propostas de cursos para formação de recursos humanos em biotecnologia	A presente chamada tem por objeto o apoio a cursos na área de biotecnologia, em nível de pós-graduação.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SGEP/ DAGEP Nº 21/2014 - Saúde da População Negra no Brasil	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, com a realização de estudos de avaliação da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra.
Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 - Ciências humanas, sociais e sociais aplicadas	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 25/2014 - Editoração	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros de alta especialização em todas as áreas de conhecimento de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 26/2014 - Pesquisas sobre Distúrbios Neuropsiquiátricos	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 27/2014 - Pesquisas sobre Doenças Neurodegenerativas	A presente chamada tem por objetivo selecionar propostas de pesquisa que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação do País no tema doenças neurodegenerativas (DND).
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 28/2014 - Medicina Regenerativa	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada CNPq/Pandiá Nº 29/2014 - Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional	Fomentar a pesquisa sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional por meio da seleção de propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre temas relevantes para a inserção internacional do Brasil e a gestão da defesa nacional, no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, em duas linhas de pesquisa: Entorno Estratégico e Economia da Defesa.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SVS/DST Nº 30/2014	São objetivos desta chamada: promover, estimular, e/ou expandir atividades de pesquisa colaborativa básica, translacional e aplicada entre pesquisadores estadunidenses e com pesquisas já em andamento no âmbito do "National Institutes of Health" (NIH) e pesquisadores brasileiros

	elegíveis nas áreas de câncer associado a infecções, alergia, imunologia, e/ou doenças infecciosas, incluindo HIV/AIDS e suas comorbidades.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT N º 31/2014 Pesquisas sobre Doença de Chagas	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 32/2014 - Pesquisas sobre Leishmanioses	São objetivos desta chamada: apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e a inovação em leishmanioses, mediante a seleção pública de propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e fortalecimento dos serviços de saúde à luz dos princípios e diretrizes do SUS.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 33/2014 - Criação da Rede Nacional de Pesquisas em Doenças Cardiovasculares	Objetiva atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação no tocante às doenças cardiovasculares mediante a formação da Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares (RNPDC) envolvendo instituições de pesquisa públicas e privadas de todas as regiões do Brasil, que possam gerar e executar projetos de pesquisa de interesse do Ministério da Saúde.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 34/2014 - Pesquisas sobre Doenças Respiratórias Crônicas	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 35/2014 - Pesquisas sobre Doenças Raras	É objetivo desta chamada: apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação no tocante às doenças raras envolvendo instituições de pesquisa públicas e privadas de todas as regiões do Brasil, mediante a seleção pública de propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 36/2014 - Pesquisas sobre Doenças Renais	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 37/2014 - Pesquisas sobre Helminthíases	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
CHAMADA MDA/CNPQ Nº 38/2014 - SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
CHAMADA MDA/CNPQ Nº 39/2014 – AGROECOLOGIA	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada MCTI/MAPA/CNPq Nº 40/2014 - Sementes e Extrativismo	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
CHAMADA CNPQ/SETEC- MEC Nº 41/2014 - PROGRAMA PROFESSORES PARA O FUTURO (FINLÂNDIA) II	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada de Projetos	A presente chamada objetiva selecionar candidatos que queiram

CNPq/CISB/SAAB N <sup>o</sup> 42/2014 Programa Ciência sem Fronteiras	desenvolver parte de suas teses de doutorado ou projeto de pós-doutorado, dentro das áreas prioritárias do Programa Ciências sem Fronteiras e nas áreas de pesquisa de interesse da SAAB AB.
Chamada MCTI/ECIS/CNPQ/MEC/CA PES N <sup>o</sup> 43/2014 - Apoio às Olimpíadas científicas	A presente chamada pública tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Chamada MCTI/SECIS/CNPQ/MEC/CA PES N <sup>o</sup> 44/2014 - Feiras de ciências e mostras científicas	O objetivo do presente projeto é apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas, de âmbito nacional, estadual e municipal, como instrumento voltado para a melhoria dos ensinamentos fundamental, médio e técnico, bem como de despertar vocações científicas e/ou tecnológicas.
Chamada MCTI/CNPq n <sup>o</sup> 46/2014 - Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África - PROÁFRICA	Dar continuidade ao tradicional caráter desenvolvimentista da cooperação com a África, em especial com os países da comunidade de língua portuguesa. Além disso, objetiva fortalecer a convergência e sincronidade nas ações de Cooperação Internacional (CI) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) estabelecidas com o continente africano por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit/Fundação Bill e Melinda Gates N <sup>o</sup> 47/2014	Esta chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa que, por meio de abordagens inovadoras, busquem determinar: 1) Quais combinações de intervenções são mais eficazes para prevenir e tratar as consequências do nascimento, crescimento e desenvolvimento não saudáveis; 2) Quando, durante o ciclo de vida humano, essas intervenções são aplicadas com mais eficácia; e 3) Como elas são integradas de maneira prática e mais eficaz num ciclo de cuidado contínuo que inclui: a concepção, da concepção ao nascimento, do nascimento aos dois anos de vida, a infância, a adolescência e a vida adulta.
Produtividade em Pesquisa - PQ 2014 e Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT 2014	
Bolsas Especiais 2014 - País e Exterior	
Chamada para o processo de inscrição 2014/2015 do programa institucional de bolsas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação PIBITI na área de telecomunicações e afins	
Chamada 2014/2016 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI	
Chamada 2014/2016 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC	
Chamada 2014/2016 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas - PIBIC - Af	

Chamada 2014/2016 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM	
Chamada Nº 179/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 184/2014 - ATN	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 184/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 186/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 187/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 188/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 189/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 190/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 191/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 192/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 193/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 194/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.
Chamada Nº 195/2014	Seleção de alunos regularmente matriculados em curso de graduação, para concessão de bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

## **Apêndice 8- Chamadas lançadas pelo CNPq em 2011 utilizadas para a coleta de dados**

1. Edital CNPq Nº 01/2011
2. Edital CNPq Nº 05/2011
3. Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad
4. Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPES Nº 07/2011 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas
5. CHAMADA MCT/SETEC/CNPq N º 08/2011- Apoio a parques tecnológicos
6. CHAMADA MCT/SETEC/CNPq N º 09/2011 Apoio a incubadoras de empresas
7. CHAMADA DE PROJETOS Nº 12/2011 - Programa de Cooperação e Apoio a Redes de Pesquisa Brasileiras e Francesas
8. Chamada CNPq/ICMBio Nº 13/2011 - Pesquisa em Unidades de Conservação do Bioma Caatinga
9. Edital UNIVERSAL- CNPq Nº 14/2011
10. Chamada MCTI/CNPq Nº 17/2011 - Apoio à criação de redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento em Nanotoxicologia e Nanoinstrumentação
11. Chamada de Projetos Nº 18/2011 - Programa de Cooperação CNPq/MIT
12. Chamada CNPq Nº 19/2011 - Cooperação Internacional - Convênios Bilaterais
13. Chamada MCTI/CNPq Nº 20/2011
14. Chamada MCTI/CNPq Nº 21/2011
15. Chamada CNPq/MMA Nº 22/2011 - Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo - Cartas SÃO
16. Chamada MCTI/CNPq Nº 23/2011 - Apoio Técnico para Fortalecimento da Paleontologia Nacional
17. Chamada MCTI-CNPq / BBSRC-Reino Unido Nº 26/2011



## Apêndice 9- Chamadas lançadas pelo CNPq em 2012 utilizadas para a coleta de dados

1. Chamada CNPq N° 04/2012 Cooperação CNPq/ Instituto Holandês de Polímeros - Universidade Técnica de Eindhoven
2. Chamada MCTI/CNPq/MS- SCTIE- Decit N° 10/2012 - Pesquisa em Saúde Bucal
3. Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES N° 11/2012
4. Chamada MCTI/CNPq N° 13/2012
5. Chamada universal - MCTI/CNPQ N° 14/2012
6. Chamada tripartite CNPq/IRD/APGMV n° 15/2012
7. Chamada MCTI/CNPq N° 16/2012
8. Chamada Pública MCTI/SETEC/CNPq N° 17/2012 RHAЕ Pesquisador na Empresa
9. Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPEs N° 18/2012
10. Chamada de Projetos MCTI/CNPq-ISTP Canadá n° 19/2012
11. Chamada MCTI/CNPq - N° 20/2012 - Seleção pública de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana.
12. Chamada MCTI/CNPq/CBAB N° 21/2012
13. Chamada em Vigilância Sanitária - N° 23/2012 – ANVISA
14. Chamada MCTI/CNPq - N° 25/2012 – Apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos
15. Chamada CNPq/MDA-INCRA N° 26/2012
16. Chamada CNPq/MDS-SESAN N° 27/2012
17. Chamada de Projetos CNPq-MIT N° 29/2012
18. Chamada N° 30/2012 - CNPq/AKA (FINLÂNDIA)
19. Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit N° 31/2012
20. Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012
21. Chamada MCTI/CNPq/FAPs N° 34/2012 - Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD
22. Chamada MCTI/CNPq/N° 35/2012 - PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas.
23. Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit N° 36/2012 Pesquisa Translacional em Terapia Celular
24. Chamada CNPq N° 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas
25. Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit N° 40/2012 - Pesquisa em Doenças Negligenciadas
26. Chamada de projetos CNPq/GSK n° 41/2012 - Programa de Cooperação CNPq e a GlaxoSmithkline
27. Chamada CNPq/MPA - N° 42/2012
28. Chamada CNPq/BBSRC N° 43/2012
29. Chamada MCTI/CNPq N° 45/2012 - Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SiB-Br) - Coleções Biológicas
30. Chamada MCTI/MEC/MAPA/CNPq N° 46/2012
31. Chamada CNPq/FWO N° 52/2012 Programa de Cooperação entre o CNPq e a Fundação de Pesquisa Flandres (FWO) da Bélgica.

## Apêndice 10- Chamadas lançadas pelo CNPq em 2013 utilizadas para a coleta de dados

1. Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit/Fundação Bill e Melinda Gates Nº 05/2013
2. Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit Nº 06/2013 - Apoio a Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde pela Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS)
3. Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit Nº 07/2013 - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Sistema Único de Saúde.
4. Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit Nº 08/2013 - Pesquisa em educação permanente para o SUS e dimensionamento da força de trabalho em saúde.
5. Chamada Nº09/2013 - CNPq/JST - Programa de Cooperação entre o CNPq e a Agência Japonesa de Ciências e Tecnologia (JST)
6. Chamada MCTI/SEPIN/CNPq Nº 11/2013 Programa Start-up Brasil
7. Chamada CNPq Nº 12/2013 Cooperação MCTI-CNPq/DBT (Índia)
8. Chamada Nº13/2013 Cooperação MCTI-CNPq/DST (Índia)
9. Chamada Universal - MCTI/CNPq Nº 14/2013
10. Chamada MCTI/CNPq/MS- SCTIE - Decit Nº 15/2013 - Pesquisa Clínica
11. Chamada MCTI/CNPq Nº 16/2013 – IBAS
12. Chamada CNPq Nº 17/2013 - Cooperação Internacional - Acordos Bilaterais
13. Chamada MCTI/SEPIN/CNPq Nº 19/2013 - Programa CI-Brasil 2013
14. Chamada MCTI/CNPq/CT-Aeronáutico/CT-Espacial Nº 22/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Setor Aeroespacial.
15. Chamada MCTI/CNPq/CT-Aquaviário Nº 23/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Transporte Aquaviário e Construção Naval
16. Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI Nº 24/2013 - Desenvolvimento Social
17. Chamada MCTI/CNPq/CT-BIOTEC Nº 26/2013 - Convênio CNPq/NWO (Holanda)
18. Chamada MCTI/CNPq/CT-BIOTEC Nº 27/2013
19. Chamada MCTI/CTBIOTEC/CNPq Nº 28/2013
20. Chamada MCTI/CNPq/CT-Biotec Nº 29/2013
21. Chamada MCTI/CNPq/CT-Biotec Nº 30/2013
22. Chamada MCTI/CNPq/CT-SAÚDE/MS/SCTIE/DECIT Nº 31/2013 - Doenças Endócrinas e Metabólicas
23. Chamada MCTI/CNPq/CT-ENERG Nº 33/2013 - Tecnologia em Smart Grids
24. Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 35/2013 - Gerenciamento de Recursos Hídricos
25. Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 36/2013 - Conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade
26. Chamada MCTI/CNPq/CT-AGRO/CT-SAÚDE/CT-HIDRO Nº 37/2013 - Mudanças Climáticas
27. Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq Nº 38/2013
28. Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq Nº 39/2013
29. Chamada MCTI/CNPq Nº 40/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação voltados para a Cadeia Produtiva do Biodiesel
30. Chamada MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit Nº 41/2013 - Rede Nacional de Pesquisas sobre Política de Saúde: Conhecimento para Efetivação do Direito Universal à Saúde
31. Chamada Nº 43/2013 - MCTI/CNPq/MEC/CAPES
32. Chamada MCTI/CNPq/CTSAÚDE/CTBIOTECNOLOGIA/MS/SCTIE/ DECIT/DECIS - Nº 47/2013 - Novas Terapias Portadoras de Futuro
33. Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CT-AMAZÔNIA/ CNPq Nº 48/2013
34. Chamada MCTI/CNPq/CT-Energ Nº49/2013-Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energia Solar Fotovoltaica e LEDs para Aplicações em Iluminação e Eficiência Energética

35. Chamada MCTI/CNPq/CT-Mineral Nº 51/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Setor Mineral
36. Chamada Pública MCTI/SETEC/CNPq Nº 54/2013 - RHAE Pesquisador na Empresa
37. Chamada MCTI/CNPq Nº 56/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas.
38. Chamada MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit Nº 57/2013 - Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde: Pesquisa de Efetividade Comparativa (PEC-REBRATS).
39. Chamada MCTI/CT-Info/CNPq Nº 59/2013
40. Chamada Nº 62/2013 MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal/CT-Aquaviário - Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas
41. Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 63/2013 - Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha
42. Chamada Nº 64/2013 - MCTI/CNPq/FNDCT-Ação Transversal - Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR
43. Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 65/2013 - Pesquisa e Desenvolvimento em Meteorologia e Climatologia
44. Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 67/2013 - COLEÇÕES BIOLÓGICAS
45. Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 68/2013 Programa de Grande Escala da Biosfera - Atmosfera na Amazônia – LBA
46. Chamada MCTI/CNPq Nº 73/2013 - P,D&I em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira.
47. Chamada MCTI/CNPq Nº 75/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias de Conversão de Combustíveis com Foco em Combustíveis Sólidos
48. Chamada Nº 76/2013 MCTI/CNPq/CT-Mineral - APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM TERRAS RARAS
49. Chamada Nº 77/2013 - MCTI/CNPq/MCTI/CNPq/CT-Amazônia - Fomento de Projetos de P,D&I em Biotecnologia, na Amazônia Ocidental, com foco nas áreas de Fármacos, Fitoterápicos e Cosméticos
50. Chamada Nº 79/2013 - MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia
51. Chamada Nº 80/2013 - CNPq/SEC/MinC
52. Chamada Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq
53. Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq Nº 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA
54. Chamada Nº 84/2013 - MCTI-SECIS/CNPq - Tecnologia Assistiva
55. Chamada de Projetos CNPq/ MIT nº 88/2013 - Programa de Cooperação CNPq/ Massachusetts Institute of Technology - MIT.
56. Chamada CNPq/ANVISA Nº 86/2013 – Censo Nacional dos Trabalhadores de Vigilância Sanitária
57. Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013
58. Chamada ME/CNPq Nº 91/2013 - Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação voltada para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões.
59. Chamada MEC/SETEC/CNPq Nº 94/2013 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica.

## Apêndice 11- Chamadas lançadas pelo CNPq em 2014 utilizadas para a coleta de dados

1. Chamada CNPq/ANVISA Nº 04/2014 – Censo Nacional dos Trabalhadores de Vigilância Sanitária
2. Chamada CNPq/ANVISA Nº 05/2014 – Pesquisas em Vigilância Sanitária
3. MCTI/CNPQ/CBAB Projetos de Cooperação Internacional em Biotecnologia Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia CBAB Nº 07/2014
4. CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
5. Chamada CNPq/MCTI/SEPIN no 12/2014 Programa Start-Up Brasil
6. Chamada Universal– MCTI/CNPq Nº 14/2014
7. CHAMADA INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014
8. Chamada CNPq-SETEC/MEC N ° 17/2014 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica
9. Chamada MCTI/CONAB/CNPQ Nº 18/2014 - Perdas pós-colheita de grãos
10. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/ SGEPI/ DAGEP Nº 21/2014 - Saúde da População Negra no Brasil
11. Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas
12. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 26/2014– Pesquisas sobre Distúrbios Neuropsiquiátricos
13. Chamada CNPq/Decit/SCTIE/MS Nº 27/2014 Pesquisas sobre Doenças Neurodegenerativas
14. Chamada CNPq/Decit/SCTIE/MS N ° 28/2014 Medicina Regenerativa
15. Chamada CNPq/Pandiá Nº 29/2014 - Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional
16. Chamada CNPq/MCTI/MS-SCTIE-DECIT-SVS-DST-Aids N ° 30/2014;
17. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT N ° 31/2014 – Pesquisas sobre Doença de Chagas
18. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 32/2014 - Pesquisas sobre Leishmanioses
19. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT N ° 33/2014 – Criação da Rede Nacional de Pesquisas em Doenças Cardiovasculares
20. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 34/2014 - Pesquisas sobre Doenças Respiratórias Crônicas
21. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 35/2014 - Pesquisas sobre Doenças Raras
22. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 36/2014 - Pesquisas sobre Doenças Renais
23. Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 37/2014 - Pesquisas sobre Helmintíases
24. Chamada MDA/CNPQ Nº 38/2014 - Sistemas Orgânicos de Produção de Base Agroecológica
25. Chamada MDA/CNPQ Nº 39/2014 – Agroecologia
26. Chamada MCTI/MAPA/CNPq Nº 40/2014 - Sementes e Extrativismo
27. Chamada MCTI/CNPq Nº 46/2014 - Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África – PROÁFRICA
28. Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit/Fundação Bill e Melinda Gates Nº 47/2014.

## Apêndice 12– Coleta e sistematização dos dados sobre as chamadas lançadas pelo CNPq em 2011<sup>431</sup>

<b>Edital CNPq Nº 01/2011</b>	
Finalidade	Este edital teve por objetivo apoiar, de forma complementar, o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, por meio do financiamento a atividades de cooperação internacional, no âmbito da cooperação entre o CNPq e a Secretaria de Estado para Educação e Pesquisa da Suíça (SER), com execução da convocatória pela Escola Politécnica Federal de Lausanne (EPFL). O apoio destinou-se ao financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores vinculados a redes temáticas de pesquisa com atuação em projetos científicos, tecnológicos e de inovação, por sua relevância estratégica, os quais, preferencialmente, apresentem contrapartida financeira de fontes nacionais ou internacionais. O apoio se deu exclusivamente a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, desenvolvidos em parceria com grupos de pesquisa sediados na Suíça, nos temas de interesse identificados de comum acordo pelas instituições financiadoras, conforme: a) Energia e Meio ambiente, com foco em energias renováveis; e b) Saúde e Meio ambiente, com foco em doenças negligenciadas e alimentação e nutrição funcional.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes e atualizado; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir experiência em projetos de cooperação internacional e qualificação equivalente à de pesquisador "Categoria I" do CNPq; d) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; e) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto, doravante denominada "instituição executora nacional" <sup>432</sup> . A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores. Somente deverão ser incluídos na equipe do projeto aqueles que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto. É obrigatório que os membros da equipe técnica caracterizados como pesquisadores tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores da equipe suíça. Todos os pesquisadores da equipe suíça que não possuírem CV Lattes, deverão apresentar CV resumido. <b>Obs.</b> A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não-governamentais. É obrigatória a identificação da instituição executora estrangeira, à qual estará vinculado o coordenador estrangeiro. Adicionalmente, é recomendável a existência de parcerias com outras instituições que desenvolvam atividades científicas, tecnológicas e de inovação, sediadas no Brasil ou nos demais países, denominadas co-executoras ou colaboradoras. É desejável o envolvimento, no projeto de pesquisa, de empresas públicas ou privadas e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento.
Recursos financeiros	Propostas financiadas no valor global estimado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriundas das ações transversais dos Fundos Setoriais do MCT.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução de 24 (vinte e quatro) meses.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 52 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 12 propostas

Por meio do Edital nº 01/2011 foram aprovados para fins de financiamento 06 projetos na área das ciências biológicas, 02 das ciências exatas e da terra, 02 das ciências da saúde, 01 das engenharias e 01 das agrárias. As instituições que obtiveram a aprovação de projetos foram: a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (com a aprovação de 02 projetos) e as demais instituições listadas a seguir alcançaram a aprovação de um (01) projeto cada: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/PE), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Pontifícia Universidade

<sup>431</sup> Os dados sistematizados neste apêndice foram construídos com base no site do CNPq (link chamadas encerradas) e as planilhas enviadas pela agência através do sistema e-sic.

<sup>432</sup> Vínculo formal é entendido como toda e qualquer forma de vinculação existente entre o proponente, pessoa física, e a instituição de execução do projeto. Na inexistência de vínculo empregatício ou funcional, o vínculo estará caracterizado por meio de documento oficial que comprove haver concordância entre o proponente e a instituição de execução do projeto para o desenvolvimento da atividade de pesquisa e/ou ensino, documento esse expedido por autoridade competente da instituição. Esse documento deve ficar em poder do proponente, não sendo necessária a remessa ao CNPq. São exemplos de vínculo, além do empregatício/funcional: pesquisadores visitantes, com ou sem bolsa, pesquisadores aposentados que se mantenham em atividade junto à instituição de execução do projeto e jovens pesquisadores com bolsas especiais de recém-doutor, de pós-doutorado ou outras, concedidas pelas agências federais ou estaduais de fomento à ciência e tecnologia.

Católica do Rio Grande Do Sul (PUCRS), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sendo assim, foram 07 propostas aprovadas da região sudeste, 03 do sul e 02 do nordeste.

<b>Edital CNPq Nº 05/2011</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), em Matemática, Física e Biodiversidade no âmbito do Convênio CNPq/Agência Nacional de Pesquisa (ANR) da França.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e experiência em projetos de cooperação internacional e/ou qualificação preferencialmente equivalente à de pesquisador Categoria I do CNPq; c) ter o seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes e atualizado; d) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto; e) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto, doravante denominada instituição executora nacional; f) não coordenar mais de uma proposta submetida a este Edital.  Obs. É recomendável a colaboração de outras instituições nacionais ou estrangeiras, denominadas instituição co-financiadora nacional ou instituição co-financiadora estrangeira, na forma de recursos financeiros ou de infraestrutura para pesquisa, efetivamente necessários à execução do projeto. É desejável o envolvimento, no projeto de pesquisa, de empresas públicas ou privadas e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento.
Recursos financeiros	Propostas financiadas no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 36 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram selecionadas 05 propostas.

O edital nº 05/2011 recebeu 36 propostas para análise. As grandes áreas que aprovaram propostas neste edital foram às ciências exatas e da terra (04 propostas) e as ciências biológicas (01 proposta). A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) obteve a aprovação de 02 propostas as demais que constam a seguir obtiveram a aprovação de 01 proposta: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA/RJ). Todas as 05 propostas aceitas eram da região sudeste.

<b>Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/Procad<sup>433</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa no âmbito do Programa Casadinho/Procad que possui como objetivo geral, promover o fortalecimento de grupos de pesquisa, vinculados a Programas de Pós-Graduação recomendados pela CAPES, a consolidação de Programas de Pós-Graduação e/ou qualificação preferencialmente equivalente à de pesquisador Categoria I do CNPq; c) ter o seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes e atualizado; d) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto; e) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto, doravante denominada instituição executora nacional; f) não coordenar mais de uma proposta submetida a este Edital.  Obs. É recomendável a colaboração de outras instituições nacionais ou estrangeiras, denominadas instituição co-financiadora nacional ou instituição co-financiadora estrangeira, na forma de recursos financeiros ou de infraestrutura para pesquisa, efetivamente necessários à execução do projeto. É desejável o envolvimento, no projeto de pesquisa, de empresas públicas ou privadas e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado até a data da submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com instituição nacional de ensino superior ou de pesquisa nacional proponente, doravante denominada instituição de execução do projeto; d) estar inserido em um grupo de pesquisa vinculado a Programa de Pós-Graduação stricto sensu não consolidado da instituição de execução do projeto; e) ter sido indicado pelo coordenador do Programa de Pós-Graduação não consolidado, como coordenador da proposta.
Recursos financeiros	Propostas financiadas no valor global de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para o período de quatro anos de execução dos projetos, dos quais R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do

<sup>433</sup> Pelo menos trinta por cento dos recursos disponibilizados para esta Chamada Pública serão, necessariamente, destinados a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (Lei nº 11.540/2007).

	orçamento da Capes, a serem liberados em quatro parcelas.
Prazo de execução dos projetos	As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada Pública deverão ter seu prazo de execução estabelecido em 48 (quarenta e oito) meses, admitindo-se uma prorrogação de até 12 (doze) meses.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 565 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram selecionadas 200 propostas.

Por meio da chamada nº 06/2011 houve a aprovação de 200 propostas, 33 das ciências exatas e da terra, 30 das engenharias, 29 das ciências agrárias, 27 das ciências biológicas, 27 das ciências da saúde, 27 das ciências humanas, 18 das ciências sociais aplicadas, 08 da linguística, letras e artes e 01 da área denominada 'outra'. A relação do número de projetos aprovados por instituições de ensino segue no quadro abaixo. Pode-se verificar que 84 propostas aprovadas eram da região nordeste, 21 do norte, 41 do sul, 33 do sudeste e 21 do centro oeste.

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	1
Centro Universitário de Araraquara	UNIARA	SP	1
Fundação Educacional Inaciana "Padre Sabóia de Medeiros"	FEI	SP	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	2
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	3
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	1
Instituto Federal Goiano	IF Goiano	GO	1
Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL	MG	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande	PUCRS	RS	2
Universidade de Brasília	UnB	DF	1
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	1
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	2
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	1
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	1
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	2
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	1
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	1
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	1
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	2
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	2
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	2
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	2
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	1
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	2
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	3
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	5
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	3
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	1
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	8
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	1

Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	5
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	10
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	3
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	2
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	11
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	1
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	3
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	2
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	3
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	1
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	4
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	3
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	2
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	1
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	2
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	5
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	1
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	5
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	2
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	1
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	4
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	8
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	5
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	4
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	9
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	8
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	5
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	3
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	4
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	11
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	1
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	2
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	1
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	2
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	3
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	RS	1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	1
Universidade Vila Velha	UVV	ES	1
<b>Total</b>			<b>200</b>

<b>Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPES N ° 07/2011</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, mediante o financiamento de projetos de pesquisa com mérito científico.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser



	obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal, empregatício ou funcional com a instituição de execução do projeto, em departamentos das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas ou em programas de pós-graduação dessas áreas. Nota - O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta à Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes, que comprove manter atividades acadêmico-científicas, apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo 50% da CAPES e 50% do CNPq, recursos estes oriundos do Tesouro Nacional, do orçamento de 2011, relativo ao Fomento à Pesquisa Fundamental.
Prazo de execução dos projetos	O prazo máximo de execução das propostas é de 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, esse prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 1.559 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram selecionadas 643 propostas.

Das 643 propostas aprovadas, 361 pertenciam as ciências humanas, 226 as ciências sociais aplicadas, 46 a área de linguística, letras e artes e 10 às ciências exatas. A maior parte dos projetos aprovados foram submetidos por pesquisadores de instituições localizadas na região sudeste (273 projetos), seguidos da região sul (169 projetos), nordeste (113 projetos), centro oeste (54 projetos) e norte (34 projetos). A lista das instituições pode ser vista abaixo:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	39
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	24
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	23
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	22
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	21
Universidade de Brasília	UnB	DF	20
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	19
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	18
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	18
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	16
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	16
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	14
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	14
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	13
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	13
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	13
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	12
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	12
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	12
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	11
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	10
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	10
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande	PUCRS	RS	9
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	9
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	8
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	8
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	7

Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	7
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	7
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	7
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	6
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	6
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	6
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	6
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	6
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	6
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	5
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	5
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	5
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	5
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	4
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	4
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	4
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	4
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	4
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	4
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	4
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	3
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	3
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	3
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	3
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	3
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	3
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	3
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	3
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	3
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	2
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	2
Escola Superior de Teologia	EST	RS	2
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	2
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	2
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	2
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	2
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	2
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	2
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	2
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	2
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	2
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	2
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	2

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	2
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	2
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	2
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	2
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	2
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	2
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	2
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	2
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	2
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	2
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	2
Universidade Vale do Rio Doce	UNIVALE	MG	2
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	CEBRAP	SP	1
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	CEDEC	SP	1
Centro Federal de Educação Tecnológica	CEFET/MG	MG	1
Centro Universitário de Anápolis	UniEVANGELICA	GO	1
Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	DF	1
Centro Universitário Luterano de Palmas	CEULP	TO	1
Centro Universitário Ritter dos Reis	UniRITTER	RS	1
Centro Universitário Senac	SENAC/SP	SP	1
Embrapa	EMBRAPA	DF	1
Fundação Getúlio Vargas	FGV/SP	SP	1
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	EPSJV	RJ	1
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia	EMESCAM	ES	1
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	1
Faculdades Integradas de Taquara	FACCAT	RS	1
Fundação João Pinheiro	FJP	MG	1
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais	IBEPES	PR	1
Instituto Butantan	IBU	SP	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	1
Laboratório de Educação em Saúde - FIOCRUZ/MG	CPQRR	MG	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	1
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	SP	1
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	1
Universidade da Integração Internacional	UNILAB	CE	1
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	1
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	1
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	1
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	1
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	1
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	1

Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	1
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	1
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	1
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	1
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	1
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	1
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	1
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	SP	1
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	1
<b>Total</b>			<b>643</b>

<b>Chamada MCT/SETEC/CNPq N° 08/2011 Apoio a parques tecnológicos</b>	
Finalidade	Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, direcionados ao desenvolvimento, consolidação e melhoria da infraestrutura de parques tecnológicos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: ter seu currículo atualizado cadastrado na Plataforma Lattes até a data limite de submissão da proposta; ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos do orçamento do MCT, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do MCT e do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
N° total de propostas	57 propostas.
N° de propostas aceitas	08 propostas.

Das 08 propostas aprovadas 02 pertenciam as ciências biológicas; 02 as ciências da saúde; 01 as engenharias; 01 às ciências humanas; 01 às ciências agrárias; 01 às ciências exatas e da terra. As instituições listadas a seguir alcançaram a aprovação de um projeto cada: Universidade Federal de Viçosa (UFV); Fundação CERTI (CERTI/SC); Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PAQTCPB); Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde (FIPASE/RP); Instituto INOVA São Carlos (INOVA); Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDETEC/PR); Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Foram 04 aprovações na região sudeste; 03 no sul e 01 no nordeste.

<b>Chamada MCT/SETEC/CNPq N° 09/2011 Apoio as incubadoras de empresas</b>	
Finalidade	Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, direcionados ao desenvolvimento, consolidação e melhoria da infraestrutura de incubadoras para prestação de serviços a empresas de base tecnológica.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: ter seu currículo atualizado cadastrado na Plataforma Lattes até a data limite de submissão da proposta; ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), oriundos do orçamento do MCT.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
N° total de propostas	142 propostas.
N° de propostas aceitas	39 propostas.

Em relação à chamada n° 09/2011 foram aprovados 08 projetos na grande área das ciências exatas e da terra; 08 nas engenharias; 06 nas ciências biológicas; 06 nas ciências humanas; 04 da linguística, letras e artes; 03 das ciências da saúde; 03 das ciências agrárias; 01 das ciências sociais aplicadas.

Houve 16 aprovações da região sudeste; 11 do sul; 07 do nordeste; 04 do centro oeste; 01 do norte. A lista das instituições beneficiadas segue abaixo:

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº projetos aprovados</b>
Associação Catarinense de Empresas	ACATE	SC	1
Associação Empresarial de Francisco Beltrão	ACEFB	PR	1
Agende Guarulhos	AGENDE	SP	1
Fundação Biominas	BIOMINAS	MG	1
Centro de Apoio ao Desenvolvimento	CDT	DF	1
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	1
Instituto Centro de Ensino Tecnológico	CENTEC	CE	1
Fundação CERTI	CERTI	SC	1
Centro de Estudos e Sistemas Avançados	CESAR	PE	1
Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia	CIETEC	SP	1
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão	FAPEPE	MG	1
Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde	FIPASE/RP	SP	1
Fundação Centro de Análise Pesquisa	FUCAPI	AM	1
Sociedade Mineira de Software	FUMSOFT	MG	1
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	FUNDEP	MG	1
Instituto de Incubação e Inovação Tecnológica	IEITEC	RS	1
Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL	MG	1
Instituto de Tecnologia de Pernambuco	ITEP	PE	1
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial	NUTECH	CE	1
Padetec - Parque de Desenvolvimento	PADETECH	CE	1
Fundação Parque Tecnológico de São Carlos	PARQTECH	SP	1
Sociedade Polo de Exportação de Serviços	PoloSul	RS	1
Porto Digital	PORTO DIGITAL	PE	1
Incubadora Municipal de Empresas de Santa Rita	PROINTECH	MG	1
Rede Paulista de Incubadoras	RPI	SP	1
Centro de Educação Profissional de Londrina	SENAI/PR	PR	1
Fundação Softville	SOFTVILLE	SC	1
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	1
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	1
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	1
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	1
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós	UFRJ/COPPE	RJ	1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	1
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	1
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	1
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	1
<b>Total</b>			<b>39</b>

<b>Chamada de Projetos nº 12/2011 - Programa de Cooperação e Apoio a Redes de Pesquisa Brasileiras e Francesas</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de pesquisa, envolvendo grupos brasileiros e franceses. Tem-se as seguintes áreas consideradas prioritárias: Cooperação CNPq/CNRS: matemática; nanomagnetismo e estruturas e informação quântica; e web Science; Cooperação CNPq/INRIA: computação de alto desempenho e gerenciamento de dados para aplicações de alta performance; Cooperação CNPq/INSERM: células-tronco e câncer; Cooperação CNPq/IRD: mudanças climáticas e desastres naturais; e doenças emergentes e mudanças ambientais.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir dados atualizados na Plataforma Lattes; b) ser membro de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) com aprovação do Comitê Gestor do Instituto, ou apresentar uma estrutura de rede com as características de um INCT.
Recursos financeiros	Cada parte financiará os grupos de pesquisa do seu próprio país. As propostas de projeto que forem submetidas aos Convênios de Cooperação CNPq/CNRS, CNPq/INRIA e CNPq/INSERM poderão ter um orçamento global máximo R\$ 274.332,00 (duzentos e setenta e quatro mil e trezentos e trinta e dois reais). As propostas de projeto que forem submetidas ao Convênio de Cooperação CNPq/IRD poderão ter um orçamento global máximo R\$ 457.220,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e vinte reais). Posteriormente, considerando as necessidades de cada proposta, será fixado o valor final a ser aprovado. Os coordenadores dos projetos poderão alterar a alocação orçamentária, desde que dentro da mesma rubrica, e com a prévia autorização do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Os projetos terão vigência de 4 (quatro) anos.
Nº total de propostas	Foram submetidas a esta chamada 12 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram selecionadas 05 propostas.

Das 05 propostas aprovadas da chamada nº 12/2011, 03 eram das ciências exatas e da terra, 01 das ciências biológicas e 01 da área 'outra'. Os projetos aprovados foram submetidos ao CNPq por pesquisadores das seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF/RJ), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/SP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP). Todos os projetos aprovados eram da região sudeste.

<b>Chamada CNPq/ICMBio N º 13/2011 – Pesquisa em Unidades de Conservação do Bioma Caatinga</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, relacionados ao manejo, uso e conservação da biodiversidade, e a proteção do patrimônio cultural e dos recursos naturais em Unidades de Conservação federais e seu entorno no Bioma Caatinga.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter experiência em pesquisa na área e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão das propostas; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta à presente Chamada desde que comprove manter atividades acadêmico-científicas e apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global de R\$ 3.484.125,00 (Três milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil cento e vinte e cinco reais).
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 108 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram selecionadas 17 propostas.

Em relação à chamada nº 13/2011, 15 projetos aceitos eram da grande área das ciências biológicas, 01 das ciências agrárias e 01 das ciências humanas. Cinco (05) projetos aprovados eram de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 03 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e 02 da Universidade Federal do Ceará (UFC). As demais instituições que alcançaram a aprovação de um (01) projeto foram: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Regional do Cariri (URCA). Sendo assim, foram 13 projetos da região nordeste, 02 do norte, 01 do sudeste e 01 do centro oeste.

**Chamada Universal - CNPq N º 14/2011<sup>434</sup>**

<sup>434</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte,

Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em qualquer área do conhecimento.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes e atualizado; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado e comprove manter atividades acadêmico-científicas, apresentando declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 130.000.000,00 (Cento e Trinta milhões de reais) para itens de capital e custeio, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	As propostas deverão ter seu prazo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidos nesta chamada 15.806 projetos.
Nº de propostas aceitas	Do total submetido, 3.761 foram aprovados.

Por meio da chamada nº 14/2011 o CNPq aprovou 3.761 projetos de pesquisa sendo 677 das ciências da saúde; 663 das ciências agrárias; 624 das ciências biológicas; 546 das ciências exatas e da terra; 509 das engenharias; 325 das ciências humanas; 205 das ciências sociais aplicadas; 154 da área considerada 'outra'; e 58 da linguística, letras e artes. Em relação à região geográfica de localização da instituição executora do projeto a distribuição foi a seguinte: 1.736 projetos aprovados da região sudeste, 799 do sul; 699 do nordeste; 319 do centro oeste e 208 do norte. As instituições cujos projetos foram aprovados seguem no quadro a seguir.

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	303
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	177
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	174
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	164
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	127
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	107
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	96
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	92
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	92
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	92
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	80
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	80
Universidade de Brasília	UNB	DF	77
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	70
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	67
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	67
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	65
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	60
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	59
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	52
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	46
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	46
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	44

Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (Lei nº 11.540/2007).

Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	44
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	43
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	40
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	39
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	38
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	35
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	34
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	32
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	31
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	30
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	29
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	29
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	29
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	29
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	28
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	28
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	27
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	26
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	25
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	25
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	24
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	22
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	22
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	21
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	20
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	18
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	17
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	17
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	17
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	16
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	16
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	15
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	15
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	15
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	14
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	13
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	13
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	13
Instituto Agronômico de Campinas	IAC	SP	12
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	12
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	11
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	11
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	11
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	10
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	9



Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	9
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	9
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	9
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	9
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	8
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	8
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	8
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	7
Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	FIOCRUZ/CPqGM	BA	7
Centro de Pesquisas René Rachou	FIOCRUZ/CPQRR	MG	7
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	7
Instituto Butantan	IBU	SP	7
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	7
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	7
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	7
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	7
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	6
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	MG	6
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	6
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	6
Associação Instituto Nacional de Matemática	IMPA	RJ	6
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	6
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	6
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	6
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	6
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	5
Instituto de Botânica	IBT	SP	5
Instituto Materno Infantil de Pernambuco	IMIP	PE	5
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	5
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	5
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	5
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	5
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	5
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	5
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	PA	4
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	HCFMUSP	SP	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	4
Instituto do Coração	InCor/HCFMUSP	SP	4
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	4
Observatório Nacional	ON	RJ	4
Pontifícia Universidade Católica de Minas	PUC Minas	MG	4
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	4
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	4
Universidade Gama Filho	UGF	RJ	4

Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	4
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	4
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	GO	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SP	3
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	FIOCRUZ/CPqAM	PE	3
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	3
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	3
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	3
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	3
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	SP	3
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	3
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	3
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	3
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	3
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	3
Universidade do Extremo Sul	UNESC	SC	3
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	3
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	3
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	3
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	3
Universidade São Francisco	USF	SP	3
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	3
Universidade Vila Velha	UVV	ES	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RS	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PR	2
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	EPAGRI	SC	2
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	2
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa	FCMSCSP	SP	2
Instituto Oswaldo Cruz	FIOCRUZ/IOC	RJ	2
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	2
Fundação Pio XII	FPXII	SP	2
Instituto de Aeronáutica e Espaço	IAE	SP	2
Instituto Biológico	IB	SP	2
Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul	IC/FUC	RS	2
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo	ICESP	SP	2
Instituto de Estudos Avançados	IEAv	SP	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	2
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	2
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	2
Instituto de Zootecnia	IZ	SP	2
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	2
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	2
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	2

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	2
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	2
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	2
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	2
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	2
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	2
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	2
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	2
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	RS	2
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	2
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	2
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	2
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	2
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	2
Universidade Regional Integrada do Alto	URI	RS	2
Universidade do Sagrado Coração	USC	SP	2
Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	AFIP	SP	1
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	1
Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas	CEBRID	SP	1
Centro Estudos Laboratório Aptidão Física São Caetano Sul	CELAFISCS	SP	1
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM	RJ	1
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE	PE	1
Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná	CEULJI	RO	1
Escola de Engenharia Mauá	CEUN-EEM	SP	1
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI	SP	1
Centro Universitário Fundação Santo André	CUFSA	SP	1
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	SP	1
Departamento de Descentralização do Desenvolvimento	DDD	SP	1
Escola de Especialistas de Aeronáutica	EEAR/SP	SP	1
Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto	EEFERP	SP	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	TO	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MS	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	CE	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	1
Centro Universitário Franciscano do Paraná	FAE	PR	1
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FAI-UFSCAR	SP	1
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	1
Faculdade de Ciências Agrárias	FCA	AM	1
Faculdade de Direito do Sul de Minas	FDSM	MG	1
Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fundação Faculdade de Medicina	FFM	SP	1
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SP	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RO	1
Instituto Carlos Chagas	FIOCRUZ/ICC	PR	1

Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RO	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	DF	1
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos hídricos	FUNCEME	CE	1
Fundação de Fomento à Tecnologia e à Ciência	FUNDAÇÃO FTC	BA	1
Fundação Joaquim Nabuco	FUNDAJ	PE	1
Fundo de Defesa da Citricultura	FUNDECITRUS	SP	1
Fundação Zerbini	FZ	SP	1
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	1
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais	IBMEC	RJ	1
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	1
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas	IEPA	AP	1
Instituto de Estudos Superiores de Caxias do Sul	IES/RS	RS	1
Instituto Florestal do Estado de São Paulo	IF	SP	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IF-Sertão PE	PE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense	IFSul	RS	1
Instituto de Geociências	IGEO	RJ	1
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	1
Instituto Nacional de Cardiologia	INC	RJ	1
Centro Universitário Metodista	IPA-RS	RS	1
Instituto Rio Grandense do Arroz	IRGA	RS	1
Instituto de Saúde	ISaúde	SP	1
Maternidade Therezinha de Jesus	MTJ	MG	1
Prefeitura Municipal de Campinas	P/CAMPINAS	SP	1
Pacto - Desenvolvimento Social e Pesquisa	PACTO	MG	1
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	1
Hospital Sírio-Libanês	SÍRIO-LIBANÊS	SP	1
Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa	SírioLibanês/IEP	SP	1
Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo	SLMandic	SP	1
Unidade Acadêmica de Garanhuns	UAG	PE	1
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	1
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	1
Hospital Universitário Professor Edgard Santos	UFBA	BA	1
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	1

Universidade de Guarulhos	UNG	SP	1
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	1
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	SP	1
Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	DF	1
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	1
Centro Universitário da Fundação Educacional	UNIFEB	SP	1
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	1
Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações	UNINCOR	MG	1
Universidade Nilton Lins	UNINILTON	AM	1
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	1
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	SP	1
Universidade do Vale do Sapucaí	UNIVÁS	MG	1
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	1
Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE	SP	1
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	1
Universidade Santa Úrsula	USU	RJ	1
<b>Total</b>			<b>3.761</b>

<b>Chamada MCTI/CNPq N ° 17/2011 – Apoio à criação de redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento em Nanotoxicologia e Nanoinstrumentação</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, dando continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em Nanociência e Nanotecnologia, apoiando a formação de Redes Cooperativas Integradas de Pesquisa Básica e/ou Aplicada, nas seguintes temáticas: Nanotoxicologia e Nanoinstrumentação.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes. O currículo deve ser atualizado até o prazo limite de envio das propostas; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo empregatício, celetista ou estatutário, com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução. Essa declaração deverá ser digitalizada e incorporada ao projeto de pesquisa encaminhado ao CNPq.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global de R\$ 3.883.709,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e três mil, setecentos e nove reais), oriundos do PPA/MCTI, a serem liberados em parcela única.
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 20 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aceitas 08 propostas.

Por meio da chamada MCTI/CNPq N ° 17/2011 foram aprovados 04 projetos da grande área de ciências biológicas, 01 das ciências exatas e da terra, 01 das engenharias, 01 da saúde e 01 da área 'outra'. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) obteve a aprovação de 02 projetos, as demais instituições listadas a seguir obtiveram a aprovação de um (01) projeto cada: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO/RJ), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG). As propostas aprovadas foram 05 do sudeste, 02 do sul e 01 do centro oeste.

<b>Chamada 18/2011 Programa de Cooperação CNPq/MIT</b>	
Finalidade	Chamada pública de propostas de projetos conjuntos de pesquisa no âmbito do Programa de Cooperação CNPq/Massachusetts Institute of Technology (MIT). Áreas temáticas: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra, Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e

	Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.
Proponentes	O proponente será o coordenador brasileiro, devendo possuir o título de Doutor e o CV atualizado na Plataforma Lattes.
Recursos financeiros	Cada proposta terá um valor de financiamento pelo CNPq de até R\$ 150.000,00.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 23 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aceitas 21 propostas.

As propostas submetidas a chamada 18/2011 e aprovadas eram majoritariamente das ciências exatas e da terra (09 propostas); 05 das engenharias, 02 das ciências biológicas, 02 das ciências da saúde, 02 das ciências sociais aplicadas e 01 das ciências humanas. A Universidade de São Paulo (USP) obteve a aprovação de 03 projetos; a Universidade de Brasília (UnB) dois (02) projetos; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dois (02) projetos; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) dois (02) projetos, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) dois (02) projetos, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também dois (02) projetos. As demais listadas a seguir obtiveram a aprovação de um (01) projeto cada: Fundação CERTI (CERTI/SC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande (PUCRS), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sendo assim, 10 pertenciam a região sudeste, 06 ao sul, 03 ao nordeste e 02 ao centro oeste.

<b>Chamada CNPq nº 19/2011 - Cooperação Internacional - Convênios Bilaterais</b>	
Finalidade	Apoiar, de forma complementar, o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, por meio do financiamento a atividades de cooperação internacional, no âmbito dos convênios bilaterais entre o CNPq e "instituições financiadoras estrangeiras". O apoio se dará exclusivamente a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, desenvolvidos em parceria com grupos de pesquisa sediados nos seguintes países: Argentina, Bélgica, Costa Rica, Eslovênia, Espanha, Itália e Uruguai.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e experiência em projetos de cooperação internacional e/ou qualificação preferencialmente equivalente à de pesquisador "Categoria I" do CNPq; c) ter o seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, e atualizado; d) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto; e) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; f) não coordenar mais de uma proposta submetida a esta Chamada.  Obs. É recomendável a existência de parcerias com instituições que desenvolvam atividades científicas, tecnológicas e de inovação, sediadas no Brasil ou nos demais países, denominadas co-executoras ou colaboradoras. A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não-governamentais.
Recursos financeiros	As propostas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), oriundos do orçamento do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses.
Nº total de propostas	Esta chamada recebeu uma demanda bruta de 269 propostas.
Nº de propostas aceitas	Houve a aprovação de 58 propostas.

PAÍS	INSTITUIÇÃO FINANCIADORA ESTRANGEIRA (CONVÊNIO)	ÁREAS/TEMAS DE INTERESSE CONJUNTO	DURAÇÃO MÁXIMA
ARGENTINA	CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas)	Tecnologias da Informação e Comunicação; Agropecuária; Tecnologias Limpas; Recursos Renováveis e não-Renováveis; Risco e Vulnerabilidade Social para Eventos Naturais e Ambientais.	24 meses
BÉLGICA	FNRS (Fonds National de la Recherche Scientifique)	Ciências Aplicadas; Ciências Biomédicas; Ciências Químicas; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Físicas e Matemáticas; Ciências da Terra, Oceano e Atmosfera; Ciências Espaciais.	24 meses
	FWO (National Fund for)	Microeletrônica, Nanotecnologia; Biotecnologia,	24 meses

	Scientific Research)	Energia Nuclear e Espacial; Ciências Humanas e Sociais.	
COSTA RICA	CONICIT (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas)	Biotecnologia; Biodiversidade; Ciência e Tecnologia dos Materiais; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ensino de Ciências; Matemática; Química; Física.	24 meses
ESLOVÊNIA	MHEST (Ministry of Higher Education, Science and Technology)	Mineração com ênfase na recuperação de solos degradados; Agricultura (carne, frutas e soja) e Agronegócios; Ciências Marinhas; Energia Nuclear; Represas para Hidroelétricas; Materiais Avançados; Saúde e Meio Ambiente.	24 meses
ESPANHA	CSIC (Consejo de Investigaciones Científicas)	Ciências Sociais; Biologia e Biomedicina; Recursos Naturais; Ciências Agrárias; Ciência e Tecnologias Físicas; Ciência e Tecnologia de Materiais; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Química.	24 meses
ITÁLIA	CNR (Consiglio Nazionale delle Ricerche)	Todas as áreas do conhecimento.	24 meses
URUGUAI	DICYT (Dirección de Innovación, Ciencia y Tecnología)	Agropecuária; Competitividade Agroindustrial e Pesca; Produção e Sanidade Vegetal e Animal; Saúde; Energia; Tecnologias da Informação e Comunicação; Recursos Renováveis; Turismo.	24 meses

Dos 58 projetos aprovados referentes à chamada nº 19/2011, 12 estavam relacionados à cooperação com a Argentina. Destes, 06 pertenciam às ciências exatas e da terra, 05 pertenciam às ciências biológicas e 01 às ciências humanas. Dos projetos aprovados 02 foram submetidos através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) os outros foram das seguintes instituições: Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Quatro (04) eram da região sudeste, 04 do sul, 02 do nordeste, 01 do norte e 01 do centro oeste.

Os 07 projetos aprovados para cooperação com a Bélgica (Fonds National de la Recherche Scientifique) foram assim distribuídos: 02 das engenharias, 02 das ciências biológicas, 01 das ciências agrárias, 01 das ciências da saúde e 01 das ciências exatas e da terra. A Universidade de São Paulo (USP) alcançou a aprovação de 02 projetos, os demais projetos foram das seguintes instituições: Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Feevale (FEEVALE), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Foram 04 projetos aprovados na região sudeste, 01 no sul, 01 no nordeste, e 01 no centro oeste.

A cooperação internacional com a Bélgica (no caso da National Fund for Scientific Research) envolveu a aprovação de 08 propostas de pesquisa: 03 das ciências biológicas, 03 das ciências exatas e da terra, 01 das ciências agrárias, 01 das engenharias. A Universidade de São Paulo (USP) obteve a aprovação de 03 projetos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 02 projetos, os demais foram aprovados nas seguintes instituições: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Ceará (UFC). Foram desse modo, 06 propostas aceitas da região sudeste, 01 do sul e 01 do nordeste.

Para a cooperação internacional com a Costa Rica foram aprovados 02 projetos, 01 das Ciências Biológicas e 01 das Ciências Sociais Aplicadas, sendo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) as instituições contempladas, ou seja, 01 da região norte e 01 da região sul do país.

Quanto à cooperação internacional com a Eslovênia foram aprovados 07 projetos de pesquisa: 02 das ciências biológicas, 02 das engenharias, 01 das ciências humanas, 01 das ciências agrárias, e 01 considerado 'indefinido'. Dois (02) projetos eram da Universidade de São Paulo (USP), e os demais das seguintes instituições: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Pontifícia

Universidade Católica de Minas (PUC/Minas), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Sendo assim, 05 projetos eram provenientes da região sudeste, 01 da região sul e 01 do centro oeste.

Em relação à Espanha houve a aprovação de 10 projetos: 04 das ciências exatas e da terra, 02 das ciências agrárias, 02 das ciências biológicas, 01 das ciências sociais e 01 das engenharias. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) obteve a aprovação de 02 projetos, os demais foram aprovados nas seguintes instituições: Associação Instituto Nacional de Matemática (IMPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF). Deste modo, foram 05 projetos aprovados da região sudeste, 03 do sul e 02 do centro oeste.

A cooperação internacional com a Itália envolveu a aprovação de 08 projetos de pesquisa: 05 das ciências exatas e da terra, 01 das engenharias, 01 das ciências biológicas, e 01 das ciências agrárias. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) contaram com a aprovação de 02 projetos cada, as demais instituições que alcançaram a aprovação de 01 projeto foram: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Dos projetos aprovados, 05 eram da região sudeste, 02 do nordeste e 01 do centro oeste.

Em relação ao Uruguai houve a aprovação de 04 projetos: 02 das ciências biológicas, 01 das ciências agrárias e 01 das ciências da saúde. Dois (02) foram submetidos através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 01 pela Universidade de São Paulo (USP) e 01 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ou seja, 03 projetos da região sul e 01 do sudeste.

Um panorama geral do resultado da chamada nº 19/2011 demonstra que foram aprovados ao todo 58 projetos: 19 das ciências exatas e da terra, 18 das ciências biológicas, 07 das engenharias, 07 das ciências agrárias, 02 das ciências humanas, 02 das ciências da saúde, 02 das ciências sociais aplicadas e 01 considerado de área 'indefinida'. Foram aprovados 30 projetos da região sudeste, 14 do sul, 06 do nordeste, 06 do centro oeste e 02 do norte. As instituições que obtiveram aprovação de projetos estão listadas no quadro abaixo:

Instituições	Sigla	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	11
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	6
Universidade Federal do Ceará	UFC	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	4
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	3
Universidade de Brasília	UnB	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA/DF	2
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	2
Universidade Estadual Paulista Júlio de	UNESP	2
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	2
Universidade Feevale	FEEVALE	1
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	1



Associação Instituto Nacional de Matemática	IMPA	1
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	1
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	1
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	1
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	1
Pontifícia Universidade Católica de Minas	PUC Minas	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande	PUCRS	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	1
Universidade Federal Fluminense	UFF	1
Universidade Federal de Goiás	UFG	1
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	1
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	1
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	1
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	1
<b>Total</b>		<b>58</b>

<b>Chamada MCTI/CNPq nº 20/2011</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, dando continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em Nanobiotecnologia, com vistas à obtenção de produtos finais para o mercado, nas áreas de medicamentos, vacinas e sensores, em cooperação com a República de Cuba. O apoio se dará exclusivamente a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação desenvolvidos em parceria com pesquisadores cubanos ou grupos de pesquisa sediados em Cuba, nas linhas de interesse identificadas abaixo: a) Liberação controlada de fármacos e/ou nanoencapsulamento; b) Nanomateriais para bioengenharia; c) Nanopartículas para monitoramento e/ou diagnóstico em saúde; d) Nanotoxicologia e/ou nanorregulação.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes. O currículo deve ser atualizado até o prazo limite de envio das propostas, ocasião na qual uma cópia será anexada pelo CNPq ao processo eletrônico; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo empregatício, celetista ou estatutário, com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), oriundos do PPA/MCTI.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 18 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram selecionadas 08 propostas.

Dos 08 projetos selecionados, 03 pertenciam a grande área das ciências da saúde, 02 das engenharias, 02 das ciências biológicas e 01 das ciências exatas e da terra. Os projetos aprovados eram de pesquisadores inseridos nas seguintes instituições: Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Instituto Nacional de Tecnologia (INT/RJ), Universidade Católica de Brasília (UCB/DF), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 04 projetos da região sudeste, 02 do sul, 01 do nordeste e 01 do centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq nº 21/2011</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, dando continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em Nanotecnologia. O apoio se dará exclusivamente a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação desenvolvidos em parceria

	com pesquisadores mexicanos ou grupos de pesquisa sediados nos Estados Unidos Mexicanos, nas linhas de interesse identificadas abaixo: a) Agronegócio b) Eletrônica c) Energia d) Materiais e) Meio ambiente f) Nanobiotecnologia g) Saúde h) Sensores e/ou reguladores e seus impactos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes. O currículo deve ser atualizado até o prazo limite de envio das propostas, ocasião na qual uma cópia será anexada pelo CNPq ao processo eletrônico; b) Ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; c) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) Ter vínculo com a instituição de execução do projeto, doravante denominada "instituição executora nacional".
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), oriundos do PPA/MCTI.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis meses) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 28 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram selecionados 09 projetos.

As propostas aprovadas mediante a chamada MCTI/CNPq nº 21/2011 eram 03 das engenharias, 02 das ciências biológicas, 02 das ciências exatas e da terra, 01 das ciências da saúde e 01 da área 'outra'. As instituições com projetos aprovados foram: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/RJ), Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros (FEI/SP), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 06 projetos da região sudeste, 02 do sul e 01 do nordeste.

<b>Chamada CNPq/MMA n.º 22/2011 - Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo – Cartas SAO</b>	
Finalidade	Apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País voltados para o mapeamento e elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo (cartas SAO) para quatro bacias sedimentares marítimas: Bacia da Foz do Amazonas, Bacia do Pará-Maranhão/Barreirinhas, Bacia de Campos e Bacia de Pelotas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes e atualizado; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos oriundos do Ministério do Meio Ambiente, no valor global de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses, a partir da publicação no Diário Oficial da União. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas a este edital 05 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram selecionadas 04 propostas.

Todas as propostas de pesquisa aprovadas eram das ciências exatas e da terra. As instituições com projetos aprovados foram: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA/AP), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foram 02 projetos aprovados da região norte, 01 do sudeste e 01 do sul.

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 23/2011 - Apoio Técnico para Fortalecimento da Paleontologia Nacional</b>	
Finalidade	Apoio técnico a projetos de pesquisa em andamento para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica da Paleontologia nacional.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.710.000,00 (um milhão, setecentos e dez mil reais), oriundos do orçamento do MCTI, na forma de bolsas de Apoio Técnico em Extensão no País (ATP).
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses.
Nº total de propostas	Foram submetidos 66 projetos.
Nº de propostas	Foram selecionados 58 projetos.

aceitas	
---------	--

A chamada nº 23/2011 possibilitou o envio de 66 projetos sendo selecionados para fins de financiamento, 43 projetos na área das ciências exatas e da terra, 11 nas ciências biológicas, 02 nas ciências sociais aplicadas e 02 nas ciências humanas. As relações das instituições de execução do projeto estão no quadro abaixo. Foram 19 propostas aprovadas na região sudeste, 19 na sul, 12 no nordeste, 06 no norte e 02 no centro oeste.

Instituições	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	1
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	1
Fundação Museu do Homem Americano	FUMDHAM	PI	1
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	FZB/RS	RS	1
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	2
Fundação Paleontológica Phoenix	PHOENIX	SE	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	1
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	1
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	2
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	1
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	1
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	1
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	2
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	1
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	6
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	1
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	1
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	1
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	1
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	1
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	3
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	2
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	1
Universidade de Brasília	UnB	DF	1
Universidade do Contestado	UnC	SC	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	2
Universidade de Guarulhos	UNG	SP	1
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	1
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	2
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	3

Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	1
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	1
Universidade de São Paulo	USP	SP	2
<b>Total</b>			<b>58</b>

<b>Chamada MCTI-CNPq / BBSRC-Reino Unido Nº 26/2011</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de Segurança Alimentar, Bioenergia e/ou Biotecnologia Industrial, no âmbito do convênio entre o CNPq e o Conselho de Pesquisa em Biotecnologia e Ciências Biológicas – BBSRC do Reino Unido.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador brasileiro do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, e comprove manter atividades acadêmico-científicas, apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.  Obs. Adicionalmente, é recomendável a existência de parcerias com outras instituições que desenvolvam atividades científicas, tecnológicas e de inovação, sediadas no Brasil ou no Reino Unido, denominadas co-executoras ou colaboradoras. É desejável o envolvimento, no projeto de pesquisa, de empresas públicas ou privadas e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento.
Recursos financeiros	O valor global estimado para a ação é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) oriundos do orçamento do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas 16 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aceitas 03 propostas.

Das 03 propostas aprovadas 02 eram das ciências agrárias e 01 das ciências biológicas. As instituições de execução dos projetos foram: a Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Biológico (IB/SP) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF). Desse modo, 02 projetos foram executados na região sudeste e 01 no centro oeste.

## Apêndice 13– Coleta e sistematização dos dados sobre as chamadas lançadas pelo CNPq em 2012<sup>435</sup>

<b>CHAMADA CNPq Nº 04/2012 Cooperação CNPq / Instituto Holandês de Polímeros - Universidade Técnica de Eindhoven</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas áreas de Nanotecnologia e Materiais Poliméricos, preferencialmente nas áreas de Biopolímeros e Poliolefinas, no âmbito da Cooperação CNPq/DPI-TU/e - Instituto Holandês de Polímeros – Universidade Técnica de Eindhoven.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto.
Recursos financeiros	O valor global estimado para a ação é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Obs. A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não governamentais.
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 05 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aceitas 03 propostas.

As propostas aceitas foram 02 das ciências biológicas e 01 das ciências exatas e da terra. Os projetos foram aprovados nas seguintes instituições: 01 na Universidade de São Paulo (USP); 01 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e 01 na Universidade Católica de Brasília (UCB), ou seja, 01 na região sudeste (SP); 01 no sul (RS); e 01 no centro-oeste (DF).

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS- SCTIE- Decit Nº 10/2012 - Pesquisa em Saúde Bucal</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, que contribuam para o fortalecimento da capacidade nacional de pesquisa em Saúde Bucal e para o avanço da "Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente", no âmbito do SUS.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos critérios a seguir: a) possuir o título de mestre ou doutor, bem como experiência curricular comprovada em Agroecologia ou Produção Orgânica, e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo R\$ 1.400.000,00 em custeio, R\$ 300.000,00 em capital e outros R\$ 300.000,00 em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (DAB/SAS/MS), repassados ao CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas a este edital 194 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 29 propostas.

A distribuição das aprovações da chamada nº 10/2012 em função da grande área foi a seguinte: 27 propostas aprovadas das ciências da saúde; 01 das ciências biológicas e 01 das ciências humanas. Em relação à instituição de origem das propostas, o estado e a região verificamos os seguintes dados: 03 projetos aprovados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); 02 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); 02 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 02 da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); 02 da Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); 01 da Universidade de Pernambuco (UPE); 01 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); 01 do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPQAM/PE); 01 da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); 01 da Universidade Federal do Piauí (UFPI); 01 da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); 01 da Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC); 01 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 01 da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); 01 da Universidade de Pelotas (UFPEL); 01 da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); 01 da

<sup>435</sup> Os dados sistematizados neste apêndice foram construídos com base no site do CNPq (link chamadas encerradas) e as planilhas enviadas pela agência através do sistema e-sic.

Faculdade de Odontologia (UNISA/SP); 01 da Universidade de São Paulo (USP); 01 da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); 01 da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); 01 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 01 da Universidade Federal de Goiás (UFG); 01 da Universidade de Brasília (UNB). Observa-se que das 29 propostas aprovadas 13 eram da região sudeste; 09 da sul; 03 do nordeste; 02 do norte e 02 do centro-oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012</b>	
Finalidade	Apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, em qualquer área do conhecimento, estimulando e fortalecendo a produção de pesquisas e estudos para o monitoramento, a avaliação e o aprimoramento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e do eixo de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Urbanização de Assentamentos Precários), vinculados à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), oriundos do orçamento do Ministério das Cidades, a serem liberados em uma única parcela, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	18 (dezoito) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado pelo prazo máximo de 06 (seis) meses, sem suplementação orçamentária.
Nº total de propostas	Foram enviadas 1.011 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aceitas 38 propostas.

Na chamada nº 11/2012 as ciências sociais aplicadas alcançaram a aprovação de 24 projetos; as engenharias 10; as ciências humanas 03; as ciências da saúde 01. Dos projetos aprovados, 05 eram da Universidade de São Paulo (USP); 04 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 03 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 02 do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM/DF); 02 da Universidade Federal do Pará (UFPA); 02 da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); 02 da Universidade Federal do Ceará (UFC); 02 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); 01 do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (POLIS/SP); 01 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); 01 da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); 01 da Universidade Federal de Viçosa (UFV); 01 da Universidade de Brasília (UNB); 01 da Universidade Federal do ABC (UFABC/SP); 01 da Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); 01 da Universidade Federal de Sergipe (UFS); 01 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); 01 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); 01 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 01 da Universidade Estadual Paulista (UNESP); 01 do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI/SP); 01 da Universidade Federal do Piauí (UFPI); 01 da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS); 01 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sendo assim a distribuição regional foi: 19 projetos aprovados provenientes da região sudeste; 08 do nordeste; 06 do sul; 03 do centro-oeste e 02 do norte.

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 13/2012 Programa de Cooperação Brasil - União Européia na Área de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC<sup>436</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio do fortalecimento da capacidade científica e tecnológica e da capacitação de recursos humanos no âmbito da cooperação Brasil-União Europeia, com foco em uma ou mais das linhas temáticas: Linha temática 1: Computação em nuvem para a ciência; Linha temática 2: Tecnologias sustentáveis para uma sociedade mais inteligente; Linha temática 3: Serviços e aplicações inteligentes para uma sociedade mais inteligente; e Linha temática 4: Aplicações e serviços de TV híbridos de transmissão e de banda larga.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente e residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter o seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite

<sup>436</sup> Preferencialmente, 30% (trinta por cento) do valor global seriam destinados a projetos de pesquisa, sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, caso houvesse demanda qualificada.

	para submissão da proposta; c) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), oriundos do Fundo Setorial CT-INFO, a serem liberados em 3 (três) parcelas.
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviados 61 projetos
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 04 propostas.

Todos os 04 projetos selecionados mediante a chamada nº 13/2012 eram da grande área das ciências exatas e da terra. Foi 01 aprovação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); 01 da Universidade de São Paulo (USP); 01 da Universidade Federal da Bahia (UFBA); 01 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). As regiões do país contempladas foram a região nordeste (03 projetos) e o sudeste (01 projeto).

<b>CHAMADA UNIVERSAL - MCTI/CNPQ N° 14/2012<sup>437</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em qualquer área do conhecimento.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 130.000.000,00 (Cento e Trinta milhões de reais) para itens de capital e custeio, sendo R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) oriundos do orçamento do CNPq e R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados em duas parcelas.
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas a esta chamada 9.985 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovados 3.836 projetos de pesquisa.

Quanto a chamada nº14/2012 a aprovação de projetos segundo a grande área do conhecimento foi a que se segue: 770 projetos aprovados das ciências agrárias; 676 das ciências biológicas; 567 das ciências da saúde; 530 das ciências exatas e da terra; 479 das engenharias; 359 das ciências humanas; 217 das ciências sociais aplicadas; 178 da área designada como 'outras'; 60 da linguística, letras e artes. Das 3.836 propostas aprovadas 1.808 eram da região sudeste; 911 da região sul; 682 do nordeste; 304 do centro-oeste; 131 do norte. Segue abaixo um quadro com o número de projetos de pesquisa aprovados por instituição e estado (ou país):

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Universidade de São Paulo	USP	SP	292
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	272
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	227
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	216
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	126
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	119
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	117
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	110
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	87

<sup>437</sup> Preferencialmente, 30% (trinta por cento) do valor global seriam destinados a projetos de pesquisa, sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, caso houvesse demanda qualificada.

Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	84
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	83
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	77
Universidade de Brasília	UnB	DF	78
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	75
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	70
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	65
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	59
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	58
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	56
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	55
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	51
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	49
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	46
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	46
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	46
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	43
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	42
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	40
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	37
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	33
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	30
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	28
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	27
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	26
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	24
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	23
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	23
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	22
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	21
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	21
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	19
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	19
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	19
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	19
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	18
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	17
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	16
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	15
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	15
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	14
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	13
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	13
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	12
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	12



Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	IMPA	RJ	11
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC-PR	PR	11
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	10
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	10
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	10
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	9
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	9
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	9
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	9
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	9
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	9
Instituto Agrônomo de Campinas	IAC	SP	8
Instituto Butantan	IBU	SP	8
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	8
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	8
Universidade Católica de Brasília	UCB	DF	8
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	8
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	8
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	MG	8
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	7
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	7
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	7
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	7
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	7
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	7
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	7
Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	7
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	7
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	7
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	7
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	7
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	6
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	6
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP	SP	6
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	6
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	6
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	6
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	6
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	6
Centro de Pesquisas René Rachou	Fundação Oswaldo Cruz/CPQRR	MG	5
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	5
Instituto do Coração	InCor/HCFMUSP	SP	5
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	5
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	5

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	5
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	5
Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	4
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA	SP	4
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	EPAGRI	SC	4
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	MG	4
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	FEPAGRO	RS	4
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	4
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	4
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	4
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	4
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	4
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	RS	4
Universidade São Francisco	USF	SP	4
Centro Nacional de Monitoramento e alerta de desastres naturais	CEMADEN	SP	3
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE/INT	PE	3
Departamento de Ciência e Tecnologia aeroespacial	DCTA	SP	3
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	EBMSP	BA	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RJ	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	GO	3
Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária	Embrapa	CE	3
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	3
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia	FEI	SP	3
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	Fundação Oswaldo Cruz/CPqAM	PE	3
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	3
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	3
Instituto Tecnológico Vale	ITV /BELÉM I	PA	3
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	3
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	3
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	3
Universidade Paulista	UNIP	SP	3
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	3
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	3
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	3
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	2
Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	2
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SP	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	BA	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RS	2
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	2
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	2
Fundação Pio XII	FPXII	SP	2
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	2

Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	Fundação Oswaldo Cruz/CPqGM	BA	2
Fundação Joaquim Nabuco	FUNDAJ	PE	2
Instituto Agrônomo do Paraná	IAPAR	PR	2
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	IBCCF	RJ	2
Instituto de Botânica	IBT	SP	2
Instituto de Estudos Avançados	IEAv	SP	2
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	2
Instituto Federal de de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	2
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	2
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	2
Instituto de Zootecnia	IZ	SP	2
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	2
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	2
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	2
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	2
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	2
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	2
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	2
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	2
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	2
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	RS	2
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	CE	2
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	2
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	2
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	2
BRF - Brasil Foods	BRF	SC	1
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	1
Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas	CEBRID	SP	1
Fundação Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro	CECIEJ	RJ	1
Centro Internacional de Física da Matéria	CIFMC	DF	1
Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste	CRCN/CNEN	PE	1
Departamento de Descentralização do Desenvolvimento	DDD	SP	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	PR	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MG	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	AM	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	AC	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MS	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SE	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RS	1
Escola Nacional de Saúde Pública	ENSP	RJ	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	1
Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera	FDB	AM	1

Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão	FECILCAM	PR	1
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	1
Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde	FEPPS	RS	1
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	FHEMIG	MG	1
Fundação Oswaldo Cruz Noroeste	FIOCRUZ	RO	1
Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em contabilidade, economia e finanças	FUCAPE	ES	1
Centro de Pesquisas Leonidas e Maria Deane	Fundação Oswaldo Cruz/CPQLMD	AM	1
Fundação Municipal de Artes de Montenegro	FUNDARTE	RS	1
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	1
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	FZB	RS	1
Hospital Giselda Trigueiro	HGT	RN	1
Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto	HM	CE	1
Hospital São Rafael	HSR	BA	1
Instituto Adolfo Lutz	IAL	SP	1
Instituto Biológico	IB	SP	1
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	1
Instituto Carlos Chagas	ICC	PR	1
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio	DF	1
Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino	IDOR	RJ	1
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	1
Instituto Florestal do Estado de São Paulo	IF	SP	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	IFMT	MT	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SP	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Rio-Grandense	IFSUL	RS	1
Instituto Floresta Tropical	IFT	PA	1
Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia	IMES	BA	1
Instituto da Mulher e da Infância Elpídio de Almeida	IMIEA	PB	1
Instituto Materno Infantil de Pernambuco	IMIP	PE	1
Instituto Nacional de Cardiologia	INC	RJ	1
Institutos Lactec	InstitutosLACTEC	PR	1
Instituto de Pesca	IP	SP	1
Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada	IPEA	RJ	1
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	ISCOMPA	RS	1
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	SP	1
Instituto de Tecnologia de Pernambuco	ITEP	PE	1

Instituto Tecnológico Vale	ITV	RJ	1
Laboratório Nacional de Biociências	LNBio	SP	1
Laboratório Nacional Luz Síncrotron	LNLS	SP	1
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	PBH	MG	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	1
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	SECITEC/MT	MT	1
Hospital Sírio-Libanês	SIRIO-LIBANÊS	SP	1
Sociedade Educacional de Santa Catarina	SOCIESC	SC	1
Associação Paulista para o Desenvolvimento da medicina	SPDM/HSP	SP	1
Universidade Católica de Petrópolis	UCP	RJ	1
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	1
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	1
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	1
Universidade Gama Filho	UGF	RJ	1
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SP	1
Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP	SP	1
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	1
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	1
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO	RJ	1
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	1
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	1
Universidade Nilton Lins	UNINILTON	AM	1
Centro Universitário de João Pessoa	UNIPÊ	PB	1
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	SP	1
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	1
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	1
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	SP	1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	1
Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE	SP	1
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	1
Universidade Vila Velha	UVV	ES	1
<b>Total</b>			<b>3836</b>

<b>CHAMADA TRIPARTITE CNPq/IRD/APGMV nº 15/2012</b>	
Finalidade	Apoiar visitas exploratórias, projetos conjuntos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação e organização de eventos, por meio do financiamento a atividades de cooperação internacional, no âmbito do Acordo Tripartite entre o CNPq, o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento - IRD-AIRD, da França e a Agência Pan Africana da Grande Muralha Verde -APGMV, da África. O apoio se dará a projetos relacionados com a temática da desertificação, nas zonas áridas e semi-áridas da África, com prioridade para a região sahel-saariana, tendo como enfoque as seguintes áreas: agricultura e alimentação, gestão de recursos naturais (água, solo, biodiversidade), adaptação às mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e humano, governança, tecnologia e inovação.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente e residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e experiência em projetos de cooperação internacional; c) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta, d) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto; e) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto, f) apresentar uma única proposta e para apenas uma das modalidades/chamadas.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), a ser distribuído de acordo com as Chamadas I, II,III, indicadas no item. O valor máximo a ser desembolsado pelo CNPq, por proposta, será de:

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) para projetos de Visitas Exploratórias (Chamada I)</li> <li>• R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) para Projetos Conjuntos de C&amp;T&amp;I (Chamada II)</li> <li>• R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) para projetos de Eventos de C&amp;T&amp;I de C,T&amp;I (Chamada III).</li> </ul> <p>Obs. A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não governamentais.</p>
Prazo de execução dos projetos	12 (doze) meses para projetos de Visitas Exploratórias; 24 (vinte e quatro) meses para Projetos Conjuntos de C&T&I; 12 (doze) meses para projetos de realização de Eventos de C&T&I no Brasil.
Nº total de propostas	Foram enviadas 03 propostas para visitas exploratórias; 02 para eventos e 10 projetos de C&T&I
Nº de propostas aceitas	Foram aprovados 01 projeto para a chamada de visitas exploratórias, 02 para eventos de C&T&I e 06 propostas de projetos de C&T&I.

A chamada nº 15/2012 previa apoio para projetos de visitas exploratórias, projetos de pesquisa e eventos. Para o nosso estudo, são elegíveis apenas as informações referentes à aprovação de apoio para projetos de pesquisa. Em relação aos projetos de pesquisa aprovados podemos afirmar que 02 foram das ciências agrárias, 02 das ciências exatas e da terra; 01 das ciências biológicas e 01 das engenharias. Quanto à instituição e a região 02 eram provenientes do sudeste (01 da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ- e 01 da Universidade de São Paulo-USP); 02 do centro-oeste (os dois da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA/DF); 02 do nordeste (Universidade Federal do Maranhão-UFMA e Fundação Cearense de meteorologia e recursos – FUNCEME/CE).

<b>Chamada MCTI/CNPq N º 16/2012 - Tecnologias inovadoras na produção, prototipagem e/ou aumento de escala em nanotecnologia.</b>	
Finalidade	Dar continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em Nanociência e Nanotecnologia, apoiando projetos de P&D&I, desenvolvidos por jovens pesquisadores e pesquisadores seniores, que proponham tecnologias inovadoras para a produção, prototipagem e/ou aumento de escala nas seguintes temáticas: Nanomateriais; Nanocompósitos; e Nanodispositivos. A Chamada Pública deverá apoiar o desenvolvimento de projetos de P&D&I, divididos em duas categorias. A primeira coordenada por pesquisadores que possuem grau de doutor há menos de dez anos (obtido a partir de 2003) denominado jovens pesquisadores. E a segunda, por pesquisadores que possuem grau de doutor há dez anos ou mais (obtido até 2002) denominado pesquisadores seniores.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes. O currículo deve ser atualizado até o prazo limite de envio das propostas, ocasião na qual uma cópia será anexada pelo CNPq ao processo eletrônico; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta.
Recursos financeiros	As propostas a serem financiadas contarão com recursos no valor global estimado de R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais), a serem liberados em 2012, respeitada a disponibilidade orçamentária do MCTI.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 338 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 24 propostas.

Dos 338 projetos enviados ao CNPq em decorrência da Chamada MCTI/CNPq N º 16/2012, 212 foram enviados por jovens pesquisadores. Destes, 13 foram aprovados com as seguintes características: 07 das ciências exatas e da terra; 04 das engenharias; 01 das ciências biológicas e 01 das ciências da saúde. Os projetos foram enviados tendo como instituição de origem as que se seguem: 02 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); 02 da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); 01 da Universidade de Caxias do Sul (UCS); 01 da Universidade Federal Fluminense (UFF); 01 do Instituto Federal do Ceará (IFCE); 01 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); 01 da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS); 01 da Universidade de Brasília (UNB); 01 da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); 01 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 01 da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Observa-se que a região sudeste foi contemplada com a aprovação de 06 propostas; a região sul com 03; o nordeste com 02 e o centro-oeste com 02.

As outras 126 propostas foram feitas por pesquisadores seniores das quais 11 foram aprovadas, correspondendo as seguintes grandes áreas do conhecimento: ciências exatas e da terra (04);

engenharias (03); ciências da saúde (02); ciências agrárias (01); ciências biológicas (01). Os projetos aprovados foram submetidos por pesquisadores das seguintes instituições: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (02 projetos) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (02 projetos). As demais instituições listadas a seguir obtiveram a aprovação de um projeto cada uma: Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Católica de Brasília (UCB/DF); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desse modo, a distribuição geográfica foi: 05 projetos da região sudeste; 03 do sul; 02 do nordeste e 01 do centro-oeste.

<b>Chamada Pública MCTI/SETEC/CNPq Nº 17/2012 RHAPE Pesquisador na Empresa<sup>438</sup></b>	
Finalidade	Apoiar as atividades de pesquisa tecnológica e de inovação, por meio da inserção de mestres ou doutores, em empresas privadas, de micro, pequeno, médio e grande porte, atendendo aos objetivos do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional e as prioridades da Política de Desenvolvimento Produtivo. Serão aceitas propostas de projetos de desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos que visem ao aumento da competitividade das empresas por meio de: inovação; adensamento tecnológico e dinamização das cadeias produtivas; incremento, compatível com o setor de atuação, dos gastos empresariais com atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; atendimento à relevância regional; e cooperação com instituições científicas e tecnológicas.
Proponentes	O proponente (coordenador do projeto), responsável pela apresentação da proposta, deve atender obrigatoriamente aos itens: a) ter seu currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes do CNPq até a data limite para apresentação das propostas; b) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais. Esta chamada exige um valor mínimo de contrapartida que é de 20% do valor solicitado na proposta, em recursos financeiros ou não financeiros, efetivamente necessários para a execução do projeto e que possam ser economicamente mensuráveis e demonstráveis.
Prazo de execução dos projetos	De 24 a 36 meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram 1.558 propostas submetidas
Nº de propostas aceitas	Houve 265 aprovações

Em relação às grandes áreas do conhecimento as engenharias obtiveram 86 propostas aprovadas; as ciências exatas e da terra 76; as ciências agrárias 49; as ciências biológicas 28; as ciências da saúde 18; as ciências humanas 03; as ciências sociais e aplicadas 02; a área 'outra' 02 e a linguística, letras e artes 01. As propostas aprovadas tinham sua origem majoritariamente na região sudeste (128 propostas, sendo 79 de São Paulo, o estado que mais obteve projetos aprovados); 59 propostas aceitas eram do nordeste; 58 do sul; 16 do centro-oeste e 04 do norte. Segue abaixo a listagem contendo as empresas beneficiadas, os estados e o número de projetos aprovados:

<b>Empresa</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Technomar Engenharia	SP	3
Apis Flora Industrial Comercial	SP	2
BioCelere Agroindustrial	SP	2
BioClone Produção e Comercialização	CE	2
BioLogicus	PE	2
Chip Inside Engenharia e Tecnologia	RS	2
Idea Sistemas Eletrônicos	SP	2
I-Dutto - Soluções em Localização	RJ	2
Integra Bioprocessos e Análises	DF	2
Kryptus Tecnologias	SP	2

<sup>438</sup> Preferencialmente, 30% (trinta por cento) do valor global seriam destinados a projetos de pesquisa, sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, caso houvesse demanda qualificada.

MEMS Microsistemas Integrados Híbridos	SP	2
Meututor Soluções Educacionais	AL	2
Mogai Tecnologia de Informação	ES	2
QualiHouse - Automação Predial	PE	2
SALT - Sea & Limno Technology Consultoria	SP	2
Smartbio Desenvolvimento	SP	2
Tecnano Pesquisas e Serviços	RS	2
2R1S Tecnologia	GO	1
Abútua Tecnologia	SP	1
Accert Pesquisa e Desenvolvimento	SP	1
AGM Telecom - Filial	GO	1
Agrosolutions Tecnologias Agrícolas	CE	1
AI Engineers	RS	1
Alsan Tecnologia Ambiental	AL	1
ALTA Geotecnia Ambiental	RJ	1
Amazon Dreams Indústria e Comércio	PA	1
Animati Computação Aplicada	RS	1
ANS Pharma Consultoria	SP	1
ARBRA Engenharia Industrial	RS	1
Arcelor Mittal Brasil – ARCELORMITTAL	ES	1
Assessa Indústria Comércio e Exportação	RJ	1
Atrium Assessoria Florestal	SP	1
ATTO Engenharia de Sistemas	SC	1
B&R Engenharia de Automação	ES	1
Barbosa Reparos Navais	AM	1
BENTONISA - Bentonita do Nordeste	PB	1
Beraca Sabará Químicos e Ingredientes	PA	1
Biocontrol Sistema de Controle Biológico Ltda	SP	1
Biogás Motores Estacionários LTDA	PR	1
Biotrakto Tratamento Biológico de Resíduos	RS	1
Bioventures Tecnologia e Participações	SP	1
bLive TI	RJ	1
Brasil Química e Mineração Industrial	RN	1
Breyer & Cia	PR	1
BRF - Brasil Foods	SC	1
Buscapé Company	SP	1
Calcário Rio Verde	GO	1
Caramuru Alimentos	GO	1
Cavalo Marinho	SC	1
Celer Biotecnologia	MG	1
Centro de Estudos e Desenvolvimento Agro	BA	1
CETREL S/A Empresa de Proteção Ambiental	BA	1
CHEM4U Indústria e Comércio	SP	1
Chimtec Biodiesel	SP	1
Ciallyx Laboratórios & Consultoria	SP	1



Claeff Engenharia e Produtos Químicos	PE	1
Clavis Segurança da Informação	RJ	1
Clonar Resistência a Doenças Florestais	MG	1
CMDS Consultoria e Mineração de Dados	RS	1
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	SP	1
Concep3D Pesquisas Científicas	PR	1
Control Agro BioPesquisa e Defesa	RS	1
Crearre Sistemas	RS	1
Cross Reality Sistemas	SP	1
Cuia Internet Brasil	GO	1
Daccord Music Software	PE	1
DAT Tecnologia	CE	1
Datasonic Indústria e Distribuição	PB	1
Decisão Sistemas	GO	1
Delta CO2 Assessoria e Consultoria	SP	1
Diagene Diagnósticos Moleculares	DF	1
DIAGNO - Materiais e Meio Ambiente	PR	1
Dialoga Consultoria e Treinamento	PE	1
Dicionário Criativo	SP	1
DMC Equipamentos	SP	1
DNAPTA Biotecnologia	SP	1
Domani Produtos Naturais	PR	1
DPR Engenharia - Assessoria e Consultoria	SP	1
Du Pont do Brasil	SP	1
E.M Representações Comerciais	MS	1
Ecosoluções Assessoria e Consultoria	MG	1
Ecosistema Consultoria Ambiental	PR	1
Edetec Indústria Alimentícia	MG	1
EFISIS de Desenvolvimento	AM	1
Electric Dreams Engenharia	SP	1
Empreendimentos Agrícolas Ltda	CE	1
Engecrop Engenharia e Consultoria	CE	1
Engemasa Engenharia e Materiais	SP	1
Equipamentos Médicos	MG	1
EquipeB	MG	1
Espectro	SP	1
Essentii Pesquisa, Desenvolvimento e inovação	SP	1
Eteg Tecnologia da Informação	MG	1
Eylo Tecnologia	RJ	1
F6 Sistemas de Informática	MG	1
Falbm Agroindustrial	PR	1
Farmacore Biotecnologia	SP	1
Fertibom Indústrias	SP	1
FGQ Engenharia	SP	1
Flashx Construtora e Incorporadora	DF	1

Fleury Medicina e Saúde	SP	1
Fractal Engenharia - Meio Ambiente	SC	1
Gamedu Tecnologia	RN	1
Geneal Genética Animal	MG	1
Geonatal Pesquisas Projetos e Serviços	RN	1
Granol Indústria, Comércio e Exportação	SP	1
Greenbean Biotecnologia	CE	1
Guell Tecnologia e Engenharia	BA	1
H3M Soluções Ambientais e GIS	MG	1
HI Technologies	PR	1
HI-TEC Indústria e Comércio de Produtos	SP	1
Hortaviva Comércio de Sementes e Insumos	PR	1
HortiAgro Sementes	MG	1
HRM Informática	AL	1
Hygeia	RJ	1
Hytron Indústria, Comércio e Assessoria	SP	1
ICOMUNI Consultoria	PE	1
I-Healthsys Produtos Médicos	SP	1
Imcopa - Importação, Exportação e Indústria	PR	1
Impacto	CE	1
In Vitro Brasil – Filial Uberaba	MG	1
Indústria e Comércio de Produtos - BIOVETECH	PE	1
Indústria-I	MG	1
Inovabiotec Consultoria Tecnológica	RS	1
Inpreha Biotecnologia e Desenvolvimento	SP	1
Intecmat - Indústria e Tecnologia em Materiais	SP	1
Inventiva Indústria e Inovação	RS	1
Isófitos Pesquisa e Desenvolvimento	MG	1
IVIA Serviços de Informática	CE	1
Ja! Indústria e Comércio de Produtos e Serviços	SP	1
JCO Indústria e Comércio	BA	1
Jem Análise Agrícola	GO	1
JPR Tecnologia e Serviços	ES	1
Karan Technologies	DF	1
Kidopi - Soluções em Informática Médica	SP	1
KOMPASS Real Estate	SP	1
Laboratório Biosíntesis P&D do Brasil Ltda	SP	1
Laticínio Faco	PE	1
Launer Química	RS	1
LHB Soluções em Informações e Métodos	RS	1
Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos	RS	1
Lógica Treinamentos	RN	1
Londribio Produtos Biológicos	PR	1
Lychnoflora Pesquisa e Desenvolvimento	SP	1
MAGMATTEC - Tecnologia de Materiais	RS	1

Manchester Química do Brasil	SC	1
Manifesto Game Studio	PE	1
Mekatronik Indústria e Comércio de Automação	PE	1
Mentes Brilhantes Brinquedos Inteligentes	SC	1
Meritor do Brasil Sistemas Automotivos	SP	1
Minasfungi do Brasil	MG	1
Mindtech Pesquisa e Desenvolvimento	CE	1
Mitah Technologies	MG	1
MK Serviço Odontológico	BA	1
Mobi All	SP	1
MobiClub	PE	1
MTW Biosciences Prestação de Serviços e assessoria em química	SP	1
Nanobusiness - Informação e Inovação	RJ	1
Narcissus Pesquisa Clínica e Biotecnologia	SP	1
NATURA	SP	1
NCB – Sistemas Embarcados	SP	1
Neger Telecom	SP	1
Neocontrol Soluções em Automação	MG	1
Neoprospecta Pesquisa e Consultoria	SC	1
Neurogene Laboratório e Clínica Médica	SC	1
Núcleo de Desenvolvimento	CE	1
OPTOVAC Mecânica e Optoeletrônica	SP	1
OxenTI Soluções em Tecnologia	BA	1
Pactus Soluções em Desenvolvimento de	PB	1
PAM Membranas Seletivas	RJ	1
Partecurae Pesquisa e Desenvolvimento	SP	1
PEGMATECH	PB	1
Pion Tecnologia	PB	1
Pirometalurgia Science, Technology & Engineering	RS	1
Piscicultura Aquabel	PR	1
Pixelpad Software e Mídia	CE	1
Plusbio Produtos Agrícolas	CE	1
Policarbonatos do Brasil	BA	1
Policlay Nanotech Indústria e Comércio	CE	1
POLISA	PE	1
Polymar Indústria e Comércio	CE	1
Primato Cooperativa Agroindustrial	PR	1
Projetos e Inovação Tecnológica CERLEV	MG	1
PROTOMAK - Soluções em Prototipagem e tecnologia	DF	1
PS Soluções Indústria, Comércio	MG	1
Quatro G Pesquisa e Desenvolvimento	RS	1
Rad Tech Sistemas Médicos	SP	1
Rastru - Investigação e Perícia Digital	AL	1
Reason Tecnologia	SC	1
REDESOFTE Sistemas	PB	1

Reivax Automação e Controle	SC	1
Resume Reciclagem e Comércio	SC	1
Revolugenix Biotecnologia, Pesquisa	SP	1
Rhodia Poliamida e Especialidades	SP	1
Rizoflora Biotecnologia	MG	1
Roboeduc	RN	1
Robusta Engenharia	PR	1
Rockhead Games	RS	1
SADIA	SC	1
Safe Trace Café	MG	1
Scheme Lab	SP	1
Senfio Soluções Tecnológicas Eireli	RJ	1
Sepia Tecnologia e Engenharia de Pesca	CE	1
SESTON Biotecnologia	SC	1
Seva Engenharia Eletrônica	MG	1
Sigmed Equipamentos Eletrônicos	SP	1
Siliconreef	PE	1
Simbios Biotecnologia	RS	1
SimWorX Pesquisa e Desenvolvimento de programas de computador	SP	1
Sinergia Games	BA	1
SL Cereais e Alimentos Ltda	PR	1
Smarti9	MG	1
SO Biotech	DF	1
Sofist	SP	1
Solbravo	PR	1
Sollve Otimização Tecnologia	PR	1
Soluções de Software Inteligentes	MG	1
SOMA Tecnologia e Sistemas para operadores	RJ	1
Somai Equipamentos de Informática	SP	1
Strike XII Development SXII	PR	1
Suzano Papel e Celulose- Matriz	BA	1
Take.Net	MG	1
Tbio Soluções Biotecnológicas	MG	1
TCBH Engenharia Indústria de Eletrônicos	MG	1
Tecnoquisa Indústria e Comércio	PR	1
Thinktank	RJ	1
Thyssenkrupp Industrial Solutio	SP	1
TR Soluções	MG	1
Unidade de Negócio - Klabin Papéis	PR	1
Usina de Beneficiamento de Caju	RN	1
VERACRUZ Soluções Geofísicas e geológicas	SP	1
Verdartis Desenvolvimento	SP	1
Verdaz Gestão Sustentável	SP	1
Vinhos Panceri	SC	1
Vinícola Geisse	RS	1

Viriontech do Brasil Indústria de Insumos	MG	1
Visionaltech Laboratório e Serviços	SP	1
Visual Virtual	MG	1
Vsoft Tecnologia	PB	1
Watanabe Tecnologia Aplicada	SP	1
Wavetek Technologies	SP	1
Wikinova	CE	1
XMobots Sistemas Robóticos	SP	1
Yller Biomateriais	RS	1
Zero Glosa Tecnologia	GO	1
Zero Resíduos	PR	1
Zunnit Technologies	MG	1
<b>Total</b>		<b>265</b>

<b>Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 18/2012</b>	
Finalidade	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto, em departamentos das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas ou em programas de pós-graduação dessas áreas. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo R\$ 50% da CAPES e 50% do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 1.594 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 452

Por meio da chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES nº 18/2012 o CNPq recebeu 1.594 propostas de pesquisa das quais foram aceitas para fins de financiamento 452 projetos. A grande área que mais obteve projetos aprovados foi as ciências humanas (com 221 aceites), seguida das ciências sociais aplicadas (194), linguística, letras e artes (31), ciências exatas e da terra (06). Os projetos aceitos foram enviados por pesquisadores (as) cuja instituição de origem localizava-se majoritariamente na região sudeste (200 projetos aprovados nesta região), seguido do sul (135 projetos), nordeste (66 projetos), centro-oeste (35 projetos) e norte (16 projetos). Encontra-se abaixo a lista das instituições de origem do (a) pesquisador(a).

IES	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	27
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	23
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	21
Universidade de São Paulo	USP	SP	17
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	16
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	15
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	15
Universidade de Brasília	UnB	DF	15
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	13
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	12
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	11

Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	08
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	08
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	08
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	08
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	08
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	07
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	07
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	07
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	07
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	07
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	07
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande	PUCRS	RS	07
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	06
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	06
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	05
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	05
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	05
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	05
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	04
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	04
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	04
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	04
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	04
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	04
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	04
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	03
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	03
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	03
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	03
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	03
Pontifícia Universidade Católica de Minas	PUC Minas	MG	03
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	03
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	03
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	03
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	03
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	03
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	03
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	03
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	02
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	02
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	02
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	02
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	02
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	02
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	02
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	02
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	02
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	02
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	02
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	02
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	02
Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças	FUCAPE	ES	03
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	02
Centro Federal de Educação Tecnológica	CEFET/MG	MG	01
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	01

Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	01
Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental	AUPPF	SP	01
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	CEDEC	SP	01
Faculdade de Tecnologia de Garça	FATEC/GARÇA	SP	01
FGV São Paulo	FGV-SP	SP	01
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia	FEI	SP	01
Núcleo de Estudos de População	NEPO	SP	01
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	01
Universidade São Francisco	USF	SP	01
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	01
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SP	01
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	ENCE/IBGE	RJ	01
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	01
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO	RJ	01
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	01
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	01
Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande	AHRS	RS	01
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	01
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	01
Centro Universitário Metodista	IPA-RS	RS	01
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	01
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	01
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	01
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	RS	01
FURB Idiomas	FURB Idiomas	SC	01
Universidade do Extremo Sul	UNESC	SC	01
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	01
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas	IBEPES	PR	01
Instituto de Desenvolvimento Tuiuti	IDT	PR	01
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	01
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	01
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	01
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	01
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	01
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	01
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	01
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	01
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	01
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	01
Universidade da Amazônia	UNAMA	PA	01
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	01
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	01
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	01
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	01
Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	DF	01
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência	IBICT	DF	01
Universidad Complutense de Madrid	UCM	Espanha	01
<b>Total</b>			<b>452</b>

**Chamada de Projetos MCTI/CNPq-ISTP Canadá nº 19/2012**

Finalidade	Apoiar projetos que envolvam pesquisadores brasileiros e canadenses para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) no âmbito da cooperação CNPq com o International Science and Technology Partnerships Canada (ISTP Canadá), nas seguintes áreas: Tecnologia da informação e comunicação; Ciência e tecnologia para os oceanos; Ciências da vida; Tecnologias limpas e energias renováveis.
------------	---

Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sendo R\$ 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais) oriundos do orçamento da Assessoria de Assuntos Internacionais (ASSIN/MCTI), 400.000,00 (quatrocentos mil reais) oriundos do orçamento da Secretária de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCTI), R\$ 300.000 (trezentos mil reais) oriundos do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCTI) e R\$ 1.700.000 (um milhão e setecentos mil reais) oriundos do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI).  Obs. A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não governamentais.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviados 36 projetos
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 17 propostas.

Das propostas selecionadas 07 projetos eram na área das ciências exatas e da terra; 04 nas engenharias; 02 nas ciências biológicas; 02 nas ciências humanas; 01 nas ciências da saúde e 01 nas ciências agrárias. As instituições cujos projetos foram aprovados estão listadas adiante: Universidade de Brasília-UnB (04 aprovações); Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (02 aprovações); Universidade Federal do Rio Grande-FURG (02 aprovações); Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (02 aprovações); Faculdade SATC/SC (01 aprovação); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS (01 aprovação); Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC (01 aprovação); Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL/MG (01 aprovação); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS (01 aprovação); Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (01 aprovação); Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (01 aprovação). Sendo assim, 08 eram do sul; 05 do centro-oeste; 03 do sudeste e 01 do nordeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq - Nº 20/2012 - Seleção pública de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana.</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de bioprodutos e/ou bioprocessos de primeira ou segunda geração aplicados à saúde humana: a) Apoiar o desenvolvimento de bioprodutos e/ou bioprocessos aplicados à saúde humana com impacto na indústria e nos serviços de saúde, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do País; b) Apoiar a formação de recursos humanos; c) Promover a transferência de tecnologia e de licenciamento conforme legislação nacional na área de biotecnologia voltada ao desenvolvimento de produtos aplicados à saúde humana.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto. d) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para itens de Capital e Custeio, oriundos do orçamento do MCTI.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 109 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 03 propostas

Dos 03 projetos aprovados 01 era das ciências agrárias (Universidade de São Paulo-USP); 01 das ciências exatas e da terra (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS) e 01 das ciências biológicas (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ). Dessa forma, 02 projetos eram da região sudeste e 01 do sul.



<b>Chamada MCTI/CNPq/CBAB N ° 21/2012<sup>439</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa na área de Biotecnologia, a serem executados no âmbito da cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Argentina.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta. b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ser brasileiro residente no Brasil ou estrangeiro em situação regular, residente no Brasil; d) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), oriundos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a serem liberados em 2012, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 35 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 05 propostas.

A Chamada MCTI/CNPq/CBAB nº 21/2012 aprovou 04 propostas das ciências biológicas e 01 das ciências da saúde. Quatro (04) projetos eram provenientes da região sudeste (Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG; Instituto do Coração-InCor/HCFMUSP; Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ; Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ) e 01 do sul (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC).

<b>Chamada em Vigilância Sanitária - N ° 23/2012 - ANVISA</b>	
Finalidade	Apoiar projetos que visem o desenvolvimento de pesquisas em Vigilância Sanitária que venham a suprir lacunas do conhecimento sobre temáticas específicas: "Políticas, organização e gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária" e "Objetos de intervenção".
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de mestre ou doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto; d) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.470.000,00 (um milhão e quatrocentos e setenta mil reais), sendo R\$ 970.000,00 em custeio e R\$ 500.000,00 em capital, oriundos da parceria ANVISA/CNPq, a serem liberados em 2 (duas) parcelas <sup>440</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas 92 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 17 propostas

Em relação às grandes áreas do conhecimento as ciências agrárias realizaram 43 pedidos (com 06 aprovações); as ciências da saúde 16 pedidos (04 aprovações); as ciências biológicas 13 solicitações (03 aprovações); as ciências exatas e da terra 13 pedidos (03 aprovações); a área chamada de 'outra' 04 pedidos e 01 aprovação; as engenharias 03 pedidos e nenhuma aprovação. As instituições de origem dos projetos aprovados foram: Universidade de Brasília-UnB (04 aprovações); Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ/RJ (03 aprovações); Universidade Federal de Santa Maria-UFSM (03 aprovações); Universidade Estadual de Londrina-UEL (02 aprovações); Universidade Federal de Pelotas-UFPEL (01 aprovação); Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (01 aprovação); Universidade Federal do Ceará-UFC (01 aprovação); Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (01 aprovação); Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM (01 aprovação). A região que demonstrou maior interesse por esta chamada foi a sudeste, com 40 submetidas e 05 aprovadas. Esta foi seguida pela região sul (24 submetidas e 07 aprovadas) e centro-oeste, com 12 submetidas e 04 aprovadas. As regiões nordeste (11 pedidos) e norte (05 pedidos) foram as que menos solicitaram, e obtiveram respectivamente 01 e nenhuma aprovação.

<sup>439</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

<sup>440</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<b>Chamada MCTI/CNPq - Nº 25/2012 – Apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA)</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA). Os laboratórios que forem contemplados pela presente chamada deverão se integrar à RENAMA na categoria de Laboratório Associado, por meio de um Acordo de Cooperação Técnico-Científica com os Laboratórios Centrais. Para fins de submissão de propostas e contratação, serão consideradas nesta Chamada duas Linhas, distintas entre si, relacionadas a seguir: Linha 1 - Financiamento de projetos de pesquisa para a implementação, em laboratórios brasileiros, de métodos alternativos ao uso de animais já validados e reconhecidos internacionalmente; Linha 2 - Financiamento de projeto(s) de pesquisa para desenvolvimento e validação de modelo de pele humana reconstituída na forma de Kits para testes de segurança e eficácia.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto. d) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), sendo R\$ 149.540,00 (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta reais) para itens de Capital e R\$ 950.460,00 (novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta reais) para itens de Custeio.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas 48 propostas.
Nº de propostas aceitas	10 propostas.

Das 10 propostas aprovadas, 05 pertenciam às ciências biológicas e 05 às ciências da saúde. Os projetos foram aprovados para serem executados nas seguintes instituições: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM/SP); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Instituto Butantan (IBU/SP); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Goiás(UFG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS). Foram 05 aprovações na região sudeste; 03 no sul; 01 no nordeste e 01 no centro oeste.

<b>Chamada CNPq/MDA-INCRA Nº 26/2012</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão rural com foco em inovação tecnológica que desenvolvam ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, objetivando qualificar a formação de professores, alunos e técnicos extensionistas, a geração de conhecimentos, capacitação técnico-profissional e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos assentados, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação do Campo e do PRONERA (Decreto nº 7.352/2010), do Programa Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - TERRASOL, e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010).
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor ou mestre e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	Projetos financiados com recursos no valor global estimado de R\$ 40.521.600,00 (quarenta milhões, quinhentos e vinte e um mil e seiscentos reais), e consequente disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses.
Nº total de propostas	Foram submetidos a este edital 113 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 35 propostas

Das 35 propostas escolhidas 17 eram da grande área das ciências agrárias; 13 das ciências humanas; 04 das ciências sociais aplicadas e 01 da linguística, letras e artes. Somente uma instituição obteve a aprovação de 03 projetos (Universidade Federal do Ceará-UFC). As instituições

que obtiveram a aprovação de 02 projetos cada foram: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Pará (UFPA). As demais propostas (com a seleção de um projeto cada) foram aprovadas nas seguintes instituições: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); Instituto Federal do Maranhão (IFMA); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS); Universidade de Brasília (UNB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual de Roraima (UERR); Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA); Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/SC); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Quanto a região geográfica do país 13 projetos aprovados eram do nordeste; 05 do sul; 08 do sudeste; 06 do centro-oeste e 03 do norte.

<b>Chamada CNPq/MDS-SESAN Nº 27/2012</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Os projetos deverão promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional, para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal, contemplando os sistemas públicos agroalimentares locais e de alimentação e nutrição de coletividades humanas. Os projetos deverão considerar a indissociabilidade entre a produção, abastecimento e consumo biológico e simbólico-cultural de alimentos para a promoção de alimentação adequada e saudável.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de Mestre ou Doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas - científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriundos do orçamento da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a serem liberados em 02 (duas) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da SESAN-MDS.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses.
Nº total de propostas	Foram enviadas 144 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram selecionados 32 projetos.

Quanto a chamada nº 27/2012 as áreas contempladas foram: ciências da saúde (21 projetos); ciências humanas (04 projetos); ciências agrárias (07 projetos). As instituições contempladas e o número de projetos aprovados foram respectivamente: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (03); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (02); Universidade de São Paulo (USP) (02); Universidade Federal da Bahia (UFBA) (02); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (02); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (02); Universidade Federal do Paraná (UFPR) (02); Universidade de Brasília (UNB) (02); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (01); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (01); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (01); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) (01); Universidade Federal de Viçosa (UFV) (01); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (01); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (01); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) (01); Universidade Federal de Sergipe (UFS) (01); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (01); Universidade Estadual do Ceará (UECE) (01); Universidade Federal do Ceará (UFC) (01); Universidade Federal de Goiás (UFG) (01); Universidade Federal do Pará (UFPA) (01); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (01). Dos 32 projetos aprovados, 18 eram do sudeste; 07 do nordeste; 03 do sul; 03 do centro-oeste e 01 do norte.

<b>(MIT)</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) no âmbito do Programa de Cooperação CNPq/Massachusetts Institute of Technology (MIT), em um ou mais dos temas: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; e d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do orçamento do CNPq, sendo os recursos de bolsas oriundos do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI).  Obs. A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não governamentais.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 19 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovados 13 projetos.

Quanto às áreas do conhecimento houve 06 aprovações das ciências exatas e da terra; 04 das engenharias; 01 das ciências da saúde; 01 das ciências biológicas e 01 das ciências agrárias. A distribuição das instituições e do número de projetos aprovados é: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (02 projetos); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (02 projetos); Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/SP) (01 projeto); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (01 projeto); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (01 projeto); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (01 projeto); Universidade de São Paulo (USP) (01 projeto); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTM/SP) (01 projeto); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (01 projeto); Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS) (01 projeto); Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) (01 projeto). As propostas selecionadas eram das seguintes regiões do país: 08 do sudeste; 04 do sul e 01 do nordeste.

<b>Chamada Nº 30/2012 - CNPq/AKA (FINLÂNDIA)</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), na área de energia sustentável, no âmbito do Convênio CNPq/AKA – Academia da Finlândia, em um ou mais dos temas abaixo: a) Bioenergia e biomassa: condicionamento de biomassa, os processos de conversão de biomassa avançadas como hidrólise enzimática, gaseificação, pirólise, bioprodutos, tecnologias para biocombustíveis de algas, novos processos para a produção de biodiesel; b) Energia Solar: tecnologia de silício, filmes finos, novos materiais; c) Sistemas de distribuição de energia: redes inteligentes (“ <i>smart grids</i> ”), sistemas descentralizados de energia, sistemas híbridos, conexão à rede; d) Tecnologias para aproveitamento da energia dos oceanos e hidroeletricidade: tecnologias para biocombustíveis de algas, energia das ondas e marés, turbinas, novas arquiteturas de barragens; e) Energia eólica: todas as tecnologias, com exceção de tecnologias “ <i>off-shore</i> ”; f) Nanotecnologia e materiais para aplicações de energia e combustíveis; e g) Armazenamento de energia.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto; e) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que comprove manter atividades acadêmico-científicas, presente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), sendo os recursos de bolsas oriundos do Programa Ciência sem Fronteiras e os de custeio de outras ações do orçamento do CNPq.  <b>Obs.</b> A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não governamentais.
Prazo de execução dos projetos	48 (quarenta e oito) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.

Nº total de propostas	Foram 16 propostas enviadas.
Nº de propostas aceitas	Foram 08 aprovações.

A chamada nº 30/2012 recebeu 16 propostas de projetos. Das propostas recebidas as aprovações foram nas seguintes áreas: 03 nas engenharias; 02 nas ciências exatas e da terra; 02 nas ciências biológicas e 01 nas ciências agrárias. Os projetos aprovados foram submetidos por pesquisadores das seguintes instituições: 03 da Universidade de São Paulo (USP); 02 da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); 01 da Universidade Federal do Paraná (UFPR); 01 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 01 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ou seja, dos 08 projetos aprovados 07 eram do sudeste e 01 do sul.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit N º 31/2012</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, com a realização de estudos que contribuam para a redução das lacunas de conhecimento existentes sobre as fontes de financiamento em saúde no setor público e sobre o custo operacional global das Entidades Filantrópicas que prestam assistência em saúde ao Sistema Único de Saúde - SUS. São dois os temas de estudo que servirão de referência para as propostas a serem apoiadas: Avaliação das Fontes de Financiamento em Saúde do Setor Público; Avaliação do custo operacional global das Entidades Filantrópicas que prestam assistência em saúde ao SUS.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta à Chamada desde que possua o título de doutor, tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, comprove manter atividades acadêmico-científicas e apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas no valor global estimado de R\$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais), sendo R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para custeio, R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para capital e R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para bolsas, oriundos do Fundo Nacional de Saúde/Decit/SCTIE/MS, a serem liberados em 02 parcelas.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Esta ação recebeu 16 propostas
Nº de propostas aceitas	Foi aprovada 01 proposta (tema 2 - Custo Operacional Global das Entidades Filantrópicas).

O único projeto aprovado para a chamada nº 31/2012 foi das ciências exatas e da terra da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa (FCMSC/SP), região sudeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012<sup>441</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, nas áreas de relações de gênero, mulheres e feminismo, buscando contemplar centros emergentes, pesquisadoras e pesquisadores em início de carreira e a distribuição regional de recursos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais e do Tesouro Nacional <sup>442</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado, por apenas um período máximo de seis meses.
Nº total de propostas	Foram submetidas 365 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 145 propostas.

<sup>441</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

<sup>442</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Quanto às áreas do conhecimento houve 175 submissões das ciências humanas (86 aprovadas); 72 das ciências sociais aplicadas (30 aprovadas); 63 das ciências da saúde (20 aprovadas); 22 da linguística, letras e artes (05 aprovadas); 15 das ciências agrárias (01 aprovada); 05 da área 'outra' (02 aprovadas); 05 das ciências exatas e da terra (01 aprovada); 04 das ciências biológicas (nenhuma aprovada) e 04 das engenharias (nenhuma aprovada). Para a chamada nº 32/2012 foram aprovadas 50 solicitações do sudeste; 42 do sul; 30 do nordeste; 13 do norte e 10 do centro-oeste, conforme especificações do quadro abaixo:

Instituição	Sigla	Região	Nº de projetos aprovados
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	SUD	9
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	SUL	7
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	NORD	5
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	NORD	5
Universidade Federal do Pará	UFPA	NORTE	5
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	SUL	4
Universidade Federal de Viçosa	UFV	SUD	4
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	SUL	4
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SUD	4
Pontifícia Universidade Católica de Minas	PUC Minas	SUD	3
Universidade de São Paulo	USP	SUD	3
Universidade Federal da Bahia	UFBA	NORD	3
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SUL	3
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	NORTE	3
Universidade Federal do Ceará	UFC	NORD	3
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	SUD	3
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	NORD	3
Universidade de Brasília	UnB	CENTRO	3
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	SUL	3
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS/RS	SUL	2
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SUL	2
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	NORTE	2
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SUD	2
Universidade Federal de Sergipe	UFS	NORD	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	NORD	2
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	NORD	2
Universidade Estadual de Maringá	UEM	SUL	2
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	SUD	2
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	SUL	2
Centro Universitário de Araraquara	UNIARA/SP	SUD	1
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE/RS	SUL	1
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SUD	1
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	CENTRO	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SUL	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	SUD	1
Instituto Federal Educação, Ciência e tecnologia de Sergipe	IFS	NORD	1

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SUD	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	SUD	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	SUL	1
Sociedade Brasileira de Física	SBF/SP	SUD	1
Universidade Comunitária da Região do Chapecó	UNOCHAPECO/SC	SUL	1
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	NORD	1
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI/SC	SUL	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SUD	1
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	SUD	1
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	NORD	1
Universidade Federal de Lavras	UFLA	SUD	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	CENTRO	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	CENTRO	1
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	SUL	1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SUD	1
Universidade Federal do Acre	UFAC	NORTE	1
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	SUD	1
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	NORD	1
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	SUL	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	SUL	1
Universidade Federal Fluminense	UFF	SUD	1
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	NORTE	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	SUD	1
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	NORD	1
Fundação Carlos Chagas	FCC	SUD	1
Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado	FIDENE/RS	SUL	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	SUD	1
Instituto de Bioética	ANIS/DF	CENTRO	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SUD	1
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	CENTRO	1
Universidade de Caxias do Sul	UCS	SUL	1
Universidade de São Paulo	USP	SUD	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	SUD	1
Universidade Estadual de Goiás	UEG	CENTRO	1
Universidade Estadual de Londrina	UEL	SUL	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	SUL	1
Universidade Estadual de Roraima	UERR	NORTE	1
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	CENTRO	1
Universidade Feevale	FEEVALE/RS	SUL	1
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SUD	1
Universidade Regional do Cariri	URCA	SUD	1
<b>Total</b>			<b>145</b>

<b>CHAMADA MCTI/CNPq/FAPs Nº 34/2012 - Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração - PELD</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, visando à manutenção e aperfeiçoamento da rede

	de sítios de pesquisa definida no âmbito do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD, que é regulamentado pela Resolução Normativa 23/2011. A Pesquisa Ecológica de Longa Duração envolve a atuação integrada de equipes multidisciplinares em sítios de referência onde são coletados dados em longas séries históricas, abrangendo temas como a composição e a dinâmica dos ecossistemas; particularmente face às intensas perturbações a que estão sujeitos, sejam estas de origem natural e/ou antrópica. Além da pesquisa científica propriamente dita, uma proposta PELD deve prever um componente de transferência do conhecimento à sociedade, como possível subsídio à tomada de decisão na área de gestão ambiental.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser bolsista de produtividade do CNPq ou ter perfil equivalente, com experiência prévia na coordenação de projetos científicos; c) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais), oriundos do orçamento do CNPq (R\$ 6.000.000,00) e do MCTI (R\$ 900.000,00) a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq e do MCTI.
Prazo de execução dos projetos	42 (quarenta e dois) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram 107 propostas submetidas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 26 propostas.

Para a chamada nº 34/2012 a distribuição das solicitações aprovadas em função da grande área foi: 'indefinido' 10 aprovações; ciências exatas e da terra 04 aprovações; ciências humanas 04 aprovações; ciências sociais aplicadas 03 aprovações; ciências agrárias 02 aprovações; ciências biológicas 01 aprovação; ciências da saúde 01 aprovação; engenharias 01 aprovação. A única instituição que alcançou o número de 03 projetos aprovados foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Duas instituições obtiveram 02 aprovações de projeto cada uma (o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA e a Universidade Federal de Minas Gerais-UFGM). As outras instituições listadas a seguir obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Associação Instituto Internacional de Ecologia (IIEGA/SP); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM/RJ); Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IP/JBPR); Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Universidade de Brasília (UNB); Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA); Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal Fluminense (UFF). Desse modo, as regiões do país em relação às propostas aprovadas foram: 13 do sudeste; 04 do sul; 04 do centro-oeste; 03 do norte; 02 do nordeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 - PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas.</b>	
Finalidade	Promover a expansão e a consolidação das Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas, por meio de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros. Além disso, estimular a articulação das competências regionais, mediante a formação de redes de pesquisa voltadas à identificação, caracterização, valorização, modelagem e ao uso sustentável da biodiversidade, conforme os princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica e as Diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (Decreto 4.339, de 22 de agosto de 2002).
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do Projeto de Rede e/ou de Projeto de Pesquisa Associado; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto; d) ter capacidade de liderança e expressiva experiência na área de conhecimento do projeto proposto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 11.480.000,00 (onze milhões e quatrocentos e oitenta mil reais).
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas a esta chamada 122 propostas



Nº de propostas aceitas	Foram aprovados 43 projetos
-------------------------	-----------------------------

Para a chamada nº 35/2012 as ciências biológicas obtiveram 39 propostas aprovadas; as ciências agrárias 02; as ciências exatas e da terra 01; e a área 'outra' 01 aprovação. Dos 43 projetos aprovados 05 eram da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); 04 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 04 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); 03 da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); 03 da Universidade de Brasília (UnB); 02 do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM). As demais instituições listadas tiveram cada uma um projeto aprovado: Centro Nacional de Pesquisa de Recursos (Embrapa/DF); Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT); Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida (Biotrópicos/MG); Instituto de Desenvolvimento (IDSM-OS/AM); Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio (IP/JBRJ); União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA/RS); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA); Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Observa-se que 11 projetos eram da região sudeste; 10 do centro-oeste; 09 do nordeste; 08 do sul e 05 do norte do país.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit N º 36/2012 Pesquisa Translacional em Terapia Celular</b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação do País, mediante a seleção pública de propostas de projetos de pesquisa translacional em Terapia Celular, nas seguintes linhas de pesquisa: Mecanismos celulares e moleculares da manutenção do estado pluripotente e da indução da diferenciação celular em células-tronco; Reprogramação celular; Células-tronco tecido-específicas e sua interação com o nicho; Controle da proliferação e diferenciação de células-tronco <i>in vitro</i> (expansão) e <i>in situ</i> (transformação neoplásica); Uso de células-tronco bem caracterizadas em modelos pré-clínicos de doenças de relevância para o SUS, com ênfase em doenças renais e pulmonares, endócrinas e metabólicas, neurodegenerativas e do aparelho locomotor, e doenças cardiovasculares; Estudos pré-clínicos do uso de células adultas e de células-tronco isogênicas, alogênicas ou xenogênicas em terapias celulares; Ensaio clínico de fase I e II com células adultas e tronco humanas bem definidas e caracterizadas para uso terapêutico nos sistemas nervoso, cardiovascular, endócrino, digestório, locomotor, respiratório, genito-urinário e linfo-hematopoético, além do uso em doenças auto-imunes, lesões ósteo-articulares e neoplasias; e Pesquisa translacional com o uso de células-tronco em doenças arteriais periféricas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas no valor global estimado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo R\$ 5.950.000,00 em custeio, R\$ 3.000.000,00 em capital e R\$ 1.050.000,00 em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Decit/SCITIE/MS), repassados ao CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 116 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 29 propostas.

Das 116 propostas enviadas as ciências biológicas enviaram 61 projetos (16 aprovações); as ciências da saúde 46 (11 aprovações); as ciências agrárias 07 (02 aprovações); e a área 'outra' 02 (com nenhuma aprovação). Os projetos foram enviados pelas seguintes regiões: 75 do sudeste (18 aprovações); 22 do sul (10 aprovações); 10 do nordeste (01 aprovação); 06 do norte (nenhuma aprovação); 03 do centro-oeste (nenhuma aprovação). As instituições que obtiveram a aprovação de 05 projetos cada foram: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de São Paulo (USP). Com duas aprovações de propostas tivemos a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); a Universidade Federal de Viçosa (UFV);

a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Carlos Chagas (FIOCRUZ/ICC/PR). As listadas a seguir obtiveram 01 aprovação cada uma: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande (PUCRS); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP); Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto (FUNDHERP); Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul (IC/FUC); Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS).

<b>Chamada CNPq Nº 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas<sup>443</sup></b>	
Finalidade	Dar continuidade e ampliar o apoio a projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, a serem executados no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO), na Ilha da Trindade e no Arquipélago de Martim Vaz (PROTRINDADE).
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto; d) se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), totalmente oriundos do orçamento do CNPq a serem liberados em três parcelas anuais (exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014).
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram submetidas 72 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 30 propostas

Os projetos aprovados pertenciam as seguintes grandes áreas: 14 das ciências exatas e da terra; 13 das ciências biológicas e 03 das ciências agrárias. As instituições de origem e o número de projetos aprovados estão listados: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA/DF (01); Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio IP/JBRJ (01); Universidade de Brasília UnB (02); Universidade de São Paulo USP (02); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP (01); Universidade Federal da Paraíba UFPB (01); Universidade Federal de Pernambuco UFPE (02); Universidade Federal de Viçosa UFV (02); Universidade Federal do Espírito Santo UFES (02); Universidade Federal do Pará UFPA (01); Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (04); Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (01); Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS (04); Universidade Federal do Rio Grande FURG/ RS (04); Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE (02). O quantitativo de projetos aprovados por região foi o seguinte: sudeste 12 aprovações; sul 08 aprovações; nordeste 06 aprovações; centro-oeste 03 aprovações e norte 01 aprovação.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit Nº 40/2012 - Pesquisa em Doenças Negligenciadas</b>	
Finalidade	Apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e a inovação em doenças negligenciadas, mediante a seleção pública de propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta à Chamada desde que possua o título de doutor, tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, comprove manter atividades acadêmico-científicas e apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas no valor global estimado de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), sendo R\$ 10.710.000,00 (dez milhões, setecentos e dez mil reais) em custeio, R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) em capital e R\$ 1.890.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa mil reais) em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Ciência e

<sup>443</sup> Preferencialmente, 30% (trinta por cento) do valor global seriam destinados a projetos de pesquisa, sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, caso houvesse demanda qualificada.

	Tecnologia – Decit/SCTIE/MS – repassados ao CNPq.
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 506 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram 76 projetos aprovados

Para a chamada nº 40/2012 as ciências biológicas obtiveram 23 aprovações; as ciências agrárias 14; as ciências humanas 12; as ciências exatas e da terra 09; as ciências sociais aplicadas 07; as engenharias 06; 'outra' 02; as ciências da saúde 02; linguística, letras e artes 01. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ) alcançou a aprovação de 12 projetos de pesquisa; seguido da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 07 aprovações; da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 05 aprovações; do Centro de Pesquisas René Rachou (CPQRR/MG) com 04 aprovações; da Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor (FMT-HVD/AM) com 03 aprovações; da Universidade de São Paulo (USP) com 03 aprovações; da Universidade Federal do Ceará (UFC) com 03 aprovações; da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 03 aprovações; da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 02 aprovações; da Fundação Alfredo da Matta (FUAM/AM) com 02 aprovações; da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com 02 aprovações; da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com 02 aprovações; da Universidade Federal de Alenas (UNIFAL/MG) com 02 aprovações; da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com 02 aprovações. As demais instituições obtiveram uma aprovação de projeto cada: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM); Centro de Pesquisas Leonidas e Maria Deane (CPQLMD/AM); Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa (FCMSCSP); Fundação Oswaldo Cruz Noroeste (FIOCRUZ/RO); Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (IPEC/FIOCRUZ/RJ); Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL/GO/SP); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); Universidade de Pernambuco (UPE); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Ceuma (UNICEUMA/MA); Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); Universidade Estadual de Maringá (UEM). Dos projetos aprovados 44 eram da região sudeste; 14 do nordeste; 08 do sul; 07 do norte e 03 do centro-oeste.

<b>Chamada de projetos CNPq/GSK nº 41/2012 - Programa de Cooperação CNPq e a GlaxoSmithkline</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito do Convênio CNPq/GSK, em um ou mais dos temas: a) Doenças metabólicas; b) Doenças tropicais negligenciadas; c) Doenças infecciosas; d) Doenças respiratórias; e) Imunologia e doenças inflamatórias; e f) Biofarmácia.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto e ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo os recursos de bolsas oriundos do Programa Ciência sem Fronteiras e os de custeio do orçamento do CNPq. Obs. A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não governamentais.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 34 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 08 propostas.

Das 08 propostas aprovadas, 04 eram das ciências da saúde e 04 das ciências biológicas. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) obteve 03 projetos aprovados. As instituições citadas

adiante obtiveram a aprovação de um projeto cada: Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As propostas aprovadas foram majoritariamente de instituições localizadas na região sudeste (06 aprovações) e sul (02 aprovações).

Chamada CNPq/MPA - N ° 42/2012 <sup>444</sup>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica com o objetivo de fomentar a expansão da produção do conhecimento aplicado sobre Pesca e Aqüicultura, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador de ambos os setores, bem como para o aumento da produção de pescados no país. Para tanto, busca-se promover a integração de instituições, pesquisadores e grupos de pesquisa de várias localidades do Brasil, de modo a incentivar a formação de redes de caráter multi-institucional e multidisciplinar. Chamada dividida em três Linhas Temáticas distintas: Pesca; Aqüicultura; Processamento e Sanidade Aquícola e Pesqueira.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta. b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), oriundos do orçamento do Ministério da Pesca e Aqüicultura - MPA, a serem liberados em duas parcelas anuais.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses.
Nº total de propostas	O número de propostas para este edital somaram 410.
Nº de propostas aceitas	Houve a aprovação de 66 propostas.

A chamada CNPq/MPA - nº 42/2012 englobou o apoio a três linhas de pesquisa. Para a linha 1 pesca foram aceitos 28 pedidos assim caracterizados: 21 das ciências agrárias; 03 das ciências exatas e da terra; 03 das ciências biológicas; e 01 das ciências sociais aplicadas. Quanto à região, 11 eram provenientes da região sul; 09 do nordeste; 06 do sudeste; 01 do norte e 01 do centro-oeste. A linha de pesquisa 2 aqüicultura obteve a aprovação de 25 projetos de pesquisa, sendo 23 das ciências agrárias e 02 das ciências biológicas. A respeito da região geográfica, 10 eram pedidos vindos do sul; 07 do sudeste; 04 do nordeste; 02 do norte e 02 do centro-oeste. Para a linha de pesquisa 3 processamento e sanidade aquícola e pesqueira foram aceitos 13 projetos. Destes, 12 eram das ciências agrárias e 01 das ciências exatas. Seis (06) propostas eram da região sul; 04 do nordeste; 02 do sudeste e 01 do centro-oeste. No quadro abaixo podemos verificar a grande área do conhecimento, a instituição, a sigla e o estado de localização segundo os projetos de pesquisa aprovados.

Quadro Linha 1: Pesca

Ciências Sociais Aplicadas	Universidade do Extremo Sul	UNESC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Ciências Agrárias	Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ
Ciências Exatas e da Terra	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL
Ciências Agrárias	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ
Ciências Agrárias	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR
Ciências Biológicas	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC
Ciências Biológicas	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FURG	RS

<sup>444</sup> Preferencialmente, 30% (trinta por cento) do valor global seriam destinados a projetos de pesquisa, sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, caso houvesse demanda qualificada.

Ciências Agrárias	Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Ciências Agrárias	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Ciências Agrárias	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN
Ciências Agrárias	Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ
Ciências Exatas e da Terra	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN
Ciências Biológicas	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FURG	RS
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG
Ciências Agrárias	Universidade de São Paulo	USP	SP
Ciências Exatas e da Terra	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Ciências Agrárias	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Ciências Agrárias	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC
Ciências Agrárias	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC
Ciências Agrárias	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR

Quadro Linha 2: Aquicultura

Ciências Agrárias	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Ciências Agrárias	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Ciências Agrárias	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA
Ciências Agrárias	Universidade de São Paulo	USP	SP
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Paraná	UFPR-PRPG	PR
Ciências Agrárias	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Ciências Biológicas	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG

Ciências Agrárias	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP
Ciências Agrárias	Instituto de Pesca	IP	SP
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Ciências Agrárias	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF
Ciências Agrárias	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Ciências Agrárias	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC
Ciências Biológicas	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FURG	RS
Ciências Agrárias	Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR

**Quadro Linha 3: Processamento e sanidade aquícola e pesqueira**

Ciências Agrárias	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FURG	RS
Ciências Exatas e da Terra	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC
Ciências Agrárias	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP
Ciências Agrárias	Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	FURG	RS
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Ciências Agrárias	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB
Ciências Agrárias	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE
Ciências Agrárias	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Ciências Agrárias	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF

<b>CHAMADA CNPq/BBSRC Nº 43/2012</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito do Convênio CNPq/BBSRC - Conselho de Pesquisa em Biotecnologia e Ciências Biológicas do Reino Unido nas áreas de Segurança Alimentar, Bioenergia e Biotecnologia Industrial.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto; d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo os recursos de bolsas oriundos do Programa Ciência sem Fronteiras e o custeio do orçamento do CNPq.  Obs. A parceria esperada para a proposta, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para a execução do projeto, abrange os setores públicos, privados e não governamentais.
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.

Nº total de propostas	Foram enviadas 12 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 04 propostas.

Em relação a chamada nº 43/2012, 02 propostas eram das ciências agrárias e 02 das ciências biológicas. Todas as propostas aprovadas eram da região sudeste (01 da Universidade Estadual de Campinas e 01 da Universidade Federal de Viçosa) e do sul (01 da Universidade Federal de Pelotas e 01 da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária-EMBRAPA).

<b>Chamada MCTI/CNPq nº 45/2012 - Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SiB-Br) - Coleções Biológicas</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio da informatização e disponibilização pública de dados referentes a Coleções Biológicas brasileiras no âmbito do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira – SiB-Br. Uma vez disponíveis, os dados poderão ser utilizados para subsidiar políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira. As Coleções Biológicas deverão estar integradas aos sistemas definidos pelo SiB-Br ou incluir a integração da coleção a estes sistemas, como forma de garantir a disponibilização pública dos dados informatizados.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas - científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.129.686,00 (dois milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais), oriundos de ação do MCTI, a ser (em) liberado(s) em duas parcelas, com repasse ao CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram recebidas nesta chamada 210 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 20 propostas.

As grandes áreas do conhecimento que submeteram projetos foram: 170 das ciências biológicas (19 aprovações); 25 das ciências agrárias (01 aprovação); 09 das ciências exatas e da terra (sem aprovação); 03 da área 'outra' (sem aprovação); 02 das ciências da saúde (sem aprovação); 01 das ciências humanas (sem aprovação). As instituições com projetos aprovados foram: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (05 aprovações); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (02 aprovações); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (02 aprovações); Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) (01 aprovação); Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) (01 aprovação); Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (01 aprovação); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (01 aprovação); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (01 aprovação); Universidade de São Paulo (USP) (01 aprovação); Universidade Federal da Bahia (UFBA) (01 aprovação); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (01 aprovação); Universidade Federal de Rondônia (UNIR) (01 aprovação); Universidade Federal do Ceará (UFC) (01 aprovação); Universidade Federal do Paraná (UFPR) (01 aprovação). Os 20 projetos aprovados eram provenientes das regiões: 11 do sudeste; 03 do nordeste; 03 do sul; 02 do norte e 01 do sul.

<b>Chamada MCTI/MEC/MAPA/CNPq Nº 46/2012</b>	
Finalidade	Apoiar projetos que integrem atividades de extensão tecnológica, pesquisa científica e educação profissional para construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, com a implantação ou manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) e a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) em Agroecologia e Produção Orgânica. Linhas Temáticas: I. Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) II. Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) de referência por Unidade da Federação III. Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) por bioma.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos critérios a seguir: a) possuir o título de mestre ou doutor, bem como experiência curricular comprovada em Agroecologia ou Produção Orgânica, e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão de propostas; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	Propostas financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.900.000,00 (oito milhões e

	novecientos mil reais), sendo R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) oriundos do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) oriundos do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos do orçamento do Ministério da Educação - MEC, a serem liberados em duas parcelas.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por mais 12 meses.
Nº total de propostas	Foram enviadas 58 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 22 propostas.

A chamada MCTI/MEC/MAPA/CNPq N° 46/2012 disponibilizava apoio para pesquisas divididas em três linhas de pesquisa. A linha de pesquisa I recebeu 48 propostas com a aprovação de 17, sendo 16 das ciências agrárias e 01 da área outros. As instituições que obtiveram a seleção de 02 projetos cada foram: Instituto Federal de Educação Ciência e tecnologia (IFNMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFPB); Instituto Federal do Sudeste de Minas (IF SUDESTE). As demais obtiveram a aprovação de 01 projeto: Instituto Federal de Brasília (IFB); Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFES); Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFPA); Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFRN); Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFSULDEMINAS); Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); Instituto Federal do Ceará (IFCE); Instituto Federal do Maranhão (IFMA); Instituto Federal do Paraná (IFPR); Instituto Federal Farroupilha (IF-Farroupilha); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Quanto às regiões do país contempladas podemos afirmar que 06 projetos aprovados eram do sudeste; 05 do nordeste; 04 do sul; 01 do norte e 01 do centro-oeste. A linha de pesquisa II recebeu 08 propostas com a seleção de 05 projetos, todos da grade área de ciências agrárias. As instituições de origem dos projetos escolhidos foram: Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFRJ); Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF-Sertão); Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia (IFPA); Instituto Federal de São Paulo (IFSP); Instituto Federal do Acre (IFAC), ou seja, 02 propostas da região sudeste; 02 do norte e 01 do nordeste. A linha de pesquisa III recebeu 02 propostas e nenhuma foi aceita.

<b>Chamada CNPq/FWO N° 52/2012 Programa de Cooperação entre o CNPq e a Fundação de Pesquisa Flandres (FWO) da Bélgica</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito do Programa de Cooperação CNPq e a Fundação de Pesquisa Flandres (FWO) da Bélgica, em uma ou mais áreas: Biotecnologia; Microeletrônica; Nanotecnologia; Pesquisa Aeroespacial; Energia Nuclear; Ciências Ambientais; Ecologia; Ciências Agrárias; e Ciências da Saúde.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais), oriundos do orçamento do CNPq, sendo os recursos de bolsas oriundos do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI).
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 48 propostas
Nº de propostas aceitas	Foram aprovadas 08 propostas.

Em relação às grandes áreas do conhecimento: 03 das ciências da saúde; 03 das ciências biológicas e 02 das ciências exatas e da terra. As instituições com dois projetos aprovados cada foram: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Ceará (UFC). As outras tiveram um projeto aprovado cada uma: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF); Universidade Federal do ABC/SP (UFABC); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ou seja, 04 projetos aprovados eram da região sudeste; 02 do nordeste; 01 do sul e 01 do centro oeste.



## Apêndice 14– Coleta e sistematização dos dados sobre as chamadas lançadas pelo CNPq em 2013<sup>445</sup>

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit/Fundação Bill e Melinda Gates Nº 05/2013</b>	
Finalidade	Os objetivos desse programa são: 1) adquirir uma melhor compreensão das causas biológicas e comportamentais do nascimento prematuro; 2) desenvolver novas estratégias para prevenir o nascimento prematuro; 3) desenvolver novas intervenções para melhorar a sobrevivência, a saúde e o desenvolvimento de bebês prematuros; e 4) aperfeiçoar as estratégias já conhecidas e eficazes de prevenção e tratamento do nascimento prematuro.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; c1) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta desde que tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas nesta Chamada serão financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil reais) oriundos do orçamento do CNPq (R\$ 2 milhões), do Decit/SCTIE/MS (R\$ 2,2 milhões) e da Fundação Bill e Melinda Gates (R\$ 4 milhões), a serem liberados em parcelas a serem definidas.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 187 propostas.
Nº de propostas aceitas	12 propostas.

Em relação à chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit/Fundação Bill e Melinda Gates Nº 05/2013 dos 187 projetos enviados, 12 foram aceitos, todos da grande área das ciências da saúde. As propostas aprovadas eram das seguintes instituições: 02 da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); 02 da Universidade de São Paulo (USP); e uma de cada instituição a seguir: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); FIOCRUZ/RJ; Instituto Materno Infantil (IMIP/PE); Centrus Diagnóstico (SP); Instituto de Saúde (ISAúde/SP). Dessa forma, 10 propostas eram da região sudeste, 01 do sul e 01 do nordeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit Nº 06/2013 - Apoio a Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde pela Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS)</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, que contribuam para o fortalecimento da capacidade nacional de pesquisa de avaliação de tecnologias em saúde nos seguintes eixos: (1) atenção primária; (2) envelhecimento e condições crônicas (3) monitoramento de tecnologias em saúde, (4) Cooperação Brasil-Cuba em Avaliação de tecnologia em Saúde.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 2.500.000,00 em custeio, R\$ 500.000,00 em capital e outros R\$ 2.000.000,00 em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE/MS) e repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 164 propostas.
Nº de propostas aceitas	24 propostas.

Em relação à chamada nº 06/2013 foram aprovadas 24 propostas das 164 enviadas. Sobre o eixo de pesquisa 1 atenção primária, pode-se afirmar que houve 07 aprovações todas da grande área das ciências da saúde. As instituições beneficiadas pelas aprovações de projetos foram: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Rio

<sup>445</sup> Os dados sistematizados neste apêndice foram construídos com base no site do CNPq (link chamadas encerradas) e as planilhas enviadas pela agência através do sistema e-sic.

Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Instituto Nacional de Cardiologia (INC/RJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sendo assim, foram 03 aprovações da região sudeste, 02 do sul, 01 do centro oeste e 01 do nordeste. Para o eixo de pesquisa 2 envelhecimento e condições crônicas, foram aprovados 09 projetos das ciências da saúde e 01 das ciências humanas. As instituições envolvidas foram: Hospital do Coração (HCor/SP), Associação do Sanatório Sírio (ASS/SP), Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE/MG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/SP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foram 07 projetos aprovados na região sudeste, 01 no sul, 01 no centro oeste e 01 no nordeste. Para o eixo de pesquisa 3 monitoramento de tecnologias em saúde, foram aprovados 05 projetos da grande área das ciências da saúde e 01 das engenharias. Houve a aprovação de 02 projetos do Instituto Federal da Bahia (IFBA), e 1 aprovação nas instituições que seguem: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de São Paulo (USP), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Foram 03 aprovações no nordeste e 03 do sudeste. Quanto ao tema 4 cooperação Brasil-Cuba em Avaliação de tecnologia em Saúde, foi aprovado 01 projeto da grande área das engenharias. A instituição de execução foi o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN/SP) na região sudeste.

Levando em consideração as 24 aprovações (relacionadas aos 4 eixos de pesquisa) foram aprovados 21 projetos na grande área das ciências da saúde, 02 nas engenharias e 01 nas ciências humanas. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) obteve a aprovação de 04 projetos, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) 02 e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) 02. Os demais projetos foram aprovados nas seguintes instituições: Associação do Sanatório Sírio (ASS/SP), Hospital do Coração (HCor/SP), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN/SP), Instituto Nacional de Cardiologia (INC/RJ), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/SP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE/MG). Foram 14 aprovações na região sudeste, 05 nordeste, 03 sul, 02 centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit Nº 07/2013 - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Sistema Único de Saúde.</b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando: Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura; Homeopatia e Plantas Medicinais e Fitoterapia; Termalismo Social e Medicina Antroposófica, em conformidade com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo R\$ 1.120.000,00 (um milhão e cento e vinte mil reais) em custeio, R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em capital e R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (DAB/SAS/MS) e repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 138 propostas.
Nº de propostas aceitas	27 propostas.

Todas as 27 propostas aceitas referentes à chamada nº 07/2013 eram das ciências da saúde. As instituições que conseguiram o financiamento de seus projetos por parte do CNPq foram:

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP com 04 aprovações); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG com 03 aprovações); Universidade de Fortaleza (UNIFOR com 02 aprovações); Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG com 02 aprovações). As demais obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP/BA); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP/SP); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco (PROCAPE); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Paranaense (UNIPAR/PR). Foram 16 propostas aprovadas na região sudeste, 08 no nordeste e 03 no sul.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS - SCTIE - Decit Nº 08/2013 - Pesquisa em educação permanente para o SUS e dimensionamento da força de trabalho em saúde.</b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação que contribuam para o fortalecimento da capacidade nacional de pesquisa em educação permanente para o Sistema Único de Saúde - SUS, assim como apoiar a aquisição de novas tecnologias para dimensionamento da força de trabalho em saúde no âmbito do SUS.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), sendo R\$ 1.920.000,00 em custeio, R\$ 600.000,00 em capital e R\$ 480.000,00 em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (Decit/SCTIE/MS) e repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 91 propostas.
Nº de propostas aceitas	31 propostas.

Em relação à grande área do conhecimento, através da chamada nº 08/2013, foram financiados 25 projetos das ciências da saúde, 04 das ciências humanas e 02 das ciências sociais aplicadas. As propostas foram aprovadas nas seguintes instituições: Universidade de São Paulo (USP 03 projetos aprovados); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS 03 projetos aprovados); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ 02 projetos aprovados); Universidade Federal de Goiás (UFG 02 projetos aprovados); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT 02 projetos aprovados); Universidade Federal do Ceará (UFC 02 projetos aprovados); Universidade Federal Fluminense (UFF 02 projetos aprovados). As instituições que alcançaram a aprovação de 01 projeto cada foram: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); Universidade de Brasília (UnB); Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Gama Filho (UGF/RJ). Foram 12 aprovações na região sudeste, 07 no sul, 06 no centro oeste, 05 no nordeste, e 01 no norte.

<b>Chamada Nº 09/2013 - CNPq/JST - Programa de Cooperação entre o CNPq e a Agência Japonesa de Ciências e Tecnologia (JST)</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em nanobiotecnologia, no

	âmbito do Programa de Cooperação CNPq e a Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia (JST), em um ou mais dos tópicos abaixo: Alimentação funcional; Conversão de biomassa, microalgas e desagregação microbiana; Biorremediação, biolixiviação, reabilitação ambiental e sensores nanobiotecnológicos; Biofármacos; Biomateriais; e Biologia sintética.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; e d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto, doravante denominada instituição executora nacional.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) oriundos do orçamento do CNPq e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI) a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 14 propostas.
Nº de propostas aceitas	03 propostas.

A distribuição das aprovações da chamada N° 09/2013 - CNPq/JST em função da grande área foi a seguinte: 01 projeto aprovado das ciências biológicas, 01 das ciências da saúde e 01 das engenharias. As instituições beneficiárias foram: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Sendo assim, as regiões de origem dos projetos foram: 02 da região sudeste e 01 da região sul.

<b>Chamada MCTI/SEPIN/CNPq N° 11/2013 Programa Start-up Brasil<sup>446</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País e que desenvolvam e/ou utilizem ferramentas de software e serviços de TI como parte da solução, produto ou serviço proposto.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, sendo R\$ 7.000.000,00 (sete milhões) para 2103 e R\$ 7.000.000,00 (sete milhões) para 2014, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 12 meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	1.178 propostas.
Nº de propostas aceitas	65 propostas.

A chamada n°11/2013 proporcionou a aprovação de 49 projetos da grande área das ciências exatas e da terra; 07 das ciências sociais aplicadas; 04 das engenharias; 02 das ciências humanas; 02 da área definida como 'outra' e 01 das ciências da saúde. Foram 41 aprovações da região sudeste; 13 do nordeste; 06 do sul; 04 do centro oeste e 01 do norte. As empresas que obtiveram a aprovação de propostas estão na listagem a seguir:

<b>Empresa</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
2RM Tecnologia de Informação	2RM	SP	1
3BR Tech Desenvolvimento de	3BR TECH	RS	1
Aquarela Apoio Administrativo	AAA	SP	1
Agenda Beleza	AB	PR	1

<sup>446</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por proponentes vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT (Lei n° 11.540/2007).

Ahladim Brasil	AHLADIM	RJ	1
ALM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - EPP	ALM	PE	1
Aquarela - Knowledge and Innovation	AQRL	SC	1
Azuki	AZK	SP	1
Brasil by Bus Viagens	BRASIL BY BUS	SP	1
Capriola	CAPPRIOLA	PR	1
Cerensa Tecnologia da Informação	CERENSA	SP	1
CESPEC-TI - Especializada em Tecnologia da	CESPEC-TI	SP	1
Codifique Intermediação de Negócios	CODIFIQUE	SP	1
Coletivy	COLETIVY	SP	1
Esmalteria Club	COMMUNICATTI	SP	1
Comune S.A	Comune	SP	1
Cuponeria	CP	RJ	1
ILHA FUN SERVIOS DE TECNOLOGIA	CROWDMOBI	AL	1
CROWDSOURCING TECNOLOGIA DA	CROWDSOURCING	MG	1
Cucco Tech Ltda	Cucco	MG	1
Dujour Inteligência de Mercado LTDA.	DIM	RJ	1
ENGARTE	ENGARTE	MG	1
Everywhere Mobile	EVERYWHERE	SP	1
Fashion85	F85	CE	1
Gear7 Soluções em Tecnologia da Informação	GEAR7	MG	1
Geovoxel Consultoria em Engenharia	GEOVOXEL	RJ	1
HR SOLUTIONS	HR SOLUTIONS	ES	1
Inovaeduc Consultoria em Mídia Digitais	INOVAEDUC	CE	1
ITPEX	ITPEX	AL	1
Kendoo Solutions	KENDOO	RJ	1
BovControl	Limitada	SP	1
Lokinmobi	LOKINMOBI	CE	1
MaoJeckel Serviços de Internet EIRELI/ME	MaoJeckel	SP	1
Max Milhas	MAX MILHAS	MG	1
Maxxi Consultoria e Capacitação Profissional	MAXXI	RN	1
MelhorEscola.Net	MelhorEscola.Net	SP	1
MERCOMUN SERVICOS DIGITAIS LTDA - EPP	MERCOMUN	SP	1
Metamáquina Indústria e Comércio de	METAMAQUINA	SP	1
MeuCarrinho	MeuCarrinho	SP	1
MARCUS VINICIUS VEIGA ROGGERO	MVVR	SP	1
NUE Soluções em Tecnologia	NUE	PE	1
Grupo Nui!	NUI!	SP	1
ON-S Segurança da Informação	ON-S	SP	1
Orbita Desenvolvimento de Sistemas	ORBITTA	PE	1
Overdrive Eletrônica	OVERDRIVE	DF	1
Professores de Plantão	PDP	SP	1
SEC SOCIEDADE EMPRESARIAL DE	PONTOGET	GO	1
Praia Projetos e Estratégia em Cultura,	PRAIA PROJETOS	SP	1
ProGolden Soluções Tecnológicas	ProGolden	MG	1
ProRadis	ProRadis	SP	1

Razoom Experiências Incríveis de Turismo e	RAZOOM	RJ	1
Red Land Negócios	RED LANDTech	PR	1
RESPONDE AI TECNOLOGIA E	RESPONDE AI	RJ	1
Sabesim Sistemas	SABESIM	SP	1
Saldo Coletivo Serviços	SC	PA	1
Shipfy	Shipfy	SP	1
TCBH Engenharia Serviços Ltda - ME	TCBH	MG	1
Tex.do Geracao de Conteudo Ltda	Tex.do	SC	1
Paula Kedouk	TONAILS	AL	1
UPNOVATEC SERVICOS	UPNOVATEC	RN	1
Valor da Construção	VdC	GO	1
Virtual X Participações	VIRTUAL X	SP	1
Vitrola Labs	Vitrola Labs	CE	1
WSA Tic	WSA TIC	DF	1
Zigtec	ZIGTEC	RN	1
<b>Total</b>			<b>65</b>

<b>Chamada CNPq N ° 12/2013 Cooperação MCTI-CNPq/DBT (Índia)<sup>447</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito da Cooperação MCTI-CNPq/DBT, em um dos temas abaixo: Biotecnologia e saúde, especialmente produtos biotecnológicos; e Agricultura, incluindo bioenergia.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto, doravante denominada instituição executora nacional.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) oriundos dos Fundos Setoriais e R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI) a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 678 propostas.
Nº de propostas aceitas	05 propostas.

Todas as 05 propostas aprovadas da chamada CNPq N ° 12/2013 pertenciam a grande área das ciências biológicas. As instituições que receberam os recursos foram: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); FIOCRUZ (RJ); Universidade Católica de Brasília (UCB/DF); Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); Universidade de São Paulo (USP). Ou seja, 03 propostas eram da região sudeste, 01 do sul e 01 do centro oeste.

<b>Chamada Nº 13/2013 Cooperação MCTI-CNPq/DST (Índia)</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito da Cooperação MCTI-CNPq/DST, em um dos temas abaixo: a) Tecnologias da Informação e Computação; b) Geociências, incluindo Oceanografia e Mudanças Climáticas; c) Engenharia, Ciência dos Materiais e Nanotecnologia; d) Ciências da saúde e biomédicas; e) Matemática; e f) Energias renováveis, eficiência energética, e tecnologias de baixo carbono.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; e d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto, doravante denominada instituição executora nacional.

<sup>447</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenador por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional, conforme disposto na Lei nº11.540/2007.

	Obs. Era desejável o envolvimento, no projeto de pesquisa, de empresas públicas ou privadas e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) oriundos dos Fundos Setoriais e R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI) a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 66 propostas.
Nº de propostas aceitas	14 propostas.

A chamada nº 13/2013 proporcionou a aprovação de 08 projetos das engenharias e 06 das ciências exatas e da terra. As instituições contempladas foram: Universidade de São Paulo (USP 04 aprovações); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS 03 aprovações); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP 02 aprovações); Centro Universitário Univates (UNIVATES/RS) (01 aprovação); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (01 aprovação); Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (01 aprovação); Universidade Federal do Paraná (UFPR) (01 aprovação); Universidade Federal Fluminense (UFF) (01 aprovação). Foram 09 projetos advindos da região sudeste e 05 do sul.

<b>Chamada Universal - MCTI/CNPq Nº 14/2013<sup>448</sup></b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, em qualquer área do conhecimento.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; c1) o pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que atenda às demais exigências da chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) para itens de capital, custeio e bolsas, sendo R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) oriundos do orçamento do CNPq e R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Mediante apresentação de justificativa a ser avaliada pelo CNPq, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 16.504 propostas.
Nº de propostas aceitas	4.629 propostas.

Por meio da chamada nº 14/2013 foram aprovados 802 projetos de pesquisa na grande área das ciências exatas e da terra, 764 nas ciências agrárias, 728 nas ciências da saúde, 682 nas ciências biológicas, 545 nas engenharias, 451 nas ciências humanas, 357 nas ciências sociais aplicadas, 213 na chamada 'outras', 87 na linguística, letras e artes. Dos 4.629 projetos aceitos, 2.087 foram aprovados para a região sudeste, 1.039 para o sul, 868 para o nordeste, 439 para o centro oeste, 196 para o norte. As instituições de execução dos projetos constam no quadro a seguir:

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Universidade de São Paulo	USP	SP	330
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	241
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	175

<sup>448</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (Lei nº11.540/2007).

Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	174
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	155
Universidade de Brasília	UnB	DF	132
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	131
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	131
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	104
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	104
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	88
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	86
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	85
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	84
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	82
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	81
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	79
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	79
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	71
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	70
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	68
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	67
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	60
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	58
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	56
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	55
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	55
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	51
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	50
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	47
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	46
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	46
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	43
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	42
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	42
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	37
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	36
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	34
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	31
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	31
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	30
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	27
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	26
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	25
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	25
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	24
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	24
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	22



Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	19
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	18
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	18
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	18
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	17
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	17
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	17
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	16
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	16
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	16
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	15
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	15
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	14
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy	UENF	RJ	14
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	14
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	14
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	13
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	13
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	13
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	12
Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	12
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	11
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	11
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	11
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	11
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	10
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	10
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	9
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	9
Centro de Pesquisas René Rachou	CPQRR	MG	8
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	FEPAGRO	RS	8
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	8
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	8
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	8
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	8
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	8
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	8
Associação Instituto Nacional de Matemática	IMPA	RJ	7
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	CPqAM	PE	7
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MG	7
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	7
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	7
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	7
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	6
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	6

Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	6
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	6
Instituto Butantan	IBU	SP	6
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	6
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	6
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	6
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	6
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	6
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	6
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	SP	6
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	6
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	6
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	6
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	6
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas	EPAMIG	MG	5
Instituto Agrônomo de Campinas	IAC	SP	5
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO	5
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	5
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	5
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	5
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	4
Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	CPqGM	BA	4
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	4
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	4
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	GO	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SP	4
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros	FEI	SP	4
Fundação Pio XII	FPXII	SP	4
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCFMUSP	SP	4
Instituto de Botânica	IBT	SP	4
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	4
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	4
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	4
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	4
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	4
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	4
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	4
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	4
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	4
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	4
Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	CDTN/CNEN	MG	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MT	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	CE	3

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão	EPAGRI	SC	3
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	EBMSP	BA	3
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	3
Fundação Oswaldo Cruz Noroeste	FIOCRUZ	RO	3
Instituto Agrônomo do Paraná	IAPAR	PR	3
Instituto do Coração	InCor/HCFMUSP	SP	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	3
Instituto Materno Infantil de Pernambuco	IMIP	PE	3
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	3
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	3
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	3
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	3
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	3
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO	RJ	3
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	3
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	3
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SP	3
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai	URI	RS	3
Universidade Vila Velha	UVV	ES	3
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	SP	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MS	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	BA	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SC	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RS	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RR	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PA	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PE	2
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa	FCMSCSP	SP	2
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	2
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	2
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SP	2
Fundação João Pinheiro	FJP	MG	2
Instituto Carlos Chagas	FIOCRUZ	PR	2
Instituto de Estudos Avançados	IEAv	SP	2
Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo	SLMandic	SP	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	2
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	2
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	2

Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	2
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	2
Instituto Tecnológico Vale	ITV	RJ	2
Núcleo de Estudos de População	NEPO	SP	2
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	2
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	2
Universidade Anhembi Morumbi	UAM	SP	2
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	2
Universidade da Integração Internacional	UNILAB	CE	2
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	2
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	2
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG	2
Universidade do Sagrado Coração	USC	SP	2
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	2
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	2
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	2
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	2
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	2
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	2
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	2
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIUI	RS	2
Universidade Veiga de Almeida	UVA/RJ	RJ	2
Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação	AE	SP	1
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	CEBRAP	SP	1
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA/USP	SP	1
Centro de Pesquisas Leonidas e Maria Deane	CPQLMD	AM	1
Centro de Pesquisas Odontológicas São Paulo	SLMANDIC	SP	1
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM	RJ	1
Centro Federal de Educação Tecnológica Do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	1
Centro Infantil de Investigações	BOLDRINI	SP	1
Centro Universitário de Araraquara	UNIARA	SP	1
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	IMIHI	MG	1
Ciências e Cognição	OCC	RJ	1
Comissão Executiva do Plano da Lavoura	CEPLAC	DF	1
Companhia de Água e Esgoto do Ceará	CAGECE	CE	1
Departamento de Engenharia Civil	CIV	RJ	1
Departamento de Informática	INF	RJ	1
Editora da UFSC	UFSC	SC	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	AP	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MA	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PB	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	AM	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PI	1
Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão	EEFERP	SP	1

Escola de Saúde Pública de Minas Gerais	ESP/MG	MG	1
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	EPSJV	RJ	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	RS	1
Faculdade de Comunicação	FAC	DF	1
Faculdade de Medicina do ABC	FMABC	SP	1
Faculdade de Tecnologia de Itapetininga	FATEC-IP	SP	1
Faculdades ICESP Promove de Brasília	ICESP	DF	1
Faculdades Integradas Teresa D'Ávila	FATEA	SP	1
Fundação Alfredo da Matta	FUAM	AM	1
Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	COPPETEC	RJ	1
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	1
Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	FUNDHERP	SP	1
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	1
Fundação Instituto de Física Teórica	IFT	SP	1
Hospital Agamenon Magalhães	HAM	PE	1
Hospital da Restauração	FUSAM	PE	1
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina Da USP	HCRP/USP	SP	1
Hospital Geral e Maternidade de Cuiabá	HGM	MT	1
Hospital Infantil Pequeno Príncipe	AHPIRC	PR	1
Instituto Adolfo Lutz	IAL	SP	1
Instituto Biológico	IB	SP	1
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	INCAPER	ES	1
Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia	ICETI	PR	1
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	IBCCF	RJ	1
Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul	IC/FUC	RS	1
Instituto de Controle do Espaço Aéreo	ICEA	SP	1
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	1
Instituto de Pesca	IP	SP	1
Instituto de Pesquisa e Inovação na Agricultura	INOVAGRI	CE	1
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	1
Instituto de Pesquisas Tecnológicas	IPT	SP	1
Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério	FEPAGRO/IPVDF	RS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	IF-Catarinense	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio do Sul	IF-RIO DO SUL	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF SUDESTE MG	MG	1
Instituto Florestal do Estado de São Paulo	IF	SP	1
Instituto Geológico do Estado de São Paulo	IG	SP	1
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	1

Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia	IMES	BA	1
Instituto Nacional de Cardiologia	INC	RJ	1
Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL	MG	1
Instituto Rio Grandense do Arroz	IRGA	RS	1
Instituto Tecnológico Vale- Belém I	ITV /BELÉM I	PA	1
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	1
Museu de Biologia Professor Mello Leitão	MBML/IBRAM	ES	1
Núcleo de Medicina Tropical	NMT	DF	1
Observatório Nacional	ON	RJ	1
Prefeitura da UFMG	UFMG	MG	1
Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco	PROCAPE	PE	1
SENAI - Departamento Regional da Bahia	SENAI/DR/BA	BA	1
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	SP	1
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	1
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	1
Universidade da Amazônia	UNAMA	PA	1
Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ	RS	1
Universidade de Sorocaba	UNISO	SP	1
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	1
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	1
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	1
Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	SC	1
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	1
Universidade do Vale do Sapucaí	UNIVAS	MG	1
Universidade Estadual de Ciências da Saúde	UNCISAL	AL	1
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	1
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFESBA	BA	1
Universidade Gama Filho	UGF	RJ	1
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	1
Universidade Paulista	UNIP	SP	1
Universidade Positivo	POSITIVO	PR	1
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	1
Universidade Santa Úrsula	USU	RJ	1
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	1
Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações	UNINCOR	MG	1
<b>Total</b>			<b>4.629</b>

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS- SCTIE - Decit Nº 15/2013 - Pesquisa Clínica</b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para desenvolvimento de estudos científicos que culminem com a realização de pesquisa clínica para avaliação de medicamentos, produtos ou insumos nacionais prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 18.000.000,00 (dezoito

financeiros	milhões de reais), sendo R\$ 9.400.000,00 em Custeio, R\$ 94.500.000,00 em Capital e outros R\$ 4.100.000,00 em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (DECIT/SCTIE/MS) e repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 118 propostas.
Nº de propostas aceitas	29 propostas.

Das 29 propostas aprovadas da chamada nº 15/2013, 26 pertenciam a grande área das ciências da saúde e 03 das ciências biológicas. As instituições com projetos aprovados foram: Universidade de São Paulo (USP 03 aprovações); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS 02 aprovações); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG 02 aprovações); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP 02 aprovações); Universidade de Brasília (UnB 02 aprovações); Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA 02 aprovações); Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP 02 aprovações). As instituições com a aprovação de 01 projeto cada foram: Escola Bahiana de Medicina e Saúde (EBMSP/BA); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina (HCFMUSP); Hospital do Câncer de Goiás (HC/GO); Hospital São Lucas (PUC-RS); Hospital São Rafael (HSR/BA); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Ceará (UFC). Foram 13 aprovações de projetos na região sudeste, 08 no sul, 05 no nordeste e 03 no centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 16/2013 - IBAS<sup>449</sup></b>	
Finalidade	O apoio destina-se ao financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, por sua relevância estratégica, os quais, preferencialmente, apresentem contrapartida financeira de fontes nacionais ou internacionais. O apoio se dará nas seguintes áreas/temas: a) HIV/AIDS; b) Malária; c) Tuberculose; d) Biotecnologia; e) Sistemas de Conhecimento Tradicional; f) Energia alternativa e renovável; g) Tecnologia da Informação e Comunicação.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter o seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para a submissão da proposta; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador do projeto; d) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.  Obs. "É desejável o envolvimento, no projeto de pesquisa, de empresas públicas ou privadas e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento" (p. 11).
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.000.000.00,00 (um milhão de reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais – Ação Transversal a serem liberados em 3 (três) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 33 propostas.
Nº de propostas aceitas	06 propostas.

Por meio da chamada MCTI/CNPq Nº 16/2013 foram aprovados 02 projetos da grande área de ciências exatas e da terra; 01 das ciências biológicas; 01 das ciências da saúde; 01 das agrárias e 01 das engenharias. Cada uma das instituições listadas a seguir teve um projeto aprovado: Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade

<sup>449</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA/SP). Ou seja, 03 propostas eram da região sudeste; 02 do nordeste e 01 do sul.

<b>Chamada CNPq N° 17/2013 - Cooperação Internacional - Acordos Bilaterais</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito dos convênios bilaterais de cooperação científica e tecnológica internacional.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; d) não coordenar mais de uma proposta submetida a esta Chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais).
Prazo de execução dos projetos	Especificado no quadro abaixo.
N° total de propostas	Foram enviadas 454 propostas.
N° de propostas aceitas	50 propostas.

PAIS	INSTITUIÇÃO FINANCIADORA ESTRANGEIRA (CONVÊNIO)	ÁREAS/TEMAS DE INTERESSE CONJUNTO	DURAÇÃO MÁXIMA
ALEMANHA	DLR/BMBF (International Bureau of the Federal Ministry of Education and Research at the Project Management Agency c/o German Aerospace Center/ Ministério Federal da Educação e Pesquisa).	Biotecnologia e Bioeconomia; Desenvolvimento Sustentável associado à recursos naturais, energia, clima e tecnologias ambientais; Ciências da Saúde e Engenharia Biomédica; Tecnologias da Informação e Comunicação; Prevenção de riscos associados a Desastres naturais; Nanotecnologia.	24 meses
ALEMANHA	DFG (Deutsche Forschungsgemeinschaft/ Fundação Alemã de Pesquisa Científica).	Tecnologia da Informação; Ciências da Saúde; Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável; Ciências Humanas e Sociais e Engenharia.	12 meses
ARGENTINA	CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas).	Tecnologias da Informação e Comunicação; Agropecuária; Tecnologias Limpas; Recursos Renováveis e não-Renováveis; Energia Nuclear.	24 meses
BÉLGICA	FNRS (Fonds de La Recherche Scientifique)	Biotecnologia, Nanotecnologia, Ciências Espaciais, Ciências Químicas; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Físicas e Matemáticas; Ciências da Terra, Oceano e Atmosfera; Ciências Espaciais, Ciências Biomédicas, Ciências Aplicadas.	24 meses
COLÔMBIA	COLCIENCIAS (Departamento Administrativo de Ciencia, Tecnología e Innovación).	Agroindústria e Transferência de Tecnologia Agrícola; Farmacologia de Produtos Naturais; Biotecnologia, Recursos Genéticos e Biodiversidade; Desenvolvimento Sustentável na Amazônia; Tecnologias Limpas; Mudanças Climáticas; Nanotecnologia; Gestão Tecnológica; Ciência dos Materiais; Ciências da Saúde; Biocombustíveis e Ciências Sociais.	24 meses
COSTA RICA	CONICIT (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas)	Biotecnologia; Biodiversidade; Ciência e Tecnologia dos Materiais; Energias Alternativas; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ensino de Ciências; Matemática; Química; Física.	24 meses
CUBA	MES (Ministerio de	Nanotecnologia e Novos Materiais (Aplicações Biomédicas); Biociências	36 meses



	Educación Superior)	Moleculares; Produção e Sanidade Vegetal; Produção e Sanidade Animal; Biotecnologia Vegetal e Melhoramento Genético; Energias Alternativas; Computação e Telecomunicações; Geofísica do Petróleo; Metrologia e Controle de Qualidade.	
FRANÇA	IRD (Institut de Recherche pour le Développement)	Variabilidade climática; Geologia e Hidrologia, Oceanografia e Aqüicultura; Biodiversidade (microbiana, agrícola ou aquática); Ecologia; Sensoriamento Remoto Doenças Emergentes e Farmacognosia; Saúde, Meio ambiente e Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável; Governança e Saberes locais e tradicionais.	48 meses
ITÁLIA	CNR (Consiglio Nazionale delle Ricerche)	Todas as áreas do conhecimento.	24 meses
MÉXICO	CONACYT (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología).	Agricultura, Arqueologia, Biodiversidade, Biotecnologia Agrícola e Meio Ambiente, Energia e Telecomunicações.	24 meses
PORTUGAL	FCT (Fundação de Ciência e Tecnologia).	Biotecnologia; Ciências do Mar; Ciência Espacial; Ciências agro-alimentares.	24 meses
URUGUAI	DICYT (Dirección de Innovación, Ciencia y Tecnología)	Agricultura; Agronegócios e Pesca; Produção, Sanidade Vegetal e Animal; Saúde; Energia; Tecnologia da Informação e Comunicação; Recursos Renováveis e Turismo.	24 meses
PERU	CONCYTEC (Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica).	Energia, Engenharia Florestal, Agricultura e Agronegócios; Aquicultura e Pesca; Metalurgia e Mineração; Turismo e Artesanato; Saúde, Alimentação e Nutrição; Diversidade Biológica; Biotecnologia; Recursos Hídricos; Desmatamento, Desertificação e seca; Mudanças e desastres climáticos; e Tecnologia da informação e comunicação.	24 meses

Tratando-se da chamada nº 17/2013 verificamos que foram aprovados 07 projetos de pesquisa em cooperação com a França, 05 com a Alemanha (DLR), 05 com a Argentina, 05 com a Bélgica, 05 com Portugal, 04 com a Itália, 04 com o México, 04 com o Peru, 03 com a Alemanha (DFG), 03 com a Colômbia, 03 com o Uruguai e 02 com Cuba<sup>450</sup>. Sobre a cooperação internacional com a França foram aprovados 02 projetos na área das ciências humanas, 02 das ciências biológicas, 01 das ciências sociais aplicadas, 01 das ciências exatas e da terra, 01 da área definida como 'outra'. Os 07 projetos eram provenientes das instituições: Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 03 projetos da região sudeste, 01 do centro oeste, 01 do sul, 01 do nordeste e 01 do norte.

A cooperação com a Alemanha (DLR) envolveu a seleção de 05 propostas: 01 das ciências biológicas, 01 das ciências humanas, 01 das engenharias, 01 das ciências da saúde e 01 das ciências exatas e da terra. Foram 02 projetos vinculados a Universidade de São Paulo (USP), 01 da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 01 da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos hídricos (FUNCEME/CE) e 01 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foram aprovados 03 projetos de instituições localizadas na região sudeste e 02 no nordeste.

<sup>450</sup> Não houve aprovação de projetos de pesquisa em parceria com a Costa Rica.

Em relação à Argentina houve 03 projetos selecionados na área das ciências exatas e da terra, 01 nas ciências biológicas e 01 nas ciências agrárias. As instituições com um projeto aprovado foram: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade de Brasília (UnB). Houve a aprovação de 02 projetos na região sul, 01 no sudeste, 01 no nordeste e 01 no centro oeste.

Quanto à Bélgica foram aprovados 02 projetos na área das ciências biológicas e 03 nas ciências exatas e da terra. Dois (02) projetos foram submetidos por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 01 do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM), 01 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 01 da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Foram 04 aprovações de projetos localizados em instituições da região sudeste e 01 do norte.

A cooperação com Portugal envolveu a aprovação de 02 propostas na área das engenharias, 02 das ciências agrárias e 01 das ciências biológicas. Os 05 projetos aprovados eram provenientes de pesquisadores vinculados as seguintes instituições: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/RJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/SP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Ceará (UFC). Foram 02 projetos aprovados na região sudeste, 01 no sul, 01 no nordeste e 01 no norte.

Com a Itália a cooperação internacional no âmbito da pesquisa envolveu a aprovação, nesta chamada, de 02 projetos na grande área das ciências biológicas, 01 das ciências humanas e 01 das ciências exatas e da terra. Os projetos aprovados eram da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP). Foram aprovados 03 projetos de instituições localizadas na região sudeste e 01 no sul.

Quanto ao México os projetos aprovados foram 02 das ciências biológicas, 01 das ciências humanas e 01 das ciências agrárias. Os projetos selecionados pertenciam a: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Piauí (UFPI). Foram 02 aprovações provenientes da região sudeste, 01 do centro oeste e 01 do nordeste.

Em relação ao Peru houve a seleção de 04 propostas: 02 das ciências biológicas, 01 das engenharias e 01 das ciências agrárias. As propostas aprovadas pertenciam as seguintes instituições: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Comissão Executiva do Plano da Lavoura (CEPLAC/DF), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Sendo assim, houve 02 aprovações provenientes da região sudeste, 01 do nordeste e 01 do centro oeste.

A cooperação internacional com a Alemanha (DFG) envolveu a aprovação de 03 projetos da grande área das ciências biológicas. As instituições beneficiárias foram: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Instituto Nacional de Câncer (INCA/RJ), sendo 02 instituições localizadas na região sudeste e 01 no nordeste.

A cooperação com a Colômbia possibilitou a aprovação de 02 projetos da grande área das ciências exatas e da terra e 01 das ciências biológicas. Foram selecionados projetos de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), e Universidade de São Paulo (USP). Foram 02 projetos da região sudeste e 01 do nordeste.

A relação com Cuba permitiu a aprovação de 01 projeto da grande área das ciências agrárias e 01 das ciências exatas e da terra. As instituições selecionadas como executoras dos projetos foram: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF) e Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), sendo então 01 aprovação na região norte e 01 no centro oeste.

Quanto ao Uruguai houve a aprovação de 02 propostas das ciências biológicas e 01 das ciências agrárias. As instituições beneficiárias foram: Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sendo 02 aprovações em instituições da região sudeste e 01 do sul.

Levando-se em consideração os 50 projetos aprovados por meio da chamada nº 17/2013 podemos afirmar que 19 eram das ciências biológicas, 12 das ciências exatas e da terra, 07 das ciências agrárias, 05 das ciências humanas, 04 das engenharias, 01 das ciências da saúde, 01 das ciências sociais aplicadas e 01 da grande área definida como 'outra'. Foram 26 projetos aprovados na região sudeste, 09 no nordeste, 06 no sul, 04 no norte, 05 no centro oeste. As instituições executoras dos projetos de pesquisa encontram-se no quadro abaixo:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	06
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	05
Universidade de Brasília	UnB	DF	03
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	03
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	03
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	02
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	02
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	02
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	02
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA	SP	01
Comissão Executiva do Plano da Lavoura	CEPLAC	DF	01
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	01
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	01
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	FUNCEME	CE	01
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	01
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	01
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	01
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	01
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	01
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	01
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	01
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	01
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	01
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	01
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	01
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	01
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	01
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	01
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	01
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	01
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	01
<b>Total</b>			<b>50</b>

<b>Chamada MCTI/SEPIN/CNPq Nº 19/2013 - Programa CI-Brasil 2013<sup>451</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País por meio de atividades

<sup>451</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

	voltadas para o desenvolvimento de circuitos integrados em centros e empresas de projetos de semicondutores no âmbito do Programa circuitos integrados - CI-Brasil.
Proponentes	O proponente responsável pela apresentação da proposta deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir, no mínimo, o título de mestre e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. Obs. As propostas deverão, obrigatoriamente, apresentar uma Instituição Parceira sendo que, no mínimo, 25% dos recursos aprovados deverão ser utilizados em cada uma destas instituições de parceria. As propostas deverão apresentar contrapartida relativa à despesa com o pagamento de recursos humanos – exceto pessoal do quadro administrativo das instituições participantes - no valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor total solicitado nesta chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais a serem liberados em 2013 e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 15 (meses) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 13 propostas.
Nº de propostas aceitas	11 propostas.

Foram submetidos ao CNPq 13 projetos para concorrerem à chamada MCTI/SEPIN/CNPq Nº 19/2013, dos quais 11 foram aprovados. Desses, 06 pertenciam a grande área das engenharias e 05 estavam caracterizados como 'outras'. As instituições listadas a seguir alcançaram cada, uma aprovação de um projeto: Freescale (SP); Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE/PE); Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica (CEITEC/RS); Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC/RS); Universidade de Brasília (UNB/DF); Chipus Microeletrônica (SC); Associação do Laboratório de Sistem (LSITEC NORDESTE/BA); Centro de Tecnologia da Informação Renato (CTI/SP); Siliconreef (PE); Idea Sistemas Eletrônicos (SP); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC). Pode-se observar que os projetos aprovados foram de instituições localizadas nas seguintes regiões do país: 04 do sul; 03 do sudeste; 03 do nordeste e 01 do centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Aeronáutico/CT-Espacial Nº 22/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Setor Aeroespacial<sup>452</sup>.</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no setor Aeroespacial, nos seguintes temas de interesse: a) Aerodinâmica; b) Materiais de Aplicação Aeroespacial; c) Sistemas de Propulsão; d) Robótica e Armar Inteligentes; e) Sensores de Uso Aeroespacial; f) Simuladores; g) Hipervelocidade; h) Estruturas; i) Guiamento e Controle; j) Sistemas de Comando e Controles.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. c1) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que atenda às exigências da chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), sendo R\$ 8.000.000,00 do FNDCT/Fundos Setoriais – CTAeronáutico e R\$ 3.000.000,00 do FNDCT/Fundos Setoriais - CT-Espacial. Os recursos serão liberados em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 288 propostas.
Nº de propostas aceitas	31 propostas.

Das 31 propostas aprovadas provenientes da chamada nº 22/2013, 29 pertenciam às engenharias, 01 às ciências exatas e da terra e 01 à área 'outra'. Foram 04 aprovações para o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA/SP); 04 aprovações para o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/SP); 03 aprovações para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/SP); 03 aprovações para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); 02 aprovações para a Universidade

<sup>452</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

Federal do Ceará (UFC); 02 aprovações para a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); 02 aprovações para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); 02 aprovações para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 02 aprovações para a Universidade de Brasília (UnB). As demais instituições obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI/SP), Instituto de Estudos Avançados (IEAv/SP); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram aprovados 19 projetos de pesquisa na região sudeste, 07 no nordeste, 03 no sul e 02 no centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Aquaviário N° 23/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Transporte Aquaviário e Construção Naval<sup>453</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no campo do transporte aquaviário e da construção naval.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta desde que atenda às exigências da chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais – Fundo de Transporte Aquaviário e Construção Naval (CT-Aquaviário), a ser(em) liberado(s) em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 104 propostas.
Nº de propostas aceitas	28 propostas.

Por meio da chamada nº 23/2013 houve a aprovação de 23 projetos de pesquisa da grande área de engenharias, 04 das ciências exatas e da terra e 01 das ciências humanas. Foram aprovados 05 projetos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 04 DA Universidade de São Paulo (USP); 04 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); 02 DO Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado (IPT/SP); 02 da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); 02 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 02 da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). As demais instituições obtiveram a aprovação de 01 projeto: Centro Gestor e Operacional do Sistema (CENSIPAM/DF); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Treze (13) projetos eram de instituições localizadas na região sudeste, 06 no sul, 05 no nordeste, 02 no norte e 02 no centro oeste.

<b>Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI N° 24/2013 - Desenvolvimento Social</b>	
Finalidade	Apoiar financeiramente projetos de pesquisa com a finalidade de trazer elementos de avaliação que possam auxiliar na condução ou indicar ajustes aos programas, ações e serviços no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, especialmente os conduzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) Ser professor universitário e/ou pesquisador vinculado à instituição de execução; b) possuir o título de mestre ou doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta desde que atenda às exigências da chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para itens de custeio e bolsas, sendo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

<sup>453</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

	oriundos do orçamento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a serem liberados em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo de execução estabelecido em 18 (dezoito) meses improrrogáveis.
Nº total de propostas	Foram enviadas 292 propostas.
Nº de propostas aceitas	37 propostas.

Das 72 propostas aceitas no que se refere à chamada nº 24/2013, 32 foram aprovadas para pesquisadores doutores. Sobre essas aprovações podemos afirmar que 12 eram das ciências humanas, 11 das ciências sociais aplicadas, 08 das ciências da saúde e 01 das ciências agrárias. Os projetos aceitos foram submetidos por pesquisadores das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – 03 projetos), Universidade de São Paulo (USP – 02 projetos), Universidade Federal da Bahia (UFBA – 02 projetos), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL – 02 projetos). As demais instituições citadas obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Fundação João Pinheiro (FJP/MG), Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS/DF), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Universidade da Integração Internacional (UNILAB/CE), Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Foram 10 projetos do nordeste, 09 da região sudeste, 08 do sul, 03 do centro oeste e 02 do norte.

Ao nível da titulação de mestre foram aprovados 05 projetos de pesquisa, 04 das ciências sociais aplicadas e 01 das ciências da saúde. As instituições beneficiárias foram: Centro Universitário da Fundação Educacional (UNIFEB/SP), Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). As regiões contempladas foram: sudeste (02 projetos aceitos), nordeste (02 projetos aceitos) e sul (01 projeto aceito).

Sendo assim, levando-se em consideração as 37 propostas financiadas pelo CNPq, podemos apontar que foram 15 projetos da grande área das ciências sociais aplicadas, 12 das ciências humanas, 09 das ciências da saúde, e 01 das ciências agrárias. Foram 12 propostas aceitas do nordeste, 11 do sudeste, 09 do sul, 03 do centro oeste e 02 do norte. As instituições estão no quadro abaixo:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	3
Universidade de São Paulo	USP	SP	2
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	2
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	2
Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	CEFET/CE	CE	1
Centro Universitário da Fundação Educacional	UNIFEB	SP	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	1
Fundação João Pinheiro	FJP	MG	1
Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	ANIS	DF	1

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	1
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	1
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	1
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira	UNILAB	CE	1
Universidade de Brasília	UnB	DF	1
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	1
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	1
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	1
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	1
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	1
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	1
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	1
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	1
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	1
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	1
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	1
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	1
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	1
<b>Total</b>			<b>37</b>

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-BIOTEC Nº 26/2013 - Convênio CNPq/NWO (Holanda)<sup>454</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de pesquisa e inovação em Bioeconomia, no âmbito do Programa de Cooperação CNPq e a Organização Holandesa para Pesquisa Científica (NWO), em um ou mais dos temas abaixo: Melhoramento de cultivares e de produtos da agropecuária, horticultura e aquicultura; Biorremediação; Biorrefinarias e subsequente conversão de biomassa em energia e commodities químicas; Desenvolvimento de enzimas com aplicação na indústria de alimentos; e Produtos e ferramentas biotecnológicas com aplicação em saúde animal.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; e d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sendo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos do Fundo Setorial de Biotecnologia e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI) a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado por no máximo 12 (doze) meses.
Nº total de propostas	Foram enviadas 37 propostas.
Nº de propostas aceitas	06 propostas.

Das 06 propostas aprovadas que concorreram à chamada MCTI/CNPq/CT-BIOTEC Nº 26/2013, 04 eram das ciências agrárias, 01 das ciências da saúde e 01 das ciências exatas e da terra. As

<sup>454</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenador por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional, conforme disposto na Lei nº11.540/2007.

instituições a seguir obtiveram a aprovação de um projeto cada: Instituto Agronômico de Campinas (IAC); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de São Paulo (USP); Universidade de Brasília (UNB). Desse modo, 03 projetos eram provenientes da região sudeste, 02 do centro oeste e 01 do sul.

<b>CHAMADA Nº 27/2013 MCTI/CNPq/CT- Biotec - Pesquisa, desenvolvimento e inovação na produção de vacinas recombinantes para promoção da saúde animal<sup>455</sup></b>	
Finalidade	Apoiar propostas de pesquisa, desenvolvimento e inovação de bioprodutos e/ou bioprocessos aplicados à produção de vacinas recombinantes para prevenção de zoonoses em animais.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução; d) é desejável, porém não obrigatório que o proponente tenha experiência prévia comprovada no desenvolvimento de produtos/processos inovadores e prova de conceito do objeto da proposta, e/ou tenha depósito ou registro da propriedade industrial do produto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), oriundos do Fundo Setorial CT-BIOTEC, a serem liberados em 2 (duas) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>456</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 37 propostas.
Nº de propostas aceitas	07 propostas.

Foram submetidos ao CNPq 37 projetos para concorrerem à chamada nº 27/2013, dos quais 07 foram aprovados. Desses, 04 pertenciam às ciências biológicas e 03 às ciências agrárias. As instituições a seguir obtiveram a aprovação de um projeto cada: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Instituto Butantan (IBU/SP); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assim, 03 projetos eram da região sudeste, 02 da sul, 01 do nordeste e 01 do centro oeste.

<b>CHAMADA Nº 28/2013 MCTI/CNPq/CT- Biotec - Engenharia de Sistemas Biológico<sup>457</sup></b>	
Finalidade	Esta chamada tem por objetivo apoiar por meio de financiamento projetos de P, D & I na área de Engenharia de Sistemas Biológicos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais), oriundos do Fundo Setorial de Biotecnologia CTBiotec, a serem liberados em 2 (duas) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 191 propostas.
Nº de propostas	18 propostas.

<sup>455</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>456</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>457</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.



aceitas	
---------	--

Das 18 propostas aprovadas mediante a chamada nº 28/2013, 09 eram das ciências biológicas, 07 das engenharias, 01 das ciências exatas e da terra e 01 das ciências da saúde. Os projetos foram aprovados nas seguintes instituições: 03 na Universidade Federal do Ceará (UFC); 02 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 02 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As demais listadas adiante alcançaram a aprovação de uma proposta cada: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM/SP); Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/RJ); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF); Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Federal do Pará (UFPA). As propostas aprovadas eram 08 da região sudeste; 04 do nordeste; 03 do sul; 02 do centro oeste; e 01 do norte.

<b>Chamada Nº 29/2013 MCTI/CNPq/CT-Biotec - Agregação de valores à agro-biodiversidade vegetal (agro-biodiversidade nativa negligenciada) por rota biotecnológica<sup>458</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de biotecnologias para a melhoria da qualidade, uniformidade e durabilidade do produto in natura e desenvolvimento de novos produtos de alimentação, cosmético, fármacos ou outras aplicações industriais, relacionadas às seguintes espécies: Caju ( <i>Anacardium occidentale</i> ); Guaraná ( <i>Paullinia cupana</i> ); Açaí e juçara ( <i>Euterpe oleracea</i> e <i>E. edulis</i> ); Umbu ( <i>Spondias tuberosa</i> ) e Jabuticaba ( <i>Plinia cauliflora</i> ).
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), oriundos do Fundo Setorial CT-BIOTEC, a serem liberados em 2 (duas) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>459</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 155 propostas.
Nº de propostas aceitas	12 propostas.

As grandes áreas que obtiveram aprovação de projetos por meio da chamada Nº 29/2013 foram: 04 projetos das ciências biológicas, 04 das ciências da saúde, 02 das ciências exatas e da terra e 02 das ciências agrárias. As instituições que obtiveram a aprovação de um projeto cada uma são as seguintes: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dessa forma, foram 04 aprovações da região sul, 02 do sudeste, 02 do norte, 02 do nordeste e 02 do centro oeste.

<sup>458</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>459</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<b>CHAMADA MCTI/CNPq/CT-Biotec Nº 30/2013<sup>460</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem ao desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos (biolixiviação e biorremediação) para minimizar ou solucionar problemas ambientais causados pela atividade humana, tais como resíduos industriais, domésticos, agropecuários, provenientes de mineradoras, da produção de petróleo e derivados, da produção de combustíveis, tratamento de esgoto e águas superficiais, subterrâneas e residuais, da indústria pesqueira, poluentes, entre outros.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil reais), oriundos do Fundo Setorial CT-Biotec, a serem liberados em 2 (duas) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>461</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 185 propostas.
Nº de propostas aceitas	13 propostas.

A chamada MCTI/CNPq/CT-Biotec Nº 30/2013 possibilitou o financiamento de 05 pesquisas das ciências biológicas, 04 das engenharias, 01 das ciências exatas e da terra, 01 das ciências agrárias e 02 da área 'outras'. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) obteve a aprovação de 02 projetos. As demais obtiveram a aprovação de um projeto: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/RJ), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os projetos aprovados eram 06 da região sudeste, 04 do nordeste, 02 do sul, e 01 do centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-SAUDE/MS/SCTIE/DECIT Nº 31/2013 - Doenças Endócrinas e Metabólicas<sup>462</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação nos temas relacionados às doenças endócrinas e metabólicas, com ênfase em síndrome metabólica, diabetes, obesidade, distúrbios da glândula tireóide e dislipidemias.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicos-científicas, e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), sendo R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) oriundos do orçamento do Fundo CT-SAUDE e R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) do DECIT/SCTIE/MS, de acordo com o repasse dos recursos ao CNPq e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão <sup>463</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Nº total de propostas	Foram enviadas 297 propostas.

<sup>460</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>461</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>462</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>463</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Nº de propostas aceitas	16 propostas.
-------------------------	---------------

Das 16 propostas aprovadas na chamada MCTI/CNPq/CT-SAÚDE/MS/SCTIE/DECIT Nº 31/2013, 10 eram das ciências da saúde, 05 das ciências biológicas e 01 das ciências exatas e da terra. A Universidade de São Paulo (USP) obteve 03 aprovações e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 02. As demais obtiveram a aprovação de um projeto: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina (HCFMUSP), Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Universidade Católica de Brasília (UCB/DF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). As instituições localizam-se nas seguintes regiões geográficas do país: 09 no sudeste, 03 no sul, 03 no nordeste e 01 no centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-ENERG Nº 33/2013 - Tecnologia em Smart Grids<sup>464</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em Smart Grids (Redes Elétricas Inteligentes - REI), estimulando a cooperação entre Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisa, Empresas do Setor Elétrico e Empresas do Setor Produtivo de forma a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; c1) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta desde que atenda às exigências da chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) do FNDCT/Fundos Setoriais – CT-Energ. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 78 propostas.
Nº de propostas aceitas	13 propostas.

Foram aprovados 09 projetos de pesquisa das engenharias, 03 das ciências exatas e da terra e 01 da área 'outras' por meio da chamada MCTI/CNPq/CT-ENERG Nº 33/2013. Cada uma das instituições listadas a seguir obteve a aprovação de um projeto: Instituto Federal do Ceará - Reitoria (IFCE), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG). As regiões do país contempladas foram: 05 projetos da região nordeste, 04 do sul, 03 do sudeste e 01 do norte.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 35/2013 - Gerenciamento de Recursos Hídricos<sup>465</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, gerando novos conhecimentos, mediante o fomento à pesquisa básica, à pesquisa aplicada, ao desenvolvimento tecnológico, à capacitação profissional e ao fortalecimento institucional voltado à melhoria dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e do gerenciamento integrado das águas superficiais e subterrâneas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes,

<sup>464</sup> Parcela mínima de 40% (quarenta por cento) dos recursos será destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

<sup>465</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

	atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução. Obs. Será dada preferência aos projetos organizados em Redes de Pesquisas Cooperativas multidisciplinares e em parceria com Órgãos Gestores, Associações de Usuários de Recursos Hídricos ou suas Entidades Representativas. Para fins desta Chamada, considera-se projeto organizado em Rede de Pesquisa Cooperativa aquele que envolva grupos de pesquisadores de, pelo menos, 2 instituições distintas, 01 ou mais comitês ou subcomitês de bacias hidrográficas e 2 diferentes Estados.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Esses recursos serão liberados a depender da transferência orçamentária e financeira do CT-HIDRO ao CNPq <sup>466</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 113 propostas.
Nº de propostas aceitas	13 propostas.

Das 13 propostas aprovadas mediante a chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 35/2013, 06 eram das engenharias, 04 das ciências agrárias, 02 das ciências exatas e da terra e 01 da área 'outras'. Obtiveram a aprovação de 02 projetos cada, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). As demais obtiveram a aprovação de um projeto cada: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME/CE), Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE/SP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dos 13 projetos de pesquisa, 06 eram da região nordeste, 04 do sudeste, 02 do centro oeste e 01 do sul.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 36/2013 - Conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade<sup>467</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, gerando novos conhecimentos dos processos de interação solo/água/biodiversidade, com ênfase na racionalização do uso da água, nos impactos sobre a disponibilidade hídrica oriundos do manejo, uso e ocupação inadequados dos solos e dos aportes de cargas aos corpos hídricos receptores.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; e c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução. Obs. Será dada preferência aos projetos organizados em Redes de Pesquisa Cooperativa ou em parceria com Órgãos Gestores, Associações de Usuários de Recursos Hídricos ou suas Entidades Representativas. Para fins desta Chamada, considera-se projeto organizado em Rede de Pesquisa Cooperativa aquele que envolva grupos de pesquisadores de ao menos 3 (três) instituições de 2 (duas) Unidades da Federação diferentes.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)/Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro), a serem liberados a depender da transferência orçamentária e financeira do CT-Hidro ao CNPq <sup>468</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 141 propostas.
Nº de propostas aceitas	09 propostas.

<sup>466</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>467</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados à instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

<sup>468</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Os projetos de pesquisa aprovados pertencentes à Chamada MCTI/CNPq/CT-Hidro Nº 36/2013, eram 04 das ciências agrárias, 02 das ciências biológicas, 02 da área 'outras' e 01 das engenharias. Com exceção da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que alcançou a aprovação de 02 projetos de pesquisa junto ao CNPq, as demais instituições listadas adiante obtiveram a aprovação de um projeto cada: Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Assim, 06 projetos eram da região sudeste, 02 do nordeste e 01 do centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-AGRO/CT-SAÚDE/CT-HIDRO Nº 37/2013 - Mudanças Climáticas<sup>469</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e para o desenvolvimento de estratégias de adaptação às mudanças climáticas nas seguintes áreas: (1) Agropecuária (2) Saúde Humana e (3) Recursos Hídricos, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas para reduzir vulnerabilidades frente às mudanças climáticas globais.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, sendo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) provenientes do CT-AGRO, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) do CT-SAÚDE e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do CT-HIDRO <sup>470</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 287 propostas.
Nº de propostas aceitas	38 propostas.

Sobre a primeira área (Agropecuária) podemos afirmar que houve a aprovação de 20 projetos, 07 das ciências exatas e da terra, 04 das ciências da saúde, 03 das ciências agrárias, 03 das ciências biológicas, 02 da área 'outra' e 01 das engenharias. Foram 04 projetos aprovados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF); 04 da Universidade de São Paulo (USP), 02 da Universidade Federal de Viçosa (UFV). As demais instituições obtiveram a aprovação de um projeto cada: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Sendo assim, foram aprovados 09 projetos na região sudeste, 05 no centro oeste, 04 no sul e 02 no nordeste.

Em relação ao segundo tema (saúde humana) houve a aprovação de 12 projetos, 05 das ciências exatas e da terra, 03 das ciências da saúde, 02 das ciências agrárias, 01 das ciências humanas e 01 das ciências sociais aplicadas. Foram selecionadas 02 propostas de pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e uma proposta das seguintes instituições: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/DF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade

<sup>469</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>470</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Foram aprovadas 04 propostas do sul, 03 do sudeste, 03 do nordeste, 01 do norte e 01 do centro oeste.

Na área de recursos hídricos foram selecionados 06 projetos, 02 das ciências sociais aplicadas, 01 das ciências exatas, 01 das ciências biológicas, 01 das ciências agrárias, 01 das ciências humanas. Dois (02) projetos pertenciam a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) os demais foram submetidos por pesquisadores das seguintes instituições: Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/SP), Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foram 03 projetos da região sul, 01 do sudeste, 01 do nordeste e 01 do norte.

Considerando a chamada nº 37/2013 em sua totalidade verificamos que dos 38 projetos aprovados 13 pertenciam às ciências exatas e da terra, 07 as ciências da saúde, 06 as ciências agrárias, 04 as ciências biológicas, 03 as ciências sociais aplicadas, 02 as ciências humanas, 02 a área 'outra', 01 as engenharias. Foram aprovados 04 projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), 04 da Universidade de São Paulo (USP), 03 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 02 da Universidade Federal de Viçosa (UFV), 02 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Obtiveram a aprovação de um projeto cada as seguintes instituições: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/DF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). As propostas selecionadas segundo a região foi: 13 no sudeste, 11 no sul, 06 no nordeste, 06 no centro oeste e 02 no norte.

<b>Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq Nº 38/2013<sup>471</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, de desenvolvimento e/ou de inovação tecnológica voltados para Insumos Agrícolas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou se aposentado comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo oriundos do FNDCT/CT-AGRONEGÓCIO, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira deste Fundo Setorial <sup>472</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 322 propostas.
Nº de propostas aceitas	24 propostas.

<sup>471</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional - FNDCT.

<sup>472</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Das 24 propostas aprovadas por meio da chamada nº 38/2013, 20 pertenciam às ciências agrárias, 02 as ciências biológicas, 01 as engenharias e 01 as ciências exatas e da terra. Foram aprovados 03 projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF) e 02 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). As demais aprovações foram nas instituições listadas a seguir: Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima (Embrapa/RS), Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal (Embrapa/MS), Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros (Embrapa/SE), Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/USP), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM/SP), Instituto Tecnológico Vale (ITV/MG), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande (PUCRS), Universidade Católica de Brasília (UCB/DF), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Houve 09 aprovações em instituições localizadas na região sul, 07 no sudeste, 05 no centro oeste e 03 no nordeste.

<b>Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq Nº 39/2013<sup>473</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, de desenvolvimento e/ou de inovação tecnológica voltados para Agregação de Valor às Cadeias Produtivas de Frutas e Lácteos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou se aposentado comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo oriundos do FNDCT/CT-AGRONEGÓCIO, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira deste Fundo Setorial. Para cada linha temática está previsto o financiamento com recursos na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) <sup>474</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 310 propostas.
Nº de propostas aceitas	22 propostas.

Dos 22 projetos aprovados, 18 eram das ciências agrárias, 02 das ciências exatas e da terra e 02 das engenharias. A Universidade de São Paulo (USP) obteve a aprovação de 03 projetos assim como a Universidade Federal de Viçosa (UFV). A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) alcançou a aprovação de 02, assim como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As demais obtiveram a aprovação de um projeto: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF). Dez (10) projetos eram da região sudeste, 07 do sul, 04 do nordeste e 01 do centro oeste.

<sup>473</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional - FNDCT.

<sup>474</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 40/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação voltados para a Cadeia Produtiva do Biodiesel<sup>475</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento e inovação voltados para a cadeia produtiva do biodiesel.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 25.600.000,00 (vinte e cinco milhões e seiscentos mil reais); sendo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) oriundos do CT-PETRO, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) oriundos do CT-ENERG, R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) oriundos do CT-AGRO e R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) oriundos de Ação Transversal, liberado(s) em 02 parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira dos Fundos <sup>476</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 397 propostas.
Nº de propostas aceitas	48 propostas.

As 48 propostas selecionadas a partir da chamada nº 40/2013 podem ser assim distribuídas: 17 das ciências exatas e da terra, 14 das engenharias, 12 das ciências agrárias, 05 das ciências biológicas. Quanto às instituições de execução, 05 projetos foram aprovados para serem executados na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), 05 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 04 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 03 na Universidade Federal de Viçosa (UFV), 02 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 02 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), 02 na Universidade de São Paulo (USP), 02 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 02 na Universidade Federal de Goiás (UFG), 02 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 02 na Universidade Federal do Ceará (UFC), 02 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os demais projetos foram aprovados nas seguintes instituições: Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP/SE), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Nacional de Tecnologia (INT/RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Foram selecionados 20 projetos de instituições localizadas na região sudeste, 11 no sul, 09 no nordeste, 07 no centro oeste, 01 do norte.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit Nº 41/2013 - Rede Nacional de Pesquisas sobre Política de Saúde: Conhecimento para Efetivação do Direito Universal à Saúde<sup>477</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio da realização de pesquisas sobre políticas de saúde, visando à produção de conhecimento para a efetivação do direito universal à saúde.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.

<sup>475</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>476</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>477</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.



Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) oriundos do orçamento do CT-Saúde/FNDCT/Fundos Setoriais e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) oriundos do Decit/SCTIE/MS, a ser(em) liberado(s) em 02 parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>478</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 48 (quarenta e oito) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 57 propostas.
Nº de propostas aceitas	14 propostas.

Em relação à chamada nº 41/2013, 13 propostas aprovadas eram das ciências da saúde e 01 das ciências sociais aplicadas. Tanto a Universidade de Brasília (UnB) quanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) obtiveram a aprovação de 03 projetos cada. As demais instituições alcançaram a aprovação de um (01) projeto: Fundação João Pinheiro (FJP/MG), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/DF), Instituto de Saúde Coletiva (UFBA), Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Foram aprovados 06 projetos da região sudeste, 04 do centro oeste, 02 do nordeste, 01 do norte e 01 do sul.

<b>Chamada Nº 43/2013 - MCTI/CNPq/MEC/CAPES</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto, em departamentos das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas ou em programas de pós-graduação dessas áreas; d) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo R\$ 50% da CAPES e 50% do CNPq, recursos esses oriundos do Tesouro Nacional, do orçamento de 2012, relativo ao Fomento à Pesquisa Fundamental, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq e da CAPES.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 1.492 propostas.
Nº de propostas aceitas	575 propostas.

A chamada nº 43/2013 possibilitou a aprovação de 575 projetos de pesquisa, 313 das ciências humanas, 226 das ciências sociais aplicadas, 28 da linguística, letras e artes, 08 das ciências exatas e da terra. Quanto à região geográfica de localização das instituições de execução, podemos afirmar que 219 projetos foram aprovados para serem realizados em estabelecimentos na região sudeste do país, 170 no sul, 112 no nordeste, 46 no centro oeste, 28 no norte. As instituições de execução estão no quadro abaixo:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	26
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	24
Universidade Estadual Paulista	UNESP	SP	23
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	17
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	16

<sup>478</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Universidade de São Paulo	USP	SP	15
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	14
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	14
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	14
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	14
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	13
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	12
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	12
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	12
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	11
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	10
Universidade de Brasília	UnB	DF	10
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	9
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	9
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	8
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	8
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	8
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	7
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	7
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	7
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	7
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	7
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	7
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	6
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	6
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	6
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	6
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	6
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	6
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	6
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	6
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	5
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	5
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	5
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	5
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	5
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	5
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	5
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	4
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	4
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	4
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	4
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	4
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	4
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	4

Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	PR	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	4
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	3
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	3
Fundação João Pinheiro	FJP	MG	3
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	3
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	3
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	3
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	3
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	3
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	3
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	3
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	3
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	3
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	3
Universidade São Francisco	USF	SP	3
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	CEBRAP	SP	2
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas	IBEPES	PR	2
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência	IBICT	DF	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	2
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	2
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	2
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	2
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	2
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	2
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	2
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	2
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	2
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	2
Universidade Federal da Integração Latino-	UNILA	PR	2
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	2
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	2
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	2
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	2
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET	MG	1
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET	RJ	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	1
Escola Superior de Teologia	EST	RS	1
Faculdade Campo Limpo Paulista	FACCAMP	SP	1
Fórum Brasileiro de Segurança Pública	FBSP	SP	1
Fundação Casa de Rui Barbosa	FCRB	RJ	1
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças	FUCAPE	ES	1
Fundação de Apoio ao Cefet	FUNCEFET	RJ	1
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	IUPERJ	RJ	1

Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	1
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	1
Núcleo de Estudos de População	NEPO	SP	1
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	1
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	1
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	1
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	1
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	1
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	1
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	1
Universidade do Extremo Sul	UNESC	SC	1
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	1
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	1
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	MG	1
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	1
Universidade Regional do Noroeste do Estado	UNIJUI	RS	1
Universidade Paulista	UNIP	SP	1
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	1
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	1
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	1
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	1
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	1
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	SP	1
<b>Total</b>			<b>575</b>

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-SAÚDE/CTBIOTECNOLOGIA/MS/SCTIE/DECIT/DECIS - Nº 47/2013 - Novas Terapias Portadoras de Futuro<sup>479</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação nos temas relacionados ao desenvolvimento de novas terapias e tecnologias com foco na saúde e que se enquadrem nas seguintes linhas de pesquisa: Anticorpos monoclonais; Medicina regenerativa com ênfase na bioengenharia de órgãos para transplante; Tecnologias de RNAs de interferência, micro RNAs e antagomirs e edição de genomas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas-científicas, e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 18.750.000,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil reais) oriundos do orçamento do Fundo CT-SAÚDE; R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) oriundos do orçamento do Fundo CTBIOTECNOLOGIA, R\$ 3.750.000,00 (três milhões e setecentos e cinquenta mil reais) oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit/SCTIE/MS) e R\$ 3.750.000,00 (três milhões e setecentos e cinquenta mil reais) oriundos do Departamento do Complexo Industrial da Saúde da

<sup>479</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT (Lei 10.332 de 19 de dezembro de 2001).

	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decis/SCTIE/MS) e repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>480</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação por mais 12 (doze) meses.
Nº total de propostas	Foram enviadas 127 propostas.
Nº de propostas aceitas	23 propostas.

Por meio da chamada nº 47/2013 foram aprovados 12 projetos de pesquisa das ciências da saúde, 09 das ciências biológicas e 02 das engenharias. Houve a seleção de 05 projetos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 03 da Universidade de São Paulo (USP), 02 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os demais projetos foram enviados por pesquisadores (as) das seguintes instituições: Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA/RS), Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert (IIEPAE/SP), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO/RJ), Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL/SP), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 15 projetos de instituições localizadas na região sudeste, 06 no sul e 02 no nordeste.

<b>Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CT-AMAZÔNIA/ CNPq Nº 48/2013<sup>481</sup></b>	
Finalidade	O objeto desta Chamada é fomentar projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados para a produção agropecuária sustentável e agroecologia.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou se aposentado comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) provenientes do CT-AGRONEGÓCIO e R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) provenientes do CT-AMAZÔNIA, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira destes Fundos <sup>482</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 131 propostas.
Nº de propostas aceitas	26 propostas.

Das 26 propostas aceitas 21 eram das ciências agrárias, 02 da área 'outra', 01 das ciências exatas, 01 das engenharias e 01 das ciências biológicas. Foram 06 propostas selecionadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), 02 da Universidade Federal de Lavras (UFLA), 02 da Universidade Federal de Viçosa (UFV), 02 da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 02 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As demais instituições alcançaram a aprovação de 01 projeto cada: Universidade de São Paulo (USP), Fundação Universidade Federal do Tocantins

<sup>480</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>481</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos provenientes do CT-AGRONEGÓCIO será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a Instituições de Execução sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional - FNDCT. A totalidade dos recursos provenientes do CT-AMAZÔNIA será necessariamente aplicada em projetos cujas Instituições de Execução estejam sediadas nos estados pertencentes à Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima).

<sup>482</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

(UFT), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/RS), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/SP). Foram aprovados 07 projetos na região sudeste, 07 no centro oeste, 05 no sul, 04 no norte e 03 no nordeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Energ Nº 49/2013 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energia Solar Fotovoltaica e LEDs para Aplicações em Iluminação e Eficiência Energética<sup>483</sup></b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo a promoção da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação nas tecnologias para geração de energia solar fotovoltaica, LEDs e fontes luminosas inovadoras e para sistemas de iluminação de alta eficiência.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. d) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que atenda às exigências do regulamento.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); sendo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) oriundos do CT-ENERG e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos de Ação Transversal, liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira dos Fundos.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 129 propostas.
Nº de propostas aceitas	24 propostas.

Por meio da chamada nº 49/2013 foram aceitos 13 projetos da área das engenharias, 10 das ciências exatas e da terra e 01 da área 'outra'. Foram 02 projetos aprovados da Universidade de Brasília (UnB), 02 da Universidade Federal de Goiás (UFG), 02 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 02 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 02 da Universidade Federal do Ceará (UFC), 02 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Os demais projetos foram aprovados nas instituições a seguir: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os projetos aprovados eram provenientes de instituições localizadas na região sudeste (06 projetos), sul (06 projetos), nordeste (06 projetos) e centro oeste (06 projetos).

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Mineral Nº 51/2013 - Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Setor Mineral<sup>484</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e de inovação por meio da formação de recursos humanos, capacitação e modernização de infraestrutura laboratorial nas áreas de Agrominerais, Lítio e Carvão Mineral.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: possuir o título de doutor; coordenar apenas uma proposta deste edital; ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.000.000,00

<sup>483</sup> Parcela mínima de 40% (quarenta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

<sup>484</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (Lei nº 11.540/2007).

financeiros	(quatro milhões de reais), oriundos do Fundo Setorial Mineral, pertencente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT/Fundos Setoriais - CT-Mineral. Os recursos serão liberados em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 48 meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	3.983 propostas.
Nº de propostas aceitas	15 propostas.

Das 15 propostas aceitas referente à chamada nº 51/2013, 08 pertenciam às engenharias; 06 às ciências exatas e da terra e 01 às ciências agrárias. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) obteve 04 aprovações e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) obteve 02 aprovações. As demais instituições obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/RJ); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Passo Fundo (UPF); Universidade de São Paulo (USP). Foram 07 aprovações no sul; 04 no sudeste; 03 no nordeste e 01 no centro oeste.

<b>Chamada Pública MCTI/SETEC/CNPq Nº 54/2013 - RHAPE Pesquisador na Empresa<sup>485</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio da inserção de mestres ou doutores em empresas privadas, atendendo aos objetivos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 e às prioridades da política industrial - Plano Brasil Maior. Serão aceitas propostas de projetos de desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos que visem ao aumento da competitividade das empresas.
Proponentes	O proponente responsável pela apresentação da proposta, deve atender obrigatoriamente aos itens abaixo: a) ter seu currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes do CNPq até a data limite para apresentação das propostas; b) ter vínculo formal - societário ou celetista - com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq. As demais despesas do projeto deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida. OBS. O valor mínimo da contrapartida é de 20% do valor solicitado na proposta, em recursos financeiros ou não financeiros, efetivamente necessários para a execução do projeto e que possam ser economicamente mensuráveis e demonstráveis.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido de 24 à 36 meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 1.744 propostas.
Nº de propostas aceitas	287 propostas.

As 287 propostas aceitas mediante a chamada nº 54/2013 podem ser distribuídas segundo a grande área do conhecimento da seguinte forma: 86 das engenharias, 63 das ciências exatas, 60 das ciências agrárias, 37 das ciências biológicas, 22 das ciências da saúde, 11 das ciências sociais aplicadas, 04 das ciências humanas e 04 de uma área definida como 'outra'. As regiões do país contempladas foram: sudeste (132 projetos aprovados), sul (72 projetos aprovados), nordeste (49 projetos aprovados), centro oeste (30 projetos aprovados), norte (04 projetos aprovados). A lista das empresas beneficiárias pode ser visualizada no quadro a seguir:

<b>Empresa</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
BRF - Brasil Foods	BRF	SC	5
BioCelere Agroindustrial	BioCelere	SP	3

<sup>485</sup> Parcela mínima de 30% dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos cujos coordenadores estejam vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

Agrosatélite Geotecnologia Aplicada	Agrosatélite	SC	2
Alchemy Inovação, Pesquisa e	ALCHEMY	SP	2
Altave Indústria, Comércio e Exportação	ALTAVE	SP	2
Apis Flora Industrial Comercial	APF	SP	2
APLYSIA Tecnologia para o Meio Ambiente	APLYSIA	ES	2
AWC Engenharia e Tecnologia	AWC	RS	2
Centro de Tecnologia Animal Ltda.	CTA	ES	2
Chip Inside Engenharia e Tecnologia	CHIP INSIDE	RS	2
Claeff Engenharia e Produtos Químicos	CLAEFF	PE	2
Daccord Music Software	DACCORD	PE	2
DPR Engenharia - Assessoria e Consultoria	DPR Engenharia	SP	2
FK Biotecnologia	FK	RS	2
Genova Projetos de Inovação Tecnológica	GENOVA	CE	2
Geoinova Soluções	GEOINOVA	GO	2
HortiAgro Sementes	HORTIAGRO	MG	2
Integra Bioprocessos e Análises	IntegraBio	DF	2
Líbera Tecnologia e Inovação	LÍBERA	SP	2
MAGMATTEC - Tecnologia de Materiais	MAGMATTEC	RS	2
Neoprospecta Pesquisa e Consultoria	NEOPROSPECTA	SC	2
Trixel Desenvolvimento de Sistemas	TRIXEL	MG	2
Braskem - Camaçari - Eteno	BRASKEM/BA	BA	2
3BR Tech Desenvolvimento de	3BR TECH	RS	1
3DI Engenharia LTDA	3DI ENG	PR	1
Acen Semicon	ACEN	SP	1
ACP Biotecnologia	ACPBIOTEC	CE	1
Acquaplan Tecnologia e Consultoria Ambiental	AQUAPLAN	SC	1
ACV Brasil	ACV Brasil	PR	1
Afinko Soluções em Polímeros	AFINKO	SP	1
Agência Climatedempo	CLIMATEMPO	SP	1
Agroceres Multimix Nutrição Animal	AGMX	SP	1
Agropecuária Buriti Perdido	BURITI PERDIDO	DF	1
Agrosolutions Tecnologias Agrícolas	AGROSOLUTIONS	CE	1
Alcoa Alumínio - Matriz	ALCOA	MG	1
Alivepro Tecnologia da Informação	ALIVEPRO	DF	1
Alkimat Tecnologia	ATL	SC	1
Allegro Tecnologia	ALLTEC	DF	1
Allimenta Nutrição Animal	ANAnimal	MS	1
Altis - Soluções em Tecnologia da Informação	ALTIS	CE	1
Amazonbiotech	ABT	PA	1
Artecola Indústrias Químicas	ARTECOLA	RS	1
AT Médica Serviços e Comércio	AT MÉDICA	MG	1
Atech - Negócios em Tecnologias	ATECH	SP	1
Audaces Automação e Informática Industrial	AUDACES	SC	1
B2ML Sistemas	B2ML	MG	1
Belagricola Com. e Rep. de Produtos Agrícolas	Belagricola	PR	1



Bem Brasil Alimentos	BEM BRASIL	MG	1
BENTONISA - Bentonita do Nordeste	BENTONISA	PB	1
Best In Games Hut - BigHut Games	BHG	PE	1
Bezerra Alimentos	BEZERRA	PI	1
Bio & Green Indústria de Produtos Biodegradáveis	BIO&GREEN	SP	1
Bio Bureau de Desenvolvimentos de	BIO BUREAU	RJ	1
Biodiesel Consultoria e Projetos	BIODIESEL	BA	1
Biofractal Engenharia e Biotecnologia Ambiental	BIOFRACTAL	SC	1
Biokyra Pesquisa e Desenvolvimento	BK	SC	1
Biotran Assessoria e Consultoria em Medicina	BIOTRAN	MG	1
Biozeus Desenvolvimento de Produtos	BIOZEUS	RJ	1
BM4 - Brasil Materiais e Instrumentais Ltda. ME	BM4	SC	1
Bolsa de Produtos	BP	SP	1
BR Labs Indústria e Comércio	BR LABS	SP	1
Braille Biomédica Indústria Comércio e	BRAILE	SP	1
Brazilian Research Institute for Scientific	BRISA	MG	1
BRIO Embryo Assessoria Agropecuária e	Brio Embryo	TO	1
Brphotonics Produtos Optoeletrônicos	BRPHOTONICS	SP	1
Cafundo Estudio Criativo	Cafundo	SC	1
CeelBioTecnologia em Cerâmicas	CEELBIO	MG	1
CELLMED Medicina Regenerativa e	CELLMED	RS	1
Controlnova Alimentos	CENTROINOVA	MG	1
Ceva Saúde Animal	CEVA	SP	1
CIAware	CW	SP	1
Cientec Consultoria e Desenvolvimento de	CIENTEC	MG	1
Clínica DMI - Diagnóstico Médico por Imagem	DMI	SC	1
Codon Biotecnologia	CODON	MG	1
Columbia Tecnologia em Petróleo e Serviços	COLUMBIA	ES	1
Concert Technologies	CONCERT	SP	1
Control Agro Bio Pesquisa e Defesa Agropecuária	CABio	RS	1
Control Inovações Tecnológicas	CONTROL	CE	1
Corollarium Tecnologia	CORTEC	SP	1
DAP Engenharia Florestal	DAP Florestal	MG	1
Diagene Diagnósticos Moleculares	DIAGENE	DF	1
DIAGNO - Materiais e Meio Ambiente	DIAGNO	PR	1
Digitalplace Network e Tecnologia	DIGITALPLACE	SP	1
DILLON BIOTECNOLOGIA LTDA ME	DILLON	RS	1
DNAnalises Unidade de Negócios	DNAnalises	SC	1
DNAPTA Biotecnologia	DNAPTA	SP	1
Douglas D Luche Biotecnologia	CriaGene	MG	1
Duas Rodas	DUAS RODAS	SC	1
Dux Investimentos	DUX	RJ	1
Ecovec	ECOVEC	MG	1
Editora Paka-Tatu	PAKA-TATU	PA	1
EITI - Empreendimentos Inovadores em	VELUM	DF	1

Embriotec Reprodução Animal	EBT	GO	1
EnergiaH	ENERGIAH	RJ	1
Engecrop Engenharia e Consultoria	ENGECROP	CE	1
Engenharia Assistida por Computador	ENACOM	MG	1
ER Montagens Industriais	ER	MG	1
Espectro	ESPECTRO	SP	1
Eurekamob Aplicativo Mobile	EUREKAMOB	SE	1
Falbom Agroindustrial	FALBOM	PR	1
Falcões Agro Indústria e Incorporadora	FALCÕES	CE	1
Fernando César Torres Furlani	SABORTROPICAL	CE	1
Fiasul Indústria de Fios	FIASUL	PR	1
FIGLABS Pesquisa e Desenvolvimento	FIGLABS	SP	1
Fisiogames Desenvolvimento de	FISIOGAMES	SC	1
Forebrain	FOREBRAIN	RJ	1
Fricke Soldas	FRICKE	RS	1
G Pesca	G PESCA	PA	1
Gamedu Tecnologia	GAMEDU	RN	1
Gameologica Tecnologia	GAMELOGICA	RN	1
GDS Automação LTDA	GDS	MG	1
Genotyping - Laboratório de Biotecnologia	GENOTYPING	SP	1
Geomais Serviços de Informática	GEOPLUS	GO	1
Geovoxel Consultoria em Engenharia	GEOVOXEL	RJ	1
Globo Engenharia	GLOBO	RS	1
HaDi.Com - Habitats Digitais para	HaDi.Com	RS	1
Heat Tech Tecnologia em Tratamento Térmico e	HEAT TECH	SP	1
High Voltage Equipments	HVEX	MG	1
I9 Tecnologia	i9	SP	1
I9Access Tecnologia	I9ACCESS	RS	1
I-Dutto - Soluções em Localização e	I-DUTTO	RJ	1
Indústria Naval do Ceará	INACE	CE	1
Inergiae Conversores Estáticos	INERGIAE	SC	1
Infibra	INFIBRA	SP	1
Inflex Indústria e Comércio de Embalagens	INFLEX	MS	1
Informatique Consultoria & Treinamento	INFORMATIQUE	CE	1
Inova Biotecnologia Saúde Animal	INOVA	MG	1
Inovaeduc Consultoria em Mídia Digitais	INOVAEDUC	CE	1
InPulse Bioengenharia	PNP	SC	1
Instituto de Biotecnologias Aplicadas	BIOCENTRO	SC	1
Instituto Hermes Pardini	IHP	MG	1
International Paper do Brasil	PAPER	SP	1
Invitra	INVITRA	SP	1
Iteas Soluções Digitais Ltda - ME	ITEAS	SP	1
Ivision Sistemas de Imagem e Visão	IVISION	MG	1
JPR Tecnologia e Serviços	SETINFO	ES	1
Karan Technologies	KARAM	DF	1

Konatus Soluções Inteligentes	KONATUS	SP	1
L&S Soluções LTDA	L&S	RN	1
Laboratório Clínico Dr. Gláucio Barros Saldanha	LCDGBS	CE	1
Laboratório Prado	PRADO	PR	1
Lanxess Elastomeros do Brasil	LANXESS	RJ	1
Launer Química	LAUNER	RS	1
Lemavos	LEMAVOS	BA	1
LightBase Serviços e Consultoria em Software	LightBase	DF	1
Limnética Consultoria em Recursos Hídricos	LIMNÉTICA	SP	1
Linhagen Biotecnologia	LINHAGEN	MG	1
Loci Genética Laboratorial	LOCI	MG	1
Londribio Produtos Biológicos	LONDRIBIO	PR	1
Loop - Engenharia de Computação	LOOP	DF	1
Lotus Soluções Ambientais	LOTUSAMBIENTAL	MG	1
LuminTech Marcadores Ópticos	LUMINTECH	SP	1
Lychnoflora Pesquisa e Desenvolvimento em	LYCHNOFLORA	SP	1
Macofren Tecnologias Químicas	MACOFREN	DF	1
Manifesto Game Studio	MGS	PE	1
Maquira Indústria de Produtos Odontológicos	MAQUIRA	PR	1
Marina Borrachas	MARINA BORRACHAS	RS	1
Medinovação Indústria e Comércio	MIV	MG	1
Megatech Controls	MEGATECH	CE	1
Microbóticos Análises Laboratoriais	Microbóticos	SP	1
Microvet-Microbiologia Veterinária Especial	MICROVET	MG	1
MinasTec Projetos e Consultoria	MinasTec	MG	1
MiningMath Software - Padre Esutáquio	MMS	MG	1
MM Optics	MMO	SP	1
mob376 Soluções em Informática	mob376	RJ	1
Moovi Estúdios Criativos	Moovi	BA	1
MOTOCANA Máquinas e Implementos	MOTOCANA	SP	1
Multimídia Educacional	ME	SP	1
Nanocorr - Aditivos Inteligentes e Soluções	NANOCORR	PR	1
Nanox Tecnologia	NANOX	SP	1
Neger Telecom	NEGER	SP	1
Negócios Reais Consultoria Web Ltda.	NR	DF	1
Neocontrol Soluções em Automação	NEOCONTROL	MG	1
Netlex Serviços Online LTDA	NETLEX	MG	1
Nokxeller Microdispersions	NOKXELLER	RS	1
Nova Atitude Reciclagem	NAR	PR	1
Núcleo de Genética Médica de Minas Gerais	GENEMG	MG	1
Op2B - Otimização para Negócios	Op2B	SP	1
OptMove Soluções em Mobilidade	OPTMOVE	MG	1
Osx Telecomunicações	OSX	DF	1
Pactus Soluções em Desenvolvimento de	PACTUS TI	AL	1

PAM Membranas Seletivas	PAM	RJ	1
PETE	PETe	SP	1
PETREC Petróleo Tecnologia e Pesquisa	PETREC	RJ	1
Phoneutria Biotecnologia e Serviços	PHONEUTRIA	MG	1
Piscicultura Cristalina	P.C.	SP	1
Piscis Indústria e Comércio	PISCIS	CE	1
Polymar Indústria e Comércio de Importação	POLYMAR	CE	1
Pomar da Polpa	POMAR	CE	1
Praex Technology	PRAEX	PR	1
Premix	PREMIX	SP	1
Proativa Software	PROATIVA	MG	1
PROCELL	PROCELL	SP	1
Projetos e Inovação Tecnológica na	CERLEV	MG	1
Proteogenética Importação e Exportação	PIESA	RS	1
ProtMat Materiais Avançados - Minas Gerais	PROTMAT	MG	1
Q2 TEC Produtos Médicos e Odontológicos	Q2 TEC	SP	1
Quali-A Conforto Ambiental e Eficiência	Quali-A	DF	1
Qualinova Indústria e Comércio de Bebidas	QUALINOVA	PR	1
Queijos Don Afonso	QDA	CE	1
Radiocell Engenharia	REMOPT	MG	1
Raizen	Raizen	GO	1
Requisito Tecnologia	REQTEC	GO	1
Rizoflora Biotecnologia	RIZOFLOA	MG	1
Robusta Engenharia	ROBUSTA	PR	1
RVT Energia	RVT	SP	1
Sakura Nakaya Alimentos	SAKURA	SP	1
SALT - Sea & Limno Technology Consultoria	SALT	SP	1
SANOVA - Tecnologia e Inovação em Saneamento	SANOVA	SC	1
Sementes Goiás	SGL	GO	1
Senfio Soluções Tecnológicas Eireli	SENFIO	RJ	1
Sensoriis Comércio de Sensores Eletrônicos e	SENSORIIS	CE	1
SeqMe Diagnostico	SeqMe	DF	1
Sequence Informática	RH3 SOFTWARE	PE	1
Seu Condomínio	SEU CONDOMINIO	GO	1
Siena Ideas	SIENA	SP	1
Simbiose - Indústria e Comércio de Fertilizantes	SIMBIOSE	RS	1
SimWorX Pesquisa e Desenvolvimento de	SIMWORX	SP	1
SIN Sistema de Implante Nacional	SIN	SP	1
Sinergia Games	SG	BA	1
Smarti9	SMARTI9	MG	1
Smartiks	Smartiks	PB	1
SOLENTECH Solution, Engineering &	SOLENTECH	RS	1
Soluti - Soluções em Negócios Inteligentes	SOLUTI	GO	1
Sra Engenharia	SRA ENGENHARIA	RS	1
Suna Engenharia	SUNAENG	PB	1

Suprametal	SUPRAMETAL	PR	1
Suzano Papel e Celulose - Matriz	SUZANO	BA	1
T'Allent Interactive Games	T'ALLEN	MG	1
Tapuio Agropecuário LTDA	TAPUIO	RN	1
Taquion	TAQUION	CE	1
Tbio Soluções Biotecnológicas	TBIO	MG	1
Techduto Tecnologia	Techduto	SP	1
TechNano Solution	TNS	SC	1
TecSUS Tecnologias para a Sustentabilidade	TecSUS	SP	1
TECVIX Planejamento e Serviços	TECVIX	ES	1
Telemikro Telecomunicações	TELEMIKRO	DF	1
Termocontrol Ar Condicionado, Ventilação	TERMOCONTROL	BA	1
Terrafísica Inovações Sismológicas	TERRAFISICA	SP	1
Thoss Engenharia	THOSS	RS	1
Tisem Serviços Educacionais	TISEM	CE	1
TMED Tecnologia Médica	TMED	PE	1
TNK Soluções de Engenharia	TNK	MG	1
Total Biotecnologia Indústria e Comércio	TOTAL	PR	1
Toth Tecnologia	TOTH	RS	1
Unidade de Negócio - Klabin Papéis - Otacílio	KLABIN	SC	1
Usina Nova Gália	USINOVA	GO	1
Vallée - Matriz	VALLEE	MG	1
Verdartis Desenvolvimento	VERDARTIS	SP	1
Vinhos Panceri	VP	SC	1
Vitae Rural Biotecnologia	VR Biotech	MG	1
VIXSYSTEM Solução em Tecnologia da Informação	ASDS	ES	1
VM9 Tecnologia da Informação	VM9	RJ	1
Wavetech Soluções Tecnológicas	WST	SC	1
Waycarbon Soluções Ambientais e Projetos de	WAYCARBON	MG	1
WDA Informática	WDA	CE	1
Yller Biomateriais	YLLER	RS	1
Z Tecnologia e Comunicação	ZTEC	DF	1
ZEN S.A.	ZEN	SC	1
ZUQ - Transporte Inteligente	ZUQ	AL	1
<b>Total</b>			<b>287</b>

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 56/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas<sup>486</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento e inovação voltados para a produção de biocombustíveis e bioprodutos a partir de microalgas. Para efeito desta chamada, a temática de microalgas também englobará o uso de cianobactérias em todas suas linhas de pesquisa.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes,

<sup>486</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

	atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 11.230.000,00 (onze milhões duzentos e trinta mil reais); sendo R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) oriundos do CT-ENERG, R\$ 3.530.000,00 (três milhões quinhentos e trinta mil reais) oriundos do CT-AGRO; e R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) oriundos do CT-BIOTEC liberado(s) de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira dos Fundos <sup>487</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 98 propostas.
Nº de propostas aceitas	17 propostas.

Em relação à chamada nº 56/2013 notou-se a aprovação de 12 projetos das engenharias, 02 das ciências agrárias, 01 das ciências biológicas, 01 das ciências exatas e da terra e 01 da área 'outra'. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) obteve a aprovação de 04 projetos, a Universidade Federal do Ceará (UFC) 02, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) 02, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) 02. As instituições listadas a seguir obtiveram a aprovação de um projeto cada: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/SC), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Das 17 propostas aprovadas 08 eram da região sul, 04 do sudeste, 04 do nordeste e 01 do centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit Nº 57/2013 - Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde: Pesquisa de Efetividade Comparativa (PEC-REBRATS)<sup>488</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e que contribuam para o fortalecimento da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde. Serão contemplados projetos de pesquisas de efetividade comparativa nas seguintes áreas: atenção a pessoas com deficiência, doenças crônicas, urgência e emergência, e obsolescência tecnológica.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) oriundos do orçamento do CT-Saúde/FNDCT/Fundos Setoriais e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) oriundos do Decit/SCTIE/MS, a ser(em) liberado(s) em 02 parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>489</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 72 propostas.
Nº de propostas aceitas	23 propostas.

Das propostas aprovadas mediante a chamada nº 57/2013, 20 pertenciam a grande área das ciências da saúde, 02 as engenharias e 01 as ciências exatas e da terra. Foram aprovados 03 projetos submetidos por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), 02 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 02 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 02 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 02 da Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>487</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>488</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>489</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

(UFSC). Os demais projetos pertenciam as seguintes instituições: Instituto Federal da Bahia (IFBA), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Gama Filho (UGF). Houve 11 aprovações na região sudeste, 06 no sul, 05 no nordeste, e 01 no centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CT-Info/CNPq Nº 59/2013<sup>490</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito do Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia de Informação (TI), por meio da atração de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em software e serviços de TIC, entendidos como organização independente, ou divisão claramente destacada na estrutura organizacional de uma empresa, ou consórcio de empresas, com infraestrutura física e operacional dedicada à gestão e ao desenvolvimento de projetos de P&D aplicados à criação de produtos, processo e serviços em TI.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir ao menos o título de mestre e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 14.000.000,00 (catorze milhões de reais), oriundos do FNCDDT / CT-Info.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 36 propostas.
Nº de propostas aceitas	05 propostas.

Das 05 propostas aprovadas, 04 pertenciam as ciências exatas e da terra e 01 às engenharias. As instituições beneficiárias foram: Freescale Semicondutores Brasil (FREESCALE/SP), Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD/SP), Instituto Tecnológico Vale - Belém II (ITV/BELÉM II), Intel Semicondutores do Brasil (INTEL-WCN/SP), IBM Research Brazil (IBM BRASIL/RJ). Ou seja, 04 projetos aprovados da região sudeste e 01 do norte.

<b>Chamada Nº 62/2013 MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal/CT-Aquaviário - Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas<sup>491</sup></b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, multi e interdisciplinares e multi-institucionais, com incentivo à cooperação nacional, no âmbito do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas - PROARQUIPELAGO, que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, para a geração de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados às ilhas oceânicas brasileiras, bem como aos ambientes oceânicos isolados, de especial interesse ecológico e estratégico do país.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais), sendo R\$ 5.900.000,00 (Cinco milhões e novecentos mil reais) oriundos da Ação Transversal dos Fundos Setoriais – FNDCT, e R\$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais) do CT-Aquaviário. Esses recursos serão liberados em até duas parcelas (a primeira relativa ao exercício financeiro de 2013 e a segunda relativa ao exercício financeiro de 2014), a depender da transferência orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais ao CNPq.
Prazo de execução	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo

<sup>490</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por proponentes vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT (Lei nº 11.540/2007).

<sup>491</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

dos projetos	poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 56 propostas.
Nº de propostas aceitas	07 propostas.

As 07 propostas aprovadas por meio da chamada Nº 62/2013 MCTI/CNPq/FNDCT podem ser distribuídas da seguinte forma: 05 das ciências exatas e da terra e 02 das ciências biológicas. As instituições que alcançaram projetos aprovados foram: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Ou seja, houve a aprovação de 03 projetos da região sudeste, 02 do sul, 01 do norte e 01 do nordeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 63/2013 - Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha<sup>492</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, visando estruturar uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha com a finalidade de investigar potenciais usos de bioativos obtidos de organismos marinhos presentes na Zona Costeira e no Oceano Atlântico Sul e Tropical, bem como em águas internacionais de interesse nacional, contribuindo para a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação que promovam o desenvolvimento social e econômico sustentável.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) Ser obrigatoriamente o Coordenador do projeto; c) Possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos do FNDCT - Ação Transversal, a serem liberados da seguinte maneira: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 2013 e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 2014. Os recursos serão liberados em 2 parcelas a depender da transferência orçamentária e financeira do FNDCT - Ação Transversal ao CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 meses (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 58 propostas.
Nº de propostas aceitas	13 propostas.

Das 13 propostas aprovadas, 04 eram das ciências biológicas, 03 das ciências agrárias, 03 das ciências exatas e da terra e 03 das ciências da saúde. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) obteve a aprovação de 02 projetos. Cada uma das instituições a seguir obteve a aprovação de 01 projeto: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal Fluminense (UFF). As regiões do país contempladas foram: 04 projetos do nordeste, 04 do sul, 03 do sudeste, 01 do norte e 01 do centro oeste.

<b>Chamada Nº 64/2013 - MCTI/CNPq/FNDCT-Ação Transversal - Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR<sup>493</sup></b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, multi e interdisciplinares e multi-institucionais, com incentivo à cooperação internacional, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, para a geração

<sup>492</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

<sup>493</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.



	de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados à Antártica.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 13.800.000,00 (Treze milhões e oitocentos mil reais), sendo R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) oriundos da Ação Transversal dos Fundos Setoriais, e R\$ 2.800.000,00 (Dois milhões e oitocentos mil reais) do Plano Plurianual – PPA do PROANTAR/CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 63 propostas.
Nº de propostas aceitas	20 propostas.

Por meio da chamada nº 64/2013 foram aprovados 13 projetos da grande área das ciências exatas e da terra, 04 das ciências biológicas, 01 das ciências humanas, 01 das ciências da saúde e 01 da área 'outra'. Houve 04 aprovações na Universidade de São Paulo (USP), 03 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 03 na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 02 na Universidade Federal de Viçosa (UFV), 02 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os demais projetos foram aprovados nas seguintes instituições: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/SP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Fluminense (UFF). Dessa forma, 13 projetos de pesquisa eram de instituições de execução localizadas na região sudeste, 05 no sul, 01 no centro oeste e 01 no nordeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal N° 65/2013 - Pesquisa e Desenvolvimento em Meteorologia e Climatologia<sup>494</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e em inovação, que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País nas áreas de meteorologia e climatologia.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmicas-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Esses recursos serão liberados em até duas parcelas, a depender da transferência orçamentária e financeira do FNDCT- Ação Transversal ao CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 46 propostas.
Nº de propostas aceitas	10 propostas.

Todas as 10 propostas aprovadas na chamada MCTI/CNPq/FNDCT-Ação Transversal N° 65/2013 pertencem a grande área das ciências exatas e da terra. Cinco (05) projetos aprovados eram do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/SP), as demais instituições alcançaram a aprovação de 01 projeto: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (HFUNCEME/CE), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). As regiões do país de localização da instituição executora foram: 06 projetos no sudeste, 03 no nordeste e 01 no norte.

<b>Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal N° 67/2013 - Coleções biológicas</b>
--

<sup>494</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que contribuam para promover a melhoria da infra-estrutura e a modernização das coleções biológicas (zoológicas, botânicas e de microrganismos) de instituições brasileiras envolvidas com inventários, caracterização e gestão da diversidade biológica.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e anexar no projeto declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) oriundos da ação transversal/FNDCT/, a ser(em) liberado(s) em 2 parcelas, e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 256 propostas.
Nº de propostas aceitas	37 propostas.

Dos 37 projetos de pesquisa aprovados, 34 pertenciam a grande área das ciências biológicas e 03 das ciências agrárias. Houve 03 aprovações de projetos submetidos por pesquisadores ligados ao Museu Nacional (UFRJ/RJ), 03 da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 02 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), 02 do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/PA), 02 da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 02 da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 02 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os demais projetos eram da: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FRGS), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA /AM), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC/DF), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO/RS), Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS). Foram 11 projetos vinculados à instituições localizadas na região sudeste, 08 no sul, 07 no nordeste, 07 no centro oeste e 04 no norte.

<b>Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 68/2013 Programa de Grande Escala da Biosfera - Atmosfera na Amazônia – LBA</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem: promover o avanço do conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas da Amazônia e de áreas de transição com o Cerrado; priorizar estudos sobre os impactos de mudanças ambientais nas interações entre biosfera e atmosfera, com ênfase no ciclo do carbono, incluindo a resposta da floresta tropical à elevação da concentração de CO <sub>2</sub> atmosférico e associar abordagens observacionais e experimentais com a formação de recursos humanos, além de fortalecer a infraestrutura de pesquisa de forma a contribuir para integração de diferentes componentes de estudos ecossistêmicos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta desde que comprove manter atividades acadêmico-científicas e apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), oriundos do FNDCT/Ação Transversal a serem liberados em 02 (duas parcelas), e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>495</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 51 propostas.

<sup>495</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei 10973/2004).

Nº de propostas aceitas	14 propostas.
-------------------------	---------------

Os projetos aprovados por meio da chamada MCTI/CNPq/FNDCT-Ação Transversal Nº 68/2013, eram 07 das ciências biológicas, 04 da área 'outras' e 03 das ciências exatas e da terra. Quatro (04) projetos foram aprovados no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM) e 02 na Universidade de São Paulo (USP). As demais instituições alcançaram a aprovação de 01 projeto: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/PA), Instituto Evandro Chagas (IEC/PA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/SP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Pará (UFPA). Do total, 07 projetos aprovados eram da região norte, 06 do sudeste e 01 do centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 73/2013 - P, D&amp;I em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem desenvolver estudos etnofarmacológicos, agronômicos, fitoquímicos/análíticos, testes pré-clínicos e toxicológicos que promoverão a produção, padronização e avaliação de segurança e eficácia de drogas vegetais, derivados vegetais ou moléculas oriundas de espécies nativas da flora brasileira.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.  Obs. A realização de parcerias e cooperação com empresas ou consórcios de empresas, interessadas em projetos inovadores ou portadores de tecnologia agregada é desejável, porém, não obrigatória.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) destinado a rubrica de custeio. Estes recursos são oriundos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 276 propostas.
Nº de propostas aceitas	10 propostas.

Das 10 propostas aprovadas mediante a chamada MCTI/CNPq Nº 73/2013, 06 eram das ciências biológicas, 02 das ciências agrárias e 02 das ciências da saúde. Dois (02) projetos aprovados eram da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os demais das instituições a seguir: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ), Fundação Pio XII (FPXII/SP), Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foram deste modo, 06 projetos da região sudeste, 02 do centro oeste, 01 do nordeste e 01 do sul.

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 75/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias de Conversão de Combustíveis com Foco em Combustíveis Sólidos<sup>496</sup></b>	
Finalidade	Chamada pública de projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação nas áreas de produção de matérias primas, processos de conversão e aplicações de combustíveis sólidos e de seus coprodutos, de modo a dar continuidade ao desenvolvimento das estruturas de redes de pesquisa fomentadas pelo MCTI, como a Rede Nacional de Combustão (RNC) e a Rede Carvão, bem como apoiar grupos independentes, através do fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em tecnologias de conversão de combustíveis, como foco em combustíveis sólidos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos

<sup>496</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT. Caso não haja número suficiente de projetos recomendados para contratação nessas regiões, os recursos serão destinados a projetos recomendados nas demais regiões do país.

	itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; d) estar envolvido com estudos e pesquisas nas áreas dos temas elegíveis em parceria, ou não, com empresas com atuação nessas áreas.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); sendo R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) oriundos do CT-ENERG e R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) oriundos de Ação Transversal dos Fundos Setoriais, liberado(s) de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira dos Fundos <sup>497</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por até 12 meses.
Nº total de propostas	Foram enviadas 63 propostas.
Nº de propostas aceitas	22 propostas.

As 22 propostas aprovadas segundo a chamada nº 75/2013 podem ser assim distribuídas: 20 eram das engenharias, 01 das ciências agrárias e 01 das ciências exatas e da terra. Quanto à instituição de execução 05 projetos seriam executados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 02 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 02 na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e 02 na Universidade Federal do Ceará (UFC). As instituições selecionadas para a condução de 01 projeto cada foram: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/PR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Sendo assim, foram selecionados 08 projetos da região sul, 07 do sudeste, 05 do nordeste, 01 do norte e 01 do centro oeste.

<b>Chamada Nº 76/2013 MCTI/CNPq/CT- Mineral - Apoio ao desenvolvimento tecnológico em terras raras<sup>498</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País em Terras Raras.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta. b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 48 (quarenta e oito meses) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução do projeto poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 95 propostas.
Nº de propostas aceitas	13 propostas.

Das 13 propostas aceitas 08 eram das engenharias, 04 das ciências exatas e da terra, 01 das ciências agrárias. A Universidade de São Paulo (USP) obteve a aprovação de dois (02) projetos, bem como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As demais instituições com propostas aprovadas foram: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/RJ), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/RJ), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade

<sup>497</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>498</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT. Caso não haja suficientes projetos recomendados para contratação nessas regiões, os recursos serão destinados a projetos recomendados nas demais regiões do País.

Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). As propostas aprovadas pertenciam as seguintes regiões geográficas: 05 do sul, 05 do sudeste, 02 do nordeste e 01 do centro oeste.

<b>Chamada Nº 77/2013 - MCTI/CNPq/MCTI/CNPq/CT-Amazônia - Fomento de Projetos de P,D&amp;I em Biotecnologia, na Amazônia Ocidental, com foco nas áreas de Fármacos, Fitoterápicos e Cosméticos</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia na Amazônia Ocidental, com foco nas áreas de fármacos, fitoterápicos e cosméticos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais/CTAmazônia, a serem liberados em 1 parcela, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira <sup>499</sup> . Obs: Os projetos deverão apresentar prova de conceito e serão apoiados preferencialmente aqueles que apresentarem parceria com o setor privado. Somente poderão participar da Chamada as instituições, órgãos e entidades localizados nos estados componentes da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia).
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 51 propostas.
Nº de propostas aceitas	12 propostas.

Das 12 propostas aceitas mediante a chamada nº 77/2013, 03 eram das ciências exatas e da terra, 03 das ciências biológicas, 03 das ciências da saúde, 02 das ciências agrárias e 01 das engenharias. Destas 12 propostas aprovadas, 06 eram da Universidade Federal do Amazonas UFAM e as outras seis das instituições que seguem: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/RO), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Estadual de Roraima (UJERR), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Acre (UFAC). Todos os projetos aprovados eram da região nordeste.

<b>Chamada Nº 79/2013 - MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia</b>	
Finalidade	Esta ação tem por objetivo apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, de maneira a promover a expansão e consolidação das Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia, contribuindo para a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação que promovam o desenvolvimento social e econômico sustentável das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com vistas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas abrangidos por essas regiões.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto ou, se aposentado, comprovar manter atividades acadêmico-científicas e apresentar declaração da instituição de execução do projeto concordando com a sua execução.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões), oriundos do FNDCT - Ação Transversal - LEI, a serem liberados em 2 (duas) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>500</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 247 propostas.
Nº de propostas aceitas	91 propostas.

<sup>499</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>500</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5 % (cinco por cento) dos valores aprovados.

A chamada nº 79/2013 possibilitou a aprovação de 91 projetos de pesquisa, 47 das ciências biológicas, 23 das ciências agrárias, 09 das ciências da saúde, 05 das ciências exatas e da terra, 04 'outra' e 03 das engenharias. Em relação à região geográfica de localização da instituição executora (que pode ser visualizada no quadro abaixo) verificamos que 41 pertenciam ao centro oeste, 35 ao nordeste, 14 ao norte e 01 ao sudeste.

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de Brasília	UnB	DF	11
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	9
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	9
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	6
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	4
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	4
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	3
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	3
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	3
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	3
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	3
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	2
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	2
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	2
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PA	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	MS	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	MT	1
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	1
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	1
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	1
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	1
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	1
Universidade Estadual de Roraima	UERR	RR	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	1
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	1
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	1
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	1
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	1
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	1
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	1
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	1
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	1
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	1
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	1

<b>Total</b>	<b>91</b>
--------------	-----------

<b>Chamada Nº 80/2013 - CNPq/SEC/MinC</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, na área de Economia Criativa.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de mestre e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; d) O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de mestre e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), oriundos do orçamento da Secretaria de Economia Criativa, do Ministério da Cultura. Os recursos serão direcionados ao financiamento de projetos e bolsas, sendo liberados em parcela única, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>501</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 12 (doze) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 168 propostas.
Nº de propostas aceitas	66 propostas.

Por meio da chamada nº 80/2013 foram aprovados 44 projetos de pesquisa na grande área das ciências sociais aplicadas, 09 na linguística, letras e artes, 07 nas ciências humanas e sociais, 04 nas ciências exatas e da terra, 01 nas ciências da saúde e 01 das ciências biológicas. As instituições de execução encontram-se no quadro a seguir, sendo que 21 delas localizam-se na região sudeste, 18 no sul, 17 no nordeste, 06 no centro oeste e 04 no norte.

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	6
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	5
Universidade de Brasília	UnB	DF	4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	4
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	4
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	4
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	3
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	3
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	2
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	2
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	2
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	2
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	1
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá	IEPA	AP	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	1
Instituto Federal do Ceará	IFCE	CE	1
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	1
Universidade de São Paulo	USP	SP	1
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	1

<sup>501</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG	1
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	1
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	1
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	1
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	1
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	1
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	1
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	1
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	1
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	1
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	1
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	1
<b>Total</b>			<b>66</b>

<b>Chamada Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq<sup>502</sup></b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção, compreendendo a implantação ou manutenção de um Núcleo de Estudo em Agroecologia ou de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, ou implantação de um Centro Vocacional Tecnológico ou, ainda, a criação de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de mestre ou doutor e experiência em ensino, pesquisa ou extensão nas áreas de agroecologia e/ou produção orgânica; b) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) ser professor com vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto; e) no caso de proposta submetida à Linha 2, não ser beneficiário de projeto contemplado pela Chamada N.º 46/2012.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) oriundos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) do orçamento do Ministério da Educação (MEC), a serem liberados em até 2 parcelas, de acordo com o repasse orçamentário e financeiro dos recursos dos respectivos Ministérios ao CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado por, no máximo, 06 (seis) meses.
Nº total de propostas	Foram enviadas 171 propostas.
Nº de propostas aceitas	93 propostas.

Mediante a chamada nº 81/2013 foram aprovados 25 projetos de pesquisa na grande área das ciências da saúde, 20 nas engenharias, 15 nas ciências biológicas, 14 nas ciências exatas e da terra, 06 nas ciências sociais aplicadas, 04 nas ciências humanas, 04 nas ciências agrárias, 04 'outra' e 01 na linguística, letras e artes. As instituições para execução dos projetos localizavam-se na região sul

<sup>502</sup> Existem parcelas mínimas destinadas a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.



(25), nordeste (23), sudeste (22), norte (13), centro oeste (10). As instituições de execução estão listadas no quadro abaixo:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	4
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	4
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	4
Instituto Federal do Paraná	IFPR	PR	3
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	3
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO	2
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	IF-Sertão PE	PE	2
Instituto Federal de São Paulo	IFSP	SP	2
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	2
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	2
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	2
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	2
Universidade de Brasília	UnB	DF	2
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	2
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	2
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica	ABD	SP	1
Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural	AGRAER	MS	1
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	CAA	MG	1
Centro Universitário Luterano de Palmas	CEULP	TO	1
Cooperativa Agropecuária Mista dos dos Produtores Rurais de Silvânia	COOPERSIL	GO	1
Empresa de Assistência Técnica e Extensão	EMATER/MG	MG	1
Instituto Federal de Alagoas	IFAL	AL	1
Instituto Federal de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBAIANO	BA	1
Instituto Federal Catarinense	IF-Catarinense	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	1
Instituto Federal do Maranhão	IFMA	MA	1
Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT	MT	1
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	IFNMG	MG	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	1
Instituto Federal de Pernambuco	IFPE/BARREIROS	PE	1
Instituto Federal do Piauí	IFPI	PI	1
Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantis	IFTO	TO	1
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	1
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	1
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	1
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	1

Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	1
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	1
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	1
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	1
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	1
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	1
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	1
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	1
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	1
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	1
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	1
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	1
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	1
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	1
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	1
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	1
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	1
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	1
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	1
Universidade José do Rosário Vellano	UNIFENAS	MG	1
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira	UNILAB	CE	1
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	1
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	1
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	1
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e da Missões	URI	RS	1
Universidade de São Paulo	USP	SP	1
<b>Total</b>			<b>93</b>

<b>Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq Nº 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA<sup>503</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica, extensão e/ou ensino que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional SAN.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de mestre ou doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sendo oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq. O valor máximo a ser financiado por proposta será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) <sup>504</sup> .

<sup>503</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>504</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 67 propostas.
Nº de propostas aceitas	25 propostas.

Das 25 propostas aprovadas referentes à chamada nº 82/2013, 09 eram das ciências agrárias, 09 das ciências da saúde, 05 das ciências humanas, 01 das ciências sociais aplicadas e 01 das ciências biológicas. Foram selecionados 03 projetos de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e 02 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF). As demais aprovações foram das seguintes instituições: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/AM), Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP/MT), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL/SP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Foram 08 aprovações de projetos de instituições da região sudeste, 06 do sul, 05 do centro oeste, 03 do nordeste e 03 do norte.

<b>Chamada Nº 84/2013 - MCTI-SECIS/CNPq - Tecnologia Assistiva<sup>505</sup></b>	
Finalidade	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre tecnologia assistiva, notadamente oriundos de Núcleos de Tecnologia Assistiva da Rede Nacional de Núcleos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva, com a finalidade precípua de desenvolvimento e entrega de produtos ou serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender obrigatoriamente às exigências abaixo: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) Ser obrigatoriamente coordenador de um núcleo de tecnologia assistiva; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 13.000.000,00 (Treze milhões de Reais) para itens de custeio, capital e bolsas. Sendo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ações Transversais (FNDCT/Ações Transversais), destinados aos itens de custeio e capital, e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais) oriundos do orçamento 2014 da SECIS destinados a bolsas. Todos a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>506</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 134 propostas.
Nº de propostas aceitas	62 propostas.

Para a chamada nº 84/2013 foram aprovados 22 projetos das engenharias, 11 das ciências exatas e da terra, 09 das ciências da saúde, 07 das ciências humanas, 07 das ciências sociais aplicadas, 03 da área definida como 'outra', 02 da linguística, letras e artes, 01 das ciências biológicas. Os projetos

<sup>505</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT.

<sup>506</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

selecionados foram submetidos por pesquisadores de instituições localizadas nas seguintes regiões: sudeste (31), sul (18), nordeste (05), centro oeste (04), norte (04). As instituições estão no quadro abaixo:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	4
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	4
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	3
Universidade de São Paulo	USP	SP	3
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	2
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	2
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	2
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	2
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	2
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	2
Centro de Formação e Apoio Profissional	CEFAP/AVANTIS	SC	1
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia	FEI	SP	1
Instituto Federal do Ceará	IFCE	CE	1
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	1
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	1
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	1
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	1
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	1
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	1
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	1
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	1
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	1
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	1
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	1
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	1
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	1
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	1
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	1
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	1
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	1
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	1
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	1
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	1
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	1
Universidade de Brasília	UnB	DF	1
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	SP	1

Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	1
<b>Total</b>			<b>62</b>

<b>Chamada Chamada CNPq/ANVISA Nº 86/2013 – Censo Nacional dos Trabalhadores de Vigilância Sanitária</b>	
Finalidade	Apoiar projeto de pesquisa científica e tecnológica que vise realizar levantamento e análise dos dados sobre o perfil profissional e os processos de trabalho dos profissionais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de mestre ou doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador nacional do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	A proposta aprovada será financiada no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) destinado a rubrica de custeio no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais) e R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) na rubrica de capital, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 12 meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foi enviada 01 proposta.
Nº de propostas aceitas	Não houve aprovação de projetos (Não encontramos nenhum projeto aprovado nos documentos).

<b>Chamada de Projetos CNPq / MIT nº 88/2013 - Programa de Cooperação CNPq / Massachusetts Institute of Technology - MIT</b>	
Finalidade	Apoiar projetos conjuntos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), no âmbito do Programa de Cooperação CNPq/Massachusetts Institute of Technology - MIT, em um ou mais dos temas abaixo: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos. <b>Obs:</b> Projetos que ofereçam soluções com impacto em desenvolvimento tecnológico e de caráter inovador serão priorizados. É desejável o envolvimento, no projeto de pesquisa, de empresas públicas ou privadas e/ou instituições de pesquisa e desenvolvimento.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente, residente no Brasil; b) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; c) ser, obrigatoriamente, o coordenador brasileiro do projeto; e d) ter vínculo formal com a instituição brasileira de execução do projeto, doravante denominada instituição executora nacional. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que comprove manter atividades acadêmico-científicas, apresente declaração da instituição de pesquisa ou de pesquisa e ensino concordando com a execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do orçamento do CNPq, sendo os recursos de bolsas oriundos do Programa Ciência sem Fronteiras (CNPq/MCTI).
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 16 propostas.
Nº de propostas aceitas	06 propostas.

Dos projetos aprovados da chamada nº 88/2013, 03 pertenciam às ciências exatas e da terra, 01 às ciências agrárias, 01 às ciências biológicas e 01 da área 'outras'. Os projetos aprovados tinham como instituições executoras a: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal Fluminense (UFF). Quatro (04) instituições pertencem à região sudeste, 01 ao nordeste e 01 ao sul.

<b>MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013</b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de

	pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários e que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ter o título de mestre e experiência em economia solidária, desenvolvimento territorial, tecnologia social, geração de trabalho e renda e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 19.891.092,00 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e um mil e noventa e dois reais) para itens de custeio, capital e bolsas, oriundos do Orçamento Geral da União, sendo R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) oriundos da Ação Orçamentária Fomento e Fortalecimento de empreendimentos Econômicos Solidários e suas redes de Cooperação e R\$ 3.891.092,00 (três milhões, oitocentos e noventa e um mil e noventa e dois reais) oriundos do apoio a Projetos de Tecnologia Social, a serem liberados em 3(três) parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 108 propostas.
Nº de propostas aceitas	86 propostas.

Para a chamada nº 89/2013 foram aprovados 54 projetos na grande área das ciências sociais aplicadas, 21 nas ciências humanas, 06 nas engenharias, 04 nas ciências agrárias, 01 nas ciências da saúde. As instituições de execução (listadas no quadro abaixo) localizavam-se nas seguintes regiões: 24 no sudeste, 23 no nordeste, 22 no sul, 11 no centro oeste, 06 no norte.

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	3
Universidade de São Paulo	USP	SP	2
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	2
Universidade Estadual Paulista	UNESP	SP	2
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	2
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	2
Universidade de Brasília	UnB	DF	2
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	2
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	2
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	2
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	2
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	2
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	2
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	2
Instituto Federal da Bahia	IFBA	BA	2
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	1
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	1
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	1
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	1
Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	SC	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	1
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	1
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	1

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira	UNILAB	CE	1
Universidade Regional do Noroeste do Estado	UNIUI	RS	1
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	MG	1
Universidade Estadual de Ciências da Saúde	UNCISAL	AL	1
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	1
Universidade Federal de Santa Maria	UFMS	RS	1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	1
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	1
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	1
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	1
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	1
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	1
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	1
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	1
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	1
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	1
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	1
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	1
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	1
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	1
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	1
Padetec - Parque de Desenvolvimento	PADETEC	CE	1
Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	1
Instituto Federal Fluminense	IFF	RJ	1
Instituto Federal de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal do Acre	IFAC	AC	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	1
Fundação Parque Tecnológico Itaipu	FPTI-BR	PR	1
Fundação Pedro Américo	FPA	PB	1
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET	RJ	1
<b>Total</b>			<b>86</b>

<b>Chamada ME/CNPq Nº 91/2013 - Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões</b>	
Finalidade	Esta ação busca apoiar projetos e grupos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta desde que atenda às exigências da chamada.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), sendo R\$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil reais) destinados a custeio e bolsas e R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) destinados a capital, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 490 propostas.
Nº de propostas aceitas	65 propostas.

As propostas selecionadas por meio da chamada nº 91/2013 podem ser distribuídas, segundo a grande área do conhecimento, da seguinte forma: 36 das ciências da saúde, 11 das ciências sociais aplicadas, 07 das engenharias, 04 das ciências exatas e da terra, 04 das ciências humanas, 02 das ciências biológicas, 01 'outra'. As regiões do país contempladas foram: sudeste (35 projetos aprovados), sul (14 projetos aprovados), nordeste (11 projetos aprovados), centro oeste (05 projetos aprovados). As instituições de execução dos projetos estão listadas abaixo:

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Universidade de São Paulo	USP	SP	10
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	4
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	3
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	3
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	3
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	3
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	2
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	2
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	2
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	2
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	2
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	2
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	1
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	1
Universidade de Brasília	UnB	DF	1
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	1
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	1
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	1



Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	1
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	1
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	1
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	1
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	1
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	1
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	1
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	1
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	1
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	1
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	1
<b>Total</b>			<b>65</b>

<b>Chamada MEC/SETEC/CNPq N° 94/2013 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica<sup>507</sup></b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País de pesquisadores vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e às Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (doravante designadas instituições proponentes) para apoio financeiro a projetos cooperados com o setor produtivo (aqui designadas como instituições parceiras), alinhados as características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. São objetivos específicos desta chamada: a) selecionar projetos cooperados entre Institutos Federais e instituições parceiras com foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação (PD&I), podendo envolver o trabalho em rede entre instituições proponentes, que visem o aumento da competitividade do setor produtivo, contribuindo para o incremento dos investimentos empresariais em atividades de P,D&I e para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que promovam a inclusão produtiva e social; b) selecionar projetos cooperados entre Institutos Federais ou Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e instituições parceiras com foco na extensão tecnológica, podendo envolver o trabalho em rede entre instituições proponentes, no atendimento as demandas tecnológicas das instituições parceiras que venham a contribuir para fortalecer os arranjos produtivos locais e o aumento da competitividade das empresas por meio de projetos que desenvolvam ações de diagnóstico, consultorias, análises, ensaios e serviços tecnológicos. Nessa linha são contempladas ações de difusão tecnológica por meio da nucleação de grupos de professores e alunos para a organização de competições locais e participação em competições. Serão apoiadas propostas cujos projetos de PD&I (Linha 1) e de extensão tecnológica (Linha 2) estejam inseridos em uma das seguintes áreas temáticas de acordo com as áreas estratégicas do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: Aeroespacial e Defesa; Agropecuária; Alimentos; Automobilística; Biotecnologia; Calçados; Construção Civil; Economia Criativa; Energia; Energia Nuclear; Energia Renovável; Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Indústria Naval; Metal-mecânica; Mineração; Nanotecnologia; Petróleo e gás; Pesca e Aquicultura; Tecnologia Assistiva; Tecnologias Educacionais; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Tecnologias para Sustentabilidade; Têxtil/Vestuário.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) possuir vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), oriundos do Ministério da Educação - MEC, por intermédio de descentralização orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC ao CNPq, a serem liberados, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>508</sup> .
Prazo de execução dos projetos	Prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro meses) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de	Foram enviadas 545 propostas.

<sup>507</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (Lei nº 11.540/2007).

<sup>508</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

propostas	
Nº de propostas aceitas	318 propostas.

Por meio da chamada nº 94/2013 foram aceitos 318 projetos de pesquisa para fins de financiamento pelo CNPq, 120 das ciências agrárias, 112 das engenharias, 46 das ciências exatas e da terra, 10 das ciências biológicas, 10 das ciências humanas, 09 'outra', 06 das ciências sociais aplicadas, 05 das ciências da saúde. Foram 90 aprovações em instituições do sudeste, 86 do sul, 75 do nordeste, 44 do centro oeste e 23 do norte. A relação das instituições responsáveis pela realização dos projetos encontra-se no quadro seguinte:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC	SC	41
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	38
Instituto Federal Goiano	IF Goiano	GO	22
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	22
Instituto Federal do Ceará	IFCE	CE	18
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	IFSULDEMINAS	MG	14
Instituto Federal Fluminense	IFF	RJ	12
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	11
Instituto Federal Sul- Rio-Grandense	IFSUL	RS	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	9
Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT	MT	9
Instituto Federal de Alagoas	IFAL	AL	8
Instituto Federal da Bahia	IFBA	BA	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	8
Instituto Federal de São Paulo	IFSP	SP	8
Instituto Federal Catarinense	IF-Catarinense	SC	6
Instituto Federal do Piauí	IFPI	PI	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	6
Instituto Federal do Acre	IFAC	AC	5
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO	5
Instituto Federal de Pernambuco	IFPE	PE	4
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET	MG	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Bahiano	IFBAIANO	BA	3
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas	IFNMG	MG	3
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	IF-Sertão PE	PE	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantis	IFTO	TO	3
Instituto Federal do Sudeste de Minas	IF SUDESTE MG	MG	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	2
Instituto Federal Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	2
Instituto Federal do Maranhão	IFMA	MA	2
Instituto Federal do Paraná	IFPR	PR	2
Bertoldi Becker	BERTOLDI BECKER	RS	1
Colégio Agrícola de Frederico Westphalen	CAFW	RS	1

Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	CEFET	CE	1
Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	HUCAM	ES	1
Instituto Federal de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal Goiano	IFGoiano	GO	1
Instituto Federal Minas Gerais	IFMG	MG	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	1
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	IFTM	MG	1
Colégio Técnico da UFMG	UFMG/COLTEC	MG	1
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	1
<b>Total</b>			<b>318</b>

## Apêndice 15– Coleta e sistematização dos dados sobre as chamadas lançadas pelo CNPq em 2014<sup>509</sup>

<b>Chamada CNPq/ANVISA Nº 04/2014 – Censo Nacional dos Trabalhadores de Vigilância Sanitária</b>	
Finalidade	Apoiar projeto de pesquisa científica e tecnológica que vise realizar levantamento e análise dos dados sobre o perfil profissional e os processos de trabalho dos profissionais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: possuir o título de mestre ou doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; ser obrigatoriamente o coordenador nacional do projeto; ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	A proposta aprovada será financiada no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) destinado a rubrica de custeio no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais) e R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) na rubrica de capital, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	12 (doze) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	03 propostas enviadas.
Nº de propostas aceitas	Não houve aprovação de projetos (Não encontramos nenhum projeto aprovado nos documentos).

<b>Chamada CNPq/ANVISA Nº 05/2014 – Pesquisas em Vigilância Sanitária</b>	
Finalidade	Desenvolver pesquisas em Vigilância Sanitária que venham a suprir lacunas do conhecimento sobre temática específica: Políticas, organização e gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e Objetos de intervenção nas áreas de medicamentos, alimentos, serviços de interesse à saúde, laboratórios de Saúde Pública, sangue, tecidos, células, órgãos e nanotecnologia em produtos de interesse à saúde.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) possuir o título de mestre ou doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas no valor global estimado de R\$ 2.063.080,00 (dois milhões sessenta e três mil e oitenta reais) destinado a rubrica de custeio no valor de R\$ 1.563.080,00 (um milhão quinhentos, sessenta e três mil e oitenta reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na rubrica de capital a serem liberados em duas parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	112 propostas.
Nº de propostas aceitas	17 propostas.

Por meio da chamada nº 05/2014 foram aprovados 11 projetos de pesquisa na grande área das ciências da saúde; 02 das ciências biológicas; 02 das ciências agrárias; 01 das ciências humanas; 01 das engenharias. As instituições de execução foram: Universidade de Brasília (UnB - 03 projetos aceitos); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ- 02 projetos aceitos); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – 02 projetos aceitos). Os demais estabelecimentos obtiveram a aprovação para executarem 01 (um) projeto cada: Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS); Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/RJ); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 09 aprovações da região sudeste, 04 do centro oeste; 03 do sul e 01 do nordeste.

<sup>509</sup> Os dados sistematizados neste apêndice foram construídos com base no site do CNPq (link chamadas encerradas) e as planilhas enviadas pela agência através do sistema e-sic.

<b>MCTI/CNPQ/CBAB Projetos de Cooperação Internacional em Biotecnologia Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia CBAB N° 07/2014</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa em Biotecnologia, prioritariamente nas áreas: 1- Bioprospecção, com ênfase em enzimas industriais e outros bioprodutos; 2- Agrobiotecnologia, com impacto na produtividade, sustentabilidade e qualidade da produção agropecuária; 3- Bioenergia, com ênfase em produção de biomassa e bioprocessos; 4- Saúde humana, com ênfase em biofármacos; 5- Saúde e produção animal; 6- Biotecnologia ambiental. Os projetos deverão ser executados obrigatoriamente em cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Argentina, sendo opcional e desejável a cooperação também com o Uruguai.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado no prazo de até 7(sete) dias após a data limite de submissão da proposta, conforme RN-004/2008 b) possuir o título de doutor c) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto d) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto. Nota: O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que atenda às exigências da chamada.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 1.000.000,00, oriundos do Ministério da Ciência e Tecnologia, a ser(em) liberado(s) em 2 parcelas, exclusivamente em custeio, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>510</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	29 propostas.
Nº de propostas aceitas	08 propostas.

A chamada nº 07/2014 contou com a aprovação de 08 projetos de pesquisa nas seguintes grandes áreas do conhecimento: 02 nas ciências exatas e da terra; 02 nas engenharias; 01 nas ciências biológicas; 01 nas ciências da saúde; 01 nas ciências humanas; 01 nas ciências agrárias. Foram aceitos 02 projetos de pesquisa submetidos por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e as demais instituições listadas a seguir alcançaram a aprovação de um (01) projeto cada: Associação Brasileira de Radiofarmácia (ASBRA); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sete (07) dos projetos aprovados pertenciam a instituições localizadas na região sudeste e 01 do sul.

<b>CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial</b>	
Finalidade	Implementação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo a produção de dados, informações e conhecimentos; a difusão de métodos e tecnologias sociais; o monitoramento, avaliação e assessoria aos Colegiados Territoriais e o acompanhamento das iniciativas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial, na sua interface para as mulheres rurais do campo e das florestas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: possuir o título de doutor ou mestre e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ter vínculo empregatício (celetista ou estatutário) com a instituição de execução do projeto. A instituição precisa ser de ensino superior pública, federal ou estadual, ou Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
Recursos Financeiros	Serão financiados até 183 projetos de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial com recursos no valor global estimado de R\$ 86.500.410,93 (oitenta e seis milhões, quinhentos mil, quatrocentos e dez reais e noventa e três centavos), oriundos da Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA (R\$ 75.705.124,53), da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/SECEX/MDA (R\$5.748.556,40) e Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República– SPM/PR (R\$ 5.046.730,00), a serem liberados em duas parcelas anuais (2014 e 2015), de acordo com as descentralizações da SDT/MDA, DPMR/SECEX/MDA e SPM/PR constante nos planos de trabalho dos respectivos Termos de Cooperação e consequente disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de	202 projetos enviados.

<sup>510</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

propostas	
Nº de propostas aceitas	89 propostas aprovadas.

Para a chamada nº 11/2014 foram aprovados 37 projetos na área das ciências agrárias; 32 das ciências humanas; 19 das ciências sociais aplicadas e 01 da área conhecida como 'outra'. Foram 40 aprovações do nordeste; 16 do norte; 15 do centro oeste; 13 do sul e 05 do sudeste. As instituições que alcançaram aprovação de projetos encontram-se no quadro abaixo:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IFBAIANO	BA	6
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	5
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	5
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	RS	4
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	4
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia	IFRO	RO	3
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	3
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	3
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	3
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	3
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	3
Instituto Federal da Bahia	IFBA	BA	2
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	2
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	2
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	2
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	2
Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	2
Universidade de Brasília	UnB	DF	2
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	2
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	2
Instituto Federal Goiano	IF Goiano	GO	1
Instituto Federal do Acre	IFAC	AC	1
Instituto Federal do Ceará	IFCE	CE	1
Instituto Federal Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	1
Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT	MT	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IFPB	PB	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	1
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	1
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	1
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	1
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	1
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	1
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	1
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	1
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	1

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	1
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	1
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	1
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	1
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	1
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira	UNILAB	CE	1
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	1
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	1
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	1
<b>Total</b>			<b>89</b>

<b>Chamada CNPq/MCTI/SEPIN no 12/2014 Programa Start-Up Brasil<sup>511</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País e que desenvolvam e/ou utilizem ferramentas de software, hardware e/ou serviços de TI como parte da solução, produto ou serviço proposto.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta e pela proposta junto ao CNPq, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal claro com a instituição de Execução do Projeto, a empresa startup.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, sendo R\$10.000.000,00 (dez milhões) para 2014 e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) para 2015, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	12 (doze) meses a contar da data de contratação da proposta. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses.
Nº total de propostas	1.078 propostas.
Nº de propostas aceitas	88 propostas.

Por meio da chamada nº 12/2014 foram aprovados 49 projetos de pesquisa das ciências exatas e da terra, 18 das engenharias, 08 das ciências sociais aplicadas, 05 das ciências da saúde, 02 das ciências humanas, 02 das ciências agrárias, 02 da área denominada 'outra', 01 das ciências biológicas, 01 da linguística, letras e artes. Foram 50 aprovações em instituições localizadas na região sudeste, 19 no nordeste, 13 no sul e 06 no centro oeste. Os estabelecimentos que alcançaram aprovação de projetos constam na listagem abaixo:

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Agro Smart Brasil	AgroSmart	SP	1
Aoki Média	AM	SP	1
Atmmos Interatividade Virtual	ATMMOS	SP	1
Beyond Domotics	Beyond	RS	1
Bivis Software	BivisSoft	SP	1
BLUEYE	GRUPO SGS	RN	1

<sup>511</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por proponentes vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – FNDCT (Lei no 11.540/2007).

Buyttle	BUYTTLE	PE	1
Cadence Engenharia	CADENCE	MG	1
CellSeq Solutions	CellSeq	MG	1
Choice Inteligência Digital	CHOICE	PB	1
Configr Administração de Sistemas	CONFIGR	DF	1
Descarte Legal Procópio e Souza	DESCARTE LEGAL	MG	1
Desh Tecnologia	DESH	SP	1
Dino Divulgador de Noticias Online	DINO	RJ	1
DOCSMED Serviços Digitais	DOCSMED	PE	1
Dona Cegonha	CEGONHA	RJ	1
Dream Trip Serviços Inovativos de Informação	DREAM TRIP	SC	1
DSPGeo	DSPGeo	SP	1
Easy Telecomunicacoes e Edificacoes	Easy	MG	1
Echo Flow Engenharia	ECHO FLOW	BA	1
Eduardo Roquette Silva de Carvalho	EDUARDO CARVALHO	PE	1
Ekole Tecnologia da Informação para	EKOLE	RJ	1
Emotion.Me Comércio e Serviços de Internet	EMOTION.ME	RJ	1
Escola em Movimento	EEM	MG	1
Ex-Machina	EX-MACHINA	RN	1
Fleety	Fleety	PR	1
Freta La	L3VT	SP	1
Frutas em Casa	FRUTAS EM CASA	GO	1
Grubster Serviços de Informação na Internet	GRUBSTER	SP	1
Guell Tecnologia e Engenharia	GT	BA	1
Healfies	HEALFIES	SC	1
Hookit	HK	RS	1
INNO3 Software Ltda - ME	INNO3	RS	1
Jean Michel Winter	JMW	RS	1
Kajoo Smart Solutions	KAJOO	SP	1
Kidu	KIDU	SP	1
Kochi Sistemas	KOCHI	RS	1
Lar21	LAR21	SP	1
Laudos.Net	LAUDOS.NET	GO	1
Laura Barros	LJMB	MG	1
Lifesaver Security	LS	BA	1
Luccas Andreetto de Menezes	LAM	SP	1
Mecasei.Com	MECASEI . COM	RS	1
Minuto Feedback	MINUTO	PE	1
MLCA Soluções em Marketing	MLCA	BA	1
MREMITTANCE Serviços de Informática	MREMIITANCE	SP	1
Navegatum Desenvolvimento de	NAVEGATIUM	SP	1
NetCommerce - Inteligência e Comércio	NTCM	RJ	1
Netshow.Me	NSM	SP	1
One Cloud	ONE	MG	1



P Q Seiffert	ALLGOO	SP	1
Packdocs Pesquisa e Desenvolvimento de	PACKDOCS	MG	1
PDA Serviços de Internet	PDA	SP	1
PEBmed Apps	PEBmed	RJ	1
Pinall do Brasil	PINALL	DF	1
Plataforma Saúde	PS	RJ	1
Playax	PLAYAX	SP	1
Plural Tecnologia	PLURAL	RS	1
Portal Telemedicina	TELEMEDICINA	SP	1
Pris Propriedade Intelectual	PRIS	MG	1
P-Sensor	P-SENSOR	RS	1
PYX Tecnologia	PYX	MG	1
Radtec Serviços em Física Médica	RADTEC	BA	1
Ritech Tecnologia	RITECH	CE	1
RR Credito Investimentos& Financiamentos	R&R	GO	1
SACapp - Comércio e Tecnologia da Informação	SACapp	SP	1
Salão VIP	SVIP	SP	1
Sales Tecnologia da Informação	SALES Tech	AL	1
SaleSIM Desenvolvimento de Sistemas e	SaleSIM	PE	1
Sii Tecnologia	SiiTec	MG	1
SkyHub	SkyHub	PE	1
Smart Coin	SMART COIN	RJ	1
Squid It	SQD	SP	1
Stoodi Ensino à Distância	STOODI	SP	1
Suland Entertainment Studios	SULAND	MG	1
Superela	SUPERELA	SP	1
T'Allent Interactive Games	T'ALLENT	MG	1
Techplugx Solutions	TPX	RS	1
Tecnonutri Digital	TECNONUTRI	MS	1
Tejon Comercial	TEJON	SP	1
Thinktank Desenvolvimento de	THINKTANK	RJ	1
Treinus Tecnologia e Serviços	TREINUS	MG	1
Tyll Soluções Criativas	TSC	SP	1
UNI4 Sistemas	UNI4	SC	1
Up Biomedical Tecnologia em Saúde	Up Biomedical	PE	1
URBBOX DESENVOLVIMENTO DE	Urbbox	CE	1
Virtual Avionics	VIRTUAL	SP	1
YUPI Studios	YUPI	PB	1
<b>Total</b>			<b>88</b>

<b>CHAMADA UNIVERSAL– MCTI/CNPq Nº 14/2014<sup>512</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em qualquer área do conhecimento.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para itens de capital, custeio e bolsas, sendo R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) oriundos do orçamento do CNPq e R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) oriundos do FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados em parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	16.907 propostas.
Nº de propostas aceitas	5.536 propostas.

Por meio da chamada universal nº 14/2014 foram aprovados 891 projetos na grande área das ciências da saúde, 870 nas ciências exatas e da terra, 862 nas ciências agrárias, 857 nas ciências biológicas, 675 nas engenharias, 567 nas ciências humanas, 432 nas ciências sociais aplicadas, 252 na área 'outra', e 130 na linguística, letras e artes. Foram 2.442 aprovações da região sudeste, 1.286 no sul, 1.056 no nordeste, 509 no centro oeste e 243 no norte. As instituições que alcançaram a aprovação de projetos de pesquisa para fins de financiamento constam na listagem abaixo:

<b>Instituição</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de projetos aprovados</b>
Universidade de São Paulo	USP	SP	410
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	UNESP	SP	238
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	228
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	203
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	203
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	143
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	139
Universidade de Brasília	UnB	DF	129
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	122
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	112
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	110
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	107
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	106
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	104
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	96
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	91
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	86
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	83
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	81
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	78
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	76
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	74

<sup>512</sup> Parcela mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos será, necessariamente, destinada a projetos coordenados por pesquisadores vinculados a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (Lei nº 11.540/2007).

Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	73
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	70
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	67
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	66
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	66
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	65
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	56
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	54
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	52
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	50
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	49
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	43
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	43
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	43
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	42
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	42
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	39
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	38
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	35
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	33
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	31
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	31
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	31
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	30
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	28
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	26
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	25
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	25
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	25
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	24
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	24
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	23
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	23
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	22
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	22
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	22
Universidade Católica de Brasília	UCB	DF	21
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	20
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	17
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	16
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	16
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	15
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	15
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	15
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	15

Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	15
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	15
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	14
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	13
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	13
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy	UENF	RJ	13
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	13
Centro Universitário La Salle	UNILASALLE	RS	13
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	13
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	12
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSA	RS	12
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	12
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	12
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	12
Centro de Pesquisas René Rachou	CPQRR	MG	11
Instituto Agrônomo	IAC	SP	11
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	11
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	11
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	11
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	10
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	10
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	10
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	9
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão	EPAGRI	SC	9
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	9
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO	9
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	9
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	9
Universidade Vila Velha	UVV	ES	9
Instituto Carlos Chagas	ICC/ FIOCRUZ	PR	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	8
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	8
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	CE	8
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	7
Instituto do Coração	InCor/HCFMUSP	SP	7
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	7
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	7
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	7
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	7
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	7
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	7
Universidade da Integração Internacional	UNILAB	CE	7
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	CPqAM	PE	6
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	6
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	6

Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	6
Universidade Paulista	UNIP	SP	6
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	6
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	6
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	5
Instituto Nacional de Matemática	IMPA	RJ	5
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	5
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	5
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	5
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	5
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	5
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	5
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	5
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG	5
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	5
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	5
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	5
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	5
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	5
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	5
Universidade do Sagrado Coração	USC	SP	5
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	5
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	4
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI	SP	4
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	FEPAGRO	RS	4
Hospital de Câncer de Barretos	HCB	SP	4
Instituto Butantan	IBU	SP	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	4
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	4
Fundação Meridional	IMED	RS	4
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	4
Instituto Tecnológico Vale	ITV	RJ	4
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	4
Observatório Nacional	ON	RJ	4
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	4
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	4
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	4
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	GO	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SP	4
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	3
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	EBMSP	BA	3

Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RO	3
Fundo de Defesa da Citricultura	FUNDECITRUS	SP	3
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	FUNDHERP	SP	3
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCFMUSP	SP	3
Instituto Adolfo Lutz	IAL	SP	3
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	3
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia	IBICT	DF	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	IF-Catarinense	SC	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	IFMT	MT	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	3
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	3
Instituto de Zootecnia	IZ	SP	3
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	3
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	3
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	3
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	3
Centro Universitário de Araraquara	UNIARA	SP	3
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	3
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	PA	3
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	3
Universidade de Santo Amaro	UNISA	SP	3
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	3
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	SP	3
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	3
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	3
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai	URI	RS	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	MG	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PE	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RS	3
Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	CDTN/CNEN	MG	2
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA	SP	2
Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	CPqGM	BA	2
Centro de Pesquisas Leonidas e Maria Deane	CPQLMD	AM	2
Centro de Pesquisa da Universidade Positivo	CPUP	PR	2
Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia	CTBE	SP	2
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	SP	2
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	ENCE/IBGE	RJ	2
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	2
Escola Superior de Teologia	EST	RS	2
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	2
Fundação Instituto Capixaba de Pesq. Em Contabilidade, Economia e Finanças	FUCAPE	ES	2
Instituto Biológico	IB	SP	2

Instituto de Botânica	IBT	SP	2
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo	ICESP	SP	2
Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino	IDOR	RJ	2
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pernambuco	IFPE	PE	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SP	2
Instituto Materno Infantil de Pernambuco	IMIP	PE	2
INESC P&D Brasil - Instituto de Engenharia	INESC P&D BRASIL	SP	2
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	2
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	SP	2
Laboratório Nacional de Astrofísica	LNA	MG	2
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	2
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	2
Universidade da Amazônia	UNAMA	PA	2
Universidade Estácio de Sá	UNESA	RJ	2
Universidade de Guarulhos	UNG	SP	2
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	SP	2
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	2
Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos	UNIFEB	SP	2
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	2
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	SP	2
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	2
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	2
Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE	SP	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RR	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SC	2
Hospital AC Camargo	AC CAMARGO	SP	1
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	1
Faculdade Associação Caruaruense de Ensino Superior	ASCES	PE	1
Centro Infantil de Investigações	BOLDRINI	SP	1
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	CEBRAP	SP	1
Fundação Centro de Ciências e Educação	CECIERJ	RJ	1
Centro Estadual de Educação Tecnológica	CEETEPS	SP	1
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas	CEMADEN	SP	1
Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar	CEPAF	SC	1
Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos	CIEnP	SC	1
Fundação de Ciência e Tecnologia	CIENTEC	RS	1
Centro de Informática	CIN	PE	1
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	1
Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais	CRS	PA	1
Centro Tecnológico do Exército	CTEx	RJ	1

Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	EMDAGRO	SE	1
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas	EPAMIG	MG	1
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	EPSJV	RJ	1
Escola Superior de Artes Célia Helena	ESCH	SP	1
Escola Superior de Ciências da Saúde	ESCS	DF	1
Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte	ESTÁCIO/Juazeiro	CE	1
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	1
Faculdades Integradas Teresa D'Avila	FATEA	SP	1
Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo	FATEC	SP	1
Fundação Carlos Chagas	FCC	SP	1
Faculdade Cásper Líbero	FCL	SP	1
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa	FCMSCSP	SP	1
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros	FEI	SP	1
Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde	FEPPS	RS	1
Universidade de Rio Verde	FESURV	GO	1
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SP	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	CE	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	MS	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	BA	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRZ	DF	1
Fundação Manoel de Barros	FMB	MS	1
Faculdade de Odontologia de Pernambuco	FOP	PE	1
Fundação Museu do Homem Americano	FUMDHAM	PI	1
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	1
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança	FUNDACENTRO	SP	1
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	1
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCRP/USP	SP	1
Fundação HEMOPA	HEMOPA	PA	1
Hospital Geral e Maternidade de Cuiabá	HGM	MT	1
Hospital São Rafael	HSR	BA	1
Hospital Universitário da Universidade Federal	HUUFMA	MA	1
Instituto de Aeronáutica e Espaço	IAE	SP	1
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	IBCCF	RJ	1
Instituto de Biologia Molecular do Paraná	IBMP	PR	1
Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul	IC/FUC	RS	1
Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia	ICETI	PR	1
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF SUDESTE MG	MG	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IFBAIANO	BA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	IFF	RJ	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	IFNMG	MG	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI	1



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	IFPR	PR	1
Instituto Mato-Grossense do Algodão	IMA	MT	1
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	INCAPER	ES	1
Instituto Nacional do Semiárido	INSA/MCT	PB	1
Instituto Agrônomo de Pernambuco	IPA	PE	1
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	IPAM	PA	1
Instituto de Pesquisa Professor Joaquim	IPESQ	PB	1
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado	IPT	SP	1
Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco	IRH	PE	1
Instituto de Saúde	ISaúde	SP	1
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	ISCOMPA	RS	1
Instituto de Tecnologia de Pernambuco	ITEP	PE	1
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	1
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI	BA	1
Sociedade Educacional de Santa Catarina	SOCIESC	SC	1
Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	SPDM/HSP	SP	1
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	1
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	1
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	RS	1
Universidade Estadual de Roraima	UERR	RR	1
Centro Universitário da Zona Oeste	UEZO	RJ	1
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	BA	1
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SP	1
Universidade do Contestado	UnC	SC	1
Universidade Ibirapuera	UNIB	SP	1
Universidade de Cuiabá	UNIC	MT	1
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	1
Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	DF	1
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	1
Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ	RS	1
Universidade José do Rosário Vellano	UNIFENAS	MG	1
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO	RJ	1
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	RS	1
Universidade Nilton Lins	UNINILTON	AM	1
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	1
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	1
Universidade São Francisco	USF	SP	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	BA	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	MS	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PI	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PR	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SE	1
<b>Total</b>			<b>5.536</b>

<b>CHAMADA INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014</b>	
Finalidade	Apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em áreas estratégicas e/ou na fronteira do conhecimento que visem a busca de solução de grandes problemas nacionais, por meio de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, no âmbito do PROGRAMA INCT, reeditado pela Portaria Nº 577, de 4 de junho de 2014, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.
Proponentes	Poderão apresentar propostas os pesquisadores de reconhecida competência nacional e internacional na sua área de atuação, beneficiários de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) ou Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) nível I do CNPq ou perfil equivalente, com capacidade para liderar projetos complexos e com vários participantes, e liderança demonstrada por publicações de impacto em revistas científicas, patentes nacionais ou internacionais, e expressivo resultado em orientação de dissertações ou teses e supervisão de pós-doutores, e que tenham vínculo empregatício/funcional com instituição pública ou privada, sem fins lucrativos, de ensino superior ou de pesquisa nacional.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos federais e estaduais no valor global estimado de até R\$ 641.700.000,00 (seiscentos e quarenta e um milhões e setecentos mil reais).
Prazo de execução dos projetos	72 (setenta e dois) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	345 projetos enviados.
Nº de propostas aceitas	Não houve aprovação de projetos.

<b>Chamada CNPq-SETEC/MEC N º 17/2014 - Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada, de extensão tecnológica, que contribuam significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País nas seguintes Linhas de Apoio: Linha 1: PD&I – projetos cooperados, entre Institutos Federais e Instituições Parceiras Demandantes, com foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação (PD&I), visando à solução de problemas reais do setor produtivo. Linha 2: Extensão Tecnológica – projetos cooperados entre Institutos Federais e Instituições Parceiras Demandantes, visando à promoção da melhoria contínua e o aumento da competitividade das Empresas, Associações ou Cooperativas, desenvolvendo ações de diagnóstico, transferência de tecnologia, serviços tecnológicos, propriedade intelectual e prospecção de oportunidades tecnológicas para Inovação nos Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais. Linha 3: Torneio de Educação Profissional – projetos que visem à preparação de alunos dos Institutos Federais para participação em competições de conhecimentos e competências técnicas de abrangência regional, nacional e internacional, tais como Olimpíadas do Conhecimento, OBAP, Worldskills, por meio de ações de difusão tecnológica, nucleação de grupos de estudantes e respectivos supervisores. Linha 4: Soluções Tecnológicas – projetos cooperados elaborados e executados por professores com o envolvimento obrigatório de alunos de cursos técnicos com foco na solução de problemas reais, com natureza institucional, empresarial ou comunitária, por meio do desenvolvimento e aplicação de novos dispositivos, instrumentos, ferramentas, produtos ou processos de impacto econômico ou social, podendo haver cooperação com Instituições Parceiras Demandantes.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; ser ocupante de cargo efetivo na Instituição Executora do projeto com vínculo estatutário ou de aposentado.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), oriundos da SETEC/MEC, com descentralização orçamentária da SETEC/MEC ao CNPq, a serem liberados em três parcelas (2014, 2015 e 2016), de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	Foram enviadas 424 propostas para a linha1; 236 para a linha 2; 190 para a linha 3; 686 para a linha 4. Ao todo houve o envio de 1.536 propostas.
Nº de propostas aceitas	Foram aprovados 472 projetos (135 da linha 1; 98 da linha 2; 99 da linha 3 e 140 da linha 4).

Dos 472 projetos aprovados, 151 eram das ciências agrárias, 122 das engenharias, 104 das ciências exatas e da terra; 25 da área 'outra', 24 das ciências humanas, 16 das ciências da saúde, 15 das ciências biológicas, 14 das ciências sociais aplicadas, 01 da linguística, letras e artes. Foram aceitos 162 projetos da região sudeste, 112 do nordeste, 99 do sul, 75 do centro oeste e 24 do norte. As instituições estão listadas no quadro a seguir:

Instituição	Sigla	Estado	nº de projetos aprovados
-------------	-------	--------	--------------------------

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO	51
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	45
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	38
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	34
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SP	31
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	20
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	18
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	18
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas	IF SUDESTE MG	MG	15
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	IFPR	PR	15
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas	IFSULDEMINAS	MG	15
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	IFSUL	RS	13
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	IF-Catarinense	SC	12
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE	12
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IFBAIANO	BA	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	10
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	9
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	IFMT	MT	9
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	IFTM	MG	9
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	IFMG	MG	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IF-Sertão PE	PE	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	IFF	RJ	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas	IFNMG	MG	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins	IFTO	TO	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO	3
Colégio Politécnico da UFSM	CEBTT	RS	2
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	IFAP	AP	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	IFS	SE	2
Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	CEFET/CE	CE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	IFAC	AC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA	1
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	1
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	1
Total			472

<b>CHAMADA MCTI/CONAB/CNPQ Nº 18/2014 - PERDAS PÓS-COLHEITA DE GRÃOS</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País. O objetivo geral desta chamada é o financiamento de projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação voltados para o estudo de perdas quantitativas e qualitativas no armazenamento e no transporte de grãos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite de submissão da proposta; b) Possuir o título de doutor; c) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) Ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), oriundos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a serem liberados em três parcelas, sendo R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais) em Custeio, R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais) em Capital e R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais) em Bolsas, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>513</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	15 propostas.
Nº de propostas aceitas	03 propostas.

Todas as 03 propostas aceitas mediante a chamada nº 18/2014 eram das ciências agrárias. Um projeto aprovado foi submetido por pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); 01 da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e 01 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Foram 02 aprovações no centro oeste e 01 no sul.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/ SGEPI/ DAGEP N º 21/2014 - Saúde da População Negra no Brasil</b>	
Finalidade	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, com a realização de estudos de avaliação da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa SGEPI/MS, a ser(em) liberado(s) de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>514</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	89 propostas.
Nº de propostas aceitas	08 propostas.

Das 08 propostas aceitas para a execução da chamada nº 21/2014, 07 eram das ciências da saúde e 01 das ciências biológicas. Foram 02 aceites de projetos enviados por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA). As demais instituições obtiveram a aprovação de 01 (um) projeto: Instituto do Coração (InCor/HCFMUSP); Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/IOC); Universidade Católica do Salvador (UCSAL); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS). Foram 05 aprovações da região nordeste; 02 do sudeste; 01 do sul.

<b>Chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no âmbito das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, mediante o financiamento de projetos de pesquisa com mérito científico.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens:

<sup>513</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>514</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

	a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto, em departamentos das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas ou em programas de pós-graduação dessas áreas. O pesquisador aposentado poderá apresentar proposta nesta Chamada desde que possua o título de doutor e tenha seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo R\$ 50% da CAPES e 50% do CNPq, recursos esses oriundos do Tesouro Nacional, do orçamento de 2014, relativo ao Fomento à Pesquisa Fundamental, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq e da CAPES.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	1.260 propostas.
Nº de propostas aceitas	597 propostas.

Em relação a chamada nº 22/2014 foram aprovados 303 projetos de pesquisa na grande área das ciências humanas; 256 nas ciências sociais aplicadas; 23 na linguística, letras e artes e 15 nas ciências exatas e da terra. Houve 231 aprovações da região sudeste, 176 do sul, 116 do nordeste, 49 do centro oeste e 25 do norte. As instituições de execução podem ser visualizadas no quadro a seguir:

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	35
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	28
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	25
Universidade de Brasília	UnB	DF	18
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	16
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	15
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	15
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	15
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	14
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	14
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	14
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	14
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	14
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	13
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	13
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	12
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	11
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	10
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	8
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	7
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	7
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	7
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	7
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	7
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	6
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	6
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	6

Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	6
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	6
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	5
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	5
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	5
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	5
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	5
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	5
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	5
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	5
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	5
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	5
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	4
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	4
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	4
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	4
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	4
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	4
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	4
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	3
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	3
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas	IBEPES	PR	3
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	3
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	3
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	3
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	3
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	3
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	3
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	3
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	3
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	3
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	3
Universidade São Francisco	USF	SP	3
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	2
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	2
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	2
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	2
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	2
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	2
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	2
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	2
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	2
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	2
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	2
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	2

Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	2
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	2
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	2
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	2
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	2
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	2
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	2
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	2
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	2
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	2
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	2
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	2
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	2
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	2
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	2
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	2
Universidade Vila Velha	UVV	ES	2
Centro de Direito Internacional	CEDIN	MG	1
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	1
Centro de Informação Científica e Tecnológica	CICT	RJ	1
Escola de Administração de Empresas de São Paulo	EAESP/FGV/SP	SP	1
Escola de Comunicações e Artes	ECA	SP	1
Escola de Comando e Estado Maior do Exército	ECEME	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	1
Escola Superior de Teologia	EST	RS	1
Fundação de Economia e Estatística	FEE	RS	1
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros	FEI	SP	1
Faculdade Novos Horizontes	FNH	MG	1
Faculdade Senac Porto Alegre	FSPOA	RS	1
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	1
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	1
Departamento de História	HIS	RJ	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IFBAIANO	BA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	IFSULDEMINAS	MG	1
Fundação Meridional	IMED	RS	1
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	1
Universidade Anhembi Morumbi	UAM	SP	1
Universidade Católica de Petrópolis	UCP	RJ	1
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	1
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	1
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	RJ	1

Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	1
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	1
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	1
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	1
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	1
Universidade do Contestado	UnC	SC	1
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	1
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	1
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	PA	1
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	CE	1
Universidade Paulista	UNIP	SP	1
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	1
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	1
Universidade de Sorocaba	UNISO	SP	1
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	1
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	1
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	1
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	1
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	1
Universidade Tuiuti do Paraná	UTP	PR	1
<b>Total</b>			<b>597</b>

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 26/2014 – Pesquisas sobre Distúrbios Neuropsiquiátricos</b>	
Finalidade	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, com a realização de apoio a atividades de pesquisa científica, tecnológica e a inovação no tema distúrbios neuropsiquiátricos, que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e fortalecimento da capacidade instalada do SUS quanto à integração da saúde mental.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS, sendo R\$ 4.000.000,00 em custeio, R\$ 1.000.000,00 em capital e outros R\$ 1.000.000,00 em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE/MS) e repassados ao CNPq, a ser(em) liberado(s) de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>515</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 12 meses.
Nº total de propostas	157 propostas.
Nº de propostas aceitas	16 propostas.

Para a chamada nº 26/2014 foram aprovados 11 projetos de pesquisa da grande área das ciências da saúde e 05 das ciências biológicas. Foram 03 aprovações na Universidade de São Paulo (USP); 02 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/RS); 02 na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP). As demais instituições obtiveram a aprovação de 01 projeto cada:

<sup>515</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.



Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foram 08 aprovações na região sudeste, 06 no sul e 02 no nordeste.

<b>Chamada CNPq/Decit/SCTIE/MS Nº 27/2014 Pesquisas sobre Doenças Neurodegenerativas</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no tema doenças neurodegenerativas (DND), definidas como condições crônicas hereditárias ou esporádicas, de caráter progressivo, caracterizadas por disfunção do sistema nervoso acompanhada por atrofia difusa ou limitada a áreas ou núcleos definidos do sistema nervoso, morte celular ou degeneração. Essa definição inclui tanto afecções prevalentes como as doenças de Alzheimer ou Parkinson, quanto doenças raras, como a Doença de Huntington, as ataxias espinocerebelares ou as doenças priônicas, bem como degeneração neural progressiva associada a epilepsias, e não se confundem com patologias do desenvolvimento neural, nem com afecções agudas como acidentes vasculares ou traumas encefálicos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia Decit/SCTIE/MS, repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>516</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por mais 12 meses.
Nº total de propostas	218 propostas.
Nº de propostas aceitas	17 propostas.

Em relação à chamada nº 27/2014 foram aprovados 11 projetos de pesquisa da grande área das ciências biológicas e 06 das ciências da saúde. Quatro (04) projetos aprovados eram provenientes da Universidade de São Paulo (USP); 03 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 03 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); 02 da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). As demais instituições alcançaram a aprovação de 01 projeto: Fundação Antônio Prudente (FAP); Hospital Sírio-Libanês (SIRIO-LIBANÊS/SP); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foram 12 aprovações na região sudeste, 04 no sul e 01 no nordeste.

<b>Chamada CNPq/Decit/SCTIE/MS N º 28/2014 Medicina Regenerativa</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e para a inovação no tema Medicina Regenerativa.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia Decit/SCTIE/MS, repassados ao CNPq, sendo liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>517</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 12 meses.
Nº total de propostas	68 propostas.
Nº de propostas aceitas	16 propostas.

<sup>516</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>517</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Das 16 propostas aceitas submetidas à chamada nº 28/2014, 07 pertenciam às ciências biológicas, 05 às ciências da saúde, 02 às engenharias, 02 às ciências agrárias. Foram 05 aprovações na Universidade de São Paulo (USP); 03 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As demais instituições obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI/SP); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO/RJ); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 14 aprovações na região sudeste; 01 na região sul e 01 no nordeste.

<b>Chamada CNPq/Pandiá Nº 29/2014 - Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional</b>	
Finalidade	Fomentar a pesquisa sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional por meio da seleção de propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre temas relevantes para a inserção internacional do Brasil e a gestão da defesa nacional, no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, em duas linhas de pesquisa: Entorno Estratégico e Economia da Defesa.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), oriundos do orçamento do Ministério da Defesa – MD, sendo o valor de R\$750.000,00 para itens de custeio e bolsas de fomento tecnológico e o valor de R\$50.000,00 para itens de capital. Os recursos serão liberados em uma única parcela, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>518</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	36 propostas.
Nº de propostas aceitas	10 propostas.

Dos projetos aprovados para fins de financiamento pelo CNPq 06 pertenciam às ciências humanas, 02 às ciências sociais aplicadas e 02 à área definida como 'outra'. Foram 02 aprovações na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As demais aprovações foram para projetos vinculados as seguintes instituições: Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia (FEI/SP); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Universidade de Brasília (UnB); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal Fluminense (UFF). Foram 04 aprovações na região sudeste, 03 no sul, 02 no nordeste e 01 no centro oeste.

<b>Chamada CNPq/MCTI/MS-SCTIE-DECIT-SVS-DST-Aids N º 30/2014</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem promover, estimular, e/ou expandir atividades de pesquisa colaborativa básica, translacional e aplicada entre pesquisadores estadunidenses elegíveis e com pesquisas já em andamento no âmbito do NIH e pesquisadores brasileiros elegíveis nas áreas de câncer associado a infecções, alergia, imunologia, e/ou doenças infecciosas, incluindo HIV/AIDS e suas comorbidades.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), exclusivamente para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, oriundos do orçamento do CNPq, R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) oriundos do Decit/SCTIE/MS e R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) oriundos da Departamento de DST,

<sup>518</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

	Aids e Hepatites Virais/SVS/MS (repassados ao CNPq por intermédio do Decit/MS), a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>519</sup> .
Prazo de execução dos projetos	12 (doze) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por até 12 meses.
Nº total de propostas	63 propostas.
Nº de propostas aceitas	19 propostas.

Por meio da chamada nº 30/2014 houve o aceite de 10 projetos das ciências biológicas, 08 das ciências da saúde e 01 das ciências exatas e da terra. Houve 02 aprovações para o Centro de Pesquisas René Rachou (CPQRR/MG); 02 para a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); 02 para a Universidade de Brasília (UnB); 02 para a Universidade de São Paulo (USP). As demais aprovações foram nas instituições que se seguem: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP); Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (HSE/RJ); Instituto Nacional de Câncer (INCA/RJ); Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foram 14 aprovações na região sudeste, 02 no centro oeste; 02 no nordeste e 01 no sul.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT N° 31/2014 – Pesquisas sobre Doença de Chagas</b>	
Finalidade	A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e a inovação no tema doença de Chagas, mediante a seleção pública de propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e fortalecimento dos serviços de saúde à luz dos princípios e diretrizes do SUS. Além disso, que o desenvolvimento dessas pesquisas possam gerar resultados capazes de contribuir ao aprimoramento dos programas de vigilância, controle, erradicação e prevenção da doença de Chagas.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriundos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS, sendo R\$ 2.000.000,00 em custeio, R\$ 500.000,00 em capital e outros R\$ 500.000,00 em bolsas. Estes recursos são oriundos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE/MS) e repassados ao CNPq, a ser(em) liberado(s) de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>520</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado, por até 12 meses.
Nº total de propostas	110 propostas.
Nº de propostas aceitas	13 propostas.

A chamada nº 31/2014 possibilitou o aceite de 10 projetos de pesquisa na grande área das ciências biológicas e 03 nas ciências da saúde. As instituições e o número de projetos aprovados constam adiante: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ – 3 aprovações); Universidade de São Paulo (USP – 2 aprovações); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – 2 aprovações); Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP – 1 aprovação); Universidade Estadual de Londrina (UEL – 1 aprovação); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – 1 aprovação); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL – 1 aprovação); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN – 1 aprovação); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM – 1 aprovação). Foram 10 aprovações na região sudeste, 02 no sul e 01 no nordeste.

<sup>519</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>520</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 32/2014 - Pesquisas sobre Leishmanioses<sup>521</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e para a inovação em leishmanioses.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriundos do orçamento do DECIT/SCTIE/MS, de acordo com o repasse dos recursos ao CNPq e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão <sup>522</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por 12 meses.
Nº total de propostas	132 propostas.
Nº de propostas aceitas	14 propostas.

Por meio da chamada nº 32/2014 foram aprovados 10 projetos de pesquisa na grande área das ciências biológicas e 04 nas ciências da saúde. As instituições e o número de propostas aprovadas são as que se seguem: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ – 3 aprovações); Universidade de São Paulo (USP – 2 aprovações); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – 2 aprovações); Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (CPqGM/BA – 1 aprovação); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – 1 aprovação); Instituto Evandro Chagas (IEC/PA – 1 aprovação); Universidade Federal da Bahia (UFBA – 1 aprovação); Universidade Federal de Alagoas (UFAL- 1 aprovação); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – 1 aprovação); Universidade Federal do Maranhão (UFMA – 1 aprovação). Foram 08 aprovações na região sudeste, 04 no nordeste, 01 no sul e 01 no norte.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT N º 33/2014 – Criação da Rede Nacional de Pesquisas em Doenças Cardiovasculares</b>	
Finalidade	Apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação no tocante às doenças cardiovasculares mediante a formação da Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares (RNPDC) envolvendo instituições de pesquisa públicas e privadas de todas as regiões do Brasil, que possam gerar e executar projetos de pesquisa de interesse do Ministério da Saúde.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), oriundos do orçamento do DECIT/SCTIE/MS, de acordo com o repasse dos recursos ao CNPq e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão <sup>523</sup> .
Prazo de execução dos projetos	36 (trinta e seis) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por 12 meses.
Nº total de propostas	151 propostas.
Nº de propostas aceitas	12 propostas.

Mediante a chamada nº 33/2014 foram aprovados 09 projetos de pesquisa na grande área das ciências da saúde, 02 nas ciências biológicas e 01 nas ciências exatas e da terra. Foram aprovados 02 projetos do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia (IDPC/SP); 02 do Instituto do Coração (InCor/HCFMUSP); 02 da Universidade de São Paulo (USP); 02 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As demais instituições alcançaram a aprovação de 01 projeto cada: Universidade

<sup>521</sup> Até 20% dos recursos da presente chamada poderão ser destinados para projetos que apresentem parceria com pesquisadores europeus e latinos no âmbito da rede de países da União Européia, América Latina e Caribe. Caso os recursos não sejam utilizados para esse fim, estes poderão ser aplicados para financiamento de outras propostas de acordo com o ranqueamento.

<sup>522</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>523</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 10 aprovações na região sudeste, 01 no sul, e 01 no norte.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 34/2014 - Pesquisas sobre Doenças Respiratórias Crônicas</b>	
Finalidade	Apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação no tema das doenças respiratórias crônicas, mediante a seleção pública de propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas e de tecnologias de saúde voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em custeio, R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) em capital e R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) em bolsas, oriundos do orçamento do DECIT/SCTIE/MS. As propostas serão financiadas de acordo com o repasse dos recursos ao CNPq e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão <sup>524</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por 12 meses.
Nº total de propostas	113 propostas.
Nº de propostas aceitas	14 propostas.

Por meio da chamada nº 34/2014 foram aprovados 11 projetos na área das ciências da saúde e 03 nas ciências biológicas. Foram aprovados 03 projetos para serem desenvolvidos na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e 02 para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As demais instituições alcançaram a aprovação de 01 projeto cada: Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (CPqGM/BA); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foram 07 aprovações no sudeste; 04 no sul e 03 no nordeste.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 35/2014 - Pesquisas sobre Doenças Raras</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e para a inovação em doenças raras.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em custeio, R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em capital e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em bolsas, oriundos do orçamento do DECIT/SCTIE/MS. As propostas serão financiadas de acordo com o repasse dos recursos ao CNPq e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão <sup>525</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por 12 meses.
Nº total de propostas	39 propostas.
Nº de propostas aceitas	15 propostas.

Através da chamada nº 35/2014 o CNPq aprovou 09 projetos de pesquisa para fins de financiamento nas ciências biológicas e 06 nas ciências da saúde. Os projetos foram aprovados para serem desenvolvidos nas seguintes instituições: Universidade de São Paulo (USP – 3 projetos);

<sup>524</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>525</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE – 2 projetos); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – 2 projetos); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ – 1 projeto); Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA– 1 projeto); Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC– 1 projeto); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP– 1 projeto); Universidade Federal da Bahia (UFBA – 1 projeto); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG– 1 projeto); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP– 1 projeto); Universidade Federal do Paraná (UFPR– 1 projeto). Foram 07 aprovações na região sudeste; 05 do sul; 03 do nordeste.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 36/2014 - Pesquisas sobre Doenças Renais</b>	
Finalidade	Apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação no tocante às doenças renais, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam de modo efetivo para o avanço do conhecimento, a geração de produtos, a formulação, implementação e avaliação de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e o fortalecimento dos serviços de saúde à luz dos princípios e diretrizes do SUS. Espera-se que o desenvolvimento de estudos nos eixos temáticos apresentados a seguir contribua de modo efetivo para o aprimoramento dos programas de controle, prevenção e tratamento das doenças renais, bem como forneça subsídios para melhoria da atenção primária e da gestão no âmbito dos serviços de saúde prestados.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) em custeio, R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em capital e R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em bolsas, oriundos do orçamento do DECIT/SCTIE/MS. As propostas serão financiadas de acordo com o repasse dos recursos ao CNPq e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão <sup>526</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por 12 meses.
Nº total de propostas	131 propostas.
Nº de propostas aceitas	13 propostas.

Para a chamada nº 36/2014 foram aceitos 08 projetos de pesquisa das ciências da saúde e 05 das ciências biológicas. A Universidade de São Paulo (USP) obteve a aprovação de 03 projetos; a Universidade Estadual de Londrina (UEL) 02 e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) 02. As demais obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Houve 07 aprovações na região sudeste; 03 no sul e 03 no nordeste.

<b>Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT Nº 37/2014 - Pesquisas sobre Helmintíases<sup>527</sup></b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e para a inovação em helmintíases.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), sendo R\$ 1.850.000,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil reais) em custeio, R\$ 700.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) em capital e R\$ 450.000,00 (quatrocentos e

<sup>526</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>527</sup> Até 20% dos recursos da presente chamada poderão ser destinados para projetos que apresentem parceria com pesquisadores europeus e latinos no âmbito da rede de países da União Européia, América Latina e Caribe (ERANet-LAC). Caso os recursos não sejam utilizados para esse fim, estes poderão ser aplicados para financiamento de outras propostas de acordo com o ranqueamento.

	cinquenta mil reais) em bolsas, oriundos do orçamento do DECIT/SCTIE/MS, de acordo com o repasse dos recursos ao CNPq e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão <sup>528</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por 12 meses.
Nº total de propostas	82 propostas.
Nº de propostas aceitas	14 propostas.

Das 14 propostas aprovadas para a chamada nº 37/2014, 12 pertenciam às ciências biológicas e 02 às ciências da saúde. Alcançaram a aprovação de propostas as seguintes instituições: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ -3 propostas); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - 3 propostas); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - 2 propostas); Universidade de São Paulo (USP - 1 proposta); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - 1 proposta); Universidade Federal de Goiás (UFG - 1 proposta); Universidade Federal de Uberlândia (UFU - 1 proposta); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - 1 proposta); Universidade Tiradentes (UNIT - 1 proposta). Foram 11 aprovações no sudeste, 01 no sul, 01 no centro oeste e 01 no nordeste.

<b>CHAMADA MDA/CNPQ Nº 38/2014 - Sistemas Orgânicos de Produção de Base Agroecológica</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de constituição e fortalecimento de Núcleos de Agroecologia nas instituições públicas de pesquisa agropecuária (OEPAs e EMBRAPA) em todo o território nacional e nas universidades públicas ou privadas sem fins lucrativos com sede administrativa na região Norte do País, que promovam o desenvolvimento tecnológico e inovação na agricultura familiar a partir de metodologias de integração entre pesquisa agroecológica, extensão rural e ensino.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir título de mestre ou doutor com experiência em projetos de construção do conhecimento agroecológico; b) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; c) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) ter vínculo celetista ou estatutário com instituição pública de pesquisa agropecuária em qualquer estado do território nacional (OEPAS ou Embrapa) ou com universidade pública ou privada sem fins lucrativos com sede administrativa na região Norte do país.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do orçamento do MDA, a serem liberados em parcela única, em 2014, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por mais 06 (seis) meses.
Nº total de propostas	53 propostas.
Nº de propostas aceitas	25 propostas.

Em relação à chamada nº 38/2014 foram aprovados 22 projetos da grande área das ciências agrárias, 02 na área 'outra' e 01 nas ciências humanas. Foram aprovados 05 projetos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/DF); 03 na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA/PB); 03 na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão (EPAGRI/SC); 02 na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas (EPAMIG). As demais instituições listadas a seguir obtiveram a aprovação de 01 projeto cada: Agência de Desenvolvimento Agrário (AGRAER/MS); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA/BA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/PB); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/PI); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/PA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/PE); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/MG); Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural (EMPAER/MT); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO/RS); Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA/PE); Universidade Federal de Roraima (UFRR/RR); Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT/TO). Foram aprovados 08 projetos no nordeste, 07 no centro oeste, 04 no sul, 03 no sudeste e 03 no norte.

<b>CHAMADA MDA/CNPQ Nº 39/2014 - Agroecologia</b>	
Finalidade	Apoiar projetos que integrem atividades de extensão, pesquisa, ensino e fomento a processos de

<sup>528</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

	inovação tecnológica e metodológica visando a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia, bem como à promoção dos sistemas orgânicos de produção e de base agroecológica. Tal ação permitirá a formação de Núcleos e Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica, que fomenta o ensino, a pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de estudantes, profissionais e agricultores familiares, na melhoria da segurança alimentar e nutricionais, a geração de renda e a erradicação da pobreza, promovendo o desenvolvimento local/regional em bases sustentáveis.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de mestre ou doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto; d) não ser contemplado na Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq n.º 81/2013.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais), oriundos do orçamento do MDA, a serem liberados em parcela única, em 2014, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>529</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por mais 06 (seis) meses.
Nº total de propostas	66 propostas.
Nº de propostas aceitas	19 propostas.

Para a chamada nº 39/2014 foram aprovados 16 projetos nas ciências agrárias, 02 nas ciências humanas, 01 na área denominada 'outra'. Foram aceitos 02 projetos da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). As demais instituições alcançaram a aprovação de 01 projeto cada: Universidade Estadual de Goiás (UEG); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Centro Universitário de Araraquara (UNIARA); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foram aprovados 06 projetos na região sudeste, 05 no norte; 03 no nordeste; 03 no centro oeste; 02 no sul.

<b>Chamada MCTI/MAPA/CNPq Nº 40/2014 - Sementes e Extrativismo</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação do País e que integrem atividades de educação, pesquisa e extensão no contexto da agroecologia e produção orgânica para os seguintes objetivos: a) Identificar, resgatar, validar, produzir, multiplicar, melhorar, beneficiar, conservar e/ou promover o intercâmbio de sementes ou outros materiais propagativos de variedades crioulas, tradicionais ou locais, de variedades convencionais ou daquelas utilizadas como adubos verdes que sejam de interesse para a produção orgânica ou de base agroecológica; b) Fomentar boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico de produtos florestais não madeireiros de espécies florestais nativas; e, c) Fomentar o reconhecimento da qualidade orgânica de produtos florestais não madeireiros oriundos do extrativismo, de sementes ou outros materiais propagativos produzidos em sistemas orgânicos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de mestre ou doutor com experiência curricular comprovada em agroecologia e produção orgânica ou áreas afins e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo celetista ou estatutário com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sendo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos do orçamento do MCTI e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos do orçamento do MAPA, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq <sup>530</sup> .
Prazo de execução dos projetos	24 (vinte e quatro) meses. Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por mais 06 (seis).

<sup>529</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

<sup>530</sup> Tratando-se de projetos de INOVAÇÃO, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.



Nº total de propostas	85 propostas.
Nº de propostas aceitas	23 propostas.

Quanto à chamada nº 40/2014 todas as 23 propostas aceitas pertenciam a grande área das ciências agrárias. Foram aprovadas 02 propostas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES); 02 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); 02 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os demais projetos de pesquisa aceitos eram das seguintes instituições: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE MG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IF-Farroupilha); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do norte de Minas Gerais (IFNMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPB); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS); Campus Inconfidentes (INCONFIDENTES); Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade de Brasília (UnB). Houve 08 aprovações no sudeste, 05 no nordeste, 04 no sul, 04 no norte e 02 no centro oeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq Nº 46/2014 - Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África - PROÁFRICA</b>	
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País por meio do financiamento de projetos de pesquisa conjunta, no âmbito da cooperação científica, tecnológica e de inovação com os países africanos e em especial com os países da comunidade de língua portuguesa/CPLP do continente. ÁREAS DO CONHECIMENTO: Segurança alimentar; Saúde pública; Desenvolvimento agrícola e pecuário; Inclusão social, e Mudanças climáticas e eventos extremos.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) Possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) Ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente e residente no Brasil; c) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; d) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto; e) Não coordenar mais de uma proposta submetida a esta Chamada.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
Prazo de execução dos projetos	24 meses Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado.
Nº total de propostas	226 propostas.
Nº de propostas aceitas	15 propostas.

Para a chamada nº 46/2014 foram aprovados 04 projetos nas ciências humanas, 03 nas ciências agrárias, 02 nas ciências biológicas, 02 nas ciências exatas e da terra, 02 nas engenharias, 01 nas ciências da saúde e 01 na área denominada 'outra'. Foram aprovados 02 projetos para a Universidade de Brasília (UnB) e 02 para a Universidade de São Paulo (USP). As demais aprovações foram para as seguintes instituições: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Foram 08 aprovações no sudeste, 03 no sul, 03 no centro oeste e 01 no nordeste.

<b>Chamada MCTI/CNPq/MS/SCTIE/Decit/Fundação Bill e Melinda Gates N º 47/2014</b>	
Finalidade	Esta chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa que, por meio de

	abordagens inovadoras, busquem determinar: 1) Quais combinações de intervenções são mais eficazes para prevenir e tratar as consequências do nascimento, crescimento e desenvolvimento não saudáveis; 2) Quando, durante o ciclo de vida humano, essas intervenções são aplicadas com mais eficácia; e 3) Como elas são integradas de maneira prática e mais eficaz num ciclo de cuidado contínuo que inclui: a concepção, da concepção ao nascimento, do nascimento aos dois anos de vida, a infância, a adolescência e a vida adulta.
Proponentes	O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens: a) possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes; b) ser obrigatoriamente o coordenador do projeto; c) ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto.
Recursos Financeiros	As propostas aprovadas nesta chamada serão financiadas com recursos no valor global estimado de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos do orçamento do CNPq, 3.000.000,00 (três milhões de reais) do Decit/SCTIE/MS e R\$ 5.000.000,00 da Fundação Bill e Melinda Gates a serem liberados em parcelas a serem definidas.
Prazo de execução dos projetos	De 24 a 48 meses, excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.
Nº total de propostas	139 propostas.
Nº de propostas aceitas	23 propostas.

Das 23 propostas aceitas mediante a chamada nº 47/2014, 21 pertenciam às ciências da saúde e 02 as ciências humanas. Houve 06 aprovações para a Universidade de São Paulo (USP); 04 para a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ); 02 para a Universidade Federal do Ceará (UFC). As demais instituições listadas adiante alcançaram a aprovação de 01 projeto cada: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP); Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA); INESC P&D Brasil - Instituto de Engenharia (INESC P&D BRASIL/SP); Instituto de Saúde (ISaúde/SP); Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Instituto de Nutrição Josué de Castro (UFRJ); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Foram 16 aprovações na região sudeste, 04 no sul e 03 no nordeste.

## Apêndice 16 – Lista das instituições que obtiveram a aprovação de projetos de pesquisa dos editais lançados em 2011

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	363
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	217
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	205
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	203
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	154
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	129
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	122
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	115
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	112
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	112
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	108
Universidade de Brasília	UnB	DF	105
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	95
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	95
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	94
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	85
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	81
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	79
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	77
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	75
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	65
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	58
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	53
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	51
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	50
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	50
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	49
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	49
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	47
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	47
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	46
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	43
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	43
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	42
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	42
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	39
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	38
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	34
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	33

Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	32
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	31
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	30
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	30
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	30
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	30
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	26
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	25
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	25
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	24
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	22
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	22
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	22
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	21
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	19
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	19
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	18
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	17
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	17
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	17
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	17
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	16
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	16
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	16
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	16
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	15
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	14
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	14
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	12
Instituto Agrônomo de Campinas	IAC	SP	12
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	12
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	12
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	11
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	11
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	11
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	11
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	11
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	11
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	10
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	10
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	10
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	9
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	9
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	9

Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	9
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	9
Instituto Butantan	IBU	SP	8
Instituto Nacional de Matemática pura e aplicada	IMPA	RJ	8
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	8
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	8
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	8
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	8
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	8
Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	FIOCRUZ/CPqG M	BA	7
Centro de Pesquisas René Rachou	FIOCRUZ/CPQR R	MG	7
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	7
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	7
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	7
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	7
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	7
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	6
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	MG	6
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	6
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	6
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	6
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	6
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	6
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	6
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	6
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	6
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	6
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	6
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	6
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	6
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	6
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	5
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	5
Instituto de Botânica	IBT	SP	5
Instituto Materno Infantil de Pernambuco	IMIP	PE	5
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	5
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	5
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	5
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	5
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	PA	4
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	4
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	FIOCRUZ/CPqA M	PE	4

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	HCFMUSP	SP	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	4
Instituto do Coração	InCor/HCFMUSP	SP	4
Observatório Nacional	ON	RJ	4
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	4
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	4
Universidade Gama Filho	UGF	RJ	4
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	4
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	4
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	4
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	4
Universidade Vila Velha	UVV	ES	4
Fundação CERTI	CERTI	SC	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	GO	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SP	3
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SP	3
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	3
Instituto Biológico	IB	SP	3
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	3
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	3
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	3
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	SP	3
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	3
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	3
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	3
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	3
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	3
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	3
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	3
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	3
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	3
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	3
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	3
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	3
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	RS	3
Universidade São Francisco	USF	SP	3
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RS	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PR	2
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	EPAGRI	SC	2
Escola Superior de Teologia	EST	RS	2
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa	FCSMSP	SP	2
Fundação Educacional Inaciana "Padre Sabóia de	FEI	SP	2

Medeiros"			
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RO	2
Instituto Oswaldo Cruz	FIOCRUZ/IOC	RJ	2
Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde	FIPASE/RP	SP	2
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	2
Fundação Pio XII	FPXII	SP	2
Instituto de Aeronáutica e Espaço	IAE	SP	2
Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul	IC/FUC	RS	2
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo	ICESP	SP	2
Instituto de Estudos Avançados	IEAv	SP	2
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	IEPA	AP	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	2
Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL	MG	2
Instituto de Zootecnia	IZ	SP	2
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	2
Hospital Sírio-Libanês e Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa	SIRIO-LIBANÊS	SP	2
Universidade de Guarulhos	UNG	SP	2
Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	DF	2
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	2
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	2
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	RS	2
Universidade Vale do Rio Doce	UNIVALE	MG	2
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	2
Universidade do Sagrado Coração	USC	SP	2
Associação Empresarial de Francisco Beltrão	ACEFB	PR	1
Associação Catarinense de Empresas	ACATE	SC	1
Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	AFIP	SP	1
Agende Guarulhos	AGENDE	SP	1
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	1
Fundação Biominas	BIOMINAS	MG	1
Centro de Apoio ao Desenvolvimento	CDT	DF	1
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	CEBRAP	SP	1
Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas	CEBRID	SP	1
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	CEDEC	SP	1
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	1
Centro Estudos Laboratório Aptidão Física São Caetano Sul	CELAFISCS	SP	1

Instituto Centro de Ensino Tecnológico	CENTEC	CE	1
Centro de Estudos e Sistemas Avançados	CESAR	PE	1
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM	RJ	1
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE	PE	1
Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná	CEULJI	RO	1
Centro Universitário Luterano de Palmas	CEULP	TO	1
Escola de Engenharia Mauá	CEUN-EEM	SP	1
Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia	CIETEC	SP	1
Laboratório de Educação em Saúde - FIOCRUZ/MG	CPQRR	MG	1
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI	SP	1
Centro Universitário Fundação Santo André	CUFSA	SP	1
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	SP	1
Departamento de Descentralização do Desenvolvimento	DDD	SP	1
Escola de Especialistas de Aeronáutica	EEAR/SP	SP	1
Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto	EEFERP	SP	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	TO	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MS	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	CE	1
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia	EMESCAM	ES	1
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	EPSJV	RJ	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	1
Faculdades Integradas de Taquara	FACCAT	RS	1
Centro Universitário Franciscano do Paraná	FAE	PR	1
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FAI-UFSCAR	SP	1
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	1
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão	FAPEPE	MG	1
Faculdade de Ciências Agrárias	FCA	AM	1
Faculdade de Direito do Sul de Minas	FDSM	MG	1
Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fundação Faculdade de Medicina	FFM	SP	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	DF	1
Instituto Carlos Chagas	FIOCRUZ/ICC	PR	1
Fundação João Pinheiro	FJP	MG	1
Fundação Centro de Análise Pesquisa	FUCAPI	AM	1
Fundação Museu do Homem Americano	FUMDHAM	PI	1
Sociedade Mineira de Software	FUMSOFT	MG	1
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos hídricos	FUNCEME	CE	1
Fundação de Fomento à Tecnologia e à Ciência	FUNDAÇÃO FTC	BA	1
Fundação Joaquim Nabuco	FUNDAJ	PE	1
Fundo de Defesa da Citricultura	FUNDECITRUS	SP	1
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	FUNDEP	MG	1
Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FUNDETEC	PR	1



Fundação Zerbini	FZ	SP	1
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	FZB/RS	RS	1
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	IBCCF	RJ	1
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais	IBEPES	PR	1
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	1
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais	IBMEC	RJ	1
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	1
Instituto de Incubação e Inovação Tecnológica	IEITEC	RS	1
Instituto de Estudos Superiores de Caxias do Sul	IES/RS	RS	1
Instituto Florestal do Estado de São Paulo	IF	SP	1
Instituto Federal Goiano	IF Goiano	GO	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IF-Sertão PE	PE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense	IFSul	RS	1
Instituto de Geociências	IGEO	RJ	1
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	1
Instituto Nacional de Cardiologia	INC	RJ	1
Instituto INOVA São Carlos	INOVA	SP	1
Centro Universitário Metodista	IPA-RS	RS	1
Instituto Rio Grandense do Arroz	IRGA	RS	1
Instituto de Saúde	ISaúde	SP	1
Instituto de Tecnologia de Pernambuco	ITEP	PE	1
Maternidade Therezinha de Jesus	MTJ	MG	1
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial	NUTEC	CE	1
Prefeitura Municipal de Campinas	P/CAMPINAS	SP	1
Pacto - Desenvolvimento Social e Pesquisa	PACTO	MG	1
Padetec - Parque de Desenvolvimento	PADETEC	CE	1
Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	PAQTCPB	PB	1
Fundação Parque Tecnológico de São Carlos	PARQTEC	SP	1

Fundação Paleontológica Phoenix	PHOENIX	SE	1
Sociedade Polo de Exportação de Serviços	PoloSul	RS	1
Porto Digital	PORTO DIGITAL	PE	1
Incubadora Municipal de Empresas de Santa Rita	PROINTEC	MG	1
Rede Paulista de Incubadoras	RPI	SP	1
Centro Universitário Senac	SENAC/SP	SP	1
Centro de Educação Profissional de Londrina	SENAI/PR	PR	1
Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo	SLMandic	SP	1
Fundação Softville	SOFTVILLE	SC	1
Instituto de Tecnologia do Paraná	TECPAR	PR	1
Unidade Acadêmica de Garanhuns	UAG	PE	1
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	1
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	1
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	1
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	1
Hospital Universitário Professor Edgard Santos	UFBA	BA	1
Instituto Alberto Luiz Coimbra	UFRJ/COPPE	RJ	1
Universidade do Contestado	UnC	SC	1
Centro Universitário de Araraquara	UNIARA	SP	1
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	1
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	SP	1
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	1
Centro Universitário de Anápolis	UniEVANGELICA	GO	1
Centro Universitário da Fundação Educacional	UNIFEB	SP	1
Universidade da Integração Internacional	UNILAB	CE	1
Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações	UNINCOR	MG	1
Universidade Nilton Lins	UNINILTON	AM	1
Centro Universitário Ritter dos Reis	UniRITTER	RS	1
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	SP	1
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	1
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	1
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	SP	1
Universidade do Vale do Sapucaí	UNIVÁS	MG	1
Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE	SP	1
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	1
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	SP	1
Universidade Santa Úrsula	USU	RJ	1
<b>TOTAL</b>			<b>4859</b>

### Apêndice 17 – Lista das instituições que obtiveram a aprovação de projetos de pesquisa dos editais lançados em 2012

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	348
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	337
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RG	286
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	271
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	166
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	161
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	150
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	139
Universidade de Brasília	UNB	DF	116
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	109
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	104
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	103
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	93
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	86
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	85
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	85
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	79
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	75
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	74
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	65
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	62
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	62
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	61
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	56
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	56
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	53
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	53
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	51
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	49
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	47
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	45
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	45
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	42
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	39
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	32
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	31
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	31
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC RIO	RJ	29
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	27
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	27

Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	26
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	26
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	26
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	24
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	21
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	20
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	20
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	19
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	19
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	19
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	19
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC PR	PR	18
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	17
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	17
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	16
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	15
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	15
Pontifícia Universidade Católica de Minas	PUC-Minas	MG	14
Universidade Católica de Brasília	UCB	DF	14
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	14
Universidade de Caxias do Sul	UCS		13
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	13
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	13
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC SP	SP	12
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	12
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	12
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	12
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	12
Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	IMPA	RJ	11
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	11
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	11
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	MG	11
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	10
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	10
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	10
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	10
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	10
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	10
Centro de Pesquisas René Rachou	CPQRR	MG	9
Instituto Butantan	IBU	SP	9
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	9
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	9
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	9
Instituto Agrônomo de Campinas	IAC	SP	8

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	8
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	8
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RG	8
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	AM	8
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	8
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	7
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	7
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	7
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	7
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	7
Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	7
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	6
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	6
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	6
Instituto do Coração	Incor		6
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	6
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	6
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	6
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	6
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	CPqAM	PE	5
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	5
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	5
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	5
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	5
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	5
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT		5
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	5
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	5
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	5
Universidade São Francisco	USF	SP	5
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA	SP	4
Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RS	4
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	MG	4
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	EPAGRI	SC	4
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	4
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	4
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia	FEI	SP	4
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	FEPAGRO	RS	4
Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças	FUCAPE	ES	4
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	4
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	4
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	4

Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	4
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	4
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	4
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	4
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	URI	RS	4
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE/INT	PE	3
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET	MG	3
Centro Nacional de Monitoramento e alerta de desastres naturais	CEMADEN	SP	3
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	3
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	3
Departamento de Ciência e Tecnologia aeroespacial	DCTA	SP	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RJ	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	GO	3
Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária	Embrapa	CE	3
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	EBMSP	BA	3
Instituto Carlos Chagas	ICC	PR	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de São Paulo	IFSP	SP	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Ceará	IFCE	CE	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	3
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	3
Instituto Tecnológico Vale	ITV /BELÉM I	PA	3
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG		3
Technomar Engenharia		SP	3
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	3
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	3
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	3
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SP	3
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	3
Universidade Paulista	UNIP	SP	3
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	RS	3
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	2
Apis Flora Industrial Comercial		SP	2
BioCelere Agroindustrial		SP	2
BioClone Produção e Comercialização		CE	2
BioLogicus		PE	2
BRF - Brasil Foods	BRF	SC	2
Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	Fundação Oswaldo Cruz/CPqGM	BA	2

Centro de Pesquisas Leonidas e Maria Deane	CPQLMD	AM	2
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	CENSIPAM	DF	2
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	2
Chip Inside Engenharia e Tecnologia		RS	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SP	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	BA	2
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa	FCMSC	SP	2
Fundação Alfredo da Matta	FUAM	AM	2
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	2
Fundação Joaquim Nabuco	FUNDAJ	PE	2
Fundação Oswaldo Cruz Noroeste	FIOCRUZ	RO	2
Fundação Pio XII	FPXII	SP	2
Idea Sistemas Eletrônicos		SP	2
I-Dutto - Soluções em Localização		RJ	2
Instituto Agrônômico do Paraná	IAPAR	PR	2
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	IBCCF	RJ	2
Instituto de Botânica	IBT	SP	2
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	2
Instituto de Estudos Avançados	IEAv	SP	2
Instituto de Pesca	IP	SP	2
Instituto de Zootecnia	IZ	SP	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Maranhão	IFMA	MA	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Norte de Minas	IFNMG	MG	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará	IFPA	PA	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Sudeste de Minas	IF SUDESTE	MG	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO	2
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	2
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	2
Integra Bioprocessos e Análises		DF	2
Kryptus Tecnologias		SP	2
MEMS Microssistemas Integrados Híbridos		SP	2
Meututor Soluções Educacionais		AL	2
Mogai Tecnologia de Informação		ES	2
QualiHouse - Automação Predial		PE	2
SALT - Sea & Limno Technology Consultoria		SP	2
Smartbio Desenvolvimento		SP	2
Tecnano Pesquisas e Serviços		RS	2
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	2
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	2

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	CE	2
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	2
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	2
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	2
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	2
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO	RJ	2
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	PB	2
Universidade Estadual de Roraima	UERR	RR	2
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	2
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	2
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	2
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	2
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	2
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	2
Abútua Tecnologia		SP	1
Accert Pesquisa e Desenvolvimento		SP	1
AGM Telecom - Filial		GO	1
Agrosolutions Tecnologias Agrícolas		CE	1
AI Engineers		RS	1
Alsan Tecnologia Ambiental		AL	1
ALTA Geotecnia Ambiental		RJ	1
Amazon Dreams Indústria e Comércio		PA	1
Animati Computação Aplicada		RS	1
ANS Pharma Consultoria		SP	1
ARBRA Engenharia Industrial		RS	1
Arcelor Mittal Brasil – ARCELORMITTAL		ES	1
Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande	AHRS	RS	1
Assessa Indústria Comércio e Exportação		RJ	1
Associação Instituto Internacional de Ecologia	IIEGA	SP	1
Associação Paulista para o Desenvolvimento da medicina	SPDM/HSP	SP	1
Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental	AUPPF	SP	1
Atrium Assessoria Florestal		SP	1
ATTO Engenharia de Sistemas		SC	1
B&R Engenharia de Automação		ES	1
Barbosa Reparos Navais		AM	1
BENTONISA - Bentonita do Nordeste		PB	1
Beraca Sabará Químicos e Ingredientes		PA	1
Biocontrol Sistema de Controle Biológico Ltda		SP	1
Biogás Motores Estacionários LTDA		PR	1
Biotrakto Tratamento Biológico de Resíduos		RS	1
Bioventures Tecnologia e Participações		SP	1
bLive TI		RJ	1
Brasil Química e Mineração Industrial		RN	1



Breyer & Cia		PR	1
Buscapé Company		SP	1
Calcário Rio Verde		GO	1
Caramuru Alimentos		GO	1
Cavalo Marinho		SC	1
Celer Biotecnologia		MG	1
Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas	CEBRID	SP	1
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	1
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	CEDEC	SP	1
Centro de Estudos e Desenvolvimento Agro		BA	1
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI	SP	1
Centro Internacional de Física da Matéria	CIFMC	DF	1
Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste	CRCN/CNEN	PE	1
Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	CTM	SP	1
Centro Universitário de Araraquara	UNIARA	SP	1
Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	DF	1
Centro Universitário de João Pessoa	UNIPÉ	PB	1
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	1
Centro Universitário Metodista	IPA	RS	1
CETREL S/A Empresa de Proteção Ambiental		BA	1
CHEM4U Indústria e Comércio		SP	1
Chimtec Biodiesel		SP	1
Ciallyx Laboratórios & Consultoria		SP	1
Claeff Engenharia e Produtos Químicos		PE	1
Clavis Segurança da Informação		RJ	1
Clonar Resistência a Doenças Florestais		MG	1
CMDS Consultoria e Mineração de Dados		RS	1
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)		SP	1
Concep3D Pesquisas Científicas		PR	1
Control Agro BioPesquisa e Defesa		RS	1
Create Sistemas		RS	1
Cross Reality Sistemas		SP	1
Cuia Internet Brasil		GO	1
Daccord Music Software		PE	1
DAT Tecnologia		CE	1
Datasonic Indústria e Distribuição		PB	1
Decisão Sistemas		GO	1
Delta CO2 Assessoria e Consultoria		SP	1
Departamento de Descentralização do Desenvolvimento	DDD	SP	1
Diagene Diagnósticos Moleculares		DF	1
DIAGNO - Materiais e Meio Ambiente		PR	1
Dialoga Consultoria e Treinamento		PE	1
Dicionário Criativo		SP	1
DMC Equipamentos		SP	1

DNAPTA Biotecnologia		SP	1
Domani Produtos Naturais		PR	1
DPR Engenharia - Assessoria e Consultoria		SP	1
Du Pont do Brasil		SP	1
E.M Representações Comerciais		MS	1
Ecosoluções Assessoria e Consultoria		MG	1
Ecosistema Consultoria Ambiental		PR	1
Edetec Indústria Alimentícia		MG	1
EFISIS de Desenvolvimento		AM	1
Electric Dreams Engenharia		SP	1
Empreendimentos Agrícolas Ltda		CE	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	PR	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MG	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	AM	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	AC	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MS	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	SE	1
Engecrop Engenharia e Consultoria		CE	1
Engemasa Engenharia e Materiais		SP	1
Equipamentos Médicos		MG	1
EquipeB		MG	1
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	ENCE	RJ	1
Escola Nacional de Saúde Pública	ENSP	RJ	1
Espectro		SP	1
Essentii Pesquisa, Desenvolvimento e inovação		SP	1
Eteg Tecnologia da Informação		MG	1
Eyllo Tecnologia		RJ	1
F6 Sistemas de Informática		MG	1
Faculdade de Tecnologia de Garça	FATEC	SP	1
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão	FECILCAM	PR	1
Faculdade SATC	SATC	SC	1
Falbom Agroindustrial		PR	1
Farmacore Biotecnologia		SP	1
Fertibom Indústrias		SP	1
FGQ Engenharia		SP	1
Flashx Construtora e Incorporadora		DF	1
Fleury Medicina e Saúde		SP	1
Fractal Engenharia - Meio Ambiente		SC	1
Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera	FDB	AM	1
Fundação Carlos Chagas	FCC	SP	1
Fundação Cearense de meteorologia e recursos	FUNCEME	CE	1
Fundação Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro	CECIERJ	RJ	1
Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado	FIDENE	RS	1

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde	FEPPS	RS	1
Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	1
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SP	1
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	FUNDHERP	SP	1
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	FHEMIG	MG	1
Fundação Municipal de Artes de Montenegro	FUNDARTE	RS	1
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	FZB	RS	1
Gamedu Tecnologia		RN	1
Geneal Genética Animal		MG	1
Geonatal Pesquisas Projetos e Serviços		RN	1
Granol Indústria, Comércio e Exportação		SP	1
Greenbean Biotecnologia		CE	1
Guell Tecnologia e Engenharia		BA	1
H3M Soluções Ambientais e GIS		MG	1
HI Technologies		PR	1
HI-TEC Indústria e Comércio de Produtos		SP	1
Hortaviva Comércio de Sementes e Insumos		PR	1
HortiAgro Sementes		MG	1
Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto	HM	CE	1
Hospital Giselda Trigueiro	HGT	RN	1
Hospital São Rafael	HSR	BA	1
Hospital Sírio-Libanês	SIRIO-LIBANÊS	SP	1
HRM Informática		AL	1
Hygeia		RJ	1
Hytron Indústria, Comércio e Assessoria		SP	1
ICOMUNI Consultoria		PE	1
I-Healthsys Produtos Médicos		SP	1
Imcopa - Importação, Exportação e Indústria		PR	1
Impacto		CE	1
In Vitro Brasil – Filial Uberaba		MG	1
Indústria e Comércio de Produtos - BIOVETECH		PE	1
Indústria-I		MG	1
Inovabiotec Consultoria Tecnológica		RS	1
Inpreha Biotecnologia e Desenvolvimento		SP	1
Instituto Adolfo Lutz	IAL	SP	1
Instituto Biológico	IB	SP	1
Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre	Biotrópicos	MG	1
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas	IBEPES	PR	1
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	1
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência	IBICT	DF	1
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio	DF	1
Instituto da Mulher e da Infância Elpídio de Almeida	IMIEA	PB	1
Instituto de Aeronáutica e Espaço	IAE	SP	1

Instituto de Bioética	ANIS	DF	1
Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul	IC/FUC	RS	1
Instituto de Desenvolvimento	IDSM-OS	AM	1
Instituto de Desenvolvimento Tuiuti	IDT	PR	1
Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	IEAPM	RJ	1
Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	POLIS	SP	1
Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas	IPEC	RJ	1
Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada	IPEA	RJ	1
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	SP	1
Instituto de Tecnologia de Pernambuco	ITEP	PE	1
Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino	IDOR	RJ	1
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Farroupilha	IF-FARROUPILHA		1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	IFMT	MT	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Sergipe	IFS	SE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Acre	IFAC	AC	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Paraná	IFPR	PR	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Sertão Pernambucano	IF-SERTÃO	PE	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Sul de Minas	IFSULDEMINAS	MG	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Rio-Grandense	IFSUL	RS	1
Instituto Floresta Tropical	IFT	PA	1
Instituto Florestal do Estado de São Paulo	IF	SP	1
Instituto Lauro de Souza Lima	ILSL	SP	1
Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia	IMES	BA	1
Instituto Materno Infantil de Pernambuco	IMIP	PE	1
Instituto Nacional de Cardiologia	INC	RJ	1
Instituto Tecnológico Vale	ITV	RJ	1
Institutos Lactec	InstitutosLACTEC	PR	1
Intecmat - Indústria e Tecnologia em Materiais		SP	1
Inventiva Indústria e Inovação		RS	1
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto	ISCOMPA	RS	1

Alegre			
Isofitos Pesquisa e Desenvolvimento		MG	1
IVIA Serviços de Informática		CE	1
Ja! Indústria e Comércio de Produtos e Serviços		SP	1
JCO Indústria e Comércio		BA	1
Jem Análise Agrícola		GO	1
JPR Tecnologia e Serviços		ES	1
Karan Technologies		DF	1
Kidopi - Soluções em Informática Médica		SP	1
KOMPASS Real Estate		SP	1
Laboratório Biosíntese P&D do Brasil Ltda		SP	1
Laboratório Nacional de Biociências	LNBio	SP	1
Laboratório Nacional Luz Síncrotron	LNLS	SP	1
Laticínio Faco		PE	1
Launer Química		RS	1
LHB Soluções em Informações e Métodos		RS	1
Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos		RS	1
Lógica Treinamentos		RN	1
Londribio Produtos Biológicos		PR	1
Lychnoflora Pesquisa e Desenvolvimento		SP	1
MAGMATTEC - Tecnologia de Materiais		RS	1
Manchester Química do Brasil		SC	1
Manifesto Game Studio		PE	1
Mekatronik Indústria e Comércio de Automação		PE	1
Mentes Brilhantes Brinquedos Inteligentes		SC	1
Meritor do Brasil Sistemas Automotivos		SP	1
Minasfungi do Brasil		MG	1
Mindtech Pesquisa e Desenvolvimento		CE	1
Mitah Technologies		MG	1
MK Serviço Odontológico		BA	1
Mobi All		SP	1
MobiClub		PE	1
MTW Biosciences Prestação de Serviços e assessoria em química		SP	1
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	1
Nanobusiness - Informação e Inovação		RJ	1
Narcissus Pesquisa Clínica e Biotecnologia		SP	1
NATURA		SP	1
NCB – Sistemas Embarcados		SP	1
Neger Telecom		SP	1
Neocontrol Soluções em Automação		MG	1
Neoprospecta Pesquisa e Consultoria		SC	1
Neurogene Laboratório e Clínica Médica		SC	1
Núcleo de Desenvolvimento		CE	1
Núcleo de Estudos de População	NEPO	SP	1

OPTOVAC Mecânica e Optoeletrônica		SP	1
OxenTI Soluções em Tecnologia		BA	1
Pactus Soluções em Desenvolvimento de		PB	1
PAM Membranas Seletivas		RJ	1
Partecurae Pesquisa e Desenvolvimento		SP	1
PEGMATECH		PB	1
Pion Tecnologia		PB	1
Pirometalurgia Science, Technology & Engineering		RS	1
Piscicultura Aquabel		PR	1
Pixelpad Software e Mídia		CE	1
Plusbio Produtos Agrícolas		CE	1
Policarbonatos do Brasil		BA	1
Policlay Nanotech Indústria e Comércio		CE	1
POLISA		PE	1
Polymer Indústria e Comércio		CE	1
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	1
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	PBH	MG	1
Primato Cooperativa Agroindustrial		PR	1
Projetos e Inovação Tecnológica CERLEV		MG	1
PROTOMAK - Soluções em Prototipagem e tecnologia		DF	1
PS Soluções Indústria, Comércio		MG	1
Quatro G Pesquisa e Desenvolvimento		RS	1
Rad Tech Sistemas Médicos		SP	1
Rastru - Investigação e Perícia Digital		AL	1
Reason Tecnologia		SC	1
REDESOFTE Sistemas		PB	1
2R1S Tecnologia		GO	1
Reivax Automação e Controle		SC	1
Resume Reciclagem e Comércio		SC	1
Revolugenix Biotecnologia, Pesquisa		SP	1
Rhodia Poliamida e Especialidades		SP	1
Rizoflora Biotecnologia		MG	1
Roboeduc		RN	1
Robusta Engenharia		PR	1
Rockhead Games		RS	1
SADIA		SC	1
Safe Trace Café		MG	1
Scheme Lab		SP	1
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	SECITEC/MT	MT	1
Senfio Soluções Tecnológicas Eireli		RJ	1
Sepia Tecnologia e Engenharia de Pesca		CE	1
SESTON Biotecnologia		SC	1
Seva Engenharia Eletrônica		MG	1

Sigmed Equipamentos Eletrônicos		SP	1
Siliconreef		PE	1
Simbios Biotecnologia		RS	1
SimWorX Pesquisa e Desenvolvimento de programas de computador		SP	1
Sinergia Games		BA	1
SL Cereais e Alimentos Ltda		PR	1
Smarti9		MG	1
SO Biotech		DF	1
Sociedade Brasileira de Física	SBF	SP	1
Sociedade Educacional de Santa Catarina	SOCIESC	SC	1
Sofist		SP	1
Solbravo		PR	1
Sollve Otimização Tecnologia		PR	1
Soluções de Software Inteligentes		MG	1
SOMA Tecnologia e Sistemas para operadores		RJ	1
Somai Equipamentos de Informática		SP	1
Strike XII Development SXII		PR	1
Suzano Papel e Celulose- Matriz		BA	1
Take.Net		MG	1
Tbio Soluções Biotecnológicas		MG	1
TCBH Engenharia Indústria de Eletrônicos		MG	1
Tecnoquisa Indústria e Comércio		PR	1
Thinktank		RJ	1
Thyssenkrupp Industrial Solutio		SP	1
TR Soluções		MG	1
União Brasileira de Educação e Assistência	UBEA	RS	1
Unidade de Negócio - Klabin Papéis		PR	1
Universidade Católica de Petrópolis	UCP	RJ	1
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	SP	1
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	1
Universidade da Amazônia	UNAMA	PA	1
Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP	SP	1
Universidade de Santo Amaro	UNISA	SP	1
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	1
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	1
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	1
Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE	SP	1
Universidade Estadual de Santa Catarina	UESC	SC	1
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	1
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	1
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	1
Universidade Gama Filho	UGF	RJ	1
Universidade Nilton Lins	UNINILTON	AM	1
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	1

Universidade Tiradentes	UNIT	SE	1
Universidade Vila Velha	UVV	ES	1
Usina de Beneficiamento de Caju		RN	1
VERACRUZ Soluções Geofísicas e geológicas		SP	1
Verdartis Desenvolvimento		SP	1
Verdaz Gestão Sustentável		SP	1
Vinhos Panceri		SC	1
Vinícola Geisse		RS	1
Viriontech do Brasil Indústria de Insumos		MG	1
Visionaltech Laboratório e Serviços		SP	1
Visual Virtual		MG	1
Vsoft Tecnologia		PB	1
Watanabe Tecnologia Aplicada		SP	1
Wavetek Technologies		SP	1
Wikinova		CE	1
XMobots Sistemas Robóticos		SP	1
Yller Biomateriais		RS	1
Zero Glosa Tecnologia		GO	1
Zero Resíduos		PR	1
Zunnit Technologies		MG	1
<b>TOTAL</b>			<b>5.275</b>



### Apêndice 18 – Lista das instituições que obtiveram a aprovação de projetos de pesquisa dos editais lançados em 2013

Instituição	Sigla	Estado	Nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	429
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	306
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	254
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	243
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	209
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	196
Universidade de Brasília	UnB	DF	190
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	175
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	162
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	148
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	120
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	119
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	117
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	116
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	115
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	112
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	107
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	106
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	93
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	92
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	92
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	87
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	85
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	85
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	79
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	78
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	66
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	66
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	65
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	62
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	58
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	56
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	55
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	55
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	53
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	51
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	51
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	48
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	48
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	48

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	45
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	43
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	43
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	42
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	36
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	34
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	34
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	33
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	33
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	31
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	30
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO	28
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	28
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	28
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	27
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	26
Universidade Católica de Brasília	UCB/DF	DF	25
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	24
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	24
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	23
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	23
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	22
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	22
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	21
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	21
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	20
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	19
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	19
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	19
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	19
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	18
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	18
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	17
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	17
Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	PR	17
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	16
Universidade Estadual do Norte Fluminense	UENF	RJ	16
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	16
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	16
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	16
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	16
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	15

Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	15
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	15
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	14
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	RN	14
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	IFSULDEMINAS	MG	14
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	13
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	IFF	RJ	13
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	13
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	13
Centro Universitário La Salle - Canoas	UNILASALLE	RS	13
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB	12
Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	12
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	12
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Rio-Grandense	IFSUL	RS	11
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	11
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	11
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	MG	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	IFMT	MT	10
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SP	10
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	10
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	10
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	10
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	FEPAGRO	RS	9
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO	9
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	9
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	9
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	9
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	9
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	9
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	9
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET	MG	8
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	8
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	8
Centro de Pesquisas René Rachou	CPQRR	MG	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IF-Catarinense	SC	8

Catarinense			
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	8
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	8
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	8
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	8
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	8
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	8
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	CPqAM	PE	7
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MG	7
Fundação João Pinheiro	FJP	MG	7
Instituto Butantan	IBU	SP	7
Instituto Nacional de Matemática	IMPA	RJ	7
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	7
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	7
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	7
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	7
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	7
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	7
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	7
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	7
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	7
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	6
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	SP	6
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCFMUSP	SP	6
Instituto Agrônomo de Campinas	IAC	SP	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	IFAC	AC	6
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	6
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	6
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	6
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	6
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	6
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	6
Universidade da Integração Internacional	UNILAB	CE	6
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	6
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	SP	6
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai	URI	RS	6
BRF - Brasil Foods	BRF	SC	5
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	EBMSP	BA	5
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SP	5
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas	EPAMIG	MG	5
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia	FEI	SP	5

Fundação Pio XII	FPXII	SP	5
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	IFPR	PR	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IF-Sertão PE	PE	5
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	5
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	5
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	5
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG	5
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	5
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	4
Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	CPqGM	BA	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	MS	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PA	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	GO	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MT	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RS	4
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	4
Instituto de Aeronáutica e Espaço	IAE	SP	4
Instituto de Botânica	IBT	SP	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Bahiano	IFBAIANO	BA	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins	IFTO	TO	4
Instituto Materno Infantil	IMIP	PE	4
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	RS	4
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	4
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	4
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	4
Universidade Regional do Noroeste do Estado	UNIJUI	RS	4
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	4
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	4
BioCelere Agroindustrial	BioCelere	SP	3
Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	CDTN/CNEN	MG	3
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	CEBRAP	SP	3
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET	RJ	3
Comissão Executiva do Plano da Lavoura	CEPLAC	DF	3
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM	RJ	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SC	3

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	CE	3
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão	EPAGRI	SC	3
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	3
Fundação Oswaldo Cruz Noroeste	FIOCRUZ	RO	3
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	FUNCEME	CE	3
Instituto Agrônômico do Paraná	IAPAR	PR	3
Instituto de Estudos Avançados	IEAv	SP	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF SUDESTE MG	MG	3
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas	IFNMG	MG	3
Instituto do Coração	InCor/HCFMUSP	SP	3
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	3
Instituto de Pesquisas Tecnológicas	IPT	SP	3
Núcleo de Estudos de População	NEPO	SP	3
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	3
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	3
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	3
Universidade Gama Filho	UGF	RJ	3
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SP	3
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	3
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	3
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO	RJ	3
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	3
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	3
Universidade São Francisco	USF	SP	3
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	3
Universidade Vila Velha	UVV	ES	3
3BR Tech Desenvolvimento de	3BR TECH	RS	2
Agrosatélite Geotecnologia Aplicada	Agrosatélite	SC	2
Alchemy Inovação, Pesquisa e	ALCHEMY	SP	2
Altave Indústria, Comércio e Exportação	ALTAVE	SP	2
Apis Flora Industrial Comercial	APF	SP	2
APLYSIA Tecnologia para o Meio Ambiente	APLYSIA	ES	2
AWC Engenharia e Tecnologia	AWC	RS	2
Braskem - Camaçari - Eteno	BRASKEM/BA	BA	2
Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	CEFET	CE	2
Chip Inside Engenharia e Tecnologia	CHIP INSIDE	RS	2
Claeff Engenharia e Produtos Químicos	CLAEFF	PE	2
Centro de Tecnologia Animal Ltda.	CTA	ES	2
Centro de Tecnologia da Informação Renato	CTI	SP	2
Daccord Music Software	DACCORD	PE	2
DPR Engenharia - Assessoria e Consultoria	DPR Engenharia	SP	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	AM	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	BA	2

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RR	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PE	2
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	2
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa	FCMSCSP	SP	2
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SP	2
Instituto Carlos Chagas	FIOCRUZ	PR	2
FK Biotecnologia	FK	RS	2
Freescale Semicondutores Brasil	FREESCALE	SP	2
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	2
Genova Projetos de Inovação Tecnológica	GENOVA	CE	2
Geoinova Soluções	GEOINOVA	GO	2
Geovoxel Consultoria em Engenharia	GEOVOXEL	RJ	2
HortiAgro Sementes	HORTIAGRO	MG	2
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas	IBEPES	PR	2
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência	IBICT	DF	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	2
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	IFMG	MG	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	2
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	2
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	2
Instituto Nacional de Cardiologia	INC	RJ	2
Inovaeduc Consultoria em Mídia Digitais	INOVAEDUC	CE	2
Integra Bioprocessos e Análises	IntegraBio	DF	2
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	2
Instituto Tecnológico Vale	ITV	RJ	2
Líbera Tecnologia e Inovação	LÍBERA	SP	2
MAGMATTEC - Tecnologia de Materiais	MAGMATTEC	RS	2
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	2
Neoprospecta Pesquisa e Consultoria	NEOPROSPECTA	SC	2
Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco	PROCAPE	PE	2
Instituto e Centro de Pesquisas São Leopoldo	SLMandic	SP	2
Trixel Desenvolvimento de Sistemas	TRIXEL	MG	2
Universidade Anhembi Morumbi	UAM	SP	2
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	2
Universidade Estadual de Roraima	UERR	RR	2
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	2
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	2
Universidade Estadual de Ciências da Saúde	UNCISAL	AL	2
Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	2
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	SP	2
Universidade Paulista	UNIP	SP	2
Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	SC	2
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	2

Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	2
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	2
Universidade do Sagrado Coração	USC	SP	2
Universidade Veiga de Almeida	UVA/RJ	RJ	2
2RM Tecnologia de Informação	2RM	SP	1
3DI Engenharia LTDA	3DI ENG	PR	1
Aquarela Apoio Administrativo	AAA	SP	1
Agenda Beleza	AB	PR	1
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica	ABD	SP	1
Amazonbiotech	ABT	PA	1
Acen Semicon	ACEN	SP	1
ACP Biotecnologia	ACPBIOTEC	CE	1
ACV Brasil	ACV Brasil	PR	1
Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação	AE	SP	1
Afinko Soluções em Polímeros	AFINKO	SP	1
Agrocerec Multimix Nutrição Animal	AGMX	SP	1
Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural	AGRAER	MS	1
Agrosolutions Tecnologias Agrícolas	AGROSOLUTIONS	CE	1
Ahladim Brasil	AHLADIM	RJ	1
Hospital Infantil Pequeno Príncipe	AHPIRC	PR	1
Alcoa Alumínio - Matriz	ALCOA	MG	1
Alivepro Tecnologia da Informação	ALIVEPRO	DF	1
Allegro Tecnologia	ALLTEC	DF	1
ALM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - EPP	ALM	PE	1
Altis - Soluções em Tecnologia da Informação	ALTIS	CE	1
Allimenta Nutrição Animal	ANAnimal	MS	1
Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero	ANIS	DF	1
Aquarela - Knowledge and Innovation	AQRL	SC	1
Acquaplan Tecnologia e Consultoria Ambiental	AQUAPLAN	SC	1
Artecola Indústrias Químicas	ARTECOLA	RS	1
VIXSYSTEM Solução em Tecnologia da Informação	ASDS	ES	1
Associação do Sanatório Sírio	ASS	SP	1
AT Médica Serviços e Comércio	AT MÉDICA	MG	1
Atech - Negócios em Tecnologias	ATECH	SP	1
Alkimat Tecnologia	ATL	SC	1
Audaces Automação e Informática Industrial	AUDACES	SC	1
Azuki	AZK	SP	1
B2ML Sistemas	B2ML	MG	1
Belagricola Com. e Rep. de Produtos Agrícolas	Belagricola	PR	1
Bem Brasil Alimentos	BEM BRASIL	MG	1
BENTONISA - Bentonita do Nordeste	BENTONISA	PB	1
Bertoldi Becker	BERTOLDI BECKER	RS	1
Bezerra Alimentos	BEZERRA	PI	1
Best In Games Hut - BigHut Games	BHG	PE	1



Bio Bureau de Desenvolvimentos de	BIO BUREAU	RJ	1
Bio & Green Indústria de Produtos Biodegradáveis	BIO&GREEN	SP	1
Instituto de Biotecnologias Aplicadas	BIOCENTRO	SC	1
Biodiesel Consultoria e Projetos	BIODIESEL	BA	1
Biofractal Engenharia e Biotecnologia Ambiental	BIOFRACTAL	SC	1
Biotran Assessoria e Consultoria em Medicina	BIOTRAN	MG	1
Biozeus Desenvolvimento de Produtos	BIOZEUS	RJ	1
Biokyra Pesquisa e Desenvolvimento	BK	SC	1
BM4 - Brasil Materiais e Instrumentais Ltda. ME	BM4	SC	1
Centro Infantil de Investigações	BOLDRINI	SP	1
Bolsa de Produtos	BP	SP	1
BR Labs Indústria e Comércio	BR LABS	SP	1
Braile Biomédica Indústria Comércio e	BRAILE	SP	1
Brasil by Bus Viagens	BRASIL BY BUS	SP	1
BRIO Embryo Assessoria Agropecuária e	Brio Embryo	TO	1
Brazilian Research Institute for Scientific	BRISA	MG	1
Brphotonics Produtos Optoeletrônicos	BRPHOTONICS	SP	1
Agropecuária Buriti Perdido	BURITI PERDIDO	DF	1
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	CAA	MG	1
Control Agro Bio Pesquisa e Defesa Agropecuária	CABio	RS	1
Cafundo Estudio Criativo	Cafundo	SC	1
Colégio Agrícola de Frederico Westphalen	CAFW	RS	1
Companhia de Água e Esgoto do Ceará	CAGECE	CE	1
Capriola	CAPPRIOLA	PR	1
CeelBioTecnologia em Cerâmicas	CEELBIO	MG	1
Centro de Formação e Apoio Profissional	CEFAP/AVANTIS	SC	1
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica	CEITEC	RS	1
CELLMED Medicina Regenerativa e	CELLMED	RS	1
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA/USP	SP	1
Centro Gestor e Operacional do Sistema	CENSIPAM	DF	1
CentroInova Alimentos	CENTROINOVA	MG	1
Cerensa Tecnologia da Informação	CERENSA	SP	1
Projetos e Inovação Tecnológica na	CERLEV	MG	1
CESPEC-TI - Especializada em Tecnologia da	CESPEC-TI	SP	1
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE	PE	1
Centro Universitário Luterano de Palmas	CEULP	TO	1
Ceva Saúde Animal	CEVA	SP	1
Cientec Consultoria e Desenvolvimento de	CIENTEC	MG	1
Departamento de Engenharia Civil	CIV	RJ	1
Agência Climatempo	CLIMATEMPO	SP	1
Codifique Intermediação de Negócios	CODIFIQUE	SP	1
Codon Biotecnologia	CODON	MG	1
Coletivy	COLETIVY	SP	1
Columbia Tecnologia em Petróleo e Serviços	COLUMBIA	ES	1
Esmalteria Club	COMMUNICATTI	SP	1

Comune S.A	Comune	SP	1
Concert Technologies	CONCERT	SP	1
Control Inovações Tecnológicas	CONTROL	CE	1
Cooperativa Agropecuária Mista dos dos Produtores Rurais de Silvânia	COOPERSIL	GO	1
Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	COPPETEC	RJ	1
Corollarium Tecnologia	CORTEC	SP	1
Cuponeria	CP	RJ	1
Centro de Pesquisas do Pantanal	CPP	MT	1
Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	CPqD	SP	1
Centro de Pesquisas Leonidas e Maria Deane	CPQLMD	AM	1
Douglas D Luche Biotecnologia	CriaGene	MG	1
ILHA FUN SERVIOS DE TECNOLOGIA	CROWDMOBI	AL	1
CROWDSOURCING TECNOLOGIA DA	CROWDSOURCING	MG	1
Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol	CTBE	SP	1
Cucco Tech Ltda	Cucco	MG	1
CIAware	CW	SP	1
DAP Engenharia Florestal	DAP Florestal	MG	1
Diagene Diagnósticos Moleculares	DIAGENE	DF	1
DIAGNO - Materiais e Meio Ambiente	DIAGNO	PR	1
Digitalplace Network e Tecnologia	DIGITALPLACE	SP	1
DILLON BIOTECNOLOGIA LTDA ME	DILLON	RS	1
Dujour Inteligência de Mercado LTDA.	DIM	RJ	1
Clínica DMI - Diagnóstico Médico por Imagem	DMI	SC	1
DNAnalises Unidade de Negócios	DNAnalises	SC	1
DNAPTA Biotecnologia	DNAPTA	SP	1
Duas Rodas	DUAS RODAS	SC	1
Dux Investimentos	DUX	RJ	1
Embriotec Reprodução Animal	EBT	GO	1
Ecovec	ECOVEC	MG	1
Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão	EEFERP	SP	1
Empresa de Assistência Técnica e Extensão	EMATER/MG	MG	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	AP	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MA	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PR	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RO	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SE	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PB	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PI	1
Engenharia Assistida por Computador	ENACOM	MG	1
EnergiaH	ENERGIAH	RJ	1
ENGARTE	ENGARTE	MG	1
Engecrop Engenharia e Consultoria	ENGECROP	CE	1

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	EPSJV	RJ	1
ER Montagens Industriais	ER	MG	1
Escola de Saúde Pública de Minas Gerais	ESP/MG	MG	1
Espectro	ESPECTRO	SP	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	RS	1
Escola Superior de Teologia	EST	RS	1
Eurekamob Aplicativo Mobile	EUREKAMOB	SE	1
Everywhere Mobile	EVERYWHERE	SP	1
Fashion85	F85	CE	1
Faculdade de Comunicação	FAC	DF	1
Faculdade Campo Limpo Paulista	FACCAMP	SP	1
Falborn Agroindustrial	FALBOM	PR	1
Falcões Agro Indústria e Incorporadora	FALCÕES	CE	1
Faculdades Integradas Teresa D'Avila	FATEA	SP	1
Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência	FATEC	RS	1
Faculdade de Tecnologia de Itapetininga	FATEC-IP	SP	1
Fórum Brasileiro de Segurança Pública	FBSP	SP	1
Fundação Casa de Rui Barbosa	FCRB	RJ	1
Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério	FEPAGRO/IPVDF	RS	1
Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fiasul Indústria de Fios	FIASUL	PR	1
FIGLABS Pesquisa e Desenvolvimento	FIGLABS	SP	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	DF	1
Fisiogames Desenvolvimento de	FISIOGAMES	SC	1
Faculdade de Medicina do ABC	FMABC	SP	1
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	1
Forebrain	FOREBRAIN	RJ	1
Fundação Pedro Américo	FPA	PB	1
Fundação Parque Tecnológico Itaipu	FPTI-BR	PR	1
Fricke Soldas	FRICKE	RS	1
Fundação Alfredo da Matta	FUAM	AM	1
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças	FUCAPE	ES	1
Fundação de Apoio ao Cefet	FUNCEFET	RJ	1
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	FUNDHERP	SP	1
Hospital da Restauração	FUSAM	PE	1
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	FZB	RS	1
G Pesca	G PESCA	PA	1
Gamedu Tecnologia	GAMEDU	RN	1
Gamelogica Tecnologia	GAMELOGICA	RN	1
GDS Automação LTDA	GDS	MG	1
Gear7 Soluções em Tecnologia da Informação	GEAR7	MG	1
Núcleo de Genética Médica de Minas Gerais	GENEMG	MG	1
Genotyping - Laboratório de Biotecnologia	GENOTYPING	SP	1

Geomais Serviços de Informática	GEOPLUS	GO	1
Globo Engenharia	GLOBO	RS	1
HaDi.Com - Habitats Digitais para	HaDi.Com	RS	1
Hospital Agamenon Magalhães	HAM	PE	1
Hospital do Câncer de Goiás	HC	GO	1
Hospital do Coração	HCOR	SP	1
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina Da USP	HCRP/USP	SP	1
Heat Tech Tecnologia em Tratamento Térmico e	HEAT TECH	SP	1
Hospital Geral e Maternidade de Cuiabá	HGM	MT	1
HR SOLUTIONS	HR SOLUTIONS	ES	1
Hospital São Rafael	HSR	BA	1
Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	HUCAM	ES	1
High Voltage Equipments	HVEX	MG	1
I9 Tecnologia	i9	SP	1
I9Access Tecnologia	I9ACCESS	RS	1
Instituto Adolfo Lutz	IAL	SP	1
Instituto Biológico	IB	SP	1
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	IBCCF	RJ	1
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	1
IBM Research Brazil	IBM BRASIL	RJ	1
Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul	IC/FUC	RS	1
Instituto de Controle do Espaço Aéreo	ICEA	SP	1
Faculdades ICESP Promove de Brasília	ICESP	DF	1
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo	ICESP	SP	1
Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia	ICETI	PR	1
I-Dutto - Soluções em Localização e	I-DUTTO	RJ	1
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá	IEPA	AP	1
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	1
Instituto Florestal do Estado de São Paulo	IF	SP	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio do Sul	IF-RIO DO SUL	SC	1
Fundação Instituto de Física Teórica	IFT	SP	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	IFTM	MG	1
Instituto Geológico do Estado de São Paulo	IG	SP	1
Instituto Hermes Pardini	IHP	MG	1
Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia	IMES	BA	1
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	IMIHI	MG	1
Indústria Naval do Ceará	INACE	CE	1
Instituto Nacional de Telecomunicações	INATEL	MG	1
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	INCAPER	ES	1
Inergiae Conversores Estáticos	INERGIAE	SC	1
Departamento de Informática	INF	RJ	1
Infibra	INFIBRA	SP	1

Inflex Indústria e Comércio de Embalagens	INFLEX	MS	1
Informatique Consultoria& Treinamento	INFORMATIQUE	CE	1
Inova Biotecnologia Saúde Animal	INOVA	MG	1
Instituto de Pesquisa e Inovação na Agricultura	INOVAGRI	CE	1
Intel Semicondutores do Brasil	INTEL-WCN	SP	1
Invitra	INVITRA	SP	1
Instituto de Pesca	IP	SP	1
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	1
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	IPEA	DF	1
Instituto Rio Grandense do Arroz	IRGA	RS	1
Instituto de Saúde	ISAÚDE	SP	1
Iteas Soluções Digitais Ltda - ME	ITEAS	SP	1
ITPEX	ITPEX	AL	1
Instituto Tecnológico Vale	ITV	MG	1
Instituto Tecnológico Vale- Belém I	ITV /BELÉM I	PA	1
Instituto Tecnológico Vale - Belém II	ITV/BELÉM II	PA	1
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	IUPERJ	RJ	1
Ivision Sistemas de Imagem e Visão	IVISION	MG	1
Karan Technologies	KARAM	DF	1
Kendoo Solutions	KENDOO	RJ	1
Unidade de Negócio - Klabin Papéis - Otacílio	KLABIN	SC	1
Konatus Soluções Inteligentes	KONATUS	SP	1
L&S Soluções LTDA	L&S	RN	1
Lanxess Elastomeros do Brasil	LANXESS	RJ	1
Launer Química	LAUNER	RS	1
Laboratório Clínico Dr. Gláucio Barros Saldanha	LCDGBS	CE	1
Lemavos	LEMAVOS	BA	1
LightBase Serviços e Consultoria em Software	LightBase	DF	1
BovControl	Limitada	SP	1
Limnética Consultoria em Recursos Hídricos	LIMNÉTICA	SP	1
Linhagen Biotecnologia	LINHAGEN	MG	1
Loci Genética Laboratorial	LOCI	MG	1
Lokinmobi	LOKINMOBI	CE	1
Londribio Produtos Biológicos	LONDRIBIO	PR	1
Loop - Engenharia de Computação	LOOP	DF	1
Lotus Soluções Ambientais	LOTUSAMBIENTAL	MG	1
Associação do Laboratório de Sistem	LSITEC	BA	1
LuminTech Marcadores Ópticos	LUMINTECH	SP	1
Lychnoflora Pesquisa e Desenvolvimento em	LYCHNOFLORA	SP	1
Macofren Tecnologias Químicas	MACOFREN	DF	1
MaoJeckel Serviços de Internet EIRELI/ME	MaoJeckel	SP	1
Maquira Indústria de Produtos Odontológicos	MAQUIRA	PR	1
Marina Borrachas	MARINA BORRACHAS	RS	1
Max Milhas	MAX MILHAS	MG	1

Maxxi Consultoria e Capacitação Profissional	MAXXI	RN	1
Museu de Biologia Professor Mello Leitão	MBML/IBRAM	ES	1
Multimídia Educacional	ME	SP	1
Megatech Controls	MEGATECH	CE	1
MelhorEscola.Net	MelhorEscola.Net	SP	1
MERCOMUN SERVICOS DIGITAIS LTDA - EPP	MERCOMUN	SP	1
Metamáquina Indústria e Comércio de	METAMAQUINA	SP	1
MeuCarrinho	MeuCarrinho	SP	1
Manifesto Game Studio	MGS	PE	1
Microbóticos Análises Laboratoriais	Microbóticos	SP	1
Microvet-Microbiologia Veterinária Especial	MICROVET	MG	1
MinasTec Projetos e Consultoria	MinasTec	MG	1
Medinovação Indústria e Comércio	MIV	MG	1
MM Optics	MMO	SP	1
MiningMath Software - Padre Esutáquio	MMS	MG	1
mob376 Soluções em Informática	mob376	RJ	1
Moovi Estúdios Criativos	Moovi	BA	1
MOTOCANA Máquinas e Implementos	MOTOCANA	SP	1
MARCUS VINICIUS VEIGA ROGGERO	MVVR	SP	1
Nanocorr - Aditivos Inteligentes e Soluções	NANOCORR	PR	1
Nanox Tecnologia	NANOX	SP	1
Nova Atitude Reciclagem	NAR	PR	1
Neger Telecom	NEGER	SP	1
Neocontrol Soluções em Automação	NEOCONTROL	MG	1
Netlex Serviços Online LTDA	NETLEX	MG	1
Núcleo de Medicina Tropical	NMT	DF	1
Nokxeller Microdispersions	NOKXELLER	RS	1
Negócios Reais Consultoria Web Ltda.	NR	DF	1
NUE Soluções em Tecnologia	NUE	PE	1
Grupo Nui!	NUI!	SP	1
Ciências e Cognição	OCC	RJ	1
Observatório Nacional	ON	RJ	1
ON-S Segurança da Informação	ON-S	SP	1
Op2B - Otimização para Negócios	Op2B	SP	1
OptMove Soluções em Mobilidade	OPTMOVE	MG	1
Orbitta Desenvolvimento de Sistemas	ORBITTA	PE	1
Osx Telecomunicações	OSX	DF	1
Overdrive Eletrônica	OVERDRIVE	DF	1
Piscicultura Cristalina	P.C.	SP	1
Pactus Soluções em Desenvolvimento de	PACTUS TI	AL	1
Padetec - Parque de Desenvolvimento	PADETEC	CE	1
Editora Paka-Tatu	PAKA-TATU	PA	1
PAM Membranas Seletivas	PAM	RJ	1
International Paper do Brasil	PAPER	SP	1
Professores de Plantão	PDP	SP	1

PETE	PETe	SP	1
PETREC Petróleo Tecnologia e Pesquisa	PETREC	RJ	1
Phoneutria Biotecnologia e Serviços	PHONEUTRIA	MG	1
Proteogenética Importação e Exportação	PIESA	RS	1
Piscis Indústria e Comércio	PISCIS	CE	1
InPulse Bioengenharia	PNP	SC	1
Polymar Indústria e Comércio de Importação	POLYMAR	CE	1
Pomar da Polpa	POMAR	CE	1
SEC SOCIEDADE EMPRESARIAL DE	PONTOGET	GO	1
Universidade Positivo	POSITIVO	PR	1
Laboratório Prado	PRADO	PR	1
Praex Technology	PRAEX	PR	1
Praia Projetos e Estratégia em Cultura,	PRAIA PROJETOS	SP	1
Premix	PREMIX	SP	1
Proativa Software	PROATIVA	MG	1
PROCELL	PROCELL	SP	1
ProGolden Soluções Tecnológicas	ProGolden	MG	1
ProRadis	ProRadis	SP	1
ProtMat Materiais Avançados - Minas Gerais	PROTMAT	MG	1
Hospital São Lucas	PUC-RS	RS	1
Q2 TEC Produtos Médicos e Odontológicos	Q2 TEC	SP	1
Queijos Don Afonso	QDA	CE	1
Quali-A Conforto Ambiental e Eficiência	Quali-A	DF	1
Qualinova Indústria e Comércio de Bebidas	QUALINOVA	PR	1
Raízen	Raízen	GO	1
Razoom Experiências Incríveis de Turismo e	RAZOOM	RJ	1
Red Land Negócios	RED LANDTech	PR	1
Radiocell Engenharia	REMOPT	MG	1
Requisito Tecnologia	REQTEC	GO	1
RESPONDE AI TECNOLOGIA E	RESPONDE AI	RJ	1
Sequence Informática	RH3 SOFTWARE	PE	1
Rizoflora Biotecnologia	RIZOFLORA	MG	1
Robusta Engenharia	ROBUSTA	PR	1
RVT Energia	RVT	SP	1
Sabesim Sistemas	SABESIM	SP	1
Fernando César Torres Furlani	SABORTROPICAL	CE	1
Sakura Nakaya Alimentos	SAKURA	SP	1
SALT - Sea & Limno Technology Consultoria	SALT	SP	1
SANOVA - Tecnologia e Inovação em Saneamento	SANOVA	SC	1
Saldo Coletivo Serviços	SC	PA	1
SENAI - Departamento Regional da Bahia	SENAI/DR/BA	BA	1
Senfio Soluções Tecnológicas Eireli	SENFIO	RJ	1
Sensoriis Comércio de Sensores Eletrônicos e	SENSORIIS	CE	1
SeqMe Diagnostico	SeqMe	DF	1
JPR Tecnologia e Serviços	SETINFO	ES	1

Seu Condomínio	SEU CONDOMÍNIO	GO	1
Sinergia Games	SG	BA	1
Sementes Goiás	SGL	GO	1
Shipfy	Shipfy	SP	1
Siena Ideas	SIENA	SP	1
Simbiose - Indústria e Comércio de Fertilizantes	SIMBIOSE	RS	1
SimWorX Pesquisa e Desenvolvimento de	SIMWORX	SP	1
SIN Sistema de Implante Nacional	SIN	SP	1
Centro de Pesquisas Odontológicas São Paulo	SLMANDIC	SP	1
Smarti9	SMARTI9	MG	1
Smartiks	Smartiks	PB	1
SOLENTECH Solution, Engineering &	SOLENTECH	RS	1
Soluti - Soluções em Negócios Inteligentes	SOLUTI	GO	1
Sra Engenharia	SRA ENGENHARIA	RS	1
Suna Engenharia	SUNAENG	PB	1
Suprametal	SUPRAMETAL	PR	1
Suzano Papel e Celulose - Matriz	SUZANO	BA	1
T'Allent Interactive Games	T'ALLEN	MG	1
Tapuio Agropecuário LTDA	TAPUIO	RN	1
Taquion	TAQUION	CE	1
Tbio Soluções Biotecnológicas	TBIO	MG	1
TCBH Engenharia Serviços Ltda - ME	TCBH	MG	1
Techduto Tecnologia	Techduto	SP	1
Instituto de Tecnologia do Paraná	TECPAR	PR	1
TecSUS Tecnologias para a Sustentabilidade	TecSUS	SP	1
TECVIX Planejamento e Serviços	TECVIX	ES	1
Telemikro Telecomunicações	TELEMIKRO	DF	1
Termocontrol Ar Condicionado, Ventilação	TERMOCONTROL	BA	1
Terrafísica Inovações Sismológicas	TERRAFÍSICA	SP	1
Tex.do Geracao de Conteudo Ltda	Tex.do	SC	1
Thoss Engenharia	THOSS	RS	1
Tisem Serviços Educacionais	TISEM	CE	1
TMED Tecnologia Médica	TMED	PE	1
TNK Soluções de Engenharia	TNK	MG	1
TechNano Solution	TNS	SC	1
Paula Kedouk	TONAILS	AL	1
Total Biotecnologia Indústria e Comércio	TOTAL	PR	1
Toth Tecnologia	TOTH	RS	1
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFESBA	BA	1
Prefeitura da UFMG	UFMG	MG	1
Colégio Técnico da UFMG	UFMG/COLTEC	MG	1
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	AM	1
Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP	SP	1
Universidade da Amazônia	UNAMA	PA	1
Universidade Estadual de São Paulo	UNESP	SP	1



Centro Universitário de Araraquara	UNIARA	SP	1
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	1
Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ	RS	1
Centro Universitário da Fundação Educacional	UNIFEB	SP	1
Universidade José do Rosário Vellano	UNIFENAS	MG	1
Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações	UNINCOR	MG	1
Universidade Paranaense	UNIPAR	PR	1
Universidade de Sorocaba	UNISO	SP	1
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	1
Universidade Vale do Rio Doce	UNIVALE	MG	1
Universidade do Vale do Sapucaí	UNIVÁS	MG	1
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	1
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	1
UPNOVATEC SERVICOS	UPNOVATEC	RN	1
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	SP	1
Usina Nova Gália	USINOVA	GO	1
Universidade Santa Úrsula	USU	RJ	1
Vallée - Matriz	VALLEE	MG	1
Valor da Construção	VdC	GO	1
EITI - Empreendimentos Inovadores em	VELUM	DF	1
Verdartis Desenvolvimento	VERDARTIS	SP	1
Virtual X Participações	VIRTUAL X	SP	1
Vitrola Labs	Vitrola Labs	CE	1
VM9 Tecnologia da Informação	VM9	RJ	1
Vinhos Panceri	VP	SC	1
Vitae Rural Biotecnologia	VR Biotech	MG	1
Waycarbon Soluções Ambientais e Projetos de	WAYCARBON	MG	1
WDA Informática	WDA	CE	1
WSA Tic	WSA TIC	DF	1
Wavetech Soluções Tecnológicas	WST	SC	1
Yller Biomateriais	YLLER	RS	1
ZEN S.A.	ZEN	SC	1
Zigtec	ZIGTEC	RN	1
Z Tecnologia e Comunicação	ZTEC	DF	1
ZUQ - Transporte Inteligente	ZUQ	AL	1
Centrus Diagnóstico		SP	1
Chipus Microeletrônica		SC	1
Idea Sistemas Eletrônicos		SP	1
Siliconreef		PE	1
<b>Total</b>			<b>7220</b>

### Apêndice 19 – Lista das instituições que obtiveram a aprovação de projetos de pesquisa dos editais lançados em 2014

Instituição	Sigla	Estado	nº de projetos aprovados
Universidade de São Paulo	USP	SP	484
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	274
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	258
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	245
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	239
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	164
Universidade de Brasília	UnB	DF	158
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	157
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	135
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	130
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP	128
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	123
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	120
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	117
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	110
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	105
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	103
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	92
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	DF	88
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	88
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR	85
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS	84
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	84
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	80
Fundação Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	79
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	78
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	77
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ	74
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	68
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	66
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ	65
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	IF Goiano	GO	62
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	58

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS	54
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG	53
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	53
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	IFES	ES	52
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	50
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	49
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	IFCE	CE	47
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS	47
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE	44
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	43
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	42
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	IFSC	SC	40
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	40
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG	38
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	36
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	SP	35
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC	35
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	RJ	34
Universidade Federal do ABC	UFABC	SP	34
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	PR	31
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	31
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR	30
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	29
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ	29
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR	29
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	SP	29
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG	27
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	MG	26
Universidade Católica de Brasília	UCB	DF	26
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO	25
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	24
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG	24
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do	IFRN	RN	23

Rio Grande do Norte			
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	IFRS	RS	23
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL/MG	MG	23
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA	22
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC	21
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	FMRP	SP	20
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IFBAIANO	BA	20
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC	20
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	19
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE	18
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS	18
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS	18
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF SUDESTE MG	MG	17
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	IFPR	PR	17
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA	17
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA	17
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT	17
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE	17
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	IFSULDEMINAS	MG	16
Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS	16
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	16
Universidade de Pernambuco	UPE	PE	16
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	IF-Catarinense	SC	15
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPB	PB	15
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC Minas	MG	15
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	RJ	15
Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE	15
Centro Universitário La Salle	UNILASALLE	RS	15
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO	15
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	HCPA	RS	14
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IFPE	PE	14

Pernambuco			
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS	14
Centro de Pesquisas René Rachou	CPQRR	MG	13
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	13
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	IFMT	MT	13
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	IFSUL	RS	13
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão	EPAGRI	SC	12
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA	12
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ	12
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA	12
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG	12
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR	12
Instituto Agrônomo	IAC	SP	11
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	IFBA	BA	11
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP	11
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA	11
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN	11
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC	11
Universidade Vila Velha	UVV	ES	11
Fundação Getúlio Vargas	FGV	RJ	10
Instituto do Coração	InCor/HCFMUSP	SP	10
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE	10
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN	10
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA	10
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP	9
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	IFG	GO	9
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	IFTM	MG	9
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM	9
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	SP	9
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	SP	9
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	CE	9

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	CE	8
Universidade Feevale	FEEVALE	RS	8
Instituto Carlos Chagas	ICC/ FIOCRUZ	PR	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	IFAM	AM	8
Universidade Católica de Pelotas	UCPEL	RS	8
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	8
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP	8
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	8
Centro Universitário Univates	UNIVATES	RS	8
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA-CE	CE	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	IFMS	MS	7
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do norte de Minas Gerais	IFNMG	MG	7
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	IPEN/CNEN	SP	7
Universidade Estadual de Goiás	UEG	GO	7
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI	7
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC	7
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA	7
Universidade Paulista	UNIP	SP	7
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães	CPqAM	PE	6
Fundação Antônio Prudente	FAP	SP	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	IFAL	AL	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	IFF	RJ	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	IF-Farroupilha	RS	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	IFMG	MG	6
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia	IFRO	RO	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	IF-Sertão PE	PE	6
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ	6
Instituto Nacional de Câncer	INCA	RJ	6
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ	6
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE	6

Universidade Estadual do Paraná	UNESPAR	PR	6
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	6
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS	6
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	CEFET/RJ	RJ	5
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI	SP	5
Escola Superior de Propaganda e Marketing	ESPM	SP	5
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	FEPAGRO	RS	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantis	IFTO	TO	5
Fundação Meridional	IMED	RS	5
Instituto Nacional de Matemática	IMPA	RJ	5
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ	5
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	GO	5
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS	5
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA	5
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG	5
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	RS	5
Centro Universitário Franciscano	UNIFRA	RS	5
Universidade Tiradentes	UNIT	SE	5
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAPECO	SC	5
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	5
Universidade do Sagrado Coração	USC	SP	5
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	CBPF	RJ	4
Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz	CPqGM	BA	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PE	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	MG	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	GO	4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SP	4
Hospital de Câncer de Barretos	HCB	SP	4
Instituto Butantan	IBU	SP	4
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert	IIEPAE	SP	4
Instituto Tecnológico de Aeronáutica	ITA	SP	4
Instituto Tecnológico Vale	ITV	RJ	4
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	4
Observatório Nacional	ON	RJ	4
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC Campinas	SP	4
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS	4
Centro Universitário de Araraquara	UNIARA	SP	4

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	PA	4
Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	SP	4
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG	4
Universidade Norte do Paraná	UNOPAR	PR	4
Universidade São Francisco	USF	SP	4
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	EBMSP	BA	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RS	3
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da	EMEPA-PB	PB	3
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas	EPAMIG	MG	3
Escola Superior de Teologia	EST	RS	3
Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros	FEI	SP	3
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RO	3
Fundo de Defesa da Citricultura	FUNDECITRUS	SP	3
Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	FUNDHERP	SP	3
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCFMUSP	SP	3
Instituto Adolfo Lutz	IAL	SP	3
Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas	IBEPES	PR	3
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE	RJ	3
Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia	IBICT	DF	3
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	IFAC	AC	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI	PI	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	IFS	SE	3
INESC P&D Brasil - Instituto de Engenharia	INESC P&D BRASIL	SP	3
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ	3
Instituto de Zootecnia	IZ	SP	3
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM	3
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	3
Universidade de Santo Amaro	UNISA	SP	3
Universidade do Vale do Paraíba	UNIVAP	SP	3
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	SC	3
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai	URI	RS	3



Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	CDTN/CNEN	MG	2
Colégio Politécnico da UFSM	CEBTT	RS	2
Centro de Energia Nuclear na Agricultura	CENA	SP	2
Centro de Pesquisas Leonidas e Maria Deane	CPQLMD	AM	2
Centro de Pesquisa da Universidade Positivo	CPUP	PR	2
Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia	CTBE	SP	2
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	SP	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RR	2
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SC	2
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	ENCE/IBGE	RJ	2
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor	FMT-HVD	AM	2
Fundação Instituto Capixaba de Pesq. Em Contabilidade, Economia e Finanças	FUCAPE	ES	2
Universidade FUMEC	FUMEC	MG	2
Instituto Biológico	IB	SP	2
Instituto de Botânica	IBT	SP	2
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo	ICESP	SP	2
Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino	IDOR	RJ	2
Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia	IDPC	SP	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	IFAP	AP	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	IFMA	MA	2
Instituto Materno Infantil de Pernambuco	IMIP	PE	2
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	IP/JBRJ	RJ	2
Instituto Agrônomo de Pernambuco	IPA	PE	2
Instituto de Saúde	ISaúde	SP	2
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	SP	2
Laboratório Nacional de Astrofísica	LNA	MG	2
Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS	2
Universidade da Amazônia	UNAMA	PA	2
Universidade do Contestado	UnC	SC	2
Universidade Estácio de Sá	UNESA	RJ	2
Universidade de Guarulhos	UNG	SP	2
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	SP	2
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	2
Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos	UNIFEB	SP	2
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	SP	2

Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	2
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	2
Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE	SP	2
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE	2
Hospital AC Camargo	AC CAMARGO	SP	1
Agência de Desenvolvimento Agrário	AGRAER	MS	1
Agro Smart Brasil	AgroSmart	SP	1
P Q Seiffert	ALLGOO	SP	1
Aoki Média	AM	SP	1
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP	1
Associação Brasileira de Radiofarmácia	ASBRA	RJ	1
Faculdade Associação Caruaruense de Ensino Superior	ASCES	PE	1
Atmmos Interatividade Virtual	ATMMOS	SP	1
Beyond Domotics	Beyond	RS	1
Bivis Software	BivisSoft	SP	1
Centro Infantil de Investigações	BOLDRINI	SP	1
Buyttle	BUYTTLE	PE	1
Cadence Engenharia	CADENCE	MG	1
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	CEBRAP	SP	1
Fundação Centro de Ciências e Educação	CECIERJ	RJ	1
Centro de Direito Internacional	CEDIN	MG	1
Centro Estadual de Educação Tecnológica	CEETEPS	SP	1
Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	CEFET/CE	CE	1
Dona Cegonha	CEGONHA	RJ	1
CellSeq Solutions	CellSeq	MG	1
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas	CEMADEN	SP	1
Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar	CEPAF	SC	1
Choice Inteligência Digital	CHOICE	PB	1
Centro de Informação Científica e Tecnológica	CICT	RJ	1
Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos	CIEnP	SC	1
Fundação de Ciência e Tecnologia	CIENTEC	RS	1
Centro de Informática	CIN	PE	1
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ	1
Config Administração de Sistemas	CONFIGR	DF	1
Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais	CRS	PA	1
Centro Tecnológico do Exército	CTEx	RJ	1
Descarte Legal Procópio e Souza	DESCARTE LEGAL	MG	1
Desh Tecnologia	DESH	SP	1

Dino Divulgador de Noticias Online	DINO	RJ	1
DOCSMED Serviços Digitais	DOCSMED	PE	1
Dream Trip Serviços Inovativos de Informação	DREAM TRIP	SC	1
DSPGeo	DSPGeo	SP	1
Escola de Administração de Empresas de São Paulo	EAESP/FGV/SP	SP	1
Easy Telecomunicacoes e Edificacoes	Easy	MG	1
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	EBDA	BA	1
Escola de Comunicações e Artes	ECA	SP	1
Escola de Comando e Estado Maior do Exército	ECEME	RJ	1
Echo Flow Engenharia	ECHO FLOW	BA	1
EDUARDO ROQUETTE SILVA DE CARVALHO	EDUARDO CARVALHO	PE	1
Escola em Movimento	EEM	MG	1
Ekole Tecnologia da Informação para	EKOLE	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PB	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PI	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PA	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	BA	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	MS	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PI	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	PR	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	RJ	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA	SE	1
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	EMDAGRO	SE	1
Emotion.Me Comércio e Serviços de Internet	EMOTION.ME	RJ	1
Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural	EMPAER	MT	1
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	EPSJV	RJ	1
Escola Superior de Artes Célia Helena	ESCH	SP	1
Escola Superior de Ciências da Saúde	ESCS	DF	1
Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte	ESTÁCIO/Juazeiro	CE	1
Ex-Machina	EX-MACHINA	RN	1
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	FAMERP	SP	1
Faculdades Integradas Teresa D'Avila	FATEA	SP	1
Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo	FATEC	SP	1
Fundação Carlos Chagas	FCC	SP	1
Faculdade Cásper Líbero	FCL	SP	1
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa	FCMSCSP	SP	1
Fundação de Economia e Estatística	FEE	RS	1

Fundação Estadual de Proteção Ambiental	FEPAM	RS	1
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde	FEPPS	RS	1
Universidade de Rio Verde	FESURV	GO	1
Fundação Getúlio Vargas	FGV	SP	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	CE	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	MS	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	DF	1
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	BA	1
Fleety	Fleety	PR	1
Fundação Manoel de Barros	FMB	MS	1
Faculdade Novos Horizontes	FNH	MG	1
Faculdade de Odontologia de Pernambuco	FOP	PE	1
Frutas em Casa	FRUTAS EM CASA	GO	1
Faculdade Senac Porto Alegre	FSPOA	RS	1
Fundação Museu do Homem Americano	FUMDHAM	PI	1
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança	FUNDACENTRO	SP	1
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG	1
Grubster Serviços de Informação na Internet	GRUBSTER	SP	1
BLUEYE	GRUPO SGS	RN	1
Guell Tecnologia e Engenharia	GT	BA	1
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCRP/USP	SP	1
Healfies	HEALFIES	SC	1
Fundação HEMOPA	HEMOPA	PA	1
Hospital Geral e Maternidade de Cuiabá	HGM	MT	1
Departamento de História	HIS	RJ	1
Hookit	HK	RS	1
Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro	HSE/RJ	RJ	1
Hospital São Rafael	HSR	BA	1
Hospital Universitário da Universidade Federal	HUUFMA	MA	1
Instituto de Aeronáutica e Espaço	IAE	SP	1
Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	IBCCF	RJ	1
Instituto de Biologia Molecular do Paraná	IBMP	PR	1
Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul	IC/FUC	RS	1
Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia	ICETI	PR	1
Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa	IEP-SCBH	MG	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	IFB	DF	1
Instituto Mato-Grossense do Algodão	IMA	MT	1

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	INCAPER	ES	1
Campus Inconfidentes	INCONFIDENTES	MG	1
Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde	INCQS	RJ	1
INNO3 Software Ltda - ME	INNO3	RS	1
Instituto Nacional do Semiárido	INSA/MCT	PB	1
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	IPAM	PA	1
Instituto de Pesquisa Professor Joaquim	IPESQ	PB	1
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado	IPT	SP	1
Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco	IRH	PE	1
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	ISCOMPA	RS	1
Instituto de Tecnologia de Pernambuco	ITEP	PE	1
Jean Michel Winter	JMW	RS	1
Kajoo Smart Solutions	KAJOO	SP	1
Kidu	KIDU	SP	1
Kochi Sistemas	KOCHI	RS	1
Freta La	L3VT	SP	1
Luccas Andreetto de Menezes	LAM	SP	1
Lar21	LAR21	SP	1
Laudos.Net	LAUDOS.NET	GO	1
Laura Barros	LJMB	MG	1
Lifesaver Security	LS	BA	1
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ	1
Mecasei.Com	MECASEI . COM	RS	1
Minuto Feedback	MINUTO	PE	1
MLCA Soluções em Marketing	MLCA	BA	1
MREMITTANCE Serviços de Informática	MREMITTANCE	SP	1
Navegatum Desenvolvimento de	NAVEGATIUM	SP	1
Netshow.Me	NSM	SP	1
NetCommerce - Inteligência e Comércio	NTCM	RJ	1
One Cloud	ONE	MG	1
Packdocs Pesquisa e Desenvolvimento de	PACKDOCS	MG	1
PDA Serviços de Internet	PDA	SP	1
PEBmed Apps	PEBmed	RJ	1
Pinall do Brasil	PINALL	DF	1
Playax	PLAYAX	SP	1
Plural Tecnologia	PLURAL	RS	1
Pris Propriedade Intelectual	PRIS	MG	1

Plataforma Saúde	PS	RJ	1
P-Sensor	P-SENSOR	RS	1
PYX Tecnologia	PYX	MG	1
RR Credito Investimentos& Financiamentos	R&R	GO	1
Radtec Serviços em Física Médica	RADTEC	BA	1
Ritech Tecnologia	RITECH	CE	1
SACapp - Comércio e Tecnologia da Informação	SACapp	SP	1
Sales Tecnologia da Informação	SALES Tech	AL	1
SaleSIM Desenvolvimento de Sistemas e	SaleSIM	PE	1
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI	BA	1
Sii Tecnologia	SiiTec	MG	1
Hospital Sírio-Libanês	SIRIO-LIBANÊS	SP	1
SkyHub	SkyHub	PE	1
Smart Coin	SMART COIN	RJ	1
Sociedade Educacional de Santa Catarina	SOCIESC	SC	1
Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	SPDM/HSP	SP	1
Squid It	SQD	SP	1
Stoodi Ensino à Distância	STOODI	SP	1
Suland Entertainment Studios	SULAND	MG	1
Superela	SUPERELA	SP	1
Salão VIP	SVIP	SP	1
T'Allent Interactive Games	T'ALLENT	MG	1
Tecnonutri Digital	TECNONUTRI	MS	1
Tejon Comercial	TEJON	SP	1
Portal Telemedicina	TELEMEDICINA	SP	1
Thinktank Desenvolvimento de	THINKTANK	RJ	1
Techplugx Solutions	TPX	RS	1
Treinus Tecnologia e Serviços	TREINUS	MG	1
Tyll Soluções Criativas	TSC	SP	1
Universidade Anhembi Morumbi	UAM	SP	1
Universidade Católica de Petrópolis	UCP	RJ	1
Universidade Católica do Salvador	UCSAL	BA	1
Universidade Estadual do Norte do Paraná	UENP	PR	1
Universidade do Estado do Pará	UEP	PA	1
Universidade Estadual de Roraima	UERR	RR	1
Centro Universitário da Zona Oeste	UEZO	RJ	1
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	BA	1
Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	SP	1

UNI4 Sistemas	UNI4	SC	1
Universidade Ibirapuera	UNIB	SP	1
Universidade de Cuiabá	UNIC	MT	1
Universidade Católica de Pernambuco	UNICAP	PE	1
Centro Universitário de Brasília	UniCEUB	DF	1
Universidade Ceuma	UNICEUMA	MA	1
Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ	RS	1
Universidade José do Rosário Vellano	UNIFENAS	MG	1
Universidade do Grande Rio	UNIGRANRIO	RJ	1
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	RS	1
Universidade Nilton Lins	UNINILTON	AM	1
Universidade de Sorocaba	UNISO	SP	1
Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	RJ	1
Up Biomedical Tecnologia em Saúde	Up Biomedical	PE	1
URBBOX DESENVOLVIMENTO DE	Urbbox	CE	1
Universidade Tuiuti do Paraná	UTP	PR	1
Virtual Avionics	VIRTUAL	SP	1
YUPI Studios	YUPI	PB	1
<b>Total</b>			<b>7096</b>